UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARCELO CACHIONI

Londres, Lisboa e São Paulo:
Vigilância, ordem, disciplina e higiene
nos espaços de sobrevivência operária.

São Paulo

2013

MARCELO CACHIONI

**Londres, Lisboa e São Paulo:
Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços
de sobrevivência operária.**

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Arqui-
tectura e Urbanismo.

Área de Concentração:
Projeto de Arquitetura.

Orientador: Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho.

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTOR: MCACHIONI@GMAIL.COM

C119L Cachioni, Marcelo
Londres, Lisboa e São Paulo: vigilância, ordem, disciplina e
higiene nos espaços de sobrevivência operária / Marcelo
Cachioni. --São Paulo, 2013.
582 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto de
Arquitetura) – FAUUSP.
Orientador: José Jorge Boueri Filho

1.Vilas operárias 2.Arquitetura popular 3.Habitação I.Título

CDU 711.58

DEDICATÓRIA:

Aos meus pais Levy e Maridalva.

À minha irmã Meire.

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

A Deus, que torna possível todas as coisas;

Aos meus pais e à minha irmã, pelo amor e apoio incondicionais;

Ao Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho, pela orientação e escolha do tema e, por mostrar que conhecer o mundo é imprescindível;

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos, pelo ensinamento sobre a casa brasileira;

Ao Prof. Dr. Silvio Sawaia e Prof.a Dra. Cibele Haddad Taralli pela contribuição sobre os enfoques do tema, fundamental para a realização da pesquisa.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Prof. Dr. Fernando José Carneiro Moreira da Silva e Prof. Dr. Pedro Rodrigues pela viabilização da pesquisa em Lisboa;

Ao Prof. Dr. João Branco Pedro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC) pelo apoio na realização da pesquisa em Lisboa;

Dra. Maria Manuela Canedo - Gabinete de Estudos Olissiponenses e funcionárias da Biblioteca Museu 'República e Resistência' de Lisboa, pela colaboração com material de pesquisa;

Aos colegas Lúcia Nerina Rocha Duarte, Ana Paula Farah, Monica C. B. Frandi Ferreira, Renata Gava, Douglas Vieira Gomes e Fernando Monteiro Camargo pela colaboração com material de pesquisa e bibliografia;

Aos colegas e estagiários do IPPLAP; aos colegas professores da ASSER, especialmente Carolina Bortolotti de Oliveira, Cláudia Nogueira, Isabele Serimarco Sabadin, Molica Salim, Muriel Siqueira e Vladimir Benincasa; e aos colegas professores das Faculdades Integradas Einstein, Eduardo Alberto Manfredini, Edson Fantazia, Ivan Correr e Juliana Binotti Scariato; e Maira Grigoletto pelo apoio moral;

Aos pesquisadores consultados no decorrer da pesquisa por dividirem seu conhecimento;

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo pela oportunidade da realização deste trabalho;

Ao Banco Santander, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa em Lisboa.

CACHIONI, Marcelo. **Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária.** Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Casa, Lugar da Memória.

Esses estranhos conjuntos de pedras e tijolos, com seus apêndices, seus ornamentos e mobiliários tão particulares, com suas formas, específicas e imutáveis, sua atmosfera intensa e pesada nos quais nossa vida se emaranha de maneira tão completa como nossa alma em nosso corpo - que poderes não terão sobre nós, que influências sutis e penetrantes não exercerão sobre toda a substância de nossa existência?

Michele Perrot

RESUMO

CACHIONI, Marcelo. **Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária**. 2013. 582 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A presente tese consiste em analisar e compreender os projetos e arranjos tipológicos de unidades habitacionais destinadas às classes operárias construídos no Estado de São Paulo entre o final do século XIX e meados do XX, período que configura o primeiro ciclo industrial moderno brasileiro. As unidades eram edificadas basicamente por empreiteiros interessados no lucro dos aluguéis e por empresários paternalistas que ofereciam moradia aos seus funcionários.

Para melhor compreender como os projetos de vilas operárias se disseminaram pelo território paulista, realizou-se uma investigação mais ampla, na qual foram estudadas as origens da habitação operária na Inglaterra - país pioneiro no processo de industrialização - e seus ecos na Europa, em países como França, Alemanha, Itália e Portugal. As evidências indicam que quando da transferência dos trabalhadores rurais para as cidades, seus habitantes levaram consigo hábitos e modelos de moradia como os *cottages* ingleses, que já eram insalubres no campo e considerados em áreas urbanas como focos de contágio de doenças. Diversas teorias sociais utópicas, planos urbanísticos e iniciativas públicas, filantrópicas e empresariais foram desenvolvidas para se compreender e para corrigir como o processo de construção de uma política habitacional se configurou na Europa.

Uma extensa investigação sobre a habitação operária de Lisboa, a partir do estudo de 50 pátios e vilas, foi também realizada com o objetivo de verificar e constatar as influências de modelos habitacionais operários portugueses no Brasil. Autores portugueses classificam as tipologias das vilas operárias edificadas no período estudado em Lisboa da seguinte forma: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas construídas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas de escala urbana, vilas integradas nas fábricas e os bairros sociais.

A partir do conhecimento sobre as tipologias e políticas habitacionais europeias foram realizados o estudo e a análise das primeiras habitações destinadas aos trabalhadores brasileiros, partindo da zona rural com as senzalas (habitação destinada aos trabalhadores escravos) e sua evolução para as colônias rurais (destinadas aos imigrantes que substituíram o trabalho escravo), com a percepção da influência direta de modelos trazidos da África e da Europa, principalmente da Itália, na constituição dos projetos habitacionais - os quais também se deram nas cidades com a edificação de inúmeras vilas operárias.

Foi possível identificar em território paulista semelhanças muito significativas com o processo de industrialização de Lisboa e também as mesmas tipologias habitacionais encontradas na capital portuguesa e classificadas por autores portugueses. Assim como foram encontradas nas cidades europeias, na maioria dos casos (salvo as habitações informais como os cortiços), os projetos a partir da intervenção governamental, passaram a ser influenciados por uma intenção panóptica de controle e vigilância com vistas a um lar saneado para um morador consciente de seus deveres e obrigações sociais. Também, foi possível perceber que os projetos de unidades habitacionais paulistas se desenvolveram com influência direta das diversas teorias sociais, planos urbanísticos e políticas habitacionais europeias, incluindo arranjo tipológico e espacial, além da dificuldade de acesso por conta de valores altos de aluguéis.

Palavras chave: vilas operárias, habitação operária, arquitetura popular.

ABSTRACT

CACHIONI, Marcelo. **Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária.** 2013. 582 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This thesis is to analyze and understand the typological design and arrangement of housing units built for the working classes in the state of São Paulo in the late nineteenth and mid-twentieth centuries, a period that sets the first modern Brazilian industrial cycle. The units were built by contractors primarily interested in profit from rents and paternalistic employers that offered housing to their employees.

To better understand how projects working villages were disseminated by the state territory, there was a wider investigation in which we studied the origins of working class housing in England - pioneer in the industrialization process - and its echoes in Europe, in countries as France, Germany, Italy and Portugal. Evidence indicates that when the transfer of rural workers to the cities, their inhabitants brought with habits and patterns of housing as the English cottages, which were considered unhealthy in the field and in urban areas as outbreaks of contagious diseases. Several theories utopian social, urban planning and public initiatives, philanthropic and business have been developed to understand and how to correct the process of building a housing policy took shape in Europe.

An extensive research on housing working Lisbon, from the study of 50 patios and villages, was also conducted in order to check and verify the influences of Portuguese workers housing models in Brazil. Portuguese authors classify the types of workers' villages built in the period studied in Lisbon as follows: row houses, and villages in career block, forming courtyard villas, villas built behind buildings, streets forming villages, towns, urban scale, integrated villages in factories and housing estates.

From the knowledge of the types and European housing policies were carried out the study and analysis of the first housing for Brazilian workers, starting with the rural slave quarters (housing intended for slave laborers) and their evolution to the rural settlements (aimed at immigrants that replaced slave labor), with perception of the direct influence of models brought from Africa and Europe, especially Italy, in the constitution of housing projects - which also gave the cities with the construction of many workers' villages.

It was possible to identify similarities in São Paulo territory very significant to the process of industrialization of Lisbon and also the same housing typologies found in the Portuguese capital and classified by Portuguese authors. As was found in European cities, in most cases (except for informal housing as tenements), projects from government intervention began to be influenced by an intention panoptic control and monitoring with a view to a home for a sanitized residents aware of their duties and social obligations. Also, it was revealed that the projects paulistas housing units developed with the direct influence of various social theories, urban planning and housing policies in Europe, including typological and spatial arrangement, besides the difficulty of access due to high levels of rents.

Keywords: working villages, housing workers, folk architecture.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 - Esquema evolutivo das tipologias de habitação operária em Lisboa.

Quadro 2 - Comparativo de programa e atividades das unidades habitacionais de Lisboa.

Quadro 3 - Áreas das unidades habitacionais de Lisboa em m².

Quadro 4 - Esquema evolutivo das tipologias de senzalas em São Paulo.

Quadro 5 - Esquema evolutivo das tipologias de habitação operária rural em São Paulo.

Quadro 6 - Comparativo de programa e atividades das unidades habitacionais rurais de São Paulo.

Quadro 7 - Áreas das unidades habitacionais rurais de São Paulo em m² (medidas aproximadas).

Quadro 8 - Esquema evolutivo das tipologias das unidades habitacionais operárias em São Paulo.

Quadro 9 - Comparativo de programa e atividades das unidades habitacionais operárias de São Paulo.

Quadro 10 - Áreas das unidades habitacionais operárias de São Paulo em m² (medidas aproximadas).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
APRESENTAÇÃO	15
PARTE I: A UNIDADE HABITACIONAL DO TRABALHADOR NA EUROPA	23
CAPÍTULO 1: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS ORIGENS DA HABITAÇÃO OPERÁRIA NA EUROPA	25
Cidade industrial europeia e habitação operária precária	27
A constituição da classe operária europeia	44
Cotidiano operário na Revolução Industrial	49
Cotidiano e cultura operária fora das fábricas	55
O lar do trabalhador na Europa da era industrial	63
Teorias sociais e urbanísticas e habitação operária	80
Experiências pioneiras de habitação operária com promoção pública, filantrópica e patronal na Europa ..	126
CAPÍTULO 2: HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA	165
Industrialização e expansão urbana e demográfica portuguesa	167
Cotidiano operário de Lisboa	169
O lar e a vida cotidiana da família operária portuguesa	171
Os Pátios de Lisboa	179
As Vilas Operárias de Lisboa	185
Tipologias de Vilas Operárias edificadas em Lisboa	189
1. Casas geminadas	189
2. Vilas em carreira e em bloco	190
3. Vilas formando pátio	192
4. Vilas construídas atrás de prédios	196
5. Vilas formando ruas	198
6. Vilas de escala urbana	200
7. Vilas integradas nas fábricas	204
8. Bairros Sociais	206
Programa e dimensionamento das vilas operárias lisboenses	208
PARTE II: A UNIDADE HABITACIONAL DO TRABALHADOR EM SÃO PAULO	211
CAPÍTULO 3: A SENZALA EM SÃO PAULO	213
O Sistema escravista no Brasil	215
O cotidiano de trabalho dos escravos	215
As Senzalas: Cabana, Barracão, Pavilhão e em Quadra	219
Origens e influências das Senzalas	230
Família escrava e a vida privada na senzala	237
Tipologias de Senzalas em São Paulo	245
CAPÍTULO 4: OS NÚCLEOS COLONIAIS E AS COLÔNIAS RURAIS PAULISTAS	257
A transição entre o regime escravocrata e o assalariado na zona rural de São Paulo	259
A Introdução do trabalhador assalariado imigrante nas lavouras paulistas	262
A vida cotidiana na zona rural paulista	267
Núcleos coloniais e colônias rurais: a unidade habitacional rural em São Paulo	272
A Vida cotidiana nos núcleos coloniais e nas colônias rurais paulistas	278
Tipologias de núcleos coloniais e colônias rurais de fazendas e usinas	287
Programa e Dimensionamento dos núcleos coloniais e colônias rurais paulistas	330

CAPÍTULO 5: AS HABITAÇÕES OPERÁRIAS DE SÃO PAULO	335
O processo de Industrialização em São Paulo	337
Imigração, expansão urbana e carência de moradia operária em São Paulo	347
Cotidiano operário em São Paulo	355
O cotidiano do operário paulista fora das fábricas	364
Cortiços e Vilas operárias: as primeiras Leis, Códigos e Posturas em São Paulo	372
A Vida cotidiana nos Cortiços, Vilas e Bairros Operários: ordem, vigilância e disciplina	410
A problemática da habitação operária: conceitos e propostas técnicas	433
Tipologias de Cortiços	459
Tipologias de Vilas Operárias edificadas em São Paulo	464
1. Casas isoladas ou geminadas	465
2. Vilas em carreira e em bloco	472
3. Vilas formando pátio	475
4. Vilas construídas atrás de prédios	488
5. Vilas formando ruas	489
6. Vilas de escala urbana e vilas patronais	500
7. Conjuntos habitacionais	521
Programa e Dimensionamento das Vilas Operárias paulistas	535
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 540
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 568

INTRODUÇÃO:

A casa, uma das mais fundamentais criações do ser humano, tem sua função primordial como abrigo. Enquanto nômades, os primeiros humanos encontravam abrigo das forças da natureza em vãos de formações rochosas e cavernas, mas com a evolução e o desenvolvimento intelectual, não havia mais a necessidade de serem abandonados os locais de sobrevivência, quando os recursos naturais se esgotavam. Assim, além da atividade da caça, a agricultura como meio para alimentação, permitiu a sedentarização e a consequente necessidade de transformar abrigos provisórios em edificações de caráter permanente.

Enquanto agricultor, o homem precisava de abrigo para sua família, animais domésticos e instrumentos de trabalho. Os semoventes eram imprescindíveis para a sobrevivência humana por oferecer alimentação e força de trabalho, desta forma, deveriam ser bem guardados da cobiça de terceiros. Por um longo período da história, a população campesina viveu em casas sem divisões de cômodos, dotadas do principal elemento que caracteriza um lar, o fogo, que serve tanto para aquecer do frio, quanto para o preparo da alimentação.

Muitos teóricos criaram versões sobre a origem da cabana primitiva, seus materiais e conformações formais e estéticas. Em maior medida caracterizada como 'tékhton', no sentido de construção, a cabana primitiva assume caráter 'arquitetônico' quando se atribui o significado original do grego 'arkhé', como edificação principal ou original. Seria então a cabana primitiva, como casa ou abrigo, a construção original, ou seja, a origem de toda a arquitetura.

A casa, isolada ou inserida em conjuntos, tribos, bairros ou cidades ainda mantém no século XXI sua função primordial: proporcionar abrigo. Conforme o ser humano evolui, a casa segue mantendo sua função original ao longo da história, entretanto o programa de necessidades evolui conforme as exigências sociais se transformam.

Expressão direta das mudanças de valores, imagens, percepções e modos de vida, a casa em sua forma construída se constitui como a materialização desses padrões. Na medida em que responde às suas necessidades e está próxima de seu ambiente ideal, a casa deve satisfazer seu morador e, qualquer que seja a forma de sua construção, afeta seu comportamento e sua maneira de viver. Tal forma é influenciada pela maneira como são definidos os conceitos de abrigo, construção e necessidade, pois se refletem nas interpretações concedidas a conceitos como lar, privacidade e território (DIAS, 1989, p. 32).

Mais que uma estrutura e um abrigo, a casa é uma instituição resultante de um conjunto de fatores socioculturais produzidos pela família que a habita e de seu padrão de vida, cuja forma se constitui por intermédio das condições climáticas, métodos construtivos, materiais e tecnologia empregados. As antigas limitações relacionadas ao clima, materiais, tradição e pequeno excedente econômico cederam lugar às atuais limitações referentes à densidade populacional, como também ao controle institucional e legal como os códigos, regulamentos e zoneamentos, os quais agem de maneira diferente nos vários países, tanto em função das ações relacionadas à natureza e uso de recursos e tecnologia, quanto aos objetivos e fatores atuantes (DIAS, 1989, p.32).

A casa desempenha diversas funções: recesso da vida íntima e proteção contra olhares indiscretos, além de espaço de conforto e proteção da natureza, sociedade e cotidiano externo. É o local de desenvolvimento da vida familiar em todas as suas manifestações, desde as mais harmoniosas às mais degradantes, funcionando como um espaço de convivência e de relação social. Também expressa as características pessoais de quem a habita, uma expressão e símbolo fundamental da cultura material e espiritual dos povos. No espaço doméstico se desenrolam rotineiramente atos sujeitos a um processo permanente de reinvenção, como um lugar de vida, um cenário mobiliado e um palco onde se representam diferentes e sucessivos papéis de interação (Mattoso, 2011, p. 23; 24).

A casa se constitui como espaço sociológico e antropológico inseparável do complexo psicossocio-cultural compreendido como expressão do ânimo construtivo de engenharia física do ser humano definido como concepção, plano, execução de engenharia, executado com pedra, tijolo, ferro, madeira e telha, resultando numa construção - a arquitetura - destinada ao abrigo humano. Como obra, precisa da engenharia humana para tratar das relações entre formas de corpo e, da engenharia social, para que se situe como particular, privada, familiar, no contexto socioeconômico e socio-cultural com que terá de conviver. Como máquina de morar, onde viver ou conviver considera-se a casa como integrante básico material e transmaterial, não apenas de vivência, como de convivências humanas, e depende das três engenharias definidas em termos antropossociais ou socioecológicos (FREYRE, 1979, p. 22).

Os objetivos da engenharia humana e da engenharia social são a sistematização de conhecimentos acerca dos seres humanos e de grupos sociais, considerados em suas relações de trabalho e sobrevivência, entre si e com o ambiente físico e com condições ambientais de vivência e convivência. No período entre guerras do século XX a engenharia física proporcionou a mecanização da cozinha, dos meios de transporte, das ciências aplicadas e a reprodução de imagens e sons, que vieram a transformar definitivamente as relações sociais. Neste mesmo período, o desenvolvimento da produção em massa se acentuou com tendência à standardização como resposta às concepções modernas de vida, irradiadas nos grandes centros de produção capitalista e adaptadas às condições locais de sobrevivência e clima (FREYRE, 1979, p. 28-29).

A valorização da produção local ou regional, dentro da combinação regional-universal, diminui a tendência da uniformização das obras edificadas e artísticas, incluindo os tipos de casa, seguindo modelos de áreas imperialmente culturais levados para as colonialmente culturais. Na análise da arquitetura:

“a história íntima, as funções protetoras, várias delas maternas, as relações como que de mulher sedentária, soberana, com homens, além de móveis, dependentes, características de um tipo nacional ou regional de casa (...) no Brasil, é quase certo que começará quase sempre - ou terminará - por analisar-se, por encontrar-se, por descobrir-se nesse objeto analisado que passará, sob vários aspectos, a sujeito; a criador, em vez de paciente, do analista; a coautor com ele de valores característicos desse objeto-sujeito. Não há assunto mais complexo que a casa (...). A relação do homem com a casa é para o analista desse aspecto do complexo quase o que é a relação do homem com o ventre materno, o ventre gerador, o abrigo do útero (...)” (FREYRE, 1979, p. 30; 35-36).

APRESENTAÇÃO:

A análise e a reconstituição de um objeto arquitetônico historicamente localizado traz uma oportunidade de abrir uma janela para uma época. As características específicas deste objeto demonstram sua gênese, transportando-nos através de pontes até memórias perdidas. Memórias de determinados tecidos urbanos, de uma sociedade ou de um momento preciso. Os usos distintos durante sua permanência e as causas de sua degradação se constituem elementos fundamentais na interpretação de redes sociais, econômicas ou científicas. Entretanto, os sistemas construtivos e os materiais empregados na edificação podem caracterizar a matriz tecnológica do objeto e de sua comunidade, ou simplesmente um reflexo de práticas cotidianas.

Os edifícios ou conjuntos urbanos emblemáticos de um determinado momento histórico são aqueles que permitem maior contribuição para se compreender ou redefinir o espírito da época do projeto e sua cultura arquitetônica, tanto ao nível do desenho quanto ao construtivo. Neste contexto, enquadram-se a unidade habitacional e o espaço de sobrevivência do trabalhador, a partir da Revolução Industrial.

Desta forma, o estudo do projeto e do programa de necessidades das unidades habitacionais operárias constitui a oportunidade de compreender uma época específica da história da civilização ocidental, da difusão internacional de padrões edilícios de baixo custo e a aceitação de novas maneiras de habitar propostos e impostos por leis e conceitos urbanísticos.

Objeto de Estudo:

A presente tese consiste em analisar e compreender os projetos e arranjos tipológicos de unidades habitacionais e espaços de sobrevivência destinados aos trabalhadores, construídos no Estado de São Paulo, entre o final do século XIX e meados do XX, período que configura o primeiro ciclo industrial brasileiro.

Para melhor compreender como os projetos de vilas operárias se disseminaram pelo território paulista, foi realizada uma investigação mais ampla, na qual foram estudadas as origens da habitação operária na Inglaterra - país pioneiro no processo de industrialização - e seus ecos na Europa, em países como França, Alemanha, Itália e Portugal.

Apesar dos distintos contextos geográficos, socioeconômicos e culturais, nos quais os objetos de estudo estão inseridos, a pesquisa paralela identifica o objeto de estudo - a unidade habitacional e o espaço de sobrevivência do trabalhador - como um único, pois a este percurso de análise correspondem influências semelhantes e comuns.

Justificativa para o estudo:

O interesse do presente objeto de estudo - a unidade habitacional do trabalhador - reside no impacto urbano, social e cultural que produziu nas cidades industrializadas e na sociedade a partir da revolução industrial. Apesar da contribuição significativa para a formação das cidades, a unidade habitacional enquanto espaço de sobrevivência operária, por sua identificação direta com classes

sociais humildes, esteve por um tempo significativo, à margem do estudo da história da arquitetura e de urbanismo.

Entretanto, com a valorização da arquitetura do século XX, um número significativo de pesquisadores tem procurado identificar a importância da unidade habitacional operária na historiografia, destacando sua contribuição para a formação de novos contextos urbanos nas cidades.

Se em diversos países europeus os espaços operários de sobrevivência conquistaram seu merecido destaque, neste contexto, ainda não se configura no Brasil este nível de reconhecimento. Apesar de diversos pesquisadores brasileiros terem se debruçado em importantes pesquisas a respeito deste tema, as vilas brasileiras, e especialmente as paulistas, se encontram em crescente estágio de desagregação, estando as remanescentes em sério risco de desaparecimento, conforme identificamos no decorrer da pesquisa.

Além das unidades habitacionais urbanas e rurais que se constituíram como objetos de estudo, um grande número de congêneres da capital e interior de São Paulo ilustra de maneira significativa o processo de urbanização paulista do século XX, cuja participação das mesmas foi fundamental para a formação de cidades e bairros.

Objetivos:

Entre os principais objetivos para a realização da presente tese, configura-se imperioso analisar as origens do programa funcional da habitação operária na Europa e sua inserção no Brasil para compreender de que maneira e sob quais influências seus projetos constituem-se no Estado de São Paulo.

Neste contexto, objetiva-se também compreender a constituição dos espaços determinados pelo programa de necessidades nas unidades habitacionais verificando a presença da intencionalidade do projeto e a influência de uma política pública que incentivava a vigilância para conseguir ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária.

Também, devido à presença significativa do caráter urbanístico das vilas, outro objetivo do presente trabalho pretende compreender como os projetos de vilas operárias contribuíram para a configuração de cidades paulistas.

Hipóteses:

Para a elaboração da pesquisa, foram definidas algumas hipóteses, sendo algumas evidentes por conta de terem sido defendidas por demais autores em estudos anteriores e pioneiros, enquanto que outras careciam de maior aprofundamento investigativo para confirmação, sendo que algumas não se confirmaram.

As senzalas se configuravam como espaços aleatoriamente construídos;

As colônias rurais construídas pelos proprietários das fazendas seguiam um programa de padrão semelhante ao das vilas operárias urbanas, enquanto que as colônias erigidas pelos trabalhadores imigrantes, especialmente italianos, seguiam o padrão das vilas de seus países de origem;

Os projetos das unidades habitacionais inseridas nas vilas e colônias teriam influenciado um novo *'modus vivendi'* das famílias, uma vez que as mesmas possuíam hábitos oriundos de habitações de características diversas, com programas e situações de uso diferentes;

Vilas operárias e núcleos coloniais rurais deram origem a importantes bairros de cidades paulistas, por não se constituírem exclusivamente de unidades residenciais, pois também há presença de diversos equipamentos sociais como igrejas, escolas, quitandas e clubes, entre outros;

O programa da unidade habitacional operária em São Paulo tem origem e influência de suas congêneres europeias provenientes da zona rural e adaptadas nas cidades;

As teorias sociais utópicas e as propostas de reformas urbanísticas desenvolvidas na Europa e Estados Unidos influenciaram os variados projetos de unidades habitacionais e vilas operárias paulistas;

Vilas operárias construídas pelas fábricas brasileiras por empresários paternalistas seguiram os mesmos padrões das congêneres europeias;

O programa empregado nas unidades habitacionais direcionadas à família operária segue um padrão semelhante e repetido, este determinado pela legislação sanitária de São Paulo, então vigente, com enfoque na higienização, disciplina e controle social;

Os projetos das unidades habitacionais variavam basicamente entre duas tipologias: várias unidades em carreira, ou desenvolvidos a cada duas unidades com entradas laterais;

As vilas operárias paulistas seguem padrões tipológicos semelhantes aos encontrados em Lisboa;

As unidades habitacionais brasileiras seriam, em média, de menor dimensionamento por cômodo se comparadas às portuguesas.

Levantamento da Informação:

A primeira fase do presente estudo centrou-se em determinar onde e como procurar a informação em função dos objetos previamente definidos: senzalas, colônias rurais e vilas operárias paulistas. A estratégia adotada foi baseada em uma primeira busca em arquivos públicos como o CONDEPHAAT e por meio de fontes primárias e secundárias. Como resultado desta fase elaborou-se uma listagem de fundo documental, com alguns dos principais estudos sobre os objetos. Igualmente, a pesquisa por meio das notas, referências bibliográficas e alusões a outras pesquisas ou pesquisadores, indicaram novas linhas de investigação, que criaram a necessidade de expandir as pesquisas para a Europa e especificamente para Portugal. Na realidade, o levantamento sempre esteve em aberto, face à possibilidade de encontrar novas referências e nos documentos. Assim, foi levantado um considerável conjunto de documentos escritos e iconográficos, como também a identificação de novos objetos de estudo como os núcleos coloniais e os conjuntos habitacionais.

Tabela I - Lista do tipo de informação reunida em documentos escritos durante a pesquisa.

Impressos:		
	Livros nacionais e internacionais.	Fontes secundárias.
	Teses e dissertações.	
	Estudos (monografias, partes de monografias, publicações em série, artigos de publicações em série).	
	Periódicos e revistas.	
	Dicionários e enciclopédias.	
	Legislação.	
Eletrônicos:		
	Estudos (anais de eventos científicos, artigos de publicações em série eletrônicas).	Fontes secundárias.
	Páginas de internet de instituições e prefeituras.	

Tabela II - Lista do tipo de informação reunida em documentos iconográficos durante a pesquisa.

Desenhos:		
	Desenhos de cottages, vilas operárias e outros tipos de habitação operária.	Fontes secundárias.
	Levantamentos planialtimétricos em croquis.	
	Desenhos ilustrativos alusivos ao cotidiano operário.	
	Desenhos, ilustrações, litogravuras, aquarelas, gravuras e peças publicitárias históricas.	
Projetos:		
	Plantas de bairros e vilas operárias.	Fontes secundárias.
	Plantas de unidades habitacionais operárias.	
	Levantamentos planialtimétricos de senzalas e demais unidades habitacionais operárias.	
Fotos:		
	Fotos antigas e atuais de senzalas, núcleos coloniais, colônias rurais, vilas operárias e bairros.	Fontes primárias e secundárias.
	Fotos de fazendas e fábricas.	
	Fotos de cotidiano na lavoura e nas fábricas.	
	Fotos do interior de unidades habitacionais operárias.	
	Cartões postais alusivos ao tema.	
Cartografia:		
	Mapas e planos de bairros operários.	Fontes secundárias.

Estudo, organização e análise:

Subsequentemente ao levantamento foi concatenada toda a informação reconhecida, havendo-se procedido ao estudo dos vários tipos de documentos, sua organização e catalogação, como também a diferentes tipos de análises.

As plantas dos objetos selecionados foram redesenhadas em escala 1:100 e as medidas por m² dos cômodos inseridas em tabelas para realização do estudo quantitativo e comparativo entre as unidades habitacionais de Lisboa e São Paulo (rurais e urbanas).

Metodologia de trabalho:

Após a realização de pesquisa bibliográfica, levantamentos e sistematização das informações obtidas por meio de fontes primárias, secundárias e iconográficas a respeito do tema em obras que já abordaram temas correlatos - principalmente sobre as vilas e habitações operárias europeias e brasileiras e sua relação entre si e o meio rural ou urbano - a tese tem seu desenvolvimento em duas

partes, sendo a primeira referente às origens da habitação operária na Europa; enquanto que a segunda parte aborda o mesmo tema no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo.

A primeira parte, que aborda a unidade habitacional do trabalhador europeu, está dividida em dois capítulos, sendo que o primeiro consiste na compreensão de como a Revolução Industrial induziu a evolução dos espaços de sobrevivência do trabalhador na Europa, representadas pelas *cottages* rurais e sua inserção no meio urbano em bairros insalubres. Neste capítulo, encontra-se desenvolvida uma ampla pesquisa sobre a situação precária da habitação operária, principalmente nas cidades industriais pioneiras na Inglaterra e na França, como Londres e Paris. Com o objetivo de maior compreensão da habitação, configurou-se necessária a análise do cotidiano de seus moradores. No caso da Europa, o entendimento da constituição da classe operária se faz fundamental para identificar como se dava o cotidiano do trabalhador nos seus postos de trabalho, a convivência social nos bairros e espaços de socialização e, conseqüentemente, as relações familiares nos lares carentes de condições de higiene e conforto.

No decorrer da investigação evidenciou-se que a situação desconfortável da classe operária despertou a atenção de políticos e teóricos sociais os quais se dispuseram, por meio de pesquisas e relatórios, a procurar soluções para os problemas sociais e sanitários, no combate às epidemias e no controle do comportamento social da família operária. Com o intuito de solucionar tais problemas, os teóricos desenvolveram diversas propostas de arranjos tipológicos e unidades habitacionais ideais, na maioria das vezes, objetivando o controle dos corpos e das casas, que estariam em constante vigilância para garantir a ordem, a disciplina e a higiene, como os falanstérios e as cidades ideais utópicas. Além dos teóricos sociais, arquitetos e urbanistas passaram a propor, entre o final do século XIX e início do XX, soluções urbanísticas visando solucionar os problemas habitacionais das cidades industrializadas, de cuja ação se destacam as mais representativas e que tiveram difusão internacional, como os conceitos de cidade-jardim, unidade de vizinhança e unidade de habitação. Além das propostas utópicas e experimentais, foram também analisadas as ações pioneiras de habitação operária com promoção pública, filantrópica e patronal na Europa. Neste contexto, merecem destaque as mais representativas vilas operárias ligadas às fábricas de empresários paternalistas; os conjuntos habitacionais promovidos por associações filantrópicas e, por empreiteiros interessados na lucratividade deste mercado de aluguéis; além da contribuição dos governos na edição de leis e códigos sanitários, como também da definição de políticas públicas relacionados ao tema.

O segundo capítulo da primeira parte da tese foi desenvolvido na cidade de Lisboa a partir da necessidade de uma análise mais profunda acerca das origens e influências das unidades habitacionais europeias, durante os meses de maio a outubro de 2010, com o financiamento da Bolsa de Mobilidade Internacional do Banco Santander. Neste período, o autor teve a oportunidade de conhecer e analisar as unidades habitacionais lisboenses, como também seus arranjos mais significativos. Assim, foi possível realizar uma extensa pesquisa bibliográfica e documental em instituições de ensino e pesquisa, além de arquivos públicos, que possibilitaram uma análise mais precisa da habitação operária em Lisboa.

Com o objetivo de compreender o processo evolutivo da casa operária em Portugal, foi estudado o processo de industrialização e expansão urbana e demográfica portuguesa, ocorrido com um século de atraso em relação à Inglaterra. Com procedimento semelhante ao primeiro capítulo, a análise versa sobre: o cotidiano do trabalhador nos seus postos de trabalho, a convivência social nos bairros e espaços de socialização da classe operária e, conseqüentemente, as relações familiares nos lares carentes de condições de higiene e conforto.

As origens dos pátios, vilas e bairros sociais em Lisboa são apresentadas na sequência do capítulo com enfoque especial para as diferentes tipologias classificadas. Vários autores portugueses, especialmente Nuno Teotônio Pereira, ao estudar a casa portuguesa, destacaram em suas obras a importância da habitação operária em Portugal, classificando as vilas operárias de acordo com seus arranjos tipológicos: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas construídas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas de escala urbana, vilas integradas nas fábricas e os bairros sociais. Além das vilas, projetadas com o fim de abrigar a população operária, há também historicamente em Lisboa a presença de habitações improvisadas em arcabouços remanescentes conhecidos como pátios. Foram visitadas em torno de 50 vilas e pátios na capital portuguesa, dos quais selecionados os mais significativas, de acordo com obras de autores portugueses que trataram exaustivamente do tema.

A partir da análise de plantas de cerca de 20 vilas lisboenses, foi possível identificar os programas desenvolvidos nas variadas tipologias, como também o dimensionamento dos cômodos, em geral: sala, um ou mais dormitórios, cozinha e instalação sanitária. Os dados levantados foram reunidos em quadros, apresentando as médias por tipos.

A segunda parte da tese aborda a unidade habitacional enquanto espaço de sobrevivência do trabalhador no Brasil. Dividida em três capítulos, o primeiro consiste na compreensão da senzala em São Paulo, como espaço de sobrevivência, relações familiares e moradia. A pesquisa seguiu a mesma orientação metodológica da primeira parte, partindo da análise das origens da unidade habitacional do trabalhador rural escravo. Neste capítulo, foi analisado o sistema escravista no Brasil e o cotidiano de trabalho dos escravos, como também os arranjos da família escrava e a vida privada nas diferentes senzalas.

As senzalas, a partir de estudos realizados em bibliografia recente, são classificadas em quatro tipos distintos, desenvolvidos em diferentes períodos: cabana, barracão, pavilhão e em quadra. O estudo seguiu investigando as origens e influências das senzalas: as cabanas originais, provenientes da tradição vernacular da África, e as posteriores, com influência dos projetos de casernas e desenvolvidas na América Central, a partir da proibição do tráfico negreiro. Finalizando o capítulo, são apresentadas as diversas tipologias de senzalas encontradas em São Paulo, as quais foram analisadas em estudos de caso.

No segundo capítulo da segunda parte da tese, dando continuidade à investigação sobre a unidade habitacional rural no território paulista, são apresentados projetos de colônias rurais e também dos núcleos coloniais, que se configuraram importantes no decorrer da pesquisa para a compreensão

das origens e influências europeias na evolução da casa do imigrante em território paulista. O estabelecimento da família agricultora passou por uma transição entre o regime escravocrata e o assalariado na zona rural de São Paulo até a introdução definitiva do trabalhador assalariado imigrante nas lavouras paulistas. Desta forma, realizou-se também neste capítulo um estudo sobre a vida cotidiana nos núcleos coloniais e nas colônias rurais paulistas, desde a lida diária e ao cotidiano da família agricultura em seus lares, muitas vezes improvisados em construções efêmeras.

Os projetos das unidades habitacionais dos núcleos coloniais e das colônias rurais foram analisados com o objetivo de se compreender os arranjos tipológicos, geralmente em casas geminadas ou em carreira. No decorrer da pesquisa, outra modalidade de núcleo habitacional operário se configurou importante para análise - as colônias e vilas operárias de usinas, as quais se configuram como elementos de transição entre a habitação rural e a urbana.

A partir da análise de plantas de cerca de 30 unidades habitacionais, foi possível identificar os programas desenvolvidos nas variadas tipologias, como também o dimensionamento dos cômodos, em geral: sala, um ou mais dormitórios, cozinha e instalação sanitária, isolada ou anexa à edificação. Os dados levantados estão reunidos em quadros, apresentando as médias por tipos.

No capítulo final da tese, cujo tema central é a unidade habitacional operária em São Paulo, a pesquisa tem início, conforme a primeira parte da tese, com estudo sobre o processo de industrialização em São Paulo, ocorrido concomitantemente ao processo desencadeado em Lisboa, com situações muito semelhantes de incremento populacional e carência de moradia. As questões ligadas ao significativo aumento das correntes imigratórias e êxodo rural, a expansão urbana das cidades industrializadas e carência de moradia operária em São Paulo são abordadas visando compreender os motivos que levaram à construção de unidades habitacionais direcionadas à população operária em diversas cidades paulistas.

Seguindo a linha metodológica da primeira parte, em que foi analisado o cotidiano operário europeu, o capítulo versa sobre o cotidiano operário nas fábricas e nos espaços de convivência social e, consequentemente, as relações familiares nos cortiços, vilas e bairros operários - espaços de sobrevivência onde a família operária era vigiada com o objetivo de ordem e disciplina. Neste aspecto, a pesquisa analisa as primeiras leis, códigos e posturas que dizem respeito ao tema em São Paulo e seus desdobramentos que criaram uma séria discussão sobre a problemática da habitação operária, em que profissionais ligados ao sanitarismo, além de arquitetos e urbanistas, elaboraram diversos conceitos e propostas técnicas com vistas a resolver o problema habitacional da classe operária em São Paulo.

Na sequência, analisou-se a constituição dos espaços de sobrevivência operária, caracterizados, assim como em Lisboa, pela informalidade, com os cortiços e; as vilas operárias, construídas especificamente para este fim. Algumas tipologias de cortiços passaram por análise, para compreender como se davam as relações entre os habitantes, como também a disposição de seus espaços coletivos e individuais.

Os diferentes arranjos espaciais das vilas operárias e conjuntos habitacionais paulistas são apresentados na sequência da tese com enfoque especial para as diferentes tipologias classificadas. Partindo da pesquisa realizada em Lisboa e seguindo a classificação definida por Nuno Teotônio Pereira, os objetos de estudo encontrados em São Paulo estão classificados de acordo com seus arranjos tipológicos: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas construídas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas de escala urbana e conjuntos habitacionais. Foram selecionadas em torno de 40 vilas operárias e conjuntos habitacionais que se desdobraram em 58 projetos distintos de unidades habitacionais na cidade de São Paulo e outras cidades industrializadas do Estado, entre as mais representativas, de acordo com obras de autores brasileiros que trataram anteriormente do tema.

A partir da análise de plantas de cerca de 40 vilas operárias paulistas, foi possível identificar os programas desenvolvidos nas variadas tipologias, como também o dimensionamento dos cômodos, em geral: sala, um ou mais dormitórios, cozinha e instalação sanitária, isolada ou anexa à edificação. Os dados levantados foram reunidos em quadros, apresentando as médias por tipos. Com a reunião dos dados das unidades lisboenses e paulistas, foi possível estabelecer um estudo comparativo entre os objetos, no que diz respeito ao programa e ao dimensionamento dos mesmos.

PARTE 1:
A UNIDADE HABITACIONAL DO TRABALHADOR NA EUROPA

CAPÍTULO 1
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS ORIGENS DA HABITAÇÃO OPERÁRIA NA EUROPA

Cidade industrial europeia e habitação operária precária

A partir de 1776, com a invenção da máquina a vapor por James Watt (1736-1819) e sua posterior aplicação à produção, uma nova concepção de trabalho modificou totalmente a estrutura social e comercial da época, provocando profundas e rápidas mudanças de ordem econômica, política e social que, num período de aproximadamente um século, foram superiores às mudanças ocorridas no milênio anterior.

A Revolução Industrial teve início no século XVIII, na Inglaterra, a partir da mecanização dos sistemas de produção, pois a Era Moderna mudara o sistema de produção artesanal vigente desde a Idade Média, por meio da substituição do trabalho manual pelo trabalho da máquina e a transferência da energia humana pela energia a vapor (figura 1). O período consolidou o capitalismo e o trabalho assalariado, com a separação definitiva entre o capital e o trabalho, e a reordenação da economia mundial durante o século XIX, pois concebeu a nova dinâmica capitalista responsável por superar o mercantilismo com o controle da burguesia sobre a produção; além da formação do proletariado como nova classe social. O crescimento populacional originou maior demanda de produtos e mercadorias incentivando que a burguesia industrial, insaciável por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, desenvolvesse alternativas para aprimorar a produção de mercadorias (RECCO, 2002).

Figura 1 - Configurações típicas empregadas em diferentes máquinas (Fonte: <http://enciclopedia.us.es/>).

A Inglaterra foi pioneira em tal processo industrial, pois: se configurava como um Estado liberal burguês, de capitais acumulados oriundos da exploração colonial e do domínio sobre as atividades mercantis, até então de mão-de-obra barata; possuía grandes reservas de carvão mineral em seu subsolo, a mais importante fonte de energia para movimentar as máquinas e as locomotivas a vapor; e também amplas reservas de minério de ferro, a principal matéria-prima utilizada neste período; promoveu a edição da Lei dos Cercamentos de Terras¹ que destacou o crescimento da mão-de-

¹ A política dos cercamentos de terras foi consequência do contexto comercial do século XVIII, na Inglaterra. A lei transformava as terras comuns aos senhores e servos, provenientes da antiga relação feudo-vassálica, em pastos para o gado ovino. A lã, além do carvão e do ferro, se constituía um dos principais produtos da expansão comercial inglesa. Os servos,

obra disponível procurando emprego nas cidades inglesas do século XVIII; a burguesia inglesa possuía o capital suficiente para financiar fábricas, contratar empregados e comprar matéria-prima e maquinário (figura 2); e também tinha um mercado consumidor com capacidade de absorver a produção disponibilizada².

Figura 2 - Em 1790, Watt completou os aperfeiçoamentos da sua máquina a vapor, a qual veio a receber seu nome, e que se tornou fundamental para o sucesso da Revolução Industrial (Fonte: <http://www.feiradeciencias.com.br/cientistas/watt.asp>).

O ramo têxtil iniciou o processo de industrialização. Até então o tecido era feito em vários estágios: o algodão ou a lã eram preparados, fiados, tingidos e tecidos por artesãos especializados em cada etapa do processo, os quais trabalhavam em suas casas, ganhando melhor do que se fossem encarregados de todas as fases. Assim era impossível aos empregadores o controle sobre a quantidade ou qualidade do trabalho realizado em casa, levando-os a construir um edifício comum onde todos os empregados trabalhariam sob a supervisão, onde eles produziram muito mais nas máquinas do que em casa, com instrumentos simples. A partir deste momento passava a existir a fábrica como nova tipologia arquitetônica (CHAMBERLIN, 1983, p. 10).

Poucos ingleses pobres possuíam terras para plantar alimentos que podiam ser trocados por outros gêneros, obrigando-os a trabalhar para os proprietários das plantações, por salários que viabilizavam a compra dos produtos industrializados. Esses agricultores assalariados passaram a deixar o campo para morar nas cidades e trabalhar nas fábricas (figura 3). O resultado dos consistentes e

sem terras para conseguirem seu sustento, foram forçados a migrar para as cidades em busca de trabalho, tornando-se mão-de-obra barata e constituindo uma nova classe, o proletariado. Entretanto, os servos não apenas migraram para as zonas urbanas, por causa da lei dos cercamentos, mas também para as colônias inglesas na América. Os pequenos proprietários agrários plantavam para seu próprio sustento. Com a nova lei, eles eram retirados de suas terras, dando lugar a grandes proprietários que eram produtores ovinos e de algodão que abasteceria a indústria. Os pequenos proprietários eram obrigados a deixar suas terras e ir para as cidades, consequentemente virando também mão-de-obra barata. Os donos de terras criavam ovelhas para produzir lã e vender para a indústria de tecido, que na época alcançava grande desempenho (http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_dos_Cercamentos_de_Terras).

² www.suapesquisa.com/industrial/

rapidíssimos movimentos migratórios foi um extenso processo de êxodo rural, sem precedentes em fases anteriores da história da civilização urbana (CHAMBERLIN, 1983, p. 10; CALABI, 2012, p. 15). A população europeia cresceu mais que o dobro no século XIX chegando a 400 milhões, o que vinha provocando mudanças na agricultura desde o século anterior, para alimentar tantos habitantes. As fazendas produziam mais com menos mão-de-obra e muitos fazendeiros pobres tinham dividido suas terras com seus filhos, sendo que as menores terras cultivadas rendiam menor produção. No século XIX, muitas dessas pequenas áreas foram unidas, formando fazendas maiores e mais eficientes, assim o gado dava mais lã, leite e carne, enquanto que as máquinas semeadoras permitiam colheitas mais volumosas (CHAMBERLIN, 1983, p. 26).

A partir da década de 1870, alimentos mais baratos passaram a ser importados na Europa, obrigando as fazendas a se adaptarem, especializando-se em determinadas culturas com maiores quantidades, ao invés de produzirem um pouco de cada gênero, barateando os preços. O excedente podia ser comercializado entre os diversos países através das estradas de ferro. Entretanto, a revolução agrícola dispensou grande parte dos trabalhadores, e como o preço dos alimentos baixou, os baixos salários incentivaram os agricultores a procurar empregos nas cidades ou emigrarem para outros continentes (CHAMBERLIN, 1983, p. 26).

Figura 3 - Pugin - Uma cidade cristã em 1440 e em 1840 (Fonte: Benevolo, 2009).

A Revolução Industrial na Europa determinou intensas mudanças sociais, ideológicas, políticas, econômicas e tecnológicas que se refletiram no crescimento da maioria das cidades dos países mais

desenvolvidos na época como: Inglaterra, França e Alemanha. A segunda metade do século XIX constituiu um fator determinante na história do crescimento das sociedades e dos territórios urbanos. O desenvolvimento da indústria permitiu a capacidade de mecanização do trabalho e o crescimento da produtividade e consequentemente do poder econômico (ANTUNES, 2002, p. 12).

As transformações urbanas introduzidas na hierarquia urbana pelo processo de industrialização foram articuladas de maneira diferente nos países europeus, com consequência de desequilíbrio e aceleração diferenciada entre as regiões atingidas. Segundo Calabi (2012) é possível dizer que o progresso e o bem-estar aumentaram; no entanto, em casos individuais é perceptível a degradação das condições de vida de várias cidades que sofreram mudanças mais aceleradas, em relação à superlotação em moradias, condições higiênico-sanitárias de alguns bairros, acréscimo de trânsito e degradação da qualidade do ar e da água. *“O ritmos e a forma adquiridos devido à expansão da superfície urbanizada, além das escolhas operativas feitas na disciplina do urbanismo - isto é, o uso de projetos de diferentes tipos de ocupação do espaço físico - assinalam um momento de transição e de ruptura importante e relação ao que já tinha sido realizado nos últimos anos do século XVIII”* (CALABI, 2012, p. 14).

Além da Inglaterra, a industrialização estendeu-se para o continente europeu, na Bélgica e logo a seguir para a Alemanha, França, Holanda, Rússia e também aos Estados Unidos. *“Em 1870, a Alemanha rivalizava com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos produziam mais que a Europa. Mas a expansão foi desigual. Quase não houve mudança na Espanha, e enquanto o norte da Itália se industrializou, o sul continuou pacífico, rural e pobre”* (CHAMBERLIN, 1983, p. 11). Principalmente no Reino Unido, o incremento populacional nos centros urbanos já se registrava no censo realizado em 1801, e se manteve por mais de um século, enquanto que na França, o processo ocorreu em meados do século XIX. Países como Portugal, Espanha e Áustria que permaneceram predominantemente rurais por muito tempo, também registraram aumento de população considerado não proporcional em termos de concentração urbana por Calabi (2012).

“Nesse sentido, Viena constitui um caso totalmente diferente. De maneira análoga ocorre na Dinamarca e na Suécia, onde os centros com mais de dez mil habitantes são poucos até a segunda metade do século XIX, enquanto boa parte de ambos os países é ocupada por campos e florestas quase desabitados. Nos Länder (entidades regionais) alemães, e especificamente no estado prussiano, o processo de industrialização favorece o crescimento urbano desejado por Bismarck, planejado com o consenso da indústria siderúrgica e dos transportes ferroviários, acelerado principalmente em Berlim, que se transforma, para toda a Europa, em uma espécie de referência sob o ponto de vista da forma resultante em função de seu crescimento físico” (CALABI, 2012, p. 14).

Na Itália, antes da unificação do país, os diversos estados apresentavam situação diferenciada, segundo Calabi (2012). *“A planície padana, o vale do Arno, o golfo de Nápoles e parte do território situado entre Palermo e Catânia são regiões caracterizadas por uma densa rede de centros urbanos e de atividade manufatureiras, ainda que com ritmos e inovação produtiva bem mais lentos do que na Inglaterra ou na Alemanha”*. A autora descreve Roma como uma capital circundada por um amplo território agrícola predominantemente desabitado na época, como eram Paris, Madri e Vie-

na. Mesmo contendo com muitas cidades antigas, o reino da Itália possuía população urbana numericamente inferior à Inglaterra e França (CALABI, 2012, p. 15).

As alterações no modo de vida e nos domicílios da população inglesa e de outros países foram consequências diretas das transformações que modificaram o uso do solo e a paisagem urbana até então existente. Uma multidão de novos habitantes, novas casas, zonas comerciais e industriais, além das novas vias de comunicação e transporte, ocorreram com velocidade, modificando também o padrão de vida conhecido até então (VIANNA, 2006, p. 22-23). Na França, segundo Calabi (2012), o espaço das atividades produtivas se modificou: *“todas as implantações industriais provocam fenômenos similares: as manufaturas atraem mão-de-obra crescente à sua volta, seja nas cidades em condições de receber os estabelecimentos (Paris), seja nas que, por serem muito pequenas, empurram esses estabelecimentos para a periferia (Calais), seja onde um agrupamento nascido em função de uma jazida torna-se uma verdadeira cidade (Le Creusot)”* (CALABI, 2012, p.16).

Com a expansão industrial, pequenas oficinas de trabalho foram substituídas por grandes fábricas mecanizadas, motivando sistemas produtivos com eficácia e rentabilidade. Aplicadas ao trabalho industrial, as inovações tecnológicas permitiram a execução de determinadas tarefas consideradas complexas e a maior produtividade permitiu a procura de mão-de-obra barata provocando o aumento demográfico nas cidades. O crescimento rápido das cidades promoveu a sub-habitação, que trouxe consigo um significativo choque cultural e problemas sérios de planejamento urbano. Assim, o modo de vida urbano influenciado pela técnica moderna, meios de comunicação e transporte, passou a permear todos os níveis da vida social. A revolução demográfica e industrial alterou a distribuição dos habitantes no território e as carências passaram a se manifestar em larga escala, sem que houvesse providências adequadas para sanar os problemas (ANTUNES, 2002, p. 12; VIANNA, 2006, 23-24).

Na grande cidade industrial os novos problemas relacionados à carência habitacional e meio ambiente monótono, segundo Dias (1989), devem-se não apenas à insuficiência de meios técnicos na construção, já que a habitação caracteriza-se como uma manifestação cultural. A autora cita Paul Chombart de Lauwe justificando que as cidades recebiam novos produtos, objetos, imagens e maneiras de viver: *“Os verdadeiros problemas são: aparição de novas necessidades que a sociedade é incapaz de satisfazer, modificação da escala de valores e o surgimento de novas aspirações ligadas à transformação das estruturas”* (DIAS, 1989, p. 32).

Desta forma, a expansão das cidades no contexto da Revolução Industrial promoveu transformações urbanas orientadas por uma nova forma de planejamento, que antes era baseado em traçados clássicos e barrocos vigentes no século XVIII. As cidades se expandiram e cresceram nas zonas periféricas, que se fundiram com o núcleo inicial, ultrapassando os limites geográficos estabelecidos.

“A implantação de novas fábricas e a procura de trabalho aumentou significativamente a população citadina, assim como todas as infraestruturas urbanas de apoio. O alojamento, os equipamentos (escolas e hospitais), as redes de transportes (permitindo a mobilidade dentro da cidade), e as zonas de lazer (espaços verdes), começam a fazer parte das preocupações das sociedades em desenvolvimento” (ANTUNES, 2002, p. 12).

Figura 4 - Obras da ferrovia Londres-Birmingham em 1836 (Fonte: S. C. Brees, *The Illustrated Glossary of Practical Architecture*, 1852 *apud* Benevolo, 1989).

Figura 5 - Alegoria da Cidade Industrial: Londres saindo da Cidade, ou a marcha dos tijolos e da cal; gravura de George Cruikshank, 1829 (Fonte: Benevolo, 2009).

Engels (2010) ao descrever o desenvolvimento das cidades industrializadas, destaca que naquele período foram implantadas:

“as ferrovias, os canais e as estradas; a possibilidade de escolha dos trabalhadores experientes torna-se cada vez maior; em função da concorrência travada entre empreiteiros da construção civil e fabricantes de máquinas, podem-se ali criar novos estabelecimentos a preço menor que em outra região mais distante, para a qual teria de se transportar madeiras, máquinas, pedreiros e operários industriais; dispõe-se de um mercado, de uma Bolsa aonde acorrem os compradores; há relações diretas com os mercados que fornecem as matérias-primas ou adquirem os produtos acabados. Daí o crescimento extraordinariamente rápido das grandes cidades industriais” (ENGELS, 2010, p. 65).

32

O trabalho mecanizado e a produção em série influenciaram os traçados da estrutura funcional das cidades em duas fases: a primeira se caracterizou pela ocupação em massa do espaço livre de forma desordenada e provisória; e a segunda pela reorganização e crescimento baseado em desenho urbano despreocupado com aspectos artísticos ou arquitetônicos, seguindo um padrão repetitivo. Segundo Antunes (2002) *“(...) tanto a forma, como o tipo de expansão das cidades, foram diretamente condicionados pela presença industrial (traduzido do sucesso econômico), para além de outros fatores de caráter defensivo, geográfico, histórico ou político”* (Antunes, 2002, p. 13).

A partir das inovações da tecnologia foi possível o desenvolvimento de uma rede de transportes urbanos para viabilizar o escoamento de produtos e a mobilidade de pessoas, diminuindo distâncias e tempo de viagem. Assim, a estrutura urbana das cidades europeias foi determinada pela mobilidade crescente, possibilitando a implantação de novos núcleos, formados pelas áreas industriais e os bairros criados para alojamento da população operária (figuras 4 e 5). Em geral, as cidades se expandiram de forma radial em relação à antiga malha urbana, ultrapassando os limites geográficos consolidados até então (ANTUNES, 2002, p. 12).

Antunes (2002) pondera que a cidade industrial conviveu de costas para a cidade burguesa:

“Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento econômico e produtivo permitia o crescimento da indústria, a sociedade burguesa escondia dentro dos seus quarteirões, casas sem condições de habitabilidade para a nova classe social, os operários. A apropriação de solo disponível para construção de habitação correspondeu precisamente à ocupação do interior dos lotes urbanos, numa tentativa emergente de alojar tantos trabalhadores. Portanto, o traçado da cidade burguesa chega até aos nossos dias, marcado por este processo de crescimento. Só mais tarde, através do conhecimento aproximado dos problemas sociais dos operários, os industriais escl-

recidos, tomam a iniciativa privada de construir bairros destinados ao alojamento dos trabalhadores das suas fábricas” (ANTUNES, 2002, p. 12).

Figura 6 - Bairros pobres de Londres sob os viadutos ferroviários (Fonte: Gustave Doré, 1872 *apud* Benevolo, 2009).

Figura 7 - Dudley Street em Londres, uma rua de um bairro pobre (Fonte: Gustave Doré, 1872 *apud* Benevolo, 2009).

Em diversos países da Europa, o aumento populacional movido pelo desenvolvimento industrial originou o desequilíbrio entre a procura e a oferta de unidade habitacional a partir do aumento acentuado da população, que abandonou as zonas rurais para trabalhar nas fábricas (figuras 6 e 7).

“A população inglesa começa a aumentar rapidamente a partir de 1760. Os cálculos modernos, baseados nos números de enterros e batismos, estabelecem que em 1700 a população da Inglaterra e do País de Gales era de cinco milhões e meio, e em 1750 de seis milhões e meio; mas em 1801, quando se faz o primeiro recenseamento, já subira para nove milhões, e em 1831 para quatorze milhões” (BENEVOLO, 2009, p. 551).

Chamberlin (1983) destaca que com o crescimento acelerado das cidades era impossível ter benefícios essenciais como água limpa e esgotos e, a sujeira das ruas provocava epidemias como a de cólera.

“Na década de 1830, o cólera matou 100.000 franceses; em 1849, matou 16.000 londrinos. O cólera assolava a Europa. Um médico de Londres descobriu que a água suja transmitia cólera, mas sua descoberta foi ignorada até 1891, quando a doença atingiu Hamburgo. Hamburgo tinha água suja, mas Altona, que ficava próximo e tinha instalações para purificar a água, não foi atingida. A solução era evidente: o suprimento de água limpa acabou com o cólera. As cidades superpovoadas e sujas eram focos de doenças mortais, como a varíola, a escarlatina e o tifo. A água infestada de germes e lixo podre atraía moscas, que pousavam depois nos pratos de comida de adultos e crianças. Era comum as pessoas se revezarem no uso de uma cama, passando umas para as outras pulgas transmissoras de tifo” (CHAMBERLIN, 1983, p. 36).

Este ambiente desordenado e inabitável resultou da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, ocorridas sem regras ou coordenação. Após as grandes epidemias de cólera na Inglaterra, um movimento de pressão social e reforma se configurou com a divulgação de pesquisas sobre as condições higiênicas da habitação e com a transmissão de epidemias. *“Edwin Chadwick (1800-1890), um brilhante advogado, assistente literário de Jeremy Bentham, pressiona para que a Poor Law, de 1834, adote novas cláusulas de organização administrativa para o controle da higie-*

ne. Esses primeiros passos estão na base da adoção do primeiro Public Health Act (Ato de Saúde Pública), de 1848 (figura 8), que autoriza, sem tornar obrigatória, a instituição de uma entidade centralizada, comissões locais específicas e de técnicos municipais, os oficiais médicos” (Calabi, 2012, p. 82). Além da Inglaterra, a pressão social também gerou protestos na imprensa que culminaram na votação da primeira legislação sanitária da França em 1850, após protestos de socialistas, da Igreja Católica e da oposição ao governo; e na Itália em 1865, além de outros países europeus (BENEVOLO, 2009, p. 567).

Engels (2010) destaca que o grande estabelecimento industrial demandava muitos operários, os quais trabalhavam juntos numa mesma edificação. Tais trabalhadores deveriam morar próximo do local de trabalho e juntos. Assim, onde surgia uma fábrica de médio porte, logo se erguia uma vila.

“Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas, que acorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. Os habitantes da vila, especialmente a geração mais jovem, habituam-se ao trabalho fabril, familiarizam-se com ele e quando a primeira fábrica, como é compreensível, já não os pode empregar a todos, os salários caem - e, em consequência, em consequência, novos industriais ali se estabelecem. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece” (ENGELS, 2010, p. 65).

Figura 8 - Public Health Act em 1848. O Secretário de Habitação, Lord Morpeth, jogando pérolas (as provisões do Ato) aos porcos (vereadores de Londres). (Autor: Vinheta de Punch, 1848).

Figura 9 - Construções abarracadas erguidas para alojamento dos operários ingleses (Fonte: <http://www.dipity.com>).

Os problemas relacionados ao alojamento e divisão de classes no século XIX foram descritos por teóricos como Friedrich Engels:

“Engels, filho de um próspero industrial têxtil com fábricas em Manchester e Barmen, na Alemanha, caracterizou as condições de alojamento operário da época como não tendo os padrões mínimos de habitabilidade e sem qualquer conforto ou salubridade. O acesso ao interior dos pátios fazia-se por uma abertura estreita na fachada urbana. A pouca ventilação, a falta de saneamento básico e a construção das casas, faziam deles espaços à margem da cidade capitalista” (ANTUNES, 2002, p. 15).

Casas abarracadas construídas em carreira dentro dos quarteirões foram primeiras formas de alojamento para os operários ingleses (figura 9). A ocupação dos quintais causou problemas urbanos e sociais: o solo disponível era então ocupado sem critério ou planejamento, e os espaços livres conhecidos como pátios se caracterizavam como um prolongamento comunitário e semiprivado das

unidades, onde se davam os acessos (ANTUNES, 2002, p. 15). Chamberlin (1983) afirma que *“casas miseráveis e pequenas eram construídas apressadamente para os trabalhadores. A construção era pouco regulamentada e as casas eram encostadas umas nas outras, em ruas estreitas, sem ar fresco e sem luz. Alguns cômodos não tinham janela. (...) No passado, ricos e pobres moravam nos mesmos bairros, mas, no fim do século, os ricos passaram a morar em subúrbios arborizados, com jardins e muito verde, longe da sujeira dos bairros pobres”* (CHAMBERLIN, 1983, p. 32).

Estas habitações eram construídas por especuladores em pequeno número de unidades ou em grandes conjuntos, com o objetivo de obter lucro máximo:

“o operário, que recebe um salário apenas compatível com a sobrevivência, deve usar parte dele para pagar o aluguel, e o proprietário, que construiu uma casa o mais apertada possível e com os materiais de qualidade inferior deve conseguir um lucro superior ao custo de construção. O encontro destas duas exigências determina o caráter da casa e do bairro. A casa, por sua vez, pode também ser melhor do que a cabana onde a mesma família morava no campo: os muros são de tijolos em vez de madeira, a cobertura é de ardósia e não de palha, a mobília e os serviços são igualmente primitivos ou não existem. Mas a cabana tinha muito espaço ao redor, onde os refugos podiam ser eliminados com facilidade e muitas funções - a criação de animais, o trânsito dos pedestres e dos carros, os jogos das crianças - podiam desenvolver-se ao ar livre sem demasiados estorvos entre si. Agora, o agrupamento de muitas casas num ambiente restrito impede a eliminação dos refugos e o desenvolvimento das atividades ao ar livre: ao longo das ruas correm os esgotos descobertos, se acumulam as imundícies, e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças. Além do mais, os bairros piores surgem nos lugares mais desfavoráveis: perto das indústrias e das estradas de ferro, longe das zonas verdes. As fábricas perturbam as casas com as fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas” (BENEVOLO, 2009, p. 566).

As grandes cidades do período tinham um ou vários *‘bairros de má fama’*, onde se concentrava a *classe operária*, segundo Engels (2009).

“É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses ‘bairros de má fama’ se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade, quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias - onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa” (ENGELS, 2010, p. 70).

Em sua descrição dos bairros da periferia de Manchester na Inglaterra (figura 10), Engels (2010) demonstra com detalhes, questões comuns em diversas outras cidades industrializadas do período:

“a cidade nova, também chamada de cidade irlandesa (The Irish Town), se estende para além da cidade antiga, sobre o flanco de uma colina argilosa entre o Irk e St. George’s Road. Aqui não há qualquer aspecto urbano. Filas isoladas de casas ou que formam conjunto de ruas elevam-se intermitentemente, como pequenas aldeias sobre o solo argiloso e nu, onde nem a relva cresce; as casas, ou melhor, os casebres, estão em mau estado, nunca consertados, são sujos e

tem habitações nos porões úmidos e insalubres; as ruelas não são pavimentadas, não têm rede de esgotos e abrigam varas de porcos, fechadas em pocilgas nos pequenos quintais ou que passem livremente na encosta. Os caminhos são tão lamacentos que somente quando o tempo está muito seco é possível percorrê-los sem atolar a cada passo. (...) Na cidade velha, frequentemente o arbítrio presidia o agrupamento das edificações. Cada casa foi construída sem que se tivessem em conta as outras e os poucos palmos de terra irregular entre elas são chamados, a falta de melhor designação, pátios (courts). Nas zonas um pouco mais recentes desse mesmo bairro, e em outros bairros que datam dos primeiros tempos do desenvolvimento industrial, verifica-se um esboço de plano. O espaço entre duas ruas é dividido em pátios mais regulares, na maioria deles quadrangulares (...). Tais pátios se comunicam com as ruas através de passagens cobertas. Se a construção desordenada já era muito prejudicial à saúde dos moradores na medida em que impedia a circulação do ar, este sistema de encerrar os operários em pátios fechados por todos os lados o é muito mais. Aqui, torna-se impossível a renovação do ar; as chaminés das casas - se o fogo não está aceso - constituem as únicas saídas para o ar viciado dos pátios. Acrescente-se ainda que as casas em torno desses pátios são em geral construídas duas a duas, a parede do fundo sendo comum, e isso já basta para impedir um arejamento satisfatório e adequado. (...) Mais recentemente, adotou-se um outro sistema de construção, agora usado comumente. As casas não se constroem mais de forma isolada, mas às dúzias ou mesmo às grosas, por um único empreiteiro que se encarrega de uma ou duas ruas. Elas se dispõem da seguinte maneira: uma das fachadas compreende as casas da primeira fila, que têm a sorte de possuir uma porta traseira e um pequeno quintal - e, por isso, seu aluguel é mais caro; por trás delas, há uma estreita ruela, a rua dos fundos (back street), fechada em ambas as extremidades e cujo acesso é lateral, um estreito caminho ou uma passagem coberta; as casas que dão para esta ruela são as que têm o aluguel mais barato e são as mais descuidadas; as paredes traseiras são comuns às casas da terceira fila, que dão para o lado oposto da rua e correspondem a um aluguel mais alto que o que os das casas da segunda fila, mas inferior ao das casas da primeira. (...) Com este sistema, a ventilação das casas da primeira fila é bastante boa e a daquelas da terceira fila pelo menos não é pior que a das edificações erguidas no velho sistema; em compensação, a fila do meio é tão mal arejada quanto às habitações nos pátios e as ruelas dos fundos são tão sujas quanto os pátios (figura 11). Os empreiteiros preferem esse sistema porque poupa espaço e permite-lhes explorar ainda mais os operários mais bem pagos, mediante os aluguéis mais altos das casas da primeira e da terceira filas (...). Ademais, os construtores (em geral, mestres de obras, carpinteiros ou industriais) quase não fazem consertos nas casas, seja porque não querem reduzir os ganhos que obtêm com os aluguéis, seja porque o contrato de locação do terreno está chegando ao término, seja enfim porque, em razão das crises comerciais que geram desemprego, muitas casas ficam vagas e acabam se deteriorando” (ENGELS, 2010, p. 96 a 100).

Figura 10 - Detalhes de novos bairros em Manchester
(Fonte: Engels, 2010).

Figura 11 - Detalhes de novos bairros em Manchester
(Fonte: Engels, 2010).

Tais habitações eram ocupadas por trabalhadores de origem rural, atraídos pela oportunidade de trabalho nas fábricas que se implantavam na cidade. Entretanto, esses novos operários mantinham hábitos rurais no meio urbano, como criação de animais para consumo, que com a ausência de saneamento e a falta de pavimentação permitia o alastramento de epidemias. “As cidades debati-

am-se com o problema da acumulação de casos provisórios de alojamento, não conseguindo dar resposta em tempo útil aos problemas relacionados com as questões de planeamento urbano". A ausência de infraestruturas básicas e a incapacidade de resolução dos problemas decorrentes do aumento demográfico e saúde pública nas sociedades industrializadas culminaram em sérios problemas sociais (ANTUNES, 2002, p. 16).

Engels (2010) faz também uma descrição detalhada de um bairro de casas degradadas em Manchester:

"numa depressão bastante profunda, circundada por altas margens cobertas de construções e de aterros, se juntam em dois grupos cerca de 200 casas em sua maioria com a parede posterior comum duas a duas, onde moram, no total, cerca de 4000 pessoas, quase todas irlandesas. As casas são velhas, sujas e do tipo menor, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização. Lixo, refugos e lodo nauseante são esparsos por toda parte em enormes quantidades, no meio de poças permanentes, a atmosfera está empestada por suas exalações e turvada e poluída por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças esfarrapadas vagueia pelos arredores, sujas como porcos que se deleitam sobre os montes de cinzas e nas poças" (ENGELS, 2010 apud BENEVOLO, 2009, p.566).

As condições sanitárias dos bairros operários de Manchester são retratadas com detalhes no periódico inglês *The Artizan* de outubro de 1843:

"Essas ruas são em geral tão estreitas que se pode saltar de uma janela para outra da casa em frente e as edificações têm tantos andares que a luz mal pode penetrar nos pátios ou becos que as separam. Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas, de sorte que, apesar do trabalho de limpeza das ruas, formam-se massas de esterco seco das quais emanam miasmas que além de horríveis à vista e ao olfato, representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes podem testemunhar o ponto atingido pelas doenças, pela miséria e pela degradação moral. Nesses bairros, a sociedade chegou a um nível de pobreza e de aviltamento realmente indescritível" (ENGELS, 2010, p. 79).

No mesmo artigo, o periódico também apresenta as péssimas condições de habitação em Birmingham:

"Nas partes mais antigas da cidade há muitos bairros sujos e malconservados, cheios de charcos estagnados e montes de imundícies. Em Birmingham, os pátios são muito numerosos, cerca de 2 mil, onde vive a maior parte da classe operária. Em geral, são estreitos, lamacentos, mal arejados e com esgotos precários, alinhando-se entre oito e vinte prédios, e só recebem ar por um lado, já que o muro traseiro é comum a outros edifícios; no fundo de cada pátio, há quase sempre um buraco para cinzas ou qualquer coisa desse gênero e cuja sujeira é indescritível. Deve-se observar, todavia, que os pátios mais modernos foram construídos mais racionalmente e estão mais bem conservados; e mesmo os velhos cottages estão menos amontoados que em Manchester e Liverpool - aí está a explicação por que, quando das epidemias, os casos mortais foram menos numerosos em Birmingham (...). Também são desconhecidas em Birmingham as moradias em porões, embora alguns sirvam inapropriadamente para oficinas. Os albergues para operários são mais numerosos (mais de quatrocentos), situados principalmente nos pátios do centro da cidade; quase todos muito sujos e mal-cheirosos, refúgios de mendigos, vagabundos (...), ladrões e prostitutas que, sem se preocuparem minimamente com conforto e decência, aí comem, bebem, fumam e dormem numa atmosfera que só é suportável por esses seres degradados" (ENGELS, 2010, p. 80).

Engels (2010) destaca a miséria e as terríveis condições de sobrevivência da população pobre de Glasgow e publica trecho de um artigo do periódico *The Artizan* que descreve uma população operária vivendo em habitações precárias denominadas *wynds*:

“A classe operária representa aqui cerca de 78% da população total (cerca de 300 mil pessoas) e mora em bairro cuja miséria e horror ultrapassa os antros mais vis de St. Giles e Whitechapel, os Liberties de Dublin e os wynds de Edimburgo. Muitos desses bairros estão no centro da cidade (...) labirintos intermináveis de becos e os wynds onde desembocam a cada passo pátios e vielas formados por velhas e altíssimas casas, degradadas, mal arejadas e sem água. Essas casas, literalmente, transbordam de moradores: abrigam três ou quatro famílias, talvez vinte pessoas, por andar. Em alguns casos, o andar é alugado como dormitório, de forma que quinze ou vinte pessoas estão amontoadas - não se pode dizer abrigadas - num único quarto. Nesse bairros habitam os membros mais pobres, mais depravados, mais aviltados da população e devem ser considerados o ponto de origem das terríveis epidemias de febre que, partindo daí, disseminam a morte em toda a cidade de Glasgow” (ENGELS, 2010, p. 80-81).

Figura 12 - Choça operária de Glasgow em 1848 (Fonte: Benevolo, 2009).

Ainda sobre Glasgow (figura 12), o inspetor do governo J. C. Simmons relata a respeito da situação de moradia dos tecelões manuais:

“Aqui e no sul do continente, vi miséria em seus piores aspectos, mas antes de visitar os wynds de Glasgow não acreditava que em qualquer país civilizado pudesse existir tanta monstruosidade, tanto pauperismo e tantas doenças. Nos albergues mais sórdidos dormem juntas, sobre o mesmo chão, dez, doze e às vezes vinte pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, mais ou menos desnudas. Esses alojamentos são usualmente tão sujos, úmidos e arruinados que ninguém gostaria de ter ali seu cavalo. (...) Sua cama era um monte de palha bolorenta e alguns trapos. Havia poucos móveis ou nenhum e a única coisa que dava a esses cômodos um aspecto habitável era o fogo aceso” (SIMMONS, 1839 apud ENGELS, 2010, p. 81).

A nova sociedade nascida após a Revolução Industrial procurava responder aos novos problemas, principalmente às questões relativas à degradação da qualidade de vida urbana. O planejamento da habitação operária tornou-se uma preocupação da sociedade industrial (Antunes, 2002, p. 18). Como resposta à degradação das cidades, propiciada por uma fase de prosperidade e pela disponibilidade de transportes públicos (bondes, cavalos, ferrovias e metrô, no caso de Londres), segundo

Calabi (2012), a classe média decidiu abandonar os centros urbanos congestionados com o objetivo de aproximar-se de uma vida suburbana ‘com otimismo e alívio, acompanhada pelo esforço de separar casa e trabalho’. Grande parte das propriedades que foram liberadas pela classe média foi ocupada por artesãos e pequeno-burgueses, enquanto que as demais foram subdivididas em apartamentos destinados às classes trabalhadoras. Por volta da década de 1850, já se configurava uma segregação definida por áreas residenciais, baseada em rendas discrepantes, que polarizava geograficamente a sociedade urbana.

“As primeiras expressões desse processo determinam círculos concêntricos com slums, indústrias e depósitos no coração da cidade; no anel sucessivo, residências para operários respeitáveis; e, no anel perimetral, casas para a classe média. A ideia de zonas distintas colhe a essência da desintegração da grande cidade entre slums e subúrbios. A fase crucial de tendência à suburbanização é sentida por aqueles que ficam de fora, comodamente longe da comparação direta e cotidiana com a miserável situação das moradias dos pobres e da degradação moral do centro da cidade” (CALABI, 2012, p. 57-58).

Figura 13 - Projetos de casas unifamiliares na revista alemã “Arbeiter - Wohnungen”, pertencente ao arquiteto Giuseppe Chiapori (Fonte: Acervo Martha Rossetti Batista *apud* Benclowicz, 1989).

Figura 14 - Casas operárias da Société John Cockerill Seraing (Fonte: <http://antoinisme.blogg.org/>).

Hobsbawn (2000) informa que as condições materiais de vida e a salubridade das unidades habitacionais dos trabalhadores foram influenciadas por três fatores após 1870: a queda do custo de vida durante a Grande Depressão³ de 1873 e 1896; a descoberta do potencial do mercado de massa

³ A Grande Depressão (1873-1896) representa um ponto de inflexão na trajetória do capitalismo no século XIX. Ela marca a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Marca, também, o momento em que a ‘oficina do mundo’ se torna progressivamente obsoleta, com a indústria inglesa perdendo uma liderança até então inquestionável. Ao final da Grande Depressão, a economia e a política mundiais haviam sofrido transformações radicais: a euforia efême-

para os produtos industriais; e a chamada *by-law housing*, “habitação regulamentada, sob a seção 157 da Lei da Saúde Pública, que, na verdade, produziu muito do ambiente de vida da classe trabalhadora: as filas de casas geminadas no perímetro dos antigos centros das cidades” (HOBBSAWN, 2000, p. 287).

Figura 15 - Cortiços (casernas de aluguel) de Berlim
(Fonte: Verlag Dr. Hans Epstein/Wien & Leipzig, 1929
apud www.geo.de/).

Figura 16 - Cortiço em Berlim
(Fonte: www.ppriehmershofgarten.com/).

Sobre a habitação, segundo Hobsbawn (2000), a evolução mais relevante, além da melhoria do padrão e dimensão das unidades, foi o incremento de ruas e distritos operários, implantação e transporte público de massa a baixo custo e subúrbios destinados às classes operárias (figura 14), dentro do perímetro urbano. O autor reforça que a suburbanização da classe operária em Londres tendia a desgastar ou a romper o que considera uma das ligações existenciais mais significativas da comunidade, a que existia entre o local onde as pessoas viviam e trabalhavam, obrigando os trabalhadores a fazer longas viagens entre o local de trabalho e suas casas (HOBBSAWN, 2000, p. 288). Na Alemanha, as primeiras denúncias em torno do problema das moradias e as primeiras propostas para tentar resolvê-las foram regulares e documentadas entre os anos de 1860 e 1870. Segundo Calabi (2012, p. 49) a denúncia envolvendo a opinião pública, inicialmente, não foi feita por especialistas ou técnicos, mas por expoentes da vida política e social. Segundo Da Silva (2008) a Alemanha já apresentava desde épocas remotas uma espécie de tradição, não apenas de gestão urbanística, destacando o pioneiro do zoneamento alemão e o próprio tratamento da questão habitacional (figura 13). O autor cita como exemplo a tipologia arquitetônica dos *Mietkasernen* (casernas de aluguel) possivelmente promovida por iniciativa do Rei Frederico, o Grande (1712-1786) para o alojamento das famílias de soldados (figuras 15 e 16). Posteriormente, esse tipo de implantação foi difundido em larga escala a partir da ação do prefeito Jakob Hobrecht, em 1858. O conceito dos *Mietkasernen* se baseava na ideia de promover integração social com ricos e pobres num mesmo bloco de edifícios (Hall, 2011 in: Da Silva, 2008). “Ironicamente, o que se pretendia uma solução, com o aumento da demanda decorrente do grande crescimento da população das cidades, acabou

se convertendo num ícone de subabitação e de ganância dos proprietários imobiliários” (DA SILVA, 2008).

Em Londres, o segundo Public Health Act de 1875 configurou-se uma das mais importantes leis europeias sobre o assunto, a qual determinava uma vasta gama de regulamentos locais de higiene. Tais expedientes estavam ligados à questão das moradias, estabelecendo pesquisas detalhadas sobre a qualidade do bairro, da casa e seus espaços internos, além de verificar a qualidade da luz e do ar nos espaços. Calabi (2012) acrescenta que o movimento cultural e legislativo, originado na Inglaterra, por melhorias de questões higiênicas ocorreu também na Alemanha e na Holanda.

“No primeiro caso, Max van Pettenkofer, célebre professor da medicina de Munique, desenvolve e imprime suas pesquisas estatísticas - objeto de referência dos principais congressos internacionais -, muitos manuais de higiene e especificamente alguns de urbanismo, e a Associação Alemã para a saúde pública e outros organismos retomam e difundem os interesses da burguesia urbana esclarecida. Na Holanda, os engenheiros estão, antes de qualquer coisa, ocupados com as pesquisas sobre a qualidade de habitat nas principais cidades da região, todavia, mais tarde, encarregam-se de indicar procedimentos operativos no setor das instalações de água e de esgotos e normas para construções” (CALABI, 2012, p. 82).

Figura 17 - A medicina popular ocupava um lugar importante na economia da saúde (Fonte: L'illustration, 1856 *apud* Perrot, 2009).

Figura 18 - Tratamento de tuberculose no hospital Saint-Louis (Fonte: Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Na Itália, o quadro técnico cultural era condicionado por duas leis que evidenciavam a higiene como elemento principal de reconhecimento dos problemas relacionados à cidade e ao território: a Lei de Saneamento da Cidade de Nápoles e o Código de Higiene e Saúde Pública de 1888, os quais foram aprovados após a epidemia de cólera que infestou o território italiano entre 1884 e 1885.

“Diferente de outras epidemias que haviam afetado o país, essa fez amadurecer uma série de propostas que os higienistas haviam feito há tempos. Já era clara, então a origem bacteriana da doença e era de conhecimento público que a bactéria se desenvolvia nas aglomerações urbanas onde faltavam sistemas eficazes de abastecimento e eliminação das águas. Os manuais alemães, de modo particular os de Pettenkofer, são muito conhecidos na Itália, assim como os resultados obtidos por Koch e Pasteur e as vacinas de preservação. Após o período 1884 a 1885, os estudos de higiene pública se transformavam de questões científicas em propostas operativas para a construção de uma rede capilar de controle e instrumentos de prevenção” (CALABI, 2012, p. 86).

Na década de 1880, foi acelerado o processo de transformação dos preceitos higiênicos em normas legais e de higienistas técnicos do Estado. Calabi (2012) afirma que o Código de 1888 previa um sistema hierárquico de entidades onde o pessoal técnico-sanitário ocupava posições importantes em níveis diferentes (figuras 17 e 18):

“Por meio da higiene, são introduzidos novos instrumentos de pesquisa e intervenção, mas principalmente técnicas anteriormente experimentadas, as quais sofrem uma espécie de exagero ideológico. Operações de manutenção ordinária, como alargamento de ruas e retificação, agora são justificadas por expressões obtidas no vocabulário de cirurgia elementar e por metáforas do corpo humano como ‘sventramento’ (extirpação). Extirpar significa atacar o mal em seu epicentro segundo procedimentos que se contrapõem polemicamente aos custosos esforços da arquitetura. Demolições e reconstruções assumem o nome de saneamentos ou ‘higienização’” (CALABI, 2012, p. 86-87).

O processo de higienização passou a conduzir a administração pública em vários setores como: instrução pública, assistência aos pobres, sistema viário e desenvolvimento construtivo e estético da cidade, incluindo até mesmo a configuração planivolumétrica das quadras.

“Luz e ventilação tornam-se parâmetros indiscutíveis para definir a altura das fachadas, a largura dos recuos dos edifícios, as características dos pátios internos. Além disso, a higiene pode estabelecer, em bases objetivas, as dimensões ideais de uma habitação saudável, as características dos equipamentos coletivos, a evolução dos serviços de rede. Essa ampla gama de questões, uma vez submetidas ao domínio da higiene, torna-se objeto da ‘engenharia sanitária’. Matéria de cunho positivista, ela estabelece relações diretas entre causa e efeito, diagnóstico e terapia, conhecimento e intervenção. A pesquisa de conhecimento das condições higiênicas e sociais torna-se uma premissa da fase operativa” (CALABI, 2012, p. 87).

Figura 19 - Mulheres classificadoras de carvão em Le Creusot (Autor: Criado por Neuville sobre foto de autor desconhecido in: Le Tour du Monde. Paris, 1867).

Figura 20 - Mineiros de Le Creusot (Fonte: Les Grandes Usines. Autor: Julien Turgan, c.1880).

Na Itália, segundo Calabi (2012), o conceito de habitabilidade nos novos edifícios ou de reestruturação recente, era definido pela legislação de 1888, na qual os requisitos determinantes eram paredes secas, ventilação e iluminação dos ambientes, interligações com tubulação de esgoto na rua, banheiros, pias e tanques, água potável e higiene do solo. A autora comenta que ausência de um

dos requisitos poderia induzir o oficial sanitário a pedir autorização para desapropriação e demolição.

“Instruções e regulamentos sucessivos têm valor executivo de vinculação, mas o rigor local nem sempre foi suficiente. Derrubados os obstáculos das normas, permanecem os sólidos entraves políticos e econômicos. Os interesses dos proprietários de moradias, as resistências dos administradores locais para preparar planos diretores, a incapacidade das autoridades centrais em adotar medidas contra o desleixo das administrações locais e sua inércia, a escassa propensão das entidades privadas e públicas para raciocinar em termos de interesses comuns, a competência incerta do oficial sanitário e do técnico municipal para arbitrar, tornam vagarosos esses procedimentos tão complexos e inovadores. E depois, paradoxalmente, a diminuição da atenção em relação ao saneamento, ou o desvio de seu percurso, é a questão fundamental da construção de habitações operárias” (CALABI, 2012, p. 59-60).

Na França, Perrot (2009) destaca que na cidade industrial, considerada um cenário de ascensão ou de degradação, os operários (figuras 19 e 20) tinham desejo de utilizá-la aberta e livremente. *“Preferem os espaços vazios aos terrenos apropriados, cujos limites excluem os pobres, aos jardins públicos, primitivamente concebidos como lugares decentes para passeios burgueses; às áreas verdes preconizadas pelos sanitaristas (...)”*. A autora destaca que na França houve grande resistência às vilas operárias, patronais ou urbanas porque prolongavam a disciplina da fábrica ao domicílio.

“Quando voltássemos para casa, encontraríamos mais um regulamento pendurado na porta, referindo-se a quase todas as nossas ações privadas; não seríamos mais os donos em nossa casa”, diziam os operários. Em vez do relativo conforto e controle de vilas, eles preferem se for preciso a liberdade de uso das habitações precárias, tais como as casas ‘de tijolo e estuque’, que Georges-H. Rivière identificara como possível criação de pedreiros da Itália ou de Creuse, edificadas clandestinamente nos terrenos baldios que pontilhavam as cidades do século XIX” (PERROT, 2009, p. 292-293).

Segundo Perrot (2009) o desejo de autonomia dos operários já existia anteriormente, com raízes no apego rural à terra, considerado um poderoso freio à industrialização que foi substituído pelas exigências da economia familiar protoindustrial, onde o domicílio, assim como a área de cultivo, se configuram como instrumento de trabalho. Na França, os tecelões que trabalhavam em casa resistiram à mudança que algumas cidades no Norte impuseram sob a alegação de insalubridade, quando os moradores foram transportados de seus porões para águas-furtadas secas e incômodas, desprezando as necessidades de seu ofício. Reybaud (1863) cita que *“em vão envidaram-se esforços visando a retirá-los para bairros mais saudáveis, mais bem arejados, mais bem construídos; eles resistiram a uma transferência”* (REYBAUD, 1963 apud PERROT, 2009, p. 294).

No início do século XX, a maior parte da população europeia vivia concentrada nas cidades. Para Calabi (2012):

“entretanto, sua distribuição ocorre de maneira bem diferente nos vários países, como, por exemplo, na Inglaterra - que possui o maior número de indivíduos. Londres era uma metrópole que dominava o território nacional e um vasto império colonial, enquanto em nações como a Iugoslávia, Finlândia, Bulgária ou Portugal prevalecia um grande número de habitantes no campo. Os principais centros de trocas econômicas internacionais mudam de papel, escala e características físicas, e a população emigrada não pode ser recebida no interior das muralhas de antigo regime. O número urbano não é limitado por um perímetro definido, mas este se expande à sua volta e em todas as direções, nas quais não encontra obstáculos naturais ou artificiais que

o dificultem. Dilatam-se e atenuam-se as relações centro-periferia, e modificam-se os terrenos ocupados pela indústria” (CALABI, 2012, p. 16).

Além dos problemas concernentes à carência de unidades habitacionais, um movimento a favor do urbanismo estava diretamente ligado a uma sensibilidade generalizada com relação à higiene pública. Calabi (2012) destaca que era necessário impor limites ao risco de mortes por epidemias causadas por edifícios superlotados, poluição e falta de água potável. Naquele período era necessário aperfeiçoar uma legislação que permitisse planejar um futuro no qual os ‘males’ urbanos pudessem ser erradicados. Entre importantes iniciativas em diversos países europeus, destaca-se a *‘Town and Country Planning Act’* de 1909, que apesar de apresentar inúmeras dúvidas, segundo a autora, trouxe um comportamento fortemente positivo. Tal mudança estava representada pelas relações de poder central e local, e pela maneira como os acontecimentos políticos influíram na vida da população com a intensificação de vistorias nacionais e municipais sobre as condições sanitárias (CALABI, 2012, p. 81).

Para resolver o problema da falta de moradia e melhorar as condições sanitárias das cidades, após a Primeira Guerra Mundial e a partir de 1918 tornou-se comum o programa de habitação municipal, que até 1939 havia edificado quase dez por cento das 30 milhões de unidades habitacionais na Grã-Bretanha, conforme Hobsbawn (2000):

“Ao mesmo tempo, a enorme expansão da construção de casas da década de (19)30 introduziu um elemento bastante novo na habitação urbana: o proprietário-ocupante. Entre as guerras surgiram em torno de 4 milhões, dentre eles quase a metade de trabalhadores. Desenvolveram-se novos conjuntos habitacionais administrados pelo município e subúrbios de classes operárias com jardins, frequentemente, como em Londres, distantes do centro. Havia começado a privatização da vida da classe operária” (HOBSBAWN, 2000, p. 270).

O interesse por uma unidade habitacional econômica e popular, onde pudessem ser experimentadas tecnologias, materiais e critérios de construção inovadores, tornou-se uma alternativa política privilegiada, segundo Calabi (2012):

“A pressão para construção de moradias novas e econômicas leva ao tema do saneamento dos velhos centros históricos ao segundo plano e cria dúvidas sobre o interesse e conveniência de mexer nas velhas e insalubres habitações destinadas às classes populares. O centro histórico saneado não é mais reservado às classes populares. Para eles é previsto um destino fora do centro, nas novas periferias” (CALABI, 2012, p. 60).

A constituição da classe operária europeia:

A sociedade do século XIX tomou consciência da necessidade de transição para um novo regime, livre das bases teológicas e militares. Entretanto, as condições de vida dos operários degradaram-se, surgindo em contrapartida os movimentos sindicais e socialistas. Em Manchester, na Inglaterra aconteceram primeiras manifestações contra o governo por melhores condições de vida e trabalho, como a Batalha de Peterloo que reuniu 60.000 manifestantes em 1819; na França, os problemas sociais também deram origem aos movimentos operários que culminaram na Revolução de 1848, a qual alterou a história política, cultural e social da época (ANTUNES, 2002, p. 17).

A indústria centralizou a propriedade em poucas mãos, pois exige enormes capitais, com os quais criava enormes estabelecimentos que arruinaram a pequena burguesia artesã e expulsava do mercado os trabalhadores manuais independentes. Engels (2010) afirma que:

“A divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica, especialmente do vapor, e sobretudo a maquinaria, eis as três grandes alavancas com as quais, desde a metade do século passado, a indústria faz avançar o mundo. A pequena indústria criou a classe média, a grande indústria criou a classe operária e colocou no trono uns poucos eleitos da classe média - mas o fez somente para, mais tarde, seguramente destroná-los. No entanto, é um fato inegável e facilmente explicável que a numerosa pequena burguesia dos ‘bons e velhos tempos’ foi destruída pela indústria e descomposta, por um lado, em ricos capitalistas, por outro, em pobres operários” (ENGELS, 2010, p. 64).

Segundo Fraga (2011), Thompson e Hobsbawm consideram a transformação das classes trabalhadoras em classe operária um fenômeno histórico que ocorreu na sociedade inglesa. Enquanto para Thompson, a classe operária se formou de 1780 a 1832, para Hobsbawm somente adveio entre 1870 a 1914 (FRAGA, 2008).

Hobsbawm (2000) considera que o termo ‘classes trabalhadoras’ ou ‘classe operária’ teve início na linguagem política britânica após as Guerras Napoleônicas, quando os movimentos operários, sindicatos e cooperativas se tornaram proeminentes, como o movimento cartista que mobilizou trabalhadores sobre a consciência de classe e democratização eleitoral entre 1838 e 1848. O autor entende que o período defendido por Thompson para a formação da classe operária ainda não refletia uma sociedade industrializada, mas ainda na primeira fase da revolução industrial, pois a indústria têxtil pioneira estava em fase de implantação, gradativamente substituindo o trabalho dos teceletes em teares mecânicos. Até a década de 1840, a população permanecia predominantemente rural e somente no decênio seguinte a população urbana cresceria mais rapidamente. Consequentemente, os núcleos industriais continuaram isolados, mesmo que concentrados regionalmente (HOBBSAWN, 2000, p. 260-261).

A classe trabalhadora do período do luddismo, cartismo⁴, owenismo⁵ e outros movimentos, seriam os ancestrais da classe operária britânica, no entanto, fenômenos diferentes, de acordo com Hobs-

⁴ O crescimento do operariado e sua concentração nos centros urbanos, além das constantes manifestações por melhores condições de vida e de trabalho levaram a classe operária a se organizar, dando origem aos primeiros movimentos e associações de operários. Na Inglaterra, onde o emprego da máquina já estava se generalizando, surgiu o ludismo, movimento que recebeu o nome de seu líder, Ned Ludd. O sentimento de insegurança e a miséria latente convenceram Ludd e seus seguidores sobre a maldade da máquina. Instintivamente, o operário que para sobreviver só contava com seu trabalho pessoal, transferia a culpa de seus males para a máquina, que denunciava como uma competidora, responsável pelo desemprego e pelos baixos salários. A melhor compreensão sobre a ideologia deste movimento é possível por meio da carta ameaçadora que Ludd endereçou a um empresário de Huddersfield em 1812: *‘Recebemos a informação de que é dono dessas detestáveis tosquiadoras mecânicas. Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semana eu mandarei imediatamente um de meus Representantes destruí-las... E se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer dos meus Homens, eles têm ordem de Matá-lo e queimar toda a sua Casa’*. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, na Inglaterra, França, Bélgica, Renânia e até na Suíça, trabalhadores destruíram equipamentos, aos gritos de ‘Quebrai as máquinas!’

Os operários criaram as primeiras associações de auxílio mútuo, que funcionavam por meio de cotizações para atender os casos de acidentes de trabalho, doenças ou mesmo de desemprego. Das associações surgiram os sindicatos, reunindo operários de um mesmo ofício. Por meio de seus representantes, os sindicatos conseguiam obter dos patrões melhores salários e horários de trabalho. As conquistas foram consequência de muitas lutas porque durante muito tempo os parlamentos dos diversos países dificultaram a organização dos trabalhadores proibindo os sindicatos.

O Parlamento inglês aprovou o ‘Reform Act’ (lei eleitoral que privou os operários do direito ao voto) em 1832. Os trabalhadores reagiram e formularam reivindicações na ‘Carta do Povo’, fundando o primeiro movimento nacional operário, o ‘cartismo’ que ajudou os operários ingleses a melhorarem suas condições de vida e deu-lhes experiência de luta política. Assim, em 1833, surgiu a primeira lei que limitava a 8 horas de trabalho a jornada das crianças operárias. Em 1842 foi

bawn (2000). A formação da classe operária teria ocorrido em decorrência do crescimento e desenvolvimento da nova economia industrial efetivada a partir de 1850 com a concentração e expansão dos transportes, das cidades e do número de trabalhadores diferenciados entre mineiros, ferroviários, carpinteiros, pedreiros, entre muitos outros. *“Em 1851 havia mais sapateiros do que mineiros de carvão, havia duas vezes e meia mais alfaiates do que ferroviários, e mais trabalhadores na indústria da seda que empregados do comércio. A oficina do mundo ainda não era (...) o ‘Estado Indústria’, fosse na escala, padrão ou tecnologia, e na organização industrial”* (HOBBSAWN, 2000, p. 282; TRINCA, 2008, p. 4).

No estudo do processo de constituição da classe trabalhadora na Inglaterra, Thompson (2010) identificou que os trabalhadores antes de se tornarem operários, reagiram para se manterem artesãos, lutando contra o regime capitalista naquele processo de transformação econômica. Assim, tecelões e artesãos aproximaram-se por meio dos costumes, das tradições e dos valores que tinham em comum e reagiram coletivamente contra o trabalho assalariado (FRAGA, 2011).

Ao analisar a teoria de Thompson (2010), Fraga (2011) entende que havia um conflito entre a lógica capitalista e o comportamento tradicional dos artesãos, verificado na resistência a novos padrões de consumo, a uma disciplina do tempo, à inovação técnica e à racionalização do trabalho. Desta forma, os trabalhadores constituíram-se como classe quando perceberam interesses comuns e contra os dirigentes: *“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”* (THOMPSON, 1987a, p.10 apud FRAGA, 2011).

Fraga (2011) destaca que a teoria de Thompson (2010), questiona a ideia de que os operários industriais formaram o núcleo do qual o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança, pois em muitas cidades inglesas, foram os sapateiros, tecelões, seleiros, livreiros, impressores, pedreiros e pequenos comerciantes, que lideraram este movimento. *“Durante meio século após a ‘erupção’ da tecelagem (por volta de 1780), os trabalhadores industriais conservaram-se como uma minoria na força de trabalho adulta na própria indústria algodoeira. No princípio da década de 1830, os tecelões manuais do algodão superavam todos os homens e mulheres empregados nas fiações e tecelagens industriais de algodão, lã e seda somados”* (THOMPSON, 1987b: 15 apud FRAGA, 2011).

proibido o trabalho de mulheres em minas e em 1847, houve a redução da jornada de trabalho para 10 horas. O cartismo extinguiu-se por volta de 1848, tendo sido uma etapa importante do aprendizado e da conscientização política dos operários, não apenas ingleses como de toda a Europa. Mostrou que a miséria do operariado devia-se não à máquina ou a mesquinhez dos empresários, mas à própria estrutura capitalista (COULON & PEDRO, 1995).

⁵ O owenismo influenciou a formação de confederações sindicais e cooperativas, no movimento operário. Owen pretendia construir um sindicato unificado, capaz de ‘estabelecer direitos supremos do trabalho’ e, com a ajuda mútua e por meio do associativismo, ‘criar um novo estado de coisas’. A miséria dos trabalhadores ingleses, as greves, a prisão dos manifestantes não permitiam a assimilação de uma retórica voltada para uma ‘revolução nos limites da razão’, conforme Owen propôs no Congresso Cooperativo de Londres, a ‘Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido’. Os conflitos entre o meio sindical e Owen, a resistência do patronato e do Estado, com a repressão aos trabalhadores e a imposição de sanções econômicas, dissolveram numerosas cooperativas sindicais. O owenismo significou a coexistência de diferentes tendências intelectuais no ‘movimento cooperativo’ (Thompson, 1987, p. 399). O socialismo proposto pelo owenismo pretendia promover aldeias cooperativas, oficinas e lojas além de transformar o capitalismo sem nenhum embate por meio do desenvolvimento educacional (PAGOTTO, 2005).

A classe operária inglesa teria se formado entre 1780 e 1830, quando segundo Thompson (2010), cresceu a consciência de uma identidade de interesses entre esses diferentes grupos de trabalhadores e contra os interesses de outras classes; e houve uma crescente organização política e industrial representada por sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos; além das tradições intelectuais, padrões comunitários e da sensibilização da classe operária. A formação da classe operária *“é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril”* (THOMPSON, 1987b, p.17).

As formas de luta encontradas nesse conflito conforme Fraga (2011) ocorreram por meio dos movimentos do luddismo e do cartismo, reagindo ao estabelecimento do industrialismo, em uma ação que refletia os valores de uma coletividade, já configurando uma luta de classes. Assim, a consciência da identidade de interesses entre os trabalhadores das diferentes profissões somente existia de forma isolada na Inglaterra de 1780, mas em 1832 já era caracterizada por todo o país, revelando conforme afirma Thompson (2010), a formação da classe operária inglesa (FRAGA, 2011).

Entretanto, essas definições foram questionadas por Hobsbawm (2000). Enquanto Thompson identifica a formação inicial da classe operária entre o período de 1780 e 1830, Hobsbawm entende essa formação num período posterior, entre 1870-1914. Segundo o historiador, a classe trabalhadora identificada por Thompson difere em seu sentido tradicional, caracterizada por elementos unificadores como o tipo de lazer, de habitação, de alimentação, de vestuário, entre outros. Assim, Hobsbawm procura identificar na cultura cotidiana dos trabalhadores, a consolidação da classe operária inglesa, observando gostos, costumes e estilos de vida demarcando a emergência de uma cultura estritamente operária a partir de 1870, o que contraria a obra de Thompson (TRINCA, 2008, p. 3).

Pouco se documentou sobre a cultura das classes operárias inglesas do século XIX, em comparação com a burguesia ou mesmo em relação à classe rural, segundo Hobsbawm (2000). As novas classes trabalhadoras urbanas e industriais inglesas viviam em um mundo socialmente separado das classes média e alta, consideradas distintas e com pouco contato humano, encaradas de fora, como um assunto para debate, investigação social ou documentário ficcional.

“E quando trabalhadores escreveram publicamente sobre si mesmos, nos panfletos e periódicos do movimento operário e em memórias e autobiografias relativamente raras, falavam frequentemente com vozes atípicas devido ao fato de pertencerem à minoria anômala que escrevia para publicação. Mesmo quando os filhos de trabalhadores começaram a tornar-se escritores profissionais, no início do século XX, permaneceram atípicos, não somente devido a sua origem social, mas com relação a seu ambiente familiar” (HOBBSAWM, 2000, p.258).

Engels (2010) por sua vez, como teórico socialista, analisou a classe operária em seus mais variados aspectos e identificou que o proletariado era desprovido de tudo, e *‘entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de sobrevivência, no sentido mais amplo da expressão’*. A burguesia oferecia ao trabalhador seus meios de sobrevivência em troca de um equivalente em trabalho por meio de um contrato. Seguindo o livre

arbítrio, caso o operário aceitasse as condições do contrato, teria o emprego, caso contrário, morreria de fome ou de frio (ENGELS, 2010, p. 118).

Hobsbawn (2000) afirma que a investigação sobre o movimento operário enfocou o estudo da ideologia, dos programas e organizações associadas ao movimento da classe operária, as lutas e atividades mais visíveis, na maioria dos casos, os militantes e líderes ideológicos, e não os operários comuns: *“que aceitam suas vidas como elas são (...); do que alguns líderes sindicais, quando lamentam falta de interesse em seu movimento, chamam de ‘a vasta massa apática’, ‘só gente simples’; do que as classes trabalhadoras, elas próprias descrevem, com maior sobriedade, como ‘o jeito comum das pessoas’”* (HOGGART, 1957 *apud* HOBBSAWN, 2000, p. 259). O autor afirma que a ‘associação profissional’ de trabalhadores especializados, que se converteu em sindicatos no século XIX, pode ou não ter ascendência nas antigas ligas de artesãos, as quais tinham como função organizar os membros de uma ‘profissão’ ou ‘especialidade’. Entretanto, a experiência acumulada de organização pré-industrial forneceu parte da estrutura de organização do novo proletariado, embora a elite dos militantes conscientes politicamente lamentasse que as ambições das massas não fossem maiores, e seu interesse por ideologias não era acentuado (Hobsbawn, 2000, p.261-263; 275).

Três fatores caracterizavam a consciência de classe dos trabalhadores britânicos, segundo Hobsbawn (2000): uma percepção profunda sobre a distinção do trabalho manual; um código moral baseado na solidariedade, ‘justiça’, auxílio mútuo e cooperação, ainda que não formulado; e a presteza em lutar por um tratamento justo a vida dos trabalhadores britânicos era impregnada da consciência de classe que confirmava o senso de diferença e o conflito entre ‘nós’ e ‘eles’. Para o autor,

“a Grã-Bretanha era uma sociedade de duas classes com um sistema bipartidário que refletia esta composição, e todos o sabiam. Assim, enquanto o surgimento de um partido operário independente, baseado exclusivamente na união da classe - como o seu próprio nome demonstra - era, uma evolução crucial do século XX, ou mais precisamente dos anos entre as guerras, a consciência de classe dos trabalhadores britânicos não pode ser medida somente pelos votos do Partido Trabalhista (...) ele nunca recebeu mais do que uma maioria simples dos votos proletários” (HOBBSAWN, 2000, p. 273-274).

O Estado, a Lei, as autoridades pertenciam a ‘eles’, com exceção das municipalidades de controle político dos Trabalhistas, segundo Hobsbawn (2000). Assim, uma vasta extensão da vida dos trabalhadores até a Primeira Guerra Mundial, e mesmo até o final da Segunda Guerra, perpassava numa rede de auxílio e confiança mútuos e independentes da lei.

“Nas oficinas, os homens sabiam que mesmo os doentes e os idosos tinham o direito de ganhar seu pão, e seus ‘colegas’ se encarregavam de que isto fosse possível. Os vizinhos se ajudavam mutuamente. Sistemas complexos de confiança mútua operavam tranquilamente sem sanções, como no sistema de apostas em dinheiro paralelo ao dos hipódromos, que se estendia até cada fábrica ou cada rua da classe operária. (...) Suas ambições eram modestas; mas ele sabia como estabelecer limites ao poder ‘deles’, através de uma combinação de luta formal e falta de cooperação formal. Os trabalhadores britânicos podem não ter pretendido derrubar o sistema salarial, mas nenhuma outra classe operária atingiu o grau de ‘controle por parte dos trabalhadores’

do recinto da fábrica que se tomou característico de tantas grandes indústrias britânicas” (Hobsbawn, 2000, p. 273-274).

À medida que esse processo avançava, a cultura da classe operária passava a configurar as características identificadas até meados do século XX. Segundo Fraga (2008), com apoio do Estado, a burguesia edificava a segregação residencial: *“a separação entre centro e periferia urbana; entre a classe média e a classe operária; entre os artífices mais bem pagos e os menos bem pagos o que, no conjunto, promoveram divergências de estilos de vida entre ricos e pobres fazendo com que a classe operária se aglutinasse em um destino comum sem levar em consideração suas diferenças internas”* (Fraga, 2008).

Cotidiano operário na Revolução Industrial

A mentalidade burguesa no período da Revolução Industrial era baseada na exploração máxima da classe trabalhadora, de maneira que fosse possível garantir o lucro e manter dependente a massa operária oriunda da zona rural, após a edição da Lei dos Cercamentos de Terras na Inglaterra. Assim, a população rural foi forçada a trabalhar em meios alternativos no próprio campo ou a migrar para as cidades em busca de empregos - principalmente em minas de carvão (figura 21) ou nas primeiras fábricas, sobretudo as têxteis, de alimentação, bebidas, cerâmica, e demais produtos do nascente mercado consumidor urbano (MAZINI DO CARMO, 2009).

Figura 21 - Trabalhadores das minas de carvão na Inglaterra (Fonte: <http://historianovest.blogspot.com.br/2012/01/como-eram-as-minas-de-carvao-na.html>).

Figura 22 - Trabalho infantil na Inglaterra durante a Revolução Industrial (Autor: Edward Gooch/Hulton Archive/Getty Images).

Homens, mulheres e crianças (figura 22), submetidos a esta nova ordem, sofreram em busca de melhorias de vida que nunca chegavam, devido ao salário extremamente baixo. Portanto, acabavam realizando seus serviços pela própria subsistência, em péssimas condições de trabalho e jornadas muito longas de até 16 horas diárias, trabalhando até o limite das forças e, frequentemente tidos por negligentes e insubordinados pelos seus empregadores, ainda que em situação de exaustão física. As relações anteriormente estabelecidas pelas corporações de ofício desapareceram e o operário passou a não mais conhecer ou participar de todas as etapas do processo produtivo, e nem mais possuir e dominar seu meio de produção, constituindo-se como apenas mais uma peça na engrenagem das máquinas. Os operários (figuras 23 e 24) tiveram que aprender a trabalhar de

maneira regular e ininterrupta, de forma que o trabalho rendesse, gerando excedentes que nunca iriam lhes pertencer, com a única finalidade de produzir o lucro para os burgueses. Seus patrões os utilizavam para continuar o financiamento da industrialização, enriquecendo frente ao empobrecimento contínuo dos proletários insatisfeitos, muitas vezes gerando conflitos. No final, o proletário era alienado do seu trabalho, pois além de não saber qual era o fim da sua produção, não podia usufruir o produto que era destinado a outros (MAZINI DO CARMO, 2009; PINA *et al*, 2010).

Para aumentar a produção, as fábricas necessitavam contratar um grande contingente de mão-de-obra e para que houvesse aumento de lucros era necessário que a fábrica tivesse um padrão organizacional, fazendo com que o trabalho dos operários rendesse o máximo possível. Funcionários eram designados a vigiar o restante, infligindo penas e castigos àqueles que se portassem fora padrões de trabalho na fábrica. Até mesmo os corpos dos funcionários eram vigiados, e cada movimento era controlado. No ambiente fabril a poeira era tão densa que às vezes obscurecia a visão e penetrava cada reentrância dos pulmões (PINA *et al*, 2010).

A vigilância e o controle aplicados neste período são temas importantes da obra de Foucault:

*“Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas (a partir do século XVIII) nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos” (FOUCAULT, 2004, apud PINA *et al*, 2010).*

Figura 23 - Casas operárias em Grenoble dão para um canteiro de ferro-velho (Fonte: Prost, 2009).

Figura 24 - Oficina de confecção de luvas em Grenoble (Fonte: Prost, 2009).

Pina *et al* (2010) expõem que apesar de Foucault ter escrito o texto citado ao analisar a formação de soldados a partir do século XVIII, é impressionante notar como tal raciocínio cabe à análise a respeito das condições as quais eram submetidos os trabalhadores fabris durante o século XIX. *“Não só seus corpos eram vigiados e controlados, mas também seu tempo”* (PINA *et al*, 2010).

Os trabalhadores ingleses em geral formavam um grupo de pessoas inofensivas, modestas e bem-informadas (embora não soubesse a maneira da qual se informavam), eram dóceis e afáveis, se não fossem muito molestados, segundo Thompson (2010):

“mas isso não surpreende, quando consideramos que eles são treinados para trabalhar desde os seis anos de idade, das cinco da manhã até às oito ou nove da noite. Ponha um dos que advogam a obediência ao mestre numa avenida de acesso a uma fábrica, um pouco antes das cinco horas da manhã, para que observe a aparência esquelética das crianças e de seus pais, arrancados tão cedo de suas camas, não importa o tempo que faça. Deixe-o examinar a miserável porção de comida, normalmente uma sopa aguada de aveia e bolo, também de aveia, um pouco de sal, e, às vezes, completada com um pouco de leite, além de algumas batatas, um pouco de bacon ou gordura, para o jantar. (...) Permanecem fechados em salas onde o calor é maior do que nos dias mais quentes do último verão, até a noite (se atrasarem alguns minutos, um quarto da jornada é descontado), sem intervalos, exceto os quarenta e cinco minutos para o jantar; se comem alguma outra coisa durante o dia, têm de fazê-lo sem parar de trabalhar. O escravo negro nas Índias Ocidentais, mesmo trabalhando sob um sol tórrido, tem provavelmente uma brisa suave que às vezes o refresca, um pedaço de terra e tempo para cultivá-lo. O escravo fiandeiro inglês não desfruta do céu aberto e das brisas. Enclausurado em fábricas de oito andares, ele não tem descanso até as máquinas pararem, e então retorna à sua casa, a fim de se recuperar para o dia seguinte. Não há tempo para gozar da companhia da família: todos eles estarão também fatigados e exaustos” (THOMPSON, 2010, p. 25).

As péssimas condições de trabalho prejudicavam a saúde dos trabalhadores, que somada ao cansaço, resultava em queda de rendimento. A solução encontrada pelos capitalistas era de contratar ainda mais funcionários, tornando o ambiente de trabalho insuportavelmente cheio e sufocante. A consequência se reflete no depoimento do Dr. Ward, de Manchester, entrevistado sobre a saúde dos trabalhadores do setor têxtil em março de 1919.

“Eu tive frequentes oportunidades de ver pessoas saindo das fábricas e ocasionalmente às atender como pacientes. No último verão eu visitei três fábricas de algodão com o Dr. Clough, da cidade de Preston, e com o Sr. Barker, de Manchester e nós não pudemos ficar mais do que dez minutos na fábrica sem arfar para respirar. Como é possível para aquelas pessoas que ficam lá por doze ou quinze horas agüentar essa situação? Se levamos em conta a alta temperatura e também a contaminação do ar; é alguma coisa que me surpreende: como os trabalhadores agüentam o confinamento por tanto tempo” (WARD, 1919 apud PINA et al, 2010).

Figura 25 - Oficina de fabricação de placas blindadas. O galpão dotado de correias, guindastes e esteiras rolantes é concebido para a produção (Fonte: Prost, 2009).

Figura 26 - Saída da fábrica ao meio-dia em um burgo de Sologne na França. O pátio da fábrica é totalmente aberto para a via pública (Fonte: Prost, 2009).

Uma parte do operariado (figuras 25 e 26), acreditando na mensagem ideológica da burguesia de que quanto mais se trabalhasse, mais ganharia, não desistia e trabalhava diuturnamente, fazendo

horas extras à noite e aos domingos (Mazini do Carmo, 2009). O relato de um operário publicado no *Morning Chronicle* nas edições de 1º e 9 de setembro de 1843 é transcrito por Engels (2010) explica as condições desumanas as quais eram expostos os trabalhadores ingleses, que trabalhando aos domingos, sentiam vergonha por causa do barulho dos teares incomodando a vizinhança.

“Nenhum olhar pode ver, nenhum ouvido pode escutar e nenhum coração pode experimentar sequer a metade do sofrimento suportado por essa pobre gente. (...) Olhem para os meus filhos e não me façam mais perguntas. A miséria me obriga a isso: não quero e não posso ouvir meus filhos chorarem por um pouco de pão sem tentar todos os meios honestos de ganhá-lo. Na segunda-feira passada, acordei às duas horas da manhã e trabalhei até quase meia-noite e, nos dias seguintes, das seis da manhã até as onze ou meia-noite. Não aguento mais e não quero morrer: agora, trabalho só até as dez da noite e, no domingo, recupero o tempo perdido” (MORNING CHRONICLE, 1843 apud ENGELS, p. 225).

O depoimento da operária Elizabeth Bentley, entrevistada por representantes do Parlamento Britânico em junho de 1832, ilustra bem a maneira severa a qual os trabalhadores eram submetidos: *“Eu trabalhava das cinco da manhã até às nove da noite. Eu vivia a duas milhas do moinho. Nós não tínhamos relógio. Se eu chegasse atrasada ao moinho eu seria punida com descontos em meu pagamento. Eu quero dizer com isso que se chegasse quinze minutos atrasada, meia hora de meu pagamento seria retirado. Eu só ganhava um penny por hora, e eles iriam tirar metade disso”* (BENTLEY, 1832 apud PINA et al, 2010).

A mulher operária voltava à fábrica três ou quatro dias após o parto, deixando o bebê em casa, para onde corria para amamentar e comer algo, em condições muito desfavoráveis. Engels (2010) publica um resumo de Lorde Ashley que resume as declarações de algumas operárias:

“M. H., de vinte anos, tem duas crianças; a menor é um bebê, que fica aos cuidados do mais velho; ela sai para a fábrica pouco depois das cinco horas da manhã e retorna às oito da noite; durante o dia, o leite escorre-lhe dos seios, ensopando-lhe o vestido. M. W. tem três crianças; sai de casa por volta das cinco horas da manhã de segunda-feira e só retorna no sábado, às sete horas da noite; no seu regresso, tem tanto a fazer pelas crianças que não pode se deitar antes das três horas da manhã; às vezes, a chuva parece molhar-lhe até os ossos e ela trabalha nesse estado (...)” (ENGELS, 2010, p. 182).

As condições do trabalho infantil (figura 27) também foram relatadas por Engels (2010) por meio do *Children's Employment Report* o qual registra, por exemplo, que na indústria cerâmica o trabalho em faiança era um dos menos desfavoráveis, realizado em instalações quentes e arejadas. Entretanto em outros ramos fabris, o trabalho era duro e exaustivo, sem alimentação suficiente e roupas adequadas para os pequenos operários (figura 28). No relatório citado, o depoimento das crianças deixa clara a situação desumana a qual elas estavam expostas:

“Não como direito, dão-me somente batata e sal, nunca como carne nem pão, não vou à escola, não tenho roupas” (...); “Hoje não tive nada para comer até o meio-dia, em casa não se almoça, como quase sempre batata com sal e pão, às vezes” (...); “Esta é toda a roupa que tenho, em casa não há roupa de domingo”. O autor também relata que alguns trabalhos fabris obrigavam as crianças a carregar peso excessivo para a idade, causando fadiga, que era piorada pela elevada temperatura na fábrica. *“Com raríssimas exceções, essas crianças são magras, pálidas, frágeis, pequenas e com precária constituição física; quase todas sofrem de distúrbios estomacais, vômitos, inapetência e muitas morrem por consumpção”* (ENGELS, 2010, p. 239-240).

Figura 27 - Um dos garotos às vezes ficava responsável por vigiar os demais os espetando e chutando-os para que obedecessem (Foto: Louis Hine).

Figura 28 - Furman Owen, com 12 anos, não sabia ler e escrever. 'Sim eu quero estudar, mas não posso porque trabalho o dia todo' (Foto: Lewis Wickes Hine).

Ao operário fabril era preciso garantir um salário que lhe permitisse educar os filhos para um trabalho regular, 'mas apenas o suficiente para que não possa dispensar o salário dos filhos e não faça deles algo mais que operários', conforme afirma Engels (2009). O autor entende que o limite mínimo do salário era relativo, pois numa família onde todos trabalhavam cada um poderia contentar-se com um pagamento menor em proporção. Assim, numa família em que todos trabalhavam, a média salarial permitia uma vida melhor. *"(...) no pior dos casos, o operário, para subsistir, preferirá renunciar ao grau de civilidade a que estava habituado: preferirá morar numa pocilga a não ter teto, aceitará farrapos para não andar desnudo, comerá batatas para não morrer de fome. Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente na rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados"* (ENGELS, 2010, p. 119).

As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos eram analisadas pelos sanitaristas que consideravam os custos das medidas preventivas, como - melhores condições de moradia, abastecimento de água e rede de esgotos - menores que os custos do tratamento de doenças, que significavam interrupção no trabalho e perda de salário, além dos altos custos de contenção de sucessivas epidemias que tomavam conta de Londres até a década de 1860.

"A degradação física e moral do trabalhador urbano, preocupação maior nessa primeira metade do século, transmuta-se, nas décadas seguintes, na teoria da degeneração urbana do homem pobre. Em torno de 1860, os filhos dos tecelões de seda de Londres, indústria em declínio desde a década de trinta, espalhavam-se pelas esquinas das ruas da cidade em grupos de rapazes de 16 a 20 anos, magros, pálidos, improdutivos e furiosos, dizendo não terem emprego e terem as suas tentativas de obtê-lo sido frustradas até no exército, dada sua compleição física débil e a pouca altura" (S. JONES, OUTCAST LONDON *apud* BRESCIANI, 1992, p. 30).

Para a sociedade burguesa do século XIX a diferenciação entre o trabalhador pobre que está inserido na sociedade e o desempregado era sempre destacada. Mesmo em caso de desemprego temporário, o trabalhador se encontrava na condição de desempregado, partilhando assim, a numerosa classe dos considerados vagabundos. Muitos trabalhadores desiludidos e desmoralizados pela ex-

trema exploração e o constante empobrecimento, caíam no alcoolismo, demência, suicídio e as mulheres, na prostituição ou na promiscuidade (MAZINI DO CARMO, 2009; BRESCIANI, 1992, p. 29).

No final do século XIX, segundo Bresciani (1992), a consciência sobre a deterioração das condições de vida nos bairros pobres de Londres e a teoria da degeneração urbana ganhou adeptos entre os empresários, administradores e cientistas. Em 1890 dizia o médico Dr. J.P. Freeman:

“o filho do homem da cidade cresce muito magro, é quase uma paródia de si mesmo, precocemente excitável e doentio na infância, neurótico, melancólico, pálido e mirrado quando adulto, e isso no caso de atingir esse estágio da vida... Afirma-se com alto grau de certeza que um londrino puro da quarta geração não tem capacidade para se manter vivo” (FREEMAN, 1890, *apud* BRESCIANI, 1992, p. 28).

Seria uma parte desses trabalhadores europeus que viria ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava, os quais já estavam bastante acostumados aos maus tratos e abusos cometidos pelos patrões, além da precariedade de habitação na zona rural ou nas cidades. No entanto, um misto de desespero e esperança os levava ao embarque arriscado em busca de uma vida melhor. A vida aqui também não foi fácil, como verificaremos nos capítulos 4 e 5.

Em 1900 a Europa estava com 210 milhões de habitantes a mais que em 1800, não havendo comida, moradia e emprego suficientes. Chamberlin (1983) destaca que desta forma, muitos desempregados sem perspectivas de colocação passaram a procurar pelos postos de imigração. Os primeiros que se arriscaram a atravessar o Atlântico em busca de oportunidades foram os ingleses, irlandeses e alemães. O autor reforça que poucos navios tinham médicos e muitos passageiros adoeciam e morriam na viagem.

“Um navio saiu de Liverpool com 643 emigrantes e chegou à Nova York com apenas 476. Depois de 1870, 21 milhões de poloneses, gregos, húngaros, italianos ou judeus deixaram a Europa; a metade foi para os Estados Unidos, o resto para a Nova Zelândia, Austrália, Canadá, América do Sul ou África do Sul. Muitos, especialmente judeus, saíram da Europa para escapar de perseguições religiosas ou políticas” (CHAMBERLIN, 1983, p. 56-57).

Cotidiano e cultura operária fora das fábricas

A miséria não era uma novidade no século XIX, entretanto como tema de estudo surgiu neste período. Victor Hugo e Engels não foram os primeiros a abordar o assunto, mas ambos em muito contribuíram para uma nova óptica sobre a pobreza da classe trabalhadora. Pina *et al*/(2010) entendem que Victor Hugo, em sua obra 'Os Miseráveis', procura delinear o panorama da sociedade francesa do século XIX, revelando as mazelas do povo e as degradantes situações a que era submetido por meio das vidas de seus personagens. Já Engels, em 'A situação da classe trabalhadora na Inglaterra', visitou diversos 'bairros de má fama' para observar de perto a situação do proletário. Tais bairros em diferentes cidades são descritos de maneira muito semelhante, com ruas estreitas e tortuosas, sujas e na maioria sem rede de esgotos, mesmo quando se encontravam próximos aos ambientes considerados nobres. Essa situação era comum a todas as grandes cidades industrializadas do Reino Unido, e nos relatos feitos sobre os bairros é comum os interlocutores afirmarem nunca ter visto tanta miséria anteriormente (PINA *et al*, 2010).

Na obra de Victor Hugo, a personagem Fantine é personificação da miséria. No início do livro é descrita como uma mulher bonita, jovem, loura e com lindos dentes': *"Como dote possuía ouro e pérola; ouro sobre a cabeça e pérolas na boca"*, sempre alegre e dotada de pudor. Pina *et al*/(2010) comentam que o autor desconstrói toda essa imagem na medida em que ela vai se tornando miserável. Desempregada e com uma filha pra sustentar, Fantine passa por situações humilhantes, se submetendo a trabalhos penosos e mal remunerados, que não lhe possibilitam pagar suas dívidas, fazendo-a vender os poucos móveis que tinha. Sem nenhum bem para vender, decide vender seus cabelos e posteriormente seus dentes, e não tendo mais nada, vende sua honra, tornando-se prostituta. *"A que se reduz toda essa história de Fantine? É a sociedade comprando uma escrava. Para quem? Para a miséria. Para a fome, o frio, a solidão, o abandono, a nudez. Doloroso comércio! Uma alma por um pedaço de pão. A miséria oferece, a sociedade aceita"* (VICTOR HUGO, 2009, p. 137 *apud* PINA *et al*, 2010).

Com a industrialização, muitas famílias que trabalhavam em suas casas passaram a trabalhar nas fábricas, sendo que nem sempre as crianças trabalhavam nos mesmos estabelecimentos que os pais. *"As que eram muito novas para trabalhar (geralmente começavam aos cinco anos) ficavam com mulheres que davam a elas pedacinhos de pão molhado no leite e água num pedaço de pano sujo molhado. Pior ainda, essas mulheres usavam medicamentos para fazer a criança dormir"* (CHAMBERLIN, 1983, p. 19).

Sobre o trabalho da mulher, Engels (2010) afirma que desagrega a família,

"desagregação que, nas condições sociais vigentes, elas mesmas baseadas na família, tem as mais nefastas consequências morais para os cônjuges e para as crianças. A mãe que não tem tempo para ocupar-se do filho, que em seus primeiros anos não pode dedicar-lhe os cuidados mais elementares, que mal pode vê-lo, não pode ser para ele uma verdadeira mãe: torna-se-lhe indiferente, trata-o sem amor e solicitude, como a uma criança estranha". O autor também acredita que *"por seu turno, crianças que crescem nessas condições mais tarde serão incapazes de vida familiar, não se sentirão à vontade na família que vierem a constituir porque conheceram apenas uma vida solitária - e acabarão contribuindo para a destruição da família, fenômeno já comum entre os operários ingleses. Efeitos desagregadores têm também o trabalho das cri-*

anças: quando conseguem ganhar mais do que seu sustento custa aos pais, começam a dar-lhes certa quantia pela alimentação e pela casa e ficam com o resto, o que ocorre a partir dos catorze ou quinze anos (...). Em suma, os filhos se autonomizam, considerando a casa paterna como uma pensão, que pode ser trocada por outra se não lhes agrada” (ENGELS, 2010, p. 182).

Por outro lado, Engels (2009) afirma que quando o trabalho da mulher não desagrega a família, a desorganiza, pois *“é a mulher que mantém a casa, o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica. Isso é muito frequente: em Manchester, contam-se às centenas os homens condenados ao trabalho doméstico. É fácil imaginar a justificada exasperação provocada nesses operários por essa emasculação de fato e seus resultados na inversão das relações familiares, tanto mais quanto as outras relações sociais permanecem alteradas” (...)* (ENGELS, 2010, p. 183).

As mulheres solteiras que cresceram nas fábricas não estavam em situação melhor que as casadas. Engels (2010) reforça o argumento com um trecho do relatório da *Factories Inquiry Commission* redigido pelo Dr. Hawkins, inspetor para o Lancashire:

“As jovens casam-se precoce e levemente; carecem de meios, tempo e ocasião para aprender os deveres mais elementares da vida familiar e, mesmo que os conhecessem, uma vez casadas não teriam condições de atender a esses deveres. A mãe, todo dia, por mais de doze horas, fica longe do filho, que é entregue aos cuidados de uma jovem ou de uma mulher mais velha, que cobram por isso. Além do mais, quase nunca a habitação do operário fabril é uma casa confortável (home), frequentemente é um porão privado de utensílios para cozinhar, lavar ou costurar, um lugar onde falta tudo que poderia tornar a vida agradável e civilizada. Por esses e outros motivos, mas principalmente para que as crianças tenham mais possibilidades de sobrevivência, só posso desejar e esperar que chegue o dia em que as mulheres casadas sejam excluídas das fábricas” (HAWKINS apud ENGELS, p. 185).

56

Segundo Hobsbawn (2000) a vida do homem trabalhador era mais variada do que a da mulher casada, uma vez que passava boa parte do tempo nos centros de lazer do ambiente de trabalho, principalmente no *pub* e nos jogos de futebol, que eram ambientes masculinos.

“estas duas instituições eram intimamente ligadas, pois o esporte, discutido com perícia, era com predominância o assunto mais comum nas conversas de bar. A sociabilidade masculina era inseparável do álcool (...), embora a etiqueta distinguisse nitidamente entre beber socialmente e beber por diversão ou até embriagar-se (...). O clássico bar da classe operária era ‘o local’ onde os homens apareciam com regularidade, geralmente só ou aos pares, após o trabalho ou após jantarem cedo, para um período mais curto ou mais longo de descanso do trabalho e da vida doméstica. À medida que aumentavam as formas de lazer dos jovens, o pub da classe operária tornou-se cada vez mais (...) uma fortaleza para os homens de mais de trinta” (HOBSBAWN, 2000, p. 273).

As pessoas se adaptaram as suas novas condições de vida, alterando as maneiras tradicionais de suas aldeias às cidades pré-industriais, para Hobsbawn (2000). Os trabalhadores do Lancashire, próximo à Manchester, na Inglaterra:

“fizeram valer os feriados tradicionais de suas comunidades (as chamadas ‘vigílias’) através da ausência maciça que obrigava os patrões a fechar suas fábricas (caracteristicamente chamadas de ‘moinhos’), e celebravam esses feriados, até a década de 1840, com os ritos religiosos e feiras tradicionais. Os tecelões, os mineiros e os marinheiros (provavelmente o maior grupo exclusivo de proletários britânicos até a revolução industrial) inventaram canções folclóricas tradicionais sobre as suas novas vidas, de acordo com o estilo antigo. (...) Também é verdade que as novas modalidades de luta e organização foram adotadas: a greve (figuras 29 e 30), o ‘sindica-

to', a sociedade de auxílio mútuo ou solidariedade, que também funcionava como um centro de contato social. Entretanto, mesmo estas tinham um longo pedigree industrial" (HOBBSAWN, 2000, p. 261).

Figura 29 - Trabalhadores ingleses em greve no século XIX
(Fonte: <http://ukrmap.su/en-wh9/355.html>).

Figura 30 - Boletim oficial de uma greve britânica em 1906 (Fonte: <http://cocktail101.org/tag/drink/>).

Enquanto as fábricas enriqueceram seus proprietários, empobreceram os milhares de trabalhadores. Segundo Chamberlin (1983) a pobreza era pior nas cidades.

"O povo do campo sofria com os maus-tratos dos senhores de terras e com os períodos de escassez de alimentos - numa dessas ocasiões, os camponeses italianos chegaram a comer feno. Mas os camponeses podiam caçar às escondidas, pegar lenha e comer frutas silvestres; os moradores das cidades não podiam. Quando não eram mais necessários, os operários eram demitidos sumariamente. Não havia seguro social para ajudar os desempregados, os sem moradia ou os doentes. Muitas pessoas pensavam que a pobreza era resultado de 'preguiça'. Achavam também que a classe trabalhadora devia ser 'mantida no seu lugar', para evitar que se julgasse melhor do que era e interrompesse o funcionamento disciplinado e constante das fábricas" (CHAMBERLIN, 1983, p. 34).

O cotidiano das populações urbanas foi alterado com a constituição da nova classe social operária após a Revolução Industrial. *"O aparecimento da sociedade de classes e o nascimento do Estado originaram o aparecimento e o desenvolvimento de formas de consciência moral, tais como, as concepções políticas ou jurídicas, a filosofia, a ciência e novas formas de arte"* (PODOSSETNIK, 1975 apud ANTUNES, 2002, p. 17).

Após a década de 1850, ocorreu o início da formação da cultura da classe operária, quando o abastecimento de bens e serviços aos operários foi deixado a cargo de suas próprias organizações voluntárias e pequenos negociantes que conseguiam tirar lucro do fornecimento aos pobres, segundo Hobsbawn (2000). Trinta anos após, a partir da década de 1880, a cultura operária se tornou dominante, refletindo a nova economia industrial, o volume da classe como mercado potencial e o aumento nos salários médios, aliado à diminuição do custo de vida.

“A consciência de classe crescente foi resultado não só do aumento das tensões de classe no período da chamada ‘Grande Depressão’ (1873 - 1896) e no período de rápidas alterações industriais que se seguiu, mas também da expansão dramática do emprego no terciário. Uma nova ‘baixa classe média’, essencialmente composta de empregados de escritório, inseriu-se entre o velho estrato dos ‘artífices’ e a classe média. Como a situação econômica não era obviamente superior, seu principal objetivo era conseguir distinguir-se o mais nitidamente possível da classe operária, tanto através de um estilo de vida muito mais modelado no da classe média, quanto através de uma ideologia conservadora, patriótica e até mesmo imperialista” (HOBBSAWN, 2000, p. 266).

Figura 31 - Time de futebol inglês no final do século XIX (Fonte: <http://pitchinvasion.net/>).

Figura 32 - Partida de futebol entre Inglaterra e País de Gales no século XIX (Fonte: www.bbc.co.uk).

A cultura da classe operária se estabeleceu de maneira sólida, identificável de forma cronológica. A forma característica de semana de trabalho conhecida como semana inglesa, passou a se estabelecer a partir da década de 1870, quando foi instituída a prática de pagamento semanal às sextas-feiras, caracterizando o sábado como principal dia para lazer. Hobsbawn (2000) afirma que *“o puritanismo proibia formas de diversão não-religiosas aos domingos, embora essa proibição não se aplicasse ao costume de muitos trabalhadores adultos do sexo masculino de permanecerem na cama a manhã inteira lendo o tipo de jornal que apresentava reportagens meticulosamente detalhadas sobre crimes, violência sexual e todos os tipos de esporte”* (HOBBSAWM, 2000, p. 268). Entre o final da década de 1870 e 1880, o futebol (figuras 31 e 32) se configurou como esporte proletário de massa, tendo sido profissionalizado em meados desta década, quando desenvolveu suas estruturas em jogos da liga; entre 1880 e 1890 foram se estabelecendo balneários específicos para as férias das classes trabalhadoras; e entre a década de 1890 e 1900 uma peça de indumentária, o bonezinho chato e com pala, se tornou um símbolo e uniforme virtual do trabalhador britânico, conhecido como *‘Andy Capp’*, (uma espécie de Zé Boné, em português), que os identificava como membros de um grupo e expressava uma identidade comum (figura 33). O seu uso permitia tanto que os trabalhadores se percebessem como classe, quanto que fossem reconhecidos assim pelos grupos não operários e pelo Estado. O autor considera que a lanchonete *‘fish and chip’* (figura 36) que servia peixe-frito com batatas fritas também caracteriza a cultura operária por vender alimentos prontos para trabalhadores que, em muitos casos, não possuíam fogão doméstico (HOBBSAWM, 2000, p. 268-269).

Figura 33 - Operário uniformizado com o *andy capp* e seu filho pequeno
(Fonte: www.thefutureimperfect.com/trends/worker).

Figura 34 - Operários ingleses de minas de ferro
(Fonte: www.thefutureimperfect.com/trends/worker).

Com relação ao consumo do operariado, as roupas da esmagadora maioria dos operários apresentavam péssimas condições, com tecidos de algodão, raramente linho ou lã (figura 33). Segundo Engels (2010),

“os homens usam calças de fustão ou de qualquer outro tecido grosso de algodão e casacos e paletós do mesmo pano. Os paletós de fustão (fustian) tornaram-se o traje típico dos operários, estes os chamam de fustian-jackets, mesma denominação utilizada por eles para se referirem a si mesmos em oposição aos cavalheiros que se vestem com lã (broad-cloth), expressão também empregada para designar a classe média (...). Na Inglaterra, o uso do chapéu é generalizado, inclusive entre os operários - chapéus das mais variadas espécies, redondos, cônicos e cilíndricos, com abas largas ou estreitas; bonés só são usados nas cidades industriais pelos jovens; quem não tem um chapéu⁶, faz para si mesmo, com papelão, um gorro baixo e quadrangular (...). Todo o vestuário dos operários - mesmo supondo-se que esteja em boas condições - é pouco adequado ao clima. (...) para um grande, imenso número deles, principalmente para os de origem irlandesa, as roupas não passam de verdadeiros farrapos, já impossíveis de remendar ou de reconhecer a cor original em razão da quantidade de remendos. No entanto, os ingleses e os anglo-irlandeses continuam a remendá-las e tornaram-se mestres nessa arte - pedaços de lã ou juta sobre fustão e vice-versa, pouco lhes importa; já os autênticos emigrados irlandeses, esses quase nunca remendam, apenas em casos absolutamente extremos, quando a roupa corre o risco de desmanchar-se; é comum vê-los com camisas rotas, cujas tiras pendem através dos rasgos do casaco ou das calças; nas palavras de Thomas Carlyle: ‘[usam] um paletó tão esfarrapado que vesti-lo ou despi-lo representa uma das operações mais difíceis, à qual só se procede em dias de festa ou em ocasiões particularmente favoráveis’. Os irlandeses também introduziram na Inglaterra o costume, antes desconhecido de andar descalço. Hoje, em todas as cidades industriais, veem-se muitíssimas pessoas, sobretudo mulheres e crianças, andando descalças e pouco a pouco esse hábito vai se difundindo entre os ingleses pobres” (ENGELS, 2010, p. 108-109).

O mercado de massa levou a produção fabril de sapatos (figura 35) a partir da década de 1870, vendidos em grandes lojas, e posteriormente à produção fabril de artigos de vestuário masculino; a produção de geleias, molhos e conservas baratas; a abertura de cadeias de lojas que vendiam pro-

⁶ Provavelmente o *Andy Capp*.

duto importados, como chá do Ceilão e da Índia, e carne argentina congelada (HOBBSAWN, 2000, p. 269).

Figura 35 - 'O Palácio do Calçado' em Paris. Os sapatos eram ainda objetos caros, cobiçados pela clientela popular (Fonte: Coleção Sirot-Angel *apud* Perrot, 2009).

As péssimas condições do vestuário também se aplicavam à alimentação, segundo Engels (2009).

60

“Aos trabalhadores resta o que repugna à classe proprietária. Nas grandes cidades da Inglaterra, pode-se ter de tudo e da melhor qualidade, mas a preços proibitivos e o operário, que deve sobreviver com poucos recursos, não pode pagá-los”. A alimentação habitual de cada operário variava de acordo com o salário, sendo que os mais bem pagos, como os operários fabris, em cuja família todos trabalhavam, tinham melhor alimentação com carne todos os dias e à noite toucinho e queijo. Já, nas famílias que ganhavam menos, só havia carne aos domingos, ou às vezes, em dois ou três dias da semana, mas comiam mais batata e pão. Conforme a escala salarial descia, a carne se reduzia a pedaços de toucinho misturados à batata; os mais pobres já não comiam o toucinho, restando apenas o queijo, a batata, o pão e o mingau de aveia; e quanto aos irlandeses, comiam apenas batatas. Geralmente a comida era acompanhada de chá, mesclado com um pouco de leite ou aguardente, considerado na Inglaterra e na Irlanda tão indispensável, que na casa onde não se tomasse chá, existia a mais completa miséria (ENGELS, 2009, p. 109-114).

Em geral, os alimentos consumidos pelos operários eram de má qualidade, segundo Engels (2010).

“Pela manhã, o mercado transborda de coisas boas; mas quando chega o operário, esses produtos já acabaram - e ainda, que lá estivessem, ele muito provavelmente não poderia comprá-los. Em geral, as batatas que adquire são de má qualidade, os legumes estão murchos, o queijo envelhecido é mau, o toucinho é rançoso e a carne é ressequida, magra, muitas vezes de animais doentes e até mesmo já em decomposição. Frequentemente, os vendedores são pequenos varejistas que comprem mercadorias ordinárias em quantidade e as revendem a preço baixo exatamente por causa de sua má qualidade. Os operários mais pobres, para sobreviver com o pouco que ganham, devem recorrer - mesmo para adquirir produtos muito inferiores - a um artifício: como à meia-noite de sábado as mercearias têm de fechar e nada pode ser vendido no

domingo, as sobras que se estragariam até segunda-feira de manhã são liquidadas, a partir das dez horas da noite do sábado, a preços irrisórios, embora nove décimos desses restos já não sejam comestíveis no domingo de manhã; mas precisamente essas sobras constituem o prato dominical da classe mais pobre, que as compra. Nessas circunstâncias, a carne vendida aos operários é intragável; porém, uma vez comprada, é consumida” (ENGELS, 2010, p. 110).

Figura 36 - Lanchonete de fish and chips britânica em 1870 (Fonte: <http://darkderek.blogspot.com.br/2012/10/oriental-greenery-very-british-pier.html>)

Figura 37 - *Palais de danse* em Hammersmith na Grã-Bretanha em 1919 (Fonte: www.lbhf.gov.uk/).

Como a quantidade ou a qualidade da alimentação dependiam do salário, entre os operários mais mal pagos, especialmente os que tinham família numerosa, a fome imperava, principalmente pelo alto contingente de operários mal pagos. *“Por isso, aí se recorre a todos os expedientes: cascas de batatas, restos de legumes, vegetais apodrecidos, tudo serve de alimento, recolhe-se tudo o que pode conter um só átomo de substância comestível. Acontece com frequência que, acabando o salário semanal antes do fim da semana, nos últimos dias a família careça de alimentação ou tenha apenas o estritamente necessário para não morrer de fome”* (ENGELS, 2010, p. 114).

No período entre o final do século XIX e início do XX muitos governantes europeus temiam que a educação levasse os trabalhadores a se revoltar contra os donos das fábricas. A maioria dos filhos dos operários frequentava apenas a escola dominical das igrejas, que era insuficiente. Se os pais mandassem os filhos às escolas, deixariam de ganhar dinheiro para sustento da família. Entretanto, crescia a necessidade de pessoas educadas para as funções especializadas das fábricas, e as escolas passaram a ensinar matérias ‘úteis’, como leitura, escrita e matemática (figura 38). O ensino melhorou lentamente, mas era caro e direcionado ao sexo masculino (figura 39). Posteriormente, o progresso da educação supriu as necessidades de médicos, engenheiros e funcionários públicos. Os líderes da Igreja católica em países como a França, Bélgica, Itália e Alemanha pretendiam manter o controle da educação, porém na década de 1880, muitos países já tinham educação gratuita para todos, apesar de que muitos governantes terem a opinião do Ministro da Educação da Rússia que pensava que *“os filhos dos trabalhadores, criados, cozinheiras, lavadeiras e pequenos comerciantes (...) não deviam receber educação acima da sua posição social”* (CHAMBERLIN, 1983, p. 40).

Figura 38 - Curso feminino livre com costura e leitura (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 39 - Lição de 'coisas' num Liceu francês (Fonte: Rouen. Museu Nacional da educação *apud* Perrot, 2009).

Na região britânica das cerâmicas havia um número significativo de escolas que permitia a instrução das crianças, porém estas não aproveitavam porque, desde muito cedo, iam para as fábricas e trabalhavam em turnos muito longos (geralmente doze horas ou mais); por isso, três quartos das crianças não sabiam ler e nem escrever no distrito, onde predominava um alto índice de analfabetismo. Mesmo crianças que durante anos, frequentaram as escolas dominicais das igrejas eram incapazes de distinguir as letras, e também apresentavam nível baixo de educação moral e religiosa (ENGELS, 2010, p. 241).

Engels (2010) destaca o baixo nível de instrução dos operários e seus familiares, citando o caso de Sheffield, onde um relatório elaborado por J. C. Symons identificou que entre 16.500 filhos de operários, 10.000 não sabiam ler; pois entre os sete e doze anos, eram retirados das escolas, ou porque tinham professores despreparados. Assim, o autor atribui à pouca instrução, o comportamento considerado imoral dos adolescentes daquela cidade:

“aos domingos, os jovens vadiam o dia todo pelas ruas, jogando a dinheiro ou atizando brigas de cães, frequentam as tabernas em companhia de suas namoradas e, à noite, os casais vagueiam por zonas solitárias. Numa taberna visitada por um inspetor, havia cerca de quarenta a cinquenta jovens de ambos os sexos, quase todos com menos de dezessete anos, cada rapaz com a sua moça; aqui se jogavam cartas, ali se cantava e dançava, todos bebiam; prostitutas profissionais circulavam entre eles - nenhum motivo para espanto: todos os depoimentos são unânimes em afirmar que relações sexuais precoces e desregradas, juntamente com a prostituição juvenil, são corriqueiras em Sheffield e envolvem indivíduos entre catorze e quinze anos (...)” (ENGELS, 2010, p. 238).

Chamberlin (1983) defende que *“aos poucos, os salários foram aumentando e os pais não eram mais obrigados a mandar os filhos para o trabalho. Quando diminuiu o horário de trabalho, passaram a ter mais tempo para levar os filhos a passeio ou até mesmo tirar férias”* (Chamberlin, 1983, p.19). Neste aspecto da cultura material, Hobsbawm (2010) salienta o padrão de lazer e de férias promovido na passagem do século XIX para o XX (figuras 40 e 41), quando houve um aumento significativo no número de trens que ligavam as cidades, e também a expansão do número de píeres e de passeios públicos (HOBSBAWM, 2010 *in* FRAGA, 2008).

Figura 40 - O banho de mar perdeu seu valor terapêutico no final do século XIX. Deixou de ser uma obrigação sanitária e passou a ser desfrutado com prazer em meio à alegria juvenil entre os sexos
(Fonte: Jules Scalbert. Vamos alegremente. Biblioteca Nacional de Paris. L'illustration, 1892 *apud* Perrot, 2009).

As opções de lazer foram melhoradas nas primeiras décadas do século XX, quando apareceram os grandes cinemas, que rivalizavam com os teatros de variedades, e os '*palais de danse*' (figura 37), já influenciados pela cultura norte-americana, "*sintomas da emancipação das moças da classe operária. Pois era aos palais que as moças iam para encontrar rapazes e eram os 'palácios do cinema' que eles frequentavam juntos; como cada vez mais o faziam maridos e mulheres. (...) Finalmente, havia o rádio: não-comercial, paternalista, mas inquestionavelmente, ao final da década de (19)30, o meio mais universal para a cultura popular, por ser o mais doméstico*" (Hobsbawm, 2000, p. 270).

O rádio iniciou a transformação da vida de que considera a principal vítima da cultura proletária e da vida industrial: a mulher operária casada. Hobsbawm (2000) destaca que "*para a maioria delas uma casa estreita numa rua estreita não era apenas o centro de suas vidas, mas o cenário de quase tudo após o casamento. Seus contatos sociais fora do âmbito do lar eram grandemente restritos a vizinhos, donos de lojas da vizinhança, parentes, que muito frequentemente moravam por perto, e talvez uns poucos estranhos como o cobrador de aluguel, ou o 'homem do seguro', que passava semanalmente para cobrar o pequeno pagamento, que normalmente renderia não mais que o custo de um 'bom enterro' para os mortos*" (HOBBSAWM, 2000, p. 271).

Para Hobsbawm (2000), ao contrário da classe média inglesa, cuja padronização era acentuada e evidente, os operários não perderam sua identidade regional, seus gostos e costumes locais, no entanto, o modelo de vida da classe operária e de sua cultura era mais homogêneo nesse período do que em qualquer outro anterior (HOBBSAWM, 2000 *in*: FRAGA, 2008).

O lar do trabalhador na Europa da era industrial

Para compreender como viviam as classes trabalhadoras oriundas do campo nas cidades industriais europeias, consideramos entender inicialmente como se estruturava a habitação rural, a qual é abordada por Perrot (2009), entre as décadas de 1830 e 1850. Apesar de o texto tratar do caso francês, a situação era comum em outros países da Europa. A autora afirma que muitos arquitetos desde a Revolução teorizaram sobre a moradia dos camponeses (figura 41) em obras que poderiam ter contribuído com a melhoria das unidades, preocupados, sobretudo com a grande exploração, que passou a separar as construções para moradia das demais, por razões de comodidade e higie-

ne. Perrot (2009) cita que Victor Considérant engenheiro e discípulo de Charles Fourier⁷ registrou a situação de habitações em algumas regiões rurais da França:

“Ali existem cômodos que são a cozinha, a sala de jantar, o dormitório, para todos, pai, mãe e filhos... São ainda adega e celeiro; algumas vezes estábulo e galinheiro. O dia chega por aberturas baixas e estreitas; o vento passa sob as portas e caixilhos desconjuntados; assovia através dos vidros enegrecidos e quebrados, quando há vidros... pois há províncias inteiras em que o uso do vidro é praticamente desconhecido. É um lampião untuoso e fumarento que ilumina, em algumas ocasiões - em geral, é o fogo. O chão é de terra, desigual e úmida. Aqui e ali há poças. Você pisa nelas. As crianças de pouca idade nelas se arrastam (...)” (CONSIDÉRANT, s.d. apud PERROT, 2009, p. 324).

Perrot (2009) também cita o relato de uma viagem realizada pelo Dr. Villermé, entre 1840 e 1841, no qual avaliava no mesmo período, que existiam 400 mil habitações camponesas na Bretanha, conforme informações de prefeitos (figuras 44 e 45):

“É preciso ter penetrado na moradia de um pobre camponês bretão, em sua choupana arruinada em que o teto baixa até o chão, cujo interior está enegrecido pela fumaça constante das urzes e dos juncos secos, únicos combustíveis de seu fogo. É nesse miserável tugúrio, onde o dia penetra apenas pela porta e se extingue assim que ela se fecha, que ele habita, com sua família seminua, não tendo outro móvel exceto uma mesa torta, um banco, um caldeirão e alguns utensílios domésticos de madeira ou barro; como o leito, uma espécie de caixa, onde ele deita sem lençóis, sobre um colchão em que a casca de aveia substituiu a lã, enquanto em outro canto desse triste reduto ruma sobre um pouco de estrume a vaca magra e ruim (e ele ainda é feliz, por ter uma), que alimenta com seu leite as crianças e ele próprio” (VILLERMÉ, 1844 apud PERROT, 2009, p. 326).

Figura 41 - Ilustração de 'Cottage economy', o tratado de economia doméstica de William Cobbett. Vida no campo com autossuficiência e boa administração do lar trazem felicidade às famílias e equilíbrio às sociedades (Fonte: Perrot, 2009).

⁷ As Teorias sociais de Charles Fourier serão tratadas adiante.

Haute-Vienne citado por Perrot (2009) expõe outra situação semelhante relatada por um observador em uma sessão do conselho Geral:

“Em nossas aldeias não existe uma décima parte das habitações que esteja em condições convenientes de higiene, de salubridade e, sobretudo de mortalidade (...). A maior parte das casas de sitiantes compõe-se unicamente de um piso térreo tendo no máximo dois cômodos com uma área de 25 metros quadrados. Ademais, o chão é úmido, no máximo feito de pedras mal unidas. O pé-direito não excede 2,33 metros; uma porta e uma janela de cinquenta centímetros de altura, nada de vidros. Na cozinha, junto com alguns móveis ruins, os utensílios domésticos e de trabalho; no quarto, todos os leitos, sem distinção de idade nem de sexo. No palheiro, é comum encontrar quatro, cinco ou seis leitos” (HAUTE-VIENNE apud PERROT, 2009, p. 327-328).

Sobre as condições de vida do trabalhador rural, o conservador Adolphe Blanqui relata no Jornal dos Economistas em 1851:

“Não se poderia acreditar, a menos que se tivesse visto, como vimos, de que mesquinhos elementos se compõem a vestimenta, o mobiliário e a alimentação dos habitantes de nossos campos. Existem cantões inteiros onde certas vestes ainda passam de pai para filho; onde os utensílios domésticos se reduzem a algumas miseráveis colheres de madeira e os móveis a um banquinho ou uma mesa mal assentada. Contam-se até hoje às centenas milhares os homens que nunca conheceram lençóis; outros que jamais usaram sapatos; e são milhões os que bebem apenas água, que nunca ou quase nunca comem carne, ou mesmo pão branco” (BLANQUI, 1851 apud PERROT, 2009, p. 327).

Ainda no período entre 1830 e 1850, teses de medicina sobre diferentes regiões francesas mencionam a coabitação com animais, ausência de arejamento ou chaminés de sucção, e amontoamento de muitas pessoas da família em um mesmo cômodo, com ambiente propício para o desenvolvimento de enfermidades, conforme notou o Dr. Louis Caradec:

“Essas moradias baixas, úmidas, mal iluminadas, mal orientadas, onde se empilham animais e habitantes, contribuem poderosamente para o desenvolvimento das escrófulas e da tuberculose, e imprimem a todas as infecções uma tendência a terminar em supuração. Engendram (...) abscessos, cáries, doenças de articulações. É aos vícios da construção de moradias, à sujeira, bem mais que ao regime ou à hereditariedade, que se deve a perpetuação do princípio escrofuloso nos campos” (CARADEC, 1860 apud PERROT, 2009, p. 328).

Figura 42 - Casas cobertas em colmo, apertadas umas às outras, existiram até após a segunda Guerra (C. Famin. Biblioteca Nacional de Paris apud Perrot, 2009).

Figura 43 - Moradia rural com escada exterior na zona rural da França (Perrot, 2009).

Figura 44 - Casa rural com dois pavimentos com os quartos no primeiro andar (Fonte: Achille Quinet, 1877. Biblioteca Histórica de Paris *apud* Perrot, 2009).

Figura 45 - Casa rural térrea. Primeiramente instrumentos de trabalho e produção, as casas camponesas oferecem à vida familiar, e ainda mais íntima, um espaço comedido (Fonte: C. Famin, 1874. Biblioteca Histórica de Paris *apud* Perrot, 2009).

Perrot (2009) cita ainda que no final do século XIX, uma pesquisa geral sobre a habitação rural na França publicada em 1894 dirigida por A. de Foville intitulada 'As casas típicas' agrupou 51 monografias de sobre habitações de diferentes regiões do país (figuras 46 e 47). Na monografia nº 23 sobre uma casa em Valgaudemar, o autor apresenta que:

"Por mais lamentável que fosse o amontoamento dos membros da família em um acanhado re-duto, a moral não era afetada. Vivi ali e jamais ouvi murmurarem o menor escândalo. Uma vida ativa, hábitos piedosos, um pai e mãe austeros, eram coisas que nada permitiam o relaxamento dos costumes". A monografia nº 46 também aborda questões morais: *"A moralidade nada perde com o fato de todos ou quase todos os moradores dormirem no mesmo cômodo; ao contrário, resulta daí uma espécie de vigilância mútua. Prefere-se o dormitório à cela. Apenas a de-cência sofre, mas essa contrariedade é menor do que supõem as pessoas que sempre tiveram o hábito de ocupar quartos particulares".* Apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial, segun-do Foville, o mundo rural decidiu adotar as condições cotidianas e as normas higiênicas urbanas, guiado pelas organizações sindicais (FOVILLE, 1894 *apud* PERROT, 2009, p. 328-329-330).

Figura 46 - Na moradia rural de apenas um cômodo, misto de cozinha, sala e dormitório, onde as camas com cortina foram tradição por muito tempo, o fogão de ferro fundido representava modernidade (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 47 - Interior de habitação rural com a família reunida e bebendo (Fonte: Perrot, 2009).

Se o trabalhador rural vivia em condições precárias de salubridade e higiene, na sua transferência com a família para as cidades, a situação não mudou e nem melhorou. Perrot cita o relatório sobre a habitação operária no *arrondissement* de Lunéville:

“O operário aloja-se como pode, não como quer. Ele não tem escolha entre uma habitação espaçosa e outra exígua; não lhe oferecem mais que um ou dois cômodos, quase nunca três; qualquer que seja o número de filhos, é preciso que ele tome o que se apresenta e pague o que se pede. A exigência do proprietário prevalece sobre a oferta do locatário” (Perrot, 2009, p. 340). A autora também apresenta trecho do trabalho sobre a habitação operária no *arrondissement* de Marennes em Paris realizado em 1898: *“O operário, ao consagrar de 12% a 15% de seu salário à moradia, estando mal alojado, ao amontoar seus filhos em um espaço coberto demasiadamente acanhado, sujo, insalubre, aproveita todas as ocasiões para afastar-se de casa. Descontente consigo mesmo, seus próximos sentem-lhe o mau humor, ele se endivida e, por uma miudeza, abandona seu trabalho. Torna-se então um operário nômade, arrastando sua miséria de cidade em cidade, e seus filhos mal esperam o momento em que terão liberdade para escapar desse ambiente”* (PERROT, 2009, p. 340).

Ao longo do século XIX, vários reformadores sociais protestaram contra a exiguidade e insalubridade generalizadas da habitação operária na Europa, principalmente em Paris e Londres, confirmadas em relatórios de médicos sanitaristas sobre epidemias diversas, principalmente de cólera, os quais atribuíam a maior disseminação de doenças à falta de higiene das habitações e dos hábitos dos pobres (figuras 48 e 49). Perrot (2009) cita um relatório de autoria do dr. Bucquoy sobre um surto epidêmico o qual constata que a enfermidade não atacou casas bem construídas e higiênicas, e onde os locatários disponibilizavam água aos moradores. A autora também refere o relato de Louis Lazare para a *Revue Municipale* de 1859: *“Ao percorrer a cidade de Paris até as fortificações, registramos 269 ruelas, cortiços, pátios, passagens ou vilas criados fora de qualquer ação, de qualquer controle municipal (...)”* (Lazare *apud* Perrot, 2009, p.332). Levada a viver na periferia por conta dos projetos urbanísticos que privilegiavam a burguesia, a população operária foi gradativamente deixando as áreas centrais parisienses para viver nos *arrondissements* populares onde havia cortiços, corredores e becos dominados pela máfia dos locatários, que arrendavam construções térreas, feitas em metade de tábuas e metade de refugos (PERROT, 2009, p. 332-333).

Figura 48 - Cités (vilas): amontoado de barracos numerosos em Paris até após a Primeira Guerra (Fonte: *Atget, Cité Trébert, port d'Asnières*, 1913. Paris, Biblioteca Nacional *apud* Perrot, 2009).

Figura 49 - A Zona, perímetro de fortificações inutilizadas após a guerra de 1870, habitado por trapeiros e operários. Destruído em 1925 (Fonte: Perrot, 2009).

Engels (2010) afirma que o modo como era satisfeita a necessidade de um teto era critério para perceber como eram satisfeitas as outras necessidades, sendo fácil concluir que naqueles sujos covis só poderia morar uma população esfarrapada e mal alimentada (Engels, 2010, p. 107-108). Segun-

do Jules Simon em sua obra *L'ouvrière* a população operária vivia em pardieiros (figura 51) e *“todas as cidades industriais oferecem o mesmo espetáculo”*⁸ (SIMON, *apud* PERROT, 2009, p. 335). Em pardieiros infectos, as classes populares urbanas desenvolveram sua intimidade de forma diferente conforme Allemane (2009). *“As pessoas vivem de cambulhada, como animais. Estamos em plena selvageria”* (ALLEMANE *apud* PERROT, 2009, p. 291). Constrangida a ‘viver na rua’, a classe operária sabia utilizar o caráter virtual dos imóveis coletivos e do bairro, considerado um espaço intermediário de ingresso e aculturação. Segundo Perrot (2009), no século XIX a prioridade orçamentária do operário não se dirigia à moradia, que estava fora de seu alcance, e sim para as vestimentas que permitiam participar do espaço público, sem passar vergonha, e assim ter boa aparência (PERROT, 2009, p. 292).

Para as habitações, as fábricas produziam mercadorias baratas que anteriormente eram peças de luxo nas residências mais abastadas como: tapetes e cortinas. Na primeira década do século XIX a iluminação passou a ser instalada, tendo os operários conseguido acesso, pouco tempo depois. Os lavatórios nas áreas pobres ficavam fora das unidades habitacionais e eram partilhados por cem ou mais pessoas, sendo mais fácil utilizar bacias de zinco para a higiene pessoal, ao lado das lareiras⁹. Os mais pobres não tinham água limpa para cozinha, nem recursos para comprar fogão e carvão e levavam a comida preparada para ser assada nos fornos das padarias. Os aluguéis das unidades operárias eram cobrados semanalmente, e em vista de atrasos, a família era despejada. Os proprietários eram raros, mesmo as famílias de melhor poder aquisitivo pagavam aluguéis trimestrais (CHAMBERLIN, 1983, p. 20).

Chamberlin (1983) informa que o consumo de frutas e vegetais (vitamina C) era muito pequeno e havia casos de beribéri. Já os moradores do campo, se alimentavam com verduras, legumes e frutas. Por causa do raquitismo, causado pela falta de sol e dieta insuficiente, muitas crianças tinham as pernas em arqueadas.

“Quase todas as famílias perdiam pelo menos um filho antes dos cinco anos. Porém, aos poucos, a vida foi melhorando. O sabão barato e as roupas laváveis de algodão ajudavam as pessoas a se manterem limpas. A distribuição da água, as redes de esgotos e as moradias melhoraram gradualmente. Descobertas como a de Pasteur, sobre a disseminação de doenças, contribuíram para maior eficiência da medicina. À medida que os anos passavam, o índice de mortalidade diminuía. As mulheres davam à luz em casa. Para a maior parte delas, especialmente as pobres, era uma agonia. Quatro entre cinco mulheres morriam de parto. As famílias eram numerosas. A ideia de contraceptivos era um escândalo e o aborto era ilegal. A mulher ‘exausta’ por muitos partos podia procurar um médico numa rua escura que, por um preço, a livrava do filho indesejado. Esses curandeiros ilegais mataram milhares de mulheres, bem como os bebês” (CHAMBERLIN, 1983, p. 37).

⁸ 1861, ap. IV, ‘Logementsd’ouvriers’, pp. 146-76.

⁹ Na França “em 1883, um médico exprimia o desejo de que cada habitação dispusesse de um banheiro, mas reconhecia que essa proposição era ‘radical e absolutamente revolucionária’” (EVENSON, 1983 *apud* DA SILVA, 2008).

Figura 50 - Imóvel de aluguel com certo conforto: banheiros com descarga e esgoto (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 51 - Rua no bairro de Halles em Paris. Resquícios medievais classificados como bolsões insalubres em 1914 e demolidos em 1936 (Fonte: Perrot, 2009).

Carpintéro (1997) destaca que já em meados do século XIX, Comte (1854) sugeria a importância da casa para o operário, com o intuito de permitir a formação de um lar, um espaço íntimo familiar capaz de garantir os fundamentos positivistas. Comte propõe o tipo ideal de uma casa proletária, e inclusive descreve a divisão interna dos espaços, onde deveria haver (figura 50):

"(...) numa parte distinta da área comum no apartamento, outra sala de reunião e de recepção, geralmente independente de onde os alimentos são preparados ou consumidos. Apesar da profundidade da simpatia por identidade e educação, a diversidade de idades e de situações evita uma harmonia suficiente, se o casal ativo e o casal passivo¹⁰ não estiverem à vontade, devem estar separados entre semelhantes, e longe das crianças. A área reservada deve ser sempre subdividida, a fim de isolar cada sexo, mas sem distinção de número. Enfim, toda a família precisa de um oratório, para que todos possam prestar seu culto pessoal, que sirva de santuário para a celebração de um culto doméstico comum" (COMTE, 1854, p. 294 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 130).

Na Irlanda, Engels (2009) expõe que os bairros pobres de Dublin eram enormes e a sujeira, a inabitabilidade das casas e o mau estado das ruas iam além da imaginação. O autor cita o relatório dos inspetores das 'Casas de Trabalho' realizado em 1817 o qual visitou 52 casas, com 390 quartos na Barrack Street, onde viviam 1.318 pessoas; e em 71 casas, com 393 quartos, na Church Street e arredores, em que viviam 1.997 pessoas e relata que *"nesse bairro e no vizinho há incontáveis becos pátios tomados por um miasma nauseabundo (foul), que muitos porões só recebem a luz do dia através da porta e que em vários deles os habitantes dormem no chão, mesmo que em boa*

¹⁰ No plano de divisão interna da unidade habitacional teorizado por Comte (1854), era incluída a presença dos avós maternos junto aos pais e aos filhos, possibilitando assim o contato geracional.

parte deles tenha as armações das camas. Em Michelson's Court, por exemplo, em 28 miseráveis e pequenos quartos, há 151 pessoas vivendo em tal pobreza que só contam duas camas e dois cobertores” (Engels, 2009, p. 77).

Na Escócia a situação era ainda pior (figura 54). Engels (2009) reproduz o relatório do dr. Lee, pastor da *old church* de Edimburgo, declarado à Comissão de Instrução Religiosa em 1836:

“Até hoje, nunca em minha vida vi tanta miséria como a que existe em minha paróquia. As pessoas não têm móveis, não têm nada; é comum que dois casais vivam num mesmo quarto. Num só dia, visitei sete casas onde não havia camas - em algumas, nem palha havia; octogenários dormiam no chão, quase todos conservavam à noite as roupas usadas durante o dia. Num porão, encontrei duas famílias vindas do campo; pouco tempo depois de sua chegada à cidade, morriam duas crianças e uma terceira agonizava quando da minha visita; para cada família, havia um monte de palha suja num canto e, ainda por cima, o porão, tão escuro que não permitia distinguir-se um ser humano em pleno dia, servia de estábulo a um burro. Mesmo um coração de pedra sangraria diante da miséria de um país como a Escócia” (LEE, 1836 *apud* ENGELS, 2009, p. 78).

Um relatório parlamentar ilustra as condições precárias das casas pobres de Edimburgo:

“Galinhas transformaram as armações nas camas em poleiros, cães e até cavalos dormem com as pessoas nos mesmos quartos e, em consequência, sujeira, insetos e miasmas enchem os aposentos. (...) As casas das cidades escocesas são em geral altas, com cinco ou seis andares, como em Paris e - à diferença da Inglaterra, onde, tanto quanto possível cada um tem sua própria casa - são habitadas por muitas famílias; por isso, a concentração de numerosas pessoas num espaço restrito é aqui ainda maior” (ENGELS, 2009, p. 78).

Na revista mensal *The Artizan* de outubro de 1843 também são descritos os lares operários da cidade de Edimburgo:

“As habitações dos pobres são em geral muito sujas e aparentemente nunca são limpas; a maior parte das casas compõe-se de um só cômodo que, embora mal ventilado, está quase sempre muito frio, por causa da janela ou da porta quebrada; quando fica no subsolo, o cômodo é úmido; frequentemente, a casa é mal mobiliada e privada do mínimo que a torne habitável: em geral, um monte de palha serve de cama a uma família inteira, ali deitando-se, numa promiscuidade revoltante, homens, mulheres, velhos e crianças. Só há água nas fontes públicas e a dificuldade para buscá-la favorece naturalmente a imundície” (THE ARTIZAN, 1843, *apud* ENGELS, 2009, p. 78).

Duas grandes pesquisas sobre as condições de habitabilidade foram realizadas pela administração pública na Inglaterra entre 1840 e 1845. Beguin (1991) considera o resultado das pesquisas decepcionantes para quem procurasse ‘grandes visões arquitetônicas da habitação’ pois elas se referem às questões ligadas à doença, delinquência, ar, água, luz, esgotos, e também às formas físicas por meio das quais os fluidos e as práticas poderiam ser canalizados e regulados;

“mas também o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los e o que custaria reduzir estas despesas agindo sobre a série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre. Nada de grandes programas arquitetônicos portanto - nesta época o habitat interessava pouco aos arquitetos -, mas uma gigantesca empreitada que visava a reduzir o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença fosse estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redistribuição dos poderes no seio do empreendimento urbano” (BEGUIN, 1991, p. 39).

Figura 52 - Parte do centro de Manchester no século XIX (Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 53 - Sheffield em 1854, a maior cidade em produção de aço na Grã-Bretanha (Fonte: Chamberlin, 1983).

O 'Relatório Sobre a Condição Sanitária da População Trabalhadora da Grã-Bretanha' de 1842 elaborado por Edwin Chadwick, considera que a falta de casas e de higiene não eram apenas um fator de mal-estar, mas de aumento de pobreza devido às rendas muito baixas. As más condições favoreciam o aumento do número de doentes, famílias irregulares e, pioravam a situação de quem já estava penalizado.

"(...) Os fatos demonstram a importância política e moral destas considerações, a saber: que os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população, que, por isso mesmo, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que melhora constantemente, por uma população que é jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa, como resultado de sua inclinação permanente à degradação física e moral" (CHADWICK, 1842 apud BEGUIN, 1991, p. 40).

71

Beguin (1991) lembra que Chadwick possuía experiência sanitária conduzida por muito tempo no exército. Para ele:

"o essencial seria a própria possibilidade que se abre a partir de então, ao estado, de reverter uma tendência patológica e moral, acentuando seu controle sobre os aparelhos da salubridade e da higiene para domesticar os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa. De modo que o habitat não diz respeito em primeiro lugar à construção de casas, domínio que há muito tempo caía sob a esfera legislativa, é porque o habitat diz respeito mais ao modo pelo qual quer-se fazer funcionar a casa, os aparelhos, as competências e as fontes de financiamento que esta empreitada deverá mobilizar" (BEGUIN, 1991, p. 41).

Outro relatório, este realizado pelo dr. James Ph. Kay para o Conselho Municipal de Manchester para inspecionar o estado das habitações operárias, identificou a precariedade do interior das casas (figura 52):

"Frequentemente, toda uma família irlandesa se amontoa numa única cama que é em geral um monte de palha seca e de trapos se sacos velhos, cobrindo um confuso amálgama de seres, igualmente aviltados pelas privações, pelo embrutecimento e pelo desemprego. Inúmeras vezes, os inspetores encontraram, numa habitação de dois cômodos, duas famílias: num cômodo, todos dormiam juntos; o outro era a cozinha e o espaço comum das refeições. Com frequência também, mais de uma família habitava um porão úmido, onde doze a dezesseis pessoas viviam

num só espaço, amontoadas numa atmosfera pestilenta. A isto e a outros focos de doença somava-se o fato de, nesse mesmo espaço, criarem-se porcos, além de outras situações verdadeiramente abjetas” (KAY, 1832 *apud* ENGELS, 2010, p. 106).

Figura 54 - Pobres de Glasgow em 1868 (Fonte: Chamberlin, 1983).

Figura 55 - Família pobre trabalhando em casa, fabricando produtos como escovas, charutos e caixas de fósforos em 1890 (Fonte: Chamberlin, 1983).

Em outras grandes cidades portuárias e industriais a situação era semelhante, segundo Engels (2009). Em Nottingham (figura 56), de 11 mil habitações, 7 ou 8 mil estavam coladas umas às outras sem nenhuma ventilação e na maioria dos casos, uma latrina somente servia a várias moradias. *“Uma recente inspeção revelou que várias filas de casas estavam construídas sobre canais de esgotos pouco profundos, cobertos apenas pelas tábuas dos assoalhos. Idêntico panorama nos oferecem Leicester, Derby e Sheffield”* (figura 53). Em Bristol, 46% das famílias viviam em habitações de apenas um cômodo e em Liverpool, 45 mil pessoas - um quinto da população - viviam em 7.862 porões escuros e mal arejados e em 2.270 pátios (*courts*): *“pequenos espaços inteiramente contornados por outras construções, tendo como único acesso uma estreita passagem, em geral coberta e abobadada (o que impede qualquer ventilação), frequentemente muito sujos e habitados exclusivamente por proletários”* (ENGELS, 2009, p. 79).

Bairros operários de Londres são descritos com fidelidade por Engels (2009): a vizinhança do Teatro Drury Lane, onde se encontravam as ruas mais degradadas de Londres (Charles Street, King Street e Parker Street), em que as casas eram habitadas do porão ao sótão, por famílias paupérrimas; a Rua Long Acre, onde incontáveis porões eram habitados por crianças doentes e mulheres esfarrapadas; as paróquias de St. John e St. Margaret em Westminster onde em 1840 viviam 5.366 famílias operárias em 5.294 habitações em que homens, mulheres e crianças misturadas num total de 26.830 pessoas viviam na maioria em apenas um cômodo; e St. Giles, bairro tratado pelo autor como ‘ninho dos corvos’, prestes a ser destruído pela abertura de novas avenidas.

“St. Giles fica no meio da parte mais populosa da cidade, rodeado de ruas amplas e iluminadas por onde circula o ‘grande mundo’ londrino - vizinho de Oxford Street, de Regent Street, de

Trafalgar Square e do Strand. É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade - com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas - quando as há - são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles é irlandesa, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão” (ENGELS, 2009, p. 70-71).

Na maior zona operária de Londres, a leste da Torre de Londres, em Whitechapel e Bethnal Green, o pastor G. Alston descreveu as condições de sua paróquia naquele bairro:

“A paróquia envolve 1.400 casas, habitadas por 2.795 famílias, ou seja, quase 12 mil pessoas. O espaço em que vive essa grande massa mede menos de 400 jardas quadradas (1.200 pés) e, num tal amontoamento, não é raro encontrar-se um homem, uma mulher, 4 ou 5 filhos e, às vezes também o avô e a avó, num cômodo de 10 ou 12 pés quadrados, onde trabalham, comem e dormem. (...) Se quisermos conhecer, por observação direta, os sofrimentos desses infelizes, ao examinar sua parca alimentação e ao vê-los submetidos às doenças e ao desemprego, descobriremos um abandono e uma miséria tais que uma nação como a nossa deveria envergonhar-se de sua existência. Fui pastor em Huddersfield nos três anos em que as fábricas estiveram em crise, mas nunca via algo como o inteiro abandono dos pobres de Bethnal Green. Não há um único pai de família em cada dez, em toda a vizinhança, que tenha outras roupas além de sua roupa de trabalho, e esta rota e esfarrapada; muitos só têm à noite, como cobertas, esses mesmos farrapos e, por cama, um saco de palha e serragem” (ALSTON, 1844 apud ENGELS, 2010, p. 73).

73

Outras pesquisas realizadas décadas mais tarde, como a de Henry Mayhew em 1862, sobre o trabalho precário e o desemprego; e a realizada por Joseph Rowntree em 1901, a respeito da pobreza em relação ao ciclo de vida familiar a partir de um levantamento da população de York, além de análises sobre Londres (figura 57), principalmente as de Charles Booth, adquiriram o caráter de levantamento sistemático e contribuíram pra organizar o problema da casa. Para Calabi (2012) *“eles evidenciam, por um lado, a existência da questão dos slums e, por outro, a pressão de áreas em contínua expansão. Mas abordam também questões mais gerais que interessam à comunidade (horários de trabalho, condições nas fábricas, o fornecimento de serviços urbanos, como água, esgoto, iluminação, pavimentação)” (CALABI, 2012, p. 48).*

Além da Inglaterra, na França, o relatório dos pesquisadores de *La Réforme Sociale*, de Le Play, mostra que a noção de interior era perceptível em habitações superpovoadas na França.

“Poucos móveis, poucos objetos: cobertas, utensílios de cozinha, uma mesa, algumas cadeiras; raramente, uma cômoda familiar (...). Entretanto, esses sumários alojamentos às vezes apresen-

tam tênues marcas da busca de um prazer ou uma intimidade: gaiola de passarinho, o animal de estimação do pobre, cortinas nas janelas, do tipo que as rendas mecânicas de Calais difundiram (...); na parede algumas imagens coloridas recortadas de um semanário ilustrado, fotos de família cujo uso começa a se difundir entre o povo após 1900. As paredes são, aliás, as primeiras superfícies apropriadas; instalar-se quer dizer trocar os papéis de parede, que, por serem baratos, tiveram importância semelhante à das chitas para vestes femininas” (PERROT, 2009, p. 294).

Figura 56 - Grupo de casas operárias com latrinas externas em Nottingham. Comissão de Inquérito em 1845 (Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 57 - Mortos por cólera no distrito do Soho em Londres, em setembro de 1854. Mapa desenhado pelo Dr. Snow (Fonte: Benevolo, 2009).

Na Bélgica, pesquisas sociais realizadas em 1846 e 1848, contemporâneas à de Chadwick na Inglaterra, e anteriores à realizada em 1855 por Le Play, em consequência da epidemia de cólera que varria a Europa Industrial, confirmavam as condições insalubres de habitação (Calabi, 2012, p. 48). A diferença entre as pesquisas realizadas na Inglaterra das realizadas na França no âmbito da Sociedade Real de Medicina, segundo Beguin (1991) foi o que considera um vaivém entre a descrição de ambientes físicos viciosos e os efeitos corporais que incidiam sobre diversos aspectos da economia social. *“De um lado, o que produz ou favorece a doença, a imoralidade e a ilegalidade, de outro, os efeitos destas condutas sobre o equilíbrio familiar, o trabalho, os sistemas de assistência ou repressão, o exército”* (BEGUIN, 1991, p. 40).

As queixas e os desejos da classe operária cresceram com a sedentarização cada vez maior e o agravamento das condições de moradia. Segundo Perrot (2009) o inquérito parlamentar de 1884 registrou: reclamações de operários sobre a sujeira dos cômodos de aluguel, os quais chamavam de ‘quartos de percevejos’ e também das pensões com paredes imundas, latrinas entupidas e odores nauseabundos; e aspirações como, mais espaço, pelo menos dois cômodos e quando havia filhos, três ou quatro cômodos. A autora destaca que

“a decência do pernoite passa adiante da reivindicação das privadas. Assim que podem, os operários separam o dormitório dos pais e o dos filhos. Ter uma cama de madeira ao invés de uma enxerga é estabelecer-se: uma operária, por volta de 1880, tenta matar seu companheiro por-

que ele gastou o dinheiro poupado para essa compra, que teria significado a consolidação do casal". Em outros casos, projetos de construções operárias não previam banheiros particulares: "O povo não pede para ter sanitários em casa"; mas deseja casas de dimensões modestas, com uma grande variedade de fachadas, 'para que nada faça crer que se trata de uma vila operária'. O horror à padronização e o desejo de uma moradia personalizada transparecem (...)" (PERROT, 2009, p. 295).

As pesquisas realizadas na Inglaterra, como as de Chadwick, revelam as diversas formas de um conforto corporal considerado 'selvagem', segundo Beguin (1991): *"o calor do encortimento e do confinamento, as drogas e o álcool, a vadiagem pela rua, a promiscuidade, o anonimato das lodging-houses (pensões), a preguiça que elege a sujeira mais do que o esforço. Imagem negra para todos aqueles que, desconhecendo os hábitos do pobre e suas táticas, só veem a miséria e a deterioração dos corpos"*. O autor destaca que os médicos confessam jamais ouvirem queixas: *"qualquer que seja a miséria e o desconforto doméstico, eu nunca ouvi uma só queixa em doze anos de prática"* (CHADWICK, 1842 *apud* BEGUIN, 1991, p. 47). Porém, os efeitos do conforto selvagem eram considerados negativos sob todos os pontos de vista, pois os artifícios desagregavam as relações sociais e familiares, e no caso de letargia ou doença, os pobres tornavam-se incapazes de trabalhar e deviam ser mantidos pela sociedade (BEGUIN, 1991, p. 47).

As pesquisas evidenciaram o caráter vicioso de certos ambientes com informações esquadrihadas junto à população pelos diferentes aparelhos de assistência e seguridade social a partir dos quais, se afirmavam cada vez mais claramente as relações entre pobreza, falta de higiene e doença, e entre o desconforto e as diversas formas de ilegalidade e imoralidade. Para Beguin (1991) se a arquitetura aparece como um componente importante dos programas de higiene e salubridade estava ela reduzida às aptidões físicas das formas empregadas na unidade habitacional e nos efeitos produzidos pelas formas sobre os fluidos ou sobre uma maneira de distribuição de pessoas e serviços. *"Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana - os esgotos, o aparelho de distribuição de água -, e estarem assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico. Entre estes aparelhos e estes espaços, uma continuidade foi estabelecida, o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições de habitabilidade"* (BEGUIN, 1991, 39-40).

As ideias implícitas na organização salubre da casa e de seu entorno são simples e já eram conhecidas há tempos, para Beguin (1991): drenagem da água estagnada responsável pela umidade nas habitações, distribuição de água limpa aos domicílios e organização da evacuação das águas servidas, melhoria dos métodos de limpeza das ruas e coleta de lixo, além da garantia de circulação livre de ar e da luz.

"Assim, não é mais ao arquiteto que é confiada a tarefa de extrair, a partir de sua própria experiência e das lições de Vitruvius, as normas que devem orientar as construções, nem mais os habitantes seriam obrigados a realizar certos atos de limpeza, como ainda era o caso no fim do século XVIII (varredura e lavagem das ruas, por exemplo), nem se tratava de deixar aos pequenos ofícios (de carregadores de água, de removedores de lodo, de limpa-fossa) as tarefas que sempre fizeram. No século XIX, uma nova lógica de salubridade se impõe. Esta lógica tem a particu-

laridade de ser ao mesmo tempo inspirada pelas grandes obras da Roma Antiga, pelas descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea e pelos recentes progressos da tecnologia” (BEGUIN, 1991, p. 41-42).

Para Ward (1856) *“a descoberta feita pelo imortal Harvey da circulação que opera no corpo dos indivíduos nos preparou para admitir uma descoberta tão rica e análoga: aquela da circulação que se opera no corpo social (...)”*. Segundo o autor, o sistema sanitário urbano seria um *“sistema cuja base essencial é uma circulação incessante de água: água pura que chega à cidade e água servida que, em movimento perpétuo, sai, também, da casa e da cidade sem ter engendrado cloacas ou reservatórios que são, como já assinalamos, formas congênitas de estagnação pestilenta”* (Ward, 1856 *apud* Beguin, 1991, p. 42). Desta forma, Beguin (1991) afirma que *“da introdução da água corrente nas habitações a outros serviços que, conjugando-se com a arquitetura e com aparelhos domésticos, constituem a sequência técnica necessária à higiene, pode-se, portanto, traçar uma linha que mostraria como os gestos de higiene são favorecidos, incitados, assegurando assim, através do mais banal, uma ascendência sobre o cotidiano”* (BEGUIN, 1991, p. 51).

O patronato industrial e os médicos higienistas elaboraram políticas habitacionais destinadas a salvar os operários da tuberculose e do alcoolismo, em um processo que evitaria o amontoamento de pessoas em suas habitações, com normas de cubagem do ar e conforto, criando a noção de ‘moradia mínima’. O próprio movimento operário passou a reivindicar ‘ar puro’ e ‘salubridade’ (PERROT, 2009, p. 272).

76

Para Beguin (1991) programas de habitação popular foram experimentais para aprender sobre as reações do pobre em relação a diversos meios de pressão. *“Tudo faz pensar que estas habitações experimentais funcionaram como verdadeiros laboratórios de psicologia onde se aprendeu que, entre outras coisas, para controlar o comportamento de um indivíduo, o mais eficaz dos instrumentos não está necessariamente fora dele; dito de outra maneira, a partir do momento em que se tem o domínio sobre certas sequências de seu modo de satisfação corporal, este indivíduo poderá muito bem se tornar o melhor vigilante de si mesmo”*. O autor afirma que as lições foram partilhadas antes mesmo do final do século XVIII por associações inglesas interessadas na melhoria do conforto dos pobres. *“A livre propriedade dos cottages e dos jardins não somente tende a fixar os proprietários à sua terra, mas também é a melhor segurança e melhor garantia de sua conduta”* (SHAW, 1850 *apud* BEGUIN, 1991, p. 46-47).

Na primeira metade do século XIX os médicos cumpriam papel importante no desenvolvimento de uma sensibilidade em relação às questões urbanas e às habitações em particular, no entanto foram os engenheiros os responsáveis por uma resposta prática aos problemas desencadeados pela falta de higiene. Chadwick (1842) afirma que *“as grandes medidas de prevenção - a drenagem, a viabilização das ruas e das casas graças à água e à melhoria do sistema de esgotos, a adoção de um sistema mais eficaz de coleta de lixo - são operações que recorrem à ciência do engenheiro e não do médico, que tinha cumprido sua tarefa quando assinalou quais as doenças que resultaram de carências neste domínio e quando aliviou o sofrimento das vítimas”* (BEGUIN, 1991, p. 44).

Com a instalação desses novos serviços (figura 59 e 60) o Estado encontrou meios de se apoderar da organização das práticas domésticas para conduzi-las na direção pretendida. Beguin (1981) expõe que quando os pesquisadores ingleses refletiram sobre as vantagens da distribuição de água sob pressão, a domicílio, procuraram medir a influência da água corrente sobre os hábitos domésticos:

“Em que os hábitos dos operários foram influenciados pela introdução de água corrente em suas casas? Em Nottingham, a melhoria do asseio pessoal foi a princípio muito clara, podia-se constatar de maneira evidente nas ruas. Os médicos relataram que as casas estavam mais limpas e que as doenças eram menos frequentes. Uma outra vantagem foi a supressão dos amontoamentos de gente em volta dos chafarizes públicos. Em Newcastle-on-Tyne, onde há chafarizes e onde as mocinhas são obrigadas a se espremer entre desconhecidos, o resultado é degradante” (CHADWICK, 1844 *apud* BEGUIN, 1991, p. 45).

As vantagens da água encanada em relação ao antigo sistema conduzido por carregadores de água, considerados inconvenientes por entrarem nas casas e obstruírem a passagem são também destacadas por Chadwick (1844). Para Beguin (1981) a reorganização deste serviço permitiu operar uma reforma sensível nos hábitos domésticos e extra domésticos (figura 58):

“são favorecidos gestos e hábitos cujos efeitos sobre a preservação da saúde são constatados, controla-se a circulação das pessoas privatizando a circulação da água. Enquanto a antiga polícia urbana visava sobretudo à vigilância das práticas e funcionava sob o regime do proibido e tolerância, a nova polícia investe sempre mais no interior dos dispositivos técnicos, onde o controle e o funcionamento dos serviços necessários à existência dos habitantes tendem a tornar-se uma só e mesma coisa” (BEGUIN, 1991, p. 45).

A regulamentação e a moralização dos comportamentos sociais se introduziram de diversas formas por meio do controle do Estado, e inclusive possibilitaram uma mudança nas práticas internas das unidades habitacionais, em relação: à higiene, ao afastamento de pessoas estranhas no interior da casa, à separação entre homens e mulheres solteiros; como também uma forte vigilância sobre o comportamento do marido, após a jornada de trabalho. Tais atitudes foram consideradas importantes para garantir a reputação e a dignidade da família proletária. Desta forma, a habitação se constituiu num espaço disciplinar onde os cientistas se preocupavam com a higiene e a moral da família trabalhadora (Carpintéro, 1997). *“Visitando e examinando numerosas cidades populares, tanto no curso das pesquisas promovidas pela comissão de Saúde, como em outras ocasiões anteriores, notei como os hábitos morais, as condutas domésticas e o comportamento do conjunto dos pobres são influenciados por seu entorno imediato e, antes de qualquer coisa, pelo conforto e desconforto (...)”* (CHADWICK, 1845 *apud* BEGUIN, 1991, p. 47).

A ideia dominante com relação à instalação do conforto na vida do pobre e a melhoria de suas condições de moradia era, segundo Beguin (1981), fazer com que a procura por certas satisfações corporais passassem por objetos que oferecessem um domínio sobre a sua vida, de maneira que fosse possível controla-la por meio deles.

“O conforto é destinado a reformar a economia do bem-estar, não proibindo, nem reprimindo, mas substituindo um modo de satisfação corporal cujos instrumentos e efeitos eram incontroláveis, por um bem-estar cujos meios de produção e os efeitos possam ser controlados e utilizados. (...) o conforto civilizado propõe um modo de satisfação corporal cujo princípio fundamen-

tal é a troca. Trocas afetivas no interior da moradia familiar, trocas econômicas visto que o crescimento do bem-estar doméstico e sensações resultantes são sensações úteis. Pouco a pouco, pensamos, o bem-estar corporal torna-se indissociável de uma vida em família, e a própria família associada à ideia de uma casa limpa e bem equipada, esta casa vai se constituir no indutor principal de múltiplos prazeres regulados e fortalecer aquele que, numa casa pobre, aspira a viver melhor” (BEGUIN, 1991, p. 47).

Figura 58 - Banheira alugada a domicílio em Paris (Autor: gravura de Gavarni, reproduzida em La Grande Ville de Balzac, em 1844 *apud* Benevolo, 2009).

Figura 59 - Seção de uma rua de Paris em 1853 mostra as instalações da cidade na metade do século XIX (Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 60 - Obras de construção do esgoto em Fleet Street em Londres (Fonte: Benevolo, 2009).

No ‘First Report’ de Chadwick (1842) a ideia de proporcionar conforto doméstico ao pobre como forme de controle social aparece com clareza:

*“O marido vê a mulher e sua família melhor instalados que antes, possui uma casa e um jardim mais agradáveis, isto o encoraja a trabalhar e, à medida em que ele se torna mais respeitável, torna-se consciente que tem alguma coisa a perder. Então, uma parte importante é atingida. Tendo adquirido algumas vantagens, ele se preocupa em conservá-las e em melhorá-las (...) uma casa limpa, bem arrumada, exerce sobre seus ocupantes não somente uma influência física, mas também moral que conduz cada membro da família a tornar-se mais moderado, calmo, mais preocupado com os sentimentos e a felicidade de cada um” (CHADWICK, 1842 *apud* BEGUIN, 1991, p.48).*

O conceito que orienta a instalação de serviços domésticos nas unidades habitacionais operárias tinha como objetivo mudar alguns comportamentos na linha de

“não proibir nada, mas substituir o que servia de suporte aos maus hábitos por um ambiente que consolide bons hábitos. Mais água, um interior fácil de limpar, aerar e aquecer, é isto que abre o caminho para novas práticas. Dar a cada um mais espaço, mais intimidade, limpeza, conforto, não constitui a família, mas cria o ambiente favorável a seu desenvolvimento. (...) O que o conforto traz aqui é uma possibilidade de trocas afetivas reguladas, o que ele tenta bloquear é o que a promiscuidade favorecia, entre outros, os prazeres sexuais anônimos e fáceis (...) o conforto é, portanto, uma forma de invasão ao qual não se pode resistir, mas cujos efeitos são modulados segundo o lugar que ocupamos na sociedade. No nível mais baixo, a pressão é máxima” (BEGUIN, 1991, p. 48-49).

Perrot (2009) destaca que assim como os burgueses, os operários e anarquistas também aspiravam viver em espaços limpos, com ar puro, aquecidos no inverno, com intimidade familiar, independentes e também a possibilidade de providenciar reformas desenhando os projetos da casa. “Ao ima-

ginarem a cidade futura, após a revolução, Pataud e Pouget¹¹ descrevem-na como uma cidade-jardim. No mesmo momento, pesquisadores britânicos registram na classe operária inglesa um grande desejo de *privacy* do home, ‘tão grande é o temor de uma intromissão incontrolada do vizinho’” (BÉDARIDA, 1982 *apud* PERROT, 2009, p. 296). A autora complementa que:

“um triplo desejo de intimidade familiar, conjugal e pessoal atravessa o conjunto da sociedade e afirma-se com particular insistência no início do século XX. Ele se exprime notadamente por maior aversão a sofrer os constrangimentos da promiscuidade ou da vizinhança, e uma redobrada repugnância pelo panopticismo dos espaços coletivos - prisão, hospital, caserna, internato - ou pelos controles exercidos sobre o corpo (...). O desejo de um canto para si, expressa um crescente senso de individualidade do corpo (...). Mas no século XIX o quarto é o espaço do sono; ali se refaz o mundo” (PERROT, 2009, p. 296).

Donzelot (1977) também aborda o tema da família no espaço disciplinar da casa, quando realizou um estudo sobre o papel das famílias na reorganização da sociedade a partir do século XVIII, enquanto acompanhava as atividades de médicos, sanitaristas e higienistas e seu relacionamento com a política estatal. *“(...) tira-se a mulher do convento para que ela tire o homem do cabaré, para isso se lhe forneceu uma arma, a habitação e seu modo de usar, afastar os estranhos e mandar entrar o marido e, sobretudo os filhos. (...) Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, e pequeno o bastante para que só a família possa nele viver e distribuí-lo de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos”* (Donzelot, 1977 *apud* Carpintéro, 1997, p. 132).

Sobre a esposa operária, segundo Hobsbawn (2000):

“em casa, a não ser que os filhos fossem muito pequenos, ela passaria grande parte dos dias de semana sozinha, enquanto os homens estivessem trabalhando e as crianças na escola ou na rua. Sua solidão poderia ser mitigada por um mexerico ocasional com vizinhos ou na loja da esquina. Ela ainda estava excluída das novas possibilidades de trabalho - na indústria, nas lojas, nos escritórios - e de lazer que se ofereciam à moça solteira da classe operária a partir da década de 1880. O casamento extinguiu essas possibilidades (...). Em compensação, a esposa da classe operária era o centro da família, o foco das relações emocionais, a influência crucial sobre seus filhos, como todas as autobiografias deixam claro. Ela gastava o dinheiro que o homem ganhava. Em algumas indústrias ou regiões (...). o homem entregaria a sua esposa no dia do pagamento e ela lhe devolveria uma parte a título de ‘dinheiro para as despesas’ (...). Ela estabelecia o status visível da família através das cortinas e do vaso de plantas na janela da frente - em famílias com melhor situação financeira aí ficava a sala de visitas, nunca usada a não ser em condições especiais - e através da batalha infundável contra fuligem e a sujeira renitente, esfregando, polindo e pintando” (HOBBSAWN, 2000, p. 271-272).

79

Com base nos relatórios e pesquisas junto às famílias operárias e em vista da necessidade premente de sanear os espaços urbanos que pudessem alastrar doenças, diversas iniciativas empresariais e governamentais procuraram agir no decorrer do século XIX e início do XX, estabelecendo regras disciplinares, muitas vezes ocultas, para controlar o pobre desde o recinto de seu lar, seu trajeto nas ruas, e sua conduta como trabalhador. A seguir, são expostas as mais significativas teorias sociais e urbanísticas propostas por reformistas sociais, arquitetos e urbanistas, de caráter utópico ou prático, que, ao procurar solucionar a questão da moradia operária, induziam ou impunham por meio

¹¹ Émile Pataud e Émile Pouget foram sindicalistas anarquistas operários franceses que se expressavam contra o sistema capitalista por meio da imprensa.

dos projetos arquitetônicos, uma série de comportamentos sociais no lar, na rua, na igreja e na fábrica.

Teorias sociais e urbanísticas e habitação operária:

A situação social dos operários a partir do processo de industrialização europeu incomodava alguns representantes da classe instruída. Benevolo (2009) destaca que a partir de 1815, após a Guerra Peninsular, surgiram teorias sociais e ideias revolucionárias, políticas e urbanísticas, com a intenção de transformar a organização social e dos conjuntos habitacionais na Europa. Considerando o dualismo entre cidade e campo, a nova sociedade deveria criar um conjunto habitacional novo, com medidas calculadas, intermediário entre uma cidade e uma propriedade rural, suficiente em si mesmo nos aspectos econômicos e culturais (BENEVOLO, 2009, p. 567).

Teóricos no século XIX pensavam os problemas da urbanística moderna partindo de um modelo global que procurava se realizar experimentalmente, defendendo a necessidade de contrapor à cidade existente e de seus esquemas urbanísticos objetivando o recomeço com novas formas de convivência: outra organização social, nova organização do território em outra morfologia urbana e construtiva (VIANNA, 2006, p. 29; LAMAS, 2011, p. 212). *“(...) propostas revolucionárias, políticas e urbanísticas, para mudar ao mesmo tempo a organização social e a organização dos conjuntos habitacionais. A sociedade tradicional produz o dualismo entre a cidade e campo; a nova sociedade deve produzir um conjunto habitacional novo, de medida calculada, intermediária entre uma cidade e uma herdade: bastante pequeno para se organizar de modo unitário, mas bastante grande para ter uma vida econômica e cultural completa”* (BENEVOLO, 2009, p. 567).

A cidade industrial do século XIX despertou o interesse dos chamados ‘utopistas’ em desenvolver propostas para uma cidade ideal, sendo que aquelas formas irracionais de convivência social deveriam ser substituídas por outras ditadas pela razão. Entre 1820 e 1850, alguns idealizadores tentaram implantar suas teorias tomando como ponto de partida a análise direta dos sistemas de trabalho então vigentes. Segundo Antunes (2002), as teorias sociais sobre novas formas de habitar em comunidade, baseadas nas reformas sociais aplicadas e traduzidas em edifícios comunitários da fase pós-industrialização, não teriam influenciado de maneira muito significativa o desenvolvimento urbanístico posterior. Para Lamas (2011), seria mais prudente considerar a dimensão populacional e comunitária dessas unidades, pois a forma construtiva e urbanística decorre de diferentes pressupostos. As teorias sociais em conjunto, representaram alternativas à sociedade industrial do século XIX, com um elemento de ruptura com a cidade tradicional - embora determinado pela reforma social (BENEVOLO, 1989, p. 173; ANTUNES, 2002, p. 25; LAMAS, 2011, p. 210).

As propostas de novos ordenamentos urbanos eram construídas livremente por uma reflexão que se desdobrava do imaginário, segundo Choay (2005). No século XIX, considerado o principal período do pensamento utópico, tal reflexão situou-se na dimensão da utopia, por não poder dar forma prática ao questionamento da sociedade, orientando-se nela para tomar as formas da nostalgia e do progressismo, segundo as duas direções fundamentais do tempo: o passado e o futuro (Vianna,

2006, p. 29). Para compreensão da discussão sobre o tema, Choay (2005) refere-se à obra de K. Mannheim (1956): *“opondo-se a Marx, Mannheim insistiu no caráter ativo da utopia em sua oposição ao status quo social e em seu papel desintegrador. ‘Consideramos utópicas todas as ideias circunstancialmente transcendentais (e não só as projeções de desejos) que têm, de uma forma qualquer, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente’”* (MANNHEIM, 1956, p. 145 *apud* CHOAY, 2005, p. 7).

As utopias urbanas do século XIX apresentavam caráter pragmático e muitas foram testadas na prática por grupos de ativistas políticos, sociais ou religiosos, envolvidos em projetos de caráter coletivo. Urbanistas utópicos, como Owen, Fourier, Cabet e Godin criticavam a grande cidade industrial e o indivíduo alienado, com filosofias e políticas sociais. Na maioria, os teóricos, exceto Fourier, não esperavam uma reforma geral na sociedade, e suas ideias eram apresentadas como modelos e descrições de cidades do futuro.

“(...) e este é o ponto importante, todos esses pensadores imaginavam a cidade do futuro em termos de modelo. Em todos os casos, a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reprodutível. É extraída da temporalidade concreta e torna-se, no sentido etimológico, utópica, quer dizer, de lugar nenhum (...) o próprio Th. More, inventor do termo ‘utopia’, revelou o jogo de palavras com o qual foi construído esse neologismo, e sua dupla a (lugar agradável) e outopia (sem lugar, de parte alguma)” (CHOAY, 2005, p. 14 *apud* VIANNA, 2006, p. 30-31).

O autodidata Robert Owen (1771 - 1858) é considerado por Benevolo (1989) o primeiro e mais significativo dentre os reformistas sociais utópicos pela capacidade que teve em enxergar com clareza problemas sociais e urbanísticos encobertos pelas teorias convencionais da época. Antes de se tornar um bem-sucedido industrial e político, Owen foi caixeiro de loja e negociante. Em 1799 adquiriu com sócios a fiação de New Lanark na Escócia transformando-a em uma fábrica-modelo, introduzindo novos conceitos de administração ao implantar, além de maquinaria moderna: jornadas moderadas, bons salários, moradias salubres, escola primária e a primeira creche do Reino Unido. Segundo Benevolo (1989) os melhoramentos não prejudicaram maiores lucros, permitindo que Owen substituísse em 1813 os sócios descontentes por outros simpatizantes do seu modelo administrativo¹², como o filósofo Jeremy Bentham (BENEVOLO, 1989, p. 173; 176).

Owen foi um dos pioneiros da legislação trabalhista, do movimento cooperativo e das organizações sindicais inglesas e sustentava que a produção mecânica especializada da época, estava equivocada e que a agricultura deveria formar a principal ocupação econômica do país, com a indústria como um apêndice (BENEVOLO, 1989, p. 174).

Na segunda década do século XIX, Owen elaborou um modelo de convivência ideal criando um bairro na cidade escocesa de Lanark, chamado New Lanark (figura 61), com todos os serviços necessários para uma comunidade restrita autossuficiente, que deveria trabalhar coletivamente no

¹² *“Sua mentalidade explica-se somente em relação a sua experiência direta, primeiro como dependente, depois como capitão da indústria, e a fábrica sugere-lhe uma ordem de ideias de fato diferentes daquela divulgada em seu tempo; uma empresa industrial funciona em virtude dos controles de organização, que devem dizer respeito não somente ao ordenamento interno, mas também aos limites da iniciativa, em relação às exigências de mercado. O equilíbrio, nesse caso, não é, com efeito, automático e não é devido ao jogo das forças internas, mas sim à harmonia entre os fatores internos e a ação externa, consciente, que controla o modo e a medida de sua utilização”* (Benevolo, 1989, p. 173).

campo e na oficina. Este bairro, segundo Owen, deveria ter entre 300 e 2.000 habitantes, (de preferência entre 800 e 1200) numa extensão de terra cultivável de 800 a 1.500 acres (um acre por pessoa em média) por meio de enxada ou arado (BENEVOLO, 1989, p. 174).

A organização das edificações deveria ser funcional, de acordo com Owen (1927):

“nas cidades tradicionais ‘os pátios, as alamedas, as ruas, criam muitos inconvenientes inúteis, são danosos à saúde e destroem quase toda a comodidade natural da vida humana. A alimentação de toda a população pode ser melhor e mais economicamente assegurada por meio de uma cozinha coletiva, e as crianças podem ser melhor entretidas e instruídas todas em conjunto, sob os olhares de seus pais do que de qualquer maneira’; por essa razão, ‘uma grande praça, com a forma de um paralelogramo, será adotada para reunir as maiores vantagens contidas na forma com os aparelhamentos domésticos da associação. Os quatro lados dessa figura podem ser adaptados a fim de conter todos os alojamentos particulares, isto é, os quartos de dormir e as salas de estar para a população adulta, os dormitórios comuns para as crianças sob tutela, as lojas e depósitos para mercadorias variadas, uma hospedaria, uma enfermaria, etc. Sobre uma linha que corte o centro do paralelogramo, deixando grande espaço pra ar, luz e fáceis comunicações, podem ser erguidas a igreja e os locais de culto, as escolas, a cozinha e o restaurante comunitário. Os apartamentos privados, que ocuparão três lados do paralelogramo, poderão ter de um a quatro andares; não possuirão cozinha, mas serão bem ventilados e, se necessário, aquecidos ou refrigerados. ‘Para aquecer, refrigerar ou ventilar seus apartamentos, os inquilinos deverão somente abrir ou fechar duas válvulas em cada cômodo, cuja atmosfera, graças a esse aparelho, poderá estar sempre pura e temperada. Uma estufa de dimensões adequadas, colocada com tirocínio, servirá para muitos apartamentos, com pouco trabalho e despesa muito pequena, se a instalação for prevista na construção’” (OWEN, 1927 apud BENEVOLO, 1989, p. 174).

82

Owen teorizava sobre a caracterização de um programa e projetos desenvolvidos em New Lanark, o cotidiano dos habitantes e operários desde a primeira infância, por meio da educação. A este respeito descreve que:

“para transformar radicalmente a condição e o comportamento dos desfavorecidos, é preciso retirá-los do meio cuja nefasta influência sofrem atualmente, colocá-los em condições adequadas à constituição natural do homem, condições estas que não podem deixar de melhorar sua sorte, o que é do interesse de todas as classes. As crianças com mais de três anos irão à escola, comerão no refeitório e dormirão nos dormitórios; antes de sair da escola, terão recebido tudo o que lhes será necessário como conhecimento. As crianças maiores serão acostumadas a ajudar na jardinagem e no trabalho industrial durante uma parte do dia, proporcionalmente às suas forças; todos os homens estarão empregados na agricultura e na indústria ou em qualquer outro setor útil à comunidade” (CHOAY, 2005, p. 64).

Choay (2005) destaca a presença de espaços verdes isolando a indústria, na teoria de Owen:

“no exterior, atrás das casas, em redor dos quadrados, há jardins, cercados por estradas. Imediatamente atrás dos jardins, situam-se, de um lado, os prédios consagrados às atividades mecânicas e industriais. O matadouro, os estábulos, etc..., também serão separados do estabelecimento coletivo por plantações. Do outro lado, acham-se locais destinados à lavagem de roupa. A uma distância ainda maior dos quadrados encontram-se instalações agrícolas inteiramente equipadas para a produção do malte, da cerveja, da farinha, etc.” (CHOAY, 2005, p. 64).

Figura 61 - Vista atual de New Lanark
(Fonte: www.arquitetonico.ufsc.br/).

Figura 62 - New Harmony (Autor: F. Bate, 1838).

Para Beguin (1981) experiências como a de New Lanark tiveram caráter extremado pelo desejo de *'multiplicar ao infinito os vínculos suscetíveis de consolidar a solidariedade dos operários em relação às empresas de seus patrões'*. Além de todos os serviços que incluem escolas, lojas, igrejas, salões de dança, salas de leitura, de artesanato, Owen criou um instituto para formação do caráter onde pretendia aplicar a teoria segundo a qual *"o caráter é formado para e não pelo indivíduo, e a sociedade dispõe agora de meios e poder suficientes para formar, como convém, o caráter de cada um"* (COLIN e ROSE BELL, 1972 *apud* BEGUIN, 1991, p.46).

Após a experiência bem sucedida em New Lanark, Owen tentou colocar em prática seu plano em Orbiston, na Inglaterra e em Harmony nos EUA. Em 1825 ele comprou 30.000 acres de terras no Estado de Indiana nos EUA e fundou a Colônia de New Harmony (figura 62). Três anos depois, tinha perdido a maior parte da sua fortuna, pois a iniciativa fracassou custando-lhe o capital empregado, e voltou para a Europa (CHOAY, 2005, p. 62).

Antunes (2002) destaca que Owen conheceu de perto as teorias de Jeremy Bentham, seu sócio, principalmente a concepção do Panóptico¹³ (figura 63), um edifício que poderia ter várias funções: habitação, indústria e equipamentos culturais e sociais que estaria preparado para alojar muitas famílias em proximidade ao local de trabalho (ANTUNES, 2002, p. 25).

¹³ Segundo Bentham, o panóptico é um projeto de edifício construído no formato circular, uma arena composta por andares de celas com um pátio no centro onde haveria uma torre de observação. Originalmente tratava-se de um projeto de penitenciária onde em cada cela, o indivíduo seria constantemente observado. Se o edifício pertencesse a uma escola, o indivíduo de cada cela seria um aluno; se pertencesse a um presídio, o indivíduo seria detento; caso fosse um manicômio, o indivíduo observado seria um alienado. Segundo Foucault, o panóptico era fruto do processo de 'normalização' do sujeito moderno, proveniente de estudos da 'Sociedade Disciplinar'. Os mecanismos de vigilância visariam a interiorizar a culpa e gerar remorso no indivíduo pelos seus atos. Na torre central haveria um vigilante atento a todas as celas expostas pelos lados interno e externo sem criar sombra. O indivíduo aprisionado no panóptico era visto, mas não poderia ver o observador da torre, que ficaria por detrás de persianas. Porém, o recluso saberia que estaria sendo observado, como forma de medir seus próprios atos, mesmo sem poder ver seu observador. A partir dessa estrutura arquitetônica, o panóptico possibilitaria um processo de observação integral que fortaleceria o poder disciplinador da vida do indivíduo com objetivo de intimidá-lo a não cometer o mal, mitigando a necessidade de combater a violência com outra violência física. O panóptico gera o poder nas mãos de um inspetor centralizador, onipotente, onipresente e onividente. É uma utopia ficcional e um projeto de presídio, mas que gerou a ideia de métodos de observação e controle nos tempos atuais (www.infoescola.com/filosofia/panoptico/).

Figura 63 - O *Panopticon*, num desenho de Jeremy Bentham, 1791 (Fonte: Bruno, 2011).

Para Rosenau (1998):

“talvez o traço mais duvidoso do planejamento contemporâneo seja o zoneamento excessivamente rígido, que separa de fato o local de trabalho do parque habitacional e quebra, assim, a continuidade da vida. Além disso, não se deve esquecer que o planejamento que segrega os estratos mais pobres da população em relação aos mais ricos enfraquece a integração social e constitui um fator agravante, que nada tem de positivo, por mais que possa ser como política em curto prazo destinada a auxiliar os mais necessitados” (ROSENAU, 1998 *apud* ANTUNES, 2002, p. 27).

A questão da relação entre o local de trabalho e a habitação, e a relação entre estes e o restante da cidade, trouxe para o discurso teórico a discussão das ideologias comunitária e social do século XIX, quando o planejamento e o ordenamento das cidades constituíam uma preocupação. Antunes (2002) discute que, por exemplo, em Berlim, o urbanismo definia o dimensionamento de gabarito e os alinhamentos, especialmente no interior dos quarteirões, onde o problema da higiene tomava proporções visíveis (ANTUNES, 2002, p. 27).

Entre os utopistas que desenvolveram teorias urbanísticas, o filósofo francês Charles Fourier criou uma teoria filosófico-psicológica baseada em doze paixões fundamentais e interpreta a história por meio de suas combinações. Segundo a teoria, a humanidade encontrava-se na transição do quarto período (barbárie) para o quinto período (civilização), que seguiria para o sexto (garantismo) e terminaria no sétimo (harmonia). Naquele período, a civilização era caracterizada pela propriedade individual descontrolada, e no sexto período as cidades deveriam, segundo Fourier, ser construídas:

“de acordo com um esquema concêntrico: no meio a cidade comercial e administrativa; em torno, a cidade industrial e, depois, a agrícola. Na primeira, a superfície livre deverá ser igual àquela ocupada pelas casas, na segunda, deverá ser o dobro; e na terceira, deverá ser o triplo. A altura das casas será regulada segundo a largura das ruas, enquanto que os muros deverão ser abolidos e substituídos por sebes; os direitos dos proprietários deverão entrar em ‘composição’ com os direitos dos demais, e a valorização que as obras públicas produzirão nos imóveis circundantes deverá ser em parte restituída à comunidade” (BENEVOLO, 1989, p. 178).

Fourier considera esses progressos apenas uma passagem para a sétima e definitiva etapa, quando a vida e a propriedade seriam coletivizadas nos falanstérios onde a vida seria desenvolvida como em um grande hotel: os idosos alojados no térreo, as crianças no mezanino e os adultos nos andares superiores (FOURIER *apud* BENEVOLO, 1989, p. 177-178).

Figura 64 - Perspectiva do Falanstério. A fachada de composição palaciana serve de cenário a uma estrutura social de apoio aos menos favorecidos (Fonte: Benevolo, 1989).

Para pôr em prática suas teorias, Fourier propôs o projeto do Falanstério (figura 64) em 1829 (no *Le Nouveau Monde*), que consistia em grandes construções comunais as quais deveriam refletir uma organização harmoniosa e descentralizada aonde cada morador trabalharia em conformidade com seus interesses e vocações. Ao mesmo tempo urbanos e rurais, os falanstérios seriam autossuficientes, trocando bens entre si, dispondo de terras para agricultura e outras atividades econômicas, unidades habitacionais e uma grande casa comum. Na teoria de Fourier os falanstérios seriam criados por meio da associação voluntária de seus membros não ultrapassando mais de 1.600 pessoas, que viveriam conjuntamente em um mesmo complexo edificado de forma a acomodar todos os serviços coletivos. Cada pessoa seria livre para escolher seu trabalho, sendo possível mudar se assim desejasse, no entanto os salários não seriam iguais para todos. Fourier acreditava que uma extensa rede de falanstérios seria a base da transformação social que por meio da experimentação daria origem a um novo mundo (ANTUNES, 2002, p. 26).

O falanstério deveria ser construído com as formas nobres da arquitetura representativa francesa: simétrico, com três pátios e numerosas entradas, sempre sobre os eixos dos vários corpos de construções; o pátio central, chamado *Place de Parade*, seria vigiado pelo *Tour de L'ordre*, com o relógio e o telégrafo óptico. O complexo seria dotado de aparelhamentos coletivos e servido por instalações centralizadas. Na descrição de Fourier:

"A 'rua-galeria' situa-se no primeiro andar; não poderia estar no térreo, o qual deve ser atravessado em vários pontos pelos veículos. As ruas-galerias não são iluminadas pelos dois lados, ade-

rem a cada corpo de construção; todos os corpos possuem duas filas de quartos, das quais uma é iluminada pelo exterior, a outra pela rua-galeria; esta deve ter a altura dos três andares que com ela confrontam. As portas de entrada de todos os apartamentos do primeiro, segundo e terceiro andares dão para a rua-galeria, com escadas dispostas a determinados intervalos para subir ao segundo e terceiro andares. As grandes escadas, de acordo com o uso chegam somente ao primeiro andar; mas duas das escadarias laterais conduzem ao quarto andar (...). A rua-galeria terá seis braças de largura no centro, e quatro nas alas, quando dentro de trinta anos serão construídos os edifícios definitivos; provisoriamente, contudo, uma vez que o mundo não é rico, limitar-se-á a edifícios econômicos, e com muito maiores razões visto que, em trinta anos, deverão ser refeitos em planos muito mais vastos. A rua-galeria, portanto, será reduzida a 4 braças no centro e 3 nas alas. Os corpos terão 12 braças de largura, de acordo com o seguinte cálculo: galeria 18 ou 24 pés, quarto para galeria 20 pés, quarto para o exterior 24 pés, duas paredes externas 4 pés, 72 pés no total, isto é 12 braças. As salas públicas poderão ser levadas até 8 braças de largura e confrontar tanto a galeria, quanto o exterior” (FOURIER apud BENEVOLO, 1998, p. 178).

Figura 65 - Planta esquemática do Falanstério, deduzida da descrição do tratado e de uma gravura incluída na edição de 1841; em preto está indicado o traçado das *rues intérieures* (Fonte: Benevolo, 1989).

Figura 66 - Secção esquemática do falanstério, segundo as indicações do tratado. (1) sótão, com os quartos para os hóspedes; (2) reservatórios hídricos; (3) aposentos privados; (4) *rue intérieure*; (5) salas de reunião; (6) sobreloja; (7) andar térreo com passagens para viaturas; (8) passadiço coberto (Fonte: Benevolo, 1989).

Fourier entende que:

“o edifício ocupado por uma falange não tem semelhança nenhuma com nossas construções, urbanas ou campestres, e para fundar uma grande Harmonia, de 1.600 pessoas, não se poderia utilizar nenhuma das nossas construções (...). Os alojamentos, plantações e estábulos de uma tal sociedade devem diferir prodigiosamente de nossas aldeias ou cidades destinadas a famílias que não tem nenhuma relação societária e que operam contraditoriamente: em lugar desse caos de casinhas que rivalizam em sujeira e deformidade em nossas pequenas cidades, uma falange é construída como um edifício regular” (Fonte: Choay, 2005, p. 72).

A opinião de Fourier em propor o falanstério como um tipo de habitação coletiva é totalmente oposto às outras iniciativas patronais ou empreiteiras dominantes na época, que se empenhavam na construção de vilas de casas operárias, consideradas caóticas e insalubres.

Sobre o programa do falanstério destaca-se a dissociação das funções (figuras 65 e 66):

“o centro do palácio ou falanstério deve ser destinado às funções tranquilas, aos refeitórios, salas da bolsa, do conselho, biblioteca, salas de estudo, etc. Neste centro ficam: o templo, a torre de ordem, o telégrafo, os pombos-correio, o carrilhão de cerimônias, o observatório, o pátio de inverno com plantas resinosas, situado atrás do pátio de parada. Uma das alas deve reunir todas as oficinas ruidosas, como: carpintaria, ferraria, trabalhos com martelo; deve abrigar também todos os conjuntos industriais de crianças, que são comumente muito ruidosos. Será evitado, com esta reunião um lamentável inconveniente de nossas cidades civilizadas, onde se vê, em

toda rua, algum carpinteiro, algum ferreiro ou algum aprendiz de clarineta estourar o tímpano de cinquenta famílias da vizinhança. A outra ala deve abrigar a hospedaria, com suas salas de banho e de reuniões dos visitantes, para que não perturbem as relações domésticas da falange. Essa precaução de isolar os visitantes e concentrar suas reuniões numa das alas será muito importante na falange experimental, para onde os curiosos afluirão aos milhares (...). O falanstério deve conter, além dos apartamentos individuais, muitas salas de relações públicas: vamos chamá-las seristérios ou locais de reunião e desenvolvimento das séries. Essas salas não se parecem em nada com nossas salas públicas, onde as relações se operam sem graduações. Uma série não admite essa confusão. Tem sempre umas 3, 4 ou 5 divisões, que ocupam vicinalmente 3, 4 ou 5 locais, o que exige distribuições análogas às funções dos funcionários e dos societários. Também cada seristério é composto de três salas principais: uma para os grupos de centro, duas para as aulas da série. Além disso, as três salas do seristério devem ter gabinetes contíguos, para os grupos e comitês de série; por exemplo, no seristério de banquete ou sala de jantar, são necessárias primeiro seis salas bem desiguais (...). Essas seis salas bem desiguais deverão ter, nas proximidades, diversos gabinetes para os diversos grupos que queiram isolar-se da mesa de gênero. Acontece todo dia de certas reuniões desejarem comer separadamente; elas devem encontrar salas perto do seristério onde é servido o buffet principal que alimenta as mesas de um mesmo gênero. Estábulo, celeiros e lojas devem ser instalados, se possível, de frente para o edifício. O intervalo entre o palácio e os estábulos servirá de pátio principal ou praça de manobra, que deve ser bem grande (...). Atrás do centro do palácio, as faces laterais das duas alas deverão prolongar-se de modo a formar e murar um grande pátio de inverno, que servirá de jardim e passeio plantado com vegetais reinosos e verdes em qualquer estação. Esse passeio só pode ser concebido em pátio fechado, e não deve dar vistas para o campo” (Fonte: CHOAY, 2005, p. 72-73).

Barros (2011) defende que apesar de um cálculo numérico relativamente paritário entre homens e mulheres, a ideia era que a vida no Falanstério (figura 67) levasse espontaneamente à dissolução de formações sociais rudimentares como a célula familiar monogâmica e restrita. Para isto, o falanstério deveria ter muitos espaços de socialização, inclusive das refeições, que seriam coletivas. *“Fourier era um crítico visceral do Casamento, e acreditava que se este fosse derrubado tudo o mais se ajeitaria espontaneamente, conduzindo a uma sociedade realmente livre”*. Fourier defendia um comportamento humano hedonista, no qual todos buscassem o máximo de prazer. Um dos itens previstos com o desenvolvimento dos falanstérios era a ruptura natural com a monogamia, pois os casamentos monogâmicos exigidos pela ‘Civilização’ trariam a tendência à formação de:

“famílias nucleares inteiramente fechadas sobre si mesmas, transformando-se em células egoístas e antissociais que se colocavam cada qual em guarda, ou mesmo em guerra, contra todas as outras famílias, cada qual reproduzindo, de sua parte, o modelo da pequena célula egoísta e fechada sobre si mesma. O casamento monogâmico, desta forma, inibia a possibilidade da comunhão universal, do amor de cada um voltado para todos, da grande fraternidade universal que um dia havia sido prometida pela Revolução Francesa, e antes disto pela Bíblia” (BARROS, 2011, p. 247).

Fourier defendia, segundo Barros (2011), que no falanstério não haveria seres humanos improdutivos, mas o Trabalho deveria sempre ser constituído por uma dose de prazer e por um aspecto lúdico, o que expressava sua aversão ao fato de que a maior parte dos seres humanos realizava um trabalho que não desejava efetivamente. No falanstério não poderia haver violência ou qualquer tipo de atividade compulsória (BARROS, 2011, p. 248).

Figura 67 - O projeto fourierista de falanstério inspirou representações mais ou menos favoráveis (Fonte: Perrot, 2009).

A proposta de Fourier era dedicada à possibilidade de minimizar a desigualdade social, mas admitia diferenças entre os habitantes do falanstério. O dinheiro e a propriedade privada não seriam suprimidos, mas a vida 'societária' e saudável do falanstério seria purificada dos padrões de egoísmo e individualismo da sociedade dita 'civilizada', livre de quaisquer efeitos danosos do sistema de opressão econômica. *"Por outro lado, como modelo de redistribuição da riqueza, previa-se que esta seria orientada de acordo com a qualidade do Trabalho produzido por cada um - o que justificaria as diferenças em termos justos"* (BARROS, 2011, p.250).

Apesar da proposta social de caráter hedonista e fraternal de Fourier, o controle social no cotidiano do falanstério é comentado e criticado por Dostoiévski em seu clássico Crime e Castigo:

"... eles defendem tudo isso porque para eles 'o indivíduo é vítima do seu meio' e nada mais! É a frase preferida! Daí se deduz diretamente que, caso se construa a sociedade de maneira correta, todos os crimes desaparecerão de um só golpe, uma vez que não haverá contra o que protestar e em um instante todos os homens se tornarão justos. Não se leva a natureza em conta, suprima-se a natureza, não se percebe a natureza! Para eles não é a humanidade - que se desenvolveu pela via histórica e viva até o fim - que vai finalmente converter-se numa sociedade normal, mas, ao contrário, é o sistema social que, saindo de alguma cabeça de matemático, vai imediatamente organizar toda a sociedade e num abrir e fechar de olhos a tornará justa e pura antes de qualquer processo vivo, sem qualquer via histórica e viva! (...) É por isso que detestam o processo vivo da vida: a alma viva é dispensável! A alma viva exige vida, a alma viva não obedece à mecânica, a alma viva é desconfiada, a alma viva é retrógrada! E mesmo que cheire a carniça, pode ser feita de borracha, mas aí não é viva, aí não tem vontade, aí é escrava, incapaz de rebelar-se! E daí resulta que no falanstério reduziram tudo a uma simples alvenaria de tijolos e à disposição de corredores e quartos! O falanstério está pronto, mas a natureza dos senhores ainda não está pronta para o falanstério, ela quer vida, ainda não concluiu o processo vital, é cedo para ir para o cemitério! Só com a lógica é impossível pular por cima da natureza! A lógica adivinha três casos, mas há milhões deles! Cortar um milhão inteiro e reduzir tudo apenas à questão do conforto!" (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Figura 68 - Projeto de aeródromos apresentado em 1865 pelo eng. Jules Bourie, com espírito fourierista. Caráter unitário do conjunto e preocupação com a circulação (Fonte: Paris, Biblioteca Forney *apud* Perrot, 2009).

Figura 69 - O arquiteto fourierista Victor Calland, diplomado pela Escola de Belas-Artes de Paris projetou um edifício destinado a coproprietários de todas as classes sociais (Fonte: Calland-Lenoir, Institution des Palais de Famillie. Paris, Biblioteca Nacional *apud* Perrot, 2009).

As ideias de Fourier foram influenciadas pelas revoluções populares de 1848 conhecidas como 'Primavera dos Povos'. Além da experiência europeia nas Américas do Norte e do Sul foram fundadas algumas comunidades por imigrantes europeus. Os mais expressivos no Brasil foram o Falanstério do Saí em Santa Catarina e a Colônia Cecília no Paraná, enquanto nos Estados Unidos foram construídos A Utopia, em Ohio; La Réunion no Texas, e a Falange norte-americana em Nova Jersey.

Figura 70 - Projeto do Familistério de Guise, concebido em 1874 por Jean Baptiste Godin (1819-1888) e ainda em funcionamento, na França (Fonte: Almada, 2011).

Figura 71 - Vista do Familistério de Guise (Fonte: Benevolo, 1989).

Colocar em prática as ideias de Fourier se configurou demasiadamente difícil, principalmente por terem mobilizado poucas pessoas. Na Europa a importância do *fourierismo* declinou rapidamente, mas nos Estados Unidos foi bem acolhida e obteve algum prestígio intelectual, pois a ideia de uma vida cooperativa se mostrou atraente em época de depressão econômica. Em pouco tempo foram criados entre 40 e 50 falanstérios, ainda que somente três deles sobrevivessem por mais de dois anos. O exemplo mais bem sucedido foi a chamada Falange Norteamericana que se dissolveu depois de um incêndio. Como no caso das comunidades owenitas, o fracasso destes falanstérios, para além de suas dificuldades intrínsecas, se deu graças ao seu rápido crescimento, atraindo em pouco

tempo uma quantidade enorme de pessoas pouco preparadas e menos comprometidas (BENEVOLO, 1989, p. 178).

Segundo Perrot (2009) o conceito de habitat unitário inventado por Fourier “*serviu de referência oculta ou declarada para inúmeros sistemas e experiências concretas no domínio da moradia popular, e isso até nossos dias (...)*” (Perrot, 2009, p. 341). Na França houve poucas experiências de Falanstério (figuras 68 e 69) e praticamente todas fracassaram quase instantaneamente com exceção do Familistério de Godin (figura 70). Durante o segundo Império francês, um antigo operário que se tornou empresário, Jean-Baptiste André Godin realizou uma experiência seguindo a teoria de Fourier em Guise (figura 71). Com a intenção de concretizar suas ideias sócio-políticas, Godin decidiu comprar em 1859, 18 hectares de terreno onde construiu um complexo arquitetônico de habitações para operários. A arquitetura própria dos edifícios deveria garantir todos os elementos fundamentais como: a luminosidade dos apartamentos, a circulação do ar e o acesso à água potável em cada piso. A higiene era assegurada por uma lavanderia próxima a um curso de água, onde se lavava e secava a roupa, evitando assim os odores da umidade nos alojamentos. Havia chuveiros e uma piscina aonde a água proveniente da fábrica chegava com temperatura agradável. Godin colocou em prática um sistema de proteção social com caixas de segurança que resguardavam contra as doenças, os acidentes laborais e assegurava aposentadoria aos 60 anos. Entretanto, dois pontos essenciais dos planos de Fourier foram mudados: a iniciativa se apoiou em uma indústria, e cada família ganhou um alojamento individual, ao invés da vida em comum em um grande edifício com pátios, teatro, escola, creche e outros serviços. Após a morte de Godin a comunidade formada no familistério passou a administrar suas indústrias em regime de cooperativa¹⁴ (CHOAY, 2011, p. 106).

Segundo Perrot (2009) Émile Zola que teria sido simpatizante do fourierismo visitou o familistério quando compunha o romance *Travail* publicado em 1901 sobre uma comuna que se metamorfozeia conforme as ideias de Fourier. Entretanto Zola não teria se inspirado no palácio de Godin: “*Casa de vidro. Desconfiança do vizinho. Não há solidão. Não há liberdade (...). Ordem, regulamento, conforto, mas e o desejo de aventura, de risco, da vida livre e aventureira? Não é possível cortar todas as vidas pelo mesmo molde*” (PERROT, 2009, p. 348).

Owen e Fourier, segundo Lamas (2011), propõem conjuntos edificados que se parecem com o palácio da nobreza no esquema volumétrico, enquanto que sua distribuição interna decorre da organização comunitária (figura 72). Gerido de uma perspectiva empresarial, mas com espírito, o familistério perdurou até 1968, o que o torna um exemplo bem-sucedido (figura 73). Perrot (2009) afirma que o conceito de habitat unitário, criado por Fourier serviu de referência oculta ou declarada para incontáveis sistemas e experiências concretas no domínio da habitação popular, até a atualidade. O *La fausse Industrie*, observador da realidade de sua época registra:

“os costumes civilizados amontoam em uma água-furtada três dezenas de operários, homens e mulheres misturados, muito moral e decentemente: nossos moralistas, inimigos da reunião na indústria, a estabelecem nos únicos lugares onde ela é inconveniente, nas moradias dos pobres

¹⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Familist%C3%A9rio>.

e doentes, que vemos comprimidos como arenques, nas águas-furtadas de tecelões e nos hospitais” (PERROT, 2009, p. 341).

A autora recorda que Fourier viu e habitou ‘*as cidades sujas e medonhas*’, assim como suas aldeias, consideradas pelo teórico como ‘*aglomerações de choupanas repugnantes*’ (Perrot, 2009, p. 341; LAMAS, 2011, p. 210).

Figura 72 - No Familistério de Godin, o armazém oferecia diversas mercadorias com preço reduzido, com prateleiras tão bem aprovisionadas como nas lojas de Guise (Fonte: Arquivos Rabaux *apud* Perrot, 2009).

Figura 73 - Projeto do Familistério de Godin (Fonte: Benevolo, 1989).

Etienne Cabet, considerado por Karl Marx o inventor do ‘comunismo utópico’ desenvolveu uma concepção socialista de Estado em *Voyage en Icarie* (1840), durante seu exílio na Inglaterra, onde faz uma “*descrição da organização social e política da comunidade, um tratado científico e filosófico*”. Segundo Choay (2005) a *Voyage* descreve a capital fictícia Icaria em comparação a outras cidades, considerada por Lewis Mumford uma projeção das obras administrativas e centralizadoras promovidas por Napoleão em Paris, entretanto, simbolizando as ideias mais progressistas da época. “*É em primeira instância, uma consequência da revolução industrial, de que decorrem os princípios de racionalização, higiene, de classificação; e deve ser aproximada dos modelos de Owen (cuja influência, aliás, Cabet sofrera na Inglaterra) de Fourier e de Considérant*” (CHOAY, 2005, p.87). Cabet descreve a cidade de Icaria em seus aspectos formais, destacando um caráter circular dividido em duas partes, além dos bairros, o sistema democrático e as suas concepções de modelo. A cidade modelo era tratada com precauções sobre a salubridade, circulação de ar e conservação de sua pureza, sem hospitais, cemitérios e praças, que deveriam ser localizados em outro setor. Também trata de questões relacionadas à circulação com ruas definidas, a climatização com proteção às intempéries e sobre a higiene moral, onde seriam proibidos os cafés, cabarés, tabernas e botequins, além da setorização do pequeno comércio (CHOAY, 2005, p. 88-92).

O alojamento modelo de Icaria é descrito por Cabet:

“Casa individual - cada casa tem quatro andares, sem contar o térreo; e três, ou quatro, ou cinco janelas de largura. Debaxo do térreo estão as adegas, jazigos, depósitos de lenha e carvão, cuja base fica a cinco ou seis pés abaixo da calçada e a abóbada a três ou quatro pés acima. A

madeira, o carvão e todo o resto são transportados por máquinas, dos carros até o subterrâneo, sem ao menos tocar a calçada. Depois todos esses objetos sobem, em cestos ou vasos, para a cozinha e os andares superiores, através de aberturas na abóbada e de pequenas máquinas. No térreo uma sala de jantar, uma cozinha e todas as suas dependências, uma sala de banho com uma farmacinha, uma salinha de trabalho para os homens, uma outra para as mulheres; um patiozinho para as aves, um cômodo para os objetos de jardinagem e, por último, o jardim. O primeiro andar contém um grande salão. Os outros cômodos são dormitórios. Todas as janelas abrem-se para dentro e têm balcões (...) As casas são de três tamanhos, de três, ou quatro, ou cinco janelas de frente, para as famílias com menos de doze pessoas, de vinte e cinco ou de quarenta. Quando a família é mais numerosa (o que acontece frequentemente), ela ocupa duas casas contíguas, que se comunicam por uma porta interna: e como todas as casas são parecidas, a família vizinha cede normalmente de bom grado sua casa para ocupar uma outra, ou então o juiz a obriga, em caso de recusa, a não ser que a família numerosa encontre duas outras casas contíguas vagas. (...) Nesse caso, já que os móveis são exatamente iguais, como também as casas, cada família só leva alguns objetos pessoais, e deixa sua casa toda mobiliada a fim de ir para uma outra igualmente mobiliada (...) Todos esses apartamentos têm prateleiras, armários, guarda-louças, estantes, etc., e todas as paredes estão dispostas de modo que esses imóveis, incrustados, apoiados ou aplicados e consistam apenas em estantes interiores ou em gavetas com portas na frente e algumas vezes com prateleiras em cima, o que faz com que haja uma enorme economia de trabalho e materiais” (CHOAY, 2005, p. 93-94).

Figura 74 - Vista de Vitoria (Fonte: Benevolo, 1989).

Figura 75 - Planta de Vitoria (Fonte: Antunes, 2002).

Também na linha utopista, John S. Buckingham idealizou a cidade de Vitoria (figuras 74 e 75) em 1849, a qual consistia em um modelo ideológico composto pela repetição de um módulo quadrado, com uma milha de dimensão onde se articulariam os sistemas fundamentais necessários para a estrutura de uma cidade. Com um arquétipo inspirado nas ideologias de Owen, na ideia de centralidade, higiene pública e principalmente na resolução de problemas sociais relacionados com o trabalho industrial, o plano de Vitoria forma uma cidade dividida em uma série de bandas concêntricas onde se distribuíam funções como: habitação operária, oficinas, lojas, habitação para profissionais liberais, espaços de lazer, casas para classes mais favorecidas e uma grande praça central com uma torre destinada a iluminar a cidade (BENEVOLO, 1989, p. 184).

A partir da segunda metade do século XIX, foram pensadas propostas de diferentes organizações e formas urbanas alternativas à cidade burguesa e industrial, baseadas nas potencialidades do desenvolvimento tecnológico e nas necessidades conduzidas pelos novos modos de vida. Lamas (2011)

destaca que as propostas variaram entre bairros ou cidades especializadas para os trabalhadores, promovidas pelos industriais mais esclarecidos e sensíveis às condições de vida dos trabalhadores; ou visando o lazer e o recreio, como resposta à evolução dos modos de vida, em que as atividades de lazer e as férias passaram a interessar às classes favorecidas. O autor entende que em ambas, as morfologias encontradas são próximas das realizações suburbanas, por conta das possibilidades de terras que permitiam a apropriação de áreas livres. *“No seu conjunto, a experimentação urbanística da segunda metade do século XIX representará a resposta às transformações sociais, econômicas e demográficas da revolução industrial. Significa também a insatisfação com a urbanística barroca e clássica na sua resposta aos novos problemas”* (LAMAS, 2011, p. 210-212).

Contribuindo sobre a discussão a respeito da cidade industrial Pierre-Joseph Proudhon analisa a cidade de Paris na década de 1860 em um capítulo sobre os Monumentos e embelezamentos modernos da cidade a partir de três ideias do urbanismo progressista: necessidade de uma luta contra a nostalgia do passado para promover uma forma global de existência moderna; necessidade de uma racionalização do meio de comportamento; e o papel da indústria na nova cidade. Sobre o habitat individual, Proudhon considera que deve ser prioritário.

“O povo deve ser bem alojado: isso é mais que conveniente, pois ele é soberano e rei. Ora, a morada do cidadão, do homem médio, ainda não foi encontrada. Não temos o mínimo de alojamento, nem o mínimo de salário. Os artistas pedem trabalho, quer dizer, palácios, igrejas, museus, teatros, monumentos; sua arte não conseguiu dar-nos alojamento; pelo contrário, o luxo das construções que nos impõem converteu-se num auxiliar da miséria. Deixo de lado a questão do barato, sem o qual a vida não passa de servidão. ‘Se a república não é o direito, dizia-me um homem de bem, rio da república’. Digo da arte e das cidades: se a arte e a edilidade não sabem dar-nos moradia barata, rio da arquitetura e da edilidade. Ora, estamos bem longe disso. Em vão sepultamos nessas casas monstruosas uma mobília mais ou menos suntuosa e artística: guarda-louças, baús e mesas esculpidos, quadros, estatuetas, pianos, etc. (...) Daria o Museu do Louvre, as Tulherias, Notre-Dame (...) em troca de uma casinha feita a meu gosto, onde eu moraria sozinho, no centro de um terreno fechado de um décimo de hectare, onde eu teria água, sombra, grama e silêncio. (...) Uma aglomeração de mil pequenos proprietários, alojados em suas próprias casas, explorando, cultivando, cada um valorizando seu patrimônio, sua indústria e seu capital, que se administrem e julguem-se por si mesmos, essa é a obra-prima política, da qual todas as outras não passam de acessório, que nunca soubemos realizar” (CHOAY, 2005, p. 95-98).

Outro modelo de ocupação urbana de baixa densidade que pretendia responder aos problemas da cidade industrial se manifestou no final do século XIX. Entre 1898 e 1902, Ebenezer Howard, um estenógrafo inglês, ao ler um livro de Bellamy (1888)¹⁵ sobre o movimento cooperativista americano, imaginou uma nova tipologia urbana baseada na ideia de descentralizar a metrópole com unidades autônomas utilizando habitações unifamiliares. Para Howard, os problemas das sociedades poderiam ser enfrentados unindo as vantagens da cidade e do campo em um novo tipo de ocupação, uma fórmula mista denominada ‘garden-city’ ou ‘cidade-jardim’. Observando a cidade de Londres, Howard formulou uma hipótese para resolver conflitos sociais, baseado em disposições de ordem espacial para resolver problemas de congestionamento e outras demandas da maior metrô-

¹⁵ BELLAMY, E. **Looking Backwards, 2000-1887**. Boston, 1888.

pole da época. “Sua resposta é diagramática: a cidade-jardim situa-se na periferia da metrópole, no espaço que a circunda e que não é mais disponível para um desenvolvimento sem controle: uma faixa de terreno que poderá ser utilizada apenas parcialmente para a edificação - porque uma parte será designada para a agricultura -, de modo que a população será fixada em um limite de, no máximo, trinta mil a 32 mil habitantes provenientes de diversas classes sociais” (BENEVOLO, 1989, p. 356; CALABI, 2012, p. 28-29).

Figura 76 - Diagrama nº 5 da proposta de cidade-jardim (Fonte: Howard, 1902).

Figura 77 - Diagrama de expansão da Garden City em função da área pré-escolhida (Fonte: Howard, 1902).

No livro publicado em 1898, com o título *'Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform'*, (reeditado em 1902 como *Garden Cities of Tomorrow*), Howard propõe a cidade-jardim como elemento de crescimento da metrópole, com a formação de colônias periféricas autônomas, possuindo morfologia urbana que destacasse a importância simbólica dos espaços verdes (figuras 76 e 77). A cidade-jardim deveria ser considerada uma colônia da metrópole, onde seriam instalados os melhores elementos culturais e econômicos da vida contemporânea, a fim de iniciar uma cidade nova que pudesse unir agricultura, produção industrial e trabalho intelectual. A cidade deveria se autogovernar, dispondo coletivamente da propriedade do solo e não poderia crescer além do limite pré-estabelecido. Calabi (2012) considera que as teorias utópicas na cidade-jardim são sutis e deixam transparecer intenções realistas, as quais foram empregadas pela sociedade *Garden City and Townplanning Association*, fundada em 1899. A empresa iniciou em 1904, a construção de Letchworth (figura 79), próxima a Londres, em terrenos adquiridos por Howard, com projeto executivo realizado pelos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker (BENEVOLO, 1989, p. 356; CALABI, 2012, p. 29-30).

Figura 78: Vista aérea de Letchworth
(Fonte: www.britainfromabove.org.uk).

Figura 79 - Vista da cidade-jardim de Letchworth
(Fonte: www.hertfordshire-genealogy.co.uk).

O plano de Unwin e Parker para Letchworth (figura 78) inclui uma rede viária e instalações construídas pela sociedade, em terrenos alugados por 99 anos.

“O regulamento é muito minucioso: não somente prescreve-se qual deve ser a relação entre casas e jardins, o tipo de cerca, de plantações, etc., como também a Companhia estabelece a proibição de abrir casas comerciais em locais residenciais, a obrigação de mudar de zona para artesãos que desejem se tornar pequenos e médios industriais, a limitação do número de profissionais não somente na cidade, mas em cada bairro, a fim de que tenham bastante clientela, o controle da criação dos animais domésticos a fim de que estes não perturbem os vizinhos, a proibição de fixar cartazes fora dos locais indicados, a proibição de implantar indústrias fumarentas ou malcheirosas, a proibição de tocar sirenas no início e no final do expediente nas fábricas e tocar sinos em igrejas e escolas” (BENEVOLO, 1989, p.358).

95

Figura 80 - Cidade-jardim de Letchworth atualmente
(Fonte: www.tripadvisor.co.uk).

Figura 81 - Prospecto de Welwyn
(Fonte: <http://scodpub.wordpress.com>).

Durante 1885 e 1905, período de consolidação do conceito de ‘garden-city’, até a concretização em Letchworth (figura 79), houve intensas transformações, principalmente no setor dos transportes públicos, já que o automóvel e o avião foram inventados neste período, além dos avanços da ciência e tecnologia e o desenvolvimento de movimentos sindicais. O cinturão agrícola previsto acabou reduzido a menos da metade, em relação ao plano teórico de Howard. A povoação da cidade, prevista para 35 mil pessoas, ocorreu muito lentamente e trinta anos depois, não atingira nem mesmo a metade deste número em habitantes. Finalmente, a subscrição do capital não foi feita integral-

mente e a Sociedade foi forçada a emitir obrigações, de modo que a propriedade do solo não ficou com a coletividade dos habitantes, mas com acionistas externos (BENEVOLO, 1989, p. 358; CALABI, 2012, p. 30).

Após a primeira guerra mundial, Howard fez a uma nova tentativa, quando fundou uma nova sociedade para a construção de Welwyn (figura 81), entre Letchworth e Londres, projetada por Louis de Soissons e construída entre 1919 e 1925. Objetivando uma cidade prevista para 50 mil habitantes, foi escolhido um terreno menor e o cinturão agrícola foi reduzido. Além disso, a sociedade ficava encarregada de construir as casas, que seriam alugadas por 999 anos, e concederia o monopólio a uma Companhia contratada.

“O sucesso, desta feita, é mais rápido; Welwyn atinge os trinta e cinco mil habitantes antes da segunda Guerra Mundial; esse processo, contudo, deve-se provavelmente a razões diversas das de que Howard espera: à proximidade de Londres e à possibilidade de morar na cidade-jardim embora trabalhando na metrópole. Assim, a autossuficiência prevista por Howard demonstra ser não apenas irrealizável, mas prejudicial para o sucesso da cidade-jardim. O cinturão agrícola é progressivamente diminuído, perde qualquer relevância econômica e, tanto em Letchworth, quanto em Welwyn, reduz-se a um anteparo verde, a fim de garantir os limites impostos à cidade” (BENEVOLO, 1989, p. 358).

Figura 82 - Vista de Welwyn no início do século XX (Fonte: www.francisfrith.com).

Figura 83 - Um dos tipos de casas geminadas de Welwyn (Fonte: www.ourwelwyngardencity.org.uk/).

As ideias de Howard foram concretizadas nos projetos para Letchworth em 1904, Hampstead em 1909 e Welwyn em 1919 (figuras 82 e 83), os quais, segundo Lamas (2011) deveriam envolver Londres como polos alternativos de desenvolvimento e habitação. O resultado bem sucedido da aplicação da teoria influenciou o urbanismo de diversos países. Iniciativas como Welwyn, não chegaram a reproduzir a implantação ideal da ‘cidade-jardim’, para Calabi (2012). *“Todavia, a ideia se propaga em toda a Europa com extraordinária rapidez, dando origem a numerosas e qualificadas tentativas de atuação. Garden Cities of Tomorrow permanece a semente que marca o começo de uma das linhas teóricas mais importantes do urbanismo contemporâneo. De fato, a cidade-jardim é*

um conceito-chave do século XIX, uma proposta que se contrapõe ao desenvolvimento contínuo da metrópole do século XIX, tanto quanto a 'cidade linear' (LAMAS, 2011, p. 311; CALABI, 2012, p. 30).

Sobre a cidade-jardim, além do livro de Howard - *Garden Cities of Tomorrow*, em 1909, Raymond Unwin publicou o livro *Town Planning in Practice* com o objetivo de melhorar e estimular a aplicação da lei sobre planejamento urbanístico (aprovada pelo Parlamento Britânico no mesmo ano) frente ao empobrecimento estético e qualitativo das cidades e à sua uniformização. Segundo Lamas (2011), apesar da apresentação modesta, o livro repercutiu além da Inglaterra, com a primeira e a segunda edição rapidamente esgotadas, e teve traduções posteriores para o alemão, francês, russo e italiano. No livro são expostos métodos de projetar a cidade e seus bairros - 'a boa forma da cidade', os quais estão presentes em todo o trabalho (figuras 84 e 85). "Mas os exemplos que Unwin retira da experiência de Letchworth e Hampstead terão provocado uma associação excessiva com a cidade-jardim, em detrimento do Unwin urbanista talentoso e investigador, inventor de novas tecnologias urbanas e capaz de abordar o projeto da cidade em toda a sua complexidade morfológica. O *Town Planning in Practice* pouco tem de teoria da cidade-jardim, sendo, pelo contrário, um verdadeiro tratado de desenho urbano". Como exemplo, no terceiro capítulo do livro, Unwin confronta o formalismo (o regular) dos traçados clássicos e em retículas que favorecem ao tráfego, com outro tipo de urbanismo que se origina do respeito pela individualidade do terreno e da valorização do contraste e da surpresa, presentes nos espaços medievais (o irregular) (LAMAS, 2011, p. 252; 254).

Figura 84 - Plano de Hampstead em 1909 (Fonte: <http://pedshed.net/>).

Figura 85 - Exemplos de vias usadas em Earswick, Letchworth and Hampstead (Fonte: www.hgs.org.uk/history/h00012000.html).

O discurso de Unwin é considerado por Lamas (2011) preciso e sistemático, libertado do empirismo dos seus antecessores, enquanto procura o equilíbrio entre as necessidades funcionais e os objetivos estéticos na cidade. Propõe, com exemplos de projetos de sua autoria e esquemas gráficos, uma reflexão sobre as soluções conseguidas, procurando iniciar uma ruptura com a cidade tradi-

onal, com a reformulação do lote e do edifício. *“Problema complexo, na medida em que não é a vontade de destruir a cidade tradicional que conduz Unwin nessa ruptura, mas apenas a consequência lógica do ‘material’ com que trabalha: a casa unifamiliar, a baixa densidade e a máxima recuperação do solo livre para o verde da cidade-jardim”* (LAMAS, 2011, p. 254).

As teorias de Howard e os princípios de desenho urbano de Unwin tiveram repercussão importante no meio acadêmico, influenciando o urbanismo do período entre guerras. Lamas (2011) sublinha a distinção entre os conceitos de Howard e as morfologias urbanas desenvolvidas por Unwin e Parker nas três primeiras experiências de cidade-jardim, e afirma que foi corrente a identificação de qualquer bairro de baixa densidade e espaços verdes com o modelo urbanístico de Howard. *“Como alternativa à cidade industrial, e integração da casa com o campo, a ‘cidade-jardim’ traduzir-se-ia no conjunto de vivendas em largos espaços arborizados. Mas tudo isto seria incompleto sem a existência de diferente organização socioeconômica”* (LAMAS, 2011, 311-312).

Para a disseminação de projetos de cidades-jardim naquele período:

“o problema estava em convencer as cooperativas sobre a alta rentabilidade dos investimentos na construção de pequenas implantações urbanas satélites, imersas na paisagem rural. Assim, a cidade-jardim é, antes de tudo, proposta como um bom negócio, e somente em segundo lugar como solução socialmente válida. Não só seriam eliminados os slums (favelas) inabitáveis das periferias industriais, mas, com a utilização de terrenos de baixo custo, por estarem distantes dos grandes centros urbanos, os compradores poderiam gozar dos prazeres do campo sem renunciar ao trabalho da fábrica e às trocas urbanas” (CALABI, 2012, p. 30-31).

Figura 86: Casas geminadas na cidade-jardim de Hellerau, cerca de 1910
(Fonte: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>).

Figura 87: Casas geminadas para quatro famílias em Hellerau. Projeto de Heinrich Tessenov em 1914
(Fonte: Calabi, 2012).

Além da Inglaterra, na Alemanha, a ideia de cidade-jardim inspirou a política urbanística antes da primeira guerra mundial. Um grupo de intelectuais berlinenses de tendência socialista fundou em 1902 a Deutsche Gartenstadtgesellschaft, e influenciou o movimento em favor de melhorias das condições habitacionais. Dois anos após, a DG defendia no congresso sobre habitação em Frankfurt uma reforma baseada no princípio da descentralização planejada em torno de grandes cidades, promovendo algumas cidades-jardins antes de 1914, com menos complexidade que Letchworth. Segundo Calabi (2012), a mais ambiciosa iniciativa foi Hellerau em 1908 (figuras 86 e 87), próxima a Dresden, considerada apenas uma cidade satélite, absorvida pela periferia da cidade capital, à qual estava interligada por bondes. Outras iniciativas de baixa densidade foram realizadas pelo país

por sociedades imobiliárias de interesse público, que constituem o núcleo principal das entidades alemãs ativas na promoção de habitação popular. Um dos objetivos da descentralização salienta a autora, não era colocar as grandes cidades em debate, mas limitar o anel especulativo no seu exterior, em terrenos de custo baixo (CALABI, 2012, p. 57 a 59).

Na França e na Bélgica, a preocupação com a especulação imobiliária era pouco relevante naquele período, e as aplicações do modelo de cidade-jardim foram limitadas a algumas realizações privadas em bairros periféricos, segundo Calabi (2012), por conta de uma legislação urbanística diferente da inglesa e da alemã. A autora expõe que o principal defensor do modelo na França foi um jurista parisiense interessado por reforma social chamado Georges Benoit-Levy¹⁶, também membro do *Musée Social* e fundador da *Association des Cité-jardin de la France*. Em sua publicação *La Cité-jardin*, em 1904, ele defende a ideia de que o operário deveria ter acesso à propriedade da moradia e fixar-se ao território (CALABI, 2012, p. 59).

Desta maneira, segundo Benevolo (1989), a cidade-jardim:

“demonstra ter condições de viabilidade, diversamente das utopias precedentes, porém, afinal, reduz-se a uma cidade como as outras, sujeita à atração da metrópole, de tamanho não estável e com uma ordenação fundiária não dessemelhante a normal. Resta a marca agradável da concepção originária na elegância dos traçados das ruas, na uniformidade das construções, na distribuição do verde” (BENEVOLO, 1989, p. 358).

Figura 88 - Perfil linear antigo da rua principal no primeiro bairro da cidade linear (Fonte: <http://urbancidades.wordpress.com/>).

Figura 89 - Plano da cidade linear (Fonte: <http://ciudadavertical-chicago.blogspot.com.br/>).

O engenheiro espanhol Arturo Soria y Mata, contemporâneo de Howard, destacou a primeira metade de sua carreira à política e, mais tarde, decidiu dedicar-se aos estudos técnicos, com a produção de projetos e invenções, além de numerosas iniciativas industriais derivadas de seus estudos. Dentre suas propostas teóricas, sobressai-se a *ciudad lineal* ou cidade linear, a qual publicou em um artigo no jornal *El progreso de Madrid* em 6 de março de 1882. Soria propõe uma alternativa radical para o congestionamento da cidade tradicional, desenvolvida concentricamente em torno de um núcleo, que consiste em uma faixa de largura limitada, percorrida por uma ou mais ferrovias ao longo de seu eixo, e de comprimento indefinido: *“o tipo de cidade quase perfeita será aquela que*

¹⁶ Segundo Calabi (2012), Benoit-Levy teve outras referências além de Le Play, como as iniciativas inglesas da Cadbury e Lever, e também as teorias de Howard, Morris e Geddes, cujos projetos e propostas veremos no próximo enunciado. Benoit-Levy também pretendia associar a construção das habitações a baixo custo (HBM), na região de Paris com a ideia de cidade-jardim, que teria maior influência no pós-guerra, tema que também será exposto adiante (Calabi, 2012, p. 59).

se estende ao longo de uma única via, com uma largura de quinhentos metros, e que se estenderá, se necessário, de Cádiz a São Petersburgo, de Pequim a Bruxelas” (FLORES, s/d *apud* BENEVOLO, 1989, p. 362).

Soria y Mata defende que tal tipo de cidade deveria ser construído a partir de uma ou mais cidades puntiformes, e a seguir, poderia formar uma rede de triangulações entre as mesmas cidades, realizando uma distribuição diversa das situações. A largura indicada para a rua central arborizada teria ao menos 40 metros, percorrida na zona central pela ferrovia elétrica; as travessas teriam comprimento de cerca de 200 metros por 20 metros de largura (figura 88); os edifícios poderiam ocupar somente um quinto do terreno, e o lote mínimo seria de 400m², dos quais 80m² destinados à moradia e 320 m² para o jardim (figura 89), configurando uma cidade extensível composta por pequenas casas isoladas (figuras 90 e 91), onde: *“para cada família, uma casa, em cada casa, uma horta e jardim”* (BENEVOLO, 1989, p. 362).

Figura 90 - Projeto de uma casa situada na Rua Vizconde de los asilos, construída e ainda existente (Fonte: <http://urbancidades.wordpress.com/>).

Figura 91 - Casas operárias na cidade linear, construídas na Rua Eusebio Martínez Barona. Ainda que se enquadrem como tipos habituais, parecem ter sido construídas fora das subdivisões da CMU (Fonte: <http://urbancidades.wordpress.com/>).

O modelo socioeconômico de sua teoria para a cidade linear é proveniente do pensamento de Henry George¹⁷, baseando a realização da cidade em novos instrumentos jurídicos para o controle das áreas. Segundo Benevolo (1989) *“sob este aspecto, o modelo de Soria assemelha-se ao de Howard, isto é, representa uma tentativa de eliminar, na economia capitalista, os inconvenientes devidos à organização capitalista da propriedade imóvel”* (BENEVOLO, 1989, p. 364).

¹⁷ GEORGE, H. **Our Land Policy**. 1871

Na última década do século XIX, Soria projetou uma cidade linear em torno de Madri (figuras 92 e 93), com 58 km de comprimento, entre a Vila de Fuencarral e Pozuelo de Alarcón, condicionada pela construção de uma linha ferroviária partindo de Alarcón, iniciada em 1890. Para Benevolo (1989),

“a ideia de Soria é importante e frutífera, embora sua especificação material seja por demais simplista. Ele intui, pela primeira vez, a relação íntima entre os novos meios de transporte e a nova cidade; aqueles não podem servir somente como expedientes para facilitar a circulação em um tecido tradicional, mas devem conduzir a um tecido diferente, desenvolvido no território. Contudo, ele pensa unicamente nas funções tradicionais, ou seja, na residência e em seus serviços, e não faz que as atividades produtivas intervenham no raciocínio, enquanto somente o relacionamento residência-local de trabalho é que poderá dar um conteúdo concreto ao seu modelo linear” (BENEVOLO, 1989, p. 364).

As ideias de Soria y Mata, segundo Benevolo (1989) seriam efetivamente desenvolvidas pela geração seguinte que assimilou a questão da relação residência-trabalho, repetida sempre no mesmo sentido e dando lugar à forma linear da cidade; como nos estudos dos teóricos alemães na década de 1920, os quais se desenvolveram e aplicaram no decênio seguinte na Rússia e também na *cité linéaire industrielle* de Le Corbusier (BENEVOLO, 1989, p. 364).

Figura 92 - Planta da cidade linear projetada por Soria y Mata próxima à Madri (Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Ciudad_lineal_\(urbanismo\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Ciudad_lineal_(urbanismo))).

Figura 93 - Detalhe da planta da cidade linear projetada por Soria y Mata (Fonte: <http://islasterritorio.blogspot.com.br/>).

Já no início do século XX, Tony Garnier imaginou uma cidade industrial ideal durante sua estadia em Roma entre 1899 e 1901, como bolsista do Prix de Roma:

“Uma cidade industrial tem como princípios diretores a análise e a separação das funções urbanas, a exaltação dos espaços verdes que desempenham o papel de elementos isoladores, a utilização sistemática dos materiais novos, em particular do concreto armado. Os diferentes tipos de edifícios são padronizados: casas com átrio, pavilhões escolares com um só nível, fábricas; certas soluções formais são muito avançadas para a época...” (CHOAY, 2005, p.163; LAMAS, 2011, p. 268).

Garnier propõe uma cidade industrial com população de 35.000 habitantes, que não fosse parecida com uma aldeia, mas não fosse uma cidade grande. A disposição dos elementos da cidade é imaginada com uma fábrica principal numa planície, na confluência de uma torrente com um rio (figuras 94 e 95). O transporte se daria por meio de uma ferrovia de tráfego intenso entre a fábrica e a cidade alocada acima, num planalto. Os equipamentos sanitários, como os hospitais, seriam isola-

dos. Para que as condições de vida dos habitantes fossem asseguradas, Garnier propõe uma série de regulamentos para as questões sanitárias (CHOAY, 2005, p. 165).

Figura 94 - A cidade industrial de Tony Garnier (Fonte: www.flickrriver.com/photos/13253658@N03/1478136448/).

Figura 95 - Unidades habitacionais da cidade industrial de Tony Garnier (Fonte: <http://utopies.skynetblogs.be/archive/2008/12/09/tony-garnier-1869-1948-la-cite-industrielle.html>)

Sobre as habitações da cidade Industrial ideal, Garnier defende que:

“muitas cidades já puseram em vigor regulamentos de higiene, variáveis segundo as condições geográficas ou climatológicas. Supusemos que, em nossa cidade, a orientação e o regime dos ventos levaram a estipular normas que podem ser assim resumidas: - 1º Na habitação, os dormitórios devem ter pelo menos uma janela orientada para o sul, bastante grande para que haja luz no cômodo todo e para deixar que os raios do sol entrem amplamente; - 2º Os pátios maiores e menores, quer dizer, os espaços, fechados por paredes, que servem para iluminar ou para arejar, estão proibidos. Qualquer espaço, por menor que seja, deve ser iluminado e ventilado pelo exterior; - 3º Dentro das habitações, as paredes, o chão, etc., são de materiais lisos, com ângulos arredondados. (...) O terreno para ser construído nos bairros residenciais divide-se primeiro em ilhotas de 150 metros no sentido leste-oeste e de 30 metros no sentido norte-sul; essas ilhotas dividem-se em lotes de 15 metros por 15, sempre com um lado dando para a rua. Tal divisão permite que se utilize melhor o terreno e que se satisfaçam os regulamentos enunciados acima. Qualquer habitação ou outra construção pode compreender um ou vários lotes, mas a superfície construída deverá ser sempre inferior à metade da superfície total, sendo que o restante do lote forma um jardim público utilizado pelos pedestres; queremos dizer que cada construção deve deixar, na parte não construída do seu lote, uma passagem livre que vai da rua à construção situada atrás. Essa disposição permite que se atravesse a cidade em qualquer sentido, sem ser preciso passar pelas ruas; o solo da cidade visto em conjunto, é como um grande parque, sem nenhum muro divisório limitando os terrenos. O espaço entre duas habitações no sentido norte-sul é pelo menos igual à altura da construção situada no sul. Por causa desses regulamentos que só permitem o uso da metade do terreno e que proíbem qualquer muro divisório, por causa também de o solo ser nivelado só para o escoamento das águas, não há outro motivo de se temer a monotonia dos nossos alinhamentos atuais. A cidade compreende uma rede de ruas paralelas e perpendiculares. A rua mais importante parte da estação da estrada de ferro e vai de leste para oeste. As ruas norte-sul têm 20 metros de largura e são arborizadas dos dois lados; as ruas oeste-leste têm 13 ou 19 metros de largura, as de 19 metros são arborizadas somente do lado sul, as de 13 metros não são arborizadas” (CHOAY, 2005, p.165-166).

Uma proposta de unidades habitacionais controladas pelo número de habitantes e extensão territorial, com equipamentos e serviços dispostos para que a população pudesse estabelecer relações sociais e comunitárias foi pensada no início do século XX por sociólogos americanos como Park e

Burgess, Horton Cooley, Woods e Ward. A ideia era reverter o enfraquecimento das ligações sociais nas cidades de rápido crescimento que estavam sendo substituídas por relações indiretas entre os cidadãos. Os autores se apoiavam em ideais de reconstrução e planejamento social e da rede escolar decorrente da extensão da oferta de educação para toda a população; e também em certo saudosismo da vida comunitária das pequenas aldeias e cidades medievais em comparação às cidades industrializadas do início do século XX (LAMAS, 2011, p. 317).

Ao estudar as relações entre habitantes e os equipamentos, o arquiteto e urbanista Clarence Arthur Perry publicou nos Estados Unidos, na década de 1920, a monografia *'The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement for the Family Life Community'*, na qual defende uma solução para as cidades americanas por meio de planos denominados por ele como 'unidades de vizinhança' (Tetlow & Goss, 1968 *in*: Silva, 2006, p. 15). O conceito da 'unidade de vizinhança' (figuras 96 e 97) foi pensado sobre uma área residencial autônoma, com previsão de bens e serviços para as necessidades cotidianas dos seus moradores (BARCELLOS, 2004, p. 1 *in*: SILVA, 2006, p. 15).

Perry, ao formular o conceito da 'unidade de Vizinhança', apresenta duas preocupações básicas: a distribuição dos equipamentos de serviço e consumo, tendo como foco principal a escola, que aparece como gerador do conjunto e; a busca pela recuperação da vida social ou das relações de vizinhança que foram se perdendo com as transformações urbanas. Barcellos (2004) transcreve que para Perry, as Unidades de Vizinhança se definem a partir de:

"1. Tamanho. Uma unidade de vizinhança deve prover habitações para aquela população a qual a escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional. 2. Limites. A unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, ao invés de ser penetrada pelo tráfego de passagem. 3. Espaços Públicos. Um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados. 4. Áreas Institucionais. Locais para escola e outras instituições tendo a esfera de serviço coincidindo com os limites da unidade de vizinhança devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum. 5. Comércio Local. Um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança. 6. Sistema Interno de Ruas. A unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à provável carga de tráfego. A rede de Ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem" (PERRY, 1929 *apud* BARCELLOS, 2004, p. 2-3).

Perry defende que os principais equipamentos urbanos devem ser situados próximos das unidades habitacionais, em terrenos designados como *the family neighbourhood*, e também que a circulação do automóvel não deve cortar os acessos aos serviços e perturbar a vida comunitária. Conforme destaca Lamas (2011),

"Perry considera que a vida social se desenvolve graças à utilização dos serviços comuns, à sua organização e estrutura, e prevê serviços muito diversificados: desde a escola primária a lojas, terrenos de jogos e, em zonas mais ricas, a igreja, salas de reuniões e de teatro, clube e piscinas. Na unidade de 10.000 habitantes preconiza ainda um pequeno museu, teatro e outros edifícios de utilização social" (LAMAS, 2011, p. 317).

Figura 96 - Unidade de Vizinhança planejada por Perry (Fonte: Tetlow & Goss, 1968).

Figura 97 - Primeiro modelo de unidade de vizinhança, apresentado por Clarence A. Perry em 1929 e utilizado na urbanização da cidade de New York (Fonte: www.arquitetonico.ufsc.br/unidade-de-vizinhanca).

Como o elemento fundamental de referência para o dimensionamento das unidades de vizinhança é a escola, tanto para se dimensionar a densidade, quanto à extensão das unidades de vizinhança, esta deveria estar localizada no centro do bairro. A extensão da unidade de vizinhança era definida então, por um raio de $\frac{1}{4}$ de milha (400m), sendo esta a distância máxima definida por Perry, para que as crianças pudessem desenvolver o percurso a pé. As áreas livres deveriam ser localizadas de maneira espalhada pela extensão do bairro totalizando 10% da área total da unidade. O comércio deveria estar localizado nos cantos das unidades, preferencialmente no encontro de vias e junto ao comércio das outras unidades vizinhas para facilitar a concorrência (TETLOW & GOSS, 1968). Para Silva (2006) nos estudos de Perry está clara a influência da cidade-jardim de Ebenezer Howard, incluindo o plano para Nova York realizado em 1929, no qual utiliza o conceito de unidade de vizinhança, que pode ser considerado um dos mais importantes pelo seu princípio fundamental - o social (SILVA, 2006, p. 17).

A unidade de vizinhança se configura como um conceito sociológico: “(...) é uma área na qual os residentes se conhecem pessoalmente e tem o hábito de se visitar, trocar objetos ou serviços e realizar coisas em conjunto. É um grupo territorial no qual os membros se encontram em terreno conhecido, no seio da sua área própria, para desenvolver atividades sociais primárias e contatos sociais espontâneos e organizados”. Para Lamas (2011), tais conceitos interessavam mais às questões sociais e à organização funcional da cidade, como: dimensão quantitativa e extensão da unidade habitacional, situação e distribuição de equipamentos públicos e serviços; secundarizando as referências dos traçados aos espaços e forma urbana (LAMAS, 2011, p. 318).

Clarence Perry foi o idealizador do conceito da unidade de vizinhança¹⁸, entretanto, os arquitetos Clarence S. Stein e Henry Wright produziram a primeira efetivação da ideia com os conjuntos habi-

¹⁸ Após a segunda guerra mundial, debates sobre a organização habitacional foram bastante influenciados pela unidade de vizinhança e seus modelos funcionais e organizacionais foram bem considerados. A partir daí seus conceitos foram

tacionais de Radburn (figuras 98 e 99) e Sunnyside Gardens em Nova Jersey. Stein define a unidade de vizinhança como

“área residencial que deve fornecer locais de habitação para uma população que tem geralmente necessidade de uma escola elementar. A sua superfície depende da densidade utilizada. (...) A unidade de vizinhança deve ser delimitada por todos os lados por vias suficientemente largas para permitir ao trânsito passar pela unidade sem a atravessar. Deve incluir um sistema de pequenos parques e áreas recreativas. Deve ser arranjada com um sistema espacial de vias destinadas a facilitar a circulação no interior, desencorajando o trânsito de passagem” (STEIN, 1951 apud LAMAS, 2011, p. 317).

Figura 98 - Plano de Radburn em Nova Jersey
(Fonte: www.radburn.org/map.html).

Figura 99 - Radburn em 1935 (Foto: Carl Mydans apud www.loc.gov/pictures/item/fsa1998017679/PP/).

Edificada em 1929, Radburn foi considerada, na época, revolucionária no planejamento da cidade e um modelo de sobrevivência junto ao automóvel, resolvendo as problemáticas de relacionamento entre ‘as casas, ruas, caminhos, jardins, parques, blocos e vizinhança’. Segundo Lamas (2011) foi em Radburn que Stein e Wright propuseram a total separação entre a circulação de automóveis e pessoas, além da redução ao mínimo do espaço privado em favor do espaço público livre ou parque coletivo, no qual se dispõem as unidades habitacionais geminadas. Apesar de não ter sido concluído o projeto por conta da crise econômica da década de 1930, o trecho construído que reúne 400 habitações testa os princípios de Stein em cinco pontos: a substituição dos quarteirões por blocos habitacionais, não cortados por vias; hierarquização das ruas; separação da circulação de pedestres da circulação do automóvel, criando uma rede de caminhos para pedestres que se cru-

usados, por exemplo, na França, Porto Rico, França, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, União Soviética e Áustria. O conceito de unidade de vizinhança pode ser dividido em duas correntes. A primeira, anglo-saxônica, baseia-se nas cidades-jardins e em baixas densidades demográficas. É o caso do Plano da Grande Londres (a partir de 1944), de Patrick Abercrombie, e das novas cidades inglesas (da primeira e segunda geração). A segunda corrente foi influenciada pelo racionalismo europeu e por Le Corbusier, com edifícios habitacionais. São os casos das superquadras de Brasília e da *Unité d'Habitation* (FERRARI, 1991; Lamas, 2011, p. 317).

zam em desníveis para as ruas; orientação dos espaços principais das casas para os jardins; criação de faixas verdes formando um parque ramificado a toda a cidade. A superfície dos jardins individuais é reduzida ao mínimo, para ceder lugar às grandes áreas livres para uso público e o lazer¹⁹ (LAMAS, 2011, p. 312; 316).

Figura 100 - Planta dos blocos com pátios compartilhados no interior das quadras em *Sunnyside Gardens* (Fonte: Greater Astoria Historical Society in: www.thepolisblog.org/2009/04/design-preservation-sustainability.html)

Figura 101 - *Sunnyside Gardens* no Queens em Nova York recém-construído em 1924. Destaque para os pátios compartilhados no interior das quadras, áreas verdes abertas, playgrounds e quadras de tênis (Fonte: www.thepolisblog.org/2009/04/design-preservation-sustainability.html).

Entre os planos de 'unidade de vizinhança' executados nos EUA, destaca-se Sunnyside Gardens (figuras 100 e 101), construído no Queens em Nova York entre 1924 e 1924 com inspiração também na teoria da cidade-jardim de Howard. Esta experiência de habitação tinha o objetivo de mostrar aos líderes cívicos que era possível resolver os problemas sociais e embelezar a cidade e, ao mesmo tempo, obter certo lucro. Foi construído pela 'New York City Housing Corporation', fundada pela professora e futura primeira-dama americana Eleanor Roosevelt, juntamente com Felix Adler, o advogado e empreendedor Alexander Bing, o urbanista Lewis Mumford, e os arquitetos Clarence S. Stein, Henry Wright e Frederick Lee Ackerman, além da arquiteta paisagista Marjorie Sewell Cautley, os quais foram responsáveis pelo projeto que trazia como novidade grandes áreas de espaço aberto. Os custos de construção foram minimizados, o que permitiu que famílias com recursos limitados tivessem a oportunidade de adquirir as unidades projetadas para uma a três famílias, dispostas enfileiradas, com jardins à frente e atrás, além de um pátio central compartilhado por todos; ou alugar apartamentos em edifícios. As casas e os edifícios foram intercalados e dispostos em torno de jardins comuns, com lojas e garagens instaladas nas proximidades. Este modelo permitiu um desenvolvimento residencial mais denso, ao mesmo tempo em que proporciona amplas áreas verdes abertas²⁰.

O sucesso da aplicação da teoria da unidade de vizinhança, motivado pela clareza dos conceitos e pelo resultado das primeiras experiências, influenciou a organização das unidades habitacionais a partir da década de 1920. Segundo Lamas (2011), a necessidade de reconstrução habitacional do

¹⁹ www.arquitetonico.ufsc.br/unidade-de-vizinhanca.

²⁰ <http://forgotten-ny.com/2005/09/sunnyside-queens/>.

pós-guerra provocou um debate intenso a respeito da organização da moradia, fazendo destacar os modelos de funcionamento e organização.

“A necessidade de estabelecer comunidades com populações novas e desenraizadas dominou a cena urbanística. Os urbanistas de todos os países e em qualquer sistema político-ideológico ou econômico-social acabam por aderir aos conceitos da unidade de vizinhança e utilizá-los indiscriminadamente”. O autor destaca a afirmação de Gibberd: “o princípio da unidade de vizinhança se adapta a qualquer plano urbanístico. É um princípio universal cuja validade social e espacial poderá ser comprovada em qualquer situação, criando um ambiente agradável, cômodo e identificável fisicamente” (LAMAS, 2011, p. 318).

A aplicação das ideias baseadas na unidade de vizinhança e as experiências mais bem sucedidas estão consolidadas nas chamadas ‘cidades novas’ britânicas implantadas em meados de 1946. Foram feitas algumas adaptações no conceito de Perry, devido à grande demanda por habitação, trabalho, educação e sociabilidade provocados pelo pós-guerra, como por exemplo, o número de habitantes por unidade de vizinhança, passando de cinco mil para dez mil habitantes, ampliando assim o número de escolas para atender a unidade²¹.

Após a segunda guerra mundial, debates sobre a organização habitacional foram bastante influenciados pela unidade de vizinhança e seus modelos funcionais e organizacionais foram bem considerados. A partir daí, seus conceitos foram usados, por exemplo, na França, Porto Rico, França, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, União Soviética e Áustria (Ferrari, 1991). A organização por unidades de vizinhança, segundo Lamas (2011), foi um dos principais instrumentos de planejamento urbano da cidade moderna e influenciou realizações que procuravam pela tradição urbana.

“Enquanto, na cidade moderna, a unidade de vizinhança se torna o motor da área habitacional, na urbanística formal é um processo mais tênue de organização funcional e social. Acabaria, na urbanística operacional dos anos cinquenta-sessenta por se tornar determinante na organização urbana. Por este processo, a sociologia comandava o desenho da cidade (...). Na sua abstração e segurança ‘científica’, a unidade de vizinhança constituía um princípio sedutor, com as vantagens da universalidade. Universalidade e clareza que desde logo fascinou planejadores e urbanistas, como a fórmula mágica de constituir comunidades de habitantes no seu bairro e resolver o funcionamento da cidade” (LAMAS, 2011, p. 318-320).

O conceito de unidade de vizinhança pode ser dividido em duas correntes. Lamas (2011) destaca que a primeira, anglo-saxônica, baseia-se nas pesquisas do modelo sociológico de comunidade habitacional, da qual deriva o modelo espacial que lhe corresponde; e também trabalha com baixas densidades e a ideia de cidade-jardim, com a cidade configurada como um bairro habitacional, separado por vias de zonas verdes e com o centro de equipamentos públicos em seu interior. É o caso do Plano da Grande Londres (a partir de 1944), de Patrick Abercrombie, e das novas cidades inglesas (da primeira e segunda geração). A segunda corrente foi influenciada pelo racionalismo europeu e por Le Corbusier, partindo das tipologias arquitetônicas e procurando o modelo edificado que abarque simultaneamente a unidade habitacional e os equipamentos públicos integrados no edifício em altura. São os casos da *Unité d'Habitation*, das superquadras de Brasília, os *Dom Komplex* soviéticos, *Alton State* na Inglaterra e *Lake Meadows* em Chicago. Ambas as correntes

²¹ www.arquitetonico.ufsc.br/unidade-de-vizinhanca.

supõem que a vida social ou coletiva se concentra essencialmente nos equipamentos e serviços, e desta forma planejada a partir dos parâmetros urbanísticos (LAMAS, 2011, p. 320).

Por quatro décadas de urbanismo, o conceito de unidade de vizinhança foi dominante por conta de seu processo simplificado de ordenar a expansão urbana permitindo o crescimento continuado por meio de agregação de unidade autônomas em unidades maiores e desta forma sucessivamente. Segundo Lamas (2011) por este caminho, a urbanística secundarizava o desenho urbano e sacrificava a morfologia urbana pelo funcionamento da cidade, enquanto que seu esquema conceitual abstrai a complexidade urbana. Assim, após alguns anos de experiências dos conceitos, foi possível verificar que a que a ambicionada vida social não havia sido alcançada, nem mesmo o processo trazia necessariamente a satisfação e o bem-estar dos habitantes.

“O fracasso resultava de dois aspectos: o primeiro, da própria desagregação dos conceitos utilizados, ficando clara a impossibilidade de impor a constituição de grupos sociais através do planejamento. As relações sociais nas cidades tendem a matrizes mais alargadas e complexas que a proximidade dentro do bairro; os transportes e as comunicações alargam os horizontes dessas relações, onde também pesam outros meios de comunicação, como a rádio, a televisão, etc.; o segundo é a desadequação das formas urbanas utilizadas, que impossibilitavam a evolução, integrando outras funções, principalmente postos de trabalho no terciário, a pequena indústria e o artesanato. (...) Para fazer cidade e, para lhe dar forma, é preciso muito mais que relações abstratas entre população, equipamentos e serviços. (...) A sociologia revelou não saber desenhar a cidade e, por mais válidos que sejam seus pressupostos, não chegam para constituir verdadeiro espaço urbano” (LAMAS, 2011, p. 320-322).

Já a partir da primeira guerra mundial, segundo Topalov (1981), a metáfora da cidade-fábrica se superpõe à metáfora do organismo urbano.

“Sob esse ponto de vista, os arquitetos do movimento moderno são pioneiros, em particular, Tony Garnier em 1907 com seu projeto para a “cidade industrial”, seguido por Le Corbusier que introduzirá a noção de “maquina de habitar” em 1926. Este vocabulário difunde-se rapidamente no interior da ciência urbana. (...) Esta visão, que se antecipa amplamente ao desenvolvimento da indústria, inspirará por muito tempo as ciências urbanas e regionais. Com poucas modificações ela sobreviverá à substituição da ideologia industrial pela ideologia da sociedade pós-industrial. De todo modo, a ordem urbana que a nascente ciência da cidade procura não é somente uma ordem produtiva, mas antes, provavelmente uma ordem política” (TOPALOV, 1981, p. 32).

A ciência urbana, para Topalov (1981), conforme se constituiu no início do século XX, já esteve ligada ao planejamento urbano, oferecendo legitimidade, conceitos, metodologia e especialistas.

“Graças a esta nova disciplina que estão em vias de inventar, os pais-fundadores se emancipam de suas profissões de origem, em que tinham, em geral, um estatuto subordinado: médicos que se tornaram inspetores sanitários, engenheiros empregados pelas municipalidades, arquitetos formados na prática ou arquitetos desprovidos de relações pessoais que assegurassem uma clientela, assistentes sociais”. O autor afirma que “ao mesmo tempo, eles conservam suas ligações originais com o meio mais amplo onde se formaram e do qual fazem parte, aquele dos reformadores sociais. De fato, não é suficiente reivindicar uma legitimidade científica, é preciso também alcançar uma legitimidade social que lhes será concedida pelos grupos dominantes que estão procurando definir as formas de uma ordem social mais produtiva e menos conflituosa. Não esqueçamos que o título original do livro de Howard, Garden Cities of Tomorrow, reeditado em 1902, era em 1898, Tomorrow. A peaceful path to real reform (Amanhã. Um caminho pacífico para uma verdadeira reforma social)” (TOPALOV, 1981, p. 30).

Além da ciência urbana, o início do século XX, principalmente o período entre guerras, foi caracterizado amplamente pelo movimento moderno, que segundo Kopp (1990), não foi apenas mais um movimento artístico criado para combater o ecletismo ou o art-déco, mas fundamentalmente por uma tentativa de participar na transformação da cidade, ao nível da construção do ambiente. A ideologia do movimento moderno em arquitetura e urbanismo se formou em consequência da primeira guerra mundial, mesmo tendo raízes nos movimentos operários do século XIX e nas teorias utópicas como as de *"Fourier ou de Tchernychevski, (que) descreviam não só a sociedade ideal do futuro, mas também seu meio ambiente construído"* (KOPP, 1990 *apud* BRUNA, 2010, p. 26). Desta forma, foram construídos grandes conjuntos habitacionais nas décadas de 1920 e 1930 na Alemanha, Holanda, Áustria e Inglaterra, os quais realizaram concretamente pela primeira vez essa arquitetura para as classes operárias das maiores cidades industriais.

"Agrupando ao redor de uma série de serviços sociais coletivos centenas e às vezes milhares de habitações 'mínimas', esses conjuntos, pelo seu estudo dos detalhes internos de cada habitação, pelo uso de técnicas industriais de produção, pelo cuidado com a insolação e a ventilação natural e a implantação paisagística, pelo que representaram de inovação em termos de organização e planejamento, acabaram por se tornar os marcos de uma nova concepção do espaço urbano e de uma nova arquitetura. Será, pois, a habitação operária coletiva o tema central dessa nova arquitetura, do 'Neues Bauen' em forte contraste com a tradição, que colocava o arquiteto como o realizador de obras excepcionais e artisticamente relevantes. Apesar dessas realizações terem sido construídas com técnicas e concepções formais muito diversas, elas guardam entre si um conjunto de traços comuns, de tal forma que se poderia dizer formarem uma nova tipologia arquitetônica" (BRUNA, 2010, p. 26).

Figura 102 - *Siedlungen Westhausen* em Frankfurt. Plano de organização do espaço. Projeto de E. May (Fonte: Lamas, 2001).

Figura 103 - *Siedlungen Niederrad*. Plano e vista do interior do quarteirão, com o espaço coletivo. Projeto de E. May (Fonte: Lamas, 2001).

Para tais realizações, Bruna (2010) afirma que era necessário que o arquiteto abandonasse suas atitudes subjetivas, originárias de preocupações basicamente estéticas, para dedicar-se cientificamente no problema habitacional. Os arquitetos aplicaram os princípios tayloristas ao ambiente doméstico como o objetivo de conseguir um caráter racional e objetivo ao *'Neues Bauen'* elaborando pesquisas estatísticas das necessidades individuais e estudos ergonômicos dos movimentos no

interior da casa tradicional. Os principais problemas para os arquitetos, em vista das dificuldades econômicas e financeiras do período entre guerras, eram relacionados à resolução do programa mínimo da habitação, satisfazendo as necessidades imprescindíveis e substituindo, quando possível, espaços privados pelos coletivos, ou seja, a definição do que se chamou de *‘Die Wohnung fur das Existenzminimum’*. Para enfatizar a importância atribuída pelos arquitetos à racionalidade e objetividade das decisões que deveriam ser tomadas, Bruno Taut afirmava que *“o arquiteto deve ser um sociólogo, um economista e um cientista sério, como também um artista”* (TAUT, 1929 *apud* BRUNA, 2010, p. 27).

Após a primeira guerra mundial, a Alemanha encontrava-se em forte crise econômica revertida apenas na década seguinte. Deste período, até a ascensão do nazismo e início da segunda guerra, as condições históricas e socioeconômicas permitiram uma ampla experimentação no campo urbanístico, arquitetônico e habitacional, com a realização de planos para as principais cidades alemãs e a construção de numerosas unidades habitacionais. Os governos socialdemocratas definiram uma política que conjugava a produção de moradia com a experimentação de novas teorias, em programas urbanístico-habitacionais. Para Lamas (2012), os casos de Berlim e Frankfurt são os mais significativos, uma vez que concretizaram os ideais dos arquitetos modernistas com: controle urbanístico, industrialização da construção (figura 108), produção de alojamentos sociais e uma significativa sintonia entre arquitetura, gestão e políticas urbanísticas municipais (LAMAS, 2012, p. 331).

O arquiteto Ernst May foi encarregado em Frankfurt da direção dos serviços de construção municipais, conseguindo com apoio incondicional do governo, realizar um vasto conjunto de tarefas, desde a preparação do plano, aos bairros de habitação popular e à direção da empresa municipal de construção. Para tanto, a municipalidade dotou-se dos instrumentos técnicos e fundiários necessários, como a aquisição de terrenos, elaboração de planos e projetos, concretização de indústrias de pré-fabricação, financiamento de operações, gestão e política fundiária e, o diálogo dos procedimentos junto ao público por meio de Comunicação Social (LAMAS, 2012, p. 331).

No período entre 1925 e 1930, foram construídas cerca de 15.000 unidades habitacionais, num conjunto de bairros (*siedlungen*), em realizações fragmentadas, porém coerentes entre si (figuras 102 e 103). Com isso, Frankfurt se tornou um campo de experimentação de novas formas de agregação e de organização de novos tecidos residenciais com a orientação de May, além da formação de arquitetos ligados ao Movimento Moderno. May inclusive criou a revista *‘Das Neue Frankfurt’* (A Nova Frankfurt) para informar a população sobre os projetos e obras, na qual em artigo publicado em 1930, esquematiza a evolução do quarteirão desde a cidade tradicional até as experiências que vinham sendo realizadas (figuras 104 e 105).

Para May, esta evolução dá-se:

“ numa primeira fase, com a libertação do interior do quarteirão, que passa a espaço público ou semicoletivo. Numa segunda fase, rompe-se a continuidade do alinhamento, embora se mantenha a superfície de construção. Numa terceira fase, a densidade baixa e dois lados do quarteirão são suprimidos. Ficam duas filas de edifícios paralelos entre si e com as ruas, e tendo duas fachadas: a principal, pública, sobre a rua; a traseira, mais privada, sobre o interior do quarteirão. Ainda subsistem logradouros privados, adstritos ao rés-do-chão dos edifícios, o que posterior-

mente virá a ser abandonado em proveito de jardins e espaços públicos. Mais alguns 'progressos' e os edifícios abandonarão a direção das ruas, passando a orientar-se pelo movimento solar na planta livre" (Lamas, 2012, p. 334).

Figura 104 - *Siedlungen Praunheim* em Frankfurt, 1930. Projeto de E. May e H. Böhm (Fonte: Lamas, 2001).

Figura 105 - *Siedlungen Riedhof West* em Frankfurt, 1927-1930. Projeto de E. May e F. Roedcke; *Siedlungen Helleroof* em Frankfurt, 1929-1930. Projeto de Mart Stam (Fonte: Lamas, 2001).

Entre os projetos conjuntos habitacionais construídos por Ernst May em Frankfurt, destacam-se os *siedlungen* Praunheim, Römerstadt e Westhausen, com cerca de 4 mil unidades no total. Os conjuntos agrupam uma comunidade formada por apartamentos ao longo das vias de acesso principal, além de longas carreiras de casas geminadas espaçadas entre si e cercadas por jardins. Além das unidades habitacionais, os conjuntos previam lojas, sendo que Praunheim e Römerstadt ofereciam escolas e outros serviços. O planejamento interno empregado em Praunheim trazia inovações frente à prática tradicional. Bruna (2010) destaca que a equipe de May privilegiou no espaço da unidade habitacional uma sala de estar e jantar, para a qual estava aberta uma cozinha planejada racionalmente, um banheiro moderno (novidade importante para apartamentos destinados à população de baixa renda), e um ou dois pequenos dormitórios. As unidades eram aquecidas por equipamento central e vários dos prédios possuíam máquinas de lavar em lavanderias coletivas. *"Esse arranjo, se por um lado conferia à habitação uma impressão de amplitude e conforto, por outro concentrava as atividades da família na sala"* (BRUNA, 2010, p. 27; 28; 42).

A racionalização do espaço mínimo foi evidenciada no projeto da arquiteta austríaca Grete Schutte-Lihotsky, integrante da equipe de May, conhecido como cozinha de Frankfurt (*Frankfurter Küche*). Industrializada, a cozinha (figuras 106 e 107) era organizada de forma a permitir racionalidade e eficiência de movimentos condizentes com os estudos de Frederick W. Taylor e a partir de livros publicados pelas norte-americanas Christine Frederick e Mary Pattison em 1915, as quais estudavam, por meio de diagramas e fotografias, maneiras de executar os trabalhos domésticos de forma mais eficiente. As ideias foram retomadas por autores alemães como Emma Meyer, no contexto alemão. *"Organizada como uma cozinha de navio, média 1,87m de largura por 3,44m de comprimento com apenas 0,86m livre no meio, separando duas filas de tampos de trabalho altamente especializados por funções, com gaveteiros, armários e tomada elétrica. A estandarização de seus componentes permitiu que fosse produzida em série, com um custo realmente baixo para a época"* (BRUNA, 2010, p. 43).

Figura 106 - Perspectiva da Cozinha de Frankfurt. Margarete Schütte-Lihotzky (Fonte: Bruna, 2010).

Figura 107 - Estudos de Christine Frederick. À esquerda, uma cozinha mal distribuída, e à direita, uma cozinha eficiente (Fonte: Bruna, 2010).

Também na Alemanha, desde 1921 a Agência Alemã para a Eficiência (RKW), tinha como função pesquisar e publicar meios mais eficientes para a produção de bens, incluindo mobiliário, e usos mais adequados. Entre suas publicações destaca-se 'O trabalho Doméstico com Facilidade' e 'Estandarização na Habitação'. Um de seus funcionários, o arquiteto Alexander Klein realizou uma extensa análise em plantas de apartamentos utilizando como método a comparação gráfica para determinar as plantas mais eficientes (figura 109), definido assim, um conjunto de projetos de habitação mínima, com dimensionamento entre 45,6 m² a 73,5 m². Assim, Klein elaborou uma planta tipo que foi utilizada em projetos de bairros operários (*siedlungen*) de Bad Durrenberg em Leipzig, de 1927 e de Fischthalgrund em Berlim-Zehlendorf, de 1928 (BRUNA, 2010, p. 45; 46).

Figura 108 - Primeiras experiências de industrialização da construção na Alemanha, com Ernst May (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 109 - Método dos incrementos sucessivos com redução de várias plantas à mesma base. Alexander Klein (Fonte: Bruna, 2010).

Em Viena, foram promovidos, pelo governo socialdemocrata, conjuntos habitacionais conhecidos como *Hoff*, os quais estabelecem um modo particular de ruptura com a morfologia do quarteirão

em zonas de expansão e intersticiais às áreas construídas, cuja dimensão corresponde a uma unidade residencial que permite a vida comunitária e o funcionamento de equipamentos coletivos. Segundo Lamas (2011), as *Hoff* ocupam áreas que foram bombardeadas, arrematam as zonas parcialmente construídas e articulam os traçados anteriormente delineados (figura 110).

“As formas propostas decorrem do urbanismo tradicional, mas como instrumentos de uma política habitacional socialista, implicam a apropriação coletiva do solo e a eliminação do loteamento. O interior do quarteirão torna-se logradouro coletivo, lugar de equipamentos, espaço livre ou verde. Em técnicas e materiais de construção, não se propõem grandes inovações. Já no que se refere ao desenho urbano, afastam-se do sistema de quarteirões repetitivos, optando por uma unidade física com relativa autonomia social e comunitária” (LAMAS, 2011, p. 334).

O *Karl Marx Hoff* (figura 111) é o conjunto austríaco mais representativo, tanto pelas vicissitudes como pela sua dimensão, ocupando 15 hectares, dentre os quais, os blocos residenciais tomam 18% do terreno, com 1.382 unidades habitacionais onde vivem 5.000 pessoas. O autor considera a hipótese de que as *Hoff* tenham constituído uma etapa intermediária entre o falanstério ou o familistério dos utópicos socialistas e a *Unité d’Habitation* de Le Corbusier (LAMAS, 2011, p. 334).

Figura 110: Karl-Seitz-Hoff construído entre 1926 e 1931 (Fonte: <http://averdade.org.br/>).

Figura 111: Karl Marx-Hoff construído entre 1927 e 1930 (Fonte: <http://averdade.org.br/>).

Assim, no decorrer no século XX, as propostas para resolver os problemas habitacionais na Europa receberam novas contribuições de caráter técnico e especializado. Em 1928, na cidade de La Sarraz na Suíça, aconteceu o primeiro de outros *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne* (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), conhecidos como CIAM, com a presença de arquitetos de todos os países europeus (exceto a Inglaterra). A segunda reunião do CIAM aconteceu exatamente em Frankfurt no ano de 1929, organizada por Ernest May e foi dedicada à moradia para a *existenz-minimun* (o mínimo para a existência). May pôde expor os resultados das experimentações realizadas na cidade e defender a construção de um maior número de unidades habitacionais a menores custos, com o objetivo de atingir a maior parcela possível de população (figura 112). Calabi (2012) destaca que o debate foi centralizado sobre o espaço interno, enquanto eram discutidos os métodos mais adequados para seu dimensionamento e standardização tipológica. A discussão continuou no terceiro encontro, realizado em 1930 na cidade de Bruxelas, sobre os ‘métodos construtivos racionais’, os princípios de implantação. “(...) as intensas trocas internacionais e o

próprio congresso, como se viu, tiveram um papel importante na difusão do debate sobre a relação entre edificações altas e baixas (com Gropius e Le Corbusier, defensores dos edifícios altos). (...) o III CIAM (...) defende as construções altas como o único modelo que pode resolver o problema da habitação social. Termina definitivamente a aventura da cidade-jardim, e começa a dos edifícios de apartamentos circundados por área verde” (CALABI, 2012, p. 233).

600. O tipo de edificação *Existenzminimum* discutido no CIAM de 1929.

Figura 112 - Tipo de edificação *Existenzminimum* discutido no CIAM de 1929 (Fonte: Benevolo, 1989).

Figura 113 - Edifício de W. Gropius em Berlim (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 114 - Walter Gropius. Diagrama apresentado no CIAM em 1930 ilustrando a questão das 'casas unifamiliares, edifícios médios ou blocos altos'. Desenvolvimento de um terreno retangular em filas paralelas de blocos de diferentes alturas, relacionando a superfície, insolação, vista, distância entre blocos e liberação do solo (Fonte: Lamas, 2011).

Gropius introduziu na discussão as regras de implantação e afastamento dos edifícios, além de suas relações com a altura e a densidade habitacional (figuras 113 e 114). Segundo Lamas (2011) *“a questão posta por Gropius é analisada nas suas implicações econômicas e sociais. Investiga qual número ótimo de andares dos edifícios como um problema econômico, que poderia variar, mas limitado no ponto em que o excedente de custos deixasse de ser compensado pela libertação do solo e economia de terreno e infraestruturas. A morfologia urbana é assim determinada pela questão do alojamento”*. Para o autor, é exatamente contra a morfologia da cidade tradicional que os urbanistas modernos se voltam e travam um combate sistemático.

“Nessa batalha, o quarteirão e a rua serão alvos principais, na medida em que constituem a expressão essencial. (...) é por via da pesquisa habitacional que os arquitetos modernos concluirão pela necessidade de abandonar por completo o quarteirão e a rua. Servem-se das experiências realizadas por Gropius na Holanda, na Alemanha, na Áustria, e apoiam-se em investigações como as realizadas por Gropius na Bauhaus sobre a distância entre os edifícios, sua altura e ga-

nhos de solo público. Com efeito, ao abordarem o desenho da cidade a partir do alojamento, os arquitetos deparam-se imediatamente com questões de higiene, salubridade e funcionamento. Inconvenientes de trânsito (ruídos, poeira, gases) e a necessidade de insolação condenavam o alinhamento dos edifícios ao longo das ruas. Tal alinhamento obrigava a formas e perímetros edificadas, nem sempre os mais adequados para os agrupamentos de alojamentos” (LAMAS, 2012, p. 340; 346).

A quarta edição dos CIAM foi realizada em 1933 na forma de uma viagem de trabalho com o tema ‘A Cidade Funcional de Marselha a Atenas’, consistindo na coleta de documentos de planos diretores de cidades dos diferentes países com padronização de escala, técnica de desenho e simbologia. A reunião dos documentos foi publicada como a ‘Carta de Atenas’, a qual se tornou, segundo Calabi (2012), um símbolo do urbanismo do século XX, e também de seus erros. Entre os participantes, destaca-se Le Corbusier, com seus comentários explicativos interpretando o que é afirmado em cada enunciado. No congresso de Paris, realizado em 1937, questões relacionadas com o tema ‘Moradia e Lazer’ foram aprofundadas em relação à edição de Atenas²². Para Calabi (2012):

“aqui se enfrenta a dimensão regional do planejamento, a ‘região cidade’, como âmbito espacial para eliminar a diferença entre cidade e zona rural, a centralidade do plano como instrumento com o qual dimensionar e responder às necessidades fundamentais do homem. (...) A presumível coerência do período inicial dos CIAM na definição de uma ideia de espaço que da moradia se amplia à quadra, à cidade, ao território, contribuiu para fazer acreditar que as pesquisas realizadas pelos protagonistas do movimento moderno tenham sido realizadas por dedução, com um projeto que tem início de maneira linear a partir da moradia e se conclui com a análise da cidade e o plano urbanístico. Um processo que parece colocar a moradia em primeiro plano, basilar e condicionante para os projetos das escalas sucessivas. O que na realidade corresponde à adesão ao positivismo dos participantes, isto é, ao modo de classificarem o espaço em partes e escalas diferentes, tentando, assim, reduzir-lhe a complexidade. Esse comportamento supõe uma indissolubilidade dos diferentes níveis (moradia, edifício, bairro, cidade) e, portanto, também uma relação direta entre arquitetura e urbanismo” (CALABI, 2012, p. 235, 236, 237).

115

A Carta de Atenas traz alguns princípios já enunciados e experimentados pelo urbanismo, como as afirmações de Tony Garnier, quando descreve a cidade industrial através de seus desenhos:

“(...) E mais, o distanciamento do edifício em relação à rua, o desaparecimento da rua corredor, o uso do espaço aberto e das áreas verdes também são princípios já afirmados e aplicados não somente na cidade-jardim, mas pré-anunciados desde o século XIX com os modelos das cidades utópicas. E até mesmo a questão do regime dos solos, levantada pela Carta de maneira aparentemente inovadora (a urgência de, com um instrumento legal, regular as disponibilidades de solo útil para equilibrar necessidades individuais e coletivas), é um problema que os urbanistas alemães enfrentavam há muito tempo. O sistema auspiciado pela Carta, o da urbanização linear industrial, é construído com um esquema territorial mais que urbano; é uma espécie de projeto para a diluição da cidade no campo. Sob o ponto de vista morfológico, não é apresentado um verdadeiro modelo urbano formalmente concluído, mas propõem-se princípios e regras para a construção da cidade futura (funcional e radiosa como proposta de Le Corbusier)” (CALABI, 2012, p. 237).

Bruna (2010) afirma que os primeiros CIAMs foram amplamente dominados pelos arquitetos alemães, na maioria, socialistas ou trabalhando para administrações socialistas como a de Frankfurt.

²² Um sexto congresso, cujo tema seria a compreensão do papel funcional da cidade, deveria ter sido realizado em Liège na França em 1939, mas foi cancelado em função do início da guerra. Um segundo ciclo foi iniciado em 1947, com a edição em Bridgewater na Inglaterra, e terminou com a dissolução dos CIAM em 1959, em Otterlo na Holanda (Calabi, 2012, p. 236).

Os seguintes, sem a presença dos alemães, foram dominados pela figura de Le Corbusier, o qual mudou propositalmente a ênfase do estudo comparativo e racional da arquitetura para o estudo do planejamento urbano e regional (BRUNA, 2010, p. 58).

Figura 115 - Cidade operária de San Nicolas d'Aliermont na França projetada pelo jovem Le Corbusier (Fonte: www.fondationlecorbusier.fr/).

Figura 116 - Projeto de Le Corbusier para o interior de uma unidade da cidade operária de San Nicolas d'Aliermont na França (Fonte: www.fondationlecorbusier.fr/).

Exponente dos CIAM e redator da Carta de Atenas, o escritor, pintor, escultor e arquiteto (apesar de não ter cursado a faculdade) Charles-Edouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier, desenvolveu uma série de projetos urbanísticos com impacto significativo em seu período de atuação profissional. Calabi (2012) destaca entre seus primeiros projetos urbanísticos a cidade-jardim de La Chaux-de-Fonds na Suíça em 1914 e, a implantação da cidade operária de San Nicolas d'Aliermont na França em 1917 (figuras 115, 116 e 117), como experiências tipológicas, depois das quais ele se afastou do modelo preconizado por Howard. Na arquitetura, Le Corbusier realizou estudos sobre a repetição de um módulo a ser desenvolvido no setor residencial, com desenhos e textos denominados '*machine à habiter*', os quais ele utilizou nas *immeubles-villas* de 1925, dentro do conceito de produção em série do tipo de edificação (CALABI, 2012, p. 238).

Ao criticar as cidades contemporâneas com relação à desordem, insegurança e ausência de relações interpessoais, Le Corbusier propõe soluções para a questão habitacional: "*Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas*". Segundo Corbusier, elas são pouco numerosas e são as mesmas para todas as pessoas: cadeiras para sentar, mesas para trabalhar, aparelhos para iluminar, máquinas para escrever e estantes para classificar. Para tanto, propõe estabelecer um *standard* que significaria esgotar todas as possibilidades práticas e razoáveis, deduzindo um tipo reconhecido conforme as funções, e que pudesse fornecer um rendimento máximo, com o emprego mínimo de meios, mão de obra e material, além de palavras, formas, cores e sons. "*O automóvel é um objeto de função simples (rodar) e de fins complexos (conforto, resistência, aspecto), que impôs à grande indústria a necessidade imperiosa de standartizar-se*" (CHOAY, 2005, p. 185, 186).

Figura 117 - Fachadas das unidades da cidade operária de San Nicolas d'Alhiermont na França
(Fonte: www.fondationlecorbusier.fr/)

No quadro do desenvolvimento industrial e do crescimento das cidades, Le Corbusier considera a máquina um acontecimento capital dentro da história humana.

"A máquina não opõe uma raça a outra, mas um novo mundo a um mundo antigo. (...) Uma casa é uma máquina de morar. Banhos, sol, água quente, água fria, temperatura à vontade, conservação dos alimentos, higiene e beleza na justa proporção. Uma poltrona é uma máquina de sentar, etc (...). É preciso estudar a célula perfeitamente humana, a que responde a circunstâncias fisiológicas e sentimentais; chegar à casa-ferramenta (prática e suficientemente conveniente), que se revende e realuga. A concepção de 'meu-teto' desaparece (regionalismo, etc.), pois o trabalho se desloca (a contratação de operários), e seria lógico que cada um pudesse segui-lo com armas e bagagens. Armas e bagagens é denunciar o problema da mobília, o problema do 'tipo'. Casa-tipo, móveis-tipo. Tudo já se fomenta, as ideias encontram-se e cruzam-se nesse ponto que se revela como um sentimento incisivo, mais que uma concepção clara. Certas mentes já imaginam o edifício, agitam a questão de uma organização internacional dos standards da construção" (CHOAY, 2005, p. 186; 187).

117

Para compreender o usuário da 'máquina de morar', a classificação das populações é outro tema importante para Le Corbusier ao propor que:

"Classifiquemos. Três tipos de população: os cidadãos por morada; os trabalhadores cuja vida corre metade no centro e metade nas cidades-jardins; as massas operárias que dividem seu dia entre as fábricas do subúrbio e as cidades-jardins. (...) Esta classificação é, na verdade, um programa de urbanismo. Sua objetivação na prática significa começar o depuramento das grandes cidades. Pois elas se encontram hoje, em consequência de seu crescimento precipitado, no mais terrível caos: tudo nelas se confunde. Este programa de urbanismo poderia, por exemplo, ser assim fixado, se se pensar numa cidade de 3.000.000 de habitantes: no centro, e só para o trabalho do dia, de 500.000 a 800.000 pessoas; à noite, o centro esvazia-se. A zona de residência urbana absorve uma parte dessas pessoas; as cidades-jardins, o resto. Admitamos, pois meio milhão de habitantes da cidade (no cinturão do centro) e dois milhões e meio nas cidades-jardins. Esta classificação, justa em princípio, incerta nos números, convida a medidas de ordem, fixa as linhas capitais do urbanismo moderno, determina a proporção da cidade (centro), dos bairros residenciais, coloca o problema das comunicações e dos transportes, fixa as bases da higiene urbana, determina o modo do loteamento, o traçado das ruas, a configuração destas, fixa as densidades e, conseqüentemente, o sistema de construção do centro, dos bairros residenciais e das cidades-jardins" (CHOAY, 2005, p. 187).

A circulação como sistema 'sanguíneo e respiratório' também é tema tratado por Le Corbusier para o funcionamento das cidades, por meio de vias hierarquizadas e planejadas geometricamente em linhas retas. *"Os novos planos que asseguram uma boa circulação, uma sadia distribuição, a classificação e a ordem, fazendo do conjunto de um edifício uma verdadeira biologia (esqueleto de sus-*

tentação, espaços arejados e iluminados, alimentação por meio de canalizações, que subministram 'utilidades' abundantes - água, gás, eletricidade, telefone, esgoto, aquecimento, ventilação, etc.) dão uma sensação de eficiência" (CHOAY, 2005, p. 187).

Em 1930 Le Corbusier apresentou no II Congresso dos CIAM em Bruxelas a 'Cidade Radiosa' (figuras 118 e 119) com seus princípios doutrinários de organização urbana: uma cidade verde com vasta área de solo livre; construções monumentais isoladas sobre pilotis que liberavam o solo para o pedestre e prolongavam os espaços verdes sob as construções; edifícios monofuncionais dispostos sob o eixo do sol; e unidades de habitação que incluíam equipamentos públicos básicos.

"A 'cidade radiosa' servirá de título a outros projetos. Os conceitos permanecem no essencial, variando nas formas e no relacionamento das construções com o território. A criação de conjuntos desenvolvidos axialmente, em redents e correndo o risco de se confundirem com a rue corridor, é progressivamente abandonada, enquanto pouco a pouco vai surgindo um novo modelo de edifício - a 'unidade de habitação de grandeza eficaz', para cerca de 1800 habitantes, integrando os equipamentos elementares com creche e escola pré-primária na cobertura e rua comercial a meia altura. É assente no solo por pilotis e orientado pelo sol" (LAMAS, 2011, p. 352).

Figura 118 - Le Corbusier. Cidade Radiosa. Croquis mostrando os blocos construídos em amplas zonas verdes (Fonte: Lamas, 2012).

Figura 119 - Le Corbusier. Esquema da Cidade Radiosa (Fonte: <http://htrbe.wordpress.com/2009/11/02/technocratic-design/>).

A ideia de Le Corbusier era traçar cidades que não tivessem a forma de maciços quadrangulares com ruas estreitas limitadas por edifícios no alinhamento da calçada e rodeando pátios insalubres, mas sim, com a mesma densidade de população, maciços de casas ao longo de avenidas axiais.

"Não mais pátios, mas sim apartamentos que abram todas as suas faces para o ar e a luz, e que não dêem mais para as árvores doentes dos bulevares atuais, mas para relvas, para áreas reservadas a jogos e a plantações abundantes. A natureza é de novo levada em consideração. A cidade, ao invés de tornar-se um pedregal impiedoso, é concebida como um grande parque. A aglomeração urbana (é) tratada como cidade verde. Sol espaço, zonas verdes. Os imóveis surgem na cidade por trás do rendado de árvores. Está assinado o pacto com a natureza. As casas, semelhantes em altura, concentradas, sem deixar de assegurar uma forte densidade de habitação, ocupam apenas uma pequena parte do solo. As 'unidades de habitação de dimensões conformes' assim constituídas, de 50 metros de altura, distam umas das outras de 150 a 200 metros e estão implantadas, em função do sol e do local, dentro de um parque verde. Uma unidade de habitação aloja 1.600 pessoas e cobre 4 hectares. Igual número de habitantes que vivem em cidades-jardins horizontais necessitariam de 320 casinhas cobrindo 32 hectares. A densidade é de 400 habitantes por hectare para uma unidade de habitação, ao invés de 50, como acontece nas cidades-jardins. Uma cidade do tipo 'cidade-radiosa', constituída de unidades de habitação, cobriria apenas 25 hectares, ao passo que uma do tipo cidade-jardim exigiria 200.

(...) Nessas torres que abrigarão o trabalho, até aqui comprimido dentro de bairros compactos e em ruas congestionadas, estarão reunidos todos os serviços, de acordo com a feliz experiência americana, de modo a trazer a eficácia, a economia de tempo e de esforços e, assim, uma tranquilidade indispensável. Essas torres, levantadas a uma grande distância umas das outras, dão em altura o que, até agora, se empregava em superfície; deixam livres grandes espaços que replem para longe de si as ruas axiais repletas de barulho e de uma circulação mais rápida. Ao pé das torres aparecem os parques; o verde estende-se pela cidade toda. As torres alinham-se em avenidas imponentes; trata-se realmente de uma arquitetura digna de nosso tempo” (CHOAY, 2005, p. 190; 191).

Para a habitação modelo, Le Corbusier propõe um edifício que agrupa 337 apartamentos de 23 tipos diferentes, desde a unidade para solteiros ou para casal sem filhos, até uma unidade de maiores dimensões para família com três a oito filhos.

“Os apartamentos agrupam-se a dois, imbricados pés com cabeça ao longo dos corredores chamados ‘ruas interiores’, situados no eixo longitudinal do edifício. A primeira característica do apartamento-tipo é ser construído em dois andares, como um sobrado particular. Os apartamentos estão isolados uns dos outros por caixas de chumbo (isolamento fônico). A sala comum tem a altura de dois andares e mede 4,80 metros do chão ao teto. Uma vidraça de 3,66 metros de largura por 4,80 metros de altura mostra a magnífica paisagem. Há um fogão elétrico com três chapas e um forno, uma pia dupla, uma parte da qual forma um esvazia-lixo automático, um armário frigorífico, uma grande mesa de trabalho, prateleiras e armários e um exaustor, ligado à ventilação geral. A unidade é servida por cinco ruas interiores superpostas. À metade da altura do edifício (7º e 8º andares) fica a rua de comércio alimentício (serviços comuns), com: peixaria, mercearia, açougue, salsicharia, casa de vinhos, leiteria, padaria, casa de frutas, de legumes e de pratos prontos. Há um serviço de entrega a domicílio. Pode-se comer num restaurante, salão de chá ou snack-bar. Há estabelecimentos vários: lavanderia, tinturaria, drogaria, salão de beleza, mais um ponto de correio auxiliar, tabacaria, banca de jornais, livraria e farmácia. Na mesma rua interior ficam os hotéis. No último andar (17º) ficam uma creche e uma escola maternal em comunicação direta, por meio de um plano inclinado, com o jardim do teto-terraço reservado às crianças. O teto-terraço forma jardim suspenso e mirante, e abrange: uma sala para cultura física, uma praça de treinos e de exercícios ao ar livre, um solário, uma pista de corrida de 300 metros, um bar-restaurant, etc.” (CHOAY, 2005, p. 194; 195).

A maioria dos planos urbanísticos de Le Corbusier não foi aceita. Calabi (2012) considera que o seu trabalho na reconstrução em Saint-Dié, em La Rochelle-La Pallice foi um dos mais concretos e eficazes, apesar de não executado, mas antecipou as propostas para a *Unité d’Habitation* construída entre 1945 e 1952 em Marselha e outras cidades (figuras 120 e 121). Para a autora, este projeto considerado polêmico, tornou-se uma referência fundamental para toda a construção residencial europeia da década de 1950.

“Trata-se de um grande bloco de concreto à vista para 1.600 habitantes, com moradias que vão desde a quitinete até aqueles destinados a famílias com oito filhos; o edifício possui alguns serviços (uma rua de comércio a 25 metros de altura, um hotel, um restaurante, uma sala de reuniões, uma creche, uma escola média, uma piscina, um teatro ao ar livre) para torná-lo autossuficiente. Os apartamentos são duplex, encaixados entre si de modo que uma rua corredor intermediária os libera de veículos e permite que o projeto recupere os estudos tipológicos feitos pelo arquiteto muitos anos antes, tornando-se um modelo repetível. De fato, a unidade construída sobre pilotis não deveria permanecer sozinha, mas constituir o elemento de base para uma expansão das edificações urbanas de alta densidade, capazes de garantir um uso livre e permeável de amplas áreas verdes” (CALABI, 2012, p. 241).

Figura 120 - Planta tipo da *Unité d'Habitation* de Le Corbusier (Fonte: www.studyblue.com/).

Figura 121 - Perspectiva de um apartamento duplex da *Unité d'Habitation* de Le Corbusier (Fonte: www.studyblue.com/).

Além de Marselha, a Unidades de Habitação (figuras 122 e 123) foram construídas também em Rezé (1952), Briey-en-Forêt (1956) e Firminy (1960) na França e também em Berlim, na Alemanha (1960). Segundo Lamas (2011), no modelo mediterrâneo de Le Corbusier a unidade habitacional deveria ser um grande edifício inspirado nas utopias sociais, como os falanstérios ou no grande navio (*le paquebot*), com o objetivo de integrar o maior número de serviços no seu interior. Cada edifício constitui na 'cidade radiosa' uma 'unidade de vizinhança'. A 'unidade de habitação' deveria constituir a unidade-base da organização e composição da 'cidade radiosa'. A proposta de Le Corbusier traz diferentes maneiras e práticas sociais de viver na cidade que decorreriam das relações entre as funções básicas (habitação, trabalho, lazer, mobilidade), das concepções próprias do autor e do fascínio que as máquinas e o progresso exerciam sobre ele (LAMAS, 2011, p. 320; 354).

Figura 122 - *Unité d'Habitation* em Briey-en-Forêt de 1956 (Foto: Mazo in: www.fondationlecorbusier.fr/).

Figura 123 - *Unité d'Habitation* de Marselha (Foto: Paul Koslowski in: www.fondationlecorbusier.fr/).

Entre o projeto de *chalets* geminados implantados em situação urbanística inspirada na cidade-jardim e a unidade de habitação, Le Corbusier evoluiu drasticamente sua proposta de projeto para a unidade habitacional. A ideia da habitação isolada, mesmo que geminada, oriunda das *cottages* e *chalets*, já era contraposta desde o século XIX, em muitos países, por teóricos ligados ao sanitaris-

mo vigilante que defendiam a moradia coletiva, como o falanstério de Fourier, New Lanark ou New Harmony. A novidade trazida por Le Corbusier como solução urbanística para a habitação das massas era a verticalização das unidades, mas a proposta trazia também uma espécie de releitura de conceitos de outros teóricos como Howard e Perry, pela preocupação com as áreas verdes e com a proximidade de serviços e comércio junto às habitações (figura 124).

Figura 124 - Le Corbusier. Desenhos ilustrando o caminho percorrido pelo urbanismo e as formas da cidade (Fonte: Lamas, 2012).

Contemporâneo e com influência ideológica sobre a arquitetura e o urbanismo comparável à de Le Corbusier, Walter Gropius desenvolveu concepções nas décadas de 1920 e 1930, que tiveram pontos de contato. Para Choay (2005) enquanto Le Corbusier divulgava suas ideias e teorias na forma de manifestos, com exposições, revistas e livros, Gropius teve atuação essencial como professor na escola Bauhaus²³ e em Harvard. Discípulo do arquiteto alemão Peter Behrens (pioneiro na síntese da arquitetura e da indústria), juntamente com Mies Van der Rohe, Le Corbusier, Oud e Mendelsohn, Gropius foi um dos criadores da arquitetura racionalista, sendo considerado um pioneiro após a construção em 1911 da Fábrica Fagus em *Alfred-an-der-Leine*. Criador da Bauhaus em Weimar, ele pretendia realizar a síntese das artes e da indústria 'para promover o edifício do futuro'. Sobre o urbanismo, os temas fundamentais de Gropius se referiam aos conceitos de padronização, pré-fabricação e criação de espaço moderno, os quais ele pôde aplicar na criação de duas cidades operárias: a cidade *Dammerstock* de Karlsruhe, entre 1927 e 1928 e, o *Siemmesstadt* de Berlim em 1928 (CHOAY, 2005, p. 175-76).

Era necessário que a habitação mínima se caracterizasse como um novo meio de viver, ou seja, o instrumento de uma '*Neue Wohnkultur*' (uma nova cultura da habitação), que pudesse induzir mudanças no modo de vida e no comportamento social.

"A mulher deveria ser liberada de seu papel tradicional de dona de casa, permitindo que participasse de trabalhos remunerados nos escritórios na administração pública ou mesmo nas indústrias. Assim, a nova cozinha de Frankfurt é o símbolo dessa simplificação das atividades domésticas, simplificação que se aplicará a tudo o que existe no interior da casa mínima: móveis, luminárias, aquecedores, peças sanitárias, louças, talheres, etc. Todos esses objetos serão estudados

²³ Era necessário que a habitação mínima se caracterizasse como um novo meio de viver, ou seja, o instrumento de uma '*Neue Wohnkultur*' (uma nova cultura da habitação), que pudesse induzir mudanças no modo de vida e no comportamento social. *"A mulher deveria ser liberada de seu papel tradicional de dona de casa, permitindo que participasse de trabalhos remunerados nos escritórios na administração pública ou mesmo nas indústrias. Assim, a nova cozinha de Frankfurt é o símbolo dessa simplificação das atividades domésticas, simplificação que se aplicará a tudo o que existe no interior da casa mínima: móveis, luminárias, aquecedores, peças sanitárias, louças, talheres, etc. Todos esses objetos serão estudados de forma a se integrarem nas habitações, tanto do ponto de vista do conforto e da manutenção como do baixo custo, uma vez que a redução no número de tipos deverá permitir sua produção em escala industrial. Será essa a importância que a Bauhaus, enquanto escola, assumirá junto às indústrias interessadas no problema da habitação. Não por acaos, o lema da Bauhaus era: 'Arte e Tecnologia, uma Nova Unidade'"* (Bruna, 2010, p. 58; 59; 62).

de forma a se integrarem nas habitações, tanto do ponto de vista do conforto e da manutenção como do baixo custo, uma vez que a redução no número de tipos deverá permitir sua produção em escala industrial. Será essa a importância que a Bauhaus, enquanto escola, assumirá junto às indústrias interessadas no problema da habitação. Não por acaos, o lema da Bauhaus era: 'Arte e Tecnologia, uma Nova Unidade'" (BRUNA, 2010, p. 58; 59; 62).

Sobre a estandarização, Gropius considera que:

"não constitui um freio para o desenvolvimento da civilização; é, pelo contrário, uma das suas condições imediatas. Pode-se definir um standard como o exemplar único e simplificado de qualquer objeto de uso, obtido pela síntese das melhores formas anteriores, sendo que esta síntese é precedida pela eliminação de qualquer contribuição pessoal dos desenhistas e de todas as características não essenciais. As grandes épocas da história permitem verificar que a existência de standards - dito de outro modo, o uso consciente de formas-tipo - é o critério de qualquer sociedade civilizada e bem ordenada; pois é um lugar-comum que a repetição dos mesmos meios em vista dos mesmos fins exerce sobre o espírito humano uma influência estabilizadora e civilizadora" (CHOAY, 2005, p. 177).

Gropius estende a ideia da estandarização para a cidade:

"Enquanto célula de base de uma unidade superior, que é a rua, a residência representa um órgão de grupo-tipo. A uniformidade das células entre si reclama uma colaboração formal. Na medida em que constitui um modelo mais acabado que qualquer dos protótipos de que deriva, um standard admitido é sempre o denominador formal comum de todo o período. A unificação dos componentes arquitetônicos deveria contribuir para dar a nossas cidades essa homogeneidade salutar que é marca própria de uma cultura urbana superior. Uma prudente limitação a alguns tipos-padrões de edifícios aumenta sua qualidade e diminui seu preço de custo, elevando assim o nível social da população em seu conjunto. A repetição de elementos estandarizados e a utilização de materiais idênticos nos diferentes edifícios traduzir-se-á, em nossas cidades, por uma unidade e uma sobriedade comparáveis às que a uniformidade da roupa introduziu na vida social" (CHOAY, 2005, p. 177).

Enquanto trabalhava com Behrens, Gropius apresentou à AEG um 'Programa para a fundação de uma sociedade geral para a construção da casa em uma base artística unitária', tema que continuou a estudar na Bauhaus. Para Gropius:

"a maioria dos cidadãos de um país possui hábitos uniformes de viver e de morar; não se compreende, portanto, por que nossos edifícios não se devam sujeitar a uma unificação semelhante à de nossas roupas, dos sapatos ou dos automóveis... Todavia, deve-se evitar o perigo de uma padronização demasiadamente rígida... e as casas devem ser projetadas de modo a levar em consideração as necessidades individuais, derivadas do tamanho da família e da profissão do chefe de família, assegurando sua flexibilidade. Deve-se, portanto, padronizar e produzir em série não a casa inteira, mas suas partes, de modo que formem, com suas combinações, vários tipos de casas" (GROPIUS, 1925 apud BENEVOLO, 1989, p. 496).

Duas experiências parciais de pré-fabricação foram realizadas por Gropius no bairro de Törten em Dessau em 1926, e no Weissenhof de Stuttgart em 1927, onde duas unidades habitacionais unifamiliares foram construídas com estrutura metálica preenchida com cortiça e revestimento externo em Eternit. Alguns anos mais tarde, em 1931, um tipo de casa mínima ampliável, formada por painéis de madeira autossustentáveis revestidos internamente com tiras de Eternit e externamente por chapas de cobre onduladas, foi desenvolvido por Gropius para a Hirsch Kupfer und Messingwerke A. G.; porém as pesquisas foram interrompidas pela ascensão nazista. Benevolo (1989) considera que apesar do fracasso das experiências em decorrência de diversos fatores externos, as mesmas

tiveram um importante significado cultural para o movimento moderno em relação à sociedade contemporânea (BENEVOLO, 1989, p. 496).

O tipo ideal de construção é discutido por Gropius, que defendia a verticalização da moradia:

“A opinião continua dividida no que se refere ao tipo de alojamento ideal para a maioria da população: casas individuais com jardins; prédios de apartamentos de altura média (de dois a cinco andares); ou prédios de oito a doze andares. Os prédios de apartamentos foram criticados em seus exemplos habituais de cinco andares, mas seus inconvenientes desaparecem quando são substituídos por outros de oito a doze andares. Tais imóveis satisfazem todas as exigências em matéria de ar, de luz e de tranquilidade; oferecem, ainda, muitas vantagens ausentes nas casas individuais. Ao invés de ter janelas no térreo, dando para paredes e para pequenos pátios sem sol, os apartamentos abrem-se para o céu e o espaço verde que separa os blocos de imóveis e serve como área para as crianças brincar. E quando os tetos-terraço desses altos imóveis são igualmente ocupados por jardins, os últimos temores associados à expressão ‘prédio de apartamentos’ desaparecem definitivamente” (CHOAY, 2005, p. 178).

A dicotomia cidade x campo também é abordada por Gropius que crê em uma nostalgia sentida pelo citadino em relação ao campo e pelo camponês em relação à cidade:

“Os progressos técnicos transplantam a civilização urbana para o campo e, reciprocamente, reintroduzem a natureza do coração da cidade. Há mais de uma geração não cessamos de protestar contra a congestão das cidades e de reclamar por cidades mais espaçosas e mais verdes. Estes desejos têm por corolário a descongestão da rede de ruas e a implantação de um sistema de transportes adequado. A cidade de amanhã levará suas fronteiras muito além das de hoje, desaparecendo simultaneamente com seus conglomerados anárquicos, de funções incoerentes, e com o amontoado dos seus imóveis, substituindo-os por muitas unidades menores. São essas unidades, mais de acordo com a escala humana, que esperamos ver amplamente espalhadas por regiões inteiras. Estas cidades dispersas e espaçosas - cidades verdes disseminadas num campo urbanizado - cumpriram uma missão histórica, há muito tempo necessária: a reconciliação da cidade com o campo. Essas comunidades e regiões assim planejadas aliviarão a antiga cidade dos seus pesos mortos: os bairros descongestionados poderão finalmente assegurar sua verdadeira função de centro regional orgânico, comercial e cultural” (CHOAY, 2005, p. 180).

123

A proposta de Gropius para resolver os problemas das cidades industrializadas defende a ideia de novas unidades urbanas, as quais,

“cuidadosamente concebidas, representariam para nós uma experiência preparatória, uma etapa preliminar a um estágio mais complexo: a reconstrução das nossas grandes cidades. Com uma população de cinco a oito mil pessoas e uma capacidade industrial de dois a três mil operários, essas novas cidades seriam a unidade de base de uma estrutura urbana regional, onde se poderia exercer a flexibilidade e a plasticidade tornadas necessárias pela mobilidade sempre crescente em nossa sociedade. A velha ‘cidade’ poderá deixar de ser uma unidade de administração local, autônoma; tornar-se-á uma parte de um novo sistema administrativo que cobrirá toda uma região e dentro do qual ‘a unidade urbana’ representará o elemento último. Tais unidades deverão acabar com o antagonismo, criado no século XIX, entre cidades grandes e pequenas de um lado, entre cidade e campo de outro. Deslocando os desempregados (tanto das cidades quanto os do campo), permitiremos que os cidadãos e os camponeses participem simultaneamente da criação de novas aglomerações humanas” (CHOAY, 2005, p. 181).

Em 1927, Gropius pôde colocar suas teorias em prática no projeto vencedor do concurso público para o bairro de *Dammerstock* de Karlsruhe (figura 125 e 127), juntamente com outros nove arquitetos, que colaboraram na construção das casas. Segundo Benevolo (1989) o plano do conjunto é simples, com todos os blocos orientados de norte a sul, com o objetivo de distribuir simetricamente

a iluminação solar nas duas fachadas, e são servidos por vias pedestrees, enquanto que as trafegáveis são perpendiculares de leste a oeste.

“A variedade que parece ausente do plano geral é restabelecida pela arquitetura, porquanto os blocos são de alturas variadas (de dois a cinco andares), embora diversamente espaçados entre si e resolvidos de vários modos pelos nove projetistas. É bastante notável que o bairro não tenha um espaço central e não esteja de alguma maneira fechado em si mesmo, mas esteja estreitamente ligado aos espaços circundantes; os edifícios públicos e os elementos de edificação anormais estão colocados nas margens da área, nos pontos mais adequados para costurar o tecido do novo bairro ao tecido urbano, enquanto que os retalhos menos regulares, tais como as margens dos lotes para a Heidelbergstrasse são cuidadosamente cheios com os movimentos de terra” (BENEVOLO, 1989, p. 492).

Figura 125 - Plano de *Dammerstock*
(Fonte: Lamas, 2011).

Figura 126 - Bairro de *Siemensstadt* em Berlim, 1930 (Fonte: Benevolo, 1989).

Benevolo (...) considera a visão urbanística de Gropius objetivamente falha, porque não vai além do bairro, cujo conceito estaria totalmente mudado: *“não é mais uma composição em si, mas uma intervenção no quadro amorfo da periferia da cidade, uma modificação calculada e ordenada em um ambiente casual e desordenado; o problema consiste em ligar entre si essas duas realidades diversas, que interferem e se equilibram reciprocamente”*. O autor destaca que no projeto seguinte, para o bairro de *Siemensstadt* (figura 126), Gropius tenha naturalmente levado em conta, elementos preexistentes, como uma rua curva e uma linha ferroviária:

“o longo corpo de construções de Bartning, com apartamentos que dão frente para o sul, está disposto ao longo da rua que corre de leste para oeste; do outro lado, colocam-se perpendicularmente os blocos feitos por Haring com apartamentos de frente para os dois lados, enquanto que, ao sul da ferrovia, os edifícios feitos por Scharoun (figura 128) convergem, enquadrando a passagem de nível. Gropius reserva para si o projeto de três blocos de casas perto do cruzamento principal, que é o centro virtual ligeiramente mais acentuado do bairro. Também aqui os edifícios públicos estão dispostos na periferia e são usados para resolver os nódulos e as cabeceiras dos blocos residenciais. Não existe mais qualquer resíduo das minuciosas e cansativas composições que complicam a distribuição dos bairros coevos (...)” (BENEVOLO, 1989, p. 492-93).

Em *Siemensstadt*, a rede viária é reduzida e a hierarquia das funções clara e legível. Segundo Benevolo (1989), a uniformidade das condições de higiene das unidades habitacionais é assegurada pela uniformidade da instalação.

“Em suma, cada elemento é motivado racionalmente e possui o mesmo caráter franco e persuasivo das estruturas industriais próximas; pela primeira vez, um bairro operário possui a instalação unitária e a solidez necessária para não ficar em desvantagem quando comparado à fábrica, embora respeitando em cada parte sua a escala humana e as exigências, tanto mais frágeis, da intimidade doméstica” (BENEVOLO, 1989, p. 494).

Figura 127 - Planta de unidade em *Dammerstock* por W. Gropius (Fonte: Benevolo, 1989).

Figura 128 - Bairro de *Siemensstadt* por H. Scharoun (Fonte: Benevolo, 1989).

Os reformadores sociais foram confrontados no início do século, nas metrópoles dos países industrializados, com traços de uma realidade próxima a dos países atualmente em desenvolvimento. Para Topalov (1981) as grandes cidades que obcecavam tais aspectos ficaram marginais à primeira revolução industrial (indústria têxtil, metalurgia pesada e siderurgia) e seu tecido econômico se formou por uma infinidade de pequenas empresas, à parte dos negócios, finanças e do comércio de consumo de luxo emergente. Assim, por diversas razões, ligadas principalmente às capacidades de resistência ao assalariamento que as grandes cidades proporcionam à população proletária, a fábrica esteve marginal nas mesmas. *“Ora, quando nasce a ciência urbana, a fábrica é cada vez mais genericamente pensada como o lugar típico e a forma necessária de uma ordem produtiva moderna. Esta crença pode ser vista então como um critério fundamental de diferenciação entre progressistas e conservadores. Se os segundos consideravam a grande indústria como uma aberração incômoda à qual é possível e necessário por um termo, os primeiros veem nela o futuro da humanidade”*. O autor acredita que desta forma, o patronato paternalista das indústrias rurais e as corporações de ofícios das grandes cidades estavam do mesmo lado, oposto ao de Marx e Taylor.

“Quanto aos operários das metrópoles, eles fogem das fábricas para as oficinas e, quando podem, deixam de ser assalariados para trabalhar por conta própria. Neste conflito, a ciência urbana nascente toma claramente partido. Só o desenvolvimento do sistema fabril permitirá realizar dois de seus principais objetivos: por um lado, descongestionar as grandes cidades e descentralizar as indústrias para as periferias ou cidades satélites; por outro lado, separar de forma precisa no espaço zonas de trabalho e zonas de residência. Para por fim à desordem urbana - da qual os bairros populares onde se misturam cortiços e oficinas são o símbolo - a esperança está no desenvolvimento planejado da expansão urbana” (TOPALOV, 1981, p. 31-32).

As teorias utópicas e urbanísticas, mesmo que algumas não tenham alcançado êxito em aplicações práticas, contribuíram para a formação de uma ciência urbana e a discussão sobre a gestão da ci-

dade industrial em seus aspectos cotidianos, de moradia e trabalho. Os problemas decorrentes do processo não planejado de industrialização das cidades europeias precisavam de soluções. Entretanto, em muitos casos, as propostas para melhorar as condições urbanas e habitacionais da população, utópicas ou factíveis, foram ignoradas ou não consultadas. Soluções baratas visando ao lucro certo e imediato foram disseminadas pelas cidades industriais, inserindo os trabalhadores e suas famílias em moradias e bairros insalubres, piorando suas condições de vida cotidiana; enquanto que outras soluções mais bem elaboradas de acordo com as necessidades do morador se tornaram referência para várias gerações de projetos.

Experiências pioneiras de habitação operária com promoção pública, filantrópica e patronal na Europa.

No decorrer do século XIX já havia entendimento sobre o fato de que a boa moradia significava possibilidade de paz social e o melhor meio de combater as utopias e o socialismo, conforme relata Perrot (2009, p. 335). Entretanto, o custo do terreno e a exiguidade dos salários faziam com que a unidade habitacional destinada aos trabalhadores fosse de qualidade medíocre. *“Bairros velhos, tugúrios, casas degradadas comportam índices altíssimos de superlotação, falta de higiene, ordem e moralidade públicas discutíveis. Tudo isso impõe a necessidade de uma intervenção pública ou filantrópica, capaz de renunciar, em parte, à renda fundiária, utilizando instrumentos financeiros e empresariais diversos”* (CALABI, 2012, p. 50-51).

Assim, foram edificadas inúmeras vilas operárias em cidades industrializadas na Europa, especialmente na Inglaterra e França, as quais serviram como modelo e tipo para outros países. Segundo Calabi (2012) em uma primeira fase, as vilas operárias consistiam em um conjunto compacto de habitações e serviços comunitários (escolas, ambulatórios, restaurantes, lavanderias, banheiros), sendo uma das poucas soluções programadas para responder às necessidades dos trabalhadores, já testadas na Inglaterra no final do século XVIII (CALABI, 2012, p. 16-17).

Agricultores e industriais ingleses, entre o final do século XVIII e início do XIX, desenvolveram a prática de assegurar moradia para empregados, prática esta divulgada em publicações como os ‘Relatórios da sociedade para melhoria das condições e aumento do conforto dos pobres’ realizados entre 1795 e 1805, e referenciados em numerosas publicações. Em seu estudo sobre a região de Manchester, John Aikin relata a iniciativa de um estampador de tecidos de algodão chamado Robert Peel, o qual além de utilizar técnicas de produção mais modernas, tinha construído casas para seus operários ‘formando ruas que têm a aparência de uma aldeia’ (AIKIN, 1795 *apud* BEGUIN, 1991, p. 45). Outros exemplos são citados por Beguin (1981) como em Blanchard, onde os Crewe construíram uma aldeia modelo em 1752 para seus empregados, em que os Quakers cuidavam das lojas, escolas e do seguro-doença. Na Escócia, segundo o autor, mais de 150 aldeias foram edificadas entre 1745 e 1845.

“Morriston (1790-1796) outra aldeia modelo, foi obra de um industrial, sir John Morris, e de um engenheiro civil que trabalhou sob suas ordens, William Edwards. A aldeia (figuras 129 e 130) foi construída tendo por base um plano em xadrez e previa o loteamento padrão de terrenos a

construir. Os terrenos e o direito de construir habitações cabiam prioritariamente aos melhores operários; os ‘técnicos superiores’ beneficiaram-se de terrenos maiores ‘que deveriam ser suficientes para criar uma vaca’; além disso, a aldeia dispunha de uma rede de esgotos” (COLIN e ROSE BELL, 1972 *apud* BEGUIN, 1991, p. 46).

Figura 129 - Morriston em 1917 (Fonte: <https://ididitthisway.wordpress.com/morriston/>).

Figura 130 - Vista de Morriston a partir do morro (Fonte: www.morristoncameraclub.co.uk/morriston/morriston.shtml).

O interesse do empregador pela promoção de moradias aos operários é exemplificado do Beguin (1991) com o depoimento de Henri Aschworth ao inquérito de Chadwick (1842). *“Ele disse que sobretudo no início da era industrial, aqueles que se lançaram na indústria do algodão só dispunham de um capital reduzido que eles investiram prioritariamente em máquinas. As famílias atraídas pela esperança de um emprego se amontoavam então onde bem podiam, como podiam, segundo o que havia na vizinhança. Aconteceu que proprietários locais construíram então moradias de aluguel”* (BEGUIN, 1991, p. 46). Chadwick (1842) avalia que *“em tais ocasiões, a consideração que prevalecia não era a melhoria da saúde e do conforto dos ocupantes, mas a possibilidade de construir um maior número de cottages possível com o mínimo de terreno e despesas”* (CHADWICK, 1842 *apud* BEGUIN, 1991, p. 46).

A *cottage*²⁴, de origem rural é considerada, segundo Antunes (2002), como a primeira tipologia operária promovida pelos industriais ingleses na construção das vilas operárias, os quais podiam

²⁴ Atualmente, *cottage* significa uma habitação modesta, geralmente rural ou semirural (embora existam habitações deste estilo nas cidades). No Reino Unido, o termo *cottage* tende a denotar ruralidade (às vezes vilarejo) e imóveis de construção tradicional, tendo como exemplos: *Victorian Cottages*, *Stone Cottages*, *Cottages* em madeira moldada e as *Cottages* baseadas no estilo, como as *Mock Cottages*, projetadas no pós-guerra (Século XX) seguindo a tradição construtiva rural. Mais antigas, as pré *Victorian Cottages* tendem a ter altura restrita e as estruturas de madeira (terças, caibros, pilares, etc) aparentes no espaço. No entanto, na maioria dos outros padrões, a *cottage* denota uma casa pequena e aconchegante, mas em outros países como o Canadá, o termo existe sem nenhuma conotação de tamanho. Em certos lugares como América do Norte, Escandinávia e Rússia, o termo *cottage* (em finlandês *mökki*, em sueco *stuga*, em norueguês *hytte* (do alemão *Hütte*), em russo *dacha* - *dacha*) pode se referir a uma casa de veraneio, muitas vezes localizada perto de um corpo d'água. No entanto, na América do Norte em geral, é mais comumente conhecida como 'cabana', 'chalet' ou mesmo 'camping'. Originalmente, na Idade Média, as *cottages* alojavam os trabalhadores agrícolas e suas famílias. Assim, as *cottages* eram pequenas unidades rurais camponesas (unidades camponesas maiores eram chamadas *messuages*). Nesse período inicial, uma referência documental para uma *cottage* na maioria das vezes significa, não somente uma casa pequena isolada como hoje, mas uma casa de fazenda (ainda que pequena) com terreiro. Posteriormente, *cottage* também passou a representar uma pequena propriedade composta por casas, edifícios de serviço, e dar suporte a uma fazenda ou floresta. Uma *cottage*, neste sentido, normalmente inclui apenas alguns hectares de terra cultivada. Exemplos regionais deste tipo incluem a galesa 'tŷ unnos' ou 'casa em uma noite', construídas por posseiros em um terreno definido pelo lançamento de um machado em cada canto do imóvel. Muito mais tarde (em torno do século XVIII), o desenvolvimento da indústria levou ao desenvolvimento de *cottages* de tecelões ou de mineiros. O termo *cottage* significa a moradia de um *cotter* (cavilha). Na Idade Média, a palavra *cottage* (do latim *cotagium*) não indicava apenas uma moradia,

corresponder à construções com várias unidades habitacionais, em geral alinhadas formando duas ou três carreiras. A estrutura tipológica das *cottages*, por meio do posicionamento e acessibilidade da unidade no conjunto, estabelecia uma hierarquia espacial.

“A disposição é então a seguinte: um lado é constituído por cottages de primeira fila, muito afortunadas por possuírem uma porta traseira e um pequeno pátio, e pelas quais é pedido o aluguel mais elevado. Por detrás do muro dos pátios destas cottages fica uma estreita ruela, a via secundária (back street), que é obstruída por construções nas duas extremidades e na qual desemboca uma estreita viela ou passagem coberta. (...) O cottage system - trata-se de um sistema que responde à falta de habitações para os operários através da construção por parte de casernas que são alugadas pelos empregados ao patrão. Este sistema, aparentemente, inocente, permite ao industrial, por um lado, realizar maior lucro à custa de cada operário (uma vez que parte do salário regressa ao seu bolso ou nem chega a sair) e, por outro, colocar este numa posição de forte dependência” (ENGELS, 2010, p. 218 *apud* ANTUNES, 2002, p. 18).

Engels (2010) expõe que em Leeds, uma *cottage* comum não ocupava superfície maior que 4,50 m², geralmente compostos com um porão, uma sala e um dormitório, onde viviam várias pessoas, em perigo à saúde e aos costumes dos habitantes. No periódico *The Artizan* de outubro de 1843 o autor encontrou o relatório que confirma a situação precária: *“Em Leeds, encontramos irmãos e irmãs e hóspedes de ambos os sexos que partilham o dormitório com os pais; as consequências que daí resultam fazem estremecer os sentimentos humanos”* (THE ARTIZAN, 1843 *apud* ENGELS, 2010, p. 83).

As ações filantrópicas dos industriais não resolveram o problema das condições precárias de habitabilidade dos operários, uma vez que os espaços existentes eram rentabilizados ao máximo com a construção de unidades sem ventilação nos interiores dos lotes, gerando densidade construtiva demasiada. *“O dimensionamento dos espaços habitacionais das casas para trabalhadores reduziu-se a poucos metros quadrados por família. Muitas vezes não existia qualquer compartimentação do espaço disponível”* (ANTUNES, 2002, p. 19).

Tais casas, segundo H. Aschworth, não podiam nunca se tornar confortáveis e qualquer que fosse o salário dos moradores, eles preferiam os bares às suas casas, e denuncia que nada era feito em relação à educação das crianças. Na década de 1830 o empresário propôs casas novas e melhor construídas aos seus empregados, comparando as antigas e novas unidades habitacionais sob a óptica de sua influência sobre a saúde de seus moradores e da economia doméstica, e avaliou concretamente as vantagens de umas sobre as outras com visitas periódicas anuais, as quais provocavam uma competição entre os moradores para apresentar os melhores móveis ou roupas de cama (CHADWICK, 1842 *in*: BEGUIN, 1991, p. 46). A eficiência do sistema de Aschworth foi destacada por W. Cooke Taylor em 1842: *“Os operários me disseram que a autorização para alugar um cot-*

mas incluía pelo menos uma habitação (*domus*) e um celeiro (*grangia*), como também, geralmente, um terreiro cercado ou pedaço de terra fechado por um portão (*portum*). A palavra é provavelmente uma mistura de cama ou berço do inglês arcaico - ‘cote’ e de cama do francês arcaico ‘cot’, (vindo do nórdico arcaico ‘kot’) com ‘hut’ (cabana). Exemplos podem ser encontrados em documentos do século XV: a casa da *cottage* é representada com o nome em latim: ‘*domum dicti cotagii*’, enquanto o celeiro da *cottage* foi denominado ‘*Grangia dicti cotagii*’. De acordo com o Dicionário de Inglês Oxford, o termo *cottage* usado na América do Norte representa também casa de veraneio (geralmente em grande escala e suntuosa) em um balneário, resort ou spa, reconhecido desta forma desde 1882 (<http://en.wikipedia.org/wiki/Cottage>).

tage era considerada um privilégio e um favor e que de fato era uma recompensa ao zelo, à honestidade, ao comedimento e que todo locatário acusado de vício e imoralidade era imediatamente despejado". A eficácia do sistema se baseava no duplo vínculo que sujeita o empregado ao seu patrão-senhorio, segundo Taylor (1842):

"o interesse do proprietário quanto à saúde à moralidade e à prosperidade daqueles que emprega é evidente e imediato; a maioria dos trabalhadores se liga a ele como empregado e como locatário, duas partes de seu capital são investidas em cada família e toda injustiça cometida na fábrica tem repercussões imediatas na locação do cottage" (COOKE TAYLOR, 1842 apud BEGUIN, 1991, p. 46).

Figura 131 - Projeto de Cottage de John Wood Jr. Publicado em 1781 (Fonte: Benevolo, 2009).

Numa iniciativa não utópica, mas factível, John Wood preocupado com os problemas habitacionais dos operários, desenvolveu uma proposta de habitação com os espaços habitacionais de acordo com os padrões de funcionalidade diretamente relacionados com o local de trabalho, no caso, a fábrica (figuras 131 e 132). *"As cottages desenhadas por John Wood embora correspondam a duas frações independentes, aparentam através do desenho singular da fachada, a ideia de unidade habitacional. Tanto a composição da fachada, como a organização dos espaços interiores, demonstram economia de formas e uma otimização de funções"* (ANTUNES, 2002, p. 19-20).

Wood foi um dos primeiros arquitetos ingleses a ressaltar, na definição de uma habitação popular cômoda, a separação entre sexos, idades, pais e filhos *"(...) devido à proporção que deve ser observada entre o tamanho do cottage e o tamanho de família que o habita: deve ter-se um quarto para os pais, um outro para as filhas e um terceiro para os meninos"* (SHAW, 1850 apud BEGUIN, 1991, p. 49). Para Beguin (1981) o que se esperava do espaço arquitetônico, era a orientação de uma distribuição ordenada dos indivíduos em relação aos outros, tanto em relação às habitações destinadas aos solteiros (onde seria possível um isolamento), quanto em relação aos espaços dos indivi-

duos no interior da moradia familiar e, das famílias em relação às outras (BEGUIN, 1991, p. 49). A proposta de John Wood (figura 132) influenciou Joseph Michael Gandy²⁵ a projetar um tipo de habitação operária baseado naqueles critérios de unidade (figuras 134 e 135), com plantas circulares dispostas de forma radial centradas num espaço comum (ANTUNES, 2002, p. 21). E também orientou um plano de habitação coletiva concebido por John Loudon para solteiros em 1818: “*Cada andar conterà oito apartamentos separados, e cada apartamento disporá de uma sala de estar (...), um quarto de dormir e um banheiro com um lavatório e um WC (...)*” (THE BUILDER, 1842 *apud* BEGUIN, 1991, p. 49).

Figura 132 - 'Cottages with Two Rooms' (Fonte: Wood, 1806).

Figura 133 - Planta de uma Vila (Fonte: Aitken, 1787).

Em um empreendimento semelhante e concretizado, o empresário fabril Hardy construiu, numa ação filantrópica, uma aldeia modelo para os seus operários, segundo Benevolo (1989):

²⁵ O inglês Joseph Michael Gandy (1771 - 1843) foi um artista, arquiteto visionário e teórico de arquitetura, mais conhecido por suas imaginativas pinturas retratando projetos arquitetônicos de Sir John Soane. Ele trabalhou extensivamente com Soane, como desenhista e parceiro criativo de 1798 até 1809, quando ele (sem sucesso) montou seu próprio escritório. Gandy construiu pouco em sua carreira, por ter uma reputação como uma pessoa difícil de lidar. No entanto o seu trabalho incluiu a Fire Phoenix e os Escritórios da Pelican Life Insurance (1804-1805, destruído em 1920) em Londres, e a Doric House no Sion Hill em Bath (1818), e a remodelação da casa Swerford Park, em Oxfordshire (1824-1829). Comercialmente, não teve sucesso e teve dois mandatos de prisão por dívidas, mas a sua obra publicada e exibida em teve sucesso de crítica e público. Em 1821 Gandy publicou dois artigos na Revista de Belas Artes sobre a filosofia da arquitetura e pretendia expandir este tema em uma obra de oito volumes intitulada: Arte, Filosofia e Ciência da Arquitetura. Suas pinturas mostram um uso dramático da perspectiva de dois pontos e precisão de arquitetura, e também refletem o seu fascínio (e de Soane) com as ruínas romanas. Suas fantasias de arquitetura são inspiradas em Piranesi com temas históricos, literários e mitológicos e um sentimento do sublime como seus contemporâneos J.M.W. Turner e John Martin. Ele morreu em um asilo particular em Devon, onde tinha sido colocado por sua família em 1839. Muitas de suas pinturas podem ser vistas na sala de pinturas do Museu de Sir John Soane em Londres (http://en.wikipedia.org/wiki/Joseph_Gandy).

“(...) ao lado do edifício industrial destinado exclusivamente ao trabalho, erguia-se um outro grande edifício, dividido em blocos, destinado à habitação dos operários. Embaixo, no andar térreo deste edifício, abriam-se lojas cooperativas, armazéns de gêneros de toda a espécie, uma lavanderia, uma escola noturna, uma sala de pronto socorro e todo o tipo de recreios, tudo organizado e dirigido por uma administração central composta por empregados e operários da própria fábrica” (BENEVOLO, 1994 apud ANTUNES, 2002, p.22).

A ideia da construção de vilas foi assimilada na Europa por intermédio de um paternalismo social como meio de controle de conflitos. Na Bélgica, Henri Degorge fundou em 1822 a empresa Grand-Hornu (figuras 136 e 137) para trabalhar em minas, construir máquinas e transformar ferro. O empresário contratou o arquiteto Bruno Renard para projetar o núcleo fabril e também um conjunto de moradias operárias com 450 casas, duas praças arborizadas, escola, banheiros públicos, biblioteca e sala de reuniões, disposta em forma trapezoidal em volta do complexo industrial.

“Considerados prisão para uns, mas também centros de contestação para outros, a realização de grandes complexos comunitários do tipo belga é totalmente abandonada por volta de 1850 e substituída pela fórmula da vila residencial, cujos escopos políticos não são menos explícitos. A construção de casas individuais, dotadas de horta e jardim, dadas na forma de concessão aos trabalhadores, encontra campo de aplicação na Inglaterra, na Alemanha, em Mulhouse (1853-1858), em Schio (1870-1872), Crespi d’Adda (1875-1893), obtendo, de certa forma, em toda a Europa resultados positivos a partir dos últimos anos do século XIX” (CALABI, 2012, p. 17).

Figura 134 - Projeto de *cottage* isolada para trabalhadores, de John Michael Gandy (Fonte: Acervo da Royal Academy of Arts, Inglaterra).

Figura 135 - Projeto de *cottage* geminada para trabalhadores, de John Michael Gandy (Fonte: Acervo da Royal Academy of Arts, Inglaterra).

Figura 136 - Cidade operária para mineiros em Grand-Hornu na Bélgica
(Fonte: www.flickr.com/photos/citesouvrieres/).

Figura 137 - Rua Sainte-Louise na Cidade operária em Grand-Hornu na Bélgica (Fonte: <http://cliketclak.skynetblogs.be/charbonnage-colliery/>).

A Factory Commission do Reino Unido já informara em 1833, que 168 das 881 grandes empresas (19% do total) pretendiam fornecer casas para seus funcionários como forma de atrair mão-de-obra para as localidades mais distantes dos núcleos habitados (figura 138 e 139). Desde o início do século XIX até 1845 o parlamento britânico aprovou mais de 400 leis de *'local improvement'* (melhorias locais), sobre normas para edificações e controle sanitário de 208 cidades da Inglaterra e País de Gales (figura 140). Calabi (2012) explica que tal quantidade confirma a urgência de resolução do problema habitacional, mesmo que insuficiente para mudar radicalmente a ausência de estrutura e salubridade das moradias. A primeira lei reguladora que introduzia um método de controle na edificação das construções e das ruas foi editada em 1848 na Inglaterra, o *'Public Health Act'*. A lei foi completada por outras edições em 1851, 1858 e 1875, as quais davam poderes às autoridades locais para a elaboração de regulamentos de controle para a construção de casas e os espaços entre as mesmas (válida para novas obras). Em 1868, o *Artizan's and Labourer's Dwellings Act* (Ato das Habitações dos Artesãos e Trabalhadores) permitia que as autoridades locais ocupassem as habitações insalubres obrigando os proprietários a promover melhorias nas suas casas. Tais leis sanitárias são consideradas os primeiros instrumentos práticos do urbanismo moderno (BENEVOLO, 2009 *in*: VIANNA, 2006, p. 40-41; CALABI, 2012, 52-54).

Figura 138 - Bairros periféricos de Londres
(Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 139 - A uniformidade das casas nos bairros periféricos de Londres (Fonte: <http://www.wbdpublications.co.uk/pubs/crown.htm>).

Figura 140 - Planta de um bairro periférico de Londres
(Fonte: Benevolo, 2009).

Para Antunes (2002) *“os modelos arquitetônicos apresentados de habitação operária, promovidos por industriais em vários países da Europa, preconizam a arquitetura de formas simples caracterizando-se por unidades habitacionais produzidas à imagem da mecanização e da industrialização”*. Partidários de casas individuais (figura 141) e habitações coletivas (figura 142) ressaltavam as vantagens de cada uma das modalidades. Beguin (1981) expõe que os defensores do princípio de casas individuais notavam em geral, que o sistema tinha o duplo mérito de melhor responder às aspirações da população e de dispensar a custosa vigilância, dificultada devido à reunião de diversas famílias. Chadwick (1842) defendia a construção de casas individuais:

“Durante esta pesquisa, pudemos constatar, em várias ocasiões, as desordens advindas da grande proximidade das residências. No que concerne aos prédios alugados mobiliados e as casas de aluguel habitadas por várias famílias (...) a experiência tende a mostrar que para preservar a ordem em tais comunidades, é preciso um poder de disciplina como no exército, e enquanto esta população permanecer mal educada, é preferível evitar toda disposição que resulte num contato estreito entre as famílias” (CHADWICK, 1842, *apud* BEGUIN, 1991, p. 49).

Já, os partidários da habitação coletiva defendiam a economia dos equipamentos e do espaço, uma vez que o sistema oferecia a possibilidade de distribuir mais serviços a um custo inferior ao referente a moradias separadas, ocupando menos espaço (BEGUIN, 1991, p. 49).

Figura 141 - Pequena vila isolada do século XIX (Desenho didático de Godin *apud* Benevolo, 2009).

Figura 142 - Casas no alinhamento, no século XIX (Desenho didático de Godin *apud* Benevolo, 2009).

Em 1849 foi formada em Paris uma sociedade que propunha a edificação de vilas compreendendo habitações sadias, arejadas compostas por cozinha e um ou dois quartos, alugadas por preços abaixo dos praticados pelos locatários das moradias insalubres em doze *arrondissements* (divisões administrativas) de Paris. A primeira vila foi inaugurada em 1851, na Rue de Rochechouart, 58 (IX *arrondissement*), sendo considerada verdadeiro berço da moradia social. Identificada como ‘Cité Napoleón’ (figura 143), estava completamente habitada em 1853, abrigando 600 pessoas repartidas em 200 unidades habitacionais (figura 144), onde as mais espaçosas não ofereciam mais que um cômodo com estufa, um quarto amplo e iluminado e uma pequena cozinha na entrada. Em cada pavimento havia um sanitário e uma pia comuns, assim como uma torneira coletiva no pátio. Perrot (2009) destaca que *“certas comodidades eram muito apreciadas pelos moradores da vila: manutenção das escadas por um zelador, lavatório e cabines de banho, creche para crianças pe-*

quenas, um médico que fazia todas as manhãs uma consulta gratuita e também realizava visitas domiciliares” (BABELON, 1977 *apud* PERROT, 2009, p. 336).

Figura 143 - Cité Napoleón em Paris (Foto: Acervo base Mérimée. Ministério da Cultura da França).

Figura 144 - Vista interna da Cité Napoleón em Paris (Foto: Jurrien van Duijkeren).

Na Exposição Universal de Londres em 1851 foram divulgados vários modelos de habitação operária representativos das ideologias sociais e arquitetônicas (figura 145); e na França (figura 146), os modelos se repetiam baseados nos mesmos critérios e na realidade industrial da época (Antunes, 2002, p. 23). Neste período, relativo ao segundo Império francês, poucos proprietários se preocuparam em seguir o modelo da Rue de Rochechouart, com raras exceções como a *Cité des Gobelins* em Paris construída em 1854 por Levesque e citada pelo promotor J.-P. Babelon como um: “*grupo de moradias apropriadas às necessidades da classe operária (...) evitando o inconveniente das vilas propriamente ditas*”, cuja opinião parece contrária às propostas fourieristas, segundo Perrot (2009, p. 336).

Figura 145 - Casas operárias-modelo construídas em Pancreas Road em Londres, 1878 (Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 146 - Modelos de habitação operária na Exposição Universal de Paris em 1867 (Fonte: Benevolo, 2009).

Em 1851, Jean Zuber Filho, um dos membros da Sociedade Industrial de Mulhouse (figura 147), fundada no início do século XIX, propôs o projeto de uma casa-modelo construído na Grã-

Marcelo Cachioni

Bretanha, solicitando atenção especial para a questão da habitação operária. Foi então desenvolvida uma pesquisa junto a proprietários de prédios para operários no Haut-Rhin na Alsácia, cujo resultado foi divulgado em 1852 pelo dr. Penot. Foram distinguidos dois tipos: o alojamento coletivo e a casa individual, sendo que o primeiro deveria ser rejeitado por razões morais: *“A aglomeração em um mesmo prédio de um grande número de casais, estranhos entre si, raramente cria uma aprazível harmonia interna e pode dar lugar a graves desordens”*. Entre os projetos apresentados, o da vila de casinhas dos operários da fábrica de papel de Zuber, na ilha Napoleón, foi considerado o mais apropriado. *“Compreendia um porão, um andar térreo, com dois cômodos e uma cozinha, um primeiro andar sob o teto fornecendo dois quartos e um sótão; bacias sanitárias no jardim”*. Segundo a autora, foi a primeira vez que uma autoridade social reconhecia que os operários também tinham o direito de gozar do mesmo conforto que seus senhores, quando o Dr. Penot revelava a esperança de que cidadãos generosos pudessem se reunir para construir casas-modelo semelhantes às de Zuber (PERROT, 2009, p. 352-353).

Figura 147 - Fábrica de Papéis de M. Zuber na Alsácia (Fonte: www.alsatica.eu/fr/alsatica/).

Figura 148 - Vista parcial da vila operária de Mulhouse (Fonte: Dessin Lancelot, s.d. Arquivo Municipal de Mulhouse. In: <http://doportoenaoso.blogspot.com.br/>).

Atendendo ao apelo do Dr. Penot em 1853 foi formada a filantrópica ‘Sociedade Mulhousiana das Vilas Operárias’, liderada pelo manufactureiro Jean Dullfus, que encomendou o projeto de casas ao arquiteto Muller (figura 148). *“A Sociedade tem por objetivo a construção em Mulhouse e adjacências de casas para operários. Cada casa será construída para uma só família, sem comunicação”*. A sociedade dispunha de um terreno de oito hectares no qual se implantaram casinhas agrupadas de três formas: geminadas duas a duas, em blocos de quatro no centro de um jardim, ou ainda entre o pátio e o jardim (figuras 149 e 150).

“Eram sobrados, dotados de um porão ou despensa, uma cozinha e uma grande sala no térreo, três quartos e um sótão, um sanitário (...). Menos de uma década mais tarde, em 1862, contavam-se 560 casas na vila, e 488 tinham sido vendidas (...). Quase todas as vantagens de um falanstério fourierista estavam reunidas nesse novo bairro da antiga república mercantil: construções com dezessete quartos mobiliados, para operários solteiros, creche, consultório e cuidados gratuitos para os doentes, lavanderia - dotada de uma secadora centrífuga -, casa de banhos, uma padaria onde o pão era vendido abaixo do preço, restaurante fornecendo pratos prontos a baixo preço, armazém barateiro para gêneros de primeira necessidade” (PERROT, 2009, p. 353-355).

Perrot (2009) destaca que a experiência de Mulhouse somava 800 unidades habitacionais abrigando 6000 pessoas em 1867 e foi concluída em 1895 com 1240 unidades habitacionais, onde até 1986, viviam 10 mil pessoas, representando um décimo da população da cidade.

“Uma pesquisa, efetuada em 1874, provava que ela não assumira o caráter de um gueto operário, pois abrigava representantes de oitenta profissões. Mas o estudo de S. Jonas demonstrou que os salários dos chefes de família não bastavam para garantir o pagamento das mensalidades: era preciso que a mulher e os filhos trabalhassem também. Eles consentiram para ascender à propriedade. Portanto, a armadilha funcionara perfeitamente. A experiência inspirou outras iniciativas em cidades do Haut-Rhin, como Guebwiller, Beaucourt e Colmar, onde sociedades filantrópicas seguiram o exemplo mulhousiano com a fundação de sociedades acionárias, administradas por um comitê restrito, e presidido por um acionista majoritário” (PERROT, 2009, p. 353-355).

Figura 149 - Vila operária de Mulhouse - Edifício para quatro famílias (Fonte: Dessin Lancelot, sobre foto do Arquivo Municipal de Mulhouse. In: <http://doportoenaoso.blogspot.com.br/>).

Figura 150 - Rua da vila operária de Mulhouse. Padaria, restaurante, banheiro e lavanderia pública (Fonte: Dessin Lancelot, s.d. Arquivo Municipal de Mulhouse. In: <http://doportoenaoso.blogspot.com.br/>).

O modelo de Mulhouse foi seguido em Clichy-la-garenne, um subúrbio próximo à Paris, na Cité Jouffroy-Renault localizada na Rue des Cailloux, 14, composta por 40 casinhas de cinco modelos diferentes, com dois a quatro cômodos, porão e jardim (figuras 151 e 152). Seguindo a mesma linha, o arquiteto Dollfus propôs aos ‘operários pobres, laboriosos e ordeiros’ a locação-compra de casinhas ajardinadas no fauburg de Saint-Antoine. Segundo o anunciante as unidades habitacionais eram espaçosas e suficientes para 10 pessoas, com cozinha e área de serviço no subsolo, duas peças no térreo, três no primeiro pavimento, armários embutidos e sanitários. Perrot (2009) informa que o custo para compra das unidades era muito elevado para os padrões dos operários, e não há notícia, se o projeto chegou a ser executado (PERROT, 2009, p. 355-356).

Perrot (2009) afirma que as iniciativas filantrópicas como a de Mulhouse eram imbuídas de conservadorismo e paternalismo social, destacando a defesa do Dr. Penot que considera a edificação de vilas operárias como obra de filantropia *“que objetiva habituar operários à parcimônia, ao oferecer-lhes o estimulante atrativo da propriedade”*. No caso de Mulhouse, os casais operários deveriam viver em família e consagrados à manutenção da casa, a qual era visitada por um júri que premiava em dinheiro os que se distinguiam pela ‘ordem, limpeza e estado geral’. O dr. Penot desaconselhava o hábito de comer em restaurante para operários casados e considerava o convívio familiar à

mesa como fundamental. Em sua opinião, o 'guisado' *"é definitivamente uma das pedras angulares da família e seria muito lastimável ver os operários o abandonarem para se consagrarem às vãs distrações de uma mesa coletiva"* (PERROT, 2009, p. 355).

Figura 151 - Portão de acesso da Cité Jouffroy-Renault em Paris. Cartão postal (Fonte: <http://perso.ovh.net/>).

Figura 152 - Unidades habitacionais da Cité Jouffroy-Renault em Paris (Fonte: <http://fr.topic-topos.com/cite-jouffroy-renault-clichy-la-garenne>)

As cidades de industriais, em conjunto com outros experimentos de comunidades, segundo Meneghelo (2001) ampliam a compreensão da importância do passado nas definições dos ideais de um século marcado pelo trabalho industrial. Grandes empresários paternalistas também construíram junto às suas fábricas, vilas operárias conhecidas como *Company Towns*, sendo a mais representativa Saltaire, de Titus Salt de 1851-3 e outras como: *Bournville Garden Village* (figura 157), cuja construção foi baseada no projeto de William Alexander Harvey, por iniciativa do industrial de chocolate George Cadbury em 1879, opondo-se à oferta de casas geminadas na periferia de Birmingham; a iniciativa realizada em Noisiel na França por Émile Menier em 1864; o assentamento dos operários da Krupp, próximo a Essen na Alemanha, em 1873; além de *Port Sunlight* (figura 158), a vila de William H. Lever nas proximidades de Liverpool edificada a partir de 1887 (VIANNA, 2006, p. 41; CALABI, 2012, p. 20-21).

Na Grã-Bretanha:

"da mesma forma que nos vilarejos de New Lanark (1784), de Styal (1780-1823), de Hyde (1790), o projeto de casas-modelo de Saltaire em Bradford (1853), promovido por Edward Akroyd, Akroydon, em Halyfax (1861) e muitos outros, oferecem benefícios aos seus operários, mas são concebidos pelos industriais como parte das regras das fábricas e de expedientes relativos à organização do trabalho. Entre eles, um dos mais relevantes é Saltaire - seja pela qualidade das implantações residenciais, seja pelos pressupostos ideológicos de seu promotor (sir. Titus Salt)" (CALABI, 2012, p. 18).

Saltaire (figura 153 e 154) é considerada uma das mais significativas iniciativas patronais não utópicas na construção de habitação operária, erguida em Bradford na Inglaterra. A vila operária foi iniciada em 1851 e concluída em 1872 no vale do rio Aire, que abastecia a produção industrial, com projeto que reúne, além das instalações fabris, 820 unidades habitacionais, escolas, igrejas, hospital, banhos públicos, clube e um amplo parque público em 2,59km². Segundo Calabi (2012) as

unidades habitacionais de pedra e tijolo possuem: sala de estar, três dormitórios, cozinha e porão, além de um jardim próprio, área privativa e um depósito para carvão.

“O custo das áreas é inferior em relação ao centro; a proximidade ao córrego garante a energia motriz e rápidas vias de comunicação; o aluguel da casa, mediante pagamento módico ou pela dedução direta do salário, dá estabilidade à mão de obra e atenua as reivindicações salariais. Os serviços, entremeados de praças arborizadas, estão dispostos entre a fábrica e a residência, por onde também passa a ferrovia. A implantação, aparentemente elementar na sua regularidade, é precursora das teorias sobre o zoneamento funcional” (CALABI, 2012, p.18-19).

Sua concepção foi influenciada pelas ideias dos conservadores ingleses e reformadores e socialistas utópicos do começo do século XIX como Robert Owen, configurando-se um exemplo de cidade pós-liberal com ênfase no efeito moralizante do caráter, o desenho e a aparência das casas, ruas e edifícios públicos, apostando que boas casas produziram boas pessoas (Figura 155). A vila foi concebida como uma unidade econômica e social que oferecia: trabalho, saúde, educação, instruções de moral, provisões para atividades de lazer e habitações consideradas de bom padrão. Tinha como objetivo a oposição aos problemas decorrentes da industrialização em Bradford, como: conflitos políticos, poluição industrial, epidemias, falta de saneamento e alcoolismo, tendo sido uma das cidades de maior crescimento industrial entre o período de 1801 até 1851, quando se tornou o centro mundial de produção de lã. Dos estabelecimentos construídos por empresários no terceiro quartel do século XIX na Inglaterra, Saltaire foi o mais ambicioso e reconhecido, pois sugeria a possibilidade de conciliar expansão industrial com estabilidade social. Titus Salt era um industrial respeitado em Bradford por ações filantrópicas e participação ativa no Parlamento, e foi aclamado após a implantação de suas ideias sociais na fábrica, unidades habitacionais e edifícios públicos de Saltaire (STYLES, 1990; VIANNA, 2004, p. 13).

Figura 153 - Vista de Saltaire - 1864 (Fonte: Howard, 2002 apud Vianna, 2004).

Figura 154 - Vista de Saltaire (Fonte: Reynolds, 1995 apud Vianna, 2004).

Henry Lockwood e Willian Mawson foram os arquitetos responsáveis pelo desenho da maior parte de Saltaire, seguindo diversos estilos como o neoclássico e o neogótico. O primeiro edifício construído foi o da fábrica e somente em 1854 o empresário voltou sua atenção para a vila modelo cujas obras se estenderam pelos próximos vinte anos. O plano ortogonal da vila fazia poucas concessões às características naturais do sítio e seguiu o princípio de zoneamento funcional, separando trabalho, habitação, religião e lazer (VIANNA, 2004, p. 14).

As unidades habitacionais (figura 155 e 156) foram disponibilizadas aos operários em 1871, geminadas ou em carreira, seguindo projetos diferenciados de acordo com a hierarquia do trabalho: as maiores destinadas aos gerentes (figura 156); 775 unidades para os operários e mais 45 unidades cedidas a ex-operários idosos. Além da divisão funcional foi estabelecida outra de ordem social com a concentração em cada rua de unidades habitacionais de padrão semelhante, com aluguéis menores que os praticados em Bradford. As unidades apresentavam como programa mínimo: dois dormitórios, sala, cozinha, instalação sanitária e quintais com acesso para vias sanitárias. Todas abastecidas por água e gás, sendo que as maiores também possuíam jardim. Esteticamente, em geral, apresentavam pouca ornamentação com uso sucessivo da alvenaria aparente e aberturas em arcos plenos (VIANNA, 2004, p. 14).

Nas escolas, as crianças eram separadas por sexo, onde os menores de oito anos estudavam em tempo integral e, as crianças de 8 a 13 anos, quando já trabalhavam na fábrica, estudavam meio período. Também era oferecida educação para adultos por meio de um Instituto com laboratórios, sala de concerto, sala de leitura, biblioteca e escola de arte (VIANNA, 2004, p. 14).

Figura 155 - Área residencial de Saltaire: ordem e disciplina (Fonte: Reynolds, 1980).

Figura 156 - Área residencial hierarquizada de Saltaire: residências dos gerentes (Fonte: Reynolds, 1980).

Quanto ao lazer, Salt impunha disciplina rigorosa no parque para evitar distúrbios de qualquer ordem e eram proibidos jogos de azar, crianças desacompanhadas e fumo dentro das construções. Os eventos coletivos só aconteciam com permissão prévia, sendo que o acesso ao parque era permitido durante o dia e aos domingos, somente pela tarde. Assim, Salt procurou excluir tudo o que se entendia ser fonte de corrupção, como *pubs*, casa de penhoras e polícia. Para compensar a falta dessas opções, eram oferecidas alternativas controladas de lazer, como clubes de críquete e de pesca, além do Instituto. Os operários também podiam cultivar atividade agrícola, conciliada com o

trabalho fabril, considerado instrumento de moralização do trabalhador e de reforço orçamentário doméstico (STYLES, 1990; VIANNA, 2004, p. 14).

Titus Salt procurava ser religioso e caridoso, promovendo ações filantrópicas. Disponibilizou 45 unidades habitacionais em volta de uma praça para ex-operários idosos gratuitamente e seus ocupantes recebiam uma pequena pensão da fábrica. O empresário incentivou a construção de um templo da Igreja Congregacional, da qual era membro e também de um templo Metodista, da qual a maior parte dos operários estava filiada (VIANNA, 2004, p. 13).

Após o falecimento de sir Titus Salt em 1876 a fábrica e a vila foram colocadas à venda em 1892 tendo sido compradas no ano seguinte por um consórcio de empresários de Bradford. As casas da vila foram vendidas para a compra de novo maquinário para a fábrica na crise econômica de 1930. Após ser novamente vendido, a partir de 1987, o complexo industrial histórico atravessou um processo de requalificação onde várias sessões da fábrica passaram a ter uso comercial e atividades culturais e artísticas (STYLES, 1990; VIANNA, 2004, p. 16).

Figura 157 - Plano geral de Bournville - 1878 (Fonte: Howard, 2002 *apud* Vianna, 2006).

Figura 158 - Plano geral de Port Sunlight - 1888 (Fonte: Howard, 2002 *apud* Vianna, 2006).

Vianna (2005) salienta que as citadas vilas apresentam aspectos semelhantes à realização de Owen em New Lanark e foram empreendimentos particulares considerados eficientes que proporcionavam benefícios aos funcionários, como: habitações dignas, escolas, locais de reunião e socialização, além de espaço para lazer e jogos. Outros benefícios, por exemplo: tratamento médico e vantagens empregatícias do tipo seguro-desemprego e participação nos lucros da empresa, eram concedidos em Port Sunlight (VIANNA, 2004, p. 41).

Correia (2001) destaca as experiências de construção de cidades operárias como laboratório de experiências no campo da arquitetura e do urbanismo:

"Caráter que se firma desde o século XIX em experiências europeias como Bournville e Port Sunlight com seus planos de cidade-jardim, ou como New Lanark com seu violento esforço de neutralização e esvaziamento dos espaços públicos. Tal caráter deve-se naturalmente à autonomia dos empreendedores, permitida na medida em que a empresa é proprietária da 'cidade'. Tal autonomia vai estender-se de forma relativa aos urbanistas, quando estes são chamados a colaborar nestes empreendimentos. A proposição de alternativas de desenho urbano inovado-

ras, tendia a ser bem recebida, desde que coerentes com a lógica fabril, inclusive em relação aos requisitos de economia, e com a imagem de modernidade que a indústria busca incorporar” (CORREIA, 2001, p. 11).

Autores como Correia classificam os projetos de Bournville (figuras 161 e 162) e Port Sunlight como cidades-jardim, entretanto, os bairros foram projetados e implantados alguns anos antes da edição do livro de Ebenezer Howard *‘Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform’*, de 1898 (reeditado em 1902 como *Garden Cities of Tomorrow*), considerado precursor e divulgador dos conceitos sobre este tema urbanístico.

Nas cidades criadas pelos industriais, os mesmos procuravam soluções para os problemas sociais que descreviam, conforme destaca Meneghello (2001):

“O ‘sweat-system’ preocupava Cadbury (Sweating, [18–]) e a pobreza era o tema de Rowntree, idealizador de New Earswick (Poverty - a study of town life, 1901; Industrial unrest: a way out, 1922 e Portrait of a City’s Housing, 1924). Os princípios da baixa densidade, depois utilizados nas cidades-jardim, garantiam as vistas pitorescas (5 a 8 casas por acre em Port Sunlight e 7 a 8 em Bournville). O desejo de variedade expressava-se em chalés de aparência rústica, alguns beirando o exagero (como em Port Sunlight)” (MENEGHELLO, 2001, p. 200).

As vilas ou bairros operários de iniciativa paternalista estavam inteiramente sob a direção de uma empresa que organizava o espaço ditando as regras de funcionamento, que incluíam o trajeto fixo trabalho-casa (CORREIA, 2001, p. 81) e incorporavam diversos equipamentos em seu interior, como comércio, aparelhamentos para lazer, ‘cuidados com o corpo (médicos, lavanderias, casas de banho) e proibindo outros equipamentos (pubs, casas de penhor ou de ‘má fama’)' (MENEGHELLO, 2001, p.197).

Todos os núcleos urbanos patronais, segundo Meneghello (2001), apresentam pontos de contato como a fuga dos grandes centros urbanos; a ideia de proporcionar aos operários um ambiente que poderia influenciar seu caráter, conforme o credo de Owen; e estilos de moradia integrada aos modernos padrões de higiene e salubridade com a presença de espaços verdes.

“De fato, tal questão alimenta quase todas as descrições e propostas - radicalizada na Higeia, de Richardson (1876), que tem o próprio nome da deusa da salubridade grega; mas também encontrada na cidade de Victoria, de Buckingham (1849), na Icária, de Cabet, (1840) e na Francerville, de Júlio Verne (1889). Do mesmo modo, a preocupação com a comodidade dos moradores é constante: Fourier vai imaginar ruas climatizadas, Cabet, calçadas protegidas, e tudo o que lembrasse desordem ou mal funcionamento (jogo, bebida, becos) não encontraria espaço para se realizar, pois a própria pureza do traçado da cidade impediria essa formação. Uma terceira característica a ser lembrada era a proximidade - e o consequente desafogamento - dos grandes centros urbanos e industriais: Port Sunlight está próxima a Liverpool e Manchester; Bournville a Birmingham; New Earswick está próxima a York, e Saltaire, próxima a Bradford” (MENEGHELLO, 2001, p.197-198).

O isolamento proposital dos núcleos habitacionais não se configurava apenas de forma geográfica, mas da organização do espaço e de seus habitantes:

“reforça-se a autoridade única do patrão sobre o grupo isolado, voltado para a atividade da produção. No caso das cidades de Port Sunlight, Bournville, New Earswick e Saltaire, esse isolamento era bastante relativo, visto que a proximidade com um grande centro industrial era necessária, senão o principal motivo para a fundação da cidade de industrial, que aliviava a pressão sobre a cidade próxima. Bradford, a cidade próxima a Saltaire, teve sua população aumen-

tada em 60% na década de 1810, novamente em 1820 e mais uma vez na de 1830” (EVANS, 1986 in: MENEGHELLO, 2001, p. 198).

Figura 159 - Desenho de um tipo de unidade em Bournville (Fonte: www.ewgreen.org.uk/).

Figura 160 - Bournville atualmente (Fonte: Ewart White In: www.flickr.com/photos/john_field/7067144419/in/photostram/).

O funcionamento das comunidades variava de acordo com a empresa, sendo que alguns núcleos funcionavam como alojamento e outros praticavam uma proposta paralela que conjugava educação, religião e esporte. Meneghello (2001) informa que a cessão da unidade habitacional se apresentava desde a cessão completa até a venda da casa após tempo de uso, ou aluguel a preços menores se comparado aos das cidades, havendo também moradores que não pertenciam ao quadro de funcionários da empresa. Na década de 1920, Gardiner (1923) ressalta a expansão da cidade de Bournville iniciada na virada do século, uma vez que ao final da década de 1910, apenas 41% dos habitantes trabalhavam na firma Cadbury. A autora considera o dado surpreendente, pois indica que o objetivo de expansão do modelo urbano e atração da população externa, conforme desejava George Cadbury, se concretizou (GARDINER, 1923 *apud* MENEGHELLO, 2001, p. 199).

Figura 161 - Modelos de unidades em Port Sunlight (Fonte: <http://archiseek.com/>)

Figura 162 - Port Sunlight em situação atual (Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Port_Sunlight.jpg).

Tanto as vilas operárias dentro de cidades ou as cidades-modelo localizadas no campo, pertenciam a uma única empresa ou família organizadora do espaço e estabelecadora da rotina do local, sendo que a disponibilidade dos trabalhadores era garantida pela rotina regrada de trabalho e lazer. “*Trazia-se, assim, para a vida do operário, domínio semelhante ao que o processo fabril exercia sobre as*

relações de trabalho. Os muitos críticos a essa empreitada lembram que os industriais nessas condições experimentavam um grau de controle sobre sua força de trabalho semelhante aos donos de fábrica do século XVIII” (GASKELL, 1987 apud MENEGHELLO, 2001, p. 198). A autora também salienta que “em todos esses experimentos, a exaltação do trabalho e do conhecimento é marcante, em especial porque não somente a fábrica, mas todos os equipamentos a ela associados - como a escola técnica, a igreja, o salão (hall) onde os operários assistem a aulas e palestras - mobilizam-se em torno do tema do trabalho” (MENEGHELLO, 2001, p. 199).

A aplicação dos princípios de moradia ocorreu com a mesma sequência em Bournville e Port Sunlight: primeiramente foi construída a fábrica, e em seguida, o núcleo habitacional. Os irmãos Cadbury construíram em Bournville 143 unidades habitacionais as quais foram repassadas em sistema de leasing por 999 anos (com o objetivo de garantir a preservação da casa e dos jardins). Os empreendimentos tinham em comum a localização no campo com a área ao redor da fábrica transformada em ruas arborizadas em desenho informal que privilegiava a natureza, onde as unidades habitacionais estão dispostas em grupos de cinco ou seis, em ruas levemente sinuosas adaptadas às características do terreno (MENEGHELLO, 2001, p. 199; VIANNA, 2006, p. 41).

Sobre o desenho urbano, o arquiteto de Bournville, W. A. Harvey declarou que era *‘quase sempre melhor utilizar os contornos naturais (...) do que a linha reta’* (Gaskell, 1987 apud Meneghello, 2001, p. 199).

“O arquiteto Harvey (...), salientava que a beleza das moradias era obtida não pela ornamentação, mas pela simplicidade, que dava às habitações o aspecto de lar. A economia na construção (telhado contínuo, escadas compartilhadas, pequena banheira recolhível no chão da cozinha) era compensada por vantagens como fogão a gás, prateleiras e armários. Mesmo assim executados, os chalés sempre custaram mais do que os aluguéis poderiam retornar; o que os industriais, como Lever, faziam questão de enfatizar. Esse fator diminuía em muito o número dos industriais dispostos a investir em habitação social; e os experimentos foram, de fato, poucos” (MENEGHELLO, 2001, p. 199).

143

Garner (1992) afirma que nessas cidades operárias:

“o paternalismo do proprietário se estendia além das meras necessidades arquiteturais de fábricas e minas. Casas bem projetadas, parques, escolas, bibliotecas, halls, tudo isso em um cenário atraente, representavam um grau incomum de interesse por parte do proprietário (...). alguns industriais residentes tinham um interesse genuíno pelo bem-estar de sua força de trabalho, procurando criar um ambiente modelar” (GARNER, 1992 apud MENEGHELLO, 2001, p. 201).

Aceitando a ‘positividade’ histórica do paternalismo, Meneghello (2001) afirma que *“essas cidades são mais dos industriais que as concebem do que das indústrias: a permanência da figura do industrial e da figura benemérita de sua esposa - como Lady Lever, que batiza e inaugura a galeria de arte em Port Sunlight - aparecem como uma obra de visionarismo e filantropia”* (MENEGHELLO, 2001, p. 201).

Entre as iniciativas paternalistas de construção de habitações operárias, os Chagot, fundadores da Sociedade dos Carvoeiros de Blanzay, em Montceau-les-Mines (figura 163) na França, que edificaram as primeiras casas unifamiliares do tipo, defendiam que:

“a moradia confortável e barata faz parte de uma série de instituições que se ocupam da criança desde a mais tenra idade, asseguram-lhe instrução e auxílio de todo o tipo, acompanham-na durante toda a sua vida produtiva e garantem-lhe, após trinta anos de serviço, uma pensão de trezentos francos com moradia e aquecimento. Quer dizer que elas a colocam a salvo da necessidade e conservam até o fim de sua existência a dignidade de sua profissão e a justa remuneração de seu trabalho” (PERROT, 2009, p. 349).

Figura 163 - Vila des Alouettes em Montceau-les-Mines (1867). Espaço rural devorado simultaneamente pelas vilas e necessidades da produção (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 164 - Vila Saint-Eugène. A grande empresa separou o espaço privado do espaço de trabalho. Em Creusot, na metade do século XIX, Schneider já construía vilas operárias com uma unidade por família (Fonte: Perrot, 2009).

O industrial F. Bapterosses, do ramo da cerâmica em Briare, empregava em 1865, mil operários entre homens, mulheres e crianças. Bapterosses também defendia o amparo total dos trabalhadores, da creche ao asilo: *“Ele conhece os operários, ama-os, são seus filhos. Ele sabe de suas paixões, seus defeitos, seus perigos, maneja-os com destreza e governa-os com mão firme, é necessário, mas com quanta bondade! Para que tenham moradias salubres mais baratas, constrói vastas vilas operárias e deseja que a religião venha solenemente abençoá-los”*. Bapterosses preferia vilas de casas aos pavilhões e edificou seis módulos de fileiras com 108 metros de comprimento, onde se abrigavam de 36 a 50 famílias, simbolicamente localizadas entre os prédios de manufatura e o hospício (BOUGAUD *apud* PERROT, 2009, p. 349).

Perrot (2009) também identifica na mesma época iniciativas de acordo com o discurso moralizante dos teóricos do paternalismo social, como a dos Schneider, proprietários da Companhia das Minas, que abandonaram o modelo pavilhonar coletivo antes do Segundo Império e contaram com a adesão da população operária de Le Creusot (figuras 165 e 166), mas fracassaram na experiência de Carmaux, iniciada em 1865. Quase trinta anos após, em 1892 a vila de Carmaux alojava cerca de 200 assalariados, apenas 6,9% do total (PERROT, 2009, p. 350).

Le Creusot (figura 164) desde o século XVIII se configurava como um centro manufatureiro e siderúrgico que possuía em 1875 uma população de 25 mil habitantes. Calabi (2012) destaca que a cidade se modificou à sombra da fábrica de Eugène Schneider, empresário influente no mundo financeiro e na política. Entre 1869 e 1875 o número de operários saltou de 10 mil para 15.500, para os quais Schneider construiu unidades habitacionais geminadas e enfileiradas, as quais dependiam inteiramente do empreendimento, mas podiam ser adquiridas pelos habitantes. *“Aliás, a compra da propriedade privada é favorecida pelo industrial, cujo objetivo é uma cidade inteiramen-*

te constituída pela burguesia local, e para isso ele inclusive encoraja com empréstimos, os operários a adquirirem um pedaço de terra e construírem uma casa segundo seus desejos” (CALABI, 2012, p. 21).

Figura 165 - Cidade operária de Le Creusot: o edifício dos mecânicos, construído entre 1842 e 1847, possui 128 unidades, 32 por pavimento, distribuídas por famílias de diversos tamanhos (Fonte: Calabi, 2012).

Figura 166 - Le Creusot no final do século XIX. Vista de norte para sul (Fonte: <http://old.lecreusot.com>).

A Alemanha também teve destaque na promoção de unidades habitacionais para trabalhadores e, segundo Calabi (2012), em comparação às iniciativas inglesas e francesas, as experiências alemãs se diferenciam nas escolhas tipológicas. A autora destaca que a iniciativa na construção de unidades habitacionais operárias da indústria pesada Krupp em Essen, por volta de 1870, se constituiu na época, a mais ampla concentração de moradia para operários realizada por um industrial europeu²⁶.

145

Figura 167 - Plano da Vila Kronenberg-Krupp de 1873 (Fonte: Calabi, 2012).

Figura 168 - Aldeia operária construída pela Artisans, Labourers and General Dwellings em Shaftesbury Park em Londres (Fonte: Benevolo, 2009).

Em vez de construir cottage com jardim para uma ou duas famílias, os Krupp:

“optam pela construção de longos edifícios de três andares, com um número variável de apartamentos - de vinte a quarenta -, situados em um espaço verde e em uma malha urbana regu-

²⁶ Em 1910 as colônias da Krupp chegaram a 46mil habitantes.

lar, predominantemente ortogonal. Após as primeiras construções (1870-1875), sob o influxo dos bons exemplos ingleses, aqui também experimenta-se a construção de casas unifamiliares (1894), mas, após uma pausa (1907), quando se retoma a construção, as exigências da fábrica são tais que a opção recai em edifício de vários andares, com uma economia notável na aquisição de terrenos. As diversas unidades se integram entre si em relação aos serviços (hospitais, estruturas de lazer, cultura e formação profissional): o nível geral é bem elevado para a época” (CALABI, 2012, p. 21).

As vilas operárias de Le Creusot, da Krupp, Bournville (figuras 155 e 156) e Port Sunlight, para Calabi (2012), se configuravam opostas aos grandes projetos promovidos por utópicos como Fourier, Owen e Considerant, que pretendiam cidades autossuficientes ‘caídas de paraquedas em terras incontaminadas pela irracionalidade capitalista’. A autora afirma que:

“pelo contrário, os idealizadores da vila operária se propõem a conciliar os modos da intervenção pública com os da experiência utópica, em um projeto que lhes permita resguardar-se dos respectivos inconvenientes. Ou seja, de um lado, eles mantêm o princípio do controle (empresarial e com mediação do Estado); do outro a autossuficiência (a casa individual, como horta e jardim). Evitam a aglomeração e a concentração excessivas, posicionando-se em áreas onde os processos de valorização ainda não avançavam, o que permite realizar tipologias esparsas (tornando quase inexistente o contraste cidade/campo)” (CALABI, 2012, p. 22).

Após 1883, data da fundação da *Society for Promoting the Industrial Village*, que obtinha apoio de representantes importantes da burguesia vitoriana, a tendência em construir modelos similares a Saltaire se ampliou. Calabi (2012) afirma que no processo de atenção para os investimentos na construção de vilas operárias, houve a reestruturação do processo de produção de algumas grandes indústrias, as quais reinvestiam o lucro da fábrica em construção de unidades habitacionais para os próprios operários, diminuindo também a mobilidade da mão-de-obra (CALABI, 2012, p. 19; 53).

Prost (2009) afirma que o paternalismo se configurava como uma atitude natural:

“(...) para a mentalidade da época, o patrão ou é paternalista ou é um explorador cínico e feroz. O patrão consciente de seus deveres se vê como um ‘bom pai de família’; não é assim que são administradas as ‘casas’ prósperas? Na medida em que o contrato de trabalho é de ordem puramente privada, o ‘bom’ patrão só pode ser paternalista. Da mesma forma, o paternalismo inclui toda a família do patrão. Não só ele o obriga a participar pessoalmente - o patrão, por exemplo, deve percorrer as oficinas com frequência -, como também o impede de manter totalmente sua privacidade. Por um lado, e principalmente na província, ele e sua família vivem sob as vistas de todos; para evitá-lo, ele teria de levar uma vida ‘dupla’, e nesse caso a ‘outra’ é a vida privada. O patrão deve se apresentar com a esposa nas entregas de prêmios nas escolas e medalhas por serviços, etc. Sua mulher deve presidir com energia e dedicação às obras de assistência maternal ou familiar, cuidar das escolas de economia domésticas, de ambulatórios, de oficinas de caridade... Os filhos não escapam aos comentários: veem-nos crescer, comentam suas aventuras e, quando se casam, a festa de casamento deve vir acompanhada de uma certa liberalidade. Assim, a vida familiar do patrão é em parte uma vida de representação. Aliás, sua casa, bem visível, ergue-se no próprio espaço da fábrica, próxima das oficinas, e muitas vezes dentro do mesmo terreno” (PROST, 2009, p. 40-41).

A família do operário era parte do contrato de trabalho e a avaliação sobre o operário levava em conta o que sua mulher e filhos faziam. Segundo Prost (2009) quando nascia uma criança, o fato era às vezes caracterizado com um presente ou uma gratificação, principalmente para funcionários estáveis. Para novas contratações, era natural priorizar os filhos dos operários, bastando o funcionário

rio apresentá-los ao patrão. O autor salienta que essa maneira de conceber a relação de trabalho com um laço de dependência e gratidão em relação ao patrão pode soar inaceitável na atualidade, mas muitos trabalhadores da época viam na empresa uma espécie de grande família, cujo pai seria o patrão (PROST, 2009, p. 42).

A experiência da construção dos núcleos residenciais fabris pode ser compreendida como uma tentativa de estender o domínio que a fábrica já impunha no processo de trabalho à vida cotidiana do operário. Vianna (2006) recorda que durante o século XIX as fábricas multiplicaram seus regulamentos para contemplar questões relativas a horário e frequência, conduta moral, regras de higiene, segurança e controle de todos os movimentos realizados no ambiente fabril. Foucault (2004) descreve que ainda a partir do século XVIII, era verificada na Europa uma extensão progressiva de dispositivos disciplinares, convertidos em fórmulas de dominação que se estenderam para toda a sociedade, em consequência da explosão demográfica e do crescimento da produção. Frente ao incremento populacional, a disciplina deveria agir pela escala quantitativa dos grupos no sentido de controlar e manipular as massas. O objetivo maior era a proteção da propriedade e aumentar a rentabilidade do aparelho de produção que se configurava cada vez mais extenso, complexo e confuso (FOUCAULT, 2004, p. 191-192 *in*: VIANNA, 2004, p. 47-48).

O controle disciplinar causava uma acentuada resistência por parte dos operários aos núcleos fabris, assim, os projetos não se tornaram populares, uma vez que o desejo de autonomia dos habitantes²⁷ encontrava barreiras nas imposições e regras de conduta. Vianna (2006) lembra que o horror à padronização e o desejo de um lar personalizado são frequentemente relatados por vários estudiosos. Para defrontar a resistência do trabalhador às condições do trabalho industrial, as elites defendiam a necessidade de sedentarização e moralização entendida como controle de instintos e introdução de novos costumes e padrões morais, disciplina, ética do trabalho e respeito aos padrões e à propriedade. Assim, um grande esforço elaborado por teóricos promoveu a glorificação do trabalho à posição central entre valores morais que estruturavam a sociedade industrial: o progresso e a civilização eram atribuídos ao trabalho, tanto manual quanto intelectual, mostrado como meio de obtenção de consideração social (CORREIA, 1998 *in*: VIANNA, 2006, p. 48).

Figura 169 - Fábrica de Chocolates Menier em Noisiel, Paris (Fonte: <http://sophie-g.net/photo/build/paris/moulin2.htm>).

Figura 170 - Edifícios da Fábrica de Chocolates Menier em Noisiel, Paris (Fonte: <http://blogassets.periblog.fr/>).

²⁷ Esse triplo desejo de intimidade familiar, pessoal e conjugal cresceu no início do século XX (Vianna, 2006).

Com a implantação das vilas operárias e dos núcleos fabris, esteve mais perto de se realizar o projeto de reordenamento da cidade, com capacidade de conversão em espaço normalizado, composto por um agrupamento de lares bem regradados e por um conjunto de ambientes ligados à produção, consumo e lazer, sempre organizados e controlados pelas classes dominantes (CORREIA, 1998, p. 48).

Figura 171 - Menier preferiu a solução de casas geminadas formando ruas em Noisiel (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 172 - Vila operária de Noisiel atualmente (Fonte: www.flickr.com/photos/citesouvrieres/).

Figura 174 - As plantas de Noisiel publicadas na coletânea de Muller e Cacheux mostram a qualidade superior das casas que, entretanto, não possuíam água encanada e rede de esgoto (Fonte: Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Figura 173 - Ilustração mostra unidade habitacional de Noisiel (Fonte: www.arkadia.com/).

Figura 175 - Sobrado geminado em Noisiel atualmente (Fonte: <http://fr.topic-topos.com/maison-type-noisiel>).

O exemplo mais significativo de vilas patronais na França citado por Perrot (2009) é o povoado fundado por Émile Justin Menier²⁸ para abrigar os 1700 funcionários de sua Fábrica de Chocolates em Noisiel. Sua fábrica foi instalada em 1874 (figuras 169 e 170) num dos primeiros edifícios do mundo construídos em estrutura metálica, onde numa área de 20 hectares, instalou o povoado de Noisiel, com casas geminadas em alvenaria aparente, sobre porões (figura 171 a 175).

“Ao rés-do-chão, um cômodo com duas janelas, uma cozinha equipada com fogão e pia. No primeiro andar, um quarto para os pais, outro para as crianças; sótão para o telhado. Cada cômodo dispõe de chaminé, um armário, persianas. No jardim, varanda coberta, sanitário, com fossa móvel: previamente untado com cacau, o conteúdo desta produz um excelente adubo utilizado por todas as famílias. O abastecimento de água é assegurado por numerosas torneiras coletivas. (...) As casinhas (...) são alugadas (...). Graças a um sistema de prêmios compensando o aluguel, alguns operários chegam mesmo a ser dispensados dessa modesta contribuição. À semelhança de Godin, Menier multiplicou as instituições comunitárias: armazém fornecendo a preços muito baixos alimentos, bebidas, tecidos, roupas, sapatos, combustíveis; refeitórios para alimentação do pessoal que habita as aldeias próximas de Noisiel: dois hotéis-restaurantes para solteiros; grupo escolar com ciclo de seis anos, asilo com creche, farmácia gratuita (...)” (PERROT, 2009, p. 351).

No início da década de 1870, na Terceira República francesa, uma pesquisa realizada com relatoria de Armand de Melun analisou as iniciativas do governo anterior, o Segundo Império, em favor da habitação dos operários (figuras 176 e 177). O relatório conclui que os conjuntos não produziram bons resultados, pois contrariavam o caráter francês de amor à independência e representavam graves inconvenientes para as relações morais e até políticas, mas recomenda vigilância estreita aos trabalhadores. Melun elogia os industriais que facilitaram aos operários a posse de um lar para as famílias operárias: *“A propriedade traz consigo uma qualidade preciosa: torna o que possui mais ordeiro, mais trabalhador, afasta-o das distrações funestas, conserva-o em seu lar, no seio de sua família, e ocupa proveitosamente seus lazeres”* (PERROT, 2009, p. 356).

Os primeiros congressos internacionais de higiene realizados a partir de 1876 condenavam muitas vezes as casas de cômodos agrupados, consideradas um modelo ‘artificial’. Em Bruxelas, no Congresso Internacional de Higiene, Resgate, e Economia Social ocorrido entre 27 de setembro e 4 de outubro de 1876, um relator declarou que: *“o bem-estar material e moral dos trabalhadores, a saúde pública e a segurança social têm interesse em que cada família operária habite uma casa separada, sadia e cômoda, que ela possa adquirir”*. Em Paris, no Segundo Congresso Internacional de Higiene realizado em 1878, Émile Trélat apresentou um relatório que intitulou como ‘Vilas operárias - casas operárias’, em que afirmava: *“A melhoria das habitações operárias por meio do adensamento, deveria fracassar. Para o operário é um verdadeiro título de dignidade humana ter sabido desdenhar as vantagens econômicas que lhe eram oferecidas caso mantivesse seu lugar comum no cortiço (...). O que está compreendido de agora em diante é a absoluta inconveniência do conjunto coletivo aos operários como habitação”* (PERROT, 2009, p. 358-359).

²⁸ Menier, que popularizou o consumo de chocolate na França, era um apaixonado, como Godin, pelas questões econômicas e sociais, tendo publicado numerosas obras e brochuras em que exalta o livre comércio, e propunha uma reforma fiscal, numa época marcada pelo paternalismo dos industriais franceses. Foi deputado com inclinação à esquerda em 1876 e votou pela anistia aos participantes deportados, da Comuna de Paris.

Também em 1876, o médico Benjamin W. Richardson escreveu um livro que trouxe repercussão na época, propondo uma cidade chamada de Hygea para 10.000 habitantes em que apresentava estudos técnicos bastante aprofundados para melhoria das condições higiênicas urbanas. Choay (2005) avalia que neste caso prevalecem estudos técnicos que não apresentavam as mesmas preocupações econômicas e políticas das propostas socialistas utópicas do início do século XIX (CHOAY, 2005 *in* Vianna, 2006, p. 41).

Figura 176 - Empreendimento de 'reconciliação social' da Sociedade de Habitações Operárias de Passy-Auteuil, que agrupou uma centena de unidades precedidas de grade e jardim (Fonte: Perrot, 2009).

Figura 177 - Unidade da empresa de alugueis de trânsito na França (Fonte: Perrot, 2009).

Na Europa um forte clamor operário aliado a uma burocracia estatal de tradição intervencionista fez com que o movimento por reforma social e planejamento urbano incorporasse o problema habitacional no centro de suas preocupações. As políticas públicas na área habitacional tomaram corpo, sobretudo na virada do século XIX para o XX, em função da necessidade de produção de moradias, diretamente ligada às ações de erradicação dos cortiços, com o objetivo de saneamento físico e social (DA SILVA, 2008).

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, Calabi (2012) destaca a atuação do poder público com as primeiras leis estatais para a construção de unidades habitacionais, subsidiadas por órgãos públicos e com a realização de bairros pelos municípios, geralmente na periferia das cidades existentes, sujeitas a um incremento populacional; e também a construção de vilas operárias baseadas em concepções urbanísticas avançadas, próximas ou adjacentes às fábricas e distantes de assentamentos existentes, promovidas por industriais esclarecidos *"para os quais a operação representa um modo de controle mais elegante da força de trabalho"*; além das iniciativas de investidores, empreiteiros e entidades filantrópicas e institutos mutualistas. *"(...) os casos são intervenções que fazem parte de um plano urbanístico, porque utilizam os instrumentos particulares, o desenho das ruas, quadras, lotes, tipologias. A infraestrutura é aquela utilizada para o resto da cidade"* (CALABI, 2012, p. 54).

Em nível governamental, a *Royal Commission on the Housing of the Working Classes*, na Inglaterra, mostrava preocupação pelo estado de deterioração das casas operárias em 1885. Calabi (2012)

afirma que havia limites objetivos às intenções concretas das atividades filantrópicas privadas e eram raras as intervenções subvencionadas por órgãos públicos, aliado à lentidão e alto custo dos planos de saneamento. Em 1890, quando foi aprovado o *Housing of Working Class Act*, houve um período de mudança, quando na década seguinte ocorreu uma ampliação significativa de intervenções públicas. Principalmente em Londres, a legislação conferia às entidades locais o poder de construir casas para os trabalhadores. *“Essa fase vê com um novo interesse o subúrbio; de fato, supõe-se que o problema da habitação possa ser resolvido mediante novas construções, em vez da demolição e reconstrução de edificações existentes”* (CALABI, 2012, p. 54-55).

Uma série de motivos fundamentados sobre a higiene pública e social, justificados na questão da habitação popular, motivaram discursos de defensores da paz social. A insalubridade e a falta de higiene, intoleráveis moralmente, constituíam uma ameaça social que deveria ser neutralizada em seus fatores de contaminação: ‘a construção insalubre deve ser considerada da mesma forma que um indivíduo doente’. O Estado tinha como missão ética, além de favorecer o tratamento de cura, assegurar sua prevenção. As quadras insalubres passaram a ser totalmente demolidas e substituídas por habitações saudáveis e confortáveis, propiciando boas condições físicas e morais, com o objetivo de substituir as curas ambulatoriais (CALABI, 2012, p. 231).

Desta forma, as primeiras intervenções físicas promovidas pelo poder público sobre a questão habitacional eram concentradas, sobretudo, em ações de erradicação dos cortiços e de outros territórios considerados indesejáveis (figura 178). Segundo Da Silva (2008) de certa forma, é possível considerar que se tratava de uma antipolítica de habitação social, pois nas áreas que foram objeto de intervenções, o contingente de desalojados era significativo. *“Obviamente essas ações eram sempre justificadas como medidas de ordem sanitária, estética ou de melhoria das condições de circulação. Elas aconteceram de forma muito mais intensa nas cidades européias, onde os bairros antigos e deteriorados tinham um peso muito maior do que nas cidades americanas”* (Da Silva, 2008). O autor ilustra que nos Estados Unidos, as intervenções se deram em maior parte na regulamentação da produção rentista e durante um longo período na segunda metade do século XIX, várias medidas legais de âmbito nacional e local, procuraram normatizar a produção dos *tenements*²⁹ (HALL, 2011 *in*: DA SILVA, 2008).

Os empreendimentos destinados à produção de moradias para a população carente foram bastante díspares dependendo do país em questão, à medida que o final do século XIX se aproximava. Da Silva (2008) exemplifica que nos Estados Unidos (figura 179), a ideia favorável à promoção de habitação social era contraposta pelo paradigma da não-intervenção, ou da intervenção indireta exclusivamente por meio da regulamentação da produção privada.

²⁹ Segundo Da Silva (2008), tais intervenções foram responsáveis pela evolução dessa tipologia edilícia que foi, no decorrer do tempo, ganhando condições de iluminação e ventilação. Originalmente era constituída por uma edificação maciça, com vários pavimentos, praticamente sem recuos e ocupando praticamente a totalidade do lote. *“Os dumb-bell tenements, por sua vez, já possuíam poços que garantiam um mínimo de iluminação e ventilação. Em 1901, uma nova lei tentava pôr fim a essa modalidade habitacional. Essa lei constitui um marco na história urbana desse país e é reveladora da opção americana caracterizada pela não-intervenção direta compensada por uma hiper-regulamentação. A lei em questão possuía mais de cem ‘pormenorizados parágrafos’ regulamentando padrões espaciais, dispositivos de proteção contra incêndios, sistemas de encanamento, etc.”* (HALL, 2011 *apud* DA SILVA, 2008).

“Convém lembrar que, ao mesmo tempo em que existe essa controvérsia em torno do papel do Estado nesse setor, o planejamento e o urbanismo estavam-se definindo enquanto âmbito de atuação. Nesse país, a questão habitacional foi excluída do universo de ação do planejamento urbano³⁰. Nenhuma das grandes tendências e paradigmas do planejamento urbano americano incorporou a questão habitacional. Enquanto a reforma urbana europeia esteve diretamente ligada às tentativas de resolução da questão da moradia, o planejamento das cidades americanas continuou a se centrar na implantação de áreas verdes públicas, nas ações de embelezamento e finalmente na promoção da eficiência. O conteúdo programático do movimento pró-parques, do City Beautiful, da Civic Art e do City Efficient não deixam margem a dúvidas a esse respeito” (DA SILVA, 2008).

Figura 178 - Plantas de casas em carreira inglesas, conforme os regulamentos de 1875 (Fonte: Benevolo, 2009).

Figura 179 - Plantas de casas em carreira de Nova York, modificadas por sucessivos regulamentos da segunda metade do século XIX. BR: dormitório; K-D: cozinha-copa; P: sala de visitas (Fonte: Benevolo, 2009).

Concomitantemente à conscientização sobre o problema da habitação popular e operária, no final do século XIX, foi desenvolvida uma série de iniciativas paralelas aos mecanismos de mercado, dirigidas a satisfazer parcialmente as necessidades mais urgentes, configuradas de maneiras diversas, de acordo com os promotores: instituições filantrópicas e de caridade, cooperativas de empregados e trabalhadores revelaram um pragmatismo individual e coletivo em se tratando do problema da habitação a baixo custo. Calabi (2012) expõe que a alta quantidade de iniciativas ocorridas na Inglaterra durante o período vitoriano, demonstra que a inadequação do patrimônio edificado perdurava, mas que o método de resolução dos problemas estava mudando. Duas organizações pioneiras na campanha pelo capitalismo filantrópico, a *Metropolitan Association for Improving the Dwellings of the Industrious Classes* e a *Society for Improving the Condition of Labouring Classes*, procuraram comprovar que era possível obter vantagens não especulativas, na construção de casas simples, sólidas e adequadas às necessidades da classe operária, que encorajassem os habitantes a adotarem costumes de vida moralmente exemplares, atentos à manutenção do bem que a eles era confiado. *“As duas instituições não realizaram muitas moradias (cerca de mil unidades em 1875), com modesta criatividade ao desenharem blocos de apartamentos e cottages. Patronato real e arquitetos de prestígio são insuficientes para contrastar a tendência dos investidores, visto que a renda dos*

³⁰ Peter Marcuse procurou apresentar as razões dessa exclusão. Segundo o autor, após 1910, ocorreu um esvaziamento das duas principais razões que levariam à necessidade de promoção de ações governamentais no nível habitacional. Os perigos de incêndio e as condições de saúde sofreram impacto das novas tecnologias nesses dois campos. *“Os riscos, quanto à ordem pública, foram equacionados principalmente por meio de ações voluntárias de assistência social aos imigrantes. Daí o fato do planejamento urbano americano dessa época não contemplar programas de habitação social”* (Da Silva, 2008).

destinatários era considerada muito baixa. Mas sua obra é reforçada pela formação do Peabody Trust (figuras 180 e 181) em 1862, da Improved Dwellings Company em 1863, a Artizan's, Labourer's and General Dwellings Company (figura 168), organizações que prometem 5% de renda comercial como garantia oferecida aos construtores privados, respeitando padrões sanitários acessíveis” (CALABI, 2012, p. 51-52).

Os esforços filantrópicos eram também dirigidos para uma gestão das habitações existentes com visitas e controle moral, assim como nas vilas patronais. A autora exemplifica a intenção de vigilância da classe trabalhadora com a opinião da reformadora social Octavia Hill, uma das fundadoras do *National Trust*,³¹ a qual defendia que as causas negativas do modo de habitar eram produzidas por dois fatores concomitantes: a conduta e os valores dos proprietários e, as características e os costumes dos locatários.

“Hill considera ‘caridade’ e ‘blocos edificadas despersonalizados’ dois aspectos contrastantes entre si. Convida os habitantes a terem maior conscientização de si e respeito, sustenta a necessidade de pagar regularmente o aluguel como sintoma de dignidade. Insiste em um sistema de visitas pessoais aos locatários por parte de seus colaboradores, com o intuito de transformar a tensão entre proprietários e inquilinos em algo próximo a uma relação amigável. Suas iniciativas londrinas foram retomadas em Dublin, Dundee e Manchester” (CALABI, 2012, p. 52).

Figura 180 - Peabody Trust, intervenção a baixo custo em Wild Street: plantas dos blocos de edifícios L e M. 1882 (Fonte: Calabi, 2012).

Figura 181 - Peabody Trust, intervenção a baixo custo em Horne Hill: plantas e fachadas de casas geminadas. 1901 (Fonte: Calabi, 2012).

A política filantrópica de valorização da família e do lar operário tinha como um dos principais defensores Frédéric Le Play, fundador da Sociedade de Economia Social e difusor da ideia do caráter moralizador da propriedade imobiliária. Em sua obra *‘La Réforme sociale’*, Le Play afirma que *“a união indissolúvel entre a família e seu lar é a prática que exerce a mais salutar influência sobre a moralidade e o bem-estar da família operária”* e defende que uma das mais fecundas tradições da Europa é aquela que assegura a cada família a propriedade de sua habitação (Le Play, 1894 *apud* Perrot, 2009, p. 357). Tal prática era encontrada somente entre a população rural, sendo que o sistema de locação dominava as cidades e os centros manufatureiros, que retiraram as populações

³¹ National Trust é o órgão federal de preservação do Patrimônio Histórico na Grã-Bretanha.

de seus lugares de origem. Le Play considera que para uma família habitar uma casa isolada é 'uma das conveniências fundamentais da civilização' e que:

"a habitação alugada e desprovida das mais indispensáveis condições de conforto e salubridade mostra já de início que a família perdeu o sentimento da dignidade humana. O pai está quase sempre distante por necessidades do trabalho ou pela busca de prazeres egoístas e grosseiros. A mãe, rebaixada à condição de operário, deserta igualmente do lar, seja por entregar-se à prostituição, seja por suportar honestamente o peso de um rude trabalho. Os filhos e filhas, submetidos desde a mais tenra idade a um duro labor, assumem aos poucos os hábitos da imprevidência e do vício. Prematuramente debilitados pelas privações e pela intemperança, seus velhos pais morrem bem antes do termo fixado pelo curso regular da vida" (PERROT, 2009, p. 357).

Desta forma, Le Play defende o protecionismo ou paternalismo das classes dirigentes no sentido de encorajar seus operários a adquirir, por meio de poupança, a propriedade de seu lar, onde ficaria retida permanentemente a mãe da família. Como solução, sugere o estabelecimento de fábricas no campo, pois considera que foi a cidade que atirou a família em uma promiscuidade nociva à dignidade e aos costumes, sendo que no campo, poderiam constituir e desenvolver lares estáveis. Caso a ideia tivesse êxito, desapareceria o sistema de locação, considerado por Le Play como vergonhoso, e a família operária seria instalada por toda a vida em uma casa separada dos vizinhos (PERROT, 2009, p. 358).

Para o engenheiro politécnico Émile-Cheyssson, discípulo e amigo de Le Play, em matéria publicada em 'O Economista Francês',

"a posse da casa opera sobre ele [o operário] uma completa transformação (...). Com uma casinha e um jardim, faz-se do operário um chefe de família verdadeiramente digno de tal nome, ou seja, moral e providente, possuidor de raízes e de autoridade sobre os seus (...). Em breve, é a casa que o 'possui'; ela o moraliza, o assenta e transforma" (CHEYSSON, 1881 *apud* PERROT, 2009, p. 360).

Ao analisar a teoria de Cheyssson, Perrot (2009) destaca que o engenheiro expressou a essência do pensamento da classe dominante, pois:

"encerrado em sua casinha, o operário se desviará das lutas coletivas e do sindicalismo. E os arquitetos, conforme recomendação expressa, deverão fazer proezas nos projetos para não facilitar as relações de vizinhança nas vilas que serão levados a construir. Caso seus moradores comecem a se comunicar, iremos diretamente para a 'imoralidade sexual' - obsessão maior da burguesia durante o século XIX - e a agitação política deflagrada pelos 'líderes' responsáveis" (CHEYSSON, 1881 *apud* PERROT, 2009, p. 360).

Para incentivar e facilitar os investimentos em produção de habitação operária, a França editou a '*Loi pour les habitations à bon marché*' (Lei em favor das habitações baratas) em 1894³². Calabi (2012) reforça que para investir neste setor, a iniciativa privada, mesmo enxergando vantagens no investimento, exigia como condição para participar do processo, a presença do poder público. Outras iniciativas, como a Lei Luzzati³³, na Itália promulgada anos mais tarde (1903) para incentivar a

³² A legislação teve novas edições em 1906 e 1912, e organizou a produção de habitações sociais pelas administrações locais. No país, em comparação com a Inglaterra ou Alemanha, até o final da segunda guerra mundial, a habitação social não constituiu uma prioridade do Estado. Entre 1894 e 1914, apenas 10.000 moradias foram produzidas em toda a região de Paris (EVENSON, 1983 *in*: DA SILVA, 2008).

³³ Segundo Calabi (2012), a Lei Luzzati promoveu a fundação em 1908, dos *Instituti Autonomi per le Case Popolari* (IACP), entidades fundadas em Roma, Trieste, Milão e posteriormente em todas as cidades italianas. Durante décadas

habitação econômica e popular, previa a instituição de entidades intermediárias, sociedades financeiras e cooperativas, que usariam capital proveniente de caixas econômicas, bancos populares e sociedades de assistência mútua para construção de casas para venda e aluguel (CALABI, 2012).

Na Holanda, ações filantrópicas procuravam solução para a questão da moradia desde 1852. Da Silva (2008) informa que em 1868, havia também cooperativas operárias agindo em conjunto com as administrações locais³⁴. O autor afirma que assim como em outros países, as primeiras intervenções foram quantitativamente insuficientes frente às dimensões do problema. A prefeitura da cidade de Amsterdã, a partir de 1896, implantou programas de doação de terrenos e de prestação de assistência técnica para a elaboração de projetos (Panerai; Castex e Depaule, 1977 *in*: Da Silva, 2008). Segundo Tafuri e Dal Co (1976), a promoção imobiliária holandesa apresentou um caráter muito menos especulativo (sobre a dimensão fundiária) que em outros países³⁵ (TAFURI e DAL CO, 1976, p.164 *in*: DA SILVA, 2008).

Especialistas em obras chamadas filantrópicas em Paris assinalavam que as rendas mais elevadas de aluguéis provinham dos *arrondissements* pobres, pois as despesas com manutenção eram reduzidas. Perrot (2009) afirma que nas últimas décadas do século XIX algumas iniciativas de fundações filantrópicas investiram na edificação de habitações direcionadas às classes operárias (figuras 182 e 183), como: o prédio de 35 unidades habitacionais construído em 1888 pela Fundação Heine, com projeto do arquiteto Chabrol, na *rue Jeanne-D'arc*, 45 no XIII *arrondissement* - os apartamentos foram concebidos com dois cômodos em 25 metros quadrados; os quatro edifícios com apartamentos de 32 metros quadrados num total de 133 unidades habitacionais nos XII e XIII *arrondissement*, com conforto mínimo assegurado, com água, um sanitário por apartamento e esgoto, edificados em 1890 pela 'Sociedade de Habitações Econômicas', formada pela Companhia Ferroviária Paris-Orleans e Companhia Paris-Lyon-Mediterrâneo (PERROT, 2009, p. 337).

Já no final do século XIX em Paris a Sociedade Filantrópica ergueu 54 unidades habitacionais de *habitations à bon marché* (HBM) em um imóvel da *rue d'Hautpoul*, 19 (XIX *arrondissement*) em 1897 e mais 38 unidades na *rue de Clignancourt*, 77 (XVIII *arrondissement*), em 1898. Segundo

foram os principais instrumentos de política de construção. Os institutos eram entidades de direito público dotadas de poder decisório autônomo e representaram uma alternativa eficaz, tanto à excessiva pluralidade de sujeitos envolvidos quanto à gestão onerosa pelos municípios, que garantiram ao mesmo tempo um incremento importante na construção de unidades habitacionais de baixo custo (CALABI, 2012, p. 53).

³⁴ Segundo Da Silva (2008), a Holanda, por conta de sua própria circunstância geológica, apresenta particularidades institucionais quanto à gestão do território e dos recursos naturais de uma forma ampla. No caso da gestão dos recursos hídricos, onde a necessidade de construção e de manutenção de sistemas de diques e drenagens engendrou a necessidade do desenvolvimento de formas associativas avançadas e de relações público-privado peculiares. No tocante ao desenvolvimento urbano, os altos investimentos necessários para tornar áreas geologicamente delicadas urbanizáveis, induziu o desenvolvimento de um esquema institucional particular, em que os proprietários se organizavam por meio de consórcios e desapropriações e o Estado executava os investimentos retornando ao consórcio a terra beneficiada por um valor bem superior (DA SILVA, 2008).

³⁵ Em 1901, foi aprovada uma lei nacional na Holanda que atribuía às administrações locais o direito, dever e meios financeiros para estabelecer planos de extensão, desapropriar imóveis insalubres, adquirir áreas e construir diretamente ou estabelecer parcerias com cooperativas operárias ou com sociedades de promoção de moradias populares. De 1918 a 1925, algumas administrações socialistas empreenderam programas importantes de promoção de habitação social, articulados com programas de implantação de infraestrutura e de controle dos aluguéis. O avanço das forças conservadoras significou o cancelamento de muitos desses programas, a partir de 1925, como também do controle dos aluguéis (PANERAI; CASTEX E DEPAULE, 1977 *in*: DA SILVA, 2008).

Perrot (2009) até o início do século XX a Sociedade Filantrópica havia retirado 190 famílias operárias, somando 622 pessoas, de cortiços e pardieiros parisienses (Perrot, 2009, p. 365).

Figura 182 - Edifício concebido para famílias operárias e dispunha de oficinas no subsolo (Fonte: *Gastón Le Fol, Grandes constructions à loyer économique*. Biblioteca Nacional de Paris).

Figura 183 - Construção de 1909 no boulevard de l'Hospital. A obra de Sauvage e Sarazin oferece um modelo despojado muito à frente de sua época, com estrutura em concreto e teto em terraço para banhos de sol (Fonte: *Gastón Le Fol, Grandes constructions à loyer économique*. Biblioteca Nacional de Paris).

Inspirados nas iniciativas lucrativas dos empresários paternalistas, associações privadas formadas por banqueiros e cidadãos abastados decidiram investir capital, realizando habitações do tipo 'civil', geralmente aproveitando vantagens especiais do poder público, como cessão de áreas, na Itália, França e Alemanha. Segundo Calabi (2012), ainda na década de 1860, em cidades italianas como Florença, Milão e Turim, o problema habitacional para a classe pobre foi encarado por associações privadas, que edificaram casas operárias com lavanderia. Entretanto, a autora aponta que muitas vezes o custo da habitação não atingia os trabalhadores mais humildes (CALABI, 2012, p. 53).

No interior da França também foram edificadas unidades habitacionais destinadas aos operários. Em Rouen, repleta de cortiços desde o início do século XIX, o engenheiro arquiteto Édouard Le-couer edificou entre 1885 e 1886 o Grupo Alsácia-Lorena no bairro mais pobre da cidade, por iniciativa da 'Sociedade Anônima Imobiliária das Pequenas Residências'. Segundo Perrot (2009) o Grupo foi projetado com seis prédios de quatro andares, em três unidades por pavimento (duas de três cômodos e uma de dois) e quinze lojas no térreo, com conforto inédito para habitação operária: gás, latrina com descarga, lixeira, esgoto, lavanderia, enfermaria e um lagar de cidra, considerado um exemplo raro de integração da vida rural no ambiente urbano. Em Lyon a Sociedade Anônima das Moradias Econômicas em 1887 concluiu cinco prédios de quatro andares com unidades de três cômodos, cada um com área de 11 a 16 metros quadrados. A autora afirma que os conjuntos operários foram experiências piloto que apresentaram resultados irrisórios, com exceção dos

empreendimentos de Lyon, diante do volume de necessidades dos proletários, que necessitavam de uma elevação significativa do nível de vida (PERROT, 2009, p. 337-338).

Em janeiro de 1905, a Fundação Rothschild lançou um 'concurso para a construção de um grupo de pequenas casas para locação, salubres e econômicas' para um terreno no XII *arrondissement*, próximo à Gare de Lyon. A autora destaca que o programa é propositalmente impreciso: sobrados, serviços comunitários e rentabilidade de 3% a 4%, a ser desenvolvido em duas fases e sem garantia de realização do projeto vencedor. Foram remetidos 127 projetos, dos quais 25 se classificaram na primeira fase e apenas sete na segunda. O vencedor foi Adolphe-Augustin Rey, seguido por Henry Provensal, ex-alunos da Escola de Belas-Artes de Paris. O projeto de Tony Garnier foi eliminado no segundo turno, apesar de suprir as aspirações dos higienistas pela aparência de sanatório, e apresentava: supressão de pátios (assim como todos os outros concorrentes), prédios em ziguezague pra obter o máximo de insolação, apartamentos amplos e providos com banheiro - benefício que ainda não constava em muitos apartamentos burgueses. O projeto vencedor³⁶, segundo a autora, distinguia-se pela totalidade do projeto: *"estudos de ventilação expressos por escadas em forma de ruas verticais; cozinhas de um refinamento inusitado, com lixeira, lugar para roupa de cama, armários embutidos, boxe de chuveiro, armário de cozinha guarnecido de algodão para filtrar o ar; serviços coletivos completos: duchas, lavanderia, secadora, garagem para bicicletas, restaurante higiênico, sala de reunião, quartos para solteiros, terraço para a cura pelo sol"*. Rey escolheu como material de construção o concreto *"acrescentando-lhe algumas fantasias pitorescas conforme o gosto da época, telhados salientes e marquises"* (PERROT, 2009, p. 369).

157

Perrot (2009) afirma que todos os projetos concorrentes estavam em consonância com as questões higienistas que já estavam em debate havia 30 anos.

"Moradias finalmente proporcionais à dimensão das famílias, cômodos independentes, racionalização das necessidades. No imóvel coletivo, os concorrentes evidentemente se sentiam menos à vontade: devia-se oferecer aos operários todos os serviços desejáveis, correndo o risco de atentar contra a sacrossanta iniciativa individual? Podia-se acomodar uma sala de conferências ou uma biblioteca suscetíveis de servir à propaganda socialista? A creche não induziria as mães à propaganda socialista? A creche não induziria as mães à tentação de abandonar seus filhos? Os reformadores sociais de direita discutiam essas questões desde o início do século XIX" (PERROT, 2009, p. 370).

O conjunto edificado na rue de Prague (figuras 184 e 185), referente ao terreno do concurso foi apelidado de 'o Louvre da habitação popular', pois lembrava, por meio de seus equipamentos comunitários, as propostas dos utopistas, como o Familistério de Guise:

"lavanderia com máquinas aperfeiçoadas, inclusive um secadora a ar quente, dispensário equipado dentro de um espírito de prevenção, jardim-de-infância para crianças de três a seis anos, guarda das crianças acolhendo-as todo dia à saída da escola e na quinta-feira o dia inteiro, escola de prendas domésticas, cozinha vendendo pratos quentes duas vezes por dia para popularizar uma alimentação saudável e racional" (PERROT, 2009, p. 371).

³⁶ Os edifícios referentes aos projetos premiados foram construídos entre 1907 e 1919. O primeiro edifício foi edificado na rue du Marché-Popincourt, 1 (XI *arrondissement*), com 76 unidades habitacionais; depois em 1908 o da rue de Belleville, 117 (XIX *arrondissement*), com 102 unidades; em 1909 na rue de Prague, 10 (XII *arrondissement*), com 321; em 1912, na rue Bague, 11 (XV *arrondissement*), com 206 e entre 1913 e 1919, na rue Marcadet, 256 (XVIII *arrondissement*), com 42 unidades habitacionais (Perrot, 2009, p. 371).

Figura 184 - Imóvel da Rue de Prague, 10 construído em 1909 pelo arquiteto H. Provensal e equipe. Os acabamentos e elementos arquitetônicos são os mesmos das casas burguesas (Fonte: Gastón Le Fol. *Grandes constructions à loyer économique*. Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Figura 185 - Creche-modelo do conjunto da Rue de Prague com quesitos de higiene contemplados: janelas vastas e revestimento de azulejos brancos, semelhantes aos do metrô (Fonte: Gastón Le Fol. *Grandes constructions à loyer économique*. Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Consoante com a questão higienista, que lutava para prevenir a tuberculose, principalmente nos círculos populares, as vilas operárias assumiriam cada vez mais o aspecto de cidade-jardim, onde as construções seriam cercadas de verde, segundo Perrot (2009).

158

“Em Dourges (figuras 186 e 187), no Pas-de-Calais, a Sociedade das Minas abandona seus antigos conjuntos para criar um ‘verdadeiro pequeno sanatório’, mais de quinhentas pitorescas casinhas, cada uma com seu alpendre na entrada, um vestibulo e quatro cômodos. O liberalismo parecia ter por fim encontrado, no cottage, o tipo de moradia ideal para as classes populares...” (PERROT, 2009, p. 352).

Figura 186 - A Sociedade das Minas de Dourges construiu até 1909, quinhentas casas em estilo normando (Fonte: Gastón Le Fol. *Petites constructions à loyer économique*, 1913. Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Figura 187 - Vila operária mineira em Bruay, 1889. Casas geminadas com alpendre e pequeno jardim. Destinado a trabalhadores que não eram ‘simplicírios’ (Fonte: Biblioteca Nacional de Paris *apud* Perrot, 2009).

Seguindo o modelo de cidade-jardim, os arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin projetaram uma vila fabril em 1904 para a fábrica de chocolate Rowntree em York na Inglaterra, espelhada nos modelos de Bournville e Port Sunlight. Parker pretendia uma forma urbana que expressasse o espírito da fraternidade humana e também atendesse à justiça social proclamada pelo proprietário da fábrica, Joseph Rowntree. O industrial empregava cerca de 4000 operários e desejava oferecer ca-

sas com aparência artística e bem construídas, com jardins e boas condições sanitárias, por um aluguel acessível a todos os funcionários. O bairro (figuras 188 e 189) foi projetado com ruas arborizadas em traçado irregular dentro do conceito das cidades-jardim³⁷ cuja implantação apresenta um núcleo residencial independente, mas junto da fábrica, que teria inspirado projetos importantes posteriores em Letchworth e Hampstead (MURPHY, 1992; CORREIA, 1998, p. 54; VIANNA, 2006, p. 55).

Os arquitetos ajustaram as relações espaciais entre as ruas e as casas para criar o desenho das ruas, estabelecendo uma sequência ritmada entre espaços abertos e fechados, alternado as casas voltadas para as ruas com os *cul-de-sacs*. A ausência de casas de esquina nos quarteirões criou mudanças sutis que possibilitaram a ênfase nas relações espaciais e dirimem a monotonia do modelo padrão de configuração de ruas (CRAWFORD, 1995, p. 72-73 *in*: VIANNA, 2006, p. 56-57).

Figura 188 - Vista aérea da aldeia de New Earswick (Fonte: Murphy, 1992).

Figura 189 - Vista de New Earswick em sua primeira fase (Fonte: Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

As unidades habitacionais³⁸ de New Earswick (figuras 190 a 194) para a Rowntree eram compostas por *chalets* enfileirados em blocos compactos e agrupados ao redor de gramados públicos ou ao longo de caminhos para pedestres. Entre a vila³⁹, a fábrica e a cidade, configurou-se um estreito cinturão verde com vegetação natural e espaços de lazer e campos para jogos. A natureza tem significativa importância na proposta, já que em toda a área se integraram ao projeto elementos naturais como árvores e riachos. No centro da vila foi instalada a sede comunitária e também uma escola de educação doméstica disposta a preparar as moças para as futuras tarefas domésticas⁴⁰ (HALL, 1998 *in*: VIANNA, 2006, p. 56-58).

³⁷ O processo de internacionalização da concepção de cidade-jardim apresentou significados diferentes de acordo com condições históricas de cada região, reconhecida como: cidades novas, cidades satélites, subúrbios-jardim, bairros operários ou bairros jardins (Vianna, 2006, p. 59).

³⁸ O padrão elevado do projeto afastou os assalariados menos favorecidos que não conseguiam arcar com os custos (Vianna, 2006, p. 58-59).

³⁹ A organização em New Earswick cabia, desde 1904, ao 'Joseph Rowntree Village Trust' que gerenciava e promovia a construção de habitações para a classe média e sem vínculo com a fábrica (Vianna, 2006, p. 59).

⁴⁰ New Earswick foi restaurada e está preservada como um dos melhores modelos de cidade-jardim do período (Vianna, 2006, p. 59).

Figura 190 - Residências de New Earswick
(Fonte: Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

Figura 191 - Residências de New Earswick
(Fonte: Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

Figura 192 - Residências de New Earswick
(Fonte: Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

Figura 193 - Residências de New Earswick
(Fonte: Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

Figura 194: Western Terrace - New Earswick (Fonte - Murphy, 1992 *apud* Vianna, 2006).

No início do século XX, 'O Imóvel e a Construção no Leste' de 1913 publicava que:

"A moradia de famílias numerosas deveria ser objeto de uma indústria que preparasse por novos procedimentos os materiais que deveriam constituir as obras: estrutura de madeira, de ferro, aglomerados, cimento armado, painéis aparelhados etc.; blocos, vigamento e escadas das mesmas dimensões; miudezas, encanamento, equipamentos diversos da mesma natureza. A uniformidade de materiais e objetos e a facilidade de seu emprego propiciariam notável economia, permitindo, contudo certa diversidade no aspecto exterior, diversidade que não seria certamente mais que um brinquedo para nossos arquitetos" (PERROT, 2009, p. 373).

Em 1914 foi criado o Escritório Público de *habitations à bon marché* (HBM) de Paris e do Sena, encarregado de estudar os problemas de moradia popular (figuras 195 e 196) e gerar imóveis construídos, com aporte financeiro. O conselho de administração do Escritório foi composto com: Schneider, da Fundação Rothschild; Labussière, da Fundação Ledaudy, além de Provensal e Besnard, vencedores do concurso de 1905 e Maistrasse (PERROT, 2009, p. 375). Apesar das HBM re-

presentarem um tema trivial, o Estado se interessou de perto pela questão em 1913 e o Ministério do Trabalho da França distribuiu medalhas às sociedades de HBM e aos arquitetos que encontrassem melhores métodos de fabricação ou emprego de materiais e produtos que pudessem se adaptar à habitação direcionada ao consumidor de baixa renda, em 1915. Perrot (2009) destaca que às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o arquiteto Georges Christie, vice-presidente da Sociedade Nacional dos Arquitetos da França e redator de obras técnicas, definiu um conceito pioneiro de ‘máquina de morar’, muito antes de Le Corbusier celebrar o termo, sem que mencionasse seu inventor. Christie expôs um projeto de ‘vila dominó’, 138 casinhas térreas individuais, de quatro cômodos, agrupadas em séries de quatro conforme um programa definido: *“a solução do problema das HBM só pode ser encontrada na busca de procedimentos de construção econômica, por meio de materiais catalogados, classificados para adaptação uniforme, permitindo o que chamo de industrialização da casa”* (PERROT, 2009, p. 374).

Figura 195 - Hotel popular para homens com 743 quartos, projetado por Labusserie e Longerey. Primeira iniciativa de promoção de habitação decente para solteiros na França (Fonte: Arquivos Bernard Marrey *apud* Perrot, 2009).

Figura 196 - Conjunto da rue de la Saïda destinado a famílias de baixa renda. Continha instalação de banhos e duchas aberto diariamente e um pavilhão para idosos, fossem casais ou viúvos (Fonte: Arquivos Bernard Marrey *apud* Perrot, 2009).

Principalmente após a primeira guerra mundial que as autoridades públicas europeias se sentiram realmente pressionadas a promover um novo modelo de políticas sociais, segundo (Da Silva, 2008). *“Era vergonhoso que ex-combatentes não possuíssem moradia decente. A própria cidade de Londres foi, durante a guerra, cenário de uma importante greve de inquilinos que resultou na imposição de uma legislação de controle dos aluguéis. Finda a guerra, o abrandamento desse controle seria impossível sem alterações significativas na oferta de moradias”*. Em 1919 a Lei de Habitação e do Planejamento Urbano entrou em vigor para estabelecer a incumbência das administrações locais em conhecer a realidade habitacional e executar programas setoriais, com provisão de subsídios para tal, não mais restritos à erradicação de cortiços. O autor afirma que com refluxos e retomadas, o período que se seguiu foi o da implantação de uma efetiva política de produção de moradias sociais em larga escala. *“Entre 1919 e 1933/34, em toda a Grã-Bretanha, as autoridades locais foram responsáveis pela produção de 763.000 moradias, estando por essa data cerca de 30% delas concluídas”* (HALL, 2011 *apud* DA SILVA, 2008).

Após a entrada dos Estados Unidos na primeira guerra mundial, em 1917, foi registrada nesse país uma breve experiência de programa habitacional em larga escala. Segundo Da Silva (2008) essa

experiência estava inserida no programa conhecido como 'economia de guerra' por meio do qual o Estado, com o seu poder de compra, promovia a racionalização dos processos produtivos, assegurando a provisão de serviços e bens em setores específicos. O programa de provisão de moradias para a classe trabalhadora que teve vigência de um ano consistia em um esquema financeiro e de imposição de padrões em relação aos materiais, técnicas e projetos executados por agências específicas. As *war villages* construídas nesse breve período foram responsáveis pela produção de moradias para cerca de 360.000 trabalhadores americanos. *"A partir do final da guerra, na medida em que a situação de emergência era ultrapassada, o referido embate das posições pró e antiintervenção voltaram à pauta. A posição hegemônica e vencedora foi aquela que advogava o não-intervencionismo"* (DAL CO, 1979; DA SILVA, 2008).

Por outro lado, na França, a Lei Bonnevey impôs e consagrou o princípio da intervenção pública, com a criação de departamentos de habitações de baixo custo em 1919. Na mesma data foi criada a *Société Nationale des Habitations et Logements à Bon Marché* (Sociedade Nacional das Habitações de Baixo Custo) e posteriormente foi fundada a *Société Nationale de la Petite Propriété Terrienne* (Sociedade da Pequena Propriedade de Terrenos). Segundo Calabi (2012), naquele período foram aprovadas leis para desapropriação com o objetivo de eliminar casebres, ação que contribuiu drasticamente para o desaparecimento do antigo tecido urbano de cidades como Paris (CALABI, 2012, p. 231).

No período entreguerras houve um novo investimento na produção de unidades habitacionais sociais em toda a França, mas segundo Calabi (2012), o processo já não reunia boa parte de suas intenções originais.

"Claro, não é estabelecido outro modelo de sociedade, nem são criadas outras relações com a propriedade; os promotores das habitações em cooperativa tentam, no entanto, seus projetos são reduzidos ao peso dos acontecimentos. De fato, nem os financiadores nem as autoridades nacionais e locais podem aceitar que a reconstrução social ocorra sem o seu controle. Enfim, a cidade-jardim, transformada em edificação pública, foi aceita em sua forma de expansão urbana periférica porque baseada em uma baixa densidade construtiva e de ocupação do solo, e também porque a proporção de ideologia antiurbana que possuía era principalmente fonte de saúde para as classes médias" (CALABI, 2012, p. 232).

Após a primeira guerra mundial o modelo de cidade-jardim, que havia sido deixado de lado na França, foi retomado como consenso de que seria a melhor resposta ao problema da habitação operária, com a construção de duzentas mil unidades para reconstruir habitações sociais. Na Bélgica, em 1917 a *Union des Villes et des Communes Belges* (União das Cidades e dos Municípios Belgas) organizou três concursos para construção de cidades-jardins em Coillet, Jemappes e Willebroek. Dois anos após, foi criada a *Société Nationale des Habitations et Logements à Bon Marché*, que se encarregou de coordenar iniciativas de cooperativas locais com o oferecimento de empréstimos de longa duração e juros baixos. Calabi (2012) informa que em poucos anos, foram construídas dezenas de milhares de habitações sociais inspiradas na teoria da cidade-jardim, as quais não devem se constituir como cidades autônomas, permanecendo como bairros residenciais que contam com serviços coletivos de primeira necessidade como escolas, postos de saúde e lojas; além de

instalações culturais com o objetivo de reforçar a coerência e a solidariedade social, como equipamentos esportivos, salas de conferência e bibliotecas (CALABI, 2012, p. 232).

Na Bélgica, segundo Calabi (2012) a cidade-jardim se configurou como um dos trampolins do modernismo, exemplificado pelo canteiro de obras experimental de 1921, em La Rue, distrito de Anderlecht, com 60 tipos de unidades operárias diferentes. As habitações tornaram-se um importante campo de pesquisas formais e técnicas, com a utilização de blocos pré-fabricados, estrutura e vedações, standardização de vigas em ferro ou em concreto armado e paredes de concreto magro executadas em formas reutilizáveis. *“Mais do que cooperativas de aluguel, o governo favorece a propriedade individual e a iniciativa privada, com um sistema de prêmios às construções e aquisições”* (CALABI, 2012, p. 233).

No que se pode considerar a segunda fase dos programas de habitação social (1919-1933/34), a Alemanha apresenta um quadro bastante particular e inovador, comparado a outros países de tradição urbanística consolidada, como é o caso da França ou da Grã-Bretanha, onde permaneceu o custo do transporte como fator de elitização da clientela atendida (Hall, 2011 *in*: Da Silva, 2008). Durante o período entreguerras, várias cidades alemãs empreenderam programas de produção de unidades habitacionais para trabalhadores, como: Colônia, Celle, Breslau, Hanover, Hamburgo, mas, segundo Da Silva (2008) dentre elas, as experiências de Berlim e de Frankfurt⁴¹ foram as mais significativas.

“Nesse país, desde a segunda década do século XX, havia uma formulação bastante clara da necessidade de uma política de socialização dos terrenos e da indústria da construção como forma de garantir um controle sobre os processos de especulação imobiliária. Em 1919, a Constituição de Weimar estabeleceu como incumbência do Estado nacional alemão a definição de uma política de gestão do solo, no intento de assegurar a generalização do direito a moradia” (TAFURI e DAL CO, 1991 *apud* DA SILVA, 2008).

163

Essa diretriz não chegou a ser efetivada em função da turbulência financeira e política que se seguiu, porém a formulação dessa questão no texto constitucional revela o grau de amadurecimento dessa problemática. Durante a década de 1920, ações de cooperativas de produção de moradias ligadas à central sindical foram desenvolvidas nas mais diversas localidades do país, viabilizadas financeiramente pelo banco sindical, se destinava aos trabalhadores sindicalizados (DA SILVA, 2008).

A experiência de produção de unidades habitacionais para trabalhadores em Frankfurt (figuras 197 e 198) foi dirigida por Ernest May, figura de projeção internacional na difusão da arquitetura moderna com participação efetiva nos CIAM. Teve vigência entre 1923 e 1930, quando 15.000 unidades foram produzidas, beneficiando 52.000 pessoas, num universo de cerca de 550.000 habitantes que a cidade abrigava naquela época (Tafari e Dal Co, 1991). Da Silva (2008) expõe que nesse caso, o valor dos aluguéis impediu o acesso das camadas mais desfavorecidas do operariado às uni-

⁴¹ No caso de Frankfurt, o programa foi bastante facilitado pela existência de considerável quantidade de propriedade fundiária pública, fruto de uma política de constituição de estoque de terras, desde o final do século XIX, além de recursos financeiros consideráveis provenientes de uma taxa de 15% da renda imobiliária dos imóveis construídos antes da primeira guerra. Vinte e cinco por cento do montante era destinado à promoção pública (Da Silva, 2008).

dades produzidas. *“Tanto no caso de Frankfurt quanto no de Berlim, a dimensão inovadora esteve ligada ao emprego de técnicas de produção industrializada e à estética modernista. Tanto uma quanto a outra constituíram o que se pode considerar como um dos primeiros laboratórios aplicados do movimento moderno internacional”* (DA SILVA, 2008).

Figura 197 - Ernst May - Römerstadt em Frankfurt construída entre 1927 e 1929
(Fonte: <http://historiadearquitecturamoderna.blogspot.com.br/>).

Figura 198 - Unidades habitacionais de Frankfurt em 1927 (Fonte: Bruna, 2010).

Na esfera privada, iniciativas patronais como as de Salt e Menier inspiraram inúmeros empresários em outros países a realizarem empreendimentos semelhantes, como Francisco Grandella em Portugal e Jorge Street no Brasil, os quais, por sua vez, também se tornaram modelo para outros empreendedores em suas localidades.

CAPÍTULO 2:
HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA

Industrialização e expansão urbana e demográfica portuguesa

Assim como nas demais cidades industrializadas europeias, entre 1870 e 1930, ocorreu em Lisboa uma expansão urbana para além dos núcleos históricos e novos bairros como: Estefânia, Campo de Ourique e o Bairro Camões, que foram acrescentados à cidade, em alguns casos por meio de companhias urbanizadoras, dentro de um processo que abriu a Avenida Almirante Reis e as conhecidas Avenidas Novas. No final do século XIX em Lisboa foram abertas avenidas, ruas foram pavimentadas, fizeram-se passeios e arranjaram-se jardins; construíram-se novos edifícios públicos: mercados, tribunais, teatros, escolas, hotéis, estações de trem, pavilhões de exposições; e foram implantados alguns importantes serviços públicos, como: coleta do lixo, rede de esgotos e água canalizada que melhoraram a higiene e a saúde pública; passou a existir iluminação pública, inicialmente a gás, e depois elétrica; apareceram os primeiros transportes públicos e a vida na cidade passou a ser mais cômoda, segura e saudável⁴².

Entretanto, as camadas mais pobres das classes trabalhadoras, entre elas o operariado, não tinham poder aquisitivo para viver nesses bairros, sendo obrigadas a viver em péssimas condições de salubridade, nas habitações improvisadas em antigos conventos, palácios abandonados e em construções abarracadas erguidas nos quintais de empreendedores, conhecidas como pátios. Assim, era necessária uma intervenção do Estado, que não disponibilizava recursos; ou a iniciativa de cooperativas e associações sem fins lucrativos, que precisava de apoio governamental, inclusive para conseguir disponibilidade de terrenos (PEREIRA, 1994, p. 510).

A vertente segregacionista daquele período determinou a existência de áreas às quais foram atribuídas funções específicas em Lisboa. Desta forma, se constituíram os primeiros bairros industriais, significativamente associados ao assentamento da habitação operária. Tomás (2007) afirma que:

“embora disseminadas por toda a área urbana, as Vilas acompanham a implantação das zonas de forte concentração industrial em particular ao longo do vale de Alcântara a ocidente e do vale de Chelas a Oriente, reforçando numa primeira fase a relação da cidade com o rio. Concentradas igualmente nos bairros antigos, num processo de densificação da malha urbana tradicional, estender-se-iam posteriormente para zonas de baixo valor fundiário na influência direta das primeiras, como foi o caso da escarpa dos Prazeres e Campolide a ocidente, Graça e Penha de França a oriente” (TOMÁS, 2007, p. 3).

Lisboa se organizou de acordo com parâmetros de funcionalidade entendida numa vertente abstrata enquanto cidade industrial. Tomás (2007) destaca que as obras do porto de Lisboa e a implantação das estradas de ferro⁴³, foram principais condicionantes do processo de urbanização e industrialização da cidade.

“O estabelecimento da rede de transportes acentua a relação com o rio, pois a área vocacionada ao comércio desenvolve-se na zona próxima ribeirinha dependente do tráfego fluvial, sobretudo o tráfego marítimo além Atlântico. Neste contexto é necessário atender às transformações sociais, culturais e econômicas que desencadearam os diferentes processos de formação/transformação sobre o tecido urbano” (TOMÁS, 2007, p. 3).

⁴² www.slideshare.net/jdlimaear/da-vida-nas-cidades.

⁴³ Tomás (2007) destaca em particular a Via de Cintura, juntamente com a definição do novo perímetro urbano através do traçado da 1.ª Estrada de Circunvalação de 1852, como importantes fatores no processo de urbanização e industrialização da cidade de Lisboa (TOMÁS, 2007, p. 7).

Assim como diversas cidades brasileiras e internacionais, a Lisboa industrializada cresceu sobre suas áreas mais antigas, num processo de adensamento, e se estendeu para a periferia de solo pouco valorizado e próximo das áreas industriais. Segundo Tomás (2007) paralelamente, a este fenômeno a cidade cresceu para o Norte pela vontade de uma classe social emergente, originando novos bairros residenciais de acordo com os preceitos urbanísticos higienistas: o edifício residencial de rendimento quando introduzido no tecido urbano, traria profundas transformações tipo-morfológicas na cidade de Lisboa (TOMÁS, 2007, p. 3).

Em Lisboa, a intervenção governamental em termos de promoção da construção oficial de vilas ou bairros operários tardou a acontecer, porém a Câmara Municipal não deixou de estar atenta, promovendo investigação por meio de visitas técnicas que culminaram em relatórios técnicos e edição de leis específicas com regras para a construção de unidades habitacionais, sempre com o objetivo de evitar problemas sanitários e epidêmicos, em consonância com as iniciativas realizadas na Inglaterra e França, em décadas anteriores, na edição de posturas sanitaristas que estabeleciam regras para edificação de vilas e combate aos cortiços.

A instabilidade sócio-política portuguesa do período adiou uma possível intervenção do Estado nesta questão, apesar dos inúmeros projetos lei que se sucederam ao primeiro Inquérito Industrial de 1881, e posteriormente no início do Século XX com o advento da República. Segundo Pinheiro (2005) em 1889 foi projetado o primeiro bairro de iniciativa municipal - o Casal do Rolão, que deveria ter sido construído no Calvário, o que não ocorreu. Poucos anos mais tarde, em 1896, o arquiteto Adães Bermudes⁴⁴ propôs a criação de uma sociedade promotora de habitações econômicas, para as classes trabalhadoras (PINHEIRO, 2005, p. 39).

Desta forma, a classe operária não foi alvo de qualquer política por parte da administração central ou municipal neste período e, o problema da habitação para as classes mais desfavorecidas se resolveu pela ação de construtores privados, os quais vislumbraram a possibilidade de rentabilidade de terrenos pouco valorizados, por meio do investimento de pequenos capitais em construção de habitações precárias - e em menor escala pelos próprios industriais, as sociedades filantrópicas e as cooperativas prediais⁴⁵. *"Inaugurando o programa da casa econômica e sadia, as construções le-*

⁴⁴ Arnaldo Redondo Adães Bermudes (Porto, 1 de Outubro de 1864 - Sintra, 18 de Fevereiro de 1948), mais conhecido por Adães Bermudes, foi arquiteto, professor de arquitetura e político português de origem galega que se notabilizou como um dos expoentes do movimento Art Nouveau em Portugal. Várias das suas obras foram premiadas, incluindo o prestigioso Prémio Valmor, estando entre as melhores realizações arquitetônicas do início do século XX em Portugal. Formou-se em arquitetura pela Academia Portuense de Belas Artes e pela École des Beaux-Arts de Paris, tendo sido professor da Escola de Belas Artes de Lisboa além de funcionário e dirigente do Ministério do Reino e depois do Ministério do Comércio e Comunicações. Foi destacado republicano e Maçon, Senador e Presidente interino da Câmara Municipal de Lisboa. Ao longo da sua carreira como funcionário do Estado, Adães Bermudes exerceu diversos cargos ligados ao planeamento e controle das obras públicas, com destaque para construções escolares. Entre outras funções, ocupou diversos cargos públicos de relevância entre 1899 e 1933, inclusive diretor do Serviço de Monumentos Nacionais do Ministério do Comércio e Comunicações. Além de alto funcionário e dirigente da administração pública, desenvolveu uma importante carreira como arquiteto de obras públicas e particulares, concebendo edifícios que se encontram pelo território português. O arquiteto criou um estilo próprio onde aliou traços de revivalismo, aliando influências dos estilos Manuelino e Barroco com elementos decorativos contemporâneos, levando a uma versão simplificada do estilo Art Nouveau, sendo um dos principais divulgadores deste estilo em Portugal. Em 1897 foi responsabilizado pela concepção do Bairro do Arco do Cego, o qual realizou recorrendo ao conceito de *cidade-jardim* (http://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaldo_Redondo_Ad%C3%A3es_Bermudes).

⁴⁵ Segundo Tomás (2007) as Companhias e Sociedades Construtoras eram constituídas por sociedades anônimas de acionistas, visando à obtenção de lucros com os empreendimentos imobiliários. Destacam-se a Cooperativa Popular de

vantam-se inicialmente sob a responsabilidade de dois tipos de senhorios: os donos de fábricas e armazéns; os modestos e ricos proprietários de terrenos urbanos. No primeiro caso as habitações destinam-se prioritariamente aos operários das empresas, rentabilizando e fixando a mão-de-obra” (TOMÁS, 2007, p. 4).

A intervenção do Estado ocorreu apenas em 1918 com a criação de legislação específica, seguida dos primeiros bairros sociais - o bairro da Ajuda (Boa Hora) e o bairro Arco-do-Cego. Pinheiro (2005) destaca que

“o problema da habitação operária, (que vinha agravando desde o final do século XIX com os Pátios e Vilas, muitos deles insalubres e degradados) e o aumento crescente dos bairros de construção precária sem condições de conforto ou higiene, constituiu um problema que pela sua dimensão só era possível resolver com uma intervenção direta do Estado. Em 1933 foi criada legislação que permitia o enquadramento legal para essa intervenção” (BAPTISTA, 1999 apud PINHEIRO, 2005, p. 40).

A construção de vilas foi proibida na cidade de Lisboa em 1930 por meio de um regulamento camarário que as definia como: *“grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer direta, quer indireta, com a via pública por meio de serventia”*. Portanto, espaços à margem dos arruamentos, construídos muitas vezes no interior dos quarteirões (PEREIRA, 1994, p. 512).

Desta forma surgiu o programa das casas econômicas que levou à construção, pelo poder público, de vários bairros sociais em Lisboa até os anos 1970, de forma sucessivamente diversificada. Segundo Pinheiro (2005)

“As crescentes exigências de qualidade, os sucessivos programas postos em funcionamento, as várias políticas de habitação adotadas e os diferentes agentes que viriam a intervir na promoção e construção de habitação, levaram a que o próprio conceito de habitação social se fosse modificando desde os primeiros empreendimentos até o momento presente” (PINHEIRO, 2005, p. 40).

Cotidiano operário de Lisboa:

Assim como em outras cidades industrializadas europeias, a maioria da população urbana do século XIX em Lisboa pertencia às classes populares, cujas condições de vida não eram as melhores. Para sobreviver, trabalhavam desde crianças em atividades duras e mal pagas.

“Iam as mães apresentá-los de seis a sete anos (...). De inverno, ao romper da manhã, já os pequenitos esperavam, debaixo de chuva ou congelados pelo frio, que abrisse o portão da fábrica. (...) Tinham de levantar às duas horas da noite e vir descalços e rotos, tirintando, às vezes encharcados, para chegarem ao toque da sineta (...). Era uma fábrica de estamparia e tinturaria (...) davam tinta aos estampadores (...) lavavam fazenda nos tanques, metidas na água à temperatura de 4 graus (...). À hora das refeições nunca vi nenhum deles tomar um caldo. Pão e sardinha frita: era o invariável menu” (SILVA PINTO, 1896, p. 35-37).

Os operários (figura 199) trabalhavam nas fábricas mais de 12 horas por dia, recebiam salários baixíssimos e tinham uma vida muito dura, sendo que as mulheres e as crianças ganhavam muito me-

Construção Predial (1893), a Cooperativa e Instrução (1898) e a Ocidental 1º de Janeiro (1901). No quadro associativo, foi evidente o papel da Companhia Comercial Construtora, criada em 1890, que construiu o Bairro Operário dos Barbadiños concluído em 1892 (TOMÁS, 2007, p. 4).

nos que os homens. Todos estavam sujeitos a acidentes de trabalho e corriam constante risco de serem despedidos⁴⁶.

Em Lisboa, as profissões mal remuneradas iam dos operários às criadas, ou de empregados de balcão a escriturários, e surgiram novas profissões como: carteiros ou empregados dos transportes públicos. As precárias condições de trabalho e os baixos salários não permitiam às classes populares viver com conforto: a alimentação era pobre; o vestuário adaptava-se à sua profissão; o tempo para distração era pouco, restando frequentar as tabernas ou apenas as conversas na rua. Por conta disso, cansados das condições de vida indigentes os operários começaram a organizar as primeiras associações e a fazer as primeiras greves (figura 200), nascendo assim um novo grupo social⁴⁷ em Portugal: o Operariado⁴⁸.

Figura 199 - Operários de uma metalúrgica lisboense no final do Século XIX. (Fonte: Arquivo Fotográfico).

Figura 200 - A greve das varinas. Marcha pelas ruas de Lisboa por melhores condições de vida no início do Século XX (Foto: Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico).

Segundo o Boletim do Trabalho Industrial editado a partir de 1906, pela Repartição do Trabalho Industrial da Direção Geral do Comércio e Indústria em Lisboa: *“geralmente os operários (...) são atacados pela falta de ar e padecem do estômago e rins, além da inflamação nos olhos, de que alguns têm cegado. Não é raro que de tempos a tempos um companheiro seja atacado de paralisia, e alguns que nos últimos tempos têm morrido foram vitimados pela pneumonia, pleuresia e tuberculose”* (SIMÕES, 1910, p. 49).

⁴⁶ <http://retalhosdehistoria.blogs.sapo.pt/821.html>.

⁴⁷ *“O movimento operário português manifestou-se, essencialmente, pela fundação de associações, de jornais operários e pela realização de greves. A evolução do movimento associativo foi marcada, numa primeira fase, pela implantação da República Democrática e Social francesa de 1848 e pelo triunfo do socialismo utópico; numa segunda fase, foi marcado pelas repercussões da Comuna de Paris de 1871 e pela filiação do operariado português na Associação Internacional dos Trabalhadores, tutelada pelo socialismo científico. A partir de 1871, as associações perderam o seu carácter interclassista (congregavam então intelectuais, elementos da pequena burguesia e do operariado) para se tornarem associações de classe (da classe operária), mas estas tinham uma feição predominantemente mutualista. Como associações de socorro mútuo, prestavam apoio económico, instrução e assistência na doença e na invalidez aos seus associados. Numa terceira fase, até finais do século, as associações de classe foram-se transformando, progressivamente, de mutualistas em sindicais. Por intermédio da imprensa operária, as associações expunham a sua ideologia, denunciavam as injustiças sociais, apresentavam as suas reivindicações de classe. Através das greves, lutavam por melhores condições de vida e de trabalho dos operários. Foi da dinâmica do movimento associativo que nasceram o sindicalismo e os partidos socialista e anarquista. Posteriormente, o movimento operário anti-capitalista inspirou-se nas próprias ideologias socialista, anarquista e sindicalista”* (www.portugal-tchat.com/forum/do-liberalismo-ao-da-monarquia-1820-1910/3627-movimento-operario.html).

⁴⁸ www.slideshare.net/jdlimaear/da-vida-nas-cidades.

Segundo Graça (1999), nos seus comentários introdutórios, o Chefe da Repartição do Trabalho não esconde o drama do cotidiano operário e as suas queixas contra a ‘carestia da vida’ e a ‘lei de bronze do salário’, transformada em ‘lei da fome’:

“A família operária composta de 5 pessoas, em média, vive dificilmente, com o salário que recebe’ (...). As rendas absorvem uma parte importantíssima do salário. Acumulam-se em pátios, em moradas repugnantes, as famílias pobres. Para atenuar a dificuldade de pagamento, unem-se frequentemente na mesma casa mais de uma família. Que grandes males de ordem física e moral resultam de tudo isto ! (...); ‘Os industriais, num grande número de casos, não podem aumentar-lhe a remuneração. O capital tem uma taxa de juro elevada entre nós. Os operários, clamando que a lei de bronze do salário se converte em lei de fome, afirmando que não lhes fica do que ganham com que satisfazer a outras necessidades da vida além da magra e escassa alimentação e aluguel da casa, tem sobejos motivos para protestos” (GRAÇA, 1999).

O lar e a vida cotidiana da família operária portuguesa:

Antes de analisarmos as condições de vida nas habitações operárias de Lisboa, julgamos importante perceber como viviam os trabalhadores antes de sua transferência para a cidade, ainda na zona rural, no século XIX. Cascão (2011) demonstra que o quadro da habitação rural portuguesa era deprimente em muitas áreas, apresentando condições de privação acentuadas. As casas dos camponeses pobres eram geralmente muito antigas, e as mais recentes, raramente respeitavam a legislação sobre construções que regulava a zona urbana. O autor cita casos extremos de ausência de condições dignas de habitação, como as choças encontradas em Castro Laboreiro onde se alojavam os ‘pobres párias, os filhos da serra’ (VIEIRA, 1886 *apud* CASCÃO, 2011, p. 34).

“Estes abrigos quase naturais, feitos de pedra toscamente talhada e sem outro revestimento que não fosse o colmo, eram verdadeiras ‘cubatas’⁴⁹, sem luz nem ar e com o piso em terra batida. Como a grande preocupação era a defesa contra o frio, as aberturas eram poucas e a atmosfera tornava-se imprópria e viciada devido à acumulação do fumo. O preenchimento do ‘sórdido’ interior limitava-se ao indispensável. Uma cova aberta na terra servia de lareira, à volta da qual se distribuíam os toscos objetos de cozinha e dormiam todos os membros da família, na maior promiscuidade. O leito era improvisado com barrotes de madeira unidos em ângulo reto, que formavam um quadrilátero onde se apoiava a ‘cama’; a um dos barrotes era afixado um banco; a outro um quadrado que servia de guarda-roupa; não eram usados lençóis, havendo apenas grosseiras mantas de burel. As paredes exteriores raramente eram limpas” (CASCÃO, 2011, p. 34).

Cascão (2011) segue a descrição da moradia rural meio século após, onde as condições gerais haviam melhorado e o mobiliário tinha-se diversificado:

*“Além das camas (de pinho e ferro), dos bancos (em geral sem costas), dos toscos armários, da inevitável masseira e das arcas de castanho, aparecia, por vezes, uma máquina de costura Singer, sinal de modernidade. Os utensílios cingiam-se ao fundamental; potes de ferro fundido, peças de talher (garfos, colheres e poucas facas), louças (pratos, travessas, copos, garrafas, malgas e alquidares), almotolias, um caneco para a água, uma peneira, material de iluminação (um lampião e uma candeia). No entanto, o ambiente, que nem sempre era de pobreza, era sempre ‘inconceivelmente desconfortável e nojento” (BASTO & BARROS, 1943 *apud* CASCÃO, 2011, p. 34-35).*

⁴⁹ Habitação precária encontrada no continente africano. Maiores detalhes sobre a cubata serão encontrados na segunda parte deste trabalho.

Ainda na década de 1940, segundo Cascão (2011), no Soajo persistia o costume de toda a família dormir no mesmo cômodo. O 'Inquérito à Habitação Rural' de 1943, informa sobre um caso em que havia apenas uma cama de ferro e um tabuleiro de madeira, onde sete pessoas dormiam: o pai e três filhos na cama maior, e a mãe e as duas filhas no tabuleiro (Basto & Barros, 1943 *in* Cascão, 2011, p. 35). O autor cita também casos frequentes de aglomeração de pessoas em pequenos espaços por toda a região do Minho, onde não havia latrinas dentro ou fora das casas, e as defecações eram realizadas em campo aberto; e também não existia sistema de saneamento, público ou privado. A figura 201 ilustra como se morava em algumas áreas do Minho, há cerca de cem anos. O cômodo principal da casa de um lavrador servia de cozinha, sala de jantar e de dormitório. Objetos, utensílios e mobília eram bastante simples, como o berço que aparece ao centro, onde dorme uma criança (Ilustração Portuguesa, II série, 1906, p. 284 *apud* Cascão, 2011, p. 35). Já, na figura 202, a refeição na casa de um modesto lavrador minhoto mostra a união da família, apesar da falta de conforto da habitação, a mesa tosca e a polivalência do local onde se toma o 'caldo de couve galega, alguns feijões e um fio de azeite, e come-se pão de milho e sardinha' (Ilustração Portuguesa, II série, nº9, 1906, p. 284 *apud* CASCÃO, 2011, p. 80).

172

Figura 201 - Casa de lavrador no Minho (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa *apud* Cascão, 2011).

Figura 202 - Refeição em casa de um modesto lavrador minhoto (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa *apud* Cascão, 2011).

Nas zonas rurais de Trás-os-Montes não eram muito diferentes as condições de habitação. Segundo Cascão (2011):

“As casas apresentavam-se em deplorável estado de conservação, pois as paredes de xisto eram de má qualidade, o revestimento de argamassa fraco ou inexistente e poucas divisões recorriam ao uso de madeira, ou aliás, de caixotes que tinham servido para o transporte da sardinha. Para combater o frio, no inverno, as famílias dormiam no compartimento que servia de cozinha, mais quente e menos desconfortável do que o quarto. Por vezes, usavam-se como espaços de habitação humana antigas pocilgas, sujeitas a mínimas obras de reconversão” (CASCÃO, 2011, p. 35).

Assim como nas zonas rurais da Inglaterra e da França, no Norte de Portugal as famílias agricultoras ainda viviam em grande proximidade com os animais, não raro, morando por cima das divisões destinadas aos irracionais, desde a Idade Média (CASCÃO, 2011, p. 35).

Em contraponto com a falta de privacidade no lar rural, principalmente nas maiores cidades portuguesas, desde meados do século XVIII e durante o século XIX, foi desenvolvida uma tendência, no sentido da delimitação e apropriação dos espaços, que culminou na separação entre a vida privada e a esfera pública. Segundo Cascão (2011), houve então um processo de progressiva separação física e afetiva da família em relação ao restante da sociedade representada por vizinhos, parentes, criados, patrões e colegas de trabalho.

“A família nuclear, limitada aos pais e filhos solteiros (figura 203), generalizou-se. Ao mesmo tempo, a casa passou a ser considerada como uma espécie de ‘muro da vida privada’ ou ‘reduito da intimidade’, servindo de resguardo aos atos mais recônditos, onde cada um procurava realizar a sua felicidade individual e concretizar os seus desejos e aspirações. Deu assim o ‘nascimento do íntimo’. O desejo de intimidade, mesmo em relação aos parentes próximos, encontra-se bem patente em alguns provérbios como ‘Quem casa, quer casa’, ‘Casamento, apartamento’, ‘Antes de casar, arranja casa para morar’ e outros” (CASCÃO, 2011, p. 22).

Por outro lado, afirma Cascão (2011), que a casa como muro protetor do recato familiar apresentava característica frágil e permeável, quando cita a obra de Camilo Castelo Branco (1864) ‘Amor de Salvação’ na qual se destaca a frase ‘os costumes da casa um dia vão parar à praça’. *“Disso se apercebeu Camilo, ao mostrar a facilidade com que a vida íntima era devassada pela indiscrição e pela má-língua (...) de toda a evidência que não há ali coisa mais nua, mais pública e assoalhada que tudo quanto se chamam particularidades da vida privada” (CASCÃO, 2011, p. 22).*

Os limites da inviolabilidade do domicílio português foram discutidos na Câmara dos Deputados em 1827, quando era defendido que, em termos absolutos, deveriam ser garantidos durante a noite. Para o deputado Soares de Azevedo, a casa era entendida como um ‘asilo’, já que permitia ao cidadão:

“a situação mais aprazível que o homem pode desfrutar na Sociedade, gozando no centro de sua Casa e nos braços de sua Família (figura 204) de todas as doçuras do descanso, sem receio de poder dela ser arrancado, nem mesmo se incomodado de maneira alguma (...) a Casa do Cidadão deve ser um verdadeiro e inviolável asilo para o Cidadão probo e virtuoso, mas não um baluarte para o homem perverso e malfeitor, ou perturbador da ordem e do sossego Público” (CASCÃO, 2011, p. 22).

Mais de um século depois, a importância social e política da casa era também destacada em discurso parlamentar do Deputado Amaral Neto em 1953. *“A habitação é a segunda das necessidades essenciais da existência, que dentro dela se passa em grande parte: nem onde os homens vivem nus, vivem sem casas. Decorre da própria natureza das coisas humanas que a sua qualidade há de, pois influir no corpo e no espírito do habitante (...)”.* Uma casa ‘acanhada e insalubre’ teria consequências perniciosas sobre os seus habitantes, enquanto uma habitação asseada teria efeito ‘revigorador’ e moralizador. Desta forma, a habitação com boas condições serviria como uma escola de virtudes morais e cívicas, além de fortalecer o amor à Pátria: *“a habitação, a que a alma portuguesa prefere chamar lar doméstico. (...) o berço, o asilo, o refúgio da família. (...) a casinha que se habita é para o indivíduo o que o solo, o clima, a luz e o calor são para a vida de todas as coisas. (...) Na verdade, é ali que se criam as condições essenciais da vida, porque é ali, naquele recinto quase sa-*

grado, que nascem e se desenvolvem os mais altos sentimentos que tomam a alma do homem em anseios de generosa e reconfortante solidariedade” (CASCÃO, 2011, p. 23).

Figura 203 - Família humilde de origem camponesa no Cais da Ribeira em Lisboa em 1897 (Fonte: <http://jimgs.fotosblogue.com/>)

Figura 204 - As varinas, vendedoras de peixe em Lisboa, com seus filhos pequenos em 1898 (Fonte: <http://jimgs.fotosblogue.com/>)

O assunto prossegue no manual ‘Hygiene da Habitação’ (Corazzi, 1883) no qual os especialistas aconselhavam que, para os dormitórios, deveriam ser escolhidas as melhores áreas, obedecendo aos requisitos de dimensionamento e boa exposição à luz e ao ar, por ser um espaço onde as pessoas passavam boa parte do tempo. Para Cascão (2011), na prática, as coisas eram diferentes, pois qualquer lugar era considerado bom, mesmo os mais inapropriados. *“Para quarto de dormir eram muitas vezes destinadas as divisões mais úmidas e mal iluminadas, enquanto as melhores serviam de salas de recepção”*. Também era recomendado o cuidado na colocação das instalações destinadas à coleta de lixo, uma vez que era prática generalizada o uso de pias de despejo nas cozinhas, destinadas a receber a água e o esgoto. O autor cita como exemplo, um trecho do periódico ‘As Farpas’ (IX, cap. XIX):

“As casas do centro de Lisboa, de uma uniformidade celular, monótona (...), sem pátio, sem uma árvore, sem uma folha de verdura fresca e palpitante, tendo por âmagão o saguão sombrio e infecto, com a ultrajante pia no interior da cozinha, ao lado do fogão, por baixo das caçarolas, com alcovas sem luz, enodoadas pelas manchas dos canos rotos, infeccionados pelo cheiro nauseabundo do petróleo e da alfazema queimada, são os sepulcros da saúde e da alegria” (CASCÃO, 2011, p. 24).

No final do século XIX, poucas casas em Lisboa estavam equipadas com vasos sanitários que oferecessem condições de higiene, e quando havia, não deveriam ser instaladas próximas aos dormitórios, para impedir a propagação de emanções desagradáveis. As privadas deveriam ser instaladas em locais bem arejados, iluminados e orientados, preferencialmente fora da casa, de acordo com as regras impostas pela legislação municipal sobre as canalizações internas e no sistema. Como frequentemente as regras não eram seguidas, eram comuns nas casas de Lisboa, as ‘exalações fétidas, incômodas e insalubres’. Cascão (2011) informa que no século XIX, o banheiro ainda era raridade em Portugal, existindo somente nas habitações pertencentes à elite. No periódico ‘As Farpas’ (XII, cap. I), fica evidente o problema da falta de higiene em Lisboa: *“Os médicos receitam banhos a*

toda a gente. (...) Lisboa não se banha durante o inverno. Entrai nas três casas de banhos (públicos) que existem para uma população de 300.000 corpos. Achá-las-eis desertas. De seis em seis meses os habitantes mudam de casa e passeiam nas ruas os seus móveis; (...) há uma coisa que se não vê nunca (...) uma banheira!"⁵⁰ A aversão ao banho já era antiga em Portugal, segundo Cascão (2011), comprovada em testemunhos de autores nacionais, como o Dr. Nilo (1848), e estrangeiros, como A.P.D.G. (1826), o qual considerava que nove entre dez mulheres portuguesas nunca tinham tomado banho depois do batismo. Somente muito tempo depois, os banheiros se tornaram habituais em Portugal (CASCÃO, 2011, p. 25; 26).

Inquéritos sobre as condições habitacionais eram dirigidos mais atentamente aos casebres do pobre, camponês ou operário. Segundo Cascão (2011), geralmente as descrições apontam as mesmas deficiências, como: superlotação do espaço, a falta de ar e luz natural, acúmulo de detritos e sujeira (por escassez de água e falta de coleta de lixo domésticos), habitação degradada (devido aos fatores anteriores e por causa da utilização de materiais de má qualidade). Nas duas maiores cidades portuguesas havia zonas com más condições de habitação. Na cidade do Porto, as 'ilhas' (figuras 205 e 206), aumentaram significativamente na metade do século XIX, embora já existissem 200 registradas em 1832, época do Cerco do Porto. Higienistas como Ricardo Jorge denunciavam as consequências de tal proliferação.

"Em 1890, havia 550 'ilhas' no porto, contendo 7.000 casas e abrigando 20.000 pessoas (cerca de 15% da população); em 1899, 1048, abrangendo 11.129 casas, mais de ¼ do parque habitacional da cidade onde se alojavam cerca de 50.000 pessoas (perto de 30% da população); em 1909, o número de 'ilhas' andava pelas 1200 (com 12.000 fogos); em 1929, eram 1301 (com 14.676 casas). Subsistiam ainda cerca de 13.000 habitações situadas (com 14.676 casas). Subsistiam ainda cerca de 13.000 habitações situadas em 'ilhas' no ano de 1939; em 1950, ainda sobreviviam cerca de 600 ilhas, mais da metade das existentes meio século antes" (CASCÃO, 2011, p. 30).

Figura 205 - 'Ilha' dos Tanques no Porto (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa *apud* Cascão, 2011).

Figura 206 - 'Ilha' do Cabo da Secção no Porto. Entrada a partir de escadaria íngreme (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa *apud* Cascão, 2011).

⁵⁰ As constantes mudanças foram documentadas em 1846. Ao fim de cada semestre, em junho e dezembro, muitas famílias, por vezes desesperadas, buscavam novos lugares para morar. *"Era o momento de visitar as casas com escritos e de encomendar aos moços de fretes e galegos o transporte de 'enormes caranguejolas de móveis coxos', de 'macas cheias de colchões' e de carroças atulhadas de catres"* (CASCÃO, 2011, p. 32).

As 'ilhas' do Porto eram situadas atrás das habitações de classe média, sem acesso direto a partir da rua, com a entrada através de corredores estreitos que atravessavam no térreo as casas no alinhamento. Por norma, as 'ilhas' eram casas térreas, com áreas reduzidas, sem as mínimas condições de conforto ou higiene, onde se aglomeravam famílias inteiras, de origem humilde. Além das 'ilhas' insalubres, em outras áreas da parte central, como: Sé, São Nicolau, Miragaia e Massarelos, também havia habitações de péssima qualidade. *"A maioria das casas tinha vários andares, habitados por numerosas famílias, onde a falta de luz, o ar viciado, a umidade, a má qualidade das divisórias internas (muitas feitas de tabique pouco consistente e facilmente deteriorável) e a degradação das canalizações tornavam a vida dos moradores em martírio"* (CASCÃO, 2011, p. 31).

Em Lisboa a situação habitacional, no final do século XIX, também deixava a desejar, à medida que a industrialização avançava e a população crescia progressivamente. Os proprietários perceberam a possibilidade de explorar o alojamento de forma mais lucrativa, construindo casas abarracadas nos quintais de suas próprias moradias, com o objetivo de alugá-las a trabalhadores como artesãos e operários. Também porões insalubres, velhos conventos e antigos solares e palacetes passaram a ser alugados em frações, sendo na maioria das vezes apenas um cômodo exíguo, configurando os 'pátios'. Boa parte das classes trabalhadoras instalava-se em espaços precários, procurando sobreviver e contribuindo para a urbanização desorganizada da cidade. O panorama sanitário em Lisboa era assim descrito na revista 'Ilustração Universal' de 26 de junho de 1884: *"A canalização impossível e irremediavelmente condenada por todas as prescrições da ciência, e aglomeração da população em imundas mansardas que são a irrisão de todos os preceitos de higiene, fornecem à estatística da mortalidade alguns algarismos assustadores"* (Ilustração Universal', 1884 apud CASCÃO, 2011, p. 31-32).

Na metade do século XIX, segundo Cascão (2011), a situação já se encontrava desta forma em Lisboa. As casas aparentemente bem construídas e com fachadas consideradas elegantes reuniam muitas carências:

"quando se observam em seus interiores, acham-se mal divididas, com poucas e insignificantes acomodações, com pequenas salas e quartos, e com os despejos dentro, e as traseiras faltas de luz; o que as torna doentias. Os estreitos saguões lhes empatam o ar e a luz; o que junto aos vapores, que os ventos trazem do mar pelos canos, principalmente reinando vento sul, origina ou agrava muitas moléstias" (Revista Universal Lisbonense, 14/11/1844 apud CASCÃO, 2011, p. 31).

Os 'pátios' (figura 207) espalhavam-se por toda Lisboa, nos bairros populares e nas freguesias com predominância burguesa, como São Bento, Santa Isabel e Lapa. *"Se a rua era um prolongamento natural da habitação, local de trabalho, de contato diário entre vizinhos e de diversão, o 'pátio' era o símbolo da fraternidade entre pobres, embora nem sempre a harmonia fosse perfeita"*. No início do século XX em 1911, o escritor Albino Forjaz de Sampaio, na obra 'Lisboa Trágica', caracterizava a cidade como 'um dos círculos do inferno de Dante', onde *"não se vivia nem se morava, apenas se habitava, por efeito da rotina, porque a vida era envenenada e devorada pela sujidade, pela miséria, pelas mil chaminés das fábricas. Só existia a 'casa gaiola, a casa beliche', que aprisionava os*

seres humanos, a casa 'com paredes de cartão' (permitindo ouvir a 'miséria carpir-se do outro lado') e prédios com a altura da torre de Babel'" (Sampaio, 1940 *apud* Cascão, 2011, p. 34).

Em meados do século XIX, a situação precária de moradia dos 'pátios' de Lisboa (figura 208) era mencionada pela Revista Municipal Lisbonense:

"São os pátios uma espécie de ilhas encobertas, que ainda se encontram (posto que já foram em maior número) no meio deste mare Magnum de ruas e gentes chamado capital. (...) Num labirinto mais ou menos amplo de barracas, pardieiros, pocilgas, ruínas e entulhos, vive um formigueiro humano, onde a miséria, o vício e o crime se revezam, se perpetuam, e permutam entre si os seus reflexos escuros e aborrecidos; - ali o sol não penetra senão a custo; a civilização nada; a religião com a tumba, e a polícia em algum caso extremo (...)" (Revista Municipal Lisbonense, 27/04/1943 *apud* CASCÃO, 2011, p. 32).

Figura 207 - Pátio do Carrasco (Autor: Alfredo Roque Gameiro, 1925).

Figura 208 - Pátio do Peneireiro (Autor: Alfredo Roque Gameiro, 1925).

A vida dos habitantes pobres nos pátios lisboenses no início do Século XX não era fácil, nem mesmo confortável, segundo o relatório do 'Inquérito dos Pateos de Lisboa' de 1902, quando foi apresentada a seguinte situação: à maioria dos pátios *"faltam, pois, condições de higiene e salubridade para serem habitados, e só a muita miséria e falta de recursos leva seus infelizes moradores a abrigarem-se em tais espeluncas, sem ar puro, sem luz, nem possível asseio"* (Montenegro, 1902). Ainda em meados do século XX, os 'pátios' continuavam a alojar muitos habitantes, segundo Cascão (2011), entre 50 a 100 pessoas, em: 'casas pequeninas, como gaiolas de pintassilgos', que formavam uma *"colmeia humana zumbidora, com seus risos e as suas lágrimas, sob a cruz do destino"*. Por conta da proximidade, estabelecia-se facilmente o conflito entre a vida privada e a vida pública, destacada pela revista 'Mundo Gráfico' como: *"retalhos pitorescos de arquitetura, onde, por vezes há flores, poesia e aquela ternura que nasce do convívio íntimo em que a vida de cada um é a vida de 'todos'"* (Mundo Gráfico, 15/04/1943 *apud* CASCÃO, 2011, p. 32).

A imprensa e o cinema, conforme aponta Cascão (2011), algumas vezes tentavam passar uma imagem mais digna da vida cotidiana nos 'pátios' de Lisboa, com frases e imagens que desvalorizavam as duras condições de vida dos seus habitantes, como no artigo intitulado 'Mais perto do céu' da revista Mundo Gráfico: *"Sobre os telhados de Lisboa há uma vida pitoresca e humilde. A janela*

da mansarda é sempre curiosa. (...) Esta casa em plena cidade tem qualquer coisa de mourisco. E a mansarda é o arranha-céus dos pobres". E também usando uma linguagem paradoxal: *"uma região tranquila de pitorescas trapeiras quase inabitáveis e com muitas soluções de continuidade"* (Mundo Gráfico, 15/11/1942 *apud* Cascão, 2011, p. 33).

Uma descrição interessante sobre a vida cotidiana contemporânea nos pátios de Lisboa é destacada por Leite (1991):

"No pátio substitui-se a casa pela rua e a rua pela casa: se o tempo promete, os habitantes passam as horas mortas sentados numa cadeira ou banco no terreiro; uma mulher prepara a comida para o gato, outra alimenta os seus periquitos; a avó dá de comer ao neto, que guarda durante o dia; nos tanques lava-se a roupa; a costura e o tricô são a oportunidade para mais um dedo de conversa; um velhote apanha o fresco da tarde, as pernas já não o deixam ir à taberna mais próxima; as crianças jogam à bola, brincam com carros e bonecas, andam até de bicicleta. As portas, uma janela ou simplesmente o postigo estão sempre abertos para o pátio. Neste, os cheiros dos cozinhados misturam-se com os sons da rádio ou da televisão; ouve-se a mãe a ralar com o filho e uma vizinha a pedir emprestado um bocado de farinha, enquanto outras falam de postigo para postigo. O que pensam os habitantes do sítio onde vivem: os moradores mais antigos nunca seriam capazes de abandonar o pátio, muitos ali começaram a namorar à janela - tempos que já lá vão; nostalgicamente, alguns queixam-se do estado degradado de suas casas e de o seu pátio, 'coitado', estar velho; outros não escondem o orgulho de ali morarem desde que nasceram, há 50, 60 ou 80 anos. O pátio é um microcosmo onde tudo parece poder existir e suceder" (LEITE, 1991, p. 105-106).

Figura 209 - Pátio do Prior
(Autor: Alfredo Roque Gameiro, 1925).

Figura 210 - Convívio em um pátio de Lisboa (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa *apud* Cascão, 2011).

Nos pátios (figura 209), onde não se podia ter um jardim, os moradores criavam espaços para cultivar flores (craveiros, sardinheiras e manjericos) em latas enferrujadas, postas nos peitoris das janelas, ou formavam jardins suspensos na vertical, entre os pavimentos, às vezes subindo até o telhado. *"A luta por uma certa dignidade, nestas habitações degradadas, fazia-se também através do*

investimento no arranjo dos interiores domésticos, havendo casas em pátios com cobertas de chita, cômodas de mogno e flores de papel” (CASCÃO, 2011, p. 25;26).

Com algumas exceções os pátios lisboetas são ainda muito habitados (figura 210). E segundo Leite (1991) *“mais do que qualquer rua, praça ou beco, são organismos vivos inscritos no avesso do tecido urbano porque se voltam para dentro. Esta peculiar estrutura, tal como qualquer núcleo habitacional da cidade de pequena escala, condicionou o modo de vida das suas gentes, independentemente da sua origem ou condição social”*. Segundo a autora, os pátios de Lisboa são aglomerados atípicos e atemporais, sendo sua variedade e diversidade os elementos que lhes dão força e vitalidade (LEITE, 1991, p. 105).

Em meados do século XX, em Lisboa havia também cerca de 10.000 barracos clandestinos, construídos com lata e caixotes velhos, além das furnas da serra de Monsanto. Segundo Cascão (2011), as condições de vida nesses locais eram tão deprimentes que faziam os pátios aparentar relativa dignidade, uma vez que naquele período, vivia-se em qualquer local, em situações degradantes, como vãos de escada e outros locais insólitos, principalmente em Alcântara, Cascalheira, Comendadeiras e Casal ventoso. Em 1953 um deputado discursou na Assembleia Nacional citando um caso extremo: *“A família dorme num portal. No pavimento dormem os pais e uma velhinha. E as crianças onde dormem? Onde dormem as crianças? A miséria é criadora. O pai de família suspende do teto um estrado de cinco tábuas e à noite arruma ali os cinco filhos...”* (CASCÃO, 2011, p. 33).

Para além das cidades de Lisboa e do Porto, as condições de habitação não eram tão graves em Portugal, como afirma Cascão (2011). As exceções se localizavam em centros industriais como Gouveia, onde em 1942 havia *“casas em ruínas, casebres infectos (sem higiene, sem sol nem ar), paredes enegrecidas, compartimentos minúsculos, sem janelas, feios e bafientos, pocilgas insalubres, velhas catando-se à porta, crianças brincando em ruelas estreitas e imundas, homens afundados no vício e no jogo”* (CASCÃO, 2011, p. 34).

Os Pátios de Lisboa:

Segundo Leite (1991) a origem dos Pátios em Lisboa (ainda Al Usbuna) remonta ao período de ocupação muçulmana⁵¹ no Século VII, de acordo com a valorização de comportamentos propugnados pelo Corão, como o intimismo: *“As casas tem fachadas pobres porque se viram para o pátio, sendo as riquezas, espirituais e materiais, vividas recatadamente nos seus interiores; os pátios na cidade árabe eram pequenos mundos familiares, construídos para uma sociedade com marcante carácter comunitário, de forte cariz mediterrâneo”*. A autora atribui ao clima ensolarado de Lisboa a determinante para a definição de recintos fechados e voltados de costas à luz e ao calor, assim como na Espanha, Itália, Grécia e norte da África, apesar dos pátios lisboenses terem desenvolvido características peculiares (LEITE, 1991, p. 11).

⁵¹ *“Fazendo tábua rasa da muito destruída cidade romana e visigótica, (Olissipo) os árabes construíram (ou reconstruíram) uma alcáçova (fortaleza) no alto da colina hoje chamada de São Jorge, uma cinta de muralhas, e povoaram o espaço com um casario apinhado, onde se multiplicavam, numa organização espacial hierárquica, as ruas, as vielas, os becos e os pátios. Neste tecido urbano denso e recortado que foi já comparado com um banco de coral, além das ruas, os pátios são as únicas manchas por urbanizar”* (LEITE, 1991, p. 11).

Após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1179, que fundara a nação portuguesa, e a consequente expulsão dos árabes do território, a cidade de Lisboa⁵² extravasou as antigas muralhas, dispersando-se abaixo da colina do Castelo e pela Alfama, onde a população já numerosa vivia em casas com quintais ou hortas anexos, sem a presença dos pátios. Leite (1991) afirma que o pátio do período medieval é uma continuação do pátio árabe, seguindo os mesmos princípios urbanísticos e sociais comunitários, sendo que até mesmo aqueles quintais e hortas foram transformados em novos pátios, aproveitando-se as áreas disponíveis (LEITE, 1991, p. 11).

Apenas a partir da instalação da corte no Palácio da Ribeira⁵³ no Terreiro do Paço, entre o final do século XV e início do XVI, surgiram novos tipos de pátios ou os já existentes passaram por mudanças. A mudança do centro político e administrativo para a beira do rio Tejo criou infraestruturas ligadas às viagens marítimas e ao comércio na Ribeira, esta junto à área urbana medieval do Rossio, que se comunicava com a zona rural, onde os senhores de terras que viviam em seus palácios nas fazendas, passaram a abandoná-los e a construir outros novos, próximos à Ribeira e ao Rei (LEITE, 1991, p. 14).

Leite (1991) destaca que:

“com tudo isso, os pátios vão perder o intimismo recatado para participarem no rebuliço da grande capital dos descobrimentos. Contudo, as alterações mais significativas dão-se no casco antigo, onde os pátios começam a ser ocupados, tal como toda a colina, Alfama e Mouraria, por uma franja da população mais pobre e por um número maior de pessoas, o que fez diminuir as condições de habitabilidade” (LEITE, 1991, p. 14).

180

Desta forma, surgiu um novo tipo de pátio, resultante das reformas promovidas nos palácios rurais abandonados, os quais passaram a ser ocupados por pessoas desfavorecidas desde o século XVI ao final do século XIX e início do XX. Os pátios e os próprios palácios e palacetes abandonados foram sendo sistematicamente adaptados à habitação comunitária, conservando-se o nome do palácio ao pátio. Já ao longo do Rio Tejo, onde Lisboa ainda conservava suas características medievais, e crescia espontaneamente, novos pátios continuaram a surgir. No entanto, sem o antigo conceito urbanístico de origem árabe, mas enquanto elemento urbano de repetição, ou seja, uma solução urbana e arquitetônica próxima ao conjunto habitacional, onde as questões sociais se ressaltavam. Enquanto que no Bairro Alto, planejado nos séculos XVI e XVII, os pátios deram lugar a pequenos espaços abertos nos fundos dos prédios ou entre as propriedades (LEITE, 1991, p. 14).

Segundo Leite (1991) a Lisboa erguida de maneira dispersa com construções sistematicamente reconstruídas ou refeitas, onde se destacavam edifícios de bom porte em meio às hortas e chácaras que permeavam à malha urbana, desapareceu em consequência do terremoto de 1755, que destruiu grande parte dos pátios, sendo que alguns foram refeitos posteriormente. A autora destaca que no plano reticulado e regular de reconstrução da Baixa lisboeta aprovado pelo Marquês de

⁵² Lisboa passou a ser a capital do reino de Portugal em 1256, em substituição à Coimbra, sendo que a primeira capital foi Guimarães, sede do Condado Portucalense. Portugal foi oficialmente reconhecido como Nação em 1143, sendo a mais antiga de toda a Europa.

⁵³ O Palácio da Ribeira foi destruído pelo terremoto de 1755.

Pombal⁵⁴, não se projetaram pátios. No entanto, informalmente, durante as obras de edificação, a população construiu pátios e quintais comunitários, persistindo em continuar habitando a área devastada. O que ocorreu também em outros novos bairros planejados pela equipe do Marquês, mas que desapareceram no decorrer do tempo. O plano de Pombal se estenderia pelo século XIX, com diversas alterações, e a construção de novos bairros e abertura de avenidas que facilitaram o acesso aos antigos núcleos rurais. Com a anexação destes na malha urbana, os pátios de caráter rural, construídos ou formados durante o século XVIII passam a integrar a cidade. Após a extinção das ordens religiosas⁵⁵, os edifícios conventuais, de modo semelhante ao ocorrido com os palácios, passaram a ser ocupados pela população, onde as áreas dos claustros foram adaptadas e transformadas em pátios de moradia, com a mesma função que os antigos pátios (LEITE, 1991, p. 14-15).

No Século XIX, o desenvolvimento industrial provocou em Lisboa um significativo aumento demográfico, para o qual a cidade não estava preparada, assim como em outras cidades portuguesas como Setúbal, Porto e Guimarães. A princípio, a nova população operária se alojou nos antigos bairros populares, nos pátios criados nos palácios e conventos, e também nos logradouros dos edifícios em situações de caráter provisório, como barracos. Até que o mercado imobiliário e o empresariado decidiram edificar moradias específicas para o operariado, surgindo então a nova modalidade de habitação, a Vila Operária, localizada nos bairros industriais. *“A criação de Vilas, que vieram destronar os pátios nalgumas áreas da cidade de Lisboa, é uma invenção dos finais do século XIX resultante do desenvolvimento industrial (...) surgem com intuitos moralizadores, tornando-se locais de habitação especializada ao arrumarem um grande número de operários e suas famílias”* (LEITE, 1991, p. 95).

Tomás (2007) afirma que o quadro de intervenções arquitetônicas que marcaram a cidade de Lisboa no século XIX, reflete a profunda contradição do seu universo social: o contingente migratório proveniente da zona rural improvisou as suas próprias soluções de habitação em condições depri-

⁵⁴ Marquês de Pombal é o nome com que ficou conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo, político e verdadeiro dirigente de Portugal durante o reinado de José I, o Reformador. Nasceu em Lisboa no dia 13 de maio de 1699 e estudou na Universidade de Coimbra. Em 1738, foi nomeado embaixador em Londres e, cinco anos depois, em Viena, cargo que exerceu até 1748. Em 1750, o rei D. José nomeou-o secretário de Estado (ministro) para Assuntos Exteriores. Quando do terremoto de 1755, Pombal organizou as forças de auxílio e planejou a reconstrução da cidade, tendo sido nomeado primeiro-ministro nesse mesmo ano. A partir de 1756, seu poder foi quase absoluto e realizou um programa político de acordo com os princípios do Iluminismo: aboliu a escravidão, reorganizou o sistema educacional, elaborou um novo código penal, introduziu novos colonos nos domínios coloniais portugueses e fundou a Companhia das Índias Orientais. Além de reorganizar o Exército e fortalecer a Marinha portuguesa, desenvolveu a agricultura, o comércio e as finanças, com base nos princípios do mercantilismo. No entanto, suas reformas suscitaram grande oposição, em particular dos jesuítas e da aristocracia. Quando ocorreu a tentativa de regicídio em 1758, conseguiu implicar os jesuítas, expulsos em 1759, e nobres da família Távora, os quais foram executados. Em 1770, o rei lhe concedeu o título de Marquês, até então era Conde de Oeiras. Depois da morte do rei José I, foi condenado por abuso de poder, uma vez que a rainha D. Maria I o tinha como desafeto. Expulso da Corte retirou-se para sua propriedade rural em Pombal, onde faleceu no dia 8 de maio de 1782. (http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_891.html).

⁵⁵ A extinção das ordens religiosas ocorreu em Portugal no contexto da consolidação do Liberalismo no país, ao final da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834). O então Ministro da Justiça de D. Maria II, Joaquim António de Aguiar, em maio de 1834 *“declarou extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. Esta importante reforma visava aniquilar o que considerava ser o excessivo poder económico e social do clero, privando-o assim dos seus meios de riqueza e da capacidade de influência política”*. A medida foi uma resposta defensiva ao apoio do clero ao absolutismo do Rei D. Miguel, o qual havia tomado o trono de sua sobrinha e filha de D. Pedro de Bragança, a D. Maria II (http://pt.wikipedia.org/wiki/Extin%C3%A7%C3%A3o_das_ordens_religiosas_masculinas).

mentes⁵⁶, sempre mediante o pagamento de uma renda ao proprietário, fazendo surgir o que se conhece em Portugal como 'Pátios', correspondente ao Cortiço brasileiro (Pereira e Buarque, 1995). O Pátio no final do século XIX consistia na apropriação espontânea de estruturas pré-existentes, formando um conjunto heterogêneo de escala e conformação diversas. As formas de ocupação são condicionadas pela natureza dos espaços disponíveis, desde edifícios e palácios arruinados, a conventos desapropriados, quintas e pátios de antigas casas senhoriais em zonas rurais. *"Apesar da dificuldade em definir tipologias precisas, é possível distinguir os que surgiram da ocupação espontânea de um logradouro ou dos pátios de palácios e claustros de conventos, dos que foram construídos com essa finalidade"* (PEREIRA, 1994, p. 511; TOMÁS, 2007, p. 2).

De maneira muito semelhante às iniciativas registradas na Inglaterra, Irlanda e Escócia, onde se desenvolveram habitações precárias conhecidas como pátios, *wynd*s e *liberties* - e mesmo na cidade portuguesa do Porto com as 'ilhas' - em Lisboa, senhorios dinâmicos passaram a construir por conta própria, nos quintais dos seus prédios, casas conjugadas para alugar aos operários. Como na Inglaterra, eram também aproveitados porões insalubres para o mesmo fim, sempre com acesso por trás; os conventos de recém-extintas ordens religiosas, que foram adquiridos em hasta pública, ou palacetes degradados eram 'meticulosamente alugados quarto a quarto'. Houve também empreendedores que adquiriram terrenos para construir pátios (PEREIRA, 1994, p. 511).

182

Figura 211 - Pátio do Carrasco na Alfama
(Foto: M. Cachioni).

Figura 212 - Pátio das Barracas, no Santo Condestável
(Foto: M. Cachioni).

Com o desenvolvimento do processo de industrialização, provocado pelo aumento de uma procura cada vez mais intensa, nas últimas décadas do século XIX, os Pátios se distribuíram por toda a extensão da cidade de Lisboa, com maior concentração nos bairros antigos, de construção mais densa como a Alfama, e nas zonas periféricas ainda rurais na época como: Ameixoeira, Olivais, Chelas,

⁵⁶ "A falta de condições mínimas de higiene que de um modo geral caracterizou toda a cidade oitocentista, resultou em fortes surtos epidêmicos, sentidos particularmente nas zonas ocupadas pelas classes laboriosas. As designadas doenças da habitação atingiram preferencialmente as classes mais desfavorecidas que oriundas do meio rural não possuíam em relação à cidade, as necessárias defesas. As elevadas taxas de mortalidade constituíram o argumento do discurso de higienistas e reformadores sociais, que ao longo do século XIX defenderam o combate à chaga da habitação operária, implementando o debate da casa barata e salubre. O levantamento da situação foi feito através de Inquéritos à habitação, destacando-se o Inquérito Industrial de 1881 e o Inquérito aos Pateos de Lisboa, elaborado em duas partes" (Montenegro, 1902; 1905 apud Tomás, 2007, p. 2).

Lumiar, Charneca e Benfica; abrangendo também as novas áreas de implantação industrial, como Alcântara, Marvila e Beato (Tomás, 2007, p. 2). *“Um inquérito oficial⁵⁷ efetuado em 1902 identificava 130 em apenas 18 das 29 freguesias da cidade. E é de supor que o número total ultrapassaria as duas centenas, pois das 11 freguesias em falta contavam-se zonas onde ainda hoje existem dezenas de pátios, como São Bento, Santa Isabel e Lapa”* (PEREIRA, 1994, p. 511).

Figura 213 - Pátio da Encarnação no Largo do Chiado (Foto: M. Cachioni).

Figura 214 - Pátio do Tijolo em Santa Catarina (Foto: M. Cachioni).

Figura 215 - Pátio Picadeiro no São José (Foto: M. Cachioni).

A localização dos pátios estava relacionada com as zonas industriais, onde naquela época existia um grande núcleo na zona da Boa Vista, e certamente ainda com o porto de Lisboa. Pereira (1994) identificou em um levantamento ainda 60 pátios em toda a área da cidade de Lisboa: *“desprovidos quase sempre de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de condições de salubridade mínimas”*, situação que piorava nas habitações térreas, pois eram expostas à umidade, e à ausência de luz solar, por se encontrarem muitas vezes nos porões dos edifícios. Segundo o autor *“a tipologia dos pátios é por demais diversificada, exatamente porque se trata, na maioria dos casos, de aproveitamento de espaços aí existentes. E nos casos de construção de raiz, deliberadamente com essa finalidade, essa tipologia não se distingue muitas vezes das vilas que mais tarde surgiram”* (PEREIRA, 1994, p. 511).

O relatório do ‘Inquérito dos Pateos de Lisboa’ de 1902 cita que:

“pelas plantas desenhadas se reconhece bem que não há nesses grupos de habitações, como nas ilhas do Porto, um tipo quase uniforme. Em Lisboa encontram-se exemplares de todas as disposições. Nuns as habitações são abarracadas e irregularmente dispersas em quintais, outros rodeados de casas altas, que as afrontam mais na sua mesquinhaz; há ainda pardieiros e casas antigas aproveitadas nas suas ruínas, lojas sombrias e encaixadas (...). Geralmente são recintos muito irregulares, onde se aglomeram os vários moradores em pequenas habitações de construção defeituosa e muito limitada capacidade, úmidas por encostarem ao terreno, ou terem lojas subterrâneas”. E recomenda que “se estes pátios fossem arrasados a bem da sanidade pública, poderiam naqueles recintos construir-se uns pequenos bairros para classes pobres, higiênicos e úteis, que poderiam render muito mais a par de um notável benefício a essas classes” (MONTENEGRO, 1902, p. 5-6).

⁵⁷ MONTENEGRO, Augusto P. M. **Inquérito aos Pateos de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

No final do processo, o relatório do 'Inquérito dos Pateos de Lisboa - 2ª Parte' de 1905 informa que nas 24 freguesias foram visitados 233 pátios, sendo que apenas 63 destes considerados em bom estado.

"Dos restantes podem ser considerados 88, compreendendo 576 habitações com 3.893 moradores, em condições razoáveis para serem habitadas, se lhes fizerem as convenientes reparações de que precisam e de que são suscetíveis, mesmo sem grande dispêndio; mas em 82 há 998 casas habitadas por 3.824 pessoas, que se encontram em deploráveis condições higiénicas e em tal estado de ruína, dificilmente reparável (...)" (MONTENEGRO, 1902, p. 3).

Como exemplo: o Pátio do Carrasco na Alfama (figuras 207 e 211) é um dos destacados por Leite (1991) por sua arquitetura e pela sua história pitoresca. Anteriormente era designado como Pátio do Limoeiro, e foi ali residência do carrasco, onde havia um passadiço que fazia a ligação com o edifício da cadeia (o qual ruiu com o terremoto), por isso ganhou novo nome.

"O primeiro olhar atento recai na fachada do edifício que deita para o exterior. É uma construção quinhentista, com portas e janelas de cantaria e moldura chanfrada (...). A entrada para o pátio faz-se através de uma porta de verga reta com moldura em chanfro, que deita para um túnel aberto sob a referida construção quinhentista. Neste túnel, aproveitando todos os espaços disponíveis, rasgam-se janelas de uma das muitas habitações do local. Já no interior, o espaço, de planta quadrangular, é amplo, arejado e luminoso, pese embora a altura dos edifícios que ladeiam o pátio" (LEITE, 1991, p. 67-68).

A autora afirma que a Alfama, embora tenha mantido muito da sua fisionomia tradicional sofreu algumas alterações, o que explica o fato de não haver mais tantos pátios, quanto devia haver na origem. *"Aqui os pátios se abrem para o exterior, comungando do pitoresco das ruelas e dos becos, que funcionam, muitas vezes, como prolongamentos desses espaços (...). As habitações que deitam para os pátios tem quase sempre dois pisos, sendo por vezes de quatro ou mais, fruto da falta de espaço e da necessidade de alojar um número cada vez maior de famílias"* (LEITE, 1991, p. 65).

No Largo do Chiado, o Pátio da Encarnação (figura 213) surgiu à margem da reconstrução de Lisboa pós-terremoto a qual não previa esse tipo de edificação, datada em 1850. Como muitos outros, foi resultado de sobras de terreno que ocorreram durante as obras de reconstrução da cidade, relacionadas com delimitação de propriedade. De conformação irregular, é um corredor que acompanha o contorno da fachada leste da Igreja da Encarnação. A entrada no alinhamento possui duas portas, com acesso para a escada e outra ao pátio, para o qual se abrem as portas das habitações constituídas por: sala, quarto e cozinha (Antunes, 2002, p. 102; Leite, 1991, p. 76). Já no São José, o Pátio Picadeiro (figura 215) é um conjunto de edifícios dentro do quarteirão construído para a Família Martel em 1877. O acesso se dá por um portão através de um corredor de serventia que leva ao pátio. As unidades habitacionais variam entre: sala, dois ou três quartos e cozinha em edifícios de dois e três pavimentos. Próximo ao Picadeiro se encontra o Pátio do Tijolo (figura 215), conjunto de edifícios de um ou dois pavimentos construídos em 1879, integrados no traçado urbano. As unidades habitacionais são constituídas por: sala, quarto e cozinha ou sala, dois quartos e cozinha (não há informação sobre instalações sanitárias). Ao contrário dos pátios que foram adaptados em antigas construções abandonadas, o Pátio das Barracas, no Santo Condestável foi edificado

para o proprietário Benitez entre 1890 e 1900, dentro do quarteirão com frente urbana, em duas fileiras paralelas e térreas. A acessibilidade se dá entre os dois edifícios, os quais foram projetados em plantas com: sala, quarto (não sabemos sobre instalações sanitárias) e cozinha (ANTUNES, 2002, p. 119).

As casas do interior dos pátios, segundo Leite (1991) são quase sempre diferentes, sendo umas térreas, outras com dois pavimentos ou mais, às vezes coexistindo no mesmo recinto.

“Fachadas tristes com portas e janela de molduras simples, algumas ainda de madeira, sem grandes desenhos ou elementos decorativos. Arquiteturas pobres, lembrando serem os pátios obras de cariz popular. O contraste surge quando um dos lados do recinto é ocupado por alguma construção de bom porte, antigo palácio ou casa apalaçada, muitas vezes já bastante desfigurada; ou quando o pátio é um claustro onde pressentem ainda as arcarias e a monumentalidade do espaço misturada com o abarracamento das habitações. (...) Fazendo esquecer a simplicidade arquitetônica, o espaço aparece profusamente decorado: são as cortinas de renda nas janelas, as gaiolas de pássaros, os vasos, as latas, os alquidares, os baldes velhos repletos de plantas, ladeando as portas, as janelas, ou espalhando-se pelo terreiro. E as roupas enchendo os espaços em estendais improvisados e emprestando ao pátio um colorido pictórico” (LEITE, 1991, p. 44).

As Vilas Operárias de Lisboa:

As vilas eram outra forma de habitação popular, que por vezes, adotavam a configuração dos pátios e permitiam o aproveitamento total do espaço disponível. Algumas serviam também como alojamento a segmentos mais humildes da pequena burguesia lisboeta. O termo ‘vila’ generalizou-se no século XIX, depois da criação das vilas operárias, tendo sido adotado também para vários pátios. Leite (1991) destaca a opinião de Leite de Vasconcelos (1959) que:

“de fato vila, no uso atual, de origem italiana, que se quis adotar, tem o sentido de casa avulsa, independente, e cercada de quintal ou jardim (...) entrei em vários pátios dos que à moderna se chamam de vilas, e averigüei que em nada diferem dos outros; acontecendo perguntar em um deles, a um dos inquilinos como se chamava aquilo, respondeu-me: cá pra nós é um pátio, mas chamam-lhe vila”, e conclui que “por causa da confusão que se gerou em muitos pátios que passaram a ser designados por vilas, com registro cadastral, mantiveram-se os dois termos” (LEITE DE VASCONCELOS, 1959; LEITE, 1991, p. 27).

As vilas diferem dos pátios principalmente na disposição das unidades habitacionais, sendo o mais comum duas carreiras de casas (com até três pavimentos), deixando uma rua entre elas, sendo o recinto por vezes fechado por muro e portão, ou por outro edifício. Em alguns casos, correspondem a uma solução em ‘T’ onde as casas são ligadas por passarelas metálicas. Segundo Leite (1991), *“aquí as casas são módulos simples, repetidos, denunciando um compromisso entre a habitação rústica e a habitação urbana. Construídas, sobretudo com fins utilitários, em alguns casos pressente-se, todavia, uma preocupação estética”* (LEITE, 1991, p. 95).

Furtado (1997) agrupa as habitações operárias de Lisboa de três formas:

“Os pátios instalados em antigos palácios, casas senhoriais ou mesmo conventos (...); o tipo quadrilongo de um quarteirão com um ou dois pisos e uma serventia comum, de dois quarteirões de banda corrida igualmente com uma serventia (Vila Dias) ou de dois ou mais quarteirões separados por corredores paralelos (Vila Flamiano); finalmente temos as vilas tipo bairro (...), por vezes já com algum equipamento urbano, verificando-se também aqui variantes na sua concepção” (FURTADO, 1997, p. 121).

A vila operária surgiu como modelo de habitação plurifamiliar para famílias de baixa renda, de origem racionalizada, numa resposta clara aos problemas de saúde pública, associados à falta de salubridade das habitações. A vila deveria ser útil, econômica e simples, fornecendo um espaço salubre e habitável. Situada à margem da estrutura urbana onde se inseria, surgia frequentemente implantada no interior do quarteirão, visto que o *“negócio consistia em rentabilizar espaços no interior dos quarteirões, os quais, segundo critérios do urbanismo convencional, não são edificáveis”* (MADEIRA RODRIGUES, 1979 *apud* TOMÁS, 2007, p. 5).

Leite (1991) cita o agrupamento de tipologias de vilas defendido por Rodrigues (1978):

“Vila como sistema habitacional coletivo acentuando o espaço privado em detrimento de um espaço público, de configuração estática apresentando ou não opções originais de caráter espacial e incluindo ou não artes aplicadas - ferro, cerâmica policromada sob forma de azulejo; (...) Vila como sistema habitacional coletivo, relacionando em diversos graus um espaço público e privado e com francas opções de caráter estético (...); Vila que opera mediação entre espaço público e privado, numa resoluta inserção espacial urbana, por vezes embrionária (...) ou apresentando-se como uma solução urbana completa” (RODRIGUES, 1978 *apud* LEITE, 1991, p. 96).

A implantação mais comum de vila no interior do quarteirão destaca a cidade enquanto lugar habitável em detrimento da sua estrutura funcional, acentuando o valor do espaço construído, acomodado a um lugar pré-estabelecido, traduzido numa ocupação relativamente fechada. Segundo Tomás (2007) *“Dissimulada no tecido urbano através do seu sistema de implantação no interior do quarteirão, ou visível no espaço público em zonas mais segregadas da cidade, a Vila operária assume-se como estrutura marginal, voltando costas à malha urbana, através de uma organização em redor de um espaço comum semiprivado, através do qual se acede às habitações”* (TOMÁS, 2007, p. 5).

Com o crescimento da demanda por unidades habitacionais, a iniciativa privada tomou interesse pela situação, com a construção de vilas operárias, em condições menos miseráveis que os pátios e que poderia dar bons lucros aos investidores. Neste quadro se edificaram as centenas de vilas que ainda existem em Lisboa, as quais constituem uma parte considerável do seu tecido edificado, mesmo que pouco visível da via pública. Segundo Pereira (1994) na edição de 1979 do Roteiro de Lisboa do Anuário Geral de Portugal, foram contabilizadas 350 vilas, o que demonstra sua importância no conjunto da cidade (PEREIRA, 1994, p. 510).

Assim como ocorrido na Inglaterra e na França, algumas empresas lisboenses tomaram a iniciativa de construir blocos de habitações para o seu corpo funcional, principalmente nas zonas de maior concentração industrial: Alcântara e Xabregas, com o objetivo de atrair mão-de-obra numerosa e barata, sendo que o fornecimento de alojamento buscava atrair mais pessoas. Neste contexto, destaca-se a ação das empresas: Cia. Lisbonense de Fiação e Tecidos, que construiu em 1873 um pequeno número de habitações próximo de sua fábrica, em Alcântara (figura 216); a Cia. Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, que ergueu em 1885 na Quinta do Carimba (Rua da Fábrica da Pólvora em Alcântara) um bairro para operários (figura 217). Segundo Tomás (2007) o exemplo mais expressivo foi promovido pela Cia. de Fabrico de Algodões de Xabregas, fundada em

1858, que ergueu em 1887 a Vila Flamiano (figura 221), no recinto da Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas (Fábrica da Samaritana).

“Neste âmbito, recorda ainda António de Azevedo, a fundação do primeiro grande núcleo fabril (o Real Colégio das Manufaturas e o Bairro Fabril das Amoreiras) no contexto dos projetos pombalinos de fomento manufatureiro e simultaneamente inserido nos planos de reconstrução e reestruturação da cidade após o terremoto. Ligado a Real Fábrica das Sedas, este núcleo visava em termos programáticos, concentrar no mesmo local, unidades de produção industrial e núcleos de habitação para artesãos, a partir de um plano que previa a edificação de 470 casas, das quais se elevaram 60 habitações entre 1759 e 1769” (TOMÁS, 2007, p. 4).

O exemplo paradigmático do Bairro/Vila Grandella, refletindo na habitação, a hierarquia do local de trabalho, como expressão das motivações e filosofias filantrópicas dos seus promotores. De forma semelhante a algumas iniciativas do tipo na Grã Bretanha e França, como: New Lanark, Saltaire e Noisiel, cada tipologia era destinada a um status específico dentro da ‘Organização Grandella’. A fábrica e o Bairro Operário de Benfica / Vila Grandella, integravam o complexo industrial e comercial monopolista, associando as unidades fabris que abasteciam os armazéns comerciais da Rua do Carmo, no Chiado, à habitação para os trabalhadores. Tomás (2007) destaca que *“O Bairro recriava um mundo de ordem, vacilando entre a casa e a fábrica, perseguindo a pacificação de uma classe que se sentia explorada e que emergia para a realidade da sua força econômica”* (Tomás, 2007, p. 4). As habitações do Bairro Grandella edificadas em 1905-07 exemplificam a atitude paternalista por parte dos empresários, que promoviam a imagem de uma grande família e de dignificação do trabalho que funcionavam como instrumento de controle e de pressão sobre os assalariados. *“É notório neste último caso o extremo cuidado do arranjo, a qualidade do desenho e também a diversificação das tipologias, reproduzindo naturalmente a hierarquia no trabalho no local de habitação”* (PEREIRA, 1994, p. 518).

187

Figura 216 - Fileira de casas construídas pela Cia. Lisbonense de Fiação e Tecidos em 1873 (Foto: M. Cachioni).

Figura 217 - Bairro Operário na Rua da Fábrica da Pólvora em Alcântara (Foto: M. Cachioni).

Além do Bairro Grandella no setor têxtil, existem vários exemplares importantes de vilas em Lisboa como as já citadas: a grande fileira de casas da Rua Rodrigues Faria em Alcântara construída em 1873 pela Fábrica de Tecidos Lisbonense, esta pioneira na edificação de casas pelos empresários; e a Vila Flamiano, projetada em 1887 e construída em 1888 no Vale de Chelas, para a Fábrica de

Algodão de Xabregas (uma das maiores companhias têxteis do país) e mais tarde comprada pelos Armazéns do Chiado. Foi projetada inserida no quarteirão em dois blocos paralelos de dois pavimentos com entrada através de um túnel de serventia para uma praça comum, no centro da qual se encontra uma faixa que deveria ter sido arborizada. Afastado da via pública, o espaço da vila margeia a estrada de ferro. A fachada modular é simples e reflete, tal como a planta, a preocupação com a articulação do espaço interno, cujos acessos se dão por um sistema de escadas internas. A planta da unidade habitacional se desenvolve em: sala, dois, três ou quatro quartos e cozinha, com instalação sanitária. Em 1891 havia cerca de 70 inquilinos, todos funcionários da fábrica; e também a Vila Cabrinha, em Alcântara, edificada pela Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Algodão, formada por dois blocos com dez módulos em três pavimentos, sendo um deles mais extenso. É inserida no traçado urbano, porém recuada do alinhamento, mesmo sendo o bloco mais extenso paralelo à avenida. A entrada se configura através de um corredor, e as escadas são externas. Cada unidade habitacional é composta por: sala, dois quartos e cozinha, com instalação sanitária.

Segundo Teixeira e Matos (1995):

“no conjunto global das vilas operárias a Vila Cabrinha assume uma importância extrema, quer pela sua grandiosidade, quer pela homogeneidade. Isto apesar das diferentes fases em que foi construída, sendo a primeira de 1878, a segunda de 1883/1890 e a última de 1892, o que a torna fundamental, pioneira e inovadora. Reflexo de uma certa atitude paternalista, mas que simultaneamente não dispensa o controle e a pressão sobre os assalariados, por diminuir a mobilidade e atrair a mão de obra, ela é à escala urbana a representação da mitologia filantrópica da empresa como quadro quase exclusivo da vida, numa perspectiva de harmonia social” (TEIXEIRA E MATOS, 1995, p. 188).

Na década de 1990 a Vila Cabrinha (figura 218) pertencia aos Armazéns do Chiado (Pereira, 1994, p. 520; Teixeira & Matos, 1995, p. 188; Antunes, 2002, p. 95).

Figura 218 - Vila Cabrinha em Alcântara
(Foto: M. Cachioni).

Figura 219 - Planta parcial da Vila Cabrinha. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

A Vila Operária constitui o princípio do percurso estabelecido em torno da prática da habitação social, iniciado em Lisboa pela iniciativa privada, seguida pelas designadas ‘vilas de escala urbana’ que, segundo Tomás (2007):

“(...) pelo volume de edificação, ou pela complexidade da sua estrutura, atingem uma escala que as impõe ao nível do espaço da cidade, constituindo neste último caso um sistema viário

que, sem perder o caráter segregado, ganha uma dimensão urbana. É assim que surgem verdadeiras unidades de habitação horizontal, como o Bairro Estrela D'Ouro, ou conjuntos massivos de blocos em altura, como o Bairro Clemente Vicente” (PEREIRA, 1999, p. 521 apud TOMÁS, 2007, p. 11).

Figura 220 - Planta da Vila Flamiano. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 221 - Vila Flamiano no Beato (Foto: M. Cachioni).

Após a instituição da República Portuguesa em 1910, os republicanos finalmente desencadearam uma intervenção pública sistematizada neste domínio pondo em andamento uma máquina administrativa reguladora da produção habitacional sob a designação de bairros sociais; desta forma surgiram os bairros sociais da Ajuda e Arco do Cego (figura 266), os quais somente foram concluídos no contexto das Casas Econômicas criado pelo Estado Novo. A iniciativa inaugurou a intervenção direta do Estado em colaboração com as Câmaras Municipais, corpos administrativos e organismos corporativos. Posteriormente foi criada a Federação de Caixas de Previdência - Habitações Econômicas, a qual entre os anos 1940 e 1960 se constituiu o principal promotor de habitação social, com a construção pioneira do Bairro de Alvalade (TOMÁS, 2007, p. 11-12).

Tipologias de Vilas Operárias edificadas em Lisboa:

Pereira (1996) classifica as tipologias das vilas operárias edificadas entre o final do século XIX e início do XX em Lisboa da seguinte forma: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas construídas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas de escala urbana e vilas integradas nas fábricas, além dos bairros sociais.

1. Casas geminadas:

No tecido apertado dos bairros pobres da periferia de Lisboa são frequentes as pequenas construções térreas geminadas (figuras 222 e 223) que existiram também em bairros mais antigos, nos quais o aumento da densidade habitacional levou a erguer novos pavimentos sobre o original. Tipo bastante comum no Brasil e especialmente em São Paulo trata-se, de uma tipologia tradicional dotada de um programa mínimo, de construção simples e custo reduzido, adequava-se bem às possibilidades de famílias de poucos rendimentos. Fácil de ser reproduzido para um maior número de

habitações foram construídos também exemplares de três e mesmo quatro unidades, que levou ao tipo em carreira. *“Pela sua versatilidade, esta tipologia conhece um grande desenvolvimento, pois tanto é aplicada no interior de pátios como constitui a forma embrionária de uma das modalidades das vilas no final do século XIX. E chega até aos nossos dias nas primeiras realizações dos bairros econômicos do chamado ‘Estado Novo’, como o do Alto da Serafina”,* e em Santa Maria de Belém (PEREIRA, 1994, p. 512; PEREIRA & BUARQUE, 1995, p. 267).

Figura 222 - Casa geminada no Largo da Paz, 17 e 18 na Ajuda. Exemplar de casa mínima, muito semelhante às vilas operárias e colônias rurais erguidas em São Paulo (Foto: M. Cachioni).

Figura 223 - Casa geminada na Rua da Praia de Pedrouços em Santa Maria de Belém (Foto: M. Cachioni).

2. Vilas em carreira e em bloco:

Pereira (1994) afirma que com a intensificação da industrialização portuguesa no final do século XIX, a carência habitacional aumentou e a persistência do fenômeno fez surgir uma nova modalidade de alojamento: os edifícios ou conjuntos especialmente construídos para habitação de famílias operárias, os quais foram designados ‘vilas’, e algumas vezes ‘pátio’, embora cobrindo tipologias muito variadas, que distingue em rigor uma designação da outra. Dentro desta variedade, um dos tipos mais frequentes não se aplica à definição de vila como grupo edificado fora do arruamento, quando a construção acompanha a via pública, como qualquer outro prédio, mas apresenta o conteúdo essencial da vila: *“edificação multifamiliar intensiva, construída pela iniciativa privada e destinada a famílias de baixos rendimentos”*. Esse tipo de vila foi edificado em zonas segregadas na cidade de Lisboa, cujo acesso direto da rua não contraria o caráter marginal do edifício (PEREIRA, 1994, p. 513).

Dois tipos principais se encontram neste caso: edificações em carreira compostas por unidades de um, dois ou três pavimentos; ou os edifícios tipo bloco⁵⁸, com as quatro fachadas livres e acesso central. Como exemplo, em Lisboa: vilas em carreira foram edificadas no lado leste do Campo Grande e na Estrada da Luz, já demolidas; e vilas em bloco, com cobertura tipo *chalet* se localizam

⁵⁸ Pereira (1994) afirma que é possível que a vila em bloco, pela semelhança formal que apresenta em relação às ‘vilas’ de lazer da burguesia estrangeirada (muitas vezes com coberturas tipo *chalet*), tenha servido de inspiração à designação, considerada abusiva pelo etnógrafo Leite de Vasconcelos, por não corresponder à realidade que representam (Pereira, 1994, p. 513).

na Rua Vale Formoso de Baixo (figura 226) e Casal dos Silvas, na Encosta do Alvito; na Travessa das Piteiras com a Rua da Praia de Pedrouços, em Santa Maria de Belém, há carreiras térreas (figura 225), assim como na estrada de Marvila (figura 227); na Rua Sacadura Cabral no Dafundo em Oeiras, com dois pavimentos e em Prazeres na Rua das Necessidades (figura 224) e na Rua da Correnteza, com casas térreas e em dois pavimentos (PEREIRA, 1994, p. 513).

Figura 224 - Casas em carreira na Rua das Necessidades em Prazeres (Foto: M. Cachioni).

Figura 225 - Casas em carreira, térreas e bi familiares na Travessa das Piteiras em Santa Maria de Belém. Tipologia semelhante às edificações paulistas equivalentes (Foto: M. Cachioni).

Figura 226 - Casas em carreira na Rua do Vale Formoso em Marvila (Foto: M. Cachioni).

Figura 227 - Casas em carreira na Estrada de Marvila (Foto: M. Cachioni).

Outro importante exemplo de conjunto de casas térreas em carreira fica situado na Rua Alves Gouveia em Olivais Velho (figura 228) e foi construído por Francisco Alves Gouveia, proprietário da Fábrica de Estamparia F. A. Gouveia, em 1899. Composto por cinco módulos, com unidades formadas por: sala, três ou quatro dormitórios, cozinha e instalação sanitária, além de um quintal, *“as habitações da rua Alves Gouveia tem uma uniformidade e racionalidade conferida pelo ritmo cadenciado das janelas e das portas. A linguagem horizontal de todo o conjunto edificado não se deve ao fato das habitações terem um só piso, mas devido aos remates em platibanda modelada, que escondem os próprios telhados”*. Também foi construído um prédio de maior volume e qualidade estética, provavelmente para os empregados técnicos e administrativos. Além da vila operária e das instalações fabris, também havia um clube e uma escola para os funcionários (FOLGADO & CUSTÓDIO, 1999, p. 201).

Figura 228 - Casas em carreira na Rua Alves Gouveia em Olivais Velho (Foto: M. Cachioni).

Figura 229 - Planta das casas em carreira do Bairro Alves Gouveia Desenho M. Cachioni (Fonte: Folgado & Custódio, 1999).

3. Vilas formando pátio.

Uma das características da vila, assim como outras construções com fins lucrativos, é o aproveitamento máximo da área disponível no terreno. Assim, há destaque para a necessidade de concentração do espaço livre, considerado inútil ou pouco lucrativo do ponto de vista do rendimento, de forma a possibilitar a construção do maior número possível de unidades habitacionais - reduzidas a áreas mínimas - numa dada parcela de terreno. Pereira (1994) destaca que:

“esta exigência conduz a uma organização espacial em que as habitações se agrupam à volta do terreno, ocupando todo o seu perímetro, com acesso através de um espaço central. Esta é a forma mais imediata e mais generalizada da vila. Por vezes esse espaço é alongado, em forma de corredor, outras vezes é de tipo pátio, permitindo algum desfogo. E na maioria dos casos os logradouros privativos nas traseiras ou não existem, pura e simplesmente, ou são eles também ínfimos” (PEREIRA, 1994, p. 514).

Figura 230 - Vila Ramos na Rua Maria Pia, Santo Condestável (Fonte: M. Cachioni).

Figura 231 - Planta de um pavimento da Vila Ramos. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Para reduzir os espaços considerados não rentáveis, as escadas interiores são frequentemente substituídas por varandas externas⁵⁹, para acesso aos pavimentos superiores, às vezes formando sistemas complexos. *“Construídas em estrutura de ferro, articulando as respectivas escadas de acesso e por vezes formando ponte, (...) adquirem um grande valor como elementos ordenadores do espaço e atestam a introdução de tecnologias modernas na construção de vilas”* (Pereira, 1994, p. 514).

As vilas, apesar do seu carácter de habitação destinado para as camadas sociais de baixa renda, apresentam realidades muito diferentes, segundo Pereira (1994). Em Lisboa existem casos como a Vila Berta e a Vila Santos, nos quais o nível das unidades habitacionais e do seu entorno ultrapassa o quadro de miséria normalmente encontrado nas vilas, fazendo correspondência à pequena burguesia.

“É nestes casos que o tratamento formal atinge também níveis de qualidade excepcional, traduzido numa concepção muito elaborada do projeto, num desenho cuidado de todos os elementos da construção e numa riqueza decorativa que chega a atingir a ostentação. Mas estas características mantêm-se, embora em menor grau, em muitas vilas de nível modesto, atestando um cuidado formal que parece ter uma função de compensação. A preocupação da simetria, o guarnecimento por vezes caprichoso dos vãos com materiais baratos, como o tijolo, o desenho cuidado dos letreiros em chapa esmaltada ou simplesmente pintados com a designação da vila, o remate ornamentado das coberturas, são constantes num grande número de vilas de Lisboa” (PEREIRA, 1994, p. 514).

Figura 232 - Planta de uma unidade habitacional da Vila Bagatella. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 233 - Vila Bagatella no São Mamede (Foto: M. Cachioni).

Como exemplo dessa tipologia: a Vila Luz Pereira (235), situada na Mouraria, que apresenta um cuidado excepcional de desenho; a Vila Romão da Silva (figura 234), em Campolide, que dispõe de um espaçoso pátio; enquanto a Vila Gadanho (figura 238), em Sapadores, construída em 1908, é um caso típico da vila corredor; a Vila Bagatella⁶⁰ (figura 233), com frente para a rua, mas recuada, formando um pátio alongado. Das vilas construídas com escadas e varandas de ferro destaca-se: a Vila Rodrigues (figura 236), de 1902, no emprego de tecnologias modernas de construção; com

⁵⁹ Segundo Pereira (1994) a utilização intensiva de varandas *“antecipou soluções que só muito mais tarde foram avalizadas pela arquitetura conjugada e se generalizaram, conservando, apesar disso, a marca proletária que esteve na sua origem. Esta tipologia expressa, a uma escala urbana de construção compacta, a mitologia filantrópica da empresa como quadro exclusivo de vida, numa perspectiva de harmonia social”* (Pereira, 1994, p. 520).

⁶⁰ A Vila Bagatella passou por um processo de requalificação onde se instalou um Centro Comercial com restaurantes e lojas, e as unidades habitacionais foram recuperadas e estão habitadas.

frente para a via pública, mas com acesso através de pátio: Vila Ramos (figura 230), Vila Matos e Vila Neves (de 1931, sendo uma das últimas vilas construídas em Lisboa), na Rua Maria Pia, no Santo Condestável; e no Campo Pequeno, a Vila Santos; além da Vila Ferreira na Pena, junto ao elevador da subida íngreme da Calçada do Lavra (PEREIRA, 1994, p. 514).

Figura 234 - Vila Romão da Silva em Campolide (Foto: M. Cachioni).

Figura 235 - Vila Luz Pereira na Travessa do Jordão, 18, na Mouraria. Conjunto de duas alas formando pátio, com dois pisos e água furtada, do início do século XX (Foto: M. Cachioni).

Figura 236 - Vila Rodrigues na Graça (Foto: M. Cachioni).

Figura 237 - Planta parcial da Vila Rodrigues. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

A Vila Luz Pereira foi constituída por duas alas de edifícios de dois pavimentos e mais um amansardado, formando pátio, com duas unidades habitacionais por piso; a Vila Bagatela foi construída entre 1880 e 1890, no São Mamede, por Manuel José Monteiro, o 'mineiro', imigrante retornado do Brasil, em terreno de sua antiga Chácara. Está integrada no traçado urbano da cidade, com acesso por um portão em cota superior à da rua. As unidades habitacionais se desenvolvem em: sala, dois dormitórios e cozinha e; sala, três dormitórios e cozinha (não identificamos a presença de instalação sanitária); a Vila Santos é uma construção sobre-elevada com dois pavimentos de habitação sobre o térreo comercial com três unidades por lado, com duas unidades habitacionais cada, num total de 24, tendo sido construída em 1931 pelo arquiteto Francisco dos Santos; a Vila Ramos

foi construída entre 1890 e 1900 por José Pedroso para Domingos Trigo. A planta do conjunto foi desenvolvida em 'U' em dois pavimentos, dentro do quarteirão com frente no alinhamento, com acessibilidade através de um portão para o pátio e um sistema de varandas e escadas externas. As unidades habitacionais se desenvolvem em: dois dormitórios e sala/cozinha e um quarto e sala/cozinha; a Vila Neves (figura 239) tem acesso por um portão central ao pátio, ladeado por prédios com entrada independente para a rua e se constitui como dois blocos com casas em carreira com dois pavimentos; já a Vila Rodrigues foi construída em 1902 por J. A. de Sousa Rodrigues em dois blocos paralelos de três pavimentos inseridos dentro de um quarteirão, com acesso por um portão a um corredor de serventia. Entre os dois blocos há ligação por um sistema de varandas e passarelas metálicas. As unidades habitacionais são compostas por: dois dormitórios, sala e cozinha; e por fim, a Vila Ferreira (figura 241) foi construída por José Antonio Rodrigues para Joaquim Alves Ferreira entre 1900 e 1910, na Pena. Trata-se de um único edifício formando pátio construído em três pavimentos cuja entrada se dá através de um arco com portão de acesso ao pátio, por uma escadaria. As unidades habitacionais foram desenvolvidas com: sala, dormitórios e cozinha (PEREIRA, 1994, p. 514; ANTUNES, 2002, p. 108).

Figura 238 - Vila Gadanho em Sapadores
(Fonte: M. Cachioni).

Figura 239 - Vila Neves, no Santo Condestável
(Fonte: M. Cachioni).

Figura 240 - Planta de um pavimento da Vila Ferreira
Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 241 - Vila Ferreira na Pena (foto: M. Cachioni).

4. Vilas construídas atrás de prédios:

Pereira (1994) enfatiza que as vilas operárias constituem uma forma de habitação que expressa claramente uma situação de classe social dentro da cidade. No entanto, no caso de Lisboa, fica mais destacado nas situações onde num mesmo lote são construídas duas tipologias distintas: no alinhamento, um prédio destinado para a burguesia (mais frequentemente para a pequena burguesia); e no interior do quarteirão, atrás deste, um pátio ou vila, destinado às famílias proletárias, havendo uma hierarquia social diretamente no próprio lote. O acesso aos fundos, onde se localiza a vila propriamente dita, pode ser feito de três maneiras: pela lateral do prédio através de um corredor descoberto - solução que conduz geralmente a esquemas de ocupação assimétrica; no centro do lote, também por meio de corredor a céu aberto, prolongado em linha reta pelo pátio; e através de uma passagem aberta em arco sob o próprio prédio. Normalmente qualquer destes tipos de entrada é resguardado por um portão de ferro, ostentando uma placa com a indicação do nome da vila⁶¹, e é inteiramente separado da entrada para o prédio construído na frente. Como exemplos desta tipologia, o autor cita: a Vila Luz, na Rua Pascoal de Melo; a Vila Raul (figura 242), nas Amoreiras; a Vila Fernandez, na Estrada da Luz; a Vila Teixeira em Alcântara (demolida); a Vila Borba, em Campolide; e a extensa Vila Celarina, na Rua da Escola do Exército; além da Vila Sousa (figura 246), revestida com azulejos azuis que domina a colina da Graça, a qual constitui um caso à parte, pois é ampliação de um antigo palácio (PEREIRA, 1994, p. 516).

A Vila Luz (figura 249) foi construída por M. da Luz para Maria J. Ferreira Trigo e Rosa M. Oliveira, em dois pavimentos e dentro do quarteirão com frente urbana, em carreiras paralelas. O acesso se dá por um portão através de um corredor de serventia que leva ao pátio. As unidades habitacionais contemplam: sala, dois ou três dormitórios, cozinha, e instalação sanitária nos fundos. A Vila Sousa foi edificada no antigo Palácio dos Condes de Val-de-Reis arruinado pelo terremoto de 1755, posteriormente reconstruído e novamente destruído por um incêndio em 1819. Foi comprado pelos irmãos Tomaz da Costa em ruínas, que construíram a vila em 1889 e depois foi adquirida por João Luís de Sousa e filho em 1918, quando ganhou a atual designação. Edificada em cinco pavimentos incluindo sobreloja e mansarda, é integrada no traçado da cidade, constituída por edifícios de maior porte em torno de um pátio comum, cujo acesso se dá através de um portão que se abre para um túnel de serventia e, as escadas para os apartamentos são interiores. A fachada externa é revestida de azulejos e a interior não recebeu ornamentação. As unidades habitacionais variam em tamanho e disposição com: apenas sala e cozinha; sala, dormitório e cozinha; e sala, dois dormitórios e cozinha (ANTUNES, 2002, p. 128.).

⁶¹ Segundo Pereira (1994) a indicação do nome é um atributo importante nas vilas. *"Tem a finalidade de identificar a vila, como modernamente se usa com grandes edifícios representativos. Mas tal finalidade é aproveitada pelo construtor para imprimir uma marca pessoal ao empreendimento. Daí grande parte dos nomes reproduzirem os dos proprietários ou então serem batizados com nomes por estes escolhidos, nomeadamente de familiares. Atualmente verifica-se um fenómeno de rejeição, mais patente nas novas gerações, em relação a esta designação específica da vila. Expressando com clareza uma situação de classe, que por vezes pode até ter deixado de se verificar em relação à parte dos respectivos habitantes, o morar-se numa vila é, pois, um ferrete social, de carácter discriminatório em relação ao conjunto da população. É por essa razão que muitas das placas foram destruídas, ou então apagadas, quando se tratava de simples letreiros pintados. E os habitantes fazem por ignorar ou esquecer a antiga designação, preferindo usar, para efeitos de localização, o número da porta que dá acesso ao pátio"* (PEREIRA, 1994, p. 516).

Figura 242 - Vila Raul, em Campolide. Duas fileiras de casas em carreira térreas arrematadas por dois prédios de três pisos no alinhamento (Foto: M. Cachioni).

Figura 243 - Planta da Vila Macieira em Santa Engrácia. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 244 - Planta da Vila Vital Teixeira e do edifício no alinhamento. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 245 - Vila Vital Teixeira, em Alcântara (Foto: M. Cachioni).

Ainda com esse tipo de configuração a Vila Vital Teixeira em Alcântara (figura 245), edificada entre 1900 e 1910 pelo construtor Silva Pinto, está configurada dentro do quarteirão, em apenas uma fileira com dois pavimentos, atrás de um edifício com cinco pavimentos construído no alinhamento. A entrada se dá por um portão onde se encontra um pátio comum e os acessos às unidades ocorre através de um sistema de escadas e varandas externas. As unidades habitacionais contemplam: sala, dois dormitórios, cozinha, e instalação sanitária na varanda dos fundos. Também construída atrás de um prédio está a Vila Mendonça, em São Jorge de Arroios (figura 250) construída entre 1910 e 1920 para Antonio Maria Almeida e J. Joaquim Ferreira, disposta dentro do quarteirão em duas carreiras paralelas de dois pavimentos. Com acesso por um portão e através de um corredor de serventia que leva ao pátio, suas unidades habitacionais contemplam: sala, dois ou três dormitórios, cozinha, e instalação sanitária nos fundos. Da mesma forma a Vila Macieira (figura 243), edificada pelo construtor Casimiro da Cruz Felipe para Daniel de Matos Sequeira em 1907 com 33 unidades habitacionais. É formada por dois blocos paralelos de dois pavimentos no interior do quarteirão. O acesso geral se dá por um portão que liga um túnel ao pátio comum, e o acesso às unidades ocorre por um sistema de varandas e passarelas. A planta da unidade habitacional se desenvolve com: sala, dois dormitórios, cozinha, e instalação sanitária na varanda de fundos. Encontra-se em estado bastante precário, com várias unidades emparedadas (ANTUNES, 2002, p. 118).

Figura 246 - Vista interna da Vila Sousa, na Graça (Foto: M. Cachioni).

Figura 247 - Planta da Vila Sousa. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 248 - Planta da Vila Luz. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 249 - Vila Luz em São Jorge de Arroios (Foto: M. Cachioni).

Figura 250 - Vila Mendonça em São Jorge de Arroios (Foto: M. Cachioni).

Figura 251 - Planta da Vila Mendonça. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

5. Vilas formando ruas:

A localização das vilas operárias de Lisboa está relacionada com as zonas industriais constituídas na segunda metade do século XIX: na periferia, na beira do rio, e servidas por ferrovias, sendo a maior concentração em Alcântara⁶² e na faixa marginal, entre Xabregas e o Poço do Bispo. Pereira (1994)

⁶² "É assim que a zona industrial de Alcântara favoreceu a construção de vilas no Bairro de Santo Amaro, na encosta do Alvíto, no vale de Alcântara e ao longo da escarpa dos Prazeres e do Casal Ventoso, marginando a Rua Maria Pia, então aberta como estrada de circunvalação. Mais tarde, as vilas chegaram a Campolide, onde a abundância de terrenos dava

salienta que *“tendo como finalidade facilitar a fixação de mão-de-obra para esta indústria nascente, as vilas foram sendo construídas em zonas vizinhas das fábricas, prolongando-se ao longo das vias de acesso às concentrações industriais e afastando-se progressivamente delas à medida que os terrenos iam encarecendo por efeitos da procura”* (PEREIRA, 1994, p. 517).

Segundo Pereira (1994) as vilas operárias adquirem formas alongadas, com a implantação ao longo de ruas em locais de terreno mais plano e desimpedido. Neste caso, as edificações em carreira não se distinguem claramente das outras tipologias, a não ser pelo fato de as ruas pertencerem à própria vila e, desta forma, receberem a designação de 'particulares'. *“Nesta tipologia não se verificam as preocupações formais patentes em muitas das vilas lisboetas: a forma de exploração que representam e as condições mais que precárias de habitabilidade não são aqui suavizadas com cuidados de desenho ou ornatos nas fachadas”* (PEREIRA, 1994, p. 518).

Figura 252 - Vila Berta na Graça. Duas fileiras de prédios em carreira e um prédio isolado que arremata o conjunto (Foto: M. Cachioni).

Figura 253 - Planta de uma das unidades da Vila Berta. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Das vilas formando ruas, as mais significativas são: Vila Berta (figura 252), a Vila Celeste (figura 254) e a Vila Dias (figura 257). A Vila Dias, em Xabregas, foi construída em 1888 para Antonio Carlos Dias, numa zona de caráter fortemente industrial. A princípio seriam construídas três unidades, mas apenas se ergueram duas, pois a área seria também ocupada por barracões industriais. Em 1891 um incêndio destruiu parcialmente a vila, tendo sido reconstruídas unidades térreas, as quais foram ocupadas por atividades comerciais, o que causou algum desequilíbrio no conjunto. *“Pelas suas dimensões, é um exemplo significativo de vila ligada à produção revelando, no entanto, uma fraca qualidade arquitetônica (demonstrando a preponderância do fator lucro) em comparação com o conjunto mais próximo e construído sensivelmente na mesma altura - a Vila Flamiano”* (Teixeira & Matos, 1995). Fica localizada ao longo do eixo viário entre construções fabris e o leito ferroviário, o que contribuiu para certo isolamento e afastamento da população ali residente com rela-

margem à sua construção. Na zona oriental, a edificação de vilas e bairros operários desenvolveu-se ao longo da faixa marginal, paralelamente às próprias fábricas e armazéns, mas encontrou condições de terreno e de mercado propícias junto aos bairros antigos da zona oriental, no planalto da Graça e de Sapadores, onde se localiza o mais importante núcleo hoje existente. Mas também se construíram vilas na periferia norte da cidade e, por vezes, no próprio interior do tecido antigo, em terrenos porventura vagos” (Pereira, 1994, p. 518).

ção a outros núcleos habitacionais e classes sociais. Desta forma foi desenvolvida autossuficiente, dispondo de lojas, cafés e um chafariz para abastecer as unidades. Apresenta fachada ritmada, sem preocupação estética ou decorativa, e a planta da unidade habitacional é composta por: sala, dormitório e cozinha (figura 256). A Vila Berta, na Graça, se configura um conjunto para diferentes extratos sociais, a qual foi construída por J. Francisco Tojal entre 1908 e 1910, com edifícios de três e quatro pavimentos integrados no traçado da cidade de Lisboa e acessibilidade direta para a rua. Foi realizada com elementos decorativos: varandas amplas com grades metálicas, térreo revestido com azulejos, vasos cerâmicos e beirais trabalhados, sendo a residência do proprietário a mais decorada. As unidades habitacionais variam entre: sala, dois e três dormitórios e cozinha. A Vila Celeste foi construída em 1910, por Álvaro António dos Prazeres para Antonio dos Santos, formada por dois blocos paralelos de dois pavimentos com frente para o alinhamento. Os acessos se dão diretamente pela rua, num sistema de varandas e escadas externas. A planta da unidade habitacional é ortogonal (figura 255), 'em cruz' e contempla: sala, dois dormitórios e cozinha, estando a instalação sanitária na varanda dos fundos (ANTUNES, 2002, p. 110).

200

Figura 254 - Vila Celeste em Penha de França (foto: M. Cachioni).

Figura 256 - Planta de uma unidade habitacional da Vila Dias. Desenho M. Cachioni (Fonte: Tomás, 2007).

Figura 255 - Planta da Vila Celeste. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 257 - Vila Dias em Xabregas (Foto: M. Cachioni).

6. Vilas de escala urbana:

Em Lisboa também foram construídas vilas organizadas em função de um espaço comum, de caráter privado, fora das vistas da rua, raramente atingindo um maior volume de construção. No entan-

to, com o desenvolvimento desta tipologia de habitação, houve uma diversificação cada vez mais afastada do pátio original ao mesmo tempo em que o sucesso de anteriores realizações estimulava maiores volumes de construção.

“É no quadro desta evolução que surgem vilas que, pelo volume da edificação ou pela complexidade da sua estrutura, atingem uma escala que as impõe ao nível do espaço da cidade, constituindo neste último caso um sistema viário que, sem perder o caráter segregador, ganha uma dimensão urbana. É assim que surgem verdadeiras unidades de habitação horizontal, como o Bairro Estrela de Ouro, ou conjuntos massivos de blocos em altura, como o Bairro Clemente Vicente” (PEREIRA, 1994, p. 521).

A dimensão destas realizações e o seu planeamento cuidadoso, articulados com o caráter autônomo intrínseco, conduzem frequentemente à inclusão de elementos de equipamento coletivo nestes conjuntos: estabelecimentos comerciais de primeira necessidade, escolas, espaços de convívio e, no caso da Vila Cândida, um posto policial. Esse tipo de Vila teve difusão em São Paulo, como a Vila Maria Zélia e em várias cidades paulistas como Sorocaba, Campinas, Piracicaba e Americana, sendo que as instituições construtoras eram, na maioria das vezes, as indústrias empregadoras que investiam em prol do bem-estar dos seus empregados. Segundo Pereira (1994) *“(...) em alguns casos, este sentido paternalista é tão forte que levava os proprietários a construir no mesmo terreno, embora com a necessária separação, a sua própria residência”*; em outros casos, as vilas eram erigidas por empreiteiros que permaneciam como proprietários (PEREIRA, 1994, p. 521).

Figura 258 - Vila Grandella em São Domingos de Benfica. Conjunto habitacional que integra tipologias variadas com 1, 2 ou 3 pavimentos e equipamento escolar (foto: M. Cachioni).

Figura 259 - Planta de uma das unidades da Vila Grandella. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

O Bairro Grandella (figura 258), o Bairro Estrela de Ouro e a Vila Cândida são os exemplares mais interessantes desta tipologia em Lisboa, além do Bairro Clemente Vicente (figura 262) em Oeiras. Segundo Pereira (1994) *“o Bairro Grandella, em Benfica, foi edificado junto de uma fábrica têxtil da empresa⁶³ e denota uma concepção estrutural de arruamentos paralelos com vários tipos de habitação, destinados a diferentes escalões do pessoal. Com frente para a estrada de Benfica, o bairro é rematado por dois pavilhões, lembrando templos gregos, com colunas e frontões de coroaamento,*

⁶³ O proprietário Francisco de Almeida Grandella era um empresário progressista, que construiu outras obras de finalidades sociais (Pereira, 1994, p. 521).

destinados a uso comum”, com simbologia maçônica e a divisa do proprietário *‘sempre por bom caminho segue’* (Pereira, 1994, p. 521). Foi construído entre 1902 e 1910 com projeto de Rosendo Carvalheira por João Pedro Santos, o João Calor, empreiteiro que construiu obras de relevo em Lisboa no início do Século XX. Destinava-se a alojar os operários da Sociedade Algodoeira do Fomento Colonial e os Empregados do Armazém Grandella, empresas de Francisco Grandella.

“A designação de vila a esse conjunto, não é, em termos tipológicos, muito correta uma vez que estamos em presença de uma estrutura mais complexa, que se desenvolve a uma escala urbana e que se enquadra mais na terminologia conceitual de Bairro. Este liga-se de um modo mais direto com a via pública, embora fosse inicialmente fechado pelos gradeamentos na parte posterior e pelos três portões que voltavam para a Estrada de Benfica. Também se diferencia da maioria das Vilas por possuir materiais de melhor qualidade e preocupações estéticas superiores à média. Mantém, no entanto, o esquema de dois pisos e planta baseada num módulo repetível, incluindo numa das tipologias, escadas exteriores, como forma de maximizar e economizar o espaço interno. O Bairro é constituído por três ruas paralelas entre si e perpendiculares à Estrada de Benfica (...). As casas dispõem-se em banda contínua, possuindo vãos abertos segundo o eixo nascente-poente, orientação considerada mais correta e saudável. A primeira das bandas tem dois pisos de planta idêntica e situa-se entre as ruas de Santa Matilde e Dr. Gregório Rodrigues Fernandes, enquanto que a segunda, igualmente de dois pisos e mansarda, ladeia esta última rua. A terceira ala, (...) na Rua Francisco Grandella era artéria socialmente mais importante, destinando-se aos funcionários destes Armazéns. Compunham-na dez vivendas térreas, unifamiliares, colocadas em torno de um jardim central, cuidadosamente estudado e tratado por um jardineiro especialmente contratado pelo próprio Grandella” (TEIXEIRA & MATOS, 1995, p. 192).

Preocupado com os problemas sociais, Grandella dotou o bairro de granja, creche e escola⁶⁴. As plantas das unidades habitacionais (figura 259) foram desenvolvidas em: sala, três dormitórios, cozinha e banheiro; sala, dois dormitórios, cozinha e instalação sanitária; e sala, dormitório, cozinha e instalação sanitária (ANTUNES, 2002, p. 4).

Figura 260 - O Bairro Estrela de Ouro, na Graça (foto: M. Cachioni).

Figura 261 - Planta de uma das unidades do Bairro Estrela de Ouro. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

⁶⁴ Após um incêndio a unidade anteriormente destinada à escola passou a ser a creche, e o outro imóvel abriga a Biblioteca Museu 'República e Resistência'.

O Bairro Estrela d'Ouro (figura 260) foi projetado pelo importante e premiado arquiteto Manoel Joaquim Norte Junior e construído por Antonio Pio dos Santos, entre 1907 e 1909 para o empresário Agapito Serra Fernandes⁶⁵, com o fim de acomodar os seus trabalhadores, mediante o pagamento de aluguel. Localizado entre a Rua da Graça e a Rua da Senhora do Monte, na Graça, é formado por um conjunto de edifícios integrados no traçado urbano de Lisboa, com 120 unidades habitacionais de dois e três pavimentos. O acesso se dá diretamente pela rua, e para o superior, por um sistema de escadas e varandas metálicas externas. O Ecletismo arquitetônico é demonstrado no uso dos painéis de azulejo industrial, e no uso do ferro forjado, nas estruturas das varandas e no gradeamento; e a estrela de cinco pontas aparece como elemento decorativo sistemático. As unidades habitacionais (figura 261) variam em tamanho, sendo na maioria compostas por: sala, dois dormitórios e cozinha com instalação sanitária (ANTUNES, 2002, p. 103).

Figura 262 - Bairro Clemente Vicente no Dafundo em Oeiras, na Região Metropolitana de Lisboa (Foto: M. Cachioni).

Figura 263 - Vila Cândida em Penha de França (Foto: M. Cachioni).

Já a Vila Cândida (figura 263) foi construída em Penha de França pelo banqueiro Cândido da Cunha Sottomayor entre 1913 e 1917 e se constitui como um conjunto urbano que compreende 35 edifícios com quatro unidades habitacionais cada, as quais foram pensadas desde o projeto inicial, na estratificação social, com cinco tipologias de habitação. Inicialmente possuía escola, mercearia, um posto policial e de bombeiros, formando um bairro quase autônomo. Leva o nome da filha do banqueiro, sendo um prelúdio dos futuros bairros de Casas Econômicas.

“É uma estrutura que representa a ‘colonização’ urbana, responsável pela transformação de áreas rústicas em ensaios de programas de habitação social. Na sua base estão motivações de caráter filantrópico, associadas aos ideais utópicos de criação de ‘Jardins operários’. Insere-se numa corrente europeia da primeira metade do século XIX, que concretizou, através de ações beneméritas, os ensaios mais ousados de doutrinas humanísticas e socializantes, as quais foram, em Portugal, tardiamente conhecidas, em parte por causa da tardia industrialização” (TEIXEIRA & MATOS, 1995, p. 193).

⁶⁵ O industrial Agapito da Serra Fernandes tomou a iniciativa da construção do bairro operário Estrela de Ouro em 1908, onde fixou residência na Vivenda Rosalina, localizada no mesmo bairro, também com projeto do arquiteto Norte Júnior. Além das unidades habitacionais foi construído o Cine Royal (com projeto de Norte Júnior), onde se apresenta a marca do proprietário: a estrela que aparece nos painéis de azulejo e nas calçadas do bairro Estrela de Ouro. Foi inaugurado no Natal de 1929 e em 5 de Abril de 1930 passou a dispor de equipamento sonoro, sendo o primeiro de Lisboa, cuja inauguração contou com a presença do Presidente da República. Atualmente o edifício abriga um supermercado (www.flickr.com/photos/13385504@N05/sets/72157618409078802/).

Pereira (1995) informa que após o '25 de Abril'⁶⁶, a neta do proprietário doou as casas aos moradores, o que tem vindo a destruir-se a unidade de todo o conjunto. Além dos acima descritos, o Bairro Clemente Vicente, no Dafundo em Oeiras, *"é constituído por três blocos compactos de cinco pisos, totalizando 240 fogos"* tendo sido construído por um empresário empreendedor nos anos 1920 que procurou dar, provavelmente, uma imagem do falanstério, com acessos por uma complicada estrutura metálica de escadas e varandas (PEREIRA, 1994, p. 522).

7. Vilas integradas nas fábricas.

Outra modalidade surgiu mais tarde, associada a empresas de menor dimensão: as habitações integradas no próprio edifício das instalações fabris, conforme Pereira (1994). A tipologia se tornou corrente nas vinícolas, cuja atividade, desenvolvida em galpões, concentrada na zona do Poço do Bispo como a Vila Pereira (figura 268) e o edifício construído em 1917 por José Domingos Barreiros & Cia Ltda. As habitações localizavam-se em pavimentos construídos sobre parte dos galpões, formando blocos ao longo da rua e as unidades habitacionais eram destinadas aos funcionários de escalão superior. Além das vinícolas, outros ramos industriais também construíram habitações deste tipo, ainda preservados como: a Vila Almeida⁶⁷, que era situada no Jardim José Fontana, originalmente se configurava como uma grande nave de oficinas, com pé-direito duplo e três pisos de habitações, destinadas originalmente ao pessoal respectivo. Os pavimentos eram servidos por varandas de acesso e escadas de cada lado do edifício. As galerias eram interrompidas a meio, com cinco unidades habitacionais de cada lado, num total de 30; também o 'Prédio de Tijolo' construído entre 1890 e 1900 por José J. de Almeida Junça, com 14 unidades habitacionais para os operários de sua Cerâmica na Rua Possidónio da Silva, o qual apresenta uma fachada com alvenaria de tijolos disposta de forma decorativa, servido também por varandas de ferro na fachada interna. As varandas se configuram, segundo o autor, como *"exemplos de extraordinário interesse tanto pela qualidade do desenho e da construção como pela concepção distributiva"* (PEREIRA, 1994, p. 520). O Prédio de Tijolo (figura 264) tem três pavimentos e é integrado no traçado urbano e no alinhamento, com acesso direto pela rua. A planta das unidades habitacionais se desenvolve em: sala, dois dormitórios sem janelas, cozinha e instalação sanitária, com comércio no térreo (figura 265). Importante exemplo de vila integrada ao local de trabalho é o Bairro Operário 'O Século' (figura 266) construído pelo Jornal homônimo em 1905, na antiga Quinta dos Viscondes de Lançada, a partir de reformas promovidas no antigo palácio em 1881 para receber a redação e oficinas do jornal. Em 1905, José Joaquim da Silva Graça, o proprietário, apresentou um projeto para ampliar três pavimentos aos dois já existentes no palácio. A obra foi executada pelo construtor civil Francisco Tojal, também autor do projeto, o mesmo que construiu a Vila Berta.

⁶⁶ 25 de Abril é uma designação popular dada à Revolução dos Cravos, o golpe de Estado Militar que derrubou, sem derramamento de sangue e sem grande resistência das forças leais ao governo, o regime ditatorial herdado de Oliveira Salazar e aos acontecimentos históricos, políticos e sociais que se lhe seguiram, até à aprovação da Constituição Portuguesa, em Abril de 1976 (http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Cravos).

⁶⁷ A Vila Almeida passou por obras de reciclagem e foi transformada em um hotel de alto padrão, tendo sido preservada parcialmente sua fachada.

“O Bairro que se destinava aos operários do jornal, foi habitado na sua quase totalidade por estranhos, o que se deve ao fato de os primeiros não desejarem habitar o local onde trabalhavam para não serem chamados fora das horas de serviço. Elemento complementar, mas importante, era o de, à entrada do pátio existir uma mercearia destinada a fornecer o bairro, limitando, assim, ainda mais o quadro de vida dos trabalhadores a quem se destinavam estas habitações. Esta iniciativa insere-se no âmbito de uma preocupação social evidenciada pelo jornal que se estendia, por exemplo, ao campo da assistência infantil. Este é um conjunto que se diferencia dos Pátios e Vilas de Lisboa, sendo extremamente original por ser crescido em altura, com seus cinco andares, inusuais para a época, em casas para operários, indo ao encontro à preocupação das carências habitacionais, através da máxima rentabilização do espaço. (...) pode inserir-se no âmbito de uma tipologia de habitação distintamente ligada à produção. Construída de raiz pelos seus patrões nas proximidades das suas unidades fabris, traduz uma relação funcional/social entre o local de trabalho e local de habitação. A conciliação destes dois espaços visa, por um lado, diminuir o tempo perdido em deslocamentos, por outro, permite um maior controle sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo que procura criar uma certa dignidade nas habitações coletivas, onde a estrutura deveria ser funcional, econômica e simples. Este é um exemplo que procura interligar as vantagens espaciais do ‘falanstério’ com as preocupações de melhoria das condições de habitabilidade dos exemplos filantrópicos” (TEIXEIRA & MATOS, 1995, p. 191).

As unidades habitacionais ocupam os últimos pavimentos do edifício com acessibilidade direta no alinhamento. Nos fundos, as varandas externas terminam numa escada em caracol. As unidades habitacionais variam em dimensionamento e se apresentam com: sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro; ou sala, três dormitórios, cozinha e banheiro (Antunes, 2002, p. 104). Também neste contexto tipológico, se destaca a Vila Pereira em Marvila construída em 1887 pelo empresário Abel Pereira da Fonseca acima da oficina e integrada no traçado urbano e no alinhamento. O edifício é um grande bloco com oficinas e armazéns de vinhos no piso térreo e dois pisos de habitações (primeiro pavimento e águas furtadas), com 42 unidades habitacionais. O acesso se dá através de um corredor de central de distribuição com entradas nos topos para o qual se abrem as habitações dos dois lados. Possui um sistema de iluminação zenital por meio de claraboias, passando a luz para o piso inferior através de aberturas no pavimento preenchidas por grades. As unidades habitacionais (figura 269) variam em dimensionamento e se apresentam com: sala, um ou dois dormitórios e cozinha (ANTUNES, 2002, p. 104).

Figura 264 - Prédio de Tijolo, na Rua Possidônio da Silva, Prazeres (foto: M. Cachioni).

Figura 265 - Planta de um pavimento do Prédio de Tijolo. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 266 - Planta de 'O Século'. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

Figura 267 - Edifício 'O Século' em Santa Catarina, com as unidades habitacionais nos pavimentos acima da empresa (Foto: M. Cachioni).

Figura 268 - Vila Pereira em Marvila (Foto: M. Cachioni).

Figura 269 - Planta da Vila Pereira. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

8. Bairros Sociais:

Nas últimas décadas do século XIX, em vista do aumento demográfico ocorrido em Lisboa e da falta absoluta de condições para alojar a mão-de-obra que chegava para trabalhar nas indústrias que se fundavam, houve manifestações para que o Estado contribuísse para a solução do problema. Porém, demorou que fosse criado o primeiro regime de isenções fiscais, e os primeiros bairros de iniciativa oficial surgiram depois de várias décadas (PEREIRA, 1994, p. 522).

Desta forma, a resposta partia da iniciativa privada: das próprias indústrias ou de empreiteiros, que ganhavam bons rendimentos com aluguéis de unidades nos pátios e vilas. Pereira (1994) destaca que simultaneamente eram construídas casas para a burguesia com lucros garantidos e possibilitando a formação de companhias urbanizadoras, que até 1937 puderam desenvolver sua ação.

“Entretanto, com a formação de um proletariado industrial, o movimento operário dava os primeiros passos e começava a organizar-se para resolver os seus problemas. Verifica-se, assim, um primeiro surto de cooperativismo e do associativismo em Portugal. É neste quadro que se formam algumas sociedades cooperativas de construção e habitação. Entre elas, a Companhia Comercial Construtora, que em 1890 se lança na construção do Bairro Operário dos Barbadiños. Com a sua arquitetura simples e austera, traduz a penúria de recursos com que foi construído” (PEREIRA, 1994, p. 522).

Construído em 1891 pela Companhia Comercial Construtora, o Bairro dos Barbadinhos (figura 272) é um conjunto de cinco quarteirões, com vários edifícios de dois e três pavimentos integrados no traçado urbano, cujo acesso se dá diretamente na rua. Sem grandes elementos decorativos, apenas as grades dos alpendres em ferro fundido. Suas unidades habitacionais (figura 273) foram projetadas com: sala, dormitório e cozinha, ou sala, dois dormitórios e cozinha (ANTUNES, 2002, p. 117).

Foi somente após a implantação do regime republicano em Portugal no início do Século XX, que o Estado decidiu pela construção de bairros sociais, quando foram iniciados em 1918, os Bairros Sociais da Ajuda (figura 271) e do Arco do Cego. As obras foram suspensas por um longo período e retomadas em 1927 após a transferência de responsabilidade da construção e conclusão dos edifícios, do Governo para a Câmara Municipal de Lisboa (PINHEIRO, 2005, p. 39).

“Planejados com empenho e certa grandiosidade, introduzem uma tipologia nova no tecido da cidade. Pretende-se aqui evitar o caráter lúgubre, típico dos bairros operários, constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos. Por isso se projetam tipos variados, se enriquecem as fachadas e se preveem edifícios de fruição coletiva. Só que as obras estiveram vários anos suspensas e, quando concluídas, as casas não foram atribuídas a famílias operárias. O ‘dar direito de cidade’ ao proletariado falhou nessa iniciativa, como noutras subseqüentes” (PEREIRA, 1994, p. 522-523).

Figura 270 - Bairro Social do Arco do Cego (Foto: M. Cachioni).

Figura 271 - Bairro Social da Ajuda. Prédio da Rua Soldado Antonio da Costa, 2, com três pavimentos e porão (Foto: M. Cachioni).

Figura 272 - Bairro Operário dos Barbadinhos em Santa Engrácia (Foto: M. Cachioni).

Figura 273 - Planta de uma das unidades do Bairro Operário dos Barbadinhos. Desenho M. Cachioni (Fonte: Antunes, 2002).

O Bairro do Arco do Cego pode ser considerado o primeiro bairro Social de Lisboa, iniciado em 1916 com 480 unidades habitacionais. Segundo Pinheiro (2005):

“a concepção geral de Adães Bermudes, previa uma série de equipamentos sociais que nunca foram construídos. O projeto era anterior ao programa das casas econômicas, por isso as casas são de diferentes tipologias e mais ornamentadas do que as de outros bairros, que justificavam a simplicidade da construção e a ausência de elementos decorativos por motivos de ordem econômica. Esses elementos decorativos foram apontados como desnecessários, e as casas consideradas como ‘demasiado ornamentadas’” (MOREIRA, 1950 *apud* PINHEIRO, 2005, p. 39).

As obras deveriam incluir a ligação do bairro com o tecido urbano da cidade, no entanto quando foram concluídas as unidades em 1934 e 1935 já foram inseridas no Programa de Casas Econômicas. Projetado com tipologias muito variadas, inclui habitações com estúdios para artistas plásticos, lojas e estabelecimentos escolares (MOREIRA, 1950 *apud* PINHEIRO, 2005, p. 39).

Programa e dimensionamento das vilas operárias lisboenses:

Teixeira e Matos (1995) apresentam o **Quadro 1** no qual classificam as tipologias de habitação operária de acordo com a iniciativa de construção das mesmas, onde segundo os autores, não se pretendia efetuar um exaustivo levantamento das diversas formas de habitação operária, mas ordenar, esquematicamente, alguns exemplos considerados importantes:

QUADRO 1: ESQUEMA EVOLUTIVO DAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA.				
Habitação de Iniciativa Privada			Habitação da iniciativa de Cooperativas e de Companhias.	Habitação de iniciativa estatal.
Falanstérios	Exemplo de Transição	Iniciativa de ‘Filantropos’		
V. Cabrinha (1879 - 1892)	Bº. Operário do Jornal ‘O Século’ (1905)	Bº. Operário Grande-la (1902 - 1910)	Bº. Operário dos Barbadinhos (1890 - 1892)	Bº. de Casas Econômicas do Arco do Cego (1919 - 1935)
V. Dias (1888)		Bº. Estrela d’Ouro (1907 - 1909)		Bº. de Casas Econômicas da Ajuda (1920 - 1934)
V. Flamiano (1887 - 1888)		V. Cândida (1913 - 1917)		
V. Maia (1889 - 1891)				

Fonte: Teixeira & Matos (1995).

O programa desenvolvido em geral para as vilas operárias lisboenses previa funções definidas coletivas e privativas. Nas diferentes tipologias das vilas estudadas, há um elemento que proporciona o estar coletivo - o pátio (ou mesmo a rua entre as unidades). É neste espaço, seja qual for seu dimensionamento (de caráter intencional de projeto ou não) que é possível o convívio social entre os vizinhos: onde as crianças podem brincar, as mulheres estender suas roupas para secar ao sol, as senhoras manterem a conversa em dia, enfim, onde se estabelecem as relações coletivas, embora atualmente, como verificado nas visitas técnicas, os pátios e ruas entre as unidades receberam uma nova função com o passar do tempo - o de estacionamento dos carros dos moradores, o que não era previsto inicialmente para os primeiros moradores, os quais nem pensavam na possibilidade de aquisição de veículo, por conta dos baixos salários.

Dentro da privacidade das unidades habitacionais, há também os espaços de convívio familiar representados pela cozinha, onde as donas de casa preparam a alimentação e onde a família se reúne para as refeições; e também a sala, onde antigamente os parentes se sentavam para conversar ou descansar, hábito que foi substituído ou incrementado com o aparecimento do rádio e posteriormente da televisão. Os espaços privativos se configuram nos dormitórios, e existe uma variedade neste sentido, nas vilas lisboenses. O número de dormitórios varia entre nenhum (Vila Flamiano) a três (Vila Luz, Vila Berta), sendo que em alguns casos, a Vila oferecia até três tipos de unidades (Vila Bagatella, Vila Sousa) e se deve levar em conta que no período de construção das vilas, as famílias eram maiores em número de filhos. Portanto, dependendo da unidade habitacional, os filhos dormiam em seus dormitórios, que tinham apenas função de dormir, uma vez que os estudos eram realizados nas escolas; ou nas unidades menores, os filhos (especialmente os menores) dormiam no quarto dos pais. Com respeito às instalações sanitárias, na maioria dos casos estudados há um cômodo de mínimas dimensões geralmente instalado na varanda dos fundos (onde há pavimentos) ou no quintal, junto à cozinha. Nas unidades maiores, destinadas aos funcionários de maior extrato social, há a presença de banheiro (Bairro 'O Século' e Bairro Grandella). Em alguns casos, não há identificada na planta a instalação sanitária, e neste caso, verificamos nas visitas técnicas uma série de acréscimos nos fundos das unidades onde se edificaram banheiros para atender às necessidades contemporâneas.

Com relação ao dimensionamento dos cômodos, segundo a análise das plantas das 21 vilas operárias selecionadas, não houve um padrão único de projeto, muito pelo contrário, a diversidade de projetos e dimensões entre as unidades pode ser verificada no **Quadro 2** onde se mostram unidades habitacionais com: um, dois ou três dormitórios, ou mesmo sem dormitórios; e em alguns casos sem instalação sanitária configurada. Invariavelmente, há presença dos espaços comuns: sala e cozinha, com dimensionamento diverso, como mostra o **Quadro 3**.

QUADRO 2: COMPARATIVO DE PROGRAMA E ATIVIDADES DAS UNIDADES HABITACIONAIS DE LISBOA.			
Tipos de Vila:	Programa:	Período:	Atividades:
Vilas em carreira e em bloco.			
Bairro Alves Gouveia.	Sala, 3 ou 4 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1882 - 1889 - 1907.	Moradia.
Vilas formando pátio.			
Vila Ramos.	Sala/ cozinha, 2 quartos, e instalação sanitária.	1890 - 1900.	Moradia.
Vila Rodrigues.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1902.	Moradia.
Vila Ferreira.	Sala, 1 quarto, cozinha e instalação sanitária.	1900 - 1910.	Moradia.
Vila Bagatella.	Sala, 1, 2 ou 3 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1880 - 1890.	Moradia, comércio e serviços.
Vilas construídas atrás de prédios.			
Vila Macieira.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1907.	Sem uso.
Vila Vital Teixeira.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1900 - 1910.	Moradia.
Vila Luz.	Sala, 2 ou 3 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1888.	Moradia.
Vila Sousa.	Sala, 0, 1 ou 2 quartos e cozinha.	1889.	Moradia, comércio e serviços.
Vila Mendonça.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1910 - 1920.	Moradia.
Vila Teixeira	Sala, 1 quarto, cozinha, instalação sanitária.	1924 - 1925.	Demolida.

Vilas formando ruas.			
Vila Berta.	Sala, 2 ou 3 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1908 - 1910.	Moradia e serviços.
Vila Celeste.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1910.	Moradia.
Vila Dias.	Sala, 1 quarto e cozinha.	1888.	Moradia.
Vilas de escala urbana.			
Bairro Grandella.	Sala, 1, 2 ou 3 quartos, cozinha e banheiro.	1902 - 1910.	Moradia e serviços.
Bairro Estrela D'Ouro.	Sala, 2 ou 3 quartos e cozinha.	1907 - 1909.	Moradia, comércio e serviços.
Vilas integradas nas fábricas.			
Vila Flamiano.	Quarto, cozinha e instalação sanitária.	1887.	Moradia.
Vila Cabrinha.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1879 - 1892.	Moradia e comércio.
Prédio de Tijolo.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1890 - 1900.	Moradia e comércio.
Bairro O Século.	Sala, 2 ou 3 quartos, cozinha e banheiro.	1905.	Serviços.
Vila Pereira.	Sala, 1 ou 2 quartos e cozinha.	1887.	Moradia e comércio.
Bairros Sociais.			
Barbadinhos.	Sala, 2 ou 3 quartos e cozinha.	1891.	Moradia, comércio e serviços.

O **Quadro 3**, mostra uma variação significativa entre os cômodos presentes nas unidades habitacionais estudadas em comparação. O dimensionamento médio das plantas das unidades habitacionais das 21 vilas selecionadas é de: 36,37 m², sendo: 9,44 m² para a sala; 8,89 m² para o 1º quarto; 8,31 m² para o 2º quarto; e 8,16 m² para o eventual 3º quarto; além de 8,14 m² para a cozinha e 1,43 m² para a instalação sanitária/ banheiro. Como espaço de caráter coletivo, a sala aparece como o cômodo de maior dimensão, seguido de perto pelo dormitório dos pais (onde geralmente dormiam os filhos menores), e os demais quartos, espaços de caráter privado. A cozinha, na média, apresenta média pouco inferior à da sala e o banheiro, ou instalação sanitária apresenta dimensionamento, em média, bastante exíguo.

QUADRO 3: ÁREAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DE LISBOA EM M².

Vila:	Área U. H.:	Sala:	Quarto 1:	Quarto 2:	Quarto 3:	Cozinha:	WC:
Alves Gouveia	72,61	14,07	13,54	10,92	10,42	6,57	0,94
Ramos	20,17	9,10 *	5,16	4,62	-	9,10 *	1,29
Rodrigues	28,03	5,14	8,15	8,60	-	6,14	-
Ferreira	26,65	6,17	8,55	6,07	-	5,38	0,48
Bagatella	24,75	8,99	7,76	-	-	8,00	-
Macieira	25,25	7,37	8,64	8,24	-	7,02	0,40
Vital Teixeira	34,79	9,07	8,43	8,05	-	8,66	0,58
Luz	50,67	11,45	11,11	8,32	7,73	5,91	0,64
Sousa	22,39	6,05	6,72	-	-	7,20	-
Mendonça	25,04	5,07	7,30	7,30	-	5,07	0,30
Teixeira	32,75	10,44	10,20	-	-	10,83	1,28
Berta	49,78	10,60	7,71	8,02	6,46	5,31	0,80
Celeste	36,96	8,60	9,57	9,42	-	9,37	-
Dias	24,21	12,12	6,14	-	-	5,95	-
Grandella	51,96	6,72	11,69	10,82	-	9,48	5,45
Estrela D'Ouro	34,74	9,48	10,28	8,04	-	6,94	-
Flamiano	18,56	-	8,42	-	-	9,53	0,61
Cabrinha	18,13	4,70	4,76	3,71	-	4,43	0,53
Tijolo	41,44	13,30	5,90	5,92	-	11,19	1,17
O Século	75,08	22,89	11,15	9,95	8,04	12,09	5,60
Pereira	49,86	8,65	15,16	6,65	-	16,94	-
Média	36,37	9,49	8,87	8,31	8,16	8,14	1,43

PARTE 2:
A UNIDADE HABITACIONAL DO TRABALHADOR EM SÃO PAULO

CAPÍTULO 3:
A SENZALA EM SÃO PAULO

O Sistema Escravista no Brasil:

O regime escravocrata no Brasil teve vigência de mais de 300 anos. Segundo Eisenberg (1989) nesses três séculos, a escravidão foi predominante em setores importantes da economia, e atendeu às exigências das especificidades do trabalho no Brasil, diferenciando trabalhadores em várias modalidades, como: o negro de ganho, o negro de aluguel, o escravo assalariado, o escravo pago por produto, e até o escravo 'capitalista', que ganhava um tipo de juro sobre o dinheiro que emprestava (EISENBERG, 1989, p. 188).

A escravidão moderna, iniciada no século XVI após os descobrimentos, é relacionada com o sistema colonial, sendo que a escravidão do negro foi utilizada pelos colonizadores europeus para explorar as terras descobertas e foi disseminada por toda a faixa colonial americana. Enquanto não escravizavam o negro, eram os índios e povos nativos, os indivíduos forçados a trabalhar (figura 275). O escravo representou a principal força de trabalho em muitas regiões, nas zonas de mineração, nas plantações e nos portos brasileiros (VIOTTI DA COSTA, 1998, p. 17).

Figura 274 - Escravos desempenhando diversas atividades
(Fonte: <http://historiadeufriburgo.blogspot.com.br/>).

Figura 275 - Navio negreiro
(Autor: Johann Moritz Rugendas).

Apesar de não receber salário pelo seu trabalho (com exceções citadas por Eisenberg), o escravo representava uma despesa permanente, pois era preciso fornecer alimentação, tratamento para doenças e vigilância contra eventuais fugas, entretanto entre o gasto, e o que se lucrava com seu trabalho gratuito, havia uma margem de lucro compensadora. Como seu nível de vida era ditado pelo senhor, era possível fornecer apenas o mínimo às suas necessidades vitais, como verificaremos adiante. O escravo representava um capital empregado e negociável, pois era acima de tudo uma mercadoria, que podia ser vendida ou alugada, e valia tanto o que produzia, quanto como mercadoria. Possuir escravos conferia posição social, e muitos senhores colecionavam cativos para serem apontados como pessoas de importância e projeção (VIOTTI DA COSTA, 1998, p. 72).

O cotidiano de trabalho dos escravos:

Segundo Freyre (2008) o Brasil não se limitou a trazer trabalhadores escravos (figura 275) para os canaviais e cafezais, mas também 'donas de casa' para seus colonos sem mulher branca, técnicos para minas, artífices em ferro, entendidos na criação de gado e na indústria pastoril, comerciantes de pano e sabão, e também mestres sacerdotes e tiradores de reza maometanos (FREYRE, 2008, p. 391).

Figura 276 - 'Um jantar brasileiro' (Autor: Jean-Baptiste Debret, 1827).

Figura 277 - Escravos de uma família no Brasil (Fonte: <http://postmania.org/a-escravidao-em-imagens/>).

Os patrões selecionavam entre os escravos, indivíduos destacados para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores: amas de criar, mucamas (figura 277), irmãos de criação para meninos brancos, que se tornavam pessoas de casa, como se fossem parentes pobres. Sentavam-se à mesa os mulattos, crias, malungos, moleques de estimação e alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando passeios como se fossem filhos (figura 276). As mães pretas (figura 278) ocupavam verdadeiros lugares de honra na família patriarcal, eram alforriadas, tratadas como senhoras pelos escravos, os meninos lhe tomavam a benção, nunca eram tratadas como ex-escravas vindas da senzala. Essa promoção atendia a qualidades físicas e morais. A negra ou mulata escolhida para amamentar os filhos dos senhores, ou niná-los, cuidar-lhes das roupas, contarem-lhes histórias, ou mesmo substituir as próprias mães, era escolhida entre as escravas mais limpas, mais bonitas, mais fortes e já familiarizadas com a cultura e a religião dos patrões (FREYRE, 2008, p. 435-436).

216

Figura 278 - Ama de leite com o filho do senhor (Fonte: <http://postmania.org/a-escravidao-em-imagens/>).

Figura 279 - Escravos fazendo o transporte da senhora (Fonte: <http://postmania.org/a-escravidao-em-imagens/>).

Os escravos homens eram destinados aos trabalhos pesados. Segundo Cavalcanti (2006):

“Nas cidades carregavam barris de dejetos, baús, caixas, comida, lenha, madeira, móveis, pedras, pianos ou terra. Transportavam cadeirinhas, canos, liteiras e redes, em que seus senhores passeavam (figura 279). Ajudavam na construção de casas como ferreiros, marceneiros (figura 280) ou pedreiros. E serviam, também, como ‘moleques de recado’. No campo, derrubavam a mata, preparavam a terra, plantavam e moíam cana. Eram também artífices, caldeireiros, oleiros, pescadores, remeiros e vaqueiros. Alguns, conquistando a confiança de seus patrões, acabaram exercendo ofícios de capatazes, feitores e até carrascos de outros negros. Alguns chegaram mesmo ao elevado posto de mestre-de-açúcar (figura 281). (...) Nas casas-grandes dos engenhos foram capangas, domésticos, guarda-costas, pajens, ‘as mãos e os pés dos senhores dos engenhos’, segundo o jesuíta italiano Antonil (1649-1716)” (CAVALCANTI, 2006, p. 25-26).

Figura 280 - Negros serradores de tábuas
(Autor: Jean-Baptiste Debret).

Figura 281 - Engenho
(Autor: Jean-Baptiste Debret).

A esse respeito, Lucio Costa (2001) destaca que:

“se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar... o negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria, era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça quebrada, era lavador automático, abanava que nem ventilador” (COSTA, 2001 apud CAVALCANTI, 2006, p. 26).

217

Figura 282 - Escravos fazendo farinha
(Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

Figura 283 - Escravas descascando mandioca no Vale do
Paraíba do Sul - RJ/1859
(Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

A vida do escravo africano era centrada no trabalho (figuras 282 e 283) e regida pelo badalo do sino. Segundo Camargo (2008):

“ele tocava antes do fim da madrugada para que os escravos acordassem e, depois de receber as tarefas diárias do funcionário conhecido como feitor ou administrador, partissem para a roça, enfileirados. Dependendo da distância, dividiam-se em grupos que iam a pé ou de carro de boi, levando apenas a enxada ou outro instrumento para o trabalho, de uma carga horária de dez

horas. Faziam três refeições diárias nas roças e retornavam ao escurecer. Então devolviam os instrumentos de trabalho, sob o olhar dominador do funcionário de confiança do fazendeiro. Na roça era comum o escravo cantar enquanto trabalhava misturando palavras em dialetos africanos e em português, contando de suas aflições da vida cotidiana, do universo da fazenda. Essas cantigas eram chamadas de jongo” (CAMARGO, 2008, p. 133).

Figura 284 - Partida para a roça
(Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

Figura 285 - Almoço na roça
(Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

Silva Telles (2006) cita a descrição do viajante Ribeyrolles (1980) a respeito do dia-a-dia dos escravos de uma Fazenda no Vale do Paraíba que se iniciava com:

“as filas logo após o alvorecer, o controle do feitor, a oração e o café, e depois a caminhada para o local de trabalho (figura 284). As nove ou dez horas, havia o almoço (figura 285), composto de ‘cuias de feijão cozido com gordura e misturado com farinha’. Após meia hora de repouso, recomeçam as fainas até as duas ou três horas, quando é servido o jantar, com feijão e angu, à semelhança da primeira refeição⁶⁷. Novamente, há um pequeno espaço para descanso, e o trabalho em seguida recomeça até o anoitecer, quando novas filas se formam para a volta às habitações. Aí, o feitor passa novamente em revista cada escravo, e depois de uma nova refeição, com canjica, arroz e feijão, e de uma reza, cada um entra no seu cubículo, que é trancado até o alvorecer do dia seguinte” (SILVA TELLES, 2006, p. 82-83).

A realidade do escravo era de difícil sobrevivência, no entanto como veremos a seguir a constituição de família era uma possibilidade de melhoria nas condições de vida do escravo, ao contrário do que transpareceu a Ribeyrolles como observador forasteiro. Depois da abolição do sistema escravista os ex-escravos, abandonados à própria sorte, se dividiram, sendo que muitos conseguiram ficar ligados a terra, trabalhando como camaradas assalariados nas fazendas, ou praticando lavouras de subsistência em terras devolutas. Grande parte seguiu para os centros urbanos, para ocupar postos de trabalho periféricos (Camargo, 2008). Outros, no entanto voltaram para a África levando consi-

⁶⁷ Cavalcanti (2006) destaca que a alimentação na casa-grande era bem diferente da servida aos escravos. As cozinheiras negras preparavam as refeições da família do patrão, mas se serviam dos restos. Nas cozinhas onde se preparava alimentação dos escravos, fora do ambiente da casa grande “se misturavam experiências, técnicas, sentimentos e receitas das três culturas. Utensílios também. Dos portugueses - alguidares, almofarizes, caldeirões, chaminés francesas, fogões de chapa de ferro com três bocas, fornos abobodados, fumeiros, formas de bolo, potes, tachos pesados de cobre. Dos índios - trempes, jiraus, urupemas, pilões, cuias e cabaças. E dos africanos - colheres de pau, gamelas de madeira, tigelas, quen-gos e raladores de coco. Todos os ingredientes eram novos, para aquelas escravas. Os nativos da terra - mandioca, milho, batata doce, amendoim, castanha de caju e frutas (abacaxi, abacate, abio, caju, goiaba, pacova). E os que vinham de Portugal - sal, açúcar, pimenta-do-reino, trigo, acelga, agrião, alface, berinjela, cenoura, chicória, espinafre, hortelã e frutas (laranja, limão, lima, melão, mamão, maçã, figo e pêra). Com os portugueses aprenderam uma maneira diferente de preparar as carnes. Primeiro temperadas, para que tomassem gosto, mistura de vinho ou vinagre mais ervas (coentro, cebolinha, alho, cebola). Depois, cozidas, assadas ou ‘fritas’ - postas diretamente no fogo junto com gordura animal, óleo vegetal (oliva) ou manteiga” (Cavalcanti, 2006, p. 51-52).

go, além de lembranças de uma vida difícil, costumes culturais aprendidos e desenvolvidos no Brasil.

As Senzalas: Cabana, Barracão, Pavilhão e em Quadra.

A habitação do escravo, a senzala tem designação de origem africana conhecida desde a segunda metade século XVI e significa: morada, habitação, ambundo. Existiram senzalas durante toda a fase de escravidão brasileira entre os séculos XVI e XIX as quais eram construídas dentro da unidade de produção: engenhos, fazendas de café ou minas de ouro.

Escassas são as descrições detalhadas da senzala rural, setor fundamental para a produção, mas sem preocupação com higiene ou conforto. Havia dois grupos de senzalas: a doméstica (figuras 286 e 287) e a de eito, segundo Mendes *et al* (2007):

*“A doméstica, ou de dentro, servia de abrigo para escravos responsáveis pelas tarefas da casa, como cozinhar, arrumar, limpar, cuidar das crianças, além de prestar favores sexuais ao senhor, constituindo, às vezes, verdadeiros haréns. Poderia estar localizada no rés-do-chão da casa-grande, uma espécie de porão, porém dotada de alguns apetrechos e certa liberdade de circulação para seus integrantes, geralmente escravas escolhidas com cuidado, traços finos, farta carnção, membros rijos e bela dentição. Ali, também, poderia estar abrigado o escravo selecionado como reprodutor escolhido pelos seus dotes físicos, pelo tamanho da genitália, sinal de fertilidade e virilidade. Uma boa prole certamente seria muito lucrativa, implicando em menos compra de ‘peças’, substituída pela produção interna⁶⁸” (MENDES *et al*, 2007, p. 130).*

Já a senzala de eito ou de trabalho se configurava externamente, voltada para o terreiro e abrigava a mão-de-obra mais robusta, resistente, capaz de suportar as dificuldades da agricultura sob o cáustico sol tropical (Mendes *et al*, 2007, p. 130).

219

Figura 286 - Interior da senzala da Casa dos Contos em Ouro Preto - MG
(Fonte: www.flickr.com/photos/angelorossini).

Figura 287 - Senzala localizada no porão da casa grande. Fazenda Bela Aliança em Descalvado - SP
(Fonte: www.fazendabelaalianza.com.br).

Viajantes estrangeiros descreveram ou retrataram senzalas (figuras 286 e 287) após visitarem fazendas e engenhos brasileiros. Em geral, são citados quatro tipos comuns, sendo três deles classificados por Slenes (1999) como senzalas ‘cabana’, ‘pavilhão’ ou ‘barracão’ e por Marquese (2005) como senzala em quadra. Na senzala cabana o programa se daria em uma habitação de apenas um

⁶⁸ Nas residências urbanas, quando por falta de espaço não dispunham de uma senzala ou galpão, os escravos esticavam a noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão. Tal era o costume nas casas mais simples da cidade, que dispunham de um ou dois escravos para todos os serviços. Nos sobrados do século XVIII e XIX, os cativos dormiam no porão ou no rés-do-chão (Algranti, 2002, p. 95).

cômodo, destinado a abrigar os escravos casados e seus filhos menores para dormir, e onde se poderia instalar um fogo, sendo que em alguns casos, essa habitação poderia ter dois cômodos: um destinado à função de dormir, onde estariam os tabiques, e outro ao fogo, onde os moradores preparavam comida, comiam e recebiam visitas; já a senzala pavilhão reunia compartimentos de mesmas dimensões para solteiros ou para famílias, sendo que o fogo era aceso em cada cubículo familiar e para os solteiros, o fogo era comunitário em espaços comuns, como as varandas; enquanto que a senzala tipo barracão destinava espaços diferenciados para solteiros e casados em termos de dimensão, vivendo os solteiros em espaços sem maiores divisões, separados por sexo e as famílias em seus cubículos, onde teriam seus fogos (SLENES, 1999; MARQUESE, 2005).

Marquese (2005) apresenta mais um tipo de senzala o qual Slenes (1999) não classifica.

“O trabalho de Robert Slenes demonstra o proveito em se adotar uma perspectiva atlântica para o exame dos padrões de vida material escrava nas Américas. No entanto, deve-se ressaltar que não apenas as experiências dos escravos foram trazidas da África para o Novo Mundo, mas também as experiências dos poderes escravistas. Por ter focado mais a agência escrava do que a agência senhorial, Slenes deixou passar despercebida a novidade contida em certos arranjos de moradia que foram adotados em algumas das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba. Refiro-me ao que a documentação coeva registra como senzala em quadra, isto é, edifícios contínuos erigidos em formato retangular e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro” (MARQUESE, 2005).

220

Figura 288 - Senzala da Fazenda Machadinha em Quissamã - RJ (Fonte: www.panoramio.com/photo/13292785).

Figura 289 - Senzala da Fazenda Machadinha em Quissamã - RJ (Foto: Adilson dos Santos).

Viajantes estrangeiros registraram descrições sobre as variadas senzalas que as visitaram e que permitem analisar como o programa se desenvolvia de acordo com suas características construtivas e a relação de uso cotidiano de seus habitantes. Um dos viajantes estrangeiros que deixaram impressões sobre o Brasil, Ribeyrolles (1980) visitando uma fazenda de café no Rio de Janeiro em 1858, observou que: *“os negros da fazenda, casados ou não, são alojados em compartimentos/cabanas dispostos em filas alinhadas ou em grupos, de acordo com o terreno (...). Esses compartimentos/cabanas, construídos com paredes de terra, sem janelas e cobertos de palha, são chamados de senzalas na língua do país, e cada negro tem o seu”* (RIBEYROLLES, 1980 *apud* SLENES, 1999, p. 151).

No século XVII, pintores holandeses como Jean-Baptiste Debret e Maurice Rugendas registraram de maneira pouco precisa as senzalas de oito, retratadas como cabanas ou casebres construídos nas proximidades da casa-grande. Rugendas (1949), segundo Slenes (1999) foi quem melhor intuiu

como os escravos entendiam e usavam seus barracos. Com a gravura de 'Habitação de Negros' (figura 290) o pintor teve a intenção, não de retratar apenas a construção, *"mas também de mostrar o espaço em volta dela; o 'habitar', em seu quadro, se realiza principalmente em frente à choupana, onde várias pessoas trabalham em tarefas domésticas ou artesanais, cuidam de crianças, descansam, relaxam ou brincam"*, caracterizando também aspectos do programa daquela habitação (SLENES, 1999, p. 180).

Slenes (1999) também destaca que na gravura:

"os escravos que não se encontram dentro da choupana estão sob o olhar da senhora da casa-grande, debruçada na balaustrada da varanda de seu sobrado, a uma distância que provavelmente lhe permitiria uma vigilância auditiva, além de visual. O artista exagerou a proximidade da vivenda dos senhores das senzalas, pelo menos no que diz respeito à situação na maioria das grandes fazendas cafeeiras, mas captou bem o espírito da coisa. Era comum, nas grandes propriedades, tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste paulista, as senzalas se localizarem logo atrás ou ao lado da casa-grande, em volta do 'pátio', ou terreiro de café. Não só isso: era comum também, pelo menos no caso das senzalas-pavilhões ou barracões, as portas se abrirem para o terreiro, permitindo ao senhor e ao feitor manterem uma vigilância estreita sobre o 'habitar' dos negros, igual na sua essência ao do quadro de Rugendas" (SLENES, 1999, p. 181).

Figura 290 - Habitação de Negros (Autor: Johann Moritz Rugendas, 1838 in: Viagem Pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p. 71).

Figura 291 - Escravo brasileiro. Observar à esquerda as três 'cabanas' que serviam como senzalas, citadas pelo autor (Autor: Jean-Baptiste Debret).

221

Moradias de escravos também podem ser observadas mesmo em distância, no fundo da gravura 'Escravo brasileiro' de Jean Baptiste Debret (1978), ligeiramente próximos de um grupo de três pessoas (figura 291), conforme observa Slenes (1999):

"Estas 'cabanas', como Debret as chama, são praticamente idênticas à choupana de Rugendas, pelo menos naqueles detalhes mais grosseiros que podem ser percebidos. São pequenas (talvez menores do que a de Rugendas) e retangulares, com teto baixo, de duas-águas, caindo sobre os lados mais compridos. Como no caso do barraco de Rugendas, é num desses lados que está a entrada. Sem chaminé, as choças também não apresentam janelas, a julgar da primeira à esquerda, a mais visível. O tipo de construção e o material do teto não podem ser identificados" (SLENES, 1999, p. 180).

Além da habitação retratada por Rugendas, outros viajantes fizeram descrições de senzalas em diversas épocas: Ribeyrolles (1980) observou senzalas formadas por 'compartimentos conjugados' construídos com paredes de pau-a-pique, sem janelas e cobertas de palha; Lomonaco (1889) descreve uma choça semelhante, coberta de 'feixes de palha' e com paredes de pau-a-pique; Walsh (1985) retrata construções mais precárias que as de Rugendas e desses outros autores: *"As choças*

eram muito toscas, feitas com paus e cobertas com folhas de palmeira, e seu teto era tão baixo que só no centro dela [sic] uma pessoa conseguia manter-se perfeitamente ereta. Um tabique feito de vime trançado dividia as choupanas em dois cômodos (...); uma porta de taquara trançada vedava a entrada”; Toussaint-Samson (1883) observou ‘palhoças’ (*chaumières*) feitas em terra e lama, com folhas secas de bananeira para teto: *“tratava-se de uma habitação triste, onde a água penetra quando chove, [e] onde o vento sopra de toda parte (...), apesar de ela não ter [abertura para] chaminé nem janela”;* já Binzer (1980), visitando uma fazenda onde o senhor se gabava de tratar bem a seus cativos, descreve um casebre construído com *“uma espécie de armação das mais grosseiras, feitas de tábuas e recoberta por uma esteira de palha de milho”*, aparentemente de apenas um cômodo, e sem janelas. A autora observou dentro de uma habitação: *“um cobertor de lã, vermelho, um bauzinho de latão, uma mesa indescritivelmente primitiva, além de algumas panelas, pratos e pequenos utensílios, eram a única ornamentação (...)”* (BINZER, 1980 *apud* SLENES, 1999, p. 160).

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando percorreu em abril de 1822 o Caminho Novo da Piedade, retornando de São Paulo ao Rio de Janeiro, registrou, a presença de senzalas, próximo da freguesia de Areias.

“Hoje, comecei a notar, tanto à beira da estrada como a alguma distância, casas um pouco mais bem tratadas do que as vendas, e habitadas por agricultores mais abastados. Desde ontem comecei a ver plantações de café, hoje mais numerosas. Devem aumentar mais ainda à medida que me for aproximando do Rio de Janeiro. Esta alternativa de cafezais e matas virgens, roças de milho, capoeiras, vales e montanhas, esses ranchos, essas vendas, essas pequenas habitações rodeadas das choças dos negros e as caravanas que vão e vem, dão aos aspectos da região grande variedade” (SAINT-HILAIRE, 1976, p.100 *apud* MARQUESE, 2005).

O aspecto exato dessas ‘choças dos negros’, ou senzalas cabana, fica evidente pela observação de outro registro do período, o desenho aquarelado de Thomas Ender, que percorreu o mesmo caminho de Saint-Hilaire cinco anos antes, onde é possível ter uma ideia mais precisa do que seriam as ‘choças’ - à esquerda da figura 292 foram retratados casebres que seguem os padrões africanos de moradia escrava estudados por Slenes (MARQUESE, 2005).

Figura 292 - Fazenda do Capitão Estevão (Autor: Thomas Ender, 1817 *apud* Wagner & Bandeira, 2000, p. 805).

Maria Graham (1956) registrou que os casais moravam em ‘cabanas’, e que estas se localizavam juntas, separadas das moradias dos solteiros, mas não diz como moravam os solteiros na proprie-

dade que visitou. De passagem num domingo em 1822 pela fazenda e engenho de açúcar Nossa Senhora da Luz, da capital fluminense, ouviu *“a voz dos escravos, em noite de férias, enganando seus sofrimentos com cantigas estranhas tocadas em rudes instrumentos africanos. (...) Fui logo às cabanas dos escravos casados, onde se realizava a função, e encontrei os grupos a brincar, a cantar e a dançar a luz da lua”* (Graham, 1956). Os solteiros poderiam ter sido alojados em senzalas barracão ou pavilhão; mas também é possível que eles vivessem em pequenas cabanas ou choupanas, como os casais, conforme registro de Ribeyrolles (1980) e Frond sobre uma moradia de escravos composta de ‘compartimentos conjugados’ (figura 26), entre a senzala pavilhão e a formada por um conjunto de barracos.

“Outros observadores, entretanto, falam apenas de cabanas ou casebres separados. Rugendas apresentando suas próprias observações na década de 1820 ou as de outro viajante europeu, sobre as construções típicas de uma fazenda de cana (não se sabe se no Rio ou no Nordeste), fala dos ‘casebres dos negros, que com frequência correm paralelamente em dois lances, começando na altura da casa-grande e formando, assim, uma espécie de pátio’. Trata-se aqui, possivelmente, de senzalas-pavilhões, se por ‘lance’ se entende que os ‘casebres’ estavam colados uns aos outros. Em todo caso, Rugendas deixa claro que nas propriedades menores, ‘onde apenas se cultivava mandioca, milho, feijão ou algodão’, bastavam ‘algumas choupanas para os negros’” (SLENES, 1999, p. 157).

Outros viajantes como: Robert Walsh (1985), que visitou uma senzala numa fazenda de gado com ‘uma centena de negros’ na região da Serra do Couro (acima de Magé e Freichal, no Rio de Janeiro) em 1829, a descreveu composta por quarenta ou cinquenta choupanas dispostas em círculo; Alfonso Lomonaco (1889), que esteve no Brasil em 1885, registrou que nas grandes fazendas os escravos dormiam em senzalas tipo barracão, mas salientou que mais comumente em propriedades menores eles viviam em cabanas (‘choupanas’); Adèle Toussaint-Samson (1883), que visitou uma grande fazenda no Rio de Janeiro, por volta de 1880, observou que *“em frente à casa-grande (...), arranjadas num círculo, estavam as senzalas (as palhoças) dos negros, ao número de setenta, mais ou menos”*; e Ina von Binzer (1980), escrevendo sobre sua visita a uma fazenda de café com 200 escravos, em 1881 no Rio de Janeiro, se referiu às ‘cabanas dos pretos’, sem mencionar maiores detalhes sobre o tipo (SLENES, 1999, p. 158).

Slenes (1999) destaca que quanto ao programa de moradia, destinado aos solteiros ou casados, Lomonaco (1889), Walsh (1985) e Toussaint-Samson (1883) não fazem referência a escravos casados, e Binzer diz sobre eles, sem explicitar se os casais habitavam seus próprios barracos. Rugendas (1949) salienta em seus relatos que era permitido aos recém-casados ‘construir[em] sua casinha’.

“As observações de G. W. Freireyss, de 1814-15, também são sugestivas, embora provavelmente não digam respeito às áreas de grande lavoura do Sudeste, mas à região de Ouro-Preto em Minas Gerais. Segundo Freireyss, ‘os escravos moram em casinhas de barro, perto da casa [grande] da Fazenda’, sendo que o cativo pode ‘considerar-se feliz se o senhor lhe permitir casar e construir para si e sua família uma cabana’” (SLENES, 1999, p. 158).

Marquese (2005) acredita que a senzala cabana parece ter sido o modelo das unidades habitacionais escravas das fazendas do Vale do Paraíba até a década de 1840, apesar de que na década de 1830 alguns fazendeiros estavam erigindo senzalas em linha nas unidades cafeeiras do Vale do Paraíba, conforme expõe Carrilho (1994), sobre o inventário do proprietário da fazenda Cachoeiri-

nha de Baixo em Bananal (o qual possuía 26 escravos), que registra em 1836 a existência de uma senzala contínua com sete lanços cobertos de telha (Carrilho, 1994, p. 62 *apud* Marquese, 2005). Segundo o autor, até então, não havia a deliberação para se construir um espaço diferenciado de habitação escrava. Nesse período, foi despertada uma atenção maior com relação à normatização dos espaços habitacionais nas fazendas, o que pode ser comprovado nos manuais agrícolas publicados no período (MARQUESE, 2005).

Em sua publicação de Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro em 1847 no periódico 'Auxiliador da Indústria Nacional' e depois em seu livro, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Pati do Alferes (1985) incentivava aos fazendeiros do Vale do Paraíba uma construção avarandada e com quartos maiores ou mais largos - uma senzala tipo pavilhão que proporcionaria cuidado com a saúde dos escravos e vigilância estrita sobre eles:

"Deveis fazer (...) as senzalas dos pretos (...) voltadas para o nascente ou o poente, e em só li-nha, se for possível, com quartos de 24 palmos⁶⁹ em quadro, e uma varanda, de oito⁷⁰ de largo em todo o comprimento. Cada quarto destes deve acomodar quatro pretos solteiros, e se forem casados, marido e mulher com os filhos unicamente. As varandas⁷¹ das senzalas são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro, não molha os pés se está a chover; quase sempre estão eles ao pé do fogo, saem quentes para o ar frio e chuva, constipam e adoecem. Depois que fiz todas as senzalas avarandadas adoece menor número de pretos, além de se conservarem mais robustos. As senzalas devem ser feitas no lugar mais sadio e enxuto da fazenda; é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro. Muitos porém há que não olham para isso; conservam-nos em cloacas úmidas e pouco ventiladas; enfim, muitos há que para o preto é que menos olham, o que querem é tirar serviço, enquanto ele como um espectro move as pernas, embora no seguinte dia se ache na eternidade (...)" (WERNECK, 1985, p. 57-58 *apud* SLENES, 1999, p. 150).

224

Marquese (2005) completa que segundo as orientações de Werneck, as portas dos cubículos deveriam estar voltadas ao quadro da fazenda, configurando uma espécie de pátio em torno do terreiro, com cada face ocupada respectivamente pela casa senhorial, pelos paióis, tulhas e cavalariças, engenhos de pilões e de mandioca e pela senzala, onde a moradia escrava permaneceria sempre sob a vista e o controle do senhor (MARQUESE, 2005).

Figura 293 - Senzala da Fazenda Santa Francisca em Quissamã no Rio de Janeiro

(Fonte: www.tripmondo.com/brazil/rio-de-janeiro/serrinha/picture-gallery-of-serrinha/).

Figura 294 - Senzala em Salesópolis
(Fonte: www.camarasalesopolis.sp.gov.br/).

⁶⁹ Aproximadamente 5,3 metros.

⁷⁰ 1,8 metro.

⁷¹ Talvez alpendres...

As senzalas (figuras 293 e 294) localizavam-se nas proximidades da residência do fazendeiro pela necessidade de fiscalizar a escravaria. Os edifícios, na grande maioria eram alongados, de forma retangular em pavilhão. Muitos construídos em taipa-de-mão e cobertos de sapé, sem janelas com uma porta única, com aberturas de trinta a quarenta centímetros na parte superior, junto ao telhado. Quando havia janelas, eram fechadas com grades para impedir tentativas de fuga (VIOTTI DA COSTA, 1997, p. 294).

Outros viajantes deixaram depoimentos com descrição de senzalas, além das remanescentes, que permitem reconhecer suas características relativas ao programa e a tipologia, mesmo que as diferenças entre moradias de solteiros e casados não se evidenciem. Hermann Burmeister, o qual visitou o Rio de Janeiro em 1851, fez uma descrição sobre a senzala que pode ser classificada como tipo 'pavilhão': *"em cada fazenda encontramos pavilhões compridos, com andar térreo apenas, separados em cubículos de 8 a 10 pés⁷² de largura, tendo cada um sua saída para o pátio. É lá que moram os escravos; os casados, juntos num cubículo, os solteiros 2 ou 3 em cada peça, os homens separados das mulheres. Em geral, há pavilhões separados para os homens e para as mulheres"* (BURMEISTER, 1952 *apud* SLENES, 1999, p. 150).

As gravuras de Victor Frond, que acompanham o livro de Ribeyrolles (1980), ilustram senzalas compostas de uma sequência de compartimentos colados, e não barracos separados em fila. A Figura 295 demonstra uma senzala tipo pavilhão, relativamente bem construída, com telhado de telhas de capa e canal, enquanto que a senzala da figura 296 é pequena e muito mais rústica, abrigando apenas três compartimentos. Segundo Slenes (1999) corresponde aos 'compartimentos/cabanas dispostos em grupo', descritos por Ribeyrolles (1980), embora também tenha telhado cerâmico e não de palha.

"Na verdade, esta construção é menos um pavilhão do que um pequeno conjunto de 'compartimentos conjugados'. A distância entre suas portas parece ser um pouco menor do que a apresentada pela outra senzala desenhada por Frond, a julgar pelo tamanho dos tipos humanos retratados. Em todo caso, a largura dos compartimentos em ambas é mais próxima da medida dada por Burmeister do que daquela recomendada pelo Barão de Pati do Alferes" (SLENES, 1999, p. 151).

Figura 295 - Antes da partida para a roça (Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

Figura 296 - Senzala 1859 (Autor: Litografia de Victor Frond/S. Sisson).

⁷² 2,7 a 3,4 metros.

Slenes (1999) destaca que na senzala-pavilhão⁷³, segundo as descrições de Burmeister (1980) e do Barão de Pati do Alferes (1985), o escravo casado tinha um compartimento idêntico, em seus aspectos físicos, ao do solteiro, embora menos congestionado e talvez dividido com um parceiro de sua escolha. Por outro lado, nas senzalas tipo barracão, os espaços para casais e solteiros eram bastante diferenciados, conforme descreveu Tschudi (1980) quando conheceu uma senzala em Cantagalo, no Rio de Janeiro, em 1860:

*"No pátio em que se encontra a casa-grande existem em geral dois edifícios compridos, de construção primitiva, as chamadas senzalas ou habitações dos negros, onde os homens são alojados separadamente das mulheres (...) ao longo dessas construções estão as tarimbas, cerca de três pés⁷⁴ acima do chão, e no centro um corredor bastante largo (...). As tarimbas, das quais cada uma mede 2,5 a 3 pés⁷⁵ de largura, são separadas uma da outra por uma divisão de madeira de 3 pés de altura, tendo na frente uma esteira ou cobertor para tapar a entrada do lado do corredor (...) as senzalas possuem janelas com grades, ou então, em vez de janelas, uma abertura abaixo do teto, a 12 pés⁷⁶ acima do solo, que permite a ventilação e a iluminação suficiente para todo o recinto. (...) As crianças menores dormem com as mães, as maiores possuem suas tarimbas individuais (figuras 297 e 298), dormindo em geral duas crianças em cada uma. Os negros casados vivem em recintos menores devidamente separados. (...) o fazendeiro permite que os pares (...) vivam juntos"*⁷⁷ (TSCHUDI, 1980 *apud* SLENES, 1999, p. 152).

Figura 297 - Detalhe de 'Mercado de escravos' mostra os hábitos familiares com o auxílio de tarimbas e da trempe (Autor: Johann Moritz Rugendas, séc. XIX).

Figura 298 - Negros Novos (Autor: Johann Moritz Rugendas, 1835).

Já Tschudi (1980) traçou uma diferença entre o programa da senzala barracão para solteiros, sem divisões internas expressivas, e os espaços separados dos casais, cujas aberturas para ventilação eram verticais e atravessadas por uma barra horizontal. Da mesma forma descreveu Stein (1990) a

⁷³ Alguns remanescentes de senzalas pavilhão, com ou sem varanda, ainda podem ser encontradas, geralmente transformadas em depósitos, estábulos, etc. em algumas fazendas antigas. "O historiador Stanley Stein, em seu estudo sobre a sociedade escravista de Vassouras, no Vale do Paraíba, inclui fotografias de uma delas, provavelmente tiradas no final da década de 1940. A construção tem uma varanda parecida com a recomendada pelo Barão de Pati, mas seus compartimentos parecem mais semelhantes em sua largura àqueles descritos por Burmeister. As senzalas-pavilhões que eu conheço também têm (ou tinham) quartos 'padrão Burmeister', ou um pouco maiores, no que se refere à largura (de três a quatro metros), mas apresentam de seis a sete metros de profundidade; isto é, embora suas medidas sejam diferentes das recomendadas pelo Barão de Pati, seu espaço interno chega perto do tamanho que ele preconizava. As paredes do lado de frente destas construções têm o mesmo aspecto que as senzalas retratadas por Frond e descritas por Ribeyrolles; não há janelas, apenas portas. Na parede dos fundos encontram-se janelas atravessadas por barras verticais de madeira (quadradas, não arredondadas), colocadas bem juntas, janelinhas com o mesmo tipo de barras, ou nenhuma espécie de abertura" (Slenes, 1999, p. 151).

⁷⁴ 1 metro.

⁷⁵ 0,9 a 1 metro.

⁷⁶ 4,1 metros.

⁷⁷ O que leva a crer que eram uniões consensuais uma vez que no Rio de Janeiro e especialmente em Cantagalo os índices de matrimônios oficiais eram muito baixos (Slenes, 1999, p. 152).

respeito de senzalas na Fazenda Cachoeira Grande na cidade fluminense de Vassouras *“distinguindo os ‘cubículos sem janelas’ dos casais das ‘senzalas separadas e sem divisórias’ para homens e mulheres solteiros”* (STEIN, 1990 *apud* SLENES, 1999, p. 152).

Com base em relatos de viajantes, Slenes (1999) conclui que em algumas fazendas, onde os solteiros habitavam compartimentos nas senzalas tipo barracão ou pavilhão, os casais moravam em construções separadas, provavelmente em barracos ou cabanas individuais.

“De acordo com Emílio Giglioli, que em 1865 visitou uma fazenda com 300 cativos, no Vale do Paraíba, os escravos tinham ‘uma casinha por família’; isto é, ‘aqueles [escravos] de sexo oposto que estão juntos têm uma habitação separada e se dizem casados, os outros vivem misturados como qualquer animal doméstico [sic]’. Parecida, porém mais informativa, é a descrição de Francis Castelnau, que em 1843 esteve em Minas Gerais numa fazenda com 200 escravos, não longe de Paraíba do Sul na província fluminense. Segundo Castelnau, cada par de cônjuges habitava um ‘domicílio independente’, enquanto ‘a maior parte dos outros [escravos] vivia numa grande casa dividida em quartos de seis pés⁷⁸ quadrados [sic], contendo cada um seis indivíduos. (Evidentemente, Castelnau quis dizer que os quartos tinham ‘seis pés de cada lado’; ainda assim, ele provavelmente subestimou a medida, já que seis indivíduos não podiam ter dormido no espaço assinalado, nem em tarimbas beliche)” (SLENES, 1999, p. 157).

Os cubículos, compartimentos ou mesmo os casebres eram de pequenas dimensões, com 2 metros por 2 ou 3 metros por 2, no máximo, inclusive menores que o padrão recomendado pelo Barão de Pati do Alferes. Uma senzala fotografada por Stein (1990) em Vassouras no Rio de Janeiro, no final da década de 1940, tinha duas aberturas verticais na parede, atravessadas no meio por uma barra horizontal, com a aparência de uma cela de presídio. Slenes (1999) acrescenta que as cabanas também, segundo os viajantes, eram pequenas, e de construção inferior à das melhores senzalas tipo barracão ou pavilhão.

“A ‘habitação de negros’, representada numa gravura de Rugendas (ver a figura 290), tem planta retangular que não deve exceder três metros por dois, a julgar do tamanho das figuras humanas no quadro. Sua construção talvez seja acima da média para esses barracos; ela é feita, praticamente sem lugar para dúvidas, de pau-a-pique, sendo reforçada com vigas nas quinas e nos dois lados da entrada. O teto, baixo, elaborado de frondas de palmeira, é de duas águas, saindo para os lados mais compridos da casa. A choupana não tem chaminé, e não há janelas, pelo menos nos dois lados retratados” (SLENES, 1999, p. 159).

As senzalas eram comumente trancadas à noite⁷⁹, apesar de apertadas, sem janelas e frequentemente mal construídas, revelando a crueldade e indiferença no tratamento dispensado aos escravos. Tschudi (1980) descreve que as senzalas do tipo barracão *“(...) ficam abertas até as 10 horas da noite, havendo até lá, um convívio misto nas mesmas. A um sinal dado por uma campainha, os homens e as mulheres se retiram, cada qual para a sua habitação, e o guarda as fecha à chave,*

⁷⁸ 2 metros.

⁷⁹ *“Há motivos, é verdade, para pensar que no Brasil o trancamento das portas das senzalas não era uma medida muito eficaz, já que são abundantes os casos de escravos que fugiam de suas habitações à noite para se apropriarem de pequenas quantidades de café e negociá-las nas vendas locais, ou para realizarem as evasões, os encontros sediciosos e as entrevistas de amor, etcetera, de que fala Ribeyrolles. Tais fugas não são muito surpreendentes, dado o padrão de construção das senzalas. Stein relata o caso de um escravo em Vassouras que frequentemente saía da senzala à noite pelo telhado, removendo (e, supõe-se, recolocando, na volta) as telhas de cerâmica. Mais revelador ainda é o caso em Campinas de um escravo, suspeito de ser o autor de um assassinato, que, não sentir que se tocava na porta da senzala [para chamá-lo], evadira por um buraco. Contudo, mesmo se a tranca na porta da senzala fosse totalmente inútil como medida de segurança, ela continuaria tendo uma força simbólica: afinal, dormir debaixo de chave era uma das práticas mais visíveis que demarcavam a linha entre a liberdade e o cativeiro, e os escravos certamente teriam percebido isso”* (Slenes, 1999, p. 151).

abrindo-as na manhã seguinte (...)”, sendo uma prática frequente na senzala tipo pavilhão e até mesmo em construções mais precárias. Tinha por fim prevenir as fugas, os encontros amorosos ou de conspiração, ou mesmo algazarras noturnas que perturbariam a disciplina e criariam contendas entre membros do grupo de trabalho (TSCHUDI, 1980 *apud* SLENES, 1999, p. 160; 165).

Para Marquese (2005) as senzalas em quadra têm como característica o isolamento, garantido por meio de sua disposição retangular (figura 299), pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão.

Figura 299 - Sucessão de cubículos com divisórias internas, mas destituídos dos elementos que permitiam a intimidade (Fonte: www.ihgrgs.org.br/artigos/Gunter_Brasil_Africa.htm).

Como exemplo, na cidade pernambucana de Abreu e Lima a senzala pavilhão da Fazenda Jaguari-be, que pertencia aos monges beneditinos no século XVII tinha a estrutura principal composta por um vão, separado em cômodos por paredes divisórias, tendo à frente um alpendre, ao qual se chegava por meio de uma pequena escadaria de pedras. A cobertura era feita com telhas e o chão era de terra. Todo material usado, tanto na construção da senzala, como nas outras edificações da fazenda, era produzido pelos próprios escravos na localidade. Em pesquisas arqueológicas realizadas por Jansen (2007) nas ruínas da citada senzala foi descoberto que havia uma diferença para outras senzalas na forma como eram ocupados os vãos. Foram encontrados vestígios de louças, utensílios do cotidiano e até mesmo moedas, objetos que normalmente não estariam ao alcance dos escravos. Há sinais também de que cada cômodo possuía sua própria cozinha, o que indica que cada um era ocupado por uma família⁸⁰.

Marquese (2005) afirma que a entre as recomendações do Barão de Pati do Alferes e algumas das plantas reproduzidas por P.J. Laborie, de senzalas edificadas nas Antilhas, há semelhanças eviden-

⁸⁰ www.ufpe.br/new/visualizar.php?id=6124.

tes, entretanto adverte que o manual de Werneck deve ser compreendido de acordo com as construções no Vale do Paraíba a partir da década de 1840.

“A novidade veiculada em seu trabalho consistiu no fechamento do terreiro, dispondo-se as senzalas em uma mesma quadra contínua à casa senhorial e aos edifícios da manufatura (engenhos, tulhas, etc.). Exatamente nesse período os inventários das fazendas começaram a registrar uma nova forma arquitetônica, denominada como ‘quadro de senzalas’, ou ‘senzalas em quadra’. Há um caso que ajuda a melhor iluminar o assunto. No inventário de 1855 da fazenda das Antinhas (Bananal, São Paulo), com um total de 137 escravos, anotou-se a existência de ‘um quadro de senzalas com trinta lanços’. Por si só, esse registro pouco esclarece, mas há uma pintura a óleo dessa propriedade, composta duas décadas após a realização do inventário, que muito auxilia a compreensão do arranjo arquitetônico” (MARQUESE, 2005).

Na imagem (figura 300), destaca o autor, são vistas senzalas dispostas em L, com as portas avarandadas e voltadas ao terreiro; a casa senhorial localizada à direita, separada do terreiro por um muro; e oposta à senzala, mais uma construção em linha, possivelmente as tulhas (MARQUESE, 2005).

Figura 300 - Fazenda das Antinhas em Bananal (Autor: José de Lima, C. 1870 *apud* Setubal, 2008).

Outra imagem destacada por Marquese (2005), do mesmo período e região, é considerada mais esclarecedora pelo autor, quanto ao arranjo arquitetônico da senzala em quadra (figura 301). No inventário de Luciano José de Almeida, dono da fazenda Boa Vista em Bananal e de 800 escravos em 1854, há referência a dois conjuntos de senzalas em quadra na fazenda Boa Vista, um com 49 e outro com 60 lanços.

“Observando-se a pintura a óleo dessa propriedade, percebe-se claramente qual a disposição das duas quadras. A primeira, com 60 lanços mais tulhas e engenho (localizados na parte superior direita do terreiro), localizava-se em frente à casa de vivenda; a segunda, apenas com os lanços das senzalas, encontrava-se atrás. Na quadra frontal, nota-se novamente a existência de um único portão de entrada; todas as portas dos lanços da senzala, por sua vez, voltavam-se para o terreiro” (MARQUESE, 2005).

Figura 301 - Fazenda Boa Vista em Bananal (Autor: Georg Grimm, c. 1880 *apud* Marquese, 2005).

Origens e influências das senzalas:

A senzala era concebida e construída como conjunto especialmente agenciado com as outras edificações. Saia (1995) acredita que por conta de um grande volume de senzalas que foram edificadas no Nordeste açucareiro e também em Minas Gerais, já havia uma espécie de solução-tipo quando as mesmas começaram a ser edificadas em São Paulo, tempos depois. Desta forma o partido de agrupar as unidades em lanço corrido já estaria em uso, e do contrário, passou a ser tradição quando da instituição da arquitetura da produção de café, no momento que ocorreu enorme contingente de negros trazidos diretamente da África ou transferidos do Nordeste e de Minas Gerais. Saia (1995) destaca que:

“substancialmente essa solução é constituída de uma sucessão de cubículos, geralmente bem correados, isto é, alinhados sobre uma plataforma, com telhado corrido, num só nível. Documentadamente a solução que mais se assemelha é a habitação do índio no plano das aldeias jesuíticas. Uma única diferença: os jesuítas organizavam-nas em grupos de alguns cubículos, formando as unidades que por sua vez eram alinhadas numa espécie de reticulado em torno de uma praça. Tudo como vem indicado na ‘Recopilação das Leis das Índias’, forma que sugere uma disciplina de composição que não estaria ausente da senzala cafezista” (SAIA, 1995, p. 187).

Já com relação às fachadas, e eventuais divisões internas dos cubículos, segundo o autor, não parece ter havido solução-tipo, pois particularidades locais, de época e as circunstâncias sociais dos escravos, solteiros ou vivendo em família, teriam influenciado a introdução de variantes, que depois puderam ser eventualmente removidas (SAIA, 1995, p. 187).

Slenes (1999) reconhece que em certos aspectos importantes as senzalas, em especial as do tipo ‘cabana’ guardam semelhanças com as ‘cubatas’ (figuras 302 e 303) as habitações africanas comuns encontradas do ‘Senegal ao longo da costa da Guiné, e descendo a costa ocidental da África Central’, como as choças retangulares com telhado de duas águas e cômodos pequenos, exemplificadas por Vlach (1978): *“Na região da Baía de Benin, usam-se constantemente unidades de 9 por 9*

pés⁸¹; estas dimensões são comparáveis às das unidades de 10 por 10 pés⁸² e de 8 por 8 pés⁸³ encontradas em Angola. Um rápido levantamento de plantas de casas na África Ocidental revelou que o tamanho médio dos quartos era de 10 pés de cada lado”. O autor destaca que as casas tradicionais dessa região também são normalmente baixas, com o telhado coberto de colmo (palha ou sapé) e não tem janelas. Mahommah G. Baquaqua, um escravo da África Ocidental que foi capturado e enviado ao Brasil após 1831 relatou que: “as janelas das casas também pareciam estranhas, pois era a primeira vez em minha vida que via casas com janelas” (SLENES, 1999, p. 165-166).

Figura 302 - 'Cubata' em Angola
(foto: Angola Reconstrução Nacional).

Figura 303 - Tipos de Cubatas africanas (Fonte: www.ihgrgs.org.br/artigos/Gunter_Brasil_Africa.htm).

Quanto ao programa da senzala que pode então estar relacionado a uma origem africana (e não às aldeias jesuíticas como afirma Saia), existem interessantes relatos de dois viajantes ingleses: Robert Walsh (1985), Ina von Binzer (1980) e Annie Brassey (1878).

“Na fazenda visitada por Walsh em 1829, as choupanas dos escravos estavam divididas em dois cômodos: ‘num deles cabia apenas uma cama, armada sobre paus, no outro ardia um fogo, que era mantido permanentemente aceso mesmo nos dias mais quentes’. Esta distribuição do espaço não era a única que existia, nem necessariamente a mais comum; Binzer, afinal, dá a entender que as choças observadas por ela tinham apenas um cômodo. O interessante na descrição de Walsh, contudo, é que ela coincide com um plano de divisão e realização do ambiente interno, que é comum nas construções tradicionais tanto da África Ocidental quanto da África Central” (SLENES, 1999, p. 166; 167).

Slenes (1999) esclarece que podemos tomar como típica a descrição de Manoel Antônio Tomé (1961), feita em meados do século XX, a respeito das ‘cubatas’ (cabanas) de um povo mbundu, os ‘njinga’, localizado ao norte do rio Cuanza, em Angola, e muito afastados dos lugares onde vive ou circula o europeu. E destaca que após descrever a ‘cubata’ mais comum, sem divisórias, Tomé nota que “muitas cubatas tem uma divisória para dormida, ficando a entrada para cozinhar, comerem as refeições e receberem as visitas” (...). Nas ‘cubatas’ mais simples, os habitantes “deitam-se no chão, sobre uma esteira ou embrulhados em cobertores, (...) nas ‘cubatas’ com divisória para

⁸¹ 2,7 por 2,7 metros.

⁸² 3,0 por 3,0 metros.

⁸³ 2,4 por 2,4 metros.

dormida, [eles] tem tarimbas que constroem com 'forquilhas' de 40 a 50 centímetros, fora da terra, sobre as quais formam estrados, (...) para estenderem as esteiras onde dormem" (Tomé, 1961 in Slenes, 1999). O autor considera que seu uso parece ser extenso e antigo, uma vez que Luís Antônio de Oliveira Mendes, em uma 'Memória sobre o tráfico de africanos de Angola para o Brasil', esta publicada em 1812, *"descreve os 'jiraus', as camas nas casas africanas, que repousavam em 'quatro forquilhas de pau'. No século XIX, a palavra era usada também no Brasil para descrever um 'leito de varas sobre forquilhas', usado por cama pela população mais pobre, e também como 'guarda-comida da senzala' no Rio de Janeiro. Enfim, até a cama descrita por Walsh, 'armada sobre paus', parece ter sido feita de acordo com um modelo africano"* (SLENES, 1999, p. 166;167).

Annie Brassey (1878) relata que os escravos também utilizavam suportes com forquilhas para outras finalidades, quando em 1876, numa viagem ao redor do mundo, visitou uma fazenda de café próxima de Petrópolis no Rio de Janeiro. Uma gravura que acompanha seu relato (figura 35) ilustra uma 'vila de escravos' que confirma relatos de outros viajantes.

"As construções são simples, cobertas de colmo, não têm chaminés e não mostram janelas. São mais altas, contudo, do que as choupanas descritas por Walsh e as retratadas por Rugendas e Debret. Seu espaço interno também parece ser mais amplo do que o normal, mas esta observação em si vale pouco, já que o texto de Brassey não traz nenhuma informação sobre as possíveis divisões nestes barracos ou o número de seus habitantes. No canto superior à esquerda, vislumbramos, talvez, uma senzala-pavilhão primitiva, com alpendre e várias portas" (Slenes, 1999, p. 168).

232

Figura 304 - Senzalas: construção com pau de cumeeira (mocambo) apoiado em forquilha. Fazenda Sant'Anna (Fonte: Arquivo fotográfico).

Figura 305 - Senzala avarandada da fazenda São Luís em Massambará no Rio de Janeiro (Fonte: Stanley Stein).

Slenes (1999) observou que *“a cumeeira da choupana no primeiro plano do quadro consiste de um tronco de árvore que está apoiado, pelo menos em uma de suas pontas, num tronco da mesma grossura, terminando em forquilha (...) para sustentar os paus da cumeeira e dos lados da casa”* sendo esta uma solução típica das habitações angolanas (figura 304). Desta forma, é possível concluir que o aspecto geral das casas retratadas por Brassey (1878), além da ausência de janelas (figura 305), dimensões equivalentes e o ângulo da cumeeira, lembram as construções retangulares tradicionais da África Central no século XVIII (SLENES, 1999, p. 168).

As dimensões dos cômodos das senzalas brasileiras e frequentemente seus materiais, técnicas de construção e programa não seriam totalmente estranhos aos escravos, em vista das coincidências entre as imposições restritivas de seus senhores e sua herança africana, considerando-se também que eles mesmos frequentemente podiam decidir sobre alguns aspectos de suas habitações. O programa da habitação não teria desta forma, mudado muito na passagem da África para o Brasil (SLENES, 1999, p. 174).

Julius F. Glück, em seu estudo sobre a arquitetura tradicional africana descreve o programa da choça, cabana ou choupana, o qual não difere muito do programa da senzala:

“do ponto de vista de uma história do desenvolvimento, a choça não é um espaço para morar, porém um espaço para dormir e, quando necessário, um abrigo contra efeitos climáticos. Depois que o homem se tornou sedentário, o fogo, os fornos e os pequenos animais também teriam sido levados para dentro do abrigo. O fato de que não havia verdadeiros lugares de moradia já é confirmado pela completa ausência de janelas. A luz penetra apenas através da abertura da entrada. A choça primeva é projetada para o dormir deitado, ou, no máximo, para um ser humano sentado; não é feita para um homem em pé. Portanto, podemos nos aproximar ao dimensionamento espacial desta arquitetura primeva apenas através de nosso conceito de quarto de dormir” (GLÜCK, 1966 apud SLENES, 1999, p. 174).

233

Conforme Glück (1966) a choça seria um ‘espaço para dormir’ e ‘um abrigo contra efeitos climáticos’, e não propriamente um lugar para morar: *“a definição é útil, contanto que consideremos o ‘dormir’ uma atividade social, não apenas fisiológica, e a choça um refúgio, além de um abrigo. A choupana, enfim, permitiria aos escravos casados e seus filhos ‘dormirem em família’ - isto é, possibilitaria a ‘recriação’ de rituais de convivência familiar na hora de deitar e levantar - num espaço fechado contra o mundo”*. Da mesma maneira, permitiria aos casais manterem as relações conjugais sem correr o risco de serem surpreendidos (SLENES, 1999, p. 180).

Se as senzalas, apertadas e trancadas, confirmavam para seus habitantes sua condição de escravos, as cabanas africanas não teriam sido lembradas como ideais, também porque o tráfico de escravos havia piorado as condições de vida e moradia da maioria dos africanos trazidos para a América, antes mesmo de terem sido capturados e desterrados, argumenta Slenes (1999). Pelo fato de muitas tribos terem se mudado para lugares mais estratégicos, tentando se proteger das capturas, os africanos passaram a simplificar suas moradias, a fim de poderem transportá-las parcialmente, pelo menos parcialmente, os mocambos. O transporte do mocambo inclusive era comum no Brasil nas fugas das fazendas para possibilitar a construção de moradia nos quilombos. O autor inicia *“com a constatação de que as senzalas brasileiras eram, em alguns aspectos, parecidas com as choupas africanas. Agora, podemos ver que as semelhanças entre ‘cubatas’, senzalas e, inclusive, quilombos*

são realmente extraordinárias”; e conclui que os escravos no Brasil não tinham ilusões sobre as condições nas quais viviam como cativos. Mesmo assim, os escravos africanos teriam reconhecido nas senzalas brasileiras uma gramática do espaço que não lhes era totalmente estranha e teriam elaborado maneiras de usá-la em seu proveito (SLENES, 1999, p. 178-179).

Ao apresentar o tipo de senzala em quadra, comum em fazendas paulistas como a Rio da Prata em Itupeva, Marquese (2005) defende que além da influência de origem africana dos tipos de senzalas apresentados por Slenes (1999), houve também a influência de modelos de habitações escravas de origem do cinturão açucareiro da colônia espanhola, como os *barracones* dos engenhos de açúcar cubanos, as grandes senzalas erigidas nos engenhos mecanizados e semimecanizados.

“As senzalas em quadra das fazendas de café brasileiras e os barracones dos engenhos de açúcar cubanos trouxeram uma ruptura substantiva em relação aos padrões de moradia escrava anteriormente existentes nas Américas, já que negavam brutalmente a autonomia escrava em sua construção. Ademais, ambos os arranjos arquitetônicos surgiram em um mesmo momento, a década de 1840. Em um contexto de aceleração da produção de café e açúcar, aumento no volume do tráfico negreiro transatlântico ilegal e acirramento das tensões internas e externas em torno da escravidão, os grandes senhores brasileiros e cubanos recorreram a um modelo arquitetônico bastante difundido nas áreas litorâneas da África em que operavam seus respectivos traficantes” (MARQUESE, 2005).

Segundo Marquese (2005) os historiadores cubanos destacam que o vocábulo *barracón* provém do tráfico transatlântico de escravos, e designava as construções onde os cativos eram confinados antes do embarque em navios negreiros na costa africana. Mendes (1977) em sua memória sobre o tráfico de escravos em Angola, composta em 1793 e publicada em 1812, anotou que os cativos, ao chegarem ao litoral, eram *‘metidos em um pátio seguro, de altas paredes, que não podem pela mesma escravatura ser saltadas, ficando ali ao tempo; e de noite há um telheiro, ou armazém também térreos, aonde é recolhida’* (MENDES, 1977 p. 47 *apud* MARQUESE, 2005).

“Com efeito, os barracões - ou quintais, expressão também utilizada pelos portugueses em Angola - caracterizavam-se por altos muros, erigidos em alvenaria ou com fortes paliçadas unidas por lâminas de ferro, e galpões dentro do cercado para abrigar os cativos das variações climáticas, sendo todo o conjunto vigiado por homens fortemente armados. Nos maiores edifícios, podiam ser acondicionados de quatro a seis mil escravos; nos menores, eram alocados de cem a seiscentos escravos” (MARQUESE, 2005).

Teria sido este o princípio norteador da construção das senzalas em quadra do Vale do Paraíba e dos barracões de pátio de Cuba, onde as unidades habitacionais escravas americanas representaram uma reelaboração dos barracões da costa africana, *“e são as circunstâncias da adoção dessas soluções de moradia escrava que permitem falar em filiação arquitetônica direta”*. Marquese (2005) expõe que o formato dos barracões africanos foi desenvolvido por conta do endurecimento da política antiescravista da Inglaterra contra o tráfico negreiro praticado pelas colônias de origem espanhola e portuguesa, que culminaram na proibição brasileira em 1850. A forma arquitetônica havia sido aplicada desde o século XVI para controlar o risco de revoltas de escravos ainda em solo africano e também em função de apressar o ritmo do circuito do tráfico, pois uma esquadra inglesa foi sediada em Serra Leoa exclusivamente ao combate e à captura dos navios negreiros (Marquese, 2005). *“O armazenamento de escravos [em barracões] em antecipação ao embarque, apesar de ser*

realizado antes, tornou-se uma prática bem mais comum na era do tráfico ilegal, dada a necessidade de acelerar a partida dos navios negreiros para minimizar os riscos de interceptação” (LAW, 1998, p. 102 *apud* MARQUESE, 2005).

Nas décadas de 1830 e 1840, diante do aumento da pressão antiescravista inglesa, do crescimento do tráfico ilegal, do avanço da exploração da força de trabalho para atender a demanda do mercado mundial e do aumento da resistência dos escravos, os fazendeiros de café e os senhores de engenho perceberam a necessidade de aumentar o controle sobre seus cativos. Para tanto, foi adotado o modelo do barracão africano, que se configurava uma solução arquitetônica familiar para alguns dos grandes proprietários escravistas brasileiros (MARQUESE, 2005).

O modelo recebeu modificações relevantes quando implantado no Brasil, pois enquanto os barracões foram padrão na costa africana, as senzalas em quadra e os barracões de pátio não tiveram muita difusão no Brasil, com exceção de algumas fazendas com mais de 100 escravos no Vale do Paraíba e na região de Itu, como a Fazenda Rio da Prata em Itupeva. Para Marquese (2005):

“a permanência dos cativos nos barracões africanos era breve, os cuidados com a higiene do local, mínimos, e o agrilhoamento, bastante comum; além do mais, para acolher os escravos das variações climáticas, havia apenas pequenas coberturas feitas de palha. Já as senzalas em quadra e os barracões de pátio eram concebidos como moradias permanentes. Por essa razão, a preocupação com a higiene era bem maior, os materiais de que eram feitas, mais consistentes, e, acima de tudo, os cubículos que abrigavam os escravos pressupunham a existência de uma comunidade com relações familiares estabelecidas” (MARQUESE, 2005).

Entretanto, o autor afirma que as diferenças não escondem a filiação, uma vez que a forma retangular, o muramento, a entrada única e a supervisão estrita são encontradas tanto na América quanto na África (MARQUESE, 2005).

Se a princípio, os fazendeiros deixavam a construção das senzalas a critério dos escravos, não só no Brasil, como também em outros países de colonização na América, a partir do final do século XVIII, foram advertidos quanto ao estado sanitário das habitações. Conforme descreve Marquese (2005) a prática dos holandeses na construção das senzalas no Suriname era diferente daquelas dos portugueses, espanhóis e franceses, e seguia o modelo das casernas, em edifício único com total simetria, modelo que enfrentava resistência dos escravos, os quais preferiam as palhoças ou cabanas isoladas. Para o reforço de segurança nas senzalas, foi tomado de empréstimo o modelo arquitetônico dos destacamentos militares, também na Guiana Francesa. O modelo empregado teve como base o manual *‘The Coffee Planter of Saint Domingo’* escrito por P. J. Laborie, um destacado produtor escravista de café de São Domingos (figura 306).

“O tratado foi dividido em quatro capítulos, que abordaram respectivamente a escolha e preparo dos terrenos para o plantio do café, a construção e distribuição dos edifícios, a cultura e processamento dos grãos e, por fim, a administração dos escravos. (...) Um cuidado especial foi reservado à exposição do plano de reforma da arquitetura da moradia escrava. Laborie propunha a construção das senzalas em linha, divididas em cubículos com 10 x 20 pés, cada qual reservado para três escravos; os cubículos, por sua vez, seriam subdivididos em dois quartos, um, A, onde se faz o fogo, outro, B, para dormir. Pode-se acrescentar por detrás uma galeria, C, da largura de seis pés, para suas aves” (MARQUESE, 2005).

Figura 306 - Planta baixa e corte da senzala proposta por P.J. Laborie em 1798 (Fonte: Acervo Guita e José Mindlin. Reprodução de Hélio Nobre).

Figura 307 - Senzalas em linha, sendo o último edifício em planta que mostra a existência de 10 cubículos em cada senzala (Fonte: Laborie, 1798 *apud* Acervo Guita e José Mindlin. Reprodução de Hélio Nobre).

Internamente as unidades seguiam o padrão de moradia ioruba, adotado por grande parte dos escravos em São Domingos quando tinham a autonomia para tanto, mas Laborie lhes imprimiu, como mostra a figura 307, uma filiação arquitetônica de suas senzalas às casernas europeias, relata Marquese (2005). Desta forma, a ideia consistia em conjugar as diferentes unidades habitacionais escravas em edifícios únicos, simétricos e uniformes, alinhados em torno dos terreiros de café ou locais observáveis a partir da casa senhorial, para ampliar o controle sobre a morada dos cativos. Segundo Laborie (1798), *"as casas [...] devem ser de maneira situadas, que possa o senhor ver tudo, ouvir e dar ordem. A exaço, e cuidado da manufatura, o serviço do hospital, que se deve guardar de dia, e de noite, a polícia das senzalas, e o cuidado do gado de toda a casta, inteiramente dependem da presença e vigilância do senhor"* (LABORIE, 1798, p.83 *apud* MARQUESE, 2005).

Marquese (2005) salienta que os preceitos de autores antilhanos como P. J. Laborie foram difundidos no Brasil e também em Cuba na passagem do século XVIII para o XIX, dentro dos esforços para recuperar as posições de Portugal e Espanha no quadro internacional, quando os administradores ilustrados dos dois impérios elaboraram reformas econômicas na política colonial. Foi utilizado o receituário bem sucedido nas possessões antilhanas francesas e inglesas que as tornara as maiores produtoras mundiais de artigos tropicais, com a tradução de textos agronômicos compostos para o Caribe francês e inglês ao português e castelhano, como o manual de Laborie, vertido para o português em 1800, mas implantado no Vale do Paraíba apenas a partir de 1840 (Marquese, 2005).

Outra possibilidade de influência tipológica na solução arquitetônica de disposição de senzalas em quadra, entre as décadas de 1840 e 1880, é apontada por Marquese (2005), como herança da arquitetura rural do norte de Portugal, segundo estudiosos como Carlos Lemos. A disposição de conjunto edificado em torno de um terreiro, *"com os cômodos de serviço à volta, constitui a peça-chave da circulação, servindo não só de distribuição como de local de manipulação dos gêneros agrícolas. É onde a família portuguesa trabalha com os raros empregados, é o espaço muito bem definido e acessível por um só portão"* (LEMOS, 1999, p.29 *apud* MARQUESE, 2005).

Na passagem do século XVIII para o XIX, com a implantação da cafeicultura no Vale do Paraíba, o modelo de terreiro à moda portuguesa, no Brasil, teria sido aplicado de início em Minas Gerais e sido disseminado por reinóis ou colonos vindos de Minas e adquirido configuração específica nas

fazendas de café da região. Nessa interpretação, as senzalas inscritas no terreiro da fazenda correspondem mais à *“necessidade de controle sobre as atividades no interior do quadro do que a formas rigorosas de confinamento”* da mão-de-obra escrava (CARRILHO, 1994, p.125 *apud* MARQUESE, 2005).

De acordo com os estudos de Saia (1995), Slenes (1999), Lemos (1999) e Marquese (2005) as diferentes tipologias de senzalas: cabana, pavilhão, barracão e em quadra, refletem diversos tipos de habitação oriundas dos povos indígenas nativos, da África, América Central (influenciadas pela Europa) e Portugal. Num primeiro momento, os escravos puderam construir suas próprias moradias de acordo com suas preferências e posteriormente, por conta da necessidade de vigilância contra fugas e agenciamento da unidade de produção, as senzalas passaram a atender às preferências dos proprietários das fazendas, inclusive com características militares de segurança.

Família escrava e a vida privada na senzala:

O estudo da família escrava no Brasil é recente e tem suscitado controvérsias, uma vez que a ideia da ‘licenciosidade das senzalas’ e a posição de que existia um desregramento sexual entre os cativos uniu autores como Gilberto Freyre (2006), Caio Prado Júnior (2008) e Florestan Fernandes (2008), com diferentes perspectivas. *“Desde o século XIX autores atribuíam aos negros e à ‘raça inferior’ a razão de tal desregramento e inexistência de organização familiar. Em 1933, entretanto, Gilberto Freyre trouxe uma nova perspectiva ao afirmar que ‘o negro foi patogênico, mas a serviço do branco’, superando o modelo de patologia social até então utilizado para explicar as práticas sexuais e a vida familiar dos escravos”*⁸⁴.

A maioria desses estudos que apontava a promiscuidade sexual em que viviam os escravos e a impossibilidade da existência da família escrava tinha como fonte de seus argumentos os depoimentos feitos por observadores brancos, principalmente dos viajantes estrangeiros (Debret, Rugendas, Burmeister, Stein, Tschudi, Castelnau, entre muitos outros) que visitaram o Brasil e deixaram preciosos relatos sobre o país no passado⁸⁵, segundo Winter (200x). Nos últimos 30 anos, houve uma significativa mudança na perspectiva de enfoque da família escrava adotada pela historiografia brasileira. Um dos primeiros a questionar a ausência ou a ‘patologia’ da família escrava no Brasil foi o historiador Robert Slenes na década de 1970. Com base em estudos com fontes demográficas, diferentes das utilizadas por aqueles pesquisadores, *“encontrou evidências incontestáveis de que a*

⁸⁴ Winter (200x) aponta as diferentes abordagens dos autores em relação ao negro escravizado: *“A visão política de Freyre, que retirava do negro o fardo da raça, foi contestada por Caio Prado Júnior. Prado, preocupado em condenar o legado socioeconômico do sistema colonial português, apontou para a profunda deformação de caráter e cultura sob o escravismo. A Escola de Sociologia Paulista aprofundou a análise do escravismo. Florestan Fernandes deu atenção especial à família, sua destruição impôs aos escravos condições anômicas de existência. O pressuposto básico era o de que os negros tiveram sua humanidade soterrada pelo regime escravista. Como mercadoria, agiam como tal, ou seja, passivamente - transformaram-se em uma ‘coisa’. Concluíram, portanto, que, enquanto ‘coisa’, lhes foi negado o acesso a mais elementar organização humana - a família. Daí o comportamento ‘patológico’ e ‘anômico’ do negro até mesmo no pós-abolição, não de herança africana, mas do padrão da sexualidade ‘promíscua’ e ‘desregrada’ da escravidão. Para Roger Bastide, a família escrava desapareceu com a impossibilidade de se manter a linhagem, o que desestruturou, também, o culto dos ancestrais”* (<http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas3.htm>).

⁸⁵ Segundo Winter, críticos como Suely Robles Reis de Queiroz, dizem que as fontes qualitativas como os relatos dos viajantes *“não têm apoiado satisfatoriamente as observações da demografia sobre uma significativa presença da família escrava no Brasil”* (<http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas3.htm>).

família escrava (muitas vezes constituída sob as bênçãos da Igreja Católica) era não só a regra como extremamente importante para a reprodução de identidades culturais africanas, mesmo no interior do violento regime escravista”⁸⁶.

A partir dos mais recentes estudos, a ‘coisificação’ do escravo também passou a ser questionada.

“Os negros, mesmo como escravos, foram homens ativos e agentes de sua própria história. Reelaboraram estrategicamente suas condições de vida de acordo com códigos oriundos de suas culturas de origem e das novas conjunturas que se lhes apresentavam numa sociedade escravista. (...) Argumentos como o desequilíbrio entre os sexos, baixa taxa de fecundidade e separação por venda continuam sendo empregados para atribuir pouca importância à vida familiar escrava”⁸⁷.

Winter (200x) acredita que:

“estereótipos e precipitações na concepção do local onde os cativos viviam levaram a conclusões errôneas sobre como organizavam sua vida social. O senso comum considera a senzala como um galpão único e sem divisões internas, no qual os escravos seriam colocados todos juntos ou separados por sexos. Tendo em mente esse tipo de senzala fica fácil associá-la a uma vida de promiscuidade, descartando de imediato qualquer possibilidade de organização interna dos escravos, seja ela familiar ou não”⁸⁸.

Estes estudos recentes têm demonstrado que a família era importante como centro do projeto de vida para os escravos, sendo que São Paulo se destaca em relação aos outros estados e também países com uma das maiores taxas de uniões formais e legalizadas. Setubal (2008) afirma que a família cativa contribuiu para a formação de uma nova identidade na senzala, onde geralmente a maioria dos escravos era de origem africana e próxima das suas tradições.

“Construir uma família representava uma esperança para o futuro, pois muitas vezes o casal recebia uma gleba e criação para vender; tinha um cômodo separado e podia fazer refeições em casa. A renda monetária proveniente de todas essas fontes possibilitava ampliação do consumo, ajudando a viabilizar projetos de vida e redes de solidariedade e também uma poupança-compra de alforria. No entanto, agia ao mesmo tempo como prolongador de sua própria escravidão, cuja supressão se projetava para o futuro de cada um. Ou seja, ao formarem famílias, os escravos tornavam-se ainda mais vulneráveis ao senhor, que nem sempre respeitava essas uniões (...) nos casos de venda ou partilha de herança” (SLENES, 1999, p. 197; SETUBAL, 2008, p. 70).

Por meio de estudos demográficos verificou-se uma alta incidência de matrimônios entre os escravos, inclusive duradouros, apesar das elevadas taxas de mortalidade, separação por motivo de venda, dote e partilhas de herança dos senhores, conforme estudo de Slenes (1999). Algumas das vantagens do casamento teriam sido de ordem emocional e psicológica, uma espécie de consolo na luta para enfrentar punições e privações diárias (figura 308). Casar-se significa ‘montar casa’ e desta forma há indícios de que o casamento proporcionava maior controle sobre o espaço da moradia. O autor afirma que embora os relatos de viajantes no século XIX registrem certa variedade na arquitetura das senzalas nas regiões de grande lavoura, também permitem imaginar que as experiências de escravos casados e solteiros eram bastante diferentes. Mesmo para o caso de uniões consensuais, no caso dos senhores que não permitiam casamentos oficiais, conforme ocorria frequen-

⁸⁶ <http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas3.htm>.

⁸⁷ op cit.

⁸⁸ op cit.

temente, por exemplo, no Rio de Janeiro. Slenes (1999) afirma também que formar uma família buscando privacidade por parte do escravo não teria como objetivo apenas a criação de um maior espaço psicológico e emocional, mas também a procura de independência econômica e cultural. Com a ideia de 'dormir em família' somada à outra utilidade da choça apontada por Glück (1966) - que é de abrigar um forno - é possível examinar a relação entre casamento e 'fogo': isto é, entre casar-se e adquirir um 'lar', tanto no sentido literal dessa palavra (lugar onde se pode preparar a comida), quanto nos seus sentidos figurativos (SLENES, 1999, p. 182).

O casamento (figura 309), mesmo que informal significava ter fogo separado, segundo Slenes (1999). Alimentos crus eram distribuídos aos escravos em algumas fazendas, como 'rações', sendo que as poucas referências a esses alimentos nos relatos da época são associadas aos escravos casados ou cativos com filhos e relatam que a ração permitia que uma das refeições comuns fosse substituída por comidas feitas 'em casa', ou seja, nas trempes das senzalas. Burmeister (1952) descreve que *"os escravos não possuem casa nem cozinha própria, a não ser os que têm filhos. Estes recebem os mantimentos necessários"*; e Binzer (1980), relata que os casais em geral desfrutavam de 'cozinha própria' sendo que na fazenda onde trabalhava os escravos casados eram alimentados pela cozinha da fazenda só no almoço e o jantar era preparado por suas mulheres, para as quais eram fornecidas as rações⁸⁹. O autor destaca que a distribuição de rações não ampliava a quantidade de alimentos destinada aos casais ou famílias conjugais, mas propiciava o controle sobre o preparo da comida, uma vez que podiam dispor, além das rações, de *"alimentos providos do mato e de suas atividades de criação e cultivo"*⁹⁰. Segundo Tschudi (1980) *"os pratos suplementares que os escravos preparam nos fogões (trempes), são peixe e alguma caça do mato, especialmente tatus, iguanas, pacas, capivaras, cotias"*, enquanto que Rugendas (1949) indica que os escravos *"comiam 'carne de caça', acrescentando que ela era importante em sua dieta (junto com frutas e 'legumes do mato'), em vista da pouca quantidade de comida dada pelo senhor"*⁹¹ (SLENES, 1999, p. 184).

⁸⁹ "Às senzalas eram destinados também caldo, melaço e açúcar mascavo, escuro e cheio de pedras. Esses ingredientes eram pelos escravos misturados à farinha, de mandioca ou de milho, formando uma pasta muito apreciada (...) [a] jacuba". Também comiam rapadura, caldo de cana puro, garapa e, sobretudo cachaça (CAVALCANTI, 2006, p. 45).

⁹⁰ "Nas senzalas, aprenderam a substituir ingredientes de suas receitas originais pelo pouco que lhes davam. Peixes secos, por frescos. Grandes animais, por capivaras, cobras, cotias, jacarés, lagartos, preás, porcos-do-mato, tatus, tartarugas. Insetos, também - besouros, cupins, formigas, gafanhotos, tanajuras, tapurus. Pimentas africanas (zingioeraceas e pipera-ceas), pelas nativas (capsicum). Mancarra, por amendoim. Inhame, por mandioca. Banana, por pacova - embora preferissem as de sua terra, pela acidez do tanino dessas pacovas. E comiam banana de muitos jeitos - com mel, farinha ou açúcar mascavo - acompanhando todos os alimentos. Substituíam, no gosto, melancia por abacate, abacaxi, abio, goiaba. Os que viviam próximos a cajueiros, logo introduziram o caju entre as suas preferidas. (...) É que os senhores, para evitar o escorbuto, consentiam que escravos tivessem, no pomar, as frutas que quisessem. Mas eles preferiam mesmo o alimento dissolvido - por acreditar fossem mais fortes. E mais próprio também as suas bocas desdentadas. Até porque, antes de dormir, enquanto na casa-grande se esfregavam os dentes com triaga magma (mistura de 74 drogas, que se acreditava curar tudo), restava aos escravos o alho - a triaga dos rústicos. Um dente de alho para cada um. Era comum, nesses escravos, chegar aos 40 anos sem um único dente na boca (...)" (CAVALCANTI, 2006, p. 36).

⁹¹ Slenes (1999) destaca que a quantidade de comida oferecida aos escravos pelos senhores era reduzida ao mínimo, (conforme relato de Debret) forçando, de certa forma, a atividade da caça e da pesca. No entanto mesmo com a variedade de fauna que estava à disposição dos escravos não significa que eles comiam bem, uma vez que o regime de trabalho nas fazendas, afinal, não deixava muito tempo sobrando para a caça e a pesca. O autor conclui, contudo que, por meio dessas atividades, os escravos ganhavam uma dieta mais variada e maior controle sobre o que eles comiam (SLENES, 1999, p. 186).

Figura 308: Casal de escravos negros (Autor: Johann Moritz Rugendas).

Figura 309: Casal de Cabinda no século XIX (Fonte: <http://civilizacaoesafricanas.blogspot.com.br/>).

Figura 310: Casal de negros livres (Foto: Militão Augusto de Azevedo, 1879).

A criação de animais também se tornou uma prática de sustento para os escravos que podiam manter seus fogos.

“De acordo com Rugendas (...) ‘as choupanas dos escravos (...) em geral possuem até algumas galinhas, porcos e um ou mais cavalo ou besta, que aluga [sic], com proveito, sendo que não têm gastos com sua manutenção’. Este trecho pode refletir, também, as próprias observações de Rugendas no Rio, pois está de acordo com um detalhe em sua prancha representando a ‘Habitação de negros’ (figura 290); ao colocar duas galinhas na cena, a intenção do artista muito provavelmente era a de retratar uma parte da economia doméstica dos escravos” (SLENES, 1999, p. 186).

240

Os frutos colhidos na roça e da exploração do mato, além da criação de animais, tinham um valor de troca para os casais que podiam suprir suas necessidades básicas, e também poderiam ter excedentes para vender (figuras 311 a 314) ou planejar atividades produtivas em função dos incentivos do mercado⁹². A venda de alguns de seus produtos ao senhor ou também (clandestinamente ou não) às casas de negócios na vizinhança da fazenda, permitiria aos escravos a compra de objetos que, mesmo tendo pequeno valor monetário, *“provavelmente eram de um alto valor simbólico para a manutenção da dignidade humana, frente às pressões da escravidão. (...) Compravam para si uma bonita camisa de cor e uma saia de chita de ramagens para a mulher”* (Figura 310). Stein (1990) registrou a importância da venda dos produtos da roça para o sustento da família escrava: *“os padrinhos escravos davam ao neném [escravo] recém-batizado uma toalha, sabonete, camisola de dormir e touca, comprados de caixeiros viajantes com os trocados ganhos pela venda de seus produtos agrícolas ou aves domésticas. Quando o afilhado chegava à idade ‘de fazer a barba pela primeira vez, seu padrinho presenteava-o com uma navalha de barba, e sua madrinha comprava ou*

⁹² *“A renda monetária proveniente de todas estas fontes, além de ampliar as possibilidades de ‘consumo’ e, dessa forma, ajudar a viabilizar projetos de vida e redes de solidariedade dentro da escravidão, também podia possibilitar a poupança. Em primeira instância, a poupança deve ter sido concebida como uma garantia da sobrevivência no futuro, em dias difíceis. Teria sido uma extensão de práticas diárias na roça; criar porcos, por exemplo, nada mais é do que uma maneira de ‘estocar’ milho ou inhame para o uso futuro. Mas, em alguns casos, e talvez no horizonte de todas as pessoas que lutavam para sobreviver na escravidão, havia a possibilidade de uma ‘acumulação’ mais significativa, que permitisse a compra da liberdade” (Slenes, 1999, p. 187).*

fazia uma toalha'' (Stein, 1999). Outra fonte de renda era a manufatura doméstica de objetos para venda, como roupas e cestos de cipó, que disso se ocupavam aos domingos e dias de guarda (SLENES, 1999, p. 196).

Figura 311 - Escravas vendendo frutas e legumes (Fonte: <http://jeocaz.multiply.com/journal/item/225/225>).

Figura 312 - Escravos vendedores de legumes e ovos (Fonte: <http://arocacontaumconto.blogspot.com.br/>).

Além da caça, pesca e da criação de animais também houve a prática da cessão de roças por parte dos senhores para que escravos casados as cultivassem, principalmente na grande lavoura do Centro Sul. Castelnau (1949) descreve uma fazenda no Rio de Janeiro, na região de Paraíba do Sul, notando que *“cada casal [de escravos] recebe como dote um pedaço de terra, para cultivar como lhe convenha”*; e Rugendas (1949) observa que *“após o casamento (...) o novo casal recebe um lote de terra, a fim de construir sua casinha, e para trabalharem em proveito próprio, nos dias concedidos para tal”*. Slenes (1999) destaca que alguns escravos não apenas receberam uma roça ao casar-se, mas também conseguiram escapar das senzalas localizadas à sombra da casa-grande na hora de contrair matrimônio. E também acredita que o escravo, quando pensava em casar-se, podia ter a esperança de melhorar sua vida de várias maneiras, não almejando acesso a recursos materiais, mas pensando numa divisão do trabalho em torno de um espaço e de um fogo ‘próprio’ que dessem melhores condições de sobrevivência.

“Podia ter mais esperança de tornar sua vida na escravidão uma vida de ‘gente’, dentro de seus próprios padrões culturais. Para isso, uma vez tendo fontes de alimentos independentes, o controle sobre o fogo era fundamental. (...) as implicações para o escravo casado de poder substituir uma das refeições comuns na fazenda por uma comida feita em casa, ou de ter a possibilidade de preparar comida fora dos horários estabelecidos pelo senhor” (SLENES, 1999, p. 189).

Slenes (1999) descreve que:

“o controle sobre o fogo teria significado um pouco mais de tempo para si, longe do olhar branco, e também a possibilidade de escolher os companheiros com quem compartilhar a refeição. Para muitos africanos, teria representado a oportunidade de recriar os rituais domésticos de suas origens, não (como poderíamos pensar, etnocentricamente) juntando marido e mulher na hora de comer, mas garantindo sua separação. Entre os nsundi, por exemplo, como entre muitos outros povos da África Central, a mulher preparava e servia a comida para seu cônjuge, mas não comia junto com ele. Aliás, para as pessoas do sexo masculino, a refeição principal normalmente era comunitária; os homens e meninos de um grupo de parentesco comiam juntos,

sendo que cada unidade doméstica participava da preparação dos alimentos. Do ponto de vista africano, o problema da comida preparada na cozinha da fazenda não teria sido seu caráter coletivo, mas o fato de que os escravos praticamente não tinham escolha sobre quem estava 'convidado' a comê-la" (SLENES, 1999, p. 189).

Figura 313 - *Fleurs e Bananes* (Autor: Jean-Baptiste Debret).

Figura 314 - *Vendedor de Leite* (Autor: Jean-Baptiste Debret).

O preparo da própria comida também poderia garantir ao escravo um ritual de comer que não fosse identificado com a condição de cativo ou mesmo de semoventes. Geralmente os senhores os alimentavam em cuias ou em gamelas coletivas para seis pessoas, mas há casos registrados de fazendas que alimentavam os moleques escravos em coxos, como se fossem animais. Segundo Slenes (1999):

"a gamela, em si, não teria tido conotações tão fortes, pelo menos de início; é possível que muitos africanos tenham provindo de sociedades em que era praxe tomar as refeições em recipientes comunitários. Contudo, não seria surpreendente se os escravos chegassem a identificar o comer em gamelas com o cativo (ou pior, com a condição de animais), e daí passarem a valorizar o uso de pratos individuais - inclusive de pratos feitos com material mais 'nobre' do que as cuias - como prática que poderia distanciá-los um tanto de sua situação social" (SLENES, 1999, p. 195).

Os escravos em geral almoçavam num refeitório conhecido como curro⁹³, sentados no chão e dividindo a comida da mesma gamela entre seis pessoas. Slenes (1999) destaca que *"escapar da refeição no curro, ou mesmo simplesmente não depender dela, teria significado também a possibilidade de melhorar a 'qualidade' da comida, através de um preparo mais caprichoso, do acréscimo de ingredientes, e da substituição ou apenas eliminação de componentes indesejáveis"*. O controle familiar sobre o preparo do jantar teria significado a possibilidade de escapar da comida do curro, provavelmente feita sem capricho e variedade; e também a oportunidade de conferir um sentido cultural próprio a uma das refeições do dia; alguns alimentos servidos pelos senhores no curro eram ofensivos cultural e religiosamente aos africanos de algumas sociedades da África Central: a abóbora moranga era considerada própria apenas para mulheres, e o sal consumido em excesso, como na carne de charque, poderia ofender ao espírito além do paladar de certos povos africanos (SLENES, 1999, p. 190).

⁹³ Segundo Slenes (1999) o 'curro' era o lugar onde se juntava o 'rebanho' de escravos e aonde eles iam 'curiar', expressão de origem bantu, significando 'comer' (Slenes, 1999, p. 190).

Nos relatos de viajantes estrangeiros, como Burmeister (1952), Tschudi (1980) e Giglioli (1875) o casamento, mesmo sem o ritual da igreja católica poderia conferir acesso a um espaço construído próprio: um cubículo numa senzala tipo barracão ou pavilhão, ou um barraco ou choupana separado. Mesmo não sendo necessariamente maior do que os cubículos (nas senzalas barracão), os compartimentos (nas senzalas pavilhão) ou os casebres dos solteiros, a moradia do escravo casado, ou recém-casado e sem filhos, geralmente congregava menos gente para dividir espaço.

“Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de vida, não apenas de roça. Enfim, o casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos. (...) ao pensar no casamento, os escravos, por serem manipuladores de uma gramática do espaço não inteiramente alheia às suas condições de cativo, teriam visto oportunidades que os historiadores (...) não percebem de imediato. Ter-se-iam interessado pelas possibilidades reais de aumentar a pequena área construída que estava a sua disposição e de ganhar mais controle sobre essa área, sabendo que aumentariam dessa maneira suas chances de atingir certas finalidades materiais e culturais: finalidades limitadas, porém de maneira alguma desprovidas de significado” (SLENES, 1999, p. 180).

Vários viajantes relataram o cotidiano da vida dos escravos dentro das senzalas destacando a presença do fogo para proporcionar a atividade de preparar comida: Tschudi (1980) descreve que no centro de cada um dos ‘dois edifícios compridos’ das senzalas barracão dos homens e mulheres solteiros, havia *“um corredor bastante largo e alguns fogões primitivos, nos quais os negros preparavam às vezes um ou outro prato simples ao voltar do trabalho”*, levando a crer que fossem trempes comunitárias. No caso das senzalas do tipo pavilhão, com quartos para solteiros e outros para famílias conjugais, há indícios de que havia um fogo em cada cubículo e de que cada casal tinha uma trempe própria⁹⁴; já Stein (1990), não comenta sobre fogos, mas registra a presença nas paredes internas dos cubículos dos casais *“algumas cavilhas e várias cuias para armazenar feijão, arroz, ou toucinho”*, sugerindo a existência de uma economia doméstica própria; Walsh (1985) observa que dentro de um dos ‘cômodos’ que compunham a choça do escravo, *“ardia um fogo que era mantido permanentemente aceso mesmo nos dias mais quentes”*; Giglioli (1875) retrata as casas dos escravos como *“cheias de fumaça, já que eles estavam cozinhando suas ceias”*; Toussaint-Samson (1883) também nota que *“sai [dos barracos] uma fumaça atroz na hora em que o negro faz esquentar sua ceia”*, uma vez que *“a senzala não tem nem chaminé nem janela, de forma que o fogo é feito nela com um feixe de lenha, frequentemente verde, aceso no meio do recinto”*; Binzer (1980) descreve o interior dessas casas, observando que *“num canto, havia um fogo aceso, onde uma preta preparava uma comida qualquer”* (SLENES, 1999, p. 182-183).

No longo corredor das senzalas eram armadas trempes onde os negros preparavam peixes, caças do mato (tatus, iguanas, cotias ou capivaras), ou quando fazia frio, à noite, amontoavam-se de cócoras ao redor do fogo, fumando e conversando em algazarra. Atrás das senzalas ficavam as privadas as quais às vezes eram substituídas por barricas com água até o meio, colocadas no corredor onde eram diariamente esvaziadas e limpas. Havia em alguns casos a ‘secreta’ - edificação com

⁹⁴ Slenes (1999) destaca que nas fazendas onde cada casal tinha seu barraco, fica evidente que o escravo, ao casar-se, ganhava um fogo próprio (Slenes, 1990, p. 182).

fins de higiene que consistia muitas vezes em apenas um buraco na terra, embaixo do qual era possível instalar chiqueiros (VIOTTI DA COSTA, 1997, p. 295; ALGRANTI, 2002, p. 95).

A higiene pessoal não tinha espaço definido nas senzalas, as latrinas ou secretas, quando havia, eram externas e para banho usavam-se barricas com água. Em termos de vida privada, não parece haver uma diferença significativa entre o programa das senzalas barracão ou pavilhão, uma vez que os solteiros habitavam compartimentos coletivos da mesma maneira, assim como os casados habitavam seus cubículos com membros da família, separados da coletividade, mas vivendo no mesmo edifício. Já as senzalas cabanas poderiam conferir maior privacidade, pois eram construções isoladas onde a vida familiar era mais bem proporcionada, até mesmo propiciando uma atividade econômica paralela.

Viotti da Costa (1997) expõe que nas senzalas:

“homens e mulheres dormiam em casas separadas. As crianças tinham suas camas, junto às mães. As divisões internas formavam pequenos cubículos, onde o mobiliário era escasso. Apenas uma tarimba e um jirau. Aquelas feitas de madeira, dois e meio a três pés de largura, encimadas de esteiras ou cobertores, e um pequeno travesseiro de palha. No jirau, o escravo guardava seus pertences. Às vezes, a tarimba era mais alongada, de forma a permitir que se colocasse um baú na extremidade. Em algumas fazendas, encontravam-se, ao lado das senzalas, pequenas cabanas de pau-a-pique, cobertas de sapé ou folha de bananeira e sem aberturas. Esses casebres se destinavam aos casais” (VIOTTI DA COSTA, 1997, p. 294).

Ribeyrolles (1980) descrevendo as senzalas e o cotidiano dos escravos do Vale do Paraíba que visitou trouxe um triste panorama da vida dos escravos nas senzalas:

“Essas casas (são) construídas de barro, sem janelas, (...) de ordinário mal asseadas, infectas, desprovidas de mobiliário. (...) O amo dá-lhe a casa a camisa, o feijão e o milho. A fome não penetra na senzala. Nela não se morre de inanição (...) mas não existem famílias, existem ninhadas. Por que se entregaria o pai às santas alegrias do trabalho? Interesse nenhum o liga à terra. Nem proveito lhe advém da colheita. Para ele, o labor representa a fadiga e o suor. É a escravidão. Por que se desvelaria a mãe em manter limpos os filhos e a moradia? Os filhos lhe podem ser arrebatados, de uma hora para outra, como pintos ou os cabritos da fazenda, e ele mesmo não passa de um simples objeto” (RIBEYROLLES, 1980 *apud* SILVA TELLES, 2006, p. 82).

Nos estudos de arquitetura ou nos ensaios fotográficos sobre fazendas as questões do sistema escravista e da moradia escrava nunca ocuparam destaque. Para Winter (200x), o estudo da moradia nos possibilita muito mais do que análises da estrutura física e espaço ocupado pelos escravos nas fazendas.

*“Ao procurar entender quem ocupava aquele espaço, quais usos faziam dele e quais significados lhe eram atribuídos, podemos ter uma maior compreensão da escravidão e do cotidiano escravo. A moradia se constituía como um espaço de sociabilidade entre os escravos e senhores e os entre os próprios escravos. A historiografia sempre atribuiu um significado pequeno à existência da família escrava, tendo como principais argumentos o desequilíbrio entre os sexos (predominância de escravos homens), a constante chegada de novos africanos com o tráfico, a baixa taxa de fecundidade das escravas e a falta de privacidade nas senzalas, o que impedia a organização da vida familiar. Por isso conhecer a realidade do espaço onde viviam os escravos é fundamental, pois sua ocupação implica em diferentes modos de vida e dinâmicas sociais”*⁹⁵.

⁹⁵ <http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas3.htm>.

Tipologias de Senzalas em São Paulo:

As senzalas paulistas remanescentes são raras e segundo Benincasa (2007) talvez se justifique pela técnica construtiva empregada: *“pelos inventários fica claro que a maioria delas tinha estrutura de madeira e vãos preenchidos com pau-a-pique, cobertas por telhas capa e canal ou palha, técnicas muito frágeis, que necessitam de manutenção constante. Poucas são aquelas que foram construídas em taipa de pilão, a julgar pelos arrolamentos dos inventários”* (BENINCASA, 2007, p. 71). O autor expõe que segundo Marquese (2005), até a década de 1840 o tipo de moradia de escravos mais comum foi a senzala em forma de cabana ou choupana isolada, ora ocupada por famílias inteiras, ora por elementos do mesmo sexo.

“Construídas pelos próprios escravos, reproduziam o esquema de suas antigas habitações na África. Elas aparecem numa descrição de Saint-Hilaire, de 1822, em Areias, onde o francês relata a presença de choças de negros junto aos cafezais e casas de fazenda, e também em entrevista de um antigo proprietário da fazenda Pasto Grande, em Taubaté, que afirmava nunca ter existido senzala na fazenda e, sim, oito ou dez casas de pau-a-pique que haviam sido ocupadas pelos negros” (MARQUESE, 2005 apud BENINCASA, 2007, p. 71).

A partir da década de 1840 teria se difundido o uso das senzalas pavilhão e barracão (figura 315) como forma de maior controle sobre o escravo africano, neste momento, já numeroso nas propriedades, o que aumentava a possibilidade de levantes. Segundo Benincasa (2007) nos inventários, a maioria dessas edificações aparece na forma de pavilhão ou em quadra. As edificações eram bastante precárias e rústicas além de frágeis, sendo apenas local de abrigo e não de moradia no sentido estrito, destinadas a escravos, que eram considerados somente força de trabalho. Localizadas sempre na sede, ora aparecem unidas aos casarões, ora separadas desse, circundando o terreiro⁹⁶. Segundo o autor, algumas descrições se referem a senzalas avarandadas, fechadas ou não, demonstrando que havia certo cuidado para que os escravos não tomassem a friagem da manhã, de acordo com as regras dos manuais agrícolas (BENINCASA, 2007, p. 71).

245

Figura 315 - Levantamento da senzala barracão da Fazenda Santana em Areias. Antonio Luiz Dias de Andrade (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

⁹⁶ Uma das explicações para essa proximidade é o alto custo do escravo, em muito superior ao da terra: uma intensa fiscalização e controle eram necessários para coibir fugas e revoltas. Outra é o próprio disciplinamento do trabalhador e do trabalho, cuja proximidade do casarão era facilitada (Benincasa, 2007, p. 72).

No Vale do Paraíba, paulista ou fluminense, as senzalas em geral eram edifícios alongados, com uma ou duas águas de telhado, situados em geral, ao redor de pátios próprios ou do terreiro de café. A face externa raramente apresenta algum tipo de abertura e quando aparecem, são muito pequenas, apenas para ventilação e não para iluminação. A única abertura é uma porta, voltada para o pátio ou para o terreiro. Em alguns casos, essas portas são voltadas para varandas abertas ou fechadas. O piso era quase sempre de terra batida, embora haja menções a senzalas com piso assoalhado em fazendas fluminenses (BENINCASA, 2007, p. 72).

Para cada fazenda a divisão das senzalas mudava, sendo que em algumas havia cubículos destinados aos casais que constituíam famílias, ou mesmo casas isoladas enquanto que os escravos solteiros se amontoavam em dois pavilhões divididos por sexo. Já em outras fazendas, os cubículos eram sucedidos abrigando certo número de escravos, divididos por famílias ou por sexo. Como exemplo: a senzala da fazenda Pirapetinga, em Bananal, descrita em inventário de 1869: *“Desenove lanços de Casas em hum quadro, que servem de senzallas, tudo coberto de telha feitos de madeira lavradas, rebocados e caiados as frentes e calçado tudo de pedra á roda, com vinte e huma portas, e duas janellas...”* (BENINCASA, 2007, p. 72).

Figura 316 - Senzala em ruínas, em taipa de pilão. Fazenda Sant'ana em Lagoinha (Foto: V. Benincasa).

Figura 317 - Senzala em taipa de pilão. Fazenda Quilombo em Taubaté (Foto: V. Benincasa).

Figura 318 - Senzala. Fazenda Pau d'Alho em São José do Barreiro (Fonte: <http://andreaquila.wordpress.com/>).

Figura 319 - Vista da senzala. Fazenda Pau d'Alho em São José do Barreiro (Fonte: <http://andreaquila.wordpress.com/>).

Senzalas remanescentes, em geral datam de meados do século XIX, e nem sempre são as primeiras construções para esse fim, nas fazendas. Nas senzalas das fazendas Sant'ana, em Lagoinha (figura 316) e Quilombo (317), em Taubaté, construídas em taipa de pilão, cobertas com telhas capa e canal e piso de terra batida, além da fazenda Pau d'Alho (figuras 318 e 319) em São José do Barreiro, encontram-se três exemplos representativos apontados por Benincasa (2007): nas ruínas da senzala da Fazenda Sant'ana a *“edificação é retangular, em corpo isolado, numa das laterais do casarão, logo à frente do antigo terreiro, com cobertura em duas águas, e empenas em taipa de*

mão, com algumas divisões internas também em taipa de pilão e outras, mais recentes, de tijolos. Encontra-se atualmente em ruínas”; já a senzala da fazenda Quilombo, “apresenta técnica mista de taipa de pilão e taipa de mão, com cobertura também em duas águas. Nas duas, porém, notamos interferências como aberturas de portas e janelas, além das divisões internas posteriores, reformas justificáveis uma vez que no período pós-escravidão esses edifícios tiveram usos diversos: muitos deles tornaram-se habitações para famílias de imigrantes, outros se transformaram em depósitos, tulhas, etc.”; quase integralmente reconstruída em intervenção do IPHAN, a senzala da fazenda Pau d’Alho “conta com dez cubículos, cada um com uma porta e uma janela, voltados para o terreiro. As janelas podem ter sido abertas posteriormente, uma vez que esse tipo de abertura não foi comum em senzalas” (BENINCASA, 2007, p. 72).

Figura 320 - Fazenda São Pedro em Paraibuna. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

A senzala da Fazenda São Pedro em Paraibuna (figura 320) situava-se logo atrás da área de serviço da casa sede, aparentemente do tipo pavilhão. Construída em taipa sobre embasamento de tijolos, pelos levantamentos realizados pelo CONDEPHAAT na década de 1970, conservava apenas uma divisão (original?) configurando dois cômodos amplos, onde os escravos possivelmente eram divididos por sexo, sendo o da direita maior que o outro. Pelo registro há apenas uma entrada original para o cômodo maior e três entradas para o menor, não sendo possível, no entanto saber se originalmente havia divisões internas para cubículos familiares, pois as divisórias de pau-a-pique muitas vezes foram removidas para mudança de função nos prédios das antigas senzalas. Neste caso, não parece haver divisão entre escravos que trabalhavam dentro da casa dos agricultores, devido à proximidade entre a senzala e a casa sede, estando, no entanto a maior parte das portas de entrada para os cubículos da senzala no lado oposto da porta da cozinha, ou seja, os fundos da senzala dão para o pátio, onde se encontram as entradas para a ‘varanda’ e a área de serviço da casa sede. No entanto, neste pátio provavelmente circulavam e trabalhavam os escravos que não contavam seguramente com privacidade na senzala.

Figura 321 - Implantação da Fazenda Cataguá em Taubaté. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

Já a senzala da Fazenda Cataguá em Taubaté (figuras 321 e 322) foi construída acoplada perpendicularmente à casa grande, e inclusive o levantamento do CONDEPHAAT na década de 1970 ilustra uma porta de comunicação entre os dois prédios. A planta mostra diversos cômodos de diferentes dimensões, como as senzalas tipo barracão, e possivelmente foi ampliada com o tempo, uma vez que há uma parede interna de taipa de pilão no meio do edifício, sendo que divisórias geralmente eram feitas de taipa de mão, e posteriormente de tijolos. Aparentemente a construção, após a ampliação, abrigava escravos solteiros separados por sexo nos cômodos maiores, e os casados com seus filhos nos cubículos do centro. A construção é parcialmente alpendrada no centro do bloco original e em frente aos cubículos do que parece ser a construção anexada. Esta senzala foi edificada em frente aos terreiros, ao fundo da casa sede, cuja frente se abria para jardins que se configuravam na entrada da fazenda. As portas da senzala, ao contrário do exemplo anterior se abrem para o pátio dos terreiros, sendo facilmente vigiada pelas janelas da casa sede.

Figura 322 - Destaque para a senzala da Fazenda Cataguá em Taubaté. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

Na região Central paulista as senzalas foram construídas seguindo duas tipologias: em quadra, ou 'quadrado' e em pavilhão, providas ou não de varandas. Nas grandes fazendas cafeeiras dessa região o controle intensivo para evitar fugas no período noturno fez desaparecer a moradia de escravos em cabanas isoladas. A tipologia em quadra caracteriza-se pela disposição dos lanços ao redor de um pátio central, com uma única entrada:

"Os lanços possuíam aberturas gradeadas, ou então pequenas aberturas junto ao frechal da edificação, sem janelas. As que sobraram até os dias atuais possuem janelas, nas quais podemos ver o gradeamento, porém também constatamos que muitas dessas aberturas são posteriores à construção do edifício, adaptado a novas funções. Esse tipo de edificação foi muito empregado em fazendas campineiras, como na Cachoeira (figura 323), Quilombo (figura 324), Pedra Branca, Macuco (figura 325 e 326), Atibaia (Fazendinha), Rio das Pedras (figura 327), Três Pedras, entre outras" (BENINCASA, 2007, p. 174).

Segundo Benincasa (2007):

"as senzalas em único lanço corrido aparecem nas fazendas Sertão, Santa Francisca do Camandocaia (figura 328), São Joaquim, em Campinas; na fazenda Pereiras (figura 329) e São Miguel (figura 330), em Itatiba; e na fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira. Em Amparo, encontramos na fazenda São Sebastião (figura 331 e 332) o único exemplar de senzala com alpendre, na verdade um corredor sob o telhado da edificação, que originalmente era fechado por um gradeamento de madeira, hoje inexistente, semelhante àquele da fazenda São Luís, em Massambará, no Rio de Janeiro (Figura 305). A existência deste gradeamento na senzala da fazenda São Sebastião pode ser constatada pela presença das perfurações de encaixe no frechal que sustenta a cobertura, e nas sambladuras para encaixe das travessas de apoio ao ripamento, existentes nos pilares de sustentação. Quase todas essas edificações possuem paredes externas em alvenaria de taipa de pilão e divisões internas em taipa de mão. Porém são encontradas, também,

senzalas inteiramente em taipa de mão, como a da Fazenda Sete Quedas, em Campinas. Os alicerces, em geral, são de pedra; a cobertura invariavelmente de telhas capa e canal” (BENINCA-SA, 2007, p. 174).

Figura 323 - Senzala da fazenda Cachoeira em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 324 - Senzala da fazenda Quilombo em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 325 - Interior do quadrado da senzala da fazenda Macuco em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 326 - Fachada da senzala da fazenda Macuco em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 327 - Interior do quadrado da senzala da fazenda Rio das Pedras em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 328 - Senzala da fazenda Santa Francisca do Camandocaia em Campinas (Desenho: José de Castro Mendes).

Figura 329 - Fachada da senzala, voltada para os jardins fronteiros da casa sede. Fazenda Pereiras em Itatiba (Foto: V. Benincasa).

Figura 330 - Aspecto da edificação que abrigou a senzala e a casa de máquinas da fazenda São Miguel em Itatiba. Edificação cujas paredes externas são em taipa de pilão (Foto: V. Benincasa).

Figura 331 - Edificação que abrigou a senzala. Fazenda São Sebastião em Amparo (Foto: V. Benincasa).

Figura 332 - Detalhe da antiga varanda da senzala. Fazenda São Sebastião em Amparo (Foto: V. Benincasa).

Da mesma forma como se encontram no Vale do Paraíba, as senzalas eram subdivididas em cubículos, ocupados pelos escravos segundo as regras estabelecidas em cada fazenda; alguns destinados a casais ou famílias, outros por homens, outros pelas mulheres e crianças. Como exemplo: na fazenda Pereiras, em Itatiba, essa subdivisão é evidente embora a edificação tenha sofrido algumas alterações ao longo do tempo, com a abertura de portas internas e janelas na face posterior, construída em taipa de pilão com algumas paredes internas de pau-a-pique; a senzala do Engenho das Palmeiras, *“em que pese seu estado em ruínas, praticamente não foi alterada, e ali encontramos cubículos contendo as portas externas e janelas gradeadas voltadas para o pátio murado em duas laterais, e o quarto lado ocupado pela casa do feitor”* onde o tronco ficava instalado próximo. A localização das senzalas, como naquelas fazendas do Vale do Paraíba, permanece próxima ao casarão e à casa do feitor, e as dimensões de algumas delas impressionam pelo tamanho (BENINCASA, 2007, p. 174).

Como exemplo, a senzala da Fazenda Palmeiras em Campinas (figuras 333 e 334), edificada próxima e perpendicular a casa sede fechando pátio com o grande terreiro de café. O edifício de configuração retangular, na década de 1970, quando foi levantado pelo CONDEPHAAT havia sido parcialmente demolido no bloco da direita. Sua planta mostra possivelmente a senzala tipo barracão com as divisões bem marcadas em diferente dimensionamento para escravos solteiros e famílias de

cativos, não havendo neste caso a presença de alpendres na planta, entretanto há uma calçada de pedra entre o pátio e as respectivas portas de entrada para os cômodos, que tinham janelas nos fundos, podendo ter servido como espaço de circulação ou reunião, antes das portas serem chaveadas a noite. Seguramente neste caso também era realizada a higiene pessoal, fora do edifício, atrás do mesmo, por meio de barricas ou secretas, sendo que as entradas se dão em frente ao pátio formado entre a casa, a senzala e o terreiro. A implantação desta fazenda traz a senzala em posição perpendicular à entrada da casa-sede e paralela ao imenso terreiro, inclusive cabe destacar, a dimensão do edifício da senzala, maior que a da casa-sede, transparecendo que provavelmente a escravaria desta fazenda era numerosa, caso comum em Campinas.

Figura 333 - Planta da senzala tipo barracão da Fazenda Palmeiras em Campinas (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

252

Figura 334 - Implantação da Fazenda Palmeiras em Campinas. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

Figura 335 - Implantação da Fazenda Rio da Prata em Itupeva. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

Exemplo interessante de configuração de senzala é a que foi levantada pelo CONDEPHAAT na década de 1970, na Fazenda Rio da Prata na cidade de Itupeva (figuras 335 e 336), próxima a Campinas. Executada em quadra, formando um pátio interno, semelhante a um claustro, sofreu reformas significativas de adaptação para a sede da fazenda, administração e residência de colonos. As paredes originais são de taipa-de-mão. Exatamente por causa das eventuais reformas anunciadas no levantamento, fica difícil fazer qualquer especulação sobre seu programa original, e onde eram alojados escravos solteiros ou casados, como também outras relações humanas que pudessem advir desta configuração de implantação. A implantação levantada pelo CONDEPHAAT não traz a casa-sede, apenas construções de serviço como tulhas, o que explica o fato de que parte da senzala foi transformada em sede. Sendo assim, é de difícil conclusão a relações entre a senzala e a casa grande, na ausência da localização de uma destas.

Figura 336 - Senzala da Fazenda Rio da Prata em Itupeva. Levantamento preliminar das Fazendas de Café (Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT).

Nas fazendas das zonas Mogiana e Paulista as senzalas também seguiram os padrões adotados no Vale do Paraíba e na região Central, em carreiras e em alguns casos cabanas isoladas, e destinadas a algum escravo de confiança; ou formando quadras, desta forma sempre próximas a casa sede. As senzalas mais antigas eram construções simples, do tipo pavilhão ou barracão, cobertas com telhados em duas águas, construídas em taipa de mão sobre alicerces de pedra, como a existente na fazenda Pinhal em São Carlos (figura 337). Há também remanescentes construídas em adobe, como a senzala da fazenda São Gilberto em Sales Oliveira, as duas situadas ao lado das casas sede. Senzalas mais recentes foram construídas com paredes externas de tijolos, e divisões internas em taipa de mão enquanto outras utilizaram a pedra nas paredes externas, como as das fazendas Itapiruru, em São Carlos e Vista Alegre, em Rio Claro. A Vista Alegre, em ruínas, tinha disposição formada, *“aparentemente, por dois lances de cubículos paralelos entre si, formando um pátio interno, cercado de muros; certamente as aberturas desses cubículos se voltavam para o interior desse pátio”* (BENINCASA, 2007, p. 328).

Na fazenda Santa Maria (figura 338), situada no bairro do Monjolinho, em São Carlos existem remanescentes de uma senzala edificada na configuração do ‘quadrado’ tradicional, muito utilizado

nas fazendas campineiras, no qual os lanços de senzalas se agrupavam ao redor de um pátio fechado. *“Ali ainda se pode observar vestígios da entrada única que havia e os alicerces do pátio. A edificação foi, posteriormente, adaptada, transformando-se em várias casas de colonos, e do muro que cercava o pátio quase nada resta”* (BENINCASA, 2007, p. 302).

Figura 337 - Senzala pavilhão da fazenda Pinhal, São Carlos (Foto: Paulo Pires).

Figura 338 - Senzala em quadra da fazenda Santa Maria, bairro do Monjolinho em São Carlos (Foto: V. Benincasa).

Na fazenda Brejão, em Casa Branca (figuras 339 e 340) e na fazenda Santa Amélia (antiga Monte Olimpo), em Descalvado há exemplos de senzalas alpendradas (do tipo recomendado pelo Barão de Pati do Alferes), em configuração semelhante à da fazenda São Sebastião em Amparo. A senzala da fazenda Brejão foi edificada alvenaria de tijolos nas paredes externas, *“apresentando inclusive alguma intenção decorativa, na face voltada para o casarão, enquanto que a face alpendrada, voltada para o pátio que aparentemente existiu a sua frente, é mais simples”*; a senzala da fazenda Santa Amélia foi construída com estrutura autônoma de madeira, dividida em dois corpos unidos por um pátio coberto onde se preparava a comida dos escravos. *“Um estreito alpendre acompanha as faces desses dois corpos, embutido sob o telhado em duas águas que cobre todo o conjunto”* (BENINCASA, 2007, p. 302).

 255

Figura 339 - Fachada voltada para o casarão. Senzala da fazenda Brejão em Casa Branca (Foto: V. Benincasa).

Figura 340 - Vista do alpendre, senzala da fazenda Brejão em Casa Branca (Foto: V. Benincasa).

O **Quadro 4** classifica parcialmente as tipologias das senzalas estudadas de acordo com o tipo de construção das mesmas, como forma de ordenar, esquematicamente, alguns exemplos representativos:

QUADRO 4 - ESQUEMA EVOLUTIVO DAS TIPOLOGIAS DE SENZALAS EM SÃO PAULO.		
Pavilhão	Barracão	Quadra
Fazenda São Pedro em Paraibuna. Fazenda Pereiras em Itatiba.	Fazenda Santana em Areias. Fazenda Cataguá em Taubaté. Fazenda Palmeiras em Campinas.	Fazenda das Antinhas em Bananal. Fazenda Boa Vista em Bananal. Fazenda Rio da Prata em Itupeva.

Devido à demasiada ocorrência de reformas e modificações internas nas senzalas estudadas, verificou-se que as fontes não são suficientes para a realização de um quadro comparativo de programa e atividades das senzalas paulistas, como também do quadro de áreas das respectivas unidades.

CAPÍTULO 4:
OS NÚCLEOS COLONIAIS E AS COLÔNIAS RURAIS PAULISTAS

A transição entre o regime escravocrata e o assalariado na zona rural de São Paulo

No Brasil, assim como em outros países que utilizaram o trabalho escravo, ocorreu um processo gradativo de transição para o trabalho livre iniciado em 1810, quando o tratado assinado pelo príncipe-regente D. João, entre Portugal e Inglaterra, empenhava a abolição gradual do tráfico internacional de escravos, estendido durante todo o século XIX, até 1888, data na qual a relação de trabalho escravo foi declarada ilegal no território brasileiro. Eisenberg (1989) afirma que não houve, portanto, uma ruptura dramática do processo trabalhista em que supostamente os escravos teriam desaparecido como mero meio de produção para ceder lugar ao trabalhador remunerado, dono de sua própria capacidade ou força de trabalho. A transição teria se iniciado, segundo o autor, gradativamente na área de cultivo do café⁹⁷, durante o século XIX com a colaboração do trabalhador livre nacional⁹⁸. Neste período já havia escravos, conhecidos como negros-de-ganho, os quais trabalhavam por conta própria e recebiam pagamento em dinheiro, repassado aos seus donos (EISENBERG, 1989, p.188-224).

A lavoura do Oeste paulista iniciou sua expansão posteriormente à extinção do tráfico negreiro em 1850, numa etapa já adversa à especulação de escravos, e passou gradativamente a desenvolver uma tendência a reservar a mão-de-obra escrava para as funções essenciais, empregando o trabalhador livre nacional⁹⁹ nas tarefas consideradas supletivas ou perigosas (Borges Pinto, 1994, p. 38). As autoridades provinciais reclamavam que frequentemente pessoas livres se recusavam a aceitar emprego fixo e viviam do furto, da esmola e da vadiagem, além dos trabalhadores dispensados após a construção das estradas de ferro a partir da década de 1850, que se encontravam desempregados e poderiam eventualmente se encaixar na lavoura dos cafezais (EISENBERG, 1989, p. 235).

No final do século XIX, o trabalhador livre era considerado um importante fornecedor de mão-de-obra que deveria ser mais bem aproveitado na lavoura para que não vivesse na ociosidade, no subemprego ou no desemprego, sujeito aos vícios e crimes. Eisenberg (1989) destaca que a suposta ociosidade do trabalhador livre era apontada no Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em

⁹⁷ O cultivo do café em São Paulo foi iniciado muito tempo depois do estabelecimento das plantações agricultadas nas montanhas acima do Rio de Janeiro, no início do século XIX. Nos cinquenta anos seguintes, as exportações para a Europa se ampliaram estimulando novas lavouras que progrediam para o vetor Oeste. *“Por volta de 1850, a onda de cafezais penetrava o lado paulista do Vale do Paraíba e estendera-se até a região de Campinas, além da capital da Província. A proporção que se efetuava a penetração do quase desconhecido interior de São Paulo, descobriu-se que ali estava o futuro do café, pois ao longo dos espinhaços que se erguiam entre os tributários do rio Paraná, bem para dentro, se encontrariam os solos mais adequados à cultura”* (Dean, 1991 p. 9).

⁹⁸ Segundo Francisco (2008) sob o regime das Capitanias hereditárias, os vicentinos, depois chamados paulistas, se estabeleceram no sul da colônia portuguesa, nas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro. A região litorânea não oferecia boas condições de exploração das terras aos europeus, levando-os a ultrapassar a Serra do Mar em busca de metais no planalto e sertão do interior. Os habitantes do litoral eram identificados segundo por caíparas e os interioranos como caipiras, segundo denominações de origem tupi-guarani. *“A partir de suas transformações socioculturais próprias houve um entrelaçamento étnico formador dessa sociedade peculiar, na qual era comum um modo de vida que se pode chamar de caipira. A gente gerada serra acima era mameluca, uma mistura evidente de aparência física, hábitos e maneira de ser de índios e dos europeus. Difícil dizer qual influência prevaleceu, tamanha a simbiose de valores (...)”* (Francisco, 2008, p. 28).

⁹⁹ Francisco (2008) destaca que o caipira tinha como traço marcante o nomadismo como herança indígena. Desta forma, construíam casas provisórias, de terra, que durariam cerca de três ou quatro anos, e depois iriam construir outras em novos lugares. *“Desse trânsito constante e obstinado dos paulistas - bandeirantes e monçoeiros, e, posteriormente, tropeiros - decorre um assentamento caracterizado pela provisoriedade, nas construções ou nas formas de vida e de alimentação, marcando o nascimento de vilas e povoados. A sociedade paulista se utilizará de roças de colheita rápida e menos trabalhosa, a fim de responder ao seu caráter transitório de instalação”* (Francisco, 2008, p. 30).

1878, como: falta de repressão, que deveria ser combatida até mesmo com prestação de serviços obrigatórios e coerção policial e militar; politicagem, pois no Vale do Paraíba havia uma tendência em culpar os fazendeiros por abrigarem homens livres em suas propriedades para fins eleitorais; e ausência de incentivos positivos, que alguns defendiam reverter com isenção do serviço militar, para quem exibisse contrato de locação de serviço em estabelecimento agrícola, entre outras propostas. O autor argumenta que não é possível negar que o apelo para o trabalho forçado dos livres, remete a um novo tipo de escravidão, e lembra que a proposta de trabalho forçado tinha muito em comum com a Lei dos Pobres e as casas de trabalho da Inglaterra, onde se recorria a este meio para evitar a vadiagem e obrigar os pobres a procurar por trabalho nas fábricas (EISENBERG, 1989, p.144 a 147).

O crescimento da população livre, tanto por reprodução natural, emancipação de escravos ou por imigração, superava em todo o Brasil o número de escravos, na década de 1870. Os trabalhadores livres desempenhavam certas tarefas atribuídas apenas aos homens livres, que exigiam maior qualificação ou responsabilidade, para os quais recebiam remuneração. Segundo Eisenberg (1989),

“No século XIX, as referências ao trabalho livre no setor de exportação tornam-se mais frequentes. O trabalhador livre continua com destaque nos cargos de confiança, como feitor ou transportador. Também era comum usar o livre nacional, chamado ‘camarada’, para tarefas perigosas, como o desbravamento da mata, onde um acidente podia acarretar despesas inconvenientes se o acidentado representasse um investimento para o fazendeiro, como teria sido o caso com os escravos ou com os imigrantes de passagens custeadas” (EISENBERG, 1989, p. 227).

260

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, que depreciava o investimento servil, foram tentadas iniciativas para dificultar o tráfico de escravos interprovincial, com a promoção de um programa de auxílio à introdução de trabalhadores estrangeiros europeus, iniciada pelo Senador Vergueiro na Fazenda Ibicaba em 1850, com sucesso questionável. Desta forma, a lavoura mais nova do Oeste paulista tendia a se organizar a base do trabalho livre e imigrante, voltada para as possibilidades propiciadas pelo surto imigratório.

“A abertura desta terceira frente cafeeira, área correspondente à Alta Mojiana que inclui os distritos de Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, Ribeirão Preto, São Simão, Cajuru, Batatais, Franca - Casa Branca seria uma espécie de limite entre o Oeste antigo (Campinas, Limeira, Rio Claro, etc.) e o Oeste mais novo, o primeiro centrado em Campinas e o segundo em Ribeirão Preto - provoca, portanto, uma substancial mudança qualitativa na situação, conduzindo ao rompimento dos quadros restritos desta política imigrantista” (BORGES PINTO, 1994, p. 39).

Sobre a situação dos escravos libertos pela Lei do Ventre Livre em 1871, pairavam dúvidas entre os participantes do Congresso Agrícola de 1878, se seriam considerados legalmente livres, uma vez que enquanto menores ainda permaneciam sob a tutela dos senhores de suas mães. A ideia dominante era de qualificar e condicionar por meio de estabelecimentos agrícolas e industriais, os filhos livres das escravas para trabalhar na agricultura, passando a responsabilidade de seu sustento para o poder público, para que não se tornassem ociosos e desordeiros, assim seriam obrigados a trabalhar (EISENBERG, 1989, p. 147-148).

Em vista da crença na desqualificação da mão-de-obra livre disponível no país, a alternativa lógica que se formulou era de buscar trabalhadores de fora do país para o trabalho na lavoura, afim de

gradativamente serem substituídos os escravos, uma vez que o tráfico já estava proibido e, os filhos dos escravos nasciam livres. Desta forma a imigração estrangeira passou a despertar maior interesse por parte dos participantes do Congresso em 1878, entre representantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, mesmo sendo vista com certa desconfiança pelos resultados pouco consistentes alcançados até então no país (EISENBERG, 1989, p. 149-150).

A disponibilidade de trabalhadores livres no Brasil se comprova em alguns momentos importantes da história brasileira, quando fluxos migratórios ocorreram, de economias mais fracas para regiões que apresentavam condições mais consistentes, como: a corrida do ouro e diamantes em Minas Gerais, ainda no século XVIII, que atraiu nordestinos que provinham da lavoura e da pecuária; além dos seringais que também atraíram nordestinos para o Oeste e para o Sul, fugindo das secas de 1876-79. Assim, Eisenberg (1989) expõe o argumento de Furtado (1975, p. 131-2) o qual defende que: *“se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país”* lembrando que *“a imigração europeia para a região cafeeira deixou disponível o excedente da população nordestina para a expansão da produção da borracha”* (FURTADO, 1975 *apud* EISENBERG, 1989, p. 235). Já Ianni (1966, p. 99) acredita que por causa do fluxo migratório para os seringais, não foi possível suprir o mercado interno com trabalhadores para a agricultura em São Paulo. O autor conclui que *“essas migrações internas novamente comprovam que o elemento nacional era capaz e se comportar como qualquer outro trabalhador livre, respondendo a incentivos positivos no mercado de trabalho”* (Ianni, 1966 *apud* Eisenberg, 1989, p. 236). Segundo o autor, outro fator para a introdução crescente da mão-de-obra europeia nas lavouras paulistas, foi defendido por Graham & Buarque de Holanda Filho (1971): existiria uma diferença significativa entre o desemprego e a miséria rural na Itália e as condições de estagnação de regiões no leste e nordeste brasileiro, uma vez que o governo italiano incentivava a emigração de sua população desfavorecida, enquanto que os governos dos Estados do nordeste procuravam evitar o êxodo (EISENBERG, 1989, p. 236).

Imigrantes europeus colocados em fazendas já organizadas com base escravista recebiam remuneração regulada pela rentabilidade do trabalho escravo, havendo frequentes conflitos entre fazendeiros e colonos, tornando o sistema desvantajoso. Por este motivo, a lavoura passou a investir numa solução que permitisse, simultaneamente, poupar o investimento de capital em escravos e garantir uma mão-de-obra barata representada pela entrada do trabalho semisservil de cules (*coolies*, trabalhadores indianos e chineses) à custa dos cofres públicos (BORGES PINTO, 1994, p. 38-39). O consenso a favor da imigração estrangeira (figuras 341 e 342) não evitou que os participantes do Congresso Agrícola de 1878 apresentassem opiniões distintas sobre quais estrangeiros seriam mais convenientes, especialmente com relação aos asiáticos ou cules (chineses e indianos), os quais vinham apresentando bons resultados em Cuba, Peru, Estados Unidos e nas Antilhas, aceitavam remunerações menores que os europeus, seriam mais resistentes para o trabalho ao sol e demonstravam disciplina no trabalho e na vida social. No entanto, a imigração asiática não era vista com boa vontade por muitos fazendeiros, que os consideravam pouco aptos à adaptação num país cristão

por conta de seus hábitos religiosos e sociais e menos resistentes ao duro trabalho na lavoura (EL-SENBERG, 1989, p. 153).

Figura 341 - Os emigrantes. Autor: Angiolo Tommasi. Galeria Nacional de Arte Moderna. Roma. (Fonte: <http://estavoz.blogspot.com.br/>).

Figura 342 - Imigrantes italianos (Fonte: <http://blogdoaleitalia.blogspot.com.br/>).

Os procedimentos demonstram uma deliberada preferência em São Paulo pelo imigrante europeu, em detrimento do trabalhador livre nacional, que atendendo ao aumento da demanda de produção, poderia ter se deslocado de outras regiões para a lavoura cafeeira e posteriormente para a indústria. Entretanto, para os padrões dos fazendeiros paulistas, o trabalhador livre nacional não possuía qualificação maior que os escravos, sendo estes vistos com desconfiança, na maioria dos casos, por terem sido escravos ou descendentes dos mesmos, considerados indolentes e inconstantes.

A Introdução do trabalhador assalariado imigrante nas lavouras paulistas

A primeira iniciativa realizada para trazer imigrantes de maneira dirigida para o trabalho no campo partiu do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, com o objetivo de ampliar seus cafezais. Vergueiro decidiu arregimentar imigrantes na Europa, especialmente suíços e alemães, usando uma estratégia considerada por Pereira (2006), como astuta, rendosa e barata. Fundou em 1847 a Colônia Senador Vergueiro na Fazenda Ibicaba e organizou a sociedade Vergueiro & Companhia para contratar os colonos na Europa. Na fazenda foi estabelecida uma política e moeda próprias, com regras, débitos e vigilância, e manteve no mesmo trabalho os escravos e imigrantes trabalhando em regime de parceria, o que não resultou bem.

“Thomaz Davatz (1850:1880), um dos colonos, professor e pastor, relatou a situação constrangedora e opressora dos imigrantes. Em 22 de dezembro de 1856, os colonos de Ibicaba solicitaram a abertura de um inquérito para que fosse constatada a condição em que viviam, e as suas manifestações ficaram conhecidas como a Revolta de Ibicaba: o relatório divulgado no exterior terminou resultando na proibição da saída de imigrantes alemães e suíços com destino ao Brasil” (PEREIRA, 2006, p. 26).

Os colonos não costumavam se organizar, mas havia muitas greves rurais como protesto relativo aos baixos salários e maus tratos (Dean, 1991, p.13). Sobre o incidente entre os proprietários da Ibicaba e os imigrantes que denunciavam abusos e maus tratos, Davatz (1850-1980) relata que:

“é possível que na Europa se amortizem dívidas de colonos; no Brasil eles acabarão devendo ainda mais do que no momento que assumirem compromisso. Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos (...)” (DAVATZ, 1850-1980, p. 86).

A reação diante da situação complicada foi individual ou coletiva. No campo, havia casos de revoltas e assassinatos. As inúmeras greves que abarcam o período da Primeira República indicaram a resistência coletiva dos trabalhadores. Apesar das diversidades da vida operária no campo, aparentemente esta não se distinguiu da mesma vida pobre no cenário urbano. *“Mais de cem greves aconteceram no período, revelando que as relações sociais no campo paulista foram tensas e conflituosas. A greve de 1913 na região de Ribeirão Preto chegou a congregar de dez a quinze mil colonos”* (CARVALHO, 2009, p. 203).

A política imigratória brasileira oscilou desde o governo de D. João VI até a década de 1880 entre: a Liberal que consistia em trazer pequenos proprietários para povoar o sul do país, a fim de combater a cobiça dos hispânicos; ou grandes quantidades de mão-de-obra, primeiramente escrava e depois formada por imigrantes pobres, para trabalhar na grande propriedade e na agricultura de exportação (figuras 343 e 344). Essas iniciativas passaram pelos esforços em branquear a raça, civilizar a nação e amenizar o binômio senhor/escravo com a introdução de pequenos proprietários, com sucesso limitado (ALVIM, 2008, p. 231).

Entre 1830 e 1930 os primeiros cinquenta anos se caracterizaram por uma política de traslado de camponeses para ocupar e povoar extensas regiões principalmente ao sul, numericamente pouco significativa. Já nos últimos cinquenta anos, a política imigratória foi pautada pela necessidade dos cafeicultores paulistas por mão-de-obra farta e barata. Para substituir os escravos, empresários do café montaram uma infraestrutura sem precedentes: promoveram passagens gratuitas; espalharam arregimentadores por toda a Europa; providenciaram a colocação de colonos nas fazendas; construíram uma hospedaria em São Paulo (figuras 345 e 346) para o período entre a chegada e o encaminhamento às fazendas. Também ofereceram pagamento conjugado entre salários e resultados das vendas das lavouras pessoais (ALVIM, 2008, p. 250).

Figura 343 - Imigrantes italianos posando para fotografia no pátio central da Hospedaria dos Imigrantes, c. 1890
(Fonte: <http://cambetabangkokmacau.blogspot.com.br/>).

Figura 344 - Família de colonos alemães
(Fonte: <http://drinoal.blogspot.com.br/>).

A ausência de uma política única para introdução de imigrantes, que poderia ser realizada por meio do governo federal, provincial ou de maneira particular, dificultou a inserção de colonos no Brasil, os quais não sabiam a quem recorrer. Os fazendeiros das grandes propriedades e comerciantes da exportação não se interessavam pela admissão de pequenos proprietários, e sim de imigrantes em larga escala para diminuir a escassez de escravos iniciada a partir de 1850 (Alvim, 2008, p.233).

Os principais fazendeiros de São Paulo a partir da década de 1870 passaram a trazer imigrantes europeus com passagem paga e contrato de cinco anos em contrapartida, cujas despesas seriam restituídas ao final do contrato. Em 1881 conseguiram que o governo provincial arcasse com metade das despesas das passagens; e em 1884 o governo assumiu o transporte dos imigrantes para as colônias fazendo crescer imensamente o fluxo de trabalhadores rurais em São Paulo (ALVIM, 2008, p. 234).

Figura 345 - Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 346 - Agência Oficial de Colonização e Trabalho
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

As razões econômicas que conduziram uma pressão imigrantista nos setores cafeeiros em expansão apareceram mais nitidamente em meados de 1880. Para Borges Pinto (1994) *“no princípio desta década, os fazendeiros de café utilizavam basicamente o escravo como fonte de mão-de-obra; poucos imigrantes haviam emigrado para trabalhar nas lavouras e, quando o faziam, eram em grande parte financiados pelos agricultores”* (BORGES PINTO, 1994, p. 38).

No ano de 1886 foi constituída a Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo, formada por membros dos Poderes Deliberativo, Legislativo e Executivo, ao mesmo tempo em que se organizava a cartografia da Província, que possibilitou por meio das ferrovias e companhias de navegação, a implantação estratégica de núcleos coloniais, os quais deveriam ser inseridos em São Caetano, São Bernardo, Piquete e Ribeirão Preto. O desenvolvimento da pesquisa cartográfica tinha como objetivo identificar em todo o território paulista os potenciais econômicos para embasar as decisões relacionadas a investimentos nas áreas definidas de acordo com seus recursos. As regiões indicadas e contempladas pelo mapeamento, se não fossem de propriedade dos membros da sociedade, viam a ser adquiridos. Segundo Pereira (2006) *“As consequências destas iniciativas, na forma de economia privada deflagrada pelo poder público, desdobraram-se, até nossos dias, através de empresas que continuam geradoras de maior produção no país, nos diversos empreendimentos a que*

deram início, mas que constituíram fundamentalmente através da concentração fundiária e de capital” (PEREIRA, 2006, p. 14).

Entre os empreendimentos, foram estabelecidos: rede ferroviária própria, Colônias, Engenhos Centrais, Usinas, núcleos coloniais e como consequência, a urbanização e especulação imobiliária. O planejamento em rede por meio das ferrovias e navegação fluvial propiciou o projeto paulista do final do século XIX, ainda no Império e se manteve quando da instalação do regime republicano. As redes ferroviárias e de navegação determinaram o projeto que ultrapassaria a economia cafeeira, muito além do que se pretendia com a produção das fazendas de café. Tal plano decidia onde ocorreria o desenvolvimento das cidades e dos negócios agrícolas e industriais. Pereira (2006) afirma que: *“nos Núcleos, lenha, carvão, olarias, agricultura de pequeno porte e cantinas foram a base da economia, que, atualmente seria compreendida como sistêmica, complementar àquela proposta pelos gestores e empreendedores que se apresentavam em nome da res pública”* (PEREIRA, 2006, p. 14).

O planejamento dos empreendimentos e a implantação dos núcleos foram estratégicos e obedeciam a normas. Segundo Pereira (2006): proximidade de centro urbano ou povoação, estação ferroviária, Engenho Central ou navegação fluvial. A distribuição dos núcleos coloniais foi definida detalhadamente de acordo com os mapas e estruturaram a cidade de São Paulo e o Estado, conforme a eleição de cidades e regiões. Assim, a implantação agroindustrial de Engenhos Centrais contribuiu com o desenvolvimento do nordeste de São Paulo, na região de Ribeirão Preto e posteriormente com a indústria automobilística na região de São Caetano pela ligação ferroviária entre São Paulo e Santos e a presença de imigrantes europeus, já familiarizados ao trabalho industrial (PEREIRA, 2006, p. 14).

Segundo Pereira (2006) a situação de miséria de certas regiões de países europeus como a Itália trouxe 1.243.633 italianos para São Paulo, sendo 365.710 vênnetos, entre 1870 e 1920 (IBGE, 2000 *in*: Pereira, 2006). A maioria do contingente foi direcionada para as colônias das Fazendas, e não para os núcleos coloniais (PEREIRA, 2006, p. 27).

A inserção de nova mão-de-obra (figuras 347 e 348) nas abastadas fazendas de café paulistas para substituir a antiga escrava determinou extensas mudanças nas relações de trabalho entre patrões e empregados. Os patrões, antes acostumados a manter seus empregados/escravos no serviço na base de castigos e certificados de propriedade, a partir da proibição oficial da escravidão em solo brasileiro passaram a contar com profissionais livres portando contratos; enquanto que os escravos eram obrigados a trabalhar a força, os imigrantes europeus só tinham como obrigação seguir o contrato, o qual deveria ser interessante para ambos.

Apenas quando a eliminação do regime escravista já se configurava para os cafeicultores do Oeste paulista, por volta de 1886-1887, a imigração maciça de trabalhadores assalariados europeus, financiados pela União, ganhou maior investida. Até aquele momento, as rendas provenientes do trabalho assalariado do imigrante não chegavam a 50% dos lucros procedentes da mão-de-obra escrava, uma vez que os plantadores de café precisavam adiantar dinheiro para as passagens e pagamento de salários dos imigrantes (BORGES PINTO, 1994, p. 40).

O colono até então situado supletivamente em lavouras já constituídas, passaria a ser empregado em cafezais em formação, tendo seus vencimentos majorados com o usufruto das terras intercafe-eiras, segundo Borges Pinto (1994). *“A introdução de imigrantes em famílias permitiria aos cafei-cultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pelos integrantes femi-ninos e infantis, e que garantiriam o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao co-lono se tornava possível, através da cooperação da unidade familiar, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho”* (BORGES PINTO, 1994, p. 40).

Figura 347 - Família de imigrantes italianos
(Fonte: <http://vidaativa8a01020823.blogspot.com.br/>).

Figura 348 - Imagem de passaporte de família de imigrantes (Fonte: <http://drinoal.blogspot.com.br/>).

266

O sistema de mão-de-obra rural passou a ser baseado no imigrante europeu, invariavelmente de origem camponesa, contratado por salários pagos em dinheiro, como arrendatário e com contratos anuais. Os imigrantes (figuras 349 e 350) tinham a esperança de conseguir adquirir as terras que os cafeeiros ocasionalmente dividiam quando começavam a perder fertilidade. Dean (1991) expõe que:

“mais frequentemente, todavia, o colono mudava muitas vezes de empregadores e acabava voltando para a terra natal, depois de haver juntado algumas economias ou perdido todas as esperanças de fazê-lo. Limitavam a escala de consumo nas áreas rurais os baixos salários oferecidos pelo fazendeiro, que conseguia guardar para si, como lucro, uma parte considerável da renda do café; um relatório bem informado alude a um rendimento de 80% sobre o capital até nos anos maus do meado da década de 1890” (DEAN, 1991, p.12).

Figura 349 - Imigrantes na colheita de café (Fonte: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/imigracao/>).

Figura 350 - Colheita de café
(Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP).

Se para os fazendeiros interessava manter grande quantidade de mão-de-obra trabalhando nos cafezais, para os imigrantes mais numerosos em São Paulo como os italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, a motivação principal foi o desejo de possuir um pedaço de terra e manter a autonomia camponesa. Para garantia de seus direitos, as relações entre colonos e fazendeiros eram firmadas numa caderneta de trabalho, com um contrato impresso na capa. Alvim (2008) relata que divergências sobre os direitos de um trabalhador livre eram evidenciadas por contrato.

“No artigo 13º podia-se ler que ao colono era permitido retirar-se das fazendas por justa causa quando houvesse: 1- falta de pagamentos já vencidos; 2- doenças que o impeçam de continuar a trabalhar na fazenda; 3- proibição por parte do proprietário de comprar ou vender a terceiros gêneros dos quais tenha necessidade, bem como o excedente de sua colheita de cereais e animais de sua criação; 4- maus-tratos físicos recebidos do proprietário, pessoas da família deste ou do administrador, bem como atentados à honra da mulher ou das filhas do colono. Nesse momento ficava estabelecido até onde ia a ingerência dos patrões ao mundo privado dos colonos, quando castigos corporais e a honra de suas mulheres e filhas precisavam constar de um contrato de trabalho. O respeito por um padrão de vida digno precisou ser conquistado, em São Paulo” (ALVIM, 2008, p. 250-251).

Os imigrantes se distribuíram no Estado de São Paulo ao longo das regiões Araraquarense, Noroeste, Sorocabana e Alta Paulista de forma desigual. Benincasa (2007) informa que:

“os italianos, sírios, espanhóis e libaneses, por exemplo, se concentravam mais na Araraquarense. Porém os italianos também perfaziam um grande número na Alta Sorocabana. Eram zonas de ocupação heterogênea, pois também atraíram alemães e austríacos; bem como russos, romenos, checos, letos, lituanos e poloneses. Os japoneses se concentravam na Noroeste e Alta Paulista, mas também constituíram colônias importantes nas cidades da Araraquarense e da Paulista” (BENINCASA, 2007, p.595).

267

As dificuldades nas fazendas e o crescente desenvolvimento urbano motivaram a transferência dos imigrantes que se dispersaram espontaneamente para distintos tipos de frentes produtivas e econômicas nas cidades e em outras áreas rurais, segundo Pereira (2006). *“Alguns se transformaram em industriais e em comerciantes, outros em fazendeiros, aproveitando as oportunidades de acumular capital que o Planejamento em rede permitia. Brasileiros, os descendentes de imigrantes com sobrenomes italianos são parte indistinta da população de São Paulo” (PEREIRA, 2007, p. 27).*

Estas foram características de todo o período imigratório paulista, até que em 1919 cresceram as migrações no Brasil, superando as imigrações. Vinte anos após, em 1939, o número de migrantes nordestinos passava de 100.000 o número de estrangeiros, nas zonas pioneiras de cultivo de café, fugindo da seca (BENINCASA, 2007, p. 595).

A vida cotidiana na zona rural paulista

Os primeiros imigrantes trabalharam em conjunto com os escravos, sofrendo maus tratos e pressões semelhantes, inclusive alguns fazendeiros procuraram instalar os recém-chegados nas antigas senzalas. Com a insistência dos colonos, algumas antigas estruturas das moradias dos escravos foram remodeladas ou eram edificadas novas unidades mais afastadas da sede, quase sempre rústicas e construídas em taipa ou pau-a-pique, sem instalação sanitária e com chão de terra batida. A pre-

ferência dos fazendeiros era por contratar famílias devido à organização da produção, sendo que o grupo familiar trabalhava na lavoura de 10 a 14 horas. As tarefas eram divididas com: as mulheres cuidando dos animais e da horta, e na época da colheita, além da casa e dos filhos; enquanto que as crianças ajudavam no beneficiamento do café (SETUBAL, 2008, p. 73-74).

O trabalho nos cafezais, segundo Calsani (2010) seguia uma rotina iniciada com o desmatamento, entre a derrubada e a queimada, seguida da formação do cafezal. Nos primeiros três anos do contrato, as atividades desenvolvidas pelos colonos consistiam em: *“no mês de setembro semeava-se café, milho e feijão; outubro efetuava-se os reparos nas fazendas; novembro tratos do café e dos cereais; dezembro tratos do café e do milho, colheita da primeira planta de feijão; janeiro tratos do café e do milho, limpeza e preparo da terra para receber a segunda planta de feijão; fevereiro tratos do café e do milho, semear o segundo feijão; março tratos do café e dos cereais; abril tratos do café; maio colheita do milho e do segundo feijão; junho tratos do café; julho e agosto, preparo do terreno para receber milho e feijão”*. No quarto ano era iniciado o processo de colheita do café nos meses de maio, junho, julho e agosto (ALVIM, 1986, p. 150-151 *apud* CALSANI, 2010, p. 88).

O trabalho do caipira ou sitiante em contraponto com o do colono e o manejo da terra, segundo Candido (1971) seguia as suas especificidades: *“O trabalho da terra começa com o seu preparo para receber semente, variando conforme o relevo e a vegetação. [...] a semeadura é feita em períodos variáveis, conforme o número de pessoas [...] em todo o ciclo, usam-se sucessivamente machado e (ou) foice, arado, cavadeira, enxada”* (CANDIDO, 1971, p. 119 *apud* CALSANI, 2010, p. 88).

Enquanto o colono (figuras 351 e 352) seguia um calendário anual permanente com as respectivas responsabilidades mensais, o caipira se baseava pelo ritmo do dia, entre o esforço e o repouso, conforme aponta Candido (1971):

“Para o colono ou o assalariado, o mês é unidade fundamental, que regula o recebimento do dinheiro, mas não para o caipira, cujas contas se fecham ao cabo do ano agrícola [...] o ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso. [...] A vida do caipira é fechada sobre si mesma [...] A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas. Daí a história quase imóvel do homem nas suas relações com o meio circundante; história que custa a fluir e transformar-se, feita muitas vezes de retornos insistentes [...]” (CANDIDO, 1971, p. 123 *apud* CALSANI, 2010, p. 89).

O ano agrícola se configurava como a principal e decisiva unidade de tempo, definindo a orientação da vida na roça, obedecendo ao ciclo vegetativo e ao ajuste da vegetação às condições meteorológicas. De forma semelhante ao cultivo praticado pelo colono, para o caipira, o ano começava em agosto, a partir da preparação da terra e terminava com a colheita entre junho e julho.

“As tarefas de cooperação a serem cumpridas eram modalidades de trabalho associado e encaadeado, que ocorria quando vários trabalhadores se reuniam para realizar um mesmo tipo de serviço em um mesmo ritmo; e o trabalho dividido, que era por especialidade. No caso do colono italiano, essas formas de trabalho também coexistiram, o que fez prevalecer a preferência dos cafeicultores pela vinda de toda a família italiana” (CANDIDO, 1971, p. 124 *apud* CALSANI, 2010).

Para o imigrante, a retomada dos seus hábitos de vida não foi fácil, vivendo em uma sociedade tão diversa, sendo que toda a família cumpria tarefas de acordo com suas habilidades e força física. *“Homens e mulheres labutavam no cafezal e aproveitavam para plantar milho e feijão entre as fileiras. Crianças e velhos cuidavam das hortas vizinhas, da casa e dos animais, e exerciam tarefas menos pesadas, sempre sob a orientação da principal figura feminina, em geral a mulher do colono”* (ALVIM, 2008, p. 254).

Figura 351 - Colonos arando uma capoeira (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 352 - Imigrantes japoneses trabalhando no cafezal com ex-escravos (Fonte: Alvim, 1998).

Davatz (1850-1980) relata que os colonos pioneiros da Fazenda Ibicaba dispunham de:

“uma, no máximo duas vacas, que podem servir-se do pasto mediante o aluguel de seis mil réis por peça. Na colônia de Ibicaba onde alguns colonos têm suas vacas, não há pasto, de modo que é preciso ir a uma roça ou ao cafezal para ceifar alguns molhos de capim ou erva macia com grande trabalho. Quando as vacas já não dão mais leite (e para isso basta que se passem alguns meses, em muitos casos) vão para o corte e quem quiser outra é comprar, pois a colônia não progrediu o suficiente para comportar um reprodutor. (...) Se os colonos dispusessem de mais liberdade, se tivessem seu próprio pedaço de terra, (...) poderiam sem dúvida organizar magníficos estabelecimentos de criação e laticínios. O leite seria bom e a raça do gado melhorada e bem domesticada. Nas condições, porém, em que se pratica a colonização até aqui, nada disso é possível. Em certas colônias os trabalhadores nem sequer tinham meios para possuir uma vaca” (DAVATZ, 1850-1980, p. 82).

No início do processo de inserção da mão-de-obra as relações estabelecidas entre imigrantes, negros, caboclos e indígenas não foram as mais amistosas, com pouca noção de solidariedade. Alemães do norte e do sul não tinham bom relacionamento em seu país de origem, e menos ainda com os poloneses, assim como os italianos de diferentes territórios se estranhavam, e também não gostavam dos japoneses. As desavenças entre os países originários foram transferidas ao Brasil, fazendo parte do cotidiano dos imigrantes (figuras 353 e 354) como se ainda estivessem em seus países natais. Também entre os negros e caboclos a relação de vizinhança foi difícil. Alvim (2008) destaca que apesar de os imigrantes dependerem deles nos primeiros tempos para se adaptarem ao novo país, era comum que os menosprezassem, julgando-se superiores aos brasileiros pobres, mesmo que fossem considerados pela elite de origem portuguesa como sujeitos e mendigos que vieram procurar comida no Brasil (ALVIM, 2008, p. 269).

Na maioria, os imigrantes eram recrutados na Europa entre as classes mais pobres e mais baixas.

Davatz (1850-1980) destaca que:

“alguns, no entanto, dispendo de haveres, podem pagar por conta própria as despesas de viagem e até carregar para o Brasil algum dinheiro e outras coisas. Entre os primeiros, sobretudo - é pena ter de confessá-lo - existem os que cuidam de comer, beber e jogar, do que entregar-se ao trabalho, e existem os que pouco se importam com suas dívidas e as suas famílias (...). Não faltam, por exemplo, casos de embriaguez. Quanto a rixas ou disputas, só me foi dado assistir a poucas enquanto estive em Ibicaba. São também pouco frequentes, ao menos entre suíços e alemães, as práticas imorais ou desonestidades. Deram-se, como já foi dito, alguns casos de furtos de mantimentos (...). Os defeitos que mais se podem imputar a muitos colonos são o consumo imoderado de cachaça, a indolência e o desmazelo. Isso faz com que não trabalhe nas horas devidas, ou trabalhe mal. (...) Faltam-lhes inteiramente guias espirituais que os orientem e aconselhem. Além disso eles se vêm, por um lado lesados em todos os sentidos e quase sistematicamente comprometidos em dívidas sempre maiores, e por outro colocados ante o fato de não passarem fome embora trabalhando pouco. Daí tiram facilmente uma conclusão: ‘se estou mesmo condenado a endividar-me, o melhor é passar uma vida regalada e não me fatigar muito’ (DAVATZ, 1850-1980, p. 153-154).

Figura 353 - Imigrantes trabalhando na lavoura
(Fonte: <http://familiaspillari.blogspot.com.br/>).

Figura 354 - Almoço na roça (Fonte: Setubal, 2008).

Com relação ao cotidiano além da lida na roça (figuras 355 e 356), Davatz (1850-1980) relata que os filhos dos colonos não possuíam instrução.

“A respeito de escolas sei pelo menos de uma colônia em que prevalecem condições idênticas às da Ibicaba. Aqui, antes de minha chegada, dois homens, mantiveram escolas durante algum tempo. (...) Por enquanto é suficiente dizer que a escola foi realmente inaugurada em princípios de outubro de 1856, funcionou com intermitências até o ano novo de 1857 e de então a fins de janeiro do mesmo ano teve uma existência muito precária. No espaçoso local destinado às aulas, do qual já se fez menção, continuavam, porém a morar alguns colonos que ainda não tinham casa pronta, de modo que tive de reservar parte de minha própria residência para as lições. (...) Dava trinta e cinco aulas por semana, inclusive oito noturnas e uma aos domingos, de tarde. Reparti os alunos - cento e oito ao todo - por três classes, a saber, os grades e pequenos de aula diurna e os de aula noturna. O número de disciplinas limitava a cinco: Leitura, Caligrafia, Aritmética, Canto e História Sagrada. Em quase todos os casos eu deveria partir dos princípios mais elementares. Muitos, mesmo entre os mais crescidos, moços de 16 e 17 anos - idade em que no Brasil muito homem se casa - mal sabiam distinguir as letras. Seus conhecimentos de Caligrafia e História Sagrada eram praticamente nulos, e pouco sabiam de Aritmética e Canto. (...) Além de ser espantosa a inaptidão dos alunos, cujos pais provinham das mais diversas regiões da Suíça e da Alemanha e que em geral eram capazes de tudo menos de dar uma educação razoável e esclarecida aos filhos, faltavam quase inteiramente os instrumentos de ensino, que no Brasil, de resto, só existem importados da Europa distante. Havia apenas alguns abecedários

e cartilhas, propriedade de crianças recém-chegadas, um quadro negro e várias folhas de papel, tendo impressos grandes caracteres latinos que serviam de modelo” (DAVATZ, 1850-1980, p. 136).

Figura 355 - 'A colheita' na Fazenda Santa Gertrudes (Autor: Antonio Ferrigno, 1903 *apud* Setubal, 2008).

Figura 356 - 'O terreiro' (Autor: Antonio Ferrigno, 1903 *apud* Setubal, 2008).

Sobre as questões religiosas, havia muitas diferenças entre colonos protestantes e católicos.

“estes podem visitar as igrejas nas cidades vizinhas, que distam de meia hora e três horas e meia da fazenda; podem assistir suas missas, acompanhadas de música instrumental, receber sacramentos segundo o rito romano e, quando o desejem, sepultar os seus mortos em terra benta. (...) Sobre a situação dos protestantes sabe-se que outrora um colono em Ibicaba fez prédicas religiosas durante longo tempo (...) até (...) quando tive o encargo de substituí-lo de modo que, além das funções de mestre-escola, tive de exercer também as de pastor junto aos vivos e aos mortos (...). Até há bem pouco tempo não havia na província de São Paulo pastores protestantes. Por conseguinte não se poderia esperar que houvesse ali instrução religiosa e administração dos sacramentos segundo o rito protestante. De resto, mesmo entre os católicos, não existia em nenhuma colônia, meios de preparar para a primeira comunhão (...). De resto, mesmo entre os católicos, não existia nenhuma colônia meios de preparar para a primeira comunhão; apenas os dois sacerdotes já mencionados formaram exceção em Ibicaba. A esses padres alguns pais de família protestantes só podem ser batizados nas igrejas católicas das cidades. (...) Os casamentos de protestantes não são celebrados em igrejas, mas apenas diante de funcionários civis, na presença de testemunhas escolhidas pelos noivos. Todos subscrevem um contrato aonde figura como condição essencial e quase primeira, que os filhos que por ventura venha a nascer do casal sejam educados na religião católica. Tal circunstância atesta bem, entre outras, o modo pelo qual os funcionários daquele país cumprem os preceitos constitucionais e obedecem aos seus superiores” (DAVATZ, 1850-1980, p. 136-137-138).

A respeito do tratamento dispensado aos colonos da Ibicaba pelos administradores da fazenda, Davatz (1850-1980) relata que *“nada impede que amanhã os filhos dos colonos imigrados da Europa sejam tratados como os pretos, nem mais nem menos, se desaparecerem seus pais de um momento para o outro”* (Davatz, 1850-1980, p. 138). Certamente que o tratamento dispensado aos colonos em outras fazendas não se diferenciava muito do descrito por Davatz no caso específico de Ibicaba. Muitos dos imigrantes inclusive deixaram sucessivamente as colônias e a vida campestre para tentar a vida na cidade, principalmente pelo trabalho nas fábricas.

Núcleos coloniais e colônias rurais: a unidade habitacional rural em São Paulo

No território paulista a necessidade de trazer mais imigrantes não se justificava como em outros Estados do Brasil para fins de povoamento¹⁰⁰, desta forma, a colonização se fazia necessária para garantir outros interesses, como: o incentivo à produção de culturas¹⁰¹, além do café; a inserção de mão-de-obra para a lavoura cafeeira; e também a ocupação de terras devolutas. Assim, inicialmente, os núcleos formados não se destinavam aos imigrantes recém-chegados, mas aos imigrantes experientes no trabalho nas fazendas, com as lavouras de café e produção variada de alimentos. O governo tinha interesse em instalar os colonos nos lotes para fossem produzidos gêneros alimentícios que abasteceriam a cidade de São Paulo, em conjunto com os colonos que também poderiam trabalhar nas fazendas de café e acumular o capital que poderia ser empregado na futura aquisição de um pequeno pedaço de terra (BALDINI, 2010, p. 127-128).

Os núcleos coloniais instalados por intermédio do governo imperial tinham como objetivo, agenciar o assentamento em glebas de terras loteadas que seriam oferecidas a imigrantes, com um projeto que designava onde deveriam se instalar, implantar uma cultura e construir a própria moradia. *“Os Núcleos Coloniais consolidados por esta denominação desde o Império, através do parcelamento da terra em lotes, e das regras para a sua criação e ocupação, denotam outras intenções, as mais diversas já especuladas na literatura. Resultaram, no entanto, em criação, contribuição nova e expressiva para a construção das casas no estado de São Paulo”* (PEREIRA, 2006, p. 37).

Os núcleos criados a partir de 1825 não obtiveram o sucesso esperado por inúmeras razões, como a falta de assistência às famílias assentadas no Núcleo de Santo Amaro, além da grande distância dos centros urbanos, como ocorrido com a colônia Nova Itália em Santa Catarina em 1836; ou mesmo a dificuldade de acesso ocorridas no Núcleo Barão de Mauá, nas escarpas da serra da Mantiqueira. A Inspetoria Geral de Terras e Colonização foi criada pelo Governo Imperial em 1876 com o objetivo de organizar e normalizar a instalação de núcleos Coloniais, iniciando o processo de assentamentos planejados no Brasil. A partir desta data, os mesmos passaram a ser planejados e projetados (PEREIRA, 2006, p. 57).

O auge da implantação dos núcleos coloniais ocorreu na década de 1880. Em 1885, a partir do esforço pessoal de Antonio Prado junto ao governo provincial paulista, foram fundados os núcleos Coloniais Cascalho e Cannas. Em 1886 foi iniciada a reestruturação do núcleo Pariquera-Assú, abandonado desde 1878. No mesmo ano, D. Pedro II delegou às Províncias a responsabilidade de criar e implantar núcleos coloniais em áreas que atendessem às condições: 1º- As terras deveriam

¹⁰⁰ Segundo Francisco (2008), citando os estudos de Darcy Ribeiro, *“os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa e adobe, cobertos de palha”* (Ribeiro, 1998 *apud* Francisco, 2008). Os pontos urbanos se constituíam apenas como pontos de apoio das roças, se utilidade secundária na sobrevivência e na cultura paulistas, naquele período, essencialmente rural (Francisco, 2008, p. 31). As casas eram mal construídas nas vilas, povoados e freguesias e chamavam a atenção de viajantes como John Mawe, que descreveu São Paulo em 1808: *“As casas dos lavradores são miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos são formados de vigas trançadas, emplastradas de barro e nunca regularmente construídas”* (Mawe, 1944 *apud* Francisco, 2008, p. 31). *“O provisório e a pobreza marcam a vida paulista. Nas casas havia pouca mobília, uma arca, redes de dormir, quase nenhuma cadeira. As pessoas de acomodam no chão, para comer, prostrar e descansar. A cozinha era um rancho. O vestuário eram calças, camisas ou vestidos de algodão cru sem qualquer decoração, para o dia-a-dia e uma roupa diferenciada, para momentos especiais raríssimos”* (Francisco, 2008, p. 32).

¹⁰¹ Fulana (2008) afirma que as roças de feijão, milho, mandioca e abóbora são a estrutura da culinária paulista. *“O milho torna-se elemento fundamental na alimentação. Dele fabricavam-se a farinha socada no pilão, a canjica grossa, de uso de todas as classes sociais, o cuscuz e o bolo de farinha de milho”* (Ribeiro, 1998 *apud* Francisco, 2004, p. 31).

estar situadas em locais que permitissem facilidades de transporte dos produtos ao mercado; 2º- Deveriam ser férteis para receber as culturas tradicionais das províncias e boas para a pastagem; 3º- Deveriam oferecer condições naturais para serem trabalhadas por meios mecânicos (PEREIRA, 2006, p. 54).

Entre 1886 e 1887, o presidente da Província de São Paulo, Visconde de Parnaíba, criou novos núcleos nas regiões de Campinas (figuras 357 e 358), Jundiaí, Limeira e arredores da Capital, os núcleos coloniais Rodrigo Silva, Antonio Prado, Barão de Jundiaí, Boa Vista e Ribeirão Pires, com base nas Leis e Normas do Império relativas às Terras e Colonização que previa e disciplinava o uso do lote colonial em diversos aspectos: demarcação, disposição para manutenção de marcos, área mínima para as culturas, área mínima para a construção da casa, definições para a abertura de estradas, distância mínima da estrada para a plantação de árvores, entre outros, com determinação de prazos e sanções por contrato. Em 1889, já na República, sob a administração de Antonio Prado, foram fundadas a Sociedade Promotora de Imigração e a Hospedaria dos Imigrantes. *“Na prática, o governo de São Paulo já havia assumido plenamente a subvenção e a organização de seus serviços de imigração e colonização quando a proclamação da República, surpreendendo o país, proporcionou maior autonomia aos novos Estado da União, permitindo-lhes assumir, de forma plena, a direção desses serviços”* (GADELHA, 1982, p. 131 *apud* BALDINI, 2010, p. 128).

Figura 357 - Núcleo colonial Visconde de Indaiatuba. Estação de Conchal da E. F. Sorocabana. Proprietário Germano Beckert, alemão. (Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

Figura 358 - Núcleo colonial Visconde de Indaiatuba. Estação de Conchal da E. F. Sorocabana. Proprietário: Eduardo Pulz, alemão (Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

Durante o governo provisório de Prudente de Moraes em São Paulo, entre os seus primeiros atos estão a regulamentação dos serviços da Hospedaria dos Imigrantes e a criação da Superintendência de Obras Públicas, encarregada da demarcação e divisão das terras devolutas no Estado, como também da inspeção dos núcleos coloniais. A partir desse momento, ocorreu o início de uma nova etapa na política de colonização do Estado, com elementos, ferramentas e regulamentações concretizadas por meio de uma instituição específica e centralizada, com o fim de viabilizar a implantação da política de criação de núcleos coloniais. Para ampliar o processo de desenvolvimento de São Paulo, em 1891 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (PEREIRA, 2006, p. 54; BALDINI, 2010, p. 128).

O apoio técnico do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) na promoção de pesquisas e melhoramentos na agricultura forneceu engenheiros e profissionais especializados na área, os quais davam orientações aos colonos dos núcleos referentes à experiência e demonstração. Em 1893 a antiga Inspetoria de Terras e Colonização foi substituída pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado, serviço este que ficaria responsável pela fundação dos núcleos coloniais (BALDINI, 2010, p. 128-129).

Naquele momento, alguns fazendeiros paulistas, após divergências com o governo, já haviam percebido a necessidade da criação de pequenas propriedades, por intermédio dos núcleos coloniais, próximas às zonas cafeeiras, a fim de possibilitar o fornecimento de mão-de-obra para as lavouras de café, produção de alimentos diversos e, também a valorização de terras marginais dentro das zonas cafeeiras. *“O governo do Estado de São Paulo assumiria por completo o controle de todas as questões relativas à imigração, colonização e trabalho em seu território, inovando algumas vezes com a colocação de núcleos coloniais, mas sempre conservando firme o objetivo de manter a força de trabalho subordinada aos interesses do capital cafeeiro”* (BALDINI, 2010, p. 129).

Em 1900 o enfoque do governo estadual em relação à política de colonização foi alterado com a promulgação da lei orgânica dos núcleos coloniais (figuras 359 e 360), já contida no Decreto nº272, de 10/12/1894. Composto de sete capítulos, o decreto tinha como objetivo a organização e administração dos núcleos coloniais de São Paulo, regulamentando a formação e a função da pequena propriedade no Estado.

274

“A legislação deste período demonstra claramente as relações existentes entre a imigração, trabalho e colonização na nova perspectiva de concretização do trabalho assalariado e atendendo às necessidades da lavoura cafeeira (...) o decreto descreve que os núcleos coloniais fundados a partir deste período não seriam considerados como um grande loteamento, onde os colonos agiriam de forma independente, mas sim como um embrião de um futuro povoamento ou vila. Neste lugar, os colonos trabalhariam em função de plantar gêneros agrícolas para serem comercializados e estariam submetidos às regras internas do núcleo colonial, ou seja, submetidos à administração” (BALDINI, 2010, p. 131-132).

Figura 359 - Núcleo colonial Martinho Prado Junior. Estação Pádua Salles da E. F. Sorocabana. Proprietário: Pedro Rodrigues Torres, espanhol
(Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

Figura 360 - Núcleo colonial Martinho Prado Junior. Estação Pádua Salles da E. F. Sorocabana. Proprietário: Antonio Luiz Camargo, brasileiro
(Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

Os lotes eram configurados em dois tipos: urbanos e rurais. Segundo Baldini (2010) o primeiro tipo era destinado à instauração da povoação, geralmente de menores dimensões e localizados no cen-

tro do núcleo colonial; enquanto que os lotes rurais eram designados exclusivamente à lavoura, em maiores proporções. Para que o colono se estabelecesse no núcleo, deveria ser casado e ter filhos maiores de 12 anos, além de ser lavrador. A venda de lotes a colonos nacionais, também era permitida, uma vez que estes poderiam auxiliar com suas experiências provenientes da prática na lavoura nacional, além de auxiliarem na assimilação do imigrante. A utilização do seu lote com plantações, a construção de casa permanente para a família e o trabalho realizado em serviços de infraestrutura para o núcleo, como: construção de estradas, pontes e limpeza de terrenos, eram obrigatórios ao colono. A emancipação dos núcleos acontecia à medida que fossem atingidas condições satisfatórias de prosperidade, sem contar com auxílio administrativo e técnico governamental. Era também garantida gratuitamente pelo Estado a demarcação e medição de lotes em terras particulares onde seus proprietários desejassem a instalação de novos núcleos coloniais (BALDINI, 2010, p. 132).

Durante o mandato do governador Jorge Tibiriçá entre 1904 e 1908, teve destaque a criação de núcleos coloniais para fixação dos imigrantes estrangeiros em solo paulista, com a finalidade de aumentar a produção agrícola. No entanto, apoiado nos relatórios dos anos entre 1910 e 1913, Baldini (2010) afirma que o governo admitiu que os núcleos coloniais oficiais fracassaram em seus objetivos iniciais. O objetivo mais importante era o fornecimento de mão-de-obra para as lavouras cafeeiras próximas dos núcleos e atenuar a crise existente no setor. Em diversos núcleos coloniais, como o 'Campos Salles' a instalação teve fins de atender os centros urbanos com os gêneros alimentícios, valorizar terras abandonadas de fazendeiros em crise e também colonizar regiões ainda distantes:

"Certamente, o governo estadual nunca deixou de investir muito mais dinheiro na subvenção de imigrantes para as lavouras particulares imaginando que o programa de criação de núcleos coloniais daria resultados para resolver a crise de mão-de-obra. O que aconteceu é que, a partir do reconhecimento do seu fracasso, o governo passaria a investir bem menos na manutenção dos antigos núcleos coloniais e na criação de novos. Nos últimos núcleos criados, o governo passou a utilizar outros discursos, estratégias e objetivos para justificar os novos gastos, como as parcerias com o setor privado, a venda de lotes para nacionais e a instalação de núcleos na nova zona cafeeira produtiva de São Paulo, o oeste paulista" ¹⁰² (BALDINI, 2010, p. 163).

O estabelecimento do trabalho livre nas fazendas cafeeiras iniciada na Fazenda Ibicaba (atualmente no município de Cordeirópolis) na década de 1840, intensificada pouco antes da proibição legal do trabalho escravo, repercutiu na paisagem rural, segundo Benincasa (2007), *"com o surgimento de infindáveis fileiras de casinhas geminadas, espalhadas por todos os setores das fazendas, geralmente em fundos de vale, ou em locais impróprios para as plantações de café"* (Benincasa, 2007, p. 297). Com a gradativa substituição do trabalho escravo pelo proletariado estrangeiro, os fazendeiros paulistas se viram obrigados a construir unidades habitacionais para abrigar as famílias dos novos trabalhadores em regime de colonato.

Em alguns casos, a senzala e dependências de serviços da fazenda foram subdivididas em cômodos e oferecidas aos trabalhadores europeus; entretanto devido à situação precária das antigas unida-

¹⁰² www.corumbatai.sp.gov.br/.

des habitacionais, a adaptação era impossível. Para Blay (1985) a colônia, assim como a vila, pode ser considerada um sucedâneo da senzala:

“no período escravocrata, junto à casa senhorial, rural ou urbana, o proprietário destinava uma parte da construção à senzala; pela habitação o proprietário preservava e protegia sua mercado-ria - o escravo. Posteriormente, o trabalho livre rural, exercido pelo colono, também foi contro-lado e parcialmente remunerado pelo uso da habitação nas ‘colônias’ no interior das fazendas” (BLAY, 1985, p. 30).

Para o fazendeiro que disciplinava seus escravos com açoites e tortura, a fim de manter tudo sob seu controle com trabalhadores que mal falavam a língua portuguesa, era necessário que as unida-des saneadas expirassem condições de ordem e disciplina.

Davatz (1850-1980) expõe um panorama da distribuição de colonos imigrantes nas habitações da colônia da Fazenda Ibicaba, onde foi realizado um sorteio para instalação das famílias:

“Entre as casas a serem distribuídas por este sistema havia uma ou duas, não me recordo bem, que se achavam em melhores condições. As demais estavam mal acabadas. Na maioria ainda não tinham sequer telhado e em nenhuma havia os paus horizontais e o enchimento de terra. Apenas um ou dois colonos, portanto, podiam instalar-se definitivamente em suas moradas. Alguns dos outros, no entanto, decidiram ir viver logo nas futuras casas de paredes inacabadas, encarregando-se de completa-las eles próprios, mediante uma compensação em dinheiro (...). Os que não seguiram esse exemplo, ou foram morar com colonos mais antigos ou instalaram-se em um amplo edifício com um só quarto e que durante longo tempo foi sede de escola. Quatro das maiores famílias foram colocadas nesse prédio, que lhes servia de moradia e de dormitório, de cozinha e despensa, de tudo enfim (...). Não sei dizer quanto tempo esperamos que termi-nasse a construção das casas que nos couberam por sorteio. Aos poucos, porém, foram partin-do alguns dos velhos colonos e conseguimos ocupar as suas casas. Para cada uma delas em ge-ral melhoradas pelos antigos ocupantes, dotadas de currais ou coisa parecida, de cercados para o jardim e o quintal, de pequenas plantações de banana (...)” (DAVATZ, 1850-1980, p. 82).

Em seu relatório, Davatz (1850-1980) expõe que a disposição das colônias de Ibicaba era bela e de grande regularidade.

“Uma grande praça quadrangular é limitada de três lados por quarteirões que dão para ruas re-tílineas, e do quarto por um riacho (onde muitos se abastecem de água e que também serve de lavadouro). Cada quarteirão, medindo cerca de 108,904 pés quadrados, é subdividido em de-zeesseis partes iguais, que dão para a rua. Por sua vez cada uma dessas partes destina-se a uma família de colonos e em cada qual existe uma casa, sempre chegada à rua. (...) Esse o quadro das habitações na parte moderna de Ibicaba; na antiga colônia há quarenta habitações em um extenso edifício, unidas umas às outras, e esse conjunto é separado da colônia nova pelo riacho já mencionado e representa uma raia distante do vasto pátio quadrangular, de que forma o quarto lado. Além desse prédio fica longa série de casas isoladas que vão até às vizinhanças da sede da fazenda (a moradia do proprietário com todos os estabelecimentos suplementares e in-dispensáveis ao funcionamento da empresa: bazares de mercadorias, vendas, máquinas para beneficiamento do café, marcenaria, serraria, forja de ferreiro, etc.). Esse conjunto é dividido em duas secções por um segundo riacho, e de fato a parte mais chegada à residência do propieta-rio é habitada quase unicamente por elementos portugueses, enquanto a outra, como a colônia antiga e a moderna, consta sobretudo de suíços, alemães, turingios e holstenianos (assim se dis-tinguem eles entre si)” (DAVATZ, 1850-1980, p. 71-73).

Segundo Davatz (1850-1980) em seu relato sobre as condições da colônia da Ibicaba, o material para a construção das casas, como também as ferramentas, tinham que ser comprados por preços abusivos. *“Quanto aos tijolos o colono pode adquiri-los (...). Para a construção de um fogão ou de um forno, o colono pode obter gratuitamente os tijolos quando haja permissão do diretor, que*

para isso fornece um vale. As ferramentas obtidas na fazenda também ficam extremamente dispendiosas para os colonos (...)" (DAVATZ, 1850-1980, p. 105).

Colônias construídas com materiais variados aparecem no inventário de Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco de 1901 na Fazenda Floresta: *"Seis lanços de casas de tijolos de duas casas por lanço/Seis lanços de casas de madeira para colonos, cada lanço com duas casas/Cinco casas velhas de madeira/Dezenove casas velhas no correr do terreiro"*, e na Fazenda Ingá: *"Dezessete lanços de casa de taipa para colonos/Quatro casas de taipa para colonos/Quatro casas de madeira para colonos"* (BENINCASA, 2007, p. 166).

Pereira (2006) destaca um trecho do jornalista francês M. Leclerc que descreve a unidade habitacional da colônia da Fazenda Santa Veridiana, de propriedade de Antonio Prado em Santa Cruz das Palmeiras: *"(...) pequeninas casas se compõem de 2 peças; numa se encontram o fogão e os utensílios de cozinha, as provisões; na outra se localizam as camas feitas de tábuas presas a quatro pés fincados na terra batida; pelas paredes caídas algumas recordações da pátria, os inevitáveis cromos, os santinhos (...)"* (Leclerc in: Kossoy, 1988, *apud* Pereira, 2006, p. 34). O autor entende que a descrição de Leclerc pode ser considerada comum para as colônias em fazendas privadas, com unidades repetidas, reduzidas ao mínimo, em diversas formas de implantação, de acordo com o interesse do fazendeiro (PEREIRA, 2006, p. 36).

Figura 361 - Colônia da Fazenda Santa Veridiana em Santa Cruz das Palmeiras
(Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/).

Figura 362 - Fazenda de Café em Santa Silvéria com a colônia à esquerda
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

As casas de colonos, segundo Marins (2008) eram um tipo de padronização arquitetônica semelhante ao processo ocorrido com as vilas ferroviárias e operárias nos espaços urbanos.

"Representavam uma maneira de estabelecer um padrão de hábitos de moradia aos novos moradores das fazendas, uniformizando-os e disciplinando-os. A disposição das casas em longas fileiras indianas situava-se normalmente entre as fronteiras dos cafezais e as áreas de processamento, ou ao longo dos caminhos, a fim de economizar terra fértil. Jamais estavam concentradas em uma espécie de tecido urbano, como as vilas populares. Isso gerava uma dispersão pela fazenda em geral benéfica ao proprietário, pois dificultava o contato entre os imigrantes, muitas vezes mal remunerados ou submetidos a terríveis condições de sobrevivência" (BENINCASA, 2003, p. 195-234 in: MARINS, 2008, p. 168).

Este cenário rural (figuras 361 e 362) estava prestes a sofrer enormes mudanças com o início do processo de industrialização paulista. Processo que teve seu início a partir de meados do século XX com a instalação de pequenas casas industriais na capital e no interior do Estado, prioritariamente em Sorocaba, Piracicaba, Itu e Campinas, cidades com tradição agricultora de café e cana de açúcar, cuja economia estava baseada nesse sistema. O processo de industrialização se deu atrelado à economia da agricultura, com as tecelagens e engenhos centrais que dependiam das plantações de algodão e de cana. Algumas instalações industriais se estabeleceram nos espaços de antigas fazendas, próximas ou não dos núcleos urbanos, mas quase sempre bem próximas dos rios.

De forma semelhante a que ocorreu com as senzalas, segundo Marins (2008), conjuntos de colônias foram sistematicamente demolidos nas fazendas paulistas, por conta da mudança da legislação trabalhista relativa ao trabalhador rural, a partir de 1963, que incentivou os fazendeiros a eliminar a presença de colonos e seus familiares das antigas residências, obrigando-os a morar nas cidades como trabalhadores temporários (MARINS, 2008, p. 170).

A Vida cotidiana nos Núcleos Coloniais e nas Colônias Rurais

Sobre a chegada de um grupo de imigrantes à fazenda de destino Alvim (2008) recorda o relato de um observador italiano em 1895 extraído de Colbacchini (1895):

“alcançando a fazenda, que olham como um oásis desejado e o fim dos seus males, qual não é o desalento em que caem quando encontram tudo diferente daquilo que lhes tinha sido pintado (...). São apresentados ao fazendeiro, que nesse momento deve se mostrar como autoridade máxima, como patrão, que os olha com ar severo e certa indiferença, dizendo-lhes que (...) espera que eles se mostrem agradecidos pelas altas despesas que ele fez trazendo-os às suas terras, e por tê-los tirado da miséria e da fome (...). Distante da casa do fazendeiro se estende uma fileira de casinhas, normalmente construídas com barro e cobertas de palha, minúsculas para o número de pessoas que devem abrigar e com portas assinaladas por números progressivos, porque, de agora em diante, cada família, mais do que pelo sobrenome, devia se reconhecer pelo número da casa em que mora (...). É um espetáculo desolador, de enternecer o mais duro coração, assistir à tomada de posse de semelhante moradia (...). Vi velhos (...) circundados dos filhos, noras e netos, irromper em prantos inconsoláveis e aumentar com seus gemidos profundos o desespero na pequena família (...). Depois da primeira e triste refeição (...) começa-se a falar um pouco com a família e entre os vizinhos. Enxugam-se as lágrimas (...) se levantam do monte de palha onde normalmente estão sentados e saem para os seus trabalhos” (COLBACCHINI, 1895 apud ALVIM, 2008, p. 252-253).

Para os imigrantes, segundo Bardi (1980):

“o começo foi difícil. O imigrado devia sobreviver, construindo sua maloca, provendo e, às vezes, improvisando os alimentos. Vencendo pouco a pouco os obstáculos impostos pela natureza, clima e hostilidade dos índios e da floresta consegue afinal ajeitar o campo. E da cabana passa à casa construída em madeira ou pedra, mão a mão, requintada, decorada, símbolo de um merecido bem estar” (BARDI, 1980).

Sobre o cotidiano do imigrante Benincasa (2007) destaca que:

“as lides diárias (figuras 363 e 364) estavam voltadas aos cuidados com as pequenas criações de animais, ao cultivo das hortas e ao trabalho nas fazendas, tanto de homens, quanto de mulheres e crianças. A casa de colônia era, antes de tudo, um abrigo, e não local de fruição de espaços, e as atividades de preparo de alimentos e descanso eram as suas principais atribuições. A vida na colônia se dava, em grande parte do tempo, a céu aberto” (BENINCASA, 2007, p. 167).

O cotidiano nas colônias ocorria quase integralmente no ambiente externo, com intensa vida social e festas principalmente em junho, em comemoração ao final da colheita e em homenagem aos três santos mais cultuados do mês (BENINCASA, 2007, p. 167).

Figura 363 - Imigrantes japoneses cultivando horta (Fonte: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/imigracao/>).

Figura 364 - Família de imigrantes japoneses em plantação de bananas (Fonte: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/imigracao/>).

Para Pereira (2006):

“é impossível separar a arquitetura da vida, do ambiente natural e dos materiais da região, das condições de exploração do trabalhador, da sua liberdade, cultura e capacidade pessoal de organização. O conhecimento manifesto, construído (no duplo sentido, do concreto e do simbólico) foi consequência da urgência provocada pelo ânimo da liberdade e da imaginação, o que era impossível acontecer nas colônias das fazendas” (PEREIRA, 2006, p. 38).

279

Com relação à privacidade, Marins (2008), destaca que era mínima dentro das unidades, por não haver portas entre os cômodos.

“O mesmo pode-se dizer da própria vizinhança, pois as residências eram implantadas muito próximas entre si, o que era intensificado pela ausência dos vidros, muito caros, nas janelas, cujas folhas de madeira permaneciam constantemente abertas. Instalações sanitárias, como em grande parte das sedes mais antigas, inexistiam; as bananeiras e canaviais eram os pontos mais frequentes para dejeção” (MARINS, 2008, p. 169-170).

As moradias oferecidas em São Paulo geralmente não apresentavam características pessoais para os colonos, ao contrário do que ocorria no Sul do país, onde podiam construir suas casas à maneira de seus países de origem, na opinião de Alvim (2008). No solo paulista, em geral era disponibilizada uma carreira de casinhas previamente construída, ou mesmo senzalas adaptadas, alinhadas à distância da fazenda sem qualquer semelhança às descritas pelos guias dos imigrantes, segundo a autora. Entretanto Pereira (2006) expõe que as unidades habitacionais edificadas pelos imigrantes italianos nos núcleos coloniais teriam sido construídas de acordo com técnicas e tipologias comuns às da Itália pelos seus imigrantes (PEREIRA, 2006; ALVIM, 2008, p. 258).

Como em outras regiões, as colônias das zonas pioneiras do Estado de São Paulo não chegaram a formar uma identidade regional arquitetônica nas fazendas, segundo Benincasa (2007). A presença de imigrantes de várias partes do mundo, não teria contribuído para alterar a aparência daquelas casas de colonos, todas parecidas entre si, com exceção de colônias de imigrantes da Letônia em

Tupã e de japoneses em Bastos, onde a arquitetura e os traços físicos as diferenciavam das outras cidades e localidades que não constituíram traços peculiares marcantes na paisagem, consideradas essencialmente paulistas por Monbeig (1954). Benincasa (2007) destaca o texto do geógrafo Monbeig, no qual descreve que para haver uma interferência à paisagem urbana e rural, com características dos países de origem:

“(...) seria necessário que os estrangeiros conservassem sua própria unidade e mantivessem sua integridade física e cultural. Ora, já foi visto como eles se incorporavam às populações brasileiras, nos quadros urbanos. Não está a assimilação longe de ser tão radical nos desbravamentos e nas plantações. Não basta que um agrupamento estrangeiro se saliente numa estatística, para que daí resulte sua preservação. Antes de aventurar-se a tirar das cifras conclusões apressadas, é indispensável conhecer a realidade, em contato direto com ela. A fazenda e o colonato dissolveram italianos, espanhóis e portugueses na coletividade brasileira. Se puderam os representantes consulares fascistas ter alguma influência nas grandes cidades, nada praticamente conseguiram de seus compatriotas nas zonas rurais. Este fato político bem atesta a fusão dos mediterrâneos no cadinho brasileiro” (MONBEIG, 1954 *apud* BENINCASA, 2007, p. 594-595).

Na construção das moradias dos imigrantes, eram os negros que auxiliavam na escolha das madeiras por eles desconhecidas, para não correr o risco de usar peças impróprias ou verdes, pois *“careciam de um repertório de recursos técnicos que não possuíam, como o de cortar a palmeira, extrair o palmito, que podiam comer, ligar um pedaço do tronco cavado ao outro, com o cipó, e depois cobri-los de barro misturado a folhas secas ou sabugo do milho para melhor vedar as paredes”* (GROSSELI *apud* ALVIM, 2008).

Coletti (1908) descreve que as unidades (figura 365) eram erguidas em: *“quatro muros em tijolos ou de pau a pique e que dificilmente superavam três ambientes. Do lado, ou mesmo dentro da casa, uma cabana rudimentar feita de taquaras e coberta com folhas de palmeira era destinada a guardar o milho e servia também para recolher porcos, galinhas e cabritos à noite”* (COLETTI, 1908 *apud* ALVIM, 2008, p. 258). Alvim (2008), completa que as divisões internas eram feitas do mesmo material construtivo, sem portas separando os ambientes, com janelas de folhas cegas (ALVIM, 2008, p. 258).

O piso da cozinha era inicialmente em terra batida e posteriormente recoberto por tijolos, quando edificada no perímetro da construção principal. Pereira (2006) expõe que tal procedimento está ligado à história do desenvolvimento da habitação popular, decorrente das precauções contra o fogo (Pereira, 2006, p. 73). Nos núcleos coloniais, a cozinha (figura 366) se configurava como a parte da moradia com maior número de equipamentos construídos, como: os fogões, reservatórios de lenha, apoios para potes, latas de água e pias com saída para as águas usadas. Também era comum a boca do forno de pão, o qual fica instalado fora da casa, em áreas de serviço abertas. Nas casas do núcleo, o fogo era feito, inicialmente no chão sob a panela pendurada na forneta, onde frequentemente acrescentavam uma coifa de folhas de flandres. Depois era feito um fogão de tijolos assentados com barro, que possuía uma boca com diâmetro determinado pelo tacho, já com chaminé para a saída da fumaça. Com o tempo, o fogão a lenha passou a ser feito de alvenaria de tijolos, revestido com cimento importado da Europa, tendo na parte superior a chapa com três bocas de diâmetros diferentes. No corpo do fogão era instalado o forno industrializado de ferro com

tampa e gaveta para a brasa. Para a saída da fumaça, as chaminés possuíam registros e em alguns casos eram construídas coifas de alvenaria. O autor descreve que:

“a louça era, inicialmente, lavada no rio ou em caldeirões e tinas até construírem a pia. Esta era rasa, de alvenaria de tijolos, com saída para águas usadas e revestida de cimento. A água era trazida em baldes ou potes do rio ou do poço e colocada ao lado da pia. Fixavam prateleiras na parede para pendurar ou apoiar panelas de barro, depois de ferro fundido e conchas para vasilha de sal” (PEREIRA, 2006, p. 70-71).

Figura 365 - Interior da casa Octávio Balestrin
(Fonte: Pereira, 2006).

Figura 366 - Fogão e pia revestidos de cimento na Casa Bagni do Núcleo colonial Barão de Jundiá
(Fonte: Pereira, 2006).

Apesar da segurança oferecida pelos telhados de barro e da redução da altura das chaminés, as cozinhas continuaram a ser construídas anexas às casas, geralmente nos fundos. Pereira (2006) destaca que:

“através dela ocorriam todas as relações com os serviços exteriores, plantações, criações, horta, poço, terreiro e forno de pão. Para o forno de pão, numa primeira fase, alguns utilizaram o cupim retirado de pastos, ou o construíam com barro. Na sua forma mais permanente, o forno era feito de tijolos. Um portão de madeira externo à porta de saída, ou a própria porta cortada ao meio na horizontal, impedia a entrada de criações e de animais domésticos” (PEREIRA, 2006, p. 73).

Segundo Davatz (1850-1980), sobre as unidades habitacionais da colônia da Fazenda Ibicaba,

“se o mato cresce impunemente e os galhos do arvoredo chegam a roçar o teto, se - como ocorreu pelo menos em um caso - vêem-se troncos ainda com raízes no interior da habitação, então caberá exclusivamente ao colono por fim a esses contratempos. A ele também compete aterrar, aplainar e calcar o solo para o assoalho. E outros trabalhos ainda entram, eventualmente, em sua esfera de atividades: instalar um fogão, um forno - coisa indispensável nessas colônias - descobrir e obter materiais de toda sorte que possam ser improvisados em mesas, cadeiras, camas... Aquele que pretender maior conforto em seu pequeno lar, cumpre ainda subdividir a habitação em dois, às vezes em quatro aposentos, mediante paredes internas, cobrir um ou mais compartimentos com ripas de palmeira e terra, etc. Além disso, compete ao colono melhorar ou consertar frequentemente grande parte das paredes da casa que, devido à deficiência do enchimento, ficam seriamente ameaçadas em caso de forte temporal - tudo à sua custa, a menos que sejam patentes os defeitos ou estragos nessas paredes. Se quiser cercar o terreno em volta da habitação, se desejar ter um pequeno curral, uma horta e algumas bananeiras para sustento da casa, é claro que também terá de arcar com as despesas” (DAVATZ, 1850-1980, p. 72).

As unidades habitacionais rurais não possuíam banheiros, sendo que o banho era tomado nos rios, ou nos quartos com o auxílio de *'mastellas'* (tinhas) e bacias de folha de flandres, usadas para a lavagem dos pés antes de dormir. *"As necessidades fisiológicas eram feitas no mato. A latrina com fossa negra só aparece a partir de 1930. À noite utilizavam-se vasos noturnos e urinóis; às vezes eram depositadas nas esterqueiras e frequentemente a urina era jogada em formigueiros, na tentativa de exterminá-los"* (Pereira, 2006, p. 73-74). Benincasa (2007) conta que em Cafelândia uma colônia ainda na década de 1980 não possuía água encanada, nem banheiros e instalações sanitárias, obrigando seus moradores a colher água em poços localizados à frente das fileiras de casas. O padrão construtivo de casas geminadas em carreira favorecia a instalação de equipamentos coletivos como tanques para lavagem de roupas e utensílios domésticos que se tornavam locais de convivência entre as donas de casa (BENINCASA, 2007, p. 297 e 594).

As colônias eram situadas preferencialmente em fundo de vales, localização climática tropical conflitante com o modo de vida dos colonos provenientes de climas temperados, resultando em problemas higiênicos. A ausência de água encanada e esgoto na maioria das unidades habitacionais de colônia criava um ambiente favorável à propagação de doenças, como febre amarela e leishmaniose, transmitidas por mosquitos, principalmente em regiões abundantes em matas. E também se desenvolviam moléstias características das zonas tropicais como: a doença de Chagas transmitida pelos barbeiros que se instalavam nas paredes de pau-a-pique; a malária proliferada junto aos rios de águas brandas; o tracoma, cuja bactéria se espalhava pela falta de higiene em toalhas de banheiro ou pela terra, e atacava principalmente italianos e japoneses; o bicho-de-pé, que provocava coceiras irritantes e se não removido podia causar infecções. Também era comum o amarelão, verminose que se desenvolvia em poças d'água estagnadas misturadas com detritos provenientes da ausência de esgoto, principalmente em crianças:

"(...) É uma raridade encontrar crianças com sapatos. As mais altas taxas de infecção encontram-se no grupo de idade de dez a vinte anos, isto é, os escolares e os jovens que ajudam seus pais na roça. Artigo caro, o calçado é reservado aos adultos e os jovens ficam com ancilostomose, o amarelão, a que estão resignados. Daí sua fraca resistência às moléstias contagiosas, benignas em adultos" (MONBEIG, 1954 apud BENINCASA, 2007, p.594).

Sobre o atendimento médico dispensado aos colonos da Ibicaba, Davatz (1850-1980) relata que era cobrado um preço alto relacionado às visitas médicas, além dos remédios e tratamento, também caros, descontados em caderneta.

"Três médicos, o último dos quais residiu durante um ano na própria colônia, serviram-na dessa forma e isso até meados de setembro de 1856, quer dizer durante quatorze meses e meio contados de nossa chegada. (...) Durante todo o tempo em que houve médicos na colônia, e mesmo até pouco depois, morava ali um homem que tinha conhecimentos cirúrgicos e sabia alguma coisa de medicina. Esse homem ajudava os médicos no tratamento dos doentes e dedicava-se inteiramente a esse mister por sua própria iniciativa, muito embora também fosse pelos colonos. É certo que a diretoria muitas vezes não regateava cuidados aos doentes, seja dando conselhos e fazendo recomendações, seja prestando-lhes a assistência necessária, o que é sem dúvida excepcional em uma terra onde o pobre paciente não tem como comprar boa farinha, pão, manteiga, aveia, ameixas, etc., e é forçado a limitar sua dieta a um mingau de arroz, um caldo de galinha e quando a doença o permite, um ovo ou uma laranja. Os mortos, tanto protestantes como católicos são sepultados, em Ibicaba, num cemitério (...) cercado (...) por uma cerca de madeira do tipo comumente usado naquelas paragens. É fácil, por outro lado encontrar um

acompanhamento decente para o morto. Este é levado num caixão, os colonos quase sempre leem uma outra oração fúnebre e muitas vezes entoam em coro, hinos, junto à sepultura. Na maioria das outras colônias os enfermos ou não dispõem de médicos ou têm de utilizar os médicos das cidades próximas que de ordinário nenhuma ligação têm com as fazendas. Quando a colônia ainda é muito recente os doentes têm de renunciar até à dieta adequada por falta de meios, e ficam totalmente sem assistência” (DAVATZ, 1989, p. 122-123-124).

Com respeito ao mobiliário e objetos cotidianos utilizados nas unidades habitacionais das colônias, como também os hábitos diários, Dean (1991) expõe relatos de dois viajantes, Grossi (1896) e Bonardelli (s/d), os quais descrevem a mobília de casas de colonos de um cômodo só:

“um estrado de madeira com lençóis de algodãozinho, cadeiras, mesa, potes e panelas, velas, um santo e cromos religiosos ou patrióticos. O imigrante e sua família usavam roupas de brim, chapéus de feltro ou de palha e sapatos de couro ou calçados de lona. Eles mesmos produziam seu milho e seu feijão e a maior parte da sua carne; compravam farinha de trigo, banha, sal, bacalhau, sabão, pasta, e, às vezes, cerveja, carne enlatada e querosene. Tudo o mais faltava e tudo o mais, se pode presumir, era consumido apenas nas cidades, como parte de um comércio de luxo e, portanto, principalmente fornecido pelas importações: material impresso, material médico e ótico, drogas, tecidos estampados, linóleos e oleados, material de encanamento, material elétrico e muitos outros objetos, já corriqueiros na Europa e nos Estados Unidos industrializados” (GROSSI, 1896; BONARDELLI apud DEAN, 1991, p.13).

Alvim (2008) continua a descrição da mobília e dos objetos de uma moradia de colono de origem italiana, segundo relatos em Grossi (1896) e Lombroso (s/d) que classificam as unidades como *“limpas, com leitos altos cobertos com lençóis de pano grosseiro, mas limpos; um baú no canto (do quarto) continha outras roupas (...). Na cozinha as louças eram de barro cozido, algumas vezes também esmaltadas (...), mesas, algumas cadeiras ou bancos, raramente armários (...) das paredes pendiam imagens de santos, quadros de parentes distantes (...)”* e objetos ou fotos que trouxessem recordações da Itália. *“As moradias bem sortidas tinham em seu cardápio toucinho e linguiças, que pendiam do teto da cozinha, legumes, milho e frutas secas, que ficavam amontoadas num pequeno depósito situado no fundo da casa” (LOMBROSO, s/d; GROSSI, 1896 apud ALVIM, 2008, p. 258).*

Já os japoneses (figura 367) tiveram maiores problemas de adaptação com a comida e também com a arrumação das casas (figura 368), pouco asseadas em comparação com as dos italianos, nos primeiros anos. Por outro lado, tinham o hábito de tomar banhos diários, enquanto que os italianos lavavam diariamente mãos, rosto e pés, deixando o banho completo para os sábados. A principal diferença entre esses imigrantes era que os italianos vieram para ficar, e os japoneses pretendiam voltar após economizar dinheiro. Alvim (2008) ilustra com depoimento do pintor imigrante japonês Tomoo Handa (1980) que:

“nas casas de colonos brasileiros ou imigrantes europeus era comum topar (nas salas) com uma mesa guarnecida de toalha branca ou estampada, e sobre a qual era costume colocar uma moiranga pequena e algum copo ou caneca (...) já na casa do imigrante japonês recém-chegado nada disso se encontrava. A sala muitas vezes não passava de um espaço vazio, sem mesa, bancos ou cadeiras e não era mais que um depósito (...), onde (ele) ao voltar do trabalho depositava seus instrumentos de trabalho e pendurava suas roupas em simples pregos” (HANDA, 1980 apud ALVIM, 2008, p. 260).

“Com o passar do tempo, no entanto, deixam de receber as visitas no leito de madeira coberto com esteira, único móvel providenciado à chegada, no qual sentavam à moda japonesa para

conversar, e passaram a construir mesas e cadeiras com restos de madeira que conseguiam nas serrarias das fazendas” (ALVIM, 2008, p. 260).

Figura 367 - Família de imigrantes japoneses almoçando em meio ao cafezal (Fonte: Alvim, 1998).

Figura 368 - Propriedade de um pequeno lote de terra, retratada por Tomoo Handa, onde o imigrante podia se tornar independente (Fonte: Alvim, 1998).

A relação entre a necessidade por objetos e as funções de sobrevivência, trabalho e descanso dos colonos resultou na criação de objetos adequados. Para a execução, eram empregadas técnicas artesanais simples: as primeiras camas eram formadas por dois cavaletes que recebem um estrado, sobre o qual era colocado o colchão de palhas selecionadas das colheitas de milho. Assim que possível, eram trocadas por outras mais elaboradas, com guardas e pés, além de peças torneadas e colunas executadas por marceneiros profissionais; a cadeira de madeira era formada por quatro paus e travessas encaixadas, sendo duas no encosto, quatro nos assentos e outras nos pés. Segundo Pereira (2006) *“A madeira é arredondada, o acabamento dado por enxós e o assento com a trama das tábuas dos brejos. Essa é a mais popular e resistente das cadeiras. (...)”*. Outros móveis apontados pelo autor como necessários e frequentes nas casas eram: a cômoda ou *‘cassa-banco’*, comprada dos marceneiros da cidade, juntamente com os guarda-roupas; e enormes mesas de pés torneados para as refeições (PEREIRA, 2006, p. 75).

Além do mobiliário cotidiano, alguns objetos se configuraram importantes para o funcionamento da casa dos italianos, como: cabides de madeira para as roupas, prateleiras para utensílios de cozinha, além da canastra e do baú procedentes do país de origem, que serviram para transportar as roupas da família durante a viagem e depois eram utilizados para guardar as roupas da família; assim como os caixotes de madeira usados na viagem se transformavam em bancos. Outras peças eram reaproveitadas como tinhas e barris cortados ao meio para guardar água, lavar louça ou para o banho. Pereira (2006) relaciona também outros itens como: os lampiões e lamparinas feitos de latas reutilizadas em folhas de flandres, ou industrializados; e os relógios, frequentemente guardados em nichos, caixas de folha de flandres e vidro ou de madeira e vidro, como os oratórios, para mantê-los

sempre em funcionamento, pois não havia rádio ou outro meio imediato de ajuste de horário (PEREIRA, 2006, p. 76).

Nas cozinhas dos italianos, as panelas *'pinhatas'* de barro e ferro, cuias de madeira dos caboclos, potes de cerâmica para o sal, pratos de ágata (ou louça), copos, potes e litros eram guardados em prateleiras. No guarda-louça comprado dos marceneiros oficiais eram guardadas as tigelas de louça, as tigelas de café e a *'scodela para minestra'* (tigela para sopa). Pereira (2006) destaca que entre os objetos para a cozinha a *'fornella'* era utilizada antes da construção do fogão, formada por uma corrente de ferro com um gancho em uma das extremidades, que se pendurava numa das vigas de cobertura, composto com outros dos ganchos na outra ponta, onde se suspendia o tacho, ajustado em relação ao fogo.

"(...) era a polenta que exigia utensílios de bom desenho. As tábuas, 'tagliero' ou eram em formato redondo ou quadrado com cabo ou sem, de tamanhos diversos em função da quantidade a ser servida. Também havia a 'gradella' para assar a polenta no fogo - uma grade de ferro batido, com cabo. Os tachos, de diversos tamanhos, chamados 'cagliera' ou 'ramina' e, para mexer muito a polenta, compridas colheres de madeira, a 'mescola' ou a 'mensola'. Os tachos eram pendurados na 'fornella' ou eram ajustados, depois de construído o fogão de tijolos, à sua boca" (PEREIRA, 2006, p. 79).

Se aos imigrantes era dificultado espaço de habitação característico de seus países de origem, entre as paredes da casa da colônia, tentavam manter seus hábitos alimentares, com cereais: trigo em forma de pão e macarrão; milho, consumido como polenta pelos provenientes da Itália setentrional, ou como broa pelos provenientes da Itália meridional; além de feijão, arroz, batata e muita verdura fresca, plantados na pequena horta que cultivavam (Tedeschi, 1907 *apud* Alvim, 2008, p.254). Alvim (2008) salienta que os costumes originais dos imigrantes italianos inclusive ajudaram a renovar a paisagem em torno de suas casas ou nos lugares destinados às suas lavouras com hortas repletas de tomates, pimentões e verduras comuns na sua terra natal (ALVIM, 2008, p. 254).

A dieta do colono em geral era praticamente imutável e bastante pobre de variedade:

"consistindo de uma pequena xícara de café, pela manhã, antes da saída para a lavoura; por volta das oito da manhã, fazia-se uma pausa para o almoço, composto de arroz, feijão preto, com pouca gordura, pão feito em casa, ora de trigo, ora de milho, e, por vezes, alguns brotos sob a forma de salada. Ao meio dia, nova pausa para o café com pão. O jantar, ao final da tarde, repetia o almoço. Em todas essas refeições era raro o consumo de carne e de ovos. Completava-se a dieta com farinha de milho ou de mandioca. Leite e frutas eram produzidos para serem vendidos nas cidades, sendo, na verdade, uma maneira de se ganhar algum dinheiro extra e, por isso mesmo, eram pouco consumidos" (MONBEIG, 1954 *apud* BENINCASA, 2007, p. 594).

Segundo Davatz (1850-1980) em relato sobre os hábitos alimentares da Colônia da Ibicaba dizia que:

"os colonos, quando o podem, usam parte do leite com café (para esse efeito um quartilho deve dar para uma família inteira), em que não consomem tanto açúcar como os brasileiros; outra parte é empregada no preparo de diferentes alimentos e uma terceira, finalmente, para manteiga ou queijo, caso não existam à venda e quando a vaca é de boa qualidade. Neste último caso é possível fabricarem-se uma a duas libras de manteiga e alguns queijinhos do tamanho dos nossos queijos de leite de cabra. A manteiga e o queijo servem para tornar mais tragável o pão da terra, de ordinário muito grosseiro e duro" (DAVATZ, 1850-1980, p. 81).

Para os fazendeiros, o emprego mais econômico do esforço dos trabalhadores situava-se na produção do café e não em culturas de subsistência; sendo assim, os colonos imigrantes muitas vezes foram proibidos de plantar outros gêneros.

“Isso também os obrigava a comprar os artigos de que precisavam no armazém da fazenda. O próprio armazém era uma fonte de lucros para o fazendeiro capitalista, que vendia a concessão ou a explorava (...) a escala de consumo era também limitada pela alta propensão dos colonos para guardar o que ganhavam a fim de poderem, um dia, voltar ao país de origem (...). De 1902 a 1910 mais de 330.000 europeus chegaram a Santos, mas tantos regressaram que o número dos que ficaram foi apenas de 16.667 durante esses nove anos” (DEAN, 1991, p.11 e 13).

Davatz (1850-1980) descreve que na Colônia da Ibicaba os sábados eram os ‘dias dos fornecimentos’, quando:

“levando consigo a caderneta das contas o colono dirige-se ao diretor e pede-lhe aquilo de que necessite. O diretor enche uma folha litografada com os nomes de diversas mercadorias, conforme os desejos dos colonos, quando os aprova, e inscreve o montante em dinheiro dos gêneros solicitados, no lado esquerdo da folha do caderno de conta. A seguir dirige-se o colono à sede da fazenda e recebe mediante apresentação da folha, as mercadorias pedidas e registradas. Os gêneros que se podem obter por essa forma são os seguintes: café, fubá, farinha, açúcar, feijão, sal, toucinho, e, de quando em vez, arroz. Do mesmo modo obtém-se também, no primeiro sábado de cada mês, certa importância em dinheiro para a compra de carne de vaca, sabão, azeite de iluminação, aguardente (a única bebida de que dispõe o colono além de água) e outras coisas de menor importância. Até aqui tudo bem. Mas se alguém prestar atenção à qualidade das mercadorias e também ao seu preço verificará mais de um fato digno de reparo. No medir e no pesar os artigos, operações essas que estão a cargo de negros, não se acha presente o colono, que não vê assim de que modo são praticadas. Só lhe é dado verificar, de vez em quando, que os negros amontoam com os pés o fubá ou a farinha de trigo, e que essas mercadorias, depois de pesadas, são medidas em sacos. O mesmo se passa com o açúcar, o toucinho, etc. (...)” (DAVATZ, 1850-1980, p. 100).

Sobre o vestuário dos colonos, Davatz (1850-1980) relata que na Ibicaba não havia tecidos à venda:

“Era preciso ir a um estabelecimento de negócios, ligado à companhia Vergueiro, mas que fica em uma cidade distante três horas e meia. São muito caras as fazendas para roupas, mesmo com pagamento à vista. Quando em lugar de dinheiro o colono aparece com um dos vales fornecidos para esse fim pelo diretor, os preços tornam-se ainda mais elevados. Por vinte mil réis dão um pacote que pode ser embrulhado em uma toalha pequena e carregado debaixo do braço. E além de tudo a fazenda recebida não passa em geral de uma peça ordinária de algodão” (DAVATZ, 1850-1980, p. 106).

Davatz (1850-1980) expõe que a Colônia de Ibicaba impunha severos regulamentos aos colonos imigrantes no momento da chegada à fazenda:

“(...) uma grande parte tratava da limpeza em que convinhão manter-se a testada das casas de moradia, do respeito à propriedade particular, dos festejos públicos (jogos e danças), dos negócios, das disputas, etc. Em suma, leis que são de um modo geral perfeitamente razoáveis, mas cuja promulgação exceto a da que se refere à limpeza das testadas compete às autoridades públicas, nunca a fazendeiros (particulares). Outra parte do regulamento consta das limitações, por assim dizer, à liberdade pessoal dos colonos. Sem autorização por escrito do diretor, nenhum colono em dia útil, pode ausentar-se da fazenda, a não ser para local muito próximo e quando a viagem - ida e volta - seja possível em um só dia. Nesse caso costuma ser concedida uma permissão verbal e ignoro se mesmo essa permissão verbal para receber ou hospedar um amigo, ainda quando se trate de parente próximo. E é claro que tais autorizações ficam inteiramente ao arbítrio do diretor, que as pode conceder ou recusar. Em Ibicaba, aliás, reinava sob esse como sob outros aspectos mais tolerância do que na maioria das outras colônias. Assim as multas que ali são impostas por infração de tais regulamentos (...) são recolhidas a uma Caixa dos Colonos.

Seja como for, só essa obrigação de solicitar licença por escrito para poder se ir aonde quer que seja é coisa inaudita” (DAVATZ, 1850-1980, p. 95).

O trabalhador rural passou, neste momento da história econômica do Brasil a adquirir um novo *status* social, no entanto a moradia não saía de graça, pois a casa era do patrão. O trabalhador era obrigado por falta de opção a comprar seus mantimentos na venda oficial, descontados do seu salário, ou seja, o trabalhador era pago, mas não recebia quase nada, suscitando assim um questionamento sobre o real fim do trabalho escravo.

Alvim (2008) destaca que a participação de todos sem exceção para conseguir uma renda extra, era necessária para a aquisição de uma propriedade no futuro. Nas colônias das fazendas, além de não serem proprietários da unidade habitacional, os colonos permaneciam escravizados pelos débitos (Alvim, 2008). Em todas essas formas, a exploração dos colonos continuava, uma vez que as habitações não correspondiam aos seus anseios, sendo que muitos permaneceram nelas apenas de passagem. Pereira (2006) afirma que a tipologia das unidades habitacionais persistiu, de forma dissimulada e repetida ao longo do século XX, e até mesmo atualmente, referenciada para dar pretensas soluções para os problemas habitacionais e sociais das cidades, por meio de programas nacionais de habitação, como BNH, COHAB, Minha Casa Minha Vida, repetindo estereótipos e mantendo a escravidão do débito (PEREIRA, 2006, p. 37).

Apesar de firmarem contratos de um ano, os maus tratos, os baixos salários, a falta de escolas, assistência médica e religiosa, além da impossibilidade financeira de comprar terras para ser um produtor independente e da excessiva oferta de mão-de-obra que garantia ao fazendeiro rebaixar a remuneração e substituir os trabalhadores que se afastavam, incentivaram muitos colonos imigrantes a abandonar a atividade cafeeira e procurar melhores oportunidades nas cidades. A instalação de indústrias nas cidades possibilitava um novo mercado de trabalho atraente e com perspectivas que não se encontrava nas fazendas (BLAY, 1985, p. 30; SETUBAL, 2008, p. 74).

287

Tipologias dos Núcleos Coloniais e Colônias Rurais paulistas

Antes de destacarmos os projetos e o importante papel das vilas operárias na formação urbana das cidades paulistas, consideramos verificar a transição, no meio rural, da moradia oferecida aos escravos - a senzala, para a moradia do trabalhador assalariado nos núcleos coloniais e nas colônias rurais. Em vários casos, principalmente no interior paulista, antigas fazendas deram lugar a complexos fabris que também contaram com moradias operárias, o que nos orienta a traçar um paralelo entre os projetos de unidades habitacionais rurais e a vila operária urbana, no final do século XIX. É possível identificar no território paulista, da mesma forma como ocorrido na Europa, influências da moradia do trabalhador rural na casa operária urbana. A origem da configuração tipológica da unidade habitacional do trabalhador rural no Brasil seria obscura, segundo Benincasa (2007): *“podemos pensar em adaptação da choça africana, agregando-lhe as divisões internas mais comuns ao padrão europeu e brasileiro; podemos também aventar a hipótese de adaptação das casas mais simples do ambiente urbano brasileiro, existentes desde os tempos coloniais ou, ainda, uma adap-*

tação das vilas industriais europeias, que se multiplicavam no século XIX” (BENINCASA, 2007, p. 166).

As colônias rurais se configuravam em um conjunto de unidades habitacionais iguais, ou com pequenas variações, de propriedade dos fazendeiros, que serviam como moradia para os imigrantes conhecidos como colonos, enquanto os mesmos trabalhavam nas plantações de café ou de cana. Pereira (2006) destaca que senzalas ou colônias não devem ser confundidas com núcleos coloniais planejados, nem tampouco desta forma, denominadas. Se as unidades habitacionais das colônias rurais se constituíram por influências diversas, as unidades dos núcleos coloniais foram influenciadas predominantemente pelas técnicas construtivas e pela tipologia das habitações rurais europeias, principalmente de origem italiana ou germânica (PEREIRA, 2006, p. 37).

Os núcleos coloniais, com suas particularidades, induziam a realização da própria casa, proporcionando condições psicossociais para que os estrangeiros pudessem se transformar e recriar em solo brasileiro, outras maneiras de habitar (Thomas & Znaniecki, 1958 *in*: Pereira, 2006, p. 38). O legado dos assentamentos se configurou mais amplo e duradouro, quanto mais eram pessoais os projetos, assim contribuindo para a transposição das questões da origem étnica, para a consolidação de uma nova identidade cultural expressa também nas construções que poderiam ser criadas. Pereira (2006) expõe que os indícios das primeiras ocupações, apesar de um período de subestimação, foram preservados como documentos de ocupação territorial com marcas de passagem rápidas, dissimuladas pelos autores. Os anexos conservados como: galinheiros, depósitos e oficinas foram preservados pelas próprias funções e se configuram muito simples, à margem da arquitetura oficial, áulica, acadêmica francesa e italiana (PEREIRA, 2006, p. 38).

As primeiras edificações dos núcleos coloniais foram executadas com os materiais imediatos disponíveis no ambiente da ocupação: madeiras roliças, madeiras cortadas artesanalmente, taipa de mão com sobras de materiais e bambus, rústicas e sem acabamentos de acordo com a emergência, segundo Pereira (2006). O autor acredita na probabilidade de que algumas destas edificações tenham sido erguidas em caráter provisório, até que as casas definitivas estivessem prontas conforme contrato. Após o término das unidades habitacionais definitivas, os primeiros abrigos passaram a cumprir outras funções e foram preservados.

“É uma relação afetiva e atávica que justifica a manutenção destes velhos rústicos, documentos que insistiram em permanecer até o século XXI, paradoxalmente construídos para uso temporário. Na Itália, casas temporárias, feitas para o trabalho na lavoura, em sítios arrendados, eram construídas também de forma eventual, com inúmeras técnicas e materiais, porém cumprindo, efetivamente, o papel de abrigo da família” (PEREIRA, 2006, p. 38).

A casa provisória era edificada geralmente de barrote com cobertura de sapê, ou de telhas de edifícios demolidos. Apresentava quatro cômodos sem revestimento no piso, com a cozinha situada fora, semelhante às choupanas construídas pelos caipiras. Pereira (2006) expõe que inúmeros fatores influenciavam a construção da casa definitiva, inclusive preditos em contrato com prazo determinado de quatro meses em média, controlados pelos Inspetores da Terra. No item 2º do contrato era previsto que *“até seis meses depois desta designação, deve estar plantada uma área de mil braças quadradas, e construída uma casa que tenha, pelo menos, quatrocentos palmos quadrados,*

para sua habitação permanente e sua família (...)” (PEREIRA, 2006, p. 64). Geralmente, havia apenas um pedreiro (*muratore*) para todas as obras, sobrecarregado com o volume de construções, que contava com os membros da família como serventes. As unidades eram riscadas no chão, sem plantas projetadas: abriam-se as valas para a construção dos alicerces; na sequência, o pedreiro instalava os batentes aprumados e nivelados, mantidos por escoras; depois as paredes de tijolos eram erguidas em meia-fiada assentados em barro, utilizando níveis, esquadros e prumos. Depois de coberta a casa, a família continuava a obra, instalando as esquadrias. Frequentemente as unidades de alvenaria recebiam assentamento para serem mantidos aparentes, sem revestimento externo, mas com trabalhos decorativos na elaboração do assentamento dos tijolos, em relevos formando desenhos utilizando peças cortadas manualmente com marteletes. Internamente as casas recebiam revestimento e a cobertura era disposta em duas águas (PEREIRA, 2006, p. 65). Na casa definitiva, ao contrário da casa caipira, a cozinha representa um dos cômodos da unidade habitacional, juntamente com a sala e os dormitórios.

Nos núcleos coloniais que receberam famílias italianas, as edificações foram construídas seguindo o repertório popular de um tipo de construção que contempla a amplitude do saber fazer, que *“exprime o mote da lama, que não tem dentro de si, como precedentes imediatos, grandes trabalhos do pensamento e da paixão”* (CROCE, in: ZEVI, 1996, *apud* PEREIRA, 2006). Pereira (2006) destaca que a maneira de construir as casas também se refletiu nos anexos de acordo com as funções: os galinheiros, mais baixos pela escala das aves e protegidos dos predadores; o paiol para o milho com abrigo de ferramenta; cocheiras de diversas formas e períodos; além dos terrenos atijolados para secar grãos. *“Tão real quanto a necessidade provocada pelas funções que tem os galinheiros, mais trabalhados, por causa da pequena produção de ovos contados, como o ninho quase nobre: uma casa para frangos, galos e galinhas. Vacas e animais nas partes baixas dos sobrados ou dos depósitos de milho são frequentes quando os animais convivem com a família, sempre perto ou envolta da casa”* (PEREIRA, 2006, p. 40).

Nos núcleos coloniais, uma obrigação imposta ao empresário, é considerada curiosa por Campos (2008): a arborização dos arruamentos abertos realizada com espécies cujas madeiras pudessem *“ser úteis à marcenaria e à construção, espécies que deveriam provir das áreas devastadas, destinadas ao assentamento das moradias dos colonos imigrantes”* (CAMPOS, 2008).

Em todo o território italiano, segundo Pereira (2006), soluções diversas para a edificação de casas rurais constituía um vocabulário rico e complexo de arquitetura popular, estudados por arquitetos e pesquisadores como Cosenza ou Francisco La Regina que se refere aos materiais de construção: *“os mais empregados são o tijolo ou a pedra. Nas zonas argilosas onde a pedra dificilmente pode ser encontrada, a argila queimada e às vezes crua se torna material base da arquitetura rural, as construções em tijolos têm geralmente uma espessura inferior em relação àquelas em pedra, e uma maior regularidade geométrica”* (La Regina, 1980, p. 31 *apud* PEREIRA, 2006, p. 43).

Os primeiros tipos de unidades habitacionais dos núcleos coloniais, de acordo com a maneira construtiva dos italianos (figuras 369 e 370),

“(...) podem ser construídos, ou completamente de paredes de pedras com teto de telhas, ou de paredes de pedras com telhado de palha; ou de madeira e palha inclusive o teto (...)” conhecidos como “cassinòt ou casinòtt, ou ainda casòt, cabanòt ou gabanòt, também casutèll (...) a habitação do agricultor é sempre do proprietário da terra: se a propriedade é grande requererá uma construção grande, sólida e portanto, será sempre preferível construir em pedra para não ter obrigação de incorrer em despesas e trabalho oneroso para reparar ou reconstruir um edifício facilmente deteriorável como pode ser aquele de palha, também porque é raríssimo o arrendatário construir ou reconstruir a casa à própria custa” (SAIBENE, 1955 apud PEREIRA, 2006 - tradutor).

Figura 369 - 'Cascinotto' erguido na Itália com galhos e palha (Fonte: Saibene, 1955 apud Pereira, 2006).

Figura 370 - Casa de alvenaria com galinheiro na Itália (Fonte: Pereira, 2006).

No decorrer do século XX as casas principais dos lotes dos núcleos passaram por alterações, pela necessidade de atualização. Pereira (2006) constata que *“de integração na ideologia do momento e de imposições da higiene, da propaganda de produtos, do modelo de viver e de consumir, o que alterou definitivamente essas casas principais, nas cozinhas, na introdução dos banheiros e nas sucessivas modificações. A busca pelo conforto, a troca de tudo o que é possível, faz cumprir o mito transformador imposto à vida contemporânea”* (PEREIRA, 2006, p. 41).

Um dos núcleos coloniais mais representativos, o Núcleo Barão de Jundiá, foi implantado em 1887 após a aquisição, por meio do governo provincial, de uma área de 221 alqueires denominada Fazenda, pertencente à Jacinta Maria do Espírito Santo. A área estava situada a 3 km do centro de Jundiá e 2 km até a estação ferroviária mais próxima. O engenheiro chefe da Comissão Especial de Terras e Colonização elaborou o projeto com três áreas determinadas: uma rural, com 83 lotes; uma suburbana com 9 lotes e outra urbana com 81 lotes. Pereira (2006) cita que as diferenças entre os lotes rurais eram decorrentes da qualidade da terra e do relevo do terreno, sendo que os maiores eram geralmente mais acidentados e chamados lotes secos, com água em uma pequena área do lote (todos os lotes rurais eram servidos por rios ou córregos); os mais próximos à zona urbana eram de menores dimensões, denominados suburbanos; e os urbanos, ainda menores, eram reservados para serem oferecidos às famílias proprietárias dos lotes rurais, procurando, provavelmente, reproduzir hábitos de assentamento em aglomerados rurais comuns nas regiões originárias dos imigrantes. Na área central urbana foram destinadas áreas para a construção de praça, igreja, escola e institucional. As estradas seguiram as curvas de nível do terreno, com ‘quatro braços’ (PEREIRA, 2006, p. 54; 57).

Foram instalados 99 colonos italianos no Núcleo Colonial Barão de Jundiá, ainda em 1887. Os imigrantes com destino aos núcleos coloniais não passavam pela Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo e contavam com passagem livre nas ferrovias e abrigo no próprio núcleo. No Barão de Jundiá, um barracão servia como primeiro abrigo aos recém-chegados, oferecendo alimentação, assistência e orientação. Em 1889 todos os lotes se esgotaram dois anos após, em 1889 e o núcleo foi oficialmente emancipado em 1894 (EGAS, 1926, p. 68 *in*: PEREIRA, 2006, 58).

A arquitetura realizada nas unidades habitacionais do Núcleo Colonial Barão de Jundiá não sofreu influência das modas urbanas provenientes da Europa, naquele período, tendo os imigrantes de origem rural, se utilizado de seu repertório habitual, segundo Pereira (2006). O autor cita como exemplo o sobrado construído por Buono Guarisi em 1888 (figuras 371 e 372), o qual contou com a ajuda da família na confecção dos tijolos, e seleção de madeiras para os caibros e vigas de cobertura e piso superior¹⁰³.

“Na demarcação da casa não usou o esquadro e o resultado foi uma planta irregular. O acabamento é rudimentar, sem nenhum material trabalhado industrialmente ou elaborações técnicas que exigissem ferramentas especiais para a execução. Este sobrado do tipo itálico rural tem suas origens e definições nas tradições da arquitetura rural italiana. Uma das diferenças entre esses sobrados e os italianos de origem é que as chaminés altas dos fogões se prestavam também para aquecer a casa no inverno europeu e aqui, em função do clima, não foram construídas. Outra diferença refere-se ao uso do sobrado como um todo, uma vez que na Europa inicialmente o piso térreo era destinado às vacas, cavalos e outros animais, enquanto aqui tinha uso doméstico e de depósito” (PEREIRA, 2006, p.68).

As fachadas das unidades habitacionais eram voltadas para a estrada, geralmente com a composição: porta central com uma janela de cada lado, determinando o desenvolvimento interno com a sala central distribuindo para os dormitórios laterais, mesmo em prejuízo de insolação, quando coincidia com a face sul; e copa e cozinha nos fundos. As ampliações geralmente eram feitas nos puxados dos telhados dos fundos determinadas pelo declive do terreno, de acordo com as necessidades do trabalho doméstico, como: cantinas para o vinho; depósitos para cereais, lenha e alimentos; cozinhas e fornos de pão. Poderiam também as ampliações serem decorrentes do aumento da família por casamentos e nascimentos (PEREIRA, 2006, p. 66-67).

Nas unidades habitacionais térreas, conforme Pereira (2006), era frequente destinar os espaços compreendidos entre forro e cumeeira como depósito. *“Esse uso tem suas origens provavelmente nos depósitos para secar e armazenar milho, que deveriam ser bastante ventilados, sempre nas partes superiores da casa rural italiana”* (PAGANO e GUARNIERO, 1936 *apud* PEREIRA, 2006, p. 69). O autor destaca que a insistência em utilizar espaços superiores na edificação sinaliza a boa ocupação da casa, perceptível pelo aproveitamento dos espaços de cocheiras e depósitos externos. *“A partir da altura do homem até as telhas são depositados todos os tipos de coisas: ferramentas, equipamentos de agricultura, cereais, peças de carroça e selas, madeiras de todos os tipos, caixotes, objetos quebrados e fora de uso, que guardavam ali o momento de se fazerem necessários ou serem transformados em outra coisa útil”* (PEREIRA, 2006, p. 69).

¹⁰³ Segundo Pereira (2006) esse tipo de construção foi bastante frequente no núcleo. Há incidência de sobrados demolidos ou com supressão do segundo piso. São importantes também as construções nas quais a altura do pé direito reservam área para ocupações futuras (PEREIRA, 2006, p. 69).

Figura 371 - Sobrado da família Vendramim construído por Buono Guarisi em 1889 no Núcleo Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 372 - Sobrado da família Vendramim construído por Buono Guarisi em 1889 no Núcleo Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

As construções posteriores realizadas nos núcleos coloniais atendem as necessidades dos agricultores, de seu conforto e da produção, como no caso do Barão de Jundiá, apontado por Pereira (2006). A cobertura era disposta em duas águas e as ampliações feitas com os mesmos materiais da casa, tijolos, madeiras e portas. Geralmente eram feitas nos puxados dos telhados dos fundos, apoiados e iniciados nas paredes laterais e terminados até a altura mínima do pé-direito, ou mesmo com o telhado igual ao original, em duas águas, paralelo e mais baixo (Casa Bagni, figuras 373 e 374), ou mais alto (Casa Cecatto, figuras 375 e 376). Outra possibilidade apontada pelo autor era aumentar a casa com mais de duas águas ligadas aos fundos da casa principal, quando eram esgotadas as possibilidades de anexos pela inclinação do telhado (Casa João Pessoto, figuras 377 e 378). As ampliações eram relacionadas às necessidades de trabalho doméstico, como cantinas para o vinho; depósitos para cereais, lenha e alimentos; cozinhas e fornos de pão, muitas vezes por conta do aumento da família, decorrente de casamentos e nascimentos. Outras construções não ligadas a casa eram erguidas para funcionar como cocheiras, cantinas e depósitos, poços e abrigos para charretes (PEREIRA, 2006, p. 66).

292

Figura 373 - Planta da casa Antonio Bagni no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 374 - Casa Antonio Bagni, de 1890, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 375 - Casa Michele Ceccato, de 1891, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 376 - Planta da casa Michele Ceccato, de 1891, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 377 - Planta da casa João Pessoto, de 1888, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 378 - Casa João Pessoto, de 1888, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 379 - Planta da casa família Malatesta, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá construída em 1888 (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 380 - Casa Nalini no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Fonte: Pereira, 2006).

Um dos determinantes para a ampliação e direcionamento da casa era o relevo do terreno, segundo Pereira (2006).

"A casa da família Malatesta (figura 379) era diferente. Por ser uma família numerosa, e por ter em seu corpo um comércio, uma venda, o projeto se particularizava. A ampliação dessa casa aconteceu de um lado só e em duas etapas. Um corredor ligava a casa a um conjunto de quarto, venda e cozinha. Em outra etapa a venda foi reconstruída e seu espaço original se destinou a depósito. Em seu corpo principal, os quatro quartos são independentes, organizados por corre-

dor e ligados à sala. O resultado é um projeto de conformação longitudinal, funcional e diferenciado das casas estudadas” (PEREIRA, 2006, p. 67).

Entre as edificações de outros núcleos, no Núcleo Colonial de Cascalho em Cordeirópolis, a casa De Nadai apresenta as características originais, com pequenas alterações, como as janelas envidraçadas em guilhotina e a substituição das telhas de capa e canal por francesas. Na figura 382 a construção mais antiga da Colônia Rodrigo Silva, a casa da direita, foi parcialmente demolida, e recebeu utilização como oficina, depósito e galinheiro.

“A outra se mantém para abrigar os caseiros da propriedade, e nela permanecem a planta original, os batentes e portas internas. As janelas foram trocadas há muito tempo. O telhado também foi substituído por telhas francesas. O terreiro, elemento importante para secar grãos, é atijolado: na Itália, o aqui denominado terreiro era parte frequente das casas rurais, denominado ‘aia’” (PEREIRA, 2006, p. 41).

Figura 381 - Casa de Nadai. Núcleo Colonial de Cascalho em Cordeirópolis (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 382 - Colônia Rodrigo Silva (Fonte: Pereira, 2006).

Na figura 383 a edificação apresenta características particulares, como: batentes rudimentares, feitos à mão e preservados no interior. *“Considerando que a implantação do Núcleo Colonial Rodrigo Silva só foi concretizada numa segunda fase, dez anos depois da sua fundação em 1887 compreende-se o volume menor e a tipologia singela, conotando uma casa de passagem, provavelmente decorrente da situação precária deste Núcleo, onde a mobilidade dos colonos foi acentuada”*. Já, a figura 380 apresenta a casa Nalini no Núcleo Barão de Jundiá, segundo o autor, uma casa com tipologia rural de núcleos rurais paulistas, com alvenaria aparente como elemento principal (PEREIRA, 2006, p. 42).

Seguindo a mesma linha tipológica, no Sítio Santo Antonio em Monte Alegre do Sul, nas construções próximas ao rio foi empregada alvenaria de tijolos, e à medida que a cota do terreno sobe, é possível notar o emprego misto de tijolos e pedras, fartas no local, pela necessidade de remoção das mesmas nas áreas de cultivo, daí seu aproveitamento nas construções. O revestimento em reboco pintado de branco torna as obras homogêneas. Na figura 384 a casa é destinada ao administrador ou caseiro, com dois níveis: o interior destinado inicialmente ao estábulo ou para guarda de ferramentas; e no nível acima, para moradia, com a cozinha no mesmo piso ligado ao exterior pelo desnível do terreno (PEREIRA, 2006, p. 44).

Figura 383 - Exemplar do Núcleo Colonial Rodrigo Silva (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 384 - Sítio Santo Antonio em Monte Alegre do Sul (Fonte: Pereira, 2006).

Um dos mais antigos núcleos coloniais de São Paulo foi instalado no antigo povoado de Guaricana em Iguape, o qual passou por três fases distintas que somaram 32 anos entre o primeiro pedido do Governo Imperial para o desenvolvimento de uma vila para receber colonos imigrantes europeus em 1855 e a efetiva autorização e liberação das terras devolutas pela Província de São Paulo em 1887. Neste período os imigrantes europeus, sobretudo alemães, poloneses, italianos e suíços, continuaram a desembarcar no Brasil, se deslocando para a região, porém encontravam a Colônia ainda desprovida da mínima infraestrutura possível. A partir de 1887 o núcleo colonial de Pariquera-açu¹⁰⁴ passou a ser efetivamente estruturado e até o ano seguinte, foram instaladas oficialmente as primeiras famílias de imigrantes poloneses contratadas pelo Governo para desenvolver a agricultura na região. Em 1895, o núcleo começou a receber imigrantes italianos, húngaros, alemães e suíços. A abertura de uma estrada melhorou o acesso ao Porto de Subahuma, na região de Cananeia, e às colônias vizinhas, auxiliando no escoamento da produção, o que resultou no desenvolvimento local ¹⁰⁵.

295

Figura 385 - Casa de colono do Núcleo Colonial de Pariquera-açu (Fonte: Museu da Imigração).

Figura 386 - Planta do Núcleo Colonial de Pariquera-açu (Fonte: Museu da Imigração).

¹⁰⁴ A emancipação da Colônia de Pariquera-açu (figura 386) ocorreu em 1902. Em dezembro 1906, o então Secretário da Agricultura Dr. Carlos Botelho representou o vilarejo de Pariquera-açu junto ao Presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, sobre a anexação de terras contíguas ao Núcleo. O desenvolvimento da colônia levou à criação do Distrito de Paz de Pariquera-Açu, em 1935, subordinado ao município de Jacupiranga. No mesmo ano, acrescendo ao território do distrito, áreas desmembradas de Iguape, Registro e Jacupiranga, foi criado o município de Pariquera-Açu.

¹⁰⁵ <http://folhadepariquera.blogspot.com.br/p/conheca-cidade.html>.

No decorrer do tempo, as habitações provisórias cobertas com as folhas da palmeira guaricana foram substituídas por casas cobertas por telhas cerâmicas. A casa retratada na figura 385 foi edificada com estrutura de madeira e vedação em taipa de mão, elevada do solo, para utilização do espaço como depósito de ferramentas, ou função equivalente. A cobertura foi executada em quatro águas com telhas do tipo capa e canal e as janelas ainda não apresentavam folhas envidraçadas. Um recuo parcial na planta criou uma varanda, que além de proteger a entrada principal da chuva e do sol excessivo, se configurava com espaço de reunião da família.

Figura 387 - Planta do núcleo colonial Campos Salles em Cosmópolis (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 388 - Casa e lote de um terreno de colono do núcleo colonial Campos Salles, por volta de 1910 (Fonte: Cornejo e Gerodetti, 1999).

Sobre a constituição do núcleo colonial Campos Salles em Cosmópolis (figuras 387 e 388), então área do município de Campinas, o Barão Geraldo de Rezende, proprietário da Companhia Sul Brasileira de Colonização (E.F. Funilense e Fazenda Funil) doou para o Estado em torno de 1.200 alqueires de terra na região da Fazenda do Funil para a implantação de um núcleo colonial entre 1896 e 1898. A contrapartida do governo seria conceder auxílios e benefícios para a continuação e conservação da Estrada de Ferro Funilense que se encontrava em dificuldades financeiras. Entretanto, em 1898 as terras da Fazenda Funil e a E.F. Funilense foram vendidas para o Grupo Nogueira, após a falência do Barão Geraldo, que por força de contrato estabelecido com o governo estadual, ficaria com a posse das terras do núcleo e receberia dos colonos as parcelas referentes ao pagamento de cada lote; enquanto o governo estadual faria a administração, funcionamento e conservação do núcleo até a sua emancipação (BALDINI, 2010, p. 151).

A área da fazenda do Funil foi dividida em 200 lotes, conservando um trecho de mata virgem, e em cada lote foi construída uma unidade habitacional, exceto 30 lotes reservados ao desenvolvimento da zona urbana do povoado, com casas comerciais, administração do núcleo e a capela (MAZIERO e SOARES, 1999, p. 27 *in*: BALDINI, 2001, p. 151). Segundo Gadelha (1982), o pagamento seria de total responsabilidade dos colonos instalados, com preços variando conforme a qualidade e a localidade dos lotes, cujo tamanho variava entre no máximo oito alqueires e no mínimo quatro alqueires. A principal intenção do governo na criação deste núcleo era incentivar os colonos a plantarem

gêneros alimentícios diversos para abastecer a cidade de Campinas (GADELHA, 1982, p. 132 *in*: BALDINI, 2010, p. 151).

Os primeiros lotes foram vendidos apenas para famílias de nacionalidade suíça e alemã, e posteriormente, o governo liberou a venda para famílias de outras nacionalidades, como: austríacas, suecas, polacas, austro-húngaras, dinamarquesas, portuguesas e espanholas, pois as famílias suíças não conseguiram se adaptar ao local por conta do clima e tipo de cultura, diversos de seu país de origem. *“As culturas de milho, arroz e feijão eram as maiores, cultivadas também batatas, mandioca, cana, açúcar e banana. Os cereais eram os produtos mais vendidos para a cidade de Campinas e também para a capital. Havia uma boa criação de gados, principalmente nos lotes de dinamarqueses, alemães e suíços, onde começam a surgir pequenas produções industriais de manteiga, muito vendida na capital”* (Baldini, 2010, p. 158). Em 1900 o núcleo contava com 168 famílias em um total de 624 pessoas, divididas entre homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, católicos e protestantes (BALDINI, 2010, p. 152).

Figura 389 - Casa de Colono com características de *chalet* do núcleo colonial Campos Salles em Cosmópolis (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 390 - Casa de colono do núcleo colonial Campos Salles de Cosmópolis em postal de 1904 (Fonte: Cornejo e Gerodetti, 1999).

Sobre as unidades habitacionais do Campos Salles (figuras 389 e 390), Baldini (2010) afirma que haviam sido construídas pelo governo para estarem prontas antes da posse dos colonos, um fato incomum, pois na maioria dos núcleos, os colonos eram instalados em casas provisórias, barracões, abrigos, antigas casas-grandes, em alguns casos, até em antigas senzalas; apenas com decorrer do tempo os próprios colonos construíam suas respectivas habitações definitivas (BALDINI, 2010, p. 153). Entretanto, a iconografia do Núcleo Colonial Campos Salles apresenta unidades habitacionais com a tipologia de *chalet*, comuns aos países de origem, com predominância de oriundos da Alemanha, Suíça e Áustria. A tipologia de *chalet*, naquele período, vinha sendo escolhida entre outras possibilidades estéticas do repertório do Ecletismo. As casas seguiram implantação isolada, com telhado de duas águas arrematado por lambrequins, porém utilizando as tradicionais telhas de capa e canal. As amplas janelas verticais com folhas envidraçadas e escuras eram vedadas com cortinas, demonstrando o capricho da dona de casa e a intenção de recriar um lar em terras estranhas.

Já no século XX, o Núcleo Colonial de Nova Odessa¹⁰⁶ foi criado em 24 de maio de 1905 por iniciativa do secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho. O núcleo foi estabelecido nas terras da antiga Fazenda Pombal, adquirida pelo Governo do Estado a fim de acomodar os imigrantes, na maioria letos, que se encontravam na região desde por volta de 1898. O núcleo recebeu, inicialmente, um grande número de judeus russos, pois, entre os anos de 1905 e 1906, o Governo Russo implantava uma política de incentivo à migração de pessoas de origem judaica. Na figura 391 é possível observar uma unidade habitacional ainda em obras, com as estruturas em madeira sem a vedação em taipa de mão. O telhado já apresenta um prolongamento configurando alpendre, possivelmente utilizado como apoio para as funções domésticas, como em Jundiaí. Próximo a casa, há pequenas edificações destinadas aos serviços. A figura 392 apresenta uma unidade já em uso, com abertura na empena, provavelmente indicando a utilização da água furtada como depósito. Nas proximidades da casa, também é possível observar pequenas edificações de apoio.

Figura 391 - Núcleo Colonial de Nova Odessa (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 392 - Núcleo Colonial de Nova Odessa (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Na mesma época, o núcleo colonial Jorge Tibiriçá foi instalado nas terras da sesmaria do Morro Azul, na antiga fazenda de São José do Corumbataí¹⁰⁷, onde a Rio Claro Railway construiu a estação Corumbatahy, entre Rio Claro e São Carlos. Dentre os imigrantes que se fixaram no núcleo, se destacam os de origem italiana, alemã, polonesa, lituanos e russos. Os diretores da Companhia da Pequena Propriedade, à qual pertencia a fazenda, entraram em entendimento com o Governo do Estado para fixação de um núcleo colonial nas terras da Fazenda, pois a finalidade dos núcleos coloniais coincidia com os planos e propósitos da companhia¹⁰⁸.

O governo do Estado adquiriu metade da Companhia da Pequena Propriedade e metade da Fazenda São José, iniciando o processo de loteamento e colonização da fazenda. Em 1905 o Governo do

¹⁰⁶ Em 30 de novembro de 1938, foi elevado a distrito do município de Americana, mas somente em 18 de fevereiro de 1959, obteve autonomia político-administrativa.

¹⁰⁷ Em 1908 Corumbataí possuía um distrito policial com um subdelegado e dois praças. Por volta de 1910 o povoado de Corumbataí contava com uma olaria e uma serraria. Em 1912 foi concluída a Igreja Matriz de São José no terreno reservado na criação do núcleo colonial. Em 1919 o povoado de Corumbataí foi elevado à Categoria de Distrito de Paz. Com o tempo o núcleo colonial crescia, novas casas foram sendo construídas, e no ano de 1920 o povoado já dispunha de energia elétrica. Em 1923 a Igreja Matriz de São José foi elevada a condição de Paróquia, pertencendo a Diocese de São Carlos (www.corumbatai.sp.gov.br/master2.php?post=historia).

¹⁰⁸ www.corumbatai.sp.gov.br/master2.php?post=historia.

Estado reservou uma área de 20 alqueires na margem direita do Rio Corumbataí, onde se encontrava a estação ferroviária, que seria destinada à futura povoação e ao centro industrial e comercial do núcleo. No mesmo ano, o governo enviou o engenheiro Tertuliano Gonçalves para levantar a planta do núcleo colonial e projetar a futura povoação, com quatro ruas e cinco avenidas, sendo que entre as avenidas 1 e 2 e as ruas 3 e 4, foi reservada área para a construção de uma igreja em devoção a São José e seu respectivo pátio¹⁰⁹.

Figura 393 - Núcleo colonial Jorge Tibiriçá (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 394 - Núcleo colonial Jorge Tibiriçá (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Assim como praticado no Núcleo Barão de Jundiá, os colonos recém-chegados ao núcleo Jorge Tibiriçá edificaram casas provisórias com materiais disponíveis no entorno. A figura 393 mostra uma casa provisória, construída com estrutura em madeira e provavelmente com vedação em bambu e cobertura de sapé ou folha de palmeira, semelhante à que aparece no lado direito da figura 394. Na mesma figura 394, a unidade habitacional da esquerda foi erguida em taipa de mão e cobertura de telhas de capa e canal. O modelo de fachada das unidades habitacionais dos núcleos é recorrente, com uma porta de entrada e uma janela, geralmente representando a planta composta por sala, dois dormitórios e cozinha, isenta de instalação sanitária.

299

Figura 395 - *Chalet* construído por imigrante alemão em lote suburbano do núcleo colonial Jorge Tibiriçá em Corumbataí (Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

Figura 396 - *Chalet* construído por imigrante alemão em lote suburbano do núcleo colonial Jorge Tibiriçá em Corumbataí (Fonte: Arquivo do Museu da Imigração).

¹⁰⁹ www.corumbatai.sp.gov.br/master2.php?post=historia.

No decorrer do tempo, os colonos no núcleo Jorge Tibiriçá passaram a edificar unidades habitacionais definitivas utilizando-se de um repertório representativo de seus países de origem. Em lote suburbano, o imigrante alemão Augusto Schmidt construiu um *chalet* com varanda central decorada com elementos de madeira, janelas envidraçadas e lambrequins ornamentais nas empenas (figura 395). A disposição da planta parece ser muito semelhante ao *chalet* do imigrante leto Henrique Quebezin, que também apresenta os mesmos elementos estéticos, com variações, também construído em lote suburbano do mesmo núcleo (figura 396).

Figura 397 - Casa de colono em taipa de mão e cobertura de sapé no núcleo colonial Nova Europa em 1910 (Fonte: Cornejo e Gerodetti, 1999).

Figura 398 - Casa de colono caiada no núcleo colonial Nova Europa (Fonte: Cornejo e Gerodetti, 1999).

Na antiga sesmaria do Cambuhy, região de Araraquara, o núcleo colonial Nova Europa foi criado em 1907, juntamente com os núcleos de Gavião Peixoto e Nova Pauliceia, este a partir de 1908. Os lotes rurais foram disponibilizados com 10 alqueires, com reserva de 20 alqueires mantidos pelo governo para demonstração, 10 alqueires para a instalação da sede urbana, onde as residências seriam instaladas em lotes urbanos de 20m x 40m. O colono proprietário somente poderia adquirir sua data urbana, quando já estivesse estabelecido em seu lote rural, sendo proibida a aquisição de um segundo lote rural, para evitar a concentração de terras e a especulação imobiliária. Assim como nos outros núcleos, as famílias imigrantes deveriam possuir pelo menos três pessoas maiores de doze anos aptas ao trabalho. Os títulos definitivos eram concedidos após o pagamento da última prestação, ou no caso do falecimento do chefe da família, quando pagas a três primeiras prestações do lote (RUIZ, 2012).

A denominação Nova Europa (figura 404) homenageia o significativo número de imigrantes europeus lá instalados, na maioria, espanhóis, alemães, italianos, russos e estonianos. Os primeiros colonos foram os russos, que sofreram com a febre amarela, entretanto, a corrente imigratória predominante foi alemã, entre os anos de 1908 a 1925. O núcleo colonial de Nova Europa se destacou pela produção de café, arroz, algodão, milho e outros cereais (RUIZ, 2012).

No núcleo colonial Nova Europa foram construídas unidades habitacionais de taipa de mão e cobertura de sapé ou folhas de palmeira, conforme é possível observar na figura 397, em que a casa apresenta um alpendre na fachada com telhado em duas águas, formando uma espécie de frontão. A figura 398, mostra a tesoura aparente na empena e a provável execução da vedação em taipa de mão, e também o prolongamento do telhado aos fundos, que geralmente atendia às

necessidades domésticas. A figura 399 apresenta uma casa edificada em madeira, elevada do solo, em terreno com leve declive, onde o espaço era utilizado para depositar ferramentas, ou outros utensílios de trabalho. A cobertura em apenas uma água apresenta abertura nas três faces acima do forro, denotando uso para depósito, principalmente de sementes, como era comum no período. A intenção de constituição de um lar é demonstrada pela presença de cortinas nas janelas envidraçadas. Já, a figura 400, apresenta uma edificação alpendrada em dois blocos, com a estrutura de madeira evidenciada e provável execução em taipa de mão.

Figura 399 - Núcleo colonial Nova Europa
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 400 - Núcleo colonial Nova Europa
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 401 - Núcleo Colonial Gavião Peixoto
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Figura 402 - Núcleo Colonial Gavião Peixoto
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

O Núcleo Colonial de Gavião Peixoto, um dos três núcleos desmembrados do Cambuhy, foi implantado a partir de 1907. A figura 403 apresenta uma edificação muito simples, com possivelmente apenas um cômodo, onde não se observa janela, apenas uma porta. Aparentemente edificado em taipa de mão, com fechamento de madeira e acabamento em bico, na empena, demonstra ser ainda uma edificação de caráter provisório, a qual seria posteriormente transformada em depósito, a partir da construção da nova unidade habitacional. Outra edificação de aparência provisória é a casa representada na figura 401, com vedação em bambu e telhado em sapé ou folhas de palmeira, muito diferente da casa da figura 402, alpendrada, com janelas em guilhotina e cobertura em telhas de capa e canal, expondo repertório tradicional de raiz colonial portuguesa.

Figura 403 - Colono italiano no Núcleo Colonial Gavião Peixoto, no ano de 1911 (Fonte: www.brasil.gov.br/).

Figura 404 - Casa em taipa de mão do Núcleo Colonial Nova Europa (Fonte: Pereira, 2006).

O núcleo colonial Nova Pauliceia¹¹⁰ (figura 405), a última instalada das três colônias resultantes do desmembramento da sesmaria do Cambuhy a partir de 1908, logo se tornou a sede de um distrito de Araraquara. Em 1915 a colônia contava com 165 lavradores registrados, uma estação ferroviária, uma banda de música (Lyra Nova Pauliceia), um professor, doze armazéns, uma farmácia, dois hotéis, dois barbeiros, dois sapateiros, três açougues, três serrarias, cinco olarias e uma máquina de arroz. A figura 406 apresenta provavelmente o galpão de hospedagem provisória para as famílias recém-chegadas ao núcleo colonial de Nova Pauliceia. Edificado em madeira e elevado do solo, teve a cobertura executada em duas águas, e dois anexos laterais: um alpendrado com, provavelmente, a instalação sanitária na extremidade, e outro, possivelmente, com a cozinha. Esse tipo de galpão foi comum em alguns núcleos coloniais e também em colônias de fazendas, como no caso do núcleo de Barão de Jundiá.

302

Figura 405 - Casa construída com caráter provisório no núcleo colonial Nova Pauliceia por volta de 1910 (Fonte: Pereira, 2006).

Figura 406 - Galpão de hospedagem do Núcleo Colonial Nova Pauliceia (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

¹¹⁰ A denominação Nova Pauliceia homenageava a capital do Estado. Com tempo, o núcleo de Gavião Peixoto cresceu mais e se destacou, tendo sido elevado na década de 1990 a município, enquanto Nova Pauliceia continuou como um pequeno bairro rural. Com o fim da ferrovia (Douradense até 1949 e Cia. Paulista até o final) em 1969, Nova Pauliceia acentuou o seu declínio. Nova Europa tornou-se município ainda na década de 1950 (Fontes: Relatório da E. F. Dourado, 1909; Álbum de Araraquara, 1915).

Na transição entre a unidade habitacional disponibilizada aos escravos e a moradia destinada aos colonos imigrantes, os fazendeiros improvisaram um tipo de edifício em forma de barracão ou galpão, com apenas um cômodo como dormitório, o qual se tornou regra nas fazendas, segundo Pereira (2006). Reproduzindo o esquema de algumas senzalas ou dos falanstérios, os edifícios serviram de abrigo aos europeus recém-chegados com a inserção de famílias inteiras em ambiente coletivo (PEREIRA, 2006, p. 36).

As colônias rurais construídas, na maioria dos casos, seguiram basicamente dois tipos com programa mínimo: construções isoladas, geralmente com unidades geminadas; ou com unidades em carreira, cobertas em duas águas. As colônias, isoladas ou em carreira, eram agrupadas em linha (figura 407) ou dispostas ao redor de um grande pátio (figura 408), onde também poderiam se encontrar outras edificações, como: escolas, capelas ou vendas, semelhantes à ambientação de vilas interioranas. Outra organização de colônias nas fazendas se dava por meio da distribuição das casas espalhadas pelos talhões de café, algumas vezes agrupadas de forma espontânea em função da quantidade de pés que a família colona seria capaz de cuidar, permitindo alguma autonomia para criações, hortas e roças de subsistência. Esse tipo de organização permitia certa autonomia ao colono, que poderia adaptar sua moradia para atender às necessidades de trabalho, construindo cômodos anexos de serviços, cozinhas, cercado para animais, celeiros, galinheiros, paiol, resultando em um conjunto edificado com maior liberdade de disposição. Edificadas de forma dispersa, as colônias recebiam nomes para diferenciá-las, geralmente alusivos a características do local, como: colônia de Cima, de Baixo, nomes de santos ou de pessoas da família do proprietário da Fazenda (PEREIRA, 2006, p. 37; BENINCASA, 2007, p. 297).

303

Ribeirão Preto, Colônia na Fazenda Magnólia.

J. Marques Ferraz grav. 3to. 1911

Figura 407 - Casas isoladas agrupadas em linha da Colônia Magnólia em Ribeirão Preto, por volta de 1905 (Fonte: Cornejo e Gerodetti, 1999).

Edificações de alvenaria

Casas de colônias

Figura 408 - Colônia rural com casas de alvenaria aparente formando um pátio central (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

As colônias compostas com unidades isoladas são comuns em todo o território paulista, com exceção das construídas no século XX, quando assumiram um programa mais completo, segundo Benincasa (2007). Em geral, a planta das unidades habitacionais rurais, geminadas para reduzir custos na obra, segue o padrão pioneiro implantado na Fazenda Ibicaba (figuras 409 e 410) com: sala, dois dormitórios e cozinha. Às vezes há um cômodo na parte posterior, ocupado pelas funções

domésticas, quase sempre sem banheiros internos (instalação sanitária isolada nos fundos), ou há presença de um alpendre fronteiro.

“São casas pequenas e singelas, sem forro, com piso de terra batida que, aos poucos, iam sendo revestidos de tijolos ou uma camada fina de cimento, contendo o básico a uma vida cotidiana que se dava muito mais em ambientes externos que internos”. O autor considera que o restante apresenta pequenas variações sobre o mesmo tema: *“acrescentam-se, por vezes, cômodos aos fundos; em outras vezes, fundem-se as casas geminadas, tornando-as únicas, para abrigar famílias muito numerosas. Acréscimos e adaptações são, quase sempre, promovidos pelos próprios moradores. A grande novidade dessas casas foi a introdução do fogão a lenha com chaminés de exaustão da fumaça, pelos imigrantes europeus. Chaminés que, até então, eram pouco usadas em São Paulo e que seriam, também, bem aceitas nas cozinhas dos casarões”* (BENINCASA, 2007, p. 297; 595).

Figura 409 - Fazenda Ibicaba. Delden Laërne em 1885
(Fonte: Ferrão, 2004).

Figura 410 - Colônia da Fazenda Ibicaba. Delden Laërne em 1885 (Fonte: Ferrão, 2004).

Davatz (1850-1980) descreve com bastante precisão e detalhamento a construção de uma unidade habitacional da colônia de Ibicaba:

“Essas casas têm vinte e cinco pés de frente, por trinta de fundos, e medem aproximadamente doze pés de altura. Para a sua construção empregam-se nove esteios direitos ou irregulares, aparelhados ou não, que se firmam no solo em buracos de três pés de profundidade. Depois de metida a base do esteio, calca-se bem a terra em volta. Quatro desses esteios são erguidos de modo a ficar um em cada ângulo; outros quatro dispõem-se ao meio de cada um dos lados e o último ao centro da futura habitação, indo até a cumeeira. Quatro vigas ligam horizontalmente a parte superior dos esteios, tanto os das quinas como os dos lados, tudo da forma mais primitiva possível. Embaixo um baldrame constituído por oito barrotes, entre os vários esteios, é colocado á altura do lugar onde deveria ficar o assoalho. Terminada essa parte da obra fixa-se à distância de um a dois e meio pés abaixo das vigas, um pau roliço de palmeira, ao qual se ligam outros, também de palmeira, separadas entre si por intervalos de três a quatro polegadas e que vão desde o baldrame até a cobertura da habitação. Ligam-se esses paus, em geral, por meio do cipó, de que tratamos acima (quando se descreveram as florestas). O cipó é utilizado para ligar aos mesmos paus os caniços - também já referidos - que são dispostos horizontalmente, a intervalos mais ou menos regulares. Para preencher as pequenas aberturas quadrangulares toma-se certa quantidade de terra retirada do solo, dentro e fora da habitação, e essa terra, misturada com água e amassada com os pés, constitui a argamassa que vai encher os espaços vazios. Alisadas com as mãos as paredes assim erigidas; colocada na frente um porta com a respectiva fechadura, tendo a cada lado uma grande janela, mas sem vidraça; disposta sobre toda essa estrutura uma cobertura de duas águas, que em alguns casos não deixa nada a desejar e em outros é detestável (ao ponto de ficarem inteiramente molhados, em tempo de chuva, as camas e outros objetos, o que força o morador a buscar abrigo fora de sua casa), está pronta a habitação, ou está pelo menos nas condições em que é entregue aos colonos” (DAVATZ, 1850-1980, p. 72).

As características construtivas das colônias rurais foram gerais em todo o período imigratório paulista, sendo que as unidades habitacionais apresentam semelhante disposição de cômodos,

exiguidade de espaço e as mesmas deficiências, segundo Benincasa (2007). As técnicas construtivas mais comumente empregadas na edificação de colônias, com exceção do embasamento de pedras, traziam: casas de madeira; com estrutura de madeira e revestimento em taipa de mão (figuras 411 e 412); ou em alvenaria de tijolos, mais comuns para imigrantes italianos. A cobertura não apresentava grandes variações, com predominância das telhas do tipo capa e canal, em telhados de duas águas com queda para frente e os fundos da edificação.

“Mas há relatos de historiadores e de viajantes que encontraram casas cobertas de folhas de coqueiros; e em algumas também aparecem as telhas francesas, embora estas sejam muito pouco frequentes. O interior quase sempre era simples e despojado: piso de terra batida, ou revestido com uma camada de cimento ou tijolos. O forro praticamente inexistiu, assim como as portas internas, ou emprego de folhas envidraçadas nas janelas. Nessas aberturas internas, a pouca privacidade era conseguida com o uso de uma cortina de chita colorida, que ajudava a quebrar a sízudez e precariedade do ambiente” (BENINCASA, 2007, p. 166; 297; 595).

Figura 411 - Colônia com casas de pau-a-pique, ou taipa de mão, da fazenda Santo Antônio, Catanduva (Fonte: Paschoalino Gigliotti *apud* Mori, 1925).

Figura 412 - Colônia, com casas de pau-a-pique, da fazenda São Pedro, São José do Rio Preto. Foto da década de 1920 (Fonte: Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto, 1929).

305

Em algumas poucas fazendas, ao programa usual composto de: sala, dois dormitórios (em alguns casos, como o da colônia da Fazenda Palmares em Garça, com três dormitórios) e cozinha (figura 416); era acrescido um pequeno alpendre fronteiro e, às vezes, a instalação sanitária aos fundos, anexa ou separada do corpo da casa. Segundo Benincasa (2007), esses eram acréscimos, melhorias introduzidas pelos próprios colonos, e nunca uma benfeitoria promovida pelo fazendeiro.

“A simples comparação dessas colônias das frentes pioneiras da cafeicultura do século XX com aquelas de fazendas do século XIX mostrará que umas não diferiam em nada das outras. Assim como vida dos colonos, que também não teve grandes mudanças: era trabalhar e economizar para tentar comprar as suas próprias terras e, aí sim, conseguir uma ascensão econômica” (BENINCASA, 2007, p. 595).

Colônias edificadas com casas isoladas, compostas por unidades habitacionais isoladas ou geminadas, podem ser encontradas na fazenda experimental de Pindorama (figura 413), na Fazenda Figueira em Penápolis (figura 414) e também na fazenda Iracema em Campinas (figura 415), conforme pesquisa de Benincasa (2007).

Figura 413 - Colônia da fazenda experimental de Pindorama (Foto: V. Benincasa).

Figura 414 - Colônia da fazenda Figueira em Penápolis (Foto: V. Benincasa).

Figura 415 - Colônia da fazenda Iracema, Campinas (Foto: V. Benincasa).

Figura 416 - Planta de casa de colônia da fazenda Palmares em Garça. Desenho: M. Cachioni (Fonte: V. Benincasa).

306

Poucas foram as exceções a esse padrão de moradia do trabalhador rural, segundo Benincasa (2007), em que casas dotadas de maior conforto foram construídas, na maioria, em fazendas que estiveram sob controle de proprietários europeus, como: a Companhia Agrícola do Rio Tibiriçá, ou a fazenda Suíça, em Lins. Na Colônia 'velha' da fazenda Suíça em Lins (figura 417), o proprietário oriundo da Suíça, Max Wirth, utilizou repertório de seu país, adaptado ao tradicionalmente desenvolvido em território paulista. O telhado em duas águas apresenta a cumeeira mais elevada, com referência aos *chalets*, coberto com telhas do tipo capa e canal, as quais não permitem fisicamente maior elevação. A varanda de madeira com balaustrada ripada também demonstra a origem suíça. Entretanto, na colônia 'nova' da mesma fazenda (figura 418), as unidades foram erguidas em madeira, e com aspecto mais próximo ainda dos *chalets* suíços, inclusive com a presença de uma camarinha que se destaca no centro de cada construção. O alpendre, também em madeira, se compõe no prolongamento do telhado com a cumeeira levemente elevada, coberto com telhas do tipo capa e canal, denotando a adaptação brasileira ao tipo tradicional suíço. Também edificada em madeira, a colônia da fazenda Primavera (figura 419) em Fernão, apresenta execução bastante simplificada, tendo sido encontrada por Benincasa (2007) com telhado recoberto por telhas francesas e com a presença de cômodo anexado em alvenaria.

Figura 417 - Colônia 'velha' da fazenda Suíça em Lins. Fonte: Almanaque da Noroeste (Fonte: São Paulo: Pan-Americana, 1928, p. 333).

Figura 418 - Vista da colônia 'nova' da fazenda Suíça em Lins (Fonte: Almanaque da Noroeste. São Paulo: Pan-Americana, 1928, p. 333).

Figura 419 - Colônia da fazenda Primavera, com casas de madeira, em Fernão (Foto: V. Benincasa).

Figura 420 - Casa de colônia alpendrada. Fazenda Santa Fé em Catanduva (Foto: V. Benincasa).

Na fazenda São João do Tibiriçá em Gália uma das colônias, já demolida, reunia casas geminadas enfileiradas muito semelhantes a outras colônias do período, porém, ostentava água encanada, resultando em sentimento de orgulho por parte de seus moradores, segundo Benincasa (2007). Nas demais, havia a predominância de colônias em carreira, próximas de córregos ou ribeirões. Em uma das colônias da fazenda São João do Tibiriçá em Gália (figuras 421 e 422), construída em 1925 (demolida), o uso do alpendre como elemento de proteção e sombreamento, também se observa, da mesma forma que é encontrada na colônia da fazenda Santa Fé em Catanduva (figura 420) (BENINCASA, 2007, p. 595).

Figura 421: Aspecto de uma das colônias (demolida), da fazenda São João do Tibiriçá em Gália na década de 1990 (Fonte: Biblioteca Municipal de Gália).

Figura 422: Colônia construída em 1925 (demolida), da fazenda São João do Tibiriçá em Gália na década de 1990 (Fonte: Biblioteca Municipal de Gália).

Também em Garça, na Fazenda Igurê, foram edificadas colônias com unidades habitacionais geminadas em plantas distintas, com mesmo programa variando em número de dormitórios. As colônias desta fazenda receberam nomes indígenas como designação de diferenciação entre si. Na colônia Tamoio, as unidades habitacionais (figuras 423 e 424) foram construídas seguindo programa com: sala, dois dormitórios e cozinha, e instalações de lavanderia e banheiro isoladas do corpo da casa, no quintal; na colônia Xavantes (figuras 425 e 426), as unidades foram construídas seguindo programa com: sala, três dormitórios e cozinha, além de um alpendre fronteiro, embutido no corpo da edificação, e aos fundos, assim como na colônia Tamoio, havia edificação isolada com banheiro e uma lavanderia, e também um forno à lenha coberto; e na colônia Aimorés (figuras 427 e 428), a mais próxima do núcleo central da fazenda, as unidades são constituídas com: sala, três dormitórios (sendo dois de mesma dimensão e um dormitório menor) e cozinha, sem instalação sanitária no corpo edificado. Entre as colônias, há um diferencial de implantação: a Tamoio foi construída formando pátio, enquanto que a Aimorés de distribui em fileira (BENINCASA, 2007, p. 599-601).

308

Figura 423: Planta de casas geminadas da colônia Tamoio da fazenda Igurê em Garça. Desenho M. Cachioni (Fonte: V. Benincasa).

Figura 424: Colônia Tamoio na fazenda Igurê em Garça (Foto: V. Benincasa).

Figura 425: Colônia Xavantes na fazenda Igurê em Garça (Foto: V. Benincasa).

Figura 426: Planta de casas geminadas da colônia Xavantes na fazenda Igurê. Desenho M. Cachioni (Fonte: V. Benincasa).

Figura 427 - Colônia Aimorés na fazenda Igrê em Garça (Foto: V. Benincasa).

Figura 428 - Planta de casas geminadas da colônia Aimorés na fazenda Igrê em Garça. Desenho M. Cachioni (Fonte: V. Benincasa).

Também desenvolvidas no esquema de unidades habitacionais isoladas e geminadas, dispostas formando pátio, as unidades da colônia na Fazenda Vassoural em Itu (figuras 429 e 430) foram edificadas com desenho de fachada mais elaborado que a média, com as empenas laterais arrematadas por cunhais acima das águas do telhado. Segundo Benincasa (2007):

“o aspecto geral é de uma vila industrial inglesa, com suas paredes de tijolos aparentes, alinhadas duas a duas, ou então em pequenos renques de quatro casas, dispostas em longas fileiras. Interiormente, as casas seguem o padrão que se tornou corriqueiro desde que as primeiras colônias foram construídas (...): uma sala; dois dormitórios - um destinado ao casal e aos filhos maiores; e uma cozinha. Cômodos que se distribuem numa planta retangular de pequenas dimensões (...). Essas casas de colônia podiam ser construídas de tijolos, de taipa de mão, ou de madeira e, nessa região, quase sempre sobre alicerces de pedras” (BENINCASA, 2007, p. 166).

309

Neste caso, a tipologia comum no meio urbano, na Inglaterra, bastante diferente do padrão de moradia rural naquele país, caracterizado pelas *cottages*, foi também utilizado no meio rural brasileiro. A influência do modelo de moradia operária inglês foi sentida também nas vilas operárias urbanas, como veremos adiante, algumas vezes inspirado na própria cottage, denotando em certos casos a inversão dos modelos, para as áreas urbanas ou rurais.

Figura 429 - Colônia da Fazenda Vassoural de Itu a partir dos terreiros. À direita, os depósitos (Fonte: Museu Republicano 'Convenção de Itu').

Figura 430 - Colônia da fazenda Vassoural em Itu (Foto: V. Benincasa).

O emprego da alvenaria aparente na construção de colônias rurais também se revela na fazenda Cana Verde em Itu (figura 431) e na fazenda Salto em São Manuel (figura 432). As unidades habitacionais integrantes da colônia da fazenda Cana Verde foram concebidas isoladas e geminadas, com execução simples, estruturada por pilares de alvenaria reforçados para sustentar as tesouras. A cobertura de duas águas recebe o prolongamento relativo ao anexo para atividades domésticas. Já, as unidades habitacionais da colônia da fazenda Salto foram construídas enfileiradas, também geminadas e elevadas sobre porão, com acesso através de escada. A estrutura das casas, assim como as da colônia da fazenda Cana Verde, também se configura em pilares reforçados. Outra semelhança entre as duas colônias, está nas esquadrias verticais executadas em folhas cegas de madeira.

Figura 431 - Fachada de casa de colônia da fazenda Cana Verde em Itu (Foto: V. Benincasa).

Figura 432 - Colônia da fazenda Salto em São Manuel (Foto: V. Benincasa).

Entre as colônias que formam pátio, destaca-se o arranjo encontrado por Benincasa (2007) na fazenda Santa Maria da Pinga em Casa Branca (figuras 433 e 434), assim como na colônia Tamoio da fazenda Igurê em Garça, e, na colônia da Fazenda Vassoural de Itu. No caso da colônia de Santa Maria da Pinga, erguida na primeira década do século XX, as unidades foram edificadas isoladas, com casas geminadas e individuais, compostas pelo programa tradicional: sala, dois dormitórios e cozinha, com a instalação sanitária e a lavanderia, isolados (BENINCASA, 2007, p. 300; RODRIGUES, 2010).

Figura 433 - Colônia da fazenda Santa Maria da Pinga em Casa Branca (Foto: V. Benincasa).

Figura 434 - Unidade habitacional da Colônia da fazenda Santa Maria da Pinga em Casa Branca (Foto: Rodrigues, 2010).

Na região de Rio Claro, a fazenda Santa Gertrudes, fundada em 1854, e uma das mais bem sucedidas fazendas cafeeiras do estado, passou no final do século XIX a receber colonos estrangeiros advindos da Itália, Áustria, Portugal, Espanha, e posteriormente Argentina e Japão. O núcleo habitacional dos trabalhadores chegou a ser formado por 85 casas, sendo que em 1918 já eram 150 as famílias que trabalhavam na Santa Gertrudes em regime de colonato. O emprego das famílias neste regime aumentava o custo da produção e para evitar os prejuízos que a instabilidade do colono provocava, era constante o recrutamento de novas famílias chegando a serem contratadas em média, 35 novas famílias, todo ano. As famílias eram provenientes das hospedarias de imigrantes de São Paulo, ou eram arregimentadas nas fazendas da redondeza ou nos municípios da região ¹¹¹.

Figura 435 - Colônia rural da Fazenda Santa Gertrudes em Santa Gertrudes (Foto: M. Cachioni).

Figura 436 - Colônia rural da Fazenda Santa Gertrudes em Santa Gertrudes (Foto: Renato Soares).

Na Fazenda Santa Gertrudes foram construídas colônias rurais, sendo uma das remanescentes, localizada antes do portal de entrada para a sede. As unidades habitacionais (figuras 435 e 436) foram construídas geminadas e enfileiradas, com um corredor entre cada bloco de duas unidades, com entradas laterais, sendo as fachadas, voltadas para a estrada ou para os fundos. O programa de moradia parece ser o tradicional, com: sala, dois quartos, cozinha e instalação sanitária isolada, em projeto definido dentro das necessidades comuns para a época.

Em área desmembrada da antiga fazenda Santa Gertrudes no município de Rio Claro encontram-se importantes remanescentes de unidades habitacionais nas colônias: Sede, Nova, Fazendinha e Bambuzinho. A fazenda foi adquirida em 1909 pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro para o cultivo de eucalipto em larga escala, originando o Horto Florestal de Rio Claro¹¹², atual Floresta Estadual 'Edmundo Navarro de Andrade' (JOINHAS, 2008, p. 41).

¹¹¹ www.fazendasantagertrudes.com.br.

¹¹² O objetivo da formação do Horto Florestal era a plantação em larga escala de essências próprias para dormentes e lenha, conforme pesquisas desenvolvidas em culturas experimentais no Horto de Jundiá, lideradas por Edmundo Navarro de Andrade (JOINHAS, 2008, p. 41). Atualmente a FEENA tem a finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal, ambiental e cultural ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d'água, o Museu do Eucalipto e demais elementos dos componentes do acervo da área.

Figura 437 - Colônia da antiga Sede (Foto: Douglas Vieira Gomes).

Figura 438 - Colônia Nova (Foto: Douglas Vieira Gomes).

Figura 439 - Colônia da antiga Sede. Desenho: M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 440 - Colônia da antiga Sede (Fonte: França Junior, 2001).

As unidades habitacionais da Colônia da antiga Sede (figuras 437, 439 e 440) foram edificadas isoladas e enfileiradas em dois grupos de quatro casas separados por um pátio. Na fileira da direita há também um ponto comercial e oficina na extremidade. As unidades contam com: varanda, sala, três quartos, copa, banheiro e cozinha em 136,34m².

Figura 441 - Colônia Nova. Desenho: M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 442 - Implantação da Colônia Nova (Fonte: França Junior, 2001).

A Colônia Nova é composta por 16 unidades habitacionais geminadas e enfileiradas ao longo de uma via pública. As casas (figuras 438, 441 e 442) apresentam: varanda, duas salas, dois quartos, cozinha e banheiro num total de em 90,58m². O acesso se dá através das duas salas, sendo uma ligada à varanda, de frente para a rua, e a outra na lateral.

313

Figura 443 - Colônia Velha - Bambuzinho. Desenho: M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 444 - Colônia Velha - Bambuzinho. Desenho: M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 445 - Colônia Velha - Bambuzinho
(Foto: Douglas Vieira Gomes).

Figura 446 - Colônia Fazendinha
(Foto: Douglas Vieira Gomes).

Figura 447 - Implantação da Colônia Fazendinha - antiga Granja (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 448 - Colônia Fazendinha - antiga Granja. Desenho M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

A Colônia Velha (Bambuzinho) reúne 20 unidades habitacionais geminadas e enfileiradas ao longo de uma via de acesso. As unidades habitacionais (figuras 443, 444, 445, 449 e 450) foram construídas seguindo três diferentes plantas em três dimensões, sendo duas praticamente do mesmo tamanho, com cerca de 85m² e outra menor, com 83m². As casas de 85,64m² apresentam: varanda, sala, três quartos, cozinha e banheiro, enquanto que as unidades de 85,25m² não possuem varanda e têm acesso lateral. As unidades menores contemplam: sala central, três dormitórios e cozinha, sem instalação sanitária. O acesso também se dá pela lateral. Atrás da colônia há um campo de futebol.

Figura 449 - Colônia Velha - Bambuzinho Desenho: M. Cachioni (Fonte: França Junior, 2001).

Figura 450 - Implantação da Colônia Velha - Bambuzinho (Fonte: França Junior, 2001).

A Colônia Fazendinha - antiga Granja é composta por 14 unidades habitacionais (figura 447 e 448) geminadas e enfileiradas ao longo de uma via pública, sendo que apenas um bloco se situa em frente a outro, dando a impressão que haveria continuidade de construções. As unidades apresentam: varanda, sala, três quartos, cozinha e banheiro num total de em 79,59m². O acesso se dá através da varanda.

315

Figura 451 - Colônia rural Sobrado Velho em Americana (Foto: Maria Amélia Moscom).

Figura 452 - Planta de uma unidade habitacional da Colônia rural Sobrado Velho em Americana. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Maria Amélia Moscom).

Exemplos de colônias dispostas em carreira são encontrados por todo o território paulista. Na cidade de Americana há um remanescente de colônia rural, a Sobrado Velho, formada para colonos de

origem italiana da antiga fazenda Salto Grande, que a partir de 1887 se instalaram nessa região. A Sobrado Velho (figuras 451 e 452) é única remanescente das colônias ligadas à importante Fazenda Salto Grande, sendo que havia outras quatro: Tapera, Quebra-Popa, Boa Vista e Botafogo - envolvendo os municípios de Americana e Cosmópolis. Constituída por 26 casas de meia-morada geminadas em carreira e sustentadas por pilares, aparentemente foram adaptadas na estrutura de um galpão anterior coberto com telhas do tipo capa e canal, fechado com paredes de alvenaria aparente. As plantas das unidades habitacionais variam entre um programa com: sala, dois dormitórios e cozinha; outras têm apenas sala, um dormitório e cozinha; e algumas apenas com um quarto/sala e cozinha, sendo que todas as instalações sanitárias ficam num anexo do lado de fora das cozinhas (MOSCOM, 2008).

316

Figura 453 - Aspecto externo da colônia da fazenda Aurora em Santa Cruz das Palmeiras (Foto: V. Benincasa).

Figura 455 - Casa de colônia da Fazendinha, antiga fazenda Atibaia, em Campinas (Foto: V. Benincasa).

Figura 454 - Aspecto geral de uma das colônias da fazenda Aurora em Santa Cruz das Palmeiras (Foto: V. Benincasa).

Figura 456 - Colônia da fazenda Santa Leopoldina em Itatiba. Foto: Antonio Carlos Bellia (Fonte: Cadernos de Fotografia nº 5 - Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, s/d).

Na colônia da fazenda Aurora em Santa Cruz das Palmeiras (figuras 453 e 454), as unidades habitacionais foram construídas em carreira, com estrutura e vedação em alvenaria de tijolos. As paredes internas das salas e dormitórios exibiam originalmente um barrado em tinta marrom e, sobre ele, uma faixa decorativa em tons de azul sobre fundo amarelo claro. *“Sem dúvida, foi um capricho pouco usual”* (Benincasa, 2007, p. 298). O arranjo da colônia em carreira com três unidades habitacionais é comum nas duas fazendas, no entanto, a distribuição interna da Fazendinha demonstra

apresentar três dormitórios em duas das unidades, enquanto que as demais demonstram, pela fenestração, o esquema tradicional com sala, dois dormitórios e cozinha. Unidades em carreira com estrutura e vedação em alvenaria de tijolos também são encontradas na colônia da Fazendinha em Campinas (figura 455).

Em Piracicaba, a colônia da Fazenda Dom Pedro (figuras 457 e 458) também segue o tipo em carreira com programa definido de planta 'em cruz', com: sala, dois dormitórios e cozinha, totalizando cinco unidades habitacionais, com instalação sanitária separada das casas, em dois compartimentos externos. Outro exemplo interessante de colônias em carreira destacado por Benincasa (2007) é a colônia da fazenda Santa Leopoldina em Itatiba (figura 456). As carreiras apresentam unidades desenvolvidas provavelmente seguindo, com pequenas variações, o programa definido com sala, dois dormitórios e cozinha, além da instalação sanitária fora do corpo da unidade.

Figura 457 - Colônia da Fazenda D. Pedro em Piracicaba (Foto: Marcondes, 1995).

Figura 458 - Planta da Colônia da Fazenda D. Pedro em Piracicaba. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Marcondes, 1995).

Entre a agricultura e a indústria, as usinas de açúcar e álcool se constituíram em áreas rurais e desenvolveram núcleos urbanos formados pelas instalações fabris e também pelas colônias com unidades habitacionais para os trabalhadores, além de outros edifícios de uso coletivo como: igrejas, escolas, casas comerciais e espaços de lazer. Na maioria dos casos, as iniciativas foram concretizadas com forte caráter paternalista por parte de seus proprietários, que ao isolar seus trabalhadores do convívio urbano, podiam controlar o cotidiano familiar e garantir funcionários mais agradecidos e empenhados no trabalho.

Uma expressiva iniciativa paternalista foi realizada em Piracicaba, com a instalação do Engenho Central de Monte Alegre em 1912, pelo imigrante italiano Pedro Morganti. Uma cidadela industrial se formou onde antes existia uma fazenda de cultivo de cana-de-açúcar, ligeiramente afastada do centro da cidade pelo campus da ESALQ-USP. Morganti instalou o complexo industrial próximo ao rio Piracicaba e primeiramente transformou as antigas instalações de senzala e de serviços nas primeiras casas oferecidas para os colonos de origem italiana, formando a Vila Heloísa. A partir de 1925 construiu mais vilas para colonos, de forma hierárquica, pois a localização e o programa residencial já eram diferenciados, com casas maiores - com jardim e quintal - para funcionários mais graduados e casas construídas no alinhamento para os demais. Havia no Monte Alegre no auge de seu funcionamento: creche, grupo escolar, farmácia, posto médico, clube, campo de futebol e a capela católica, para a qual contratou o pintor Alfredo Volpi para decorar seu interior. Na área da

antiga casa grande da fazenda, o industrial instalou sua família, configurando a área patronal do complexo (Cachioni, 2006).

As colônias denominadas Vila Heloísa (figuras 459 e 460) e Vila João de Barro são dois importantes remanescentes na área onde se instalou a Usina Monte Alegre, antiga fazenda de mesmo nome. A colônia foi originalmente habitada pelos imigrantes italianos que eram maioria entre os trabalhadores da Usina Monte Alegre. A Vila Heloísa pode ser dividida em dois blocos, o comercial e de serviços, e o residencial com 33 casas. O primeiro bloco seguiu dois padrões: em alvenaria aparente ou revestida; formado por diferentes edificações com janelas verticais ornamentadas nas vergas, onde foram instalados o armazém, farmácia, biblioteca e clube, variando o beiral em estuque, nos edifícios revestidos e o rendilhado de tijolos, naqueles de alvenaria aparente (BALLEIRAS, 2003a). Este bloco foi claramente projetado para os determinados fins, assim como as demais instalações industriais. Já o bloco residencial, é formado por um conjunto de casas em carreira enfileiradas, com telhado único, acompanhando a leve sinuosidade da topografia, de frente para a Av. Com. Pedro Morganti. O padrão adotado foi a 'casa de meia morada' com telhas do tipo 'capa e canal' com janelas que variam entre as tradicionais guilhotinas com folhas escuras e as venezianas, próximo do tipo tradicional colonial. Destaca-se na fachada contínua a presença de um beiral em cimalha. O programa apresenta pouca variação em relação ao número de dormitórios, sendo constituído com: sala, um ou dois dormitórios, cozinha e a instalação sanitária e um pequeno depósito nos fundos (Balleiras, 2003a). Provavelmente a área residencial da Vila Heloísa seja remanescente da Fazenda Monte Alegre, conforme estudo iconográfico da aquarela de Miguel Arcanjo Benício Dutra, onde foram retratadas as edificações da fazenda, e as unidades habitacionais foram adaptadas para o programa de uso proposto.

318

Figura 459 - Vila Heloísa na Usina Monte Alegre em Piracicaba (Foto: Milanea Franco).

Figura 460 - Planta de unidade habitacional da Vila Heloísa na Usina Monte Alegre em Piracicaba. Desenho M. Cachioni (Fonte: Fato Arquitetura).

A Vila João de Barro (figuras 461 e 462) foi construída em alvenaria aparente com janelas de veneziana, e como peculiaridade, apresenta um porão utilizável sustentado por uma arcada, onde se

utilizava uma lavanderia comum, espaço este possibilitado pela topografia do local, que torna as casas térreas pela entrada principal e praticamente assobradadas nos fundos. A ornamentação se desenvolve com beiral de estuque e detalhes simples nas vergas e eixos estruturais, o telhado em quatro águas é composto por telhas tipo 'capa e canal'. Os materiais empregados nas novas edificações foram produzidos pela própria usina onde eram organizadas as seções responsáveis pela produção dos tijolos, telhas e esquadrias. Nas duas vilas, Heloísa e João de Barro, pode-se notar a soma da tradição paulista com a experiência trazida pelos imigrantes, exemplificada na presença da alvenaria aparente como construção e ornamento e na disposição interna tradicional (BALLEIRAS, 2003a). O conjunto da Vila João de Barro é formado por quatro unidades enfileiradas, sendo: três com casas geminadas e, uma carreira com quatro unidades habitacionais. O primeiro bloco, com duas casas geminadas, tem programa desenvolvido com: dois dormitórios, sala, cozinha e instalação sanitária e área de serviço, anexados na parte de trás. O segundo bloco, em carreira, foi construído com: sala, dormitório e cozinha; enquanto que o terceiro e o quarto bloco apresentam a mesma configuração, com unidades geminadas apresentando cinco cômodos não discriminados e cozinha, provavelmente destinados aos funcionários solteiros.

Figura 461 - Planta de unidade da Vila João de Barro na Usina Monte Alegre em Piracicaba. Desenho: M. Cachioni. (Fonte: Formarte).

Figura 462 - Unidade habitacional da Vila João de Barro na Usina Monte Alegre em Piracicaba (Foto: Formarte).

Além das Vilas Heloísa e João de Barro, outras vilas operárias foram construídas pela Usina Monte Alegre para a moradia de seus funcionários e respectivos familiares, as quais seguiram projetos específicos, como no caso da João de Barro. A Vila Joaninha (figuras 463 e 464) seguiu um padrão construtivo diferenciado para os ocupantes de cargos mais importantes na usina, em alvenaria aparente, com jardim frontal e alpendre lateral, cobertura de telhas francesas e ornamentação de acabamento nas janelas de veneziana e beirais. Essa vila, formada na extensão da Avenida Joaninha Morganti, é composta por 18 casas geminadas entre os dois lados da avenida. Já, as oito casas da Vila Maria Helena são diferenciadas entre si, formando conjunto com o antigo centro de puericultura (creche), também construídos em alvenaria aparente e telhas francesas, semelhantes às casas da Vila Joaninha, no entanto não são geminadas, e foram edificadas de frente para a Praça Antonio Keller, com disposição em curva.

Figura 463 - Vila Joanhina em Monte Alegre
(Fonte: Arquivo DPH IPPLAP).

Figura 464 - Vila Maria Helena em Monte Alegre
(Fonte: Arquivo DPH IPPLAP).

Na Vila Josefina (figuras 465 e 466), a maior vila remanescente, com 87 casas (originalmente), constituída em um 'mini-bairro' com arruamento em 'tabuleiro de xadrez', são encontrados dois padrões construtivos: um tipo vernacular, seguindo o tradicional colonial com janelas em guilhotina e escuro, além de telhas de capa e canal, provavelmente remanescente de colônia de imigrantes da Fazenda Monte Alegre; e um segundo padrão geminado, construído seguindo projeto pela usina, com alpendre central protegendo a entrada, no alinhamento da calçada e em alvenaria revestida, telhas francesas com ornamentação simples em faixa de alvenaria aparente nos pilares do alpendre e janelas em folhas de escuro. As unidades desta vila foram construídas com a entrada é protegida por um alpendre e: sala, três dormitórios, cozinha e a instalação sanitária no quintal. A Vila Josefina é habitada principalmente por funcionários e ex-funcionários da usina e familiares, sendo que por este motivo os imóveis, anteriormente pertencentes à usina, que foram sendo adquiridos pelos moradores, passam constantemente por reformas ou demolições para construção de novos imóveis.

320

Figura 465: Planta de unidade da Vila Josefina na Usina Monte Alegre em Piracicaba. Desenho M. Cachioni
(Fonte: Gabriela Campagnol).

Figura 466: Unidade habitacional da Vila Josefina na Usina Monte Alegre em Piracicaba (Foto: Milanea Franco).

Também na Usina Monte Alegre, em Piracicaba, a Vila Marisa é constituída por dez casas geminadas, com entrada lateral pelo alpendre e em alvenaria aparente, telhas francesas e janelas de guilhotina, projetadas para este fim. Outras vilas como a Borguesi, com sete casas; a Tamoio, com 28 casas; Retiro com 16 casas; Bate-Pau com 22 casas; Odila com 36 casas; Liliane, com 11 casas; e a Marco Ometto com 14 casas, foram demolidas entre o final da década de 1970 e início de 1980, para ceder espaço à área de canavial.

Do mesmo proprietário da Usina Monte Alegre, o Com. Pedro Morganti, a Usina Tamoio em Araraquara, foi adquirida já com planta fabril e algumas casas para operários em 1917, e posteriormente chegou a ser a maior unidade açucareira do país. Campagnol (2008) informa que além de unidades habitacionais, a usina também forneceu alojamentos coletivos: para os solteiros foi construído o 'Pavilhão' e para os nordestinos, a 'Ilha'. Os operários da Usina Tamoio podiam contar com assistência médica por meio de ambulatório médico e odontológico, farmácia, e convênio com hospitais. O núcleo fabril também oferecia escola, igreja, clube recreativo, estádio de futebol e banda de música. Assim como a Usina Monte Alegre de Piracicaba, a Tamoio foi adquirida na década de 1960, pelo Grupo Silva Gordo. Posteriormente passou a pertencer ao Grupo Corona e, atualmente faz parte do Grupo Cosan. Das mais de 1500 unidades habitacionais construídas, a maioria foi demolida. A autora identificou em 2006 apenas três vilas remanescentes: uma com 10 unidades, outra com 50 unidades e outra ainda junto à fábrica com um montante variando entre 10 a 20 casas desocupadas (CAMPAGNOL, 2008, p. 250-251).

321

Figura 467 - Planta de casa isolada para operários da Usina Tamoio em Araraquara. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 468 - Casa isolada para operários da Usina Tamoio em Araraquara (Foto: Campagnol, 2008).

Das vilas remanescentes na Usina Tamoio, há exemplares de unidades habitacionais isoladas e geminadas. A unidade isolada de 136m² (figuras 467 e 468), com janelas envidraçadas e venezianas, provavelmente destinada aos funcionários que ocupavam cargos de chefia, é composta por: sala, três dormitórios, copa e mais uma sala, provavelmente de jantar, cozinha e banheiro completo, além de lavanderia e garagem. Enquanto que a unidade geminada de 82m² (figuras 469 e 470), com janelas de venezianas e acesso através de varanda em arco, apresenta: sala, três quartos, cozinha e banheiro.

Figura 469 - Casas geminadas em vila da Usina Tamoio em Araraquara (Foto: Campagnol, 2008).

Figura 470 - Planta de casas geminadas em vila da Usina Tamoio em Araraquara. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

As unidades habitacionais da Colônia Bom Jesus na Usina Furlan foram construídas com dimensionamento e plantas diversas, agrupadas com blocos de três e quatro unidades e também geminadas. Na figura 473, a unidade geminada de 73,50m² apresenta: sala, três dormitórios, cozinha e instalação sanitária anexada nos fundos; na figura 475, a unidade foi desenvolvida com 66 m² em planta 'em cruz', com: sala, dois dormitórios e cozinha, mais a instalação sanitária anexada nos fundos; enquanto que a figura 474 contempla: sala, três dormitórios, cozinha e a instalação sanitária anexada nos fundos.

A Usina Furlan teve seu início em 1910, em Santa Bárbara D'Oeste, fundada por membros da família Furlan, imigrantes italianos. Segundo Campagnol (2008), no início, os Furlan fabricavam uma espécie de açúcar mascavo, feito com caldo da cana condensado em grandes tachos, onde a massa mexida e batida com uma enxada. Nas terras da usina também eram produzidos milho, arroz, feijão e aguardente. A produção como usina foi iniciada em 1928 em propriedade de 600 alqueires.

"(...) a fábrica ocupa a posição central, com as oito colônias distribuídas ao redor, nos limites dos canaviais e da rodovia que passa em frente. Em 2005, a usina mantinha oito colônias, junto à fábrica, totalizando 128 habitações junto à fábrica, 16 moradias para a família Furlan, igreja, escola, campo de futebol, campo de bocha, bar - com funcionamento nos fins de semana - e um alojamento coletivo para 120 trabalhadores. No campo, possuía 178 casas distribuídas em sete colônias para trabalhadores agrícolas (...)" (CAMPAGNOL, 2008, p. 278).

Figura 471: Colônia Bom Jesus da Usina Furlan (Foto - Campagnol, 2008).

Figura 472: Colônia Bom Jesus da Usina Furlan (Foto - Campagnol, 2008).

Figura 473 - Planta de unidade habitacional da Colônia Bom Jesus da Usina Furlan. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 474 - Planta de unidade habitacional da Colônia Bom Jesus da Usina Furlan. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 475 - Planta de unidade habitacional da Colônia Bom Jesus da Usina Furlan. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Em Capivari, uma das vilas da Usina Bom Retiro foi desenvolvida em carreira, com quatro unidades habitacionais de 127m² divididas em: sala, quatro quartos, cozinha e banheiro anexado, além da lavanderia (figuras 476 e 477). A Usina Bom Retiro, anteriormente um Engenho Central constituído

a partir de 1932, foi transformada na Usina Açucareira Bom Retiro S/A em 1947. Segundo Campagnol (2008) em 1958 a usina oferecia aos seus trabalhadores e familiares, assistência social, médica e hospitalar, além de 100 unidades habitacionais junto às fábricas e diversas colônias agrícolas. Em 2005, havia cerca de 90 unidades remanescentes em sete núcleos habitacionais, dois alojamentos coletivos para aproximadamente 170 trabalhadores, igreja, escola, campo de futebol, espaço comercial com armazém e açougue, centro de assistência social e médica, casa para gerente, além das residências patronais. *“Todo traçado viário do núcleo é por meio de ruas de terras. Os alojamentos coletivos localizam-se entre o canavial e uma rua na qual se alinha uma das colônias e permite o acesso dos caminhões de cana. A escola, a igreja e a assistência social estão implantadas proximamente”* (CAMPAGNOL, 2008, p. 260).

0 1 2 5 m

Planta
Casa tipo 1: 127,00 m²

Figura 476 - Planta de vila em carreira, com quatro unidades habitacionais da Usina Bom Retiro. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 477 - Vila em carreira, com quatro unidades habitacionais da Usina Bom Retiro (Foto: Abuabara, 2001 *apud* Campagnol, 2008).

As moradias das colônias em carreira de três unidades com 57m², da Usina São Francisco em Elias Fausto (figuras 478 e 479), foram desenvolvidas com planta 'em cruz', contando com: sala, dois quartos e cozinha, sendo a instalação sanitária anexada nos fundos. A Usina São Francisco foi fundada em 1948 por Nicola de Cillo, tendo sido vendida pra a família Forti e posteriormente para o Grupo Cosan. O núcleo residencial é composto por 142 unidades habitacionais destinadas aos funcionários agrícolas e industriais, igreja, escola, campo de futebol, mercadinho, alojamento coletivo e residências patronais.

“Um córrego divide o núcleo em duas partes. De um lado, encontram-se a fábrica e duas casas dos proprietários; de outro, as moradias, os escritórios administrativos e os equipamentos de uso coletivo. Nesta usina, não há a distinção das casas quanto ao tipo de trabalho, tampouco são identificadas por colônias, como na maioria das usinas, e sim por numeração. Elas estão dispostas em faixas ao longo de ruas planas de terra, que acompanham a curva de nível e atravessam a principal via de acesso. As moradias podem ser encontradas isoladas, geminadas e

agrupadas em três, todavia, sempre, com quintais delimitados para cada casa. (...) O alojamento coletivo foi construído numa área separada, no sentido oposto ao núcleo habitacional. (...) A igreja, a escola e a assistência social ocupam edifícios distintos, porém agrupados em conjunto, próximo ao qual fica o pequeno mercado” (CAMPAGNOL, 2008, p. 289).

Figura 478 - Planta de unidade habitacional de vila em carreira da Usina São Francisco em Elias Fausto. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 479 - Vila em carreira, com três unidades habitacionais da Usina São Francisco em Elias Fausto (Foto: Campagnol, 2008).

As unidades habitacionais da Vila Jaguari na Fazenda do Funil foram edificadas geminadas, com algumas variações. Na colônia da figura 481 a planta foi desenvolvida com entrada pelo alpendre, dividida em: sala; dois dormitórios, sendo um com a instalação sanitária anexada; duas cozinhas, sendo uma na varanda com fogão à lenha. Já, na figura 482 a unidade foi projetada com planta 'em cruz', com: sala, dois dormitórios e cozinha, mais a instalação sanitária isolada. A Usina Esther em Cosmópolis foi criada na mesma fazenda onde havia sido implantado o núcleo colonial Campos Salles, a Fazenda Funil, quando pertencia à família Nogueira. As terras eram estrategicamente situadas no caminho da Estrada de Ferro da 'Companhia Carril Agrícola Funilense', que ligava a fazenda à Campinas. No núcleo fabril, segundo Campagnol (2008) foram construídas quatro colônias para os funcionários, uma colônia com dez casas para os gerentes, administradores e engenheiros, residência patronal, cinema, armazém, associação desportiva e musical, açougue e igreja.

"Ao lado da principal entrada de acesso à usina, construída por volta de 1905, fica um conjunto denominado Colônia do Botafogo, de 25 casas geminadas dispostas em fila. No conjunto mais próximo à fábrica, chamado Colônia do Jaguari, as casas também se apresentam geminadas. A Colônia das Palmeiras apresenta suas casas semelhantemente à Colônia do Botafogo, contendo casas geminadas e, também, organizadas em blocos de três. Uma exceção de implantação, entretanto, é a Colônia do Quebra-Canela. Sendo a única situada num terreno mais inclinado, no vale do rio Pirapitingui, sua implantação provocou uma leve movimentação nas casas, criando pequenos platôs que confundem a noção de casa geminada. As casas destinadas aos altos funcionários - gerentes, administradores e engenheiros - estão implantadas em meio à área com tratamento paisagístico mais elaborado, em relação às demais casas, e apresentam projetos arquitetônicos diferenciados (...)” (CAMPAGNOL, 2008, p. 266).

Figura 480 - Vila Jaguari, de casas geminadas com alpendres da Usina Esther (Foto: Atique, 2000).

0 1 2 5 m

Planta
Casa tipo 2: 46,00 m²

Figura 482 - Planta de unidade habitacional geminada na Colônia Jaguari da Usina Esther. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

0 1 2 5 m

Planta
Casa tipo 1: 62,00 m²

Figura 481 - Planta de unidade habitacional geminada na Colônia Jaguari da Usina Esther. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 483 - Casas geminadas da Vila Jaguari com alpendres da Usina Esther (Foto: Atique, 2008).

As unidades habitacionais da Usina São João em Araras foram edificadas isoladas ou geminadas, dispostas enfileiradas, em ruas pavimentadas.

“A Vila Residencial, como é chamado o núcleo, tem sua paisagem marcada pela presença constante da vegetação nos espaços coletivos e junto à moradia e pela escala pequena do conjunto - possibilitando a visão do campo. A grelha ortogonal de seu traçado viário, as ruas retas e as casas padronizadas e quase desprovidas de ornamentação evidenciam a racionalidade econômica própria da mentalidade industrial. A forma como se dá a presença do jardim neste núcleo - gramados dotados de arborização, porém sem bancos ou espaços que estimulem o convívio social - denuncia o estímulo ao recolhimento da família à casa. Apesar da presença grande do verde, ele se concentra nos canteiros centrais das vias, na praça da igreja e no clube poliesportivo adjunto, diferenciando-se de modelos onde a profusão de áreas verdes possibilitam o encontro fortuito. Ao contrário de exemplos de vilas e núcleos fabris que têm a fábrica como ponto focal, neste assentamento, a usina está deslocada e a centralidade é definida pelos equipamentos religiosos e de ensino. Assim, o programa adotado evidencia tratar-se de um modo de morar solidário à noção de Unidade de Vizinhaça: habitações unifamiliares isoladas das instalações industriais, num núcleo onde a igreja e a escola definem um centro” (CAMPAGNOL, 2008, p. 293).

Atualmente umas das maiores usinas do país, a Usina São João foi instalada pela família Ometto. Possui, segundo Campagnol (2008), um dos mais completos e organizados núcleos fabris, construído ao lado da área industrial, com destacado padrão construtivo, programa amplo e tratamento dos espaços coletivos. O núcleo é composto por diversas atividades setorizadas. Além das edificações fabris, foram erguidas na área, as cinco residências patronais, o conjunto habitacional que compreendia originalmente 160 casas, pensão, escola, armazém, posto de combustível, igreja, farmácia e cinema com capacidade para 650 pessoas, além de um estádio para futebol e atletismo, clube com piscinas e salão de festas (CAMPAGNOL, 2008, p. 292).

Campagnol (2008) observa semelhanças entre o programa executado na Usina São João e o conceito de Unidade de Vizinhança, idealizado por Clarence Perry, mas afirma que os objetivos diferem: *“Enquanto a construção de unidades de vizinhança era vista por seus ideólogos como uma possibilidade de promover o melhoramento do convívio social, a constituição de um núcleo habitacional de usina mostrou-se, sobretudo, uma forma de garantir, além do abrigo de funcionários, maior produtividade, através da disciplina e da manutenção de hábitos regrados entre seus funcionários”*. A autora verifica outra diferença entre o conceito de unidade de vizinhança apontando uma intenção de controle dos operários, bastante verificada também em vilas operárias de fábricas urbanas, ao ilustrar uma placa na entrada da usina com a inscrição: *“Sejam Bem Vindos. Usina São João - organização, disciplina, limpeza, segurança e qualidade”*. Neste caso, o bem-estar do funcionário significava para o empregador a busca de maior produtividade. No esquema de Perry, um dos conceitos básicos era a possibilidade de fornecer a base sobre a qual poderiam ser traçadas as leis com a promoção de apoio e estímulo mútuos para a reorganização residencial dos Estados Unidos¹¹³. *“Quanto à forma, o núcleo habitacional desta usina apresenta algumas distinções, se comparada às construções que serviram de modelo para o desenvolvimento do conceito de unidade de vizinhança”* (CAMPAGNOL, 2004, p. 295; PERRY, 1929 *apud* CAMPAGNOL, 2008, p. 293; 295).

Quanto às unidades habitacionais, a figura 484 apresenta a planta da unidade habitacional de 76m² desenvolvida isolada com: sala, três quartos, cozinha no centro, mais um cômodo que pode servir como copa ou dormitório, e nos fundos, a lavanderia e a instalação sanitária. As casas foram construídas em alvenaria aparente, telhado em beiral e janelas de guilhotina e veneziana, e possuem um amplo espaço livre nas laterais e um quintal. Na figura 487 a planta da unidade habitacional de 73m² foi projetada geminada com: sala, três quartos, cozinha no centro, e nos fundos a lavanderia e instalação sanitária. Segue o mesmo padrão construtivo das unidades isoladas, com espaços livres nas laterais e um quintal amplo.

¹¹³ Campagnol (2004) exemplifica que o distrito residencial de Radburn, projetado por Clarence Stein e Henry Wright *“possuía grandes áreas abertas de uso coletivo, as casas eram permeadas por jardins e caminhos de pedestres separados das vias de automóveis. Apesar da inovação, para a época, quanto à pavimentação das ruas, no núcleo habitacional da São João, a separação entre vias de pedestres e automóveis limitaram-se às calçadas modestas paralelas às ruas e junto às casas. O traçado reticulado de suas vias internas também não garante a diminuição do tráfego direto de automóveis, o que contraria as recomendações para elaboração de unidades de vizinhança. É a própria usina, e não o traçado viário, que promove a segurança nas ruas internas do núcleo, eventualmente, através de placas de sinalização impostas, proibindo o tráfego de caminhões e veículos pesado”* (Campagnol, 2004, p. 295).

Figura 484 - Planta de unidade habitacional isolada na Usina São João em Araras. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 486 - Unidade habitacional geminada na Usina São João em Araras (Foto: Campagnol, 2008).

Figura 485 - Unidade habitacional isolada na Usina São João em Araras (Foto: Campagnol, 2008).

Figura 487 - Planta de unidade habitacional geminada na Usina São João em Araras. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Na figura 488 a planta da unidade habitacional de 122m² foi desenvolvida isolada, com entrada por um pequeno alpendre, e compreende: sala, três dormitórios, cozinha e banheiro, além de um quartinho de despejo junto à lavanderia, e garagem. A unidade foi construída em alvenaria aparente e detalhes revestidos, e cobertura com telhas do tipo capa e canal com beiral. Há também um espaço livre na lateral, mas o espaço dos fundos é pequeno para configurar um quintal.

A figura 490 apresenta a planta da unidade habitacional de 108m² projetada geminada, com entrada por um pequeno alpendre, contendo: sala, três quartos, cozinha e banheiro, além de um quarto de despejo junto à lavanderia, e outro cômodo junto à garagem. Muito semelhante à casa isolada, a unidade também foi construída em alvenaria aparente e detalhes revestidos, e cobertura com telhas do tipo capa e canal com beiral. Há espaços livres nas laterais e um quintal amplo.

Figura 488 - Planta de unidade habitacional isolada com alpendre na Usina São João em Araras. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 489 - Unidade habitacional isolada com alpendre na Usina São João em Araras (Foto: Campagnol, 2008).

Figura 490 - Planta de unidade habitacional geminada com alpendre na Usina São João em Araras. Desenho M. Cachioni (Fonte: Campagnol, 2008).

Figura 491 - Unidade habitacional geminada com alpendre na Usina São João em Araras (Foto: Campagnol, 2008).

Programa e Dimensionamento dos Núcleos Coloniais e Colônias Rurais paulistas

O **Quadro 5** classifica as tipologias de habitação operária rural de acordo com a iniciativa de construção das mesmas, como forma de ordenar, esquematicamente, alguns exemplos representativos:

QUADRO 5 - ESQUEMA EVOLUTIVO DAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO OPERÁRIA RURAL EM SÃO PAULO.		
Núcleos Coloniais	Colônias rurais de fazendas	Colônias de usinas
Sobrado Vendramim. Casa Antonio Bagni. Casa Michele Ceccato. Casa João Pessoto. Casa família Malatesta.	Colônia da Fazenda Palmares. Colônia da Antiga Sede Feena. Colônia Tamoio da Fazenda Iгурê. Colônia Xavantes da Fazenda Iгурê. Colônia Aimorés da Fazenda Iгурê. Colônia Nova - FEENA. Colônia Velha - Bambuzinho - FEENA. Colônia Fazendinha - Antiga Granja - FEENA. Colônia Rural Sobrado Velho. Colônia da Fazenda D. Pedro.	Vila João de Barro na Usina Monte Alegre. Vila Josefina na Usina Monte Alegre. Vila Heloísa na Usina Monte Alegre. Colônia Usina Tamoio em Araraquara. Colônia Bom Jesus da Usina Furlan. Colônia Jaguari da Usina Esther. Colônia da Usina São João em Araras. Colônia Bom Jesus da Usina Furlan. Usina Bom Retiro. Usina São Francisco.

O programa geralmente desenvolvido para os núcleos coloniais e colônias rurais previa funções definidas coletivas e privativas. Nas diferentes tipologias das colônias estudadas, também há um elemento que proporciona o estar coletivo - o terreiro (ou mesmo a rua entre as fileiras de unidades). O terreiro, independente de seu dimensionamento (com caráter intencional de projeto ou não) já era comum na zona rural do período colonial, considerado e utilizado como uma extensão das moradias operárias, significando um local de distribuição das circulações e até mesmo local de estar, de trabalhar e, também, de confraternizar, com raiz portuguesa. O cotidiano nas colônias ocorria quase integralmente no ambiente externo, com intensa vida social e festas principalmente em junho, em comemoração ao final da colheita e em homenagem aos três santos mais cultuados do período junino (BENINCASA, 2007, p. 167).

Na privacidade das unidades habitacionais, há também os espaços de convívio familiar representados pela cozinha, onde as donas de casa preparam a alimentação e onde a família se reúne para as refeições, quando não há copa ou sala de jantar; e também a sala, onde antigamente os parentes se sentavam para conversar ou descansar, hábito que foi substituído ou incrementado com o aparecimento do rádio e posteriormente da televisão. Os espaços privativos se configuram nos dormitórios, e existe uma peculiaridade neste sentido, pois as unidades rurais estudadas apresentam, geralmente, três dormitórios, e por vezes, quatro. Não foram identificadas unidades com apenas um dormitório, sendo que o número varia entre dois (Colônia Nova - FEENA) e três (Usina São João em Araras), sendo que em alguns casos, a unidade oferecia quatro (Vila Josefina na Usina Monte Alegre) e até cinco (Casa Malatesta), levando-se em conta que no período de construção dos núcleos e colônias, as famílias eram maiores em número de filhos. A presença da copa e de espaços como ranchos e lavanderia foi identificada parcialmente (Usina Tamoio em Araraquara). Sobre as instalações sanitárias, na maioria dos casos estudados, há um cômodo de mínimas dimensões geralmente instalado no quintal ou com entrada externa junto à cozinha e ao tanque. Nas unidades maiores, destinadas aos funcionários de maior extrato social, há a presença de banheiro (Usina Tamoio em Araraquara).

Com relação ao dimensionamento dos cômodos, segundo a análise das plantas das 33 unidades habitacionais selecionadas, não se registra um padrão único de projeto (embora haja semelhanças como na Sobrado Velho e Fazenda D. Pedro), havendo significativa diversidade de projetos e dimensionamento entre as unidades que pode ser verificada no **Quadro 6**, onde se mostram unidades habitacionais com: dois, três ou quatro dormitórios; e em alguns casos sem instalação sanitária configurada. Ocasionalmente verifica-se a presença de copa ou sala de jantar e também área de serviço, lavanderia, alpendre e rancho. Invariavelmente, há presença dos espaços comuns: sala e cozinha, com dimensionamento diverso, como ilustra o **Quadro 7**.

QUADRO 6 - COMPARATIVO DE PROGRAMA E ATIVIDADES DAS UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS DE SÃO PAULO.			
Tipos de Colônias:	Programa:	Período:	Atividades:
Núcleos Coloniais:			
Sobrado Vendramim.	Sala, 4 quartos e cozinha.	1888	Moradia.
Casa Antonio Bagni.	2 Salas, 4 quartos e cozinha.	1890	Moradia.
Casa Michele Ceccato.	Sala de visitas, sala de refeições, 2 quartos e cozinha.	1891	Moradia.
Casa João Pessoto.	Sala de visitas, sala de refeições, 5 quartos e cozinha.	1888	Moradia.
Casa família Malatesta.	Sala de visitas, 5 quartos, despensa e cozinha (além de venda e depósito).	1888	Moradia e comércio.
Casas isoladas:			
Casa de colônia da fazenda Palmares.	Sala, 3 quartos, serviços domésticos, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia da antiga Sede FEENA.	Sala, 3 quartos, alpendre, copa, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Usina Tamoio em Araraquara.	2 salas, 3 quartos, copa, cozinha, banheiro, lavanderia e garagem.	s.d.	Moradia.
Usina São João em Araras.	2 salas, 3 dormitórios, cozinha, instalação sanitária e lavanderia.	s.d.	Moradia.
Usina São João em Araras.	Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro, lavanderia e garagem.	s.d.	Moradia.
Casas geminadas.			
Colônia Tamoio na Fazenda Iguê.	Sala, 2 quartos, serviços domésticos, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia Xavantes na Fazenda Iguê.	Sala, 3 dormitórios, alpendre, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia Aimorés na Fazenda Iguê.	Sala, 3 dormitórios e cozinha.	s.d.	Moradia.
Colônia Nova - FEENA.	2 Salas, 2 quartos, alpendre, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia Velha - Bambuzinho t1 - FEENA.	Sala, 3 quartos, alpendre, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia Velha - Bambuzinho t2 - FEENA.	Sala, 3 dormitórios, cozinha e banheiro.	s.d.	Moradia.
Colônia Velha - Bambuzinho t3 - FEENA.	Sala, 3 quartos e cozinha.	s.d.	Moradia.
Colônia Fazendinha - antiga Granja FEENA.	Sala, 3 quartos, alpendre, cozinha, banheiro e rancho.	s.d.	Moradia.
Vila João de Barro na Usina Monte Alegre.	Sala, 2 quartos, cozinha, instalação sanitária e lavanderia.	1925.	Moradia.
Vila Josefina na Usina Monte Alegre.	Sala, 4 quartos, alpendre, cozinha, banheiro, lavanderia e 2 depósitos.	1925	Moradia.
Colônia Usina Tamoio em Araraquara.	Sala, 3 quartos, alpendre, cozinha e banheiro.	1917 -	Moradia.
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	Sala, 2 quartos, cozinha e banheiro.	1928 -	Moradia.
Colônia Jaguarí da Usina Esther.	Sala, 2 quartos, alpendre, varanda, cozinha e banheiro.	1905 -	Moradia.
Colônia Jaguarí da Usina Esther.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1905 -	Moradia.
Usina São João em Araras.	Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro e lavanderia.	s.d.	
Usina São João em Araras.	Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro, lavanderia, 2 depósitos e garagem.	s.d.	Moradia.
Casas em carreira.			
Colônia rural Sobrado Velho.	Sala, 2 quartos, cozinha e banheiro.	1887 -	Moradia.
Fazenda D. Pedro.	Sala, 2 quartos, cozinha e instalação sanitária.	s.d.	Moradia.
Vila Heloísa na Usina Monte Alegre.	Sala, 3 quartos, cozinha, instalação sanitária e lavanderia.	1912 -	Moradia.
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	Sala, 3 quartos, cozinha e banheiro.	1928 -	Moradia.
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	Sala, 3 quartos, cozinha e banheiro.	1928 -	
Usina Bom Retiro.	Sala, 4 quartos, cozinha, banheiro e lavanderia.	1932 -	Moradia.
Usina São Francisco.	Sala, 2 quartos, cozinha e banheiro.	1948 -	Moradia.

No Quadro 7, o item 'outros', considera área de serviço, lavanderia, alpendre e rancho. Nas unidades dos núcleos coloniais há registro da presença de quatro dormitórios (cinco no caso da Casa Malatesta), entretanto, não há instalação sanitária junto às edificações. É possível verificar na classificação uma variação significativa entre os cômodos presentes nas unidades habitacionais rurais paulistas estudadas em comparação. O dimensionamento médio das plantas das 33 unidades habitacionais selecionadas é de: 74,21 m², sendo: 13,61 m² para a sala; 13,51 m² para o 1º dormitório; 10,60 m² para o 2º dormitório; e 9,25 m² para o 3º dormitório e 10,68 para o 4º dormitório (presente apenas nas unidades dos núcleos habitacionais); além de 10,76 m² para a cozinha e 3,62 m² para a instalação sanitária/banheiro (apenas nas colônias rurais). O item nomeado como copa possui em média 10,90 m² e os 'outros' cômodos, 7,48 m².

Como espaço de caráter coletivo, a sala aparece como o cômodo de maior dimensão, seguido pelos espaços de caráter privado, o dormitório dos pais com média semelhante, e os demais dormitórios com médias menores (exceto os núcleos coloniais, onde os dormitórios apresentam média superior às colônias). A cozinha apresenta média semelhante à dos dormitórios e o banheiro, ou instalação sanitária, apresenta a maior variação média de tamanho.

QUADRO 7 - ÁREAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS DE SÃO PAULO EM M² (MEDIDAS APROXIMADAS).

Vila:	Área U H.:	Sala:	Quarto 1:	Quarto 2:	Quarto 3:	Quarto 4:	Cozinha:	Copa:	WC:	Outros:
Sobrado Ven-dramim.	77,37	13,60	13,93	13,57	13,50	10,67	12,10	-	-	-
Casa Antonio Bagni.	96,61	19,83	11,93	11,93	11,83	11,83	9,79	8,49	-	10,98
Casa Michele Ceccato.	81,35	17,48	11,85	11,40	6,61	6,28	6,68	10,49	-	10,56
Casa João Pessoa.	126,16	28,68	15,32	15,20	14,47	14,21	16,66	10,59	-	11,03
Casa Malatesta.	95,20	27,45	10,83	10,53	10,53	10,44	14,33	-	-	11,09
Colônia da fazenda Palmares	70,27	11,17	11,06	10,91	10,91	-	11,06	-	3,99	11,17
Colônia da antiga Sede FEENA	107,16	15,19	19,68	15,16	13,60	-	11,17	13,46	6,6	12,30
Usina Tamoio em Araraquara	136,00	12,74	12,56	10,71	10,47	-	12,73	12,32	7,03	5,22
Usina São João em Araras	76,00	10,14	8,24	7,19	7,02	-	9,9	8,05	3,90	6,99
Usina São João em Araras	122,00	10,69	13,15	11,79	9,48	-	8,71	-	4,70	9,09
Colônia Tamoio da fazenda Iguê.	42,83	10,30	13,21	7,38	-	-	10,30	-	1,64	-
Colônia Xavantes na fazenda Iguê.	72,63	16,33	13,75	9,56	8,84	-	9,87	-	-	14,28
Colônia Aimorés na fazenda Iguê.	32,63	11,01	8,09	8,09	4,14	-	9,39	-	-	-
Colônia Nova FEENA.	72,51	12,75	13,26	12,58	-	-	11,49	13,09	3,75	5,59
Colônia Velha - Bambuzinho t1.	70,03	18,75	10,18	10,18	7,51	-	15,09	-	3,75	4,57
Colônia Velha - Bambuzinho t2.	61,70	14,7	14,07	10,74	10,15	-	8,03	-	4,01	-
Colônia Velha - Bambuzinho t3.	43,18	15,66	7,59	7,59	6,93	-	5,71	-	-	-
Colônia Fazendinha - antiga Granja FEENA.	58,84	9,20	10,5	9,93	9,06	-	10,24	-	3,9	6,01
Vila João de Barro na Usina Monte Alegre.	53,71	14,19	10,98	9,75	-	-	11,28	-	3,27	4,24
Vila Josefina na Usina Monte Alegre.	102,00	18,40	13,62	13,30	10,50	-	12,40	-	3,80	6,28

Colônia Usina Tamoio em Araraquara.	82,00	12,21	14,49	14,40	6,30	-	8,79	-	4,26	7,81
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	66,00	10,10	11,08	10,44	-	-	10,65	-	3,41	7,99
Colônia Jaguari da Usina Esther.	62,00	10,98	9,41	8,88	-	-	8,28	-	2,42	7,77
Colônia Jaguari da Usina Esther.	46,00	10,06	8,39	7,93	-	-	10,65	-	0,90	-
Usina São João em Araras.	73,00	12,28	13,27	8,20	7,56	-	9,18	-	4,11	10,16
Usina São João em Araras.	108,00	10,51	13,16	11,83	9,35	-	8,47	-	4,65	6,82
Colônia rural Sobrado Velho.	65,41	15,36	15,59	15,36	-	-	15,59	-	3,51	-
Fazenda D. Pedro.	18,05	4,63	3,85	3,85	-	-	4,63	-	-	-
Vila Heloísa na Usina Monte Alegre.	42,95	8,31	7,90	7,90	6,09	-	9,76	-	2,99	-
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	49,56	9,85	10,03	9,88	8,14	-	9,19	-	2,47	-
Colônia Bom Jesus da Usina Furlan.	53,83	10,29	11,32	9,40	7,70	-	13,06	-	2,06	-
Usina Bom Retiro.	127,00	15,56	15,52	15,44	11,47	-	19,71	-	3,8	11,66
Usina São Francisco.	57,00	10,78	9,79	9,08	-	-	10,45	-	1,96	4,77
Média	74,21	13,61	13,51	10,60	9,25	10,68	10,76	10,90	3,62	7,48

CAPÍTULO 5
AS HABITAÇÕES OPERÁRIAS DE SÃO PAULO

O processo de Industrialização em São Paulo

Durante o período colonial, desenvolveu-se no território brasileiro uma indústria agrícola-exportadora de produtos de caráter tropical e também extrativa, muito produtiva e lucrativa. A região Nordeste alcançou maior relevância econômica, beneficiada pela produção da cana-de-açúcar, predominante em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e parte da Bahia. A outra fonte de recursos econômicos estava localizada em Minas Gerais e Goiás, com a extração de minérios como ouro e diamantes (VICHNEWSKI, 2004, p. 39).

Os engenhos de cana-de-açúcar foram representativos da industrialização no Brasil colonial, segundo Vichnewski (2004). É possível qualificar como protoindustrialização este período econômico cujas características gerais foram o desenvolvimento em zonas rurais, com a produção direcionada aos mercados inter-regionais e ou internacionais que deram início a um conjunto de atividades manufatureiras iniciado na crise da Idade Média e que perdurou até o início da Revolução Industrial. Os engenhos brasileiros sempre se estabeleceram no campo, dependentes das matas que abasteciam as fornalhas com lenha; e também dos rios, de onde extraíam água e argila para a fabricação das formas, e como força-motriz, por meio das rodas d'água (GAMA, 1983, p.72, 81; TORRÓ, 1995, p.518 *in*: VICHNEWSKI, 2004, p. 39).

Entretanto, pela natureza da formação brasileira e a época quando se desenvolveu a maior atividade econômica do Brasil colonial, não poderiam ter sido criadas aqui manufaturas significativas. Por ter sido pouco povoado, o território brasileiro no período colonial, não estabeleceu núcleos populacionais condensados. Além disso, o sistema de transportes era insípido e o regime da exploração da terra era essencialmente patriarcal e apoiado no trabalho escravo. Afora os engenhos e a mineração, havia na época pequenas produções que preenchiam as necessidades locais, com a fabricação de artigos de consumo em processos manuais ou por instrumentos rudimentares (SIMONSEN, 1973, p. 06-08; 13 *in*: VICHNEWSKI, 2004, p. 39-40).

Em 1785, foi proibida, por carta régia, a manufatura de fios, panos e bordados no Brasil. Era apenas permitida, a manufatura de tecidos grosseiros de algodão, que serviriam para uso nos vestuários dos escravos e para enfardar ou empacotar produtos agrícolas. Tal proibição, vigente até 1808, fez a incipiente indústria têxtil de caráter doméstico, praticada nas fazendas e em algumas vilas, se extinguir praticamente por completo (VICHNEWSKI, 2004, p. 40).

A partir da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, adveio um processo de modernização comercial e cultural, além de mudanças políticas e econômicas no Brasil. A abertura dos portos ao comércio mundial e a revogação do alvará que proibia a existência de manufaturas de tecidos finos no país, foram ações promovidas por D. João VI, mas o desenvolvimento industrial ainda era limitado, principalmente, por causa do Tratado de Comércio e Navegação firmado com a Inglaterra em 1810 (LIMA, 1954, p. 29-41; LUCA, 2001, p. 13-14).

Ao longo do século XIX o Brasil era um país predominantemente agrário, ainda que na Europa a produção industrial e a vida urbana já fossem significativas desde o final do século XVIII. *“A riqueza brasileira provinha até então, principalmente, da agricultura e da exportação de produtos agrícolas. Senhores de terras e escravos constituíam as camadas sociais mais importantes, embora um contin-*

gente de população livre se tornasse gradativamente expressivo a partir de 1850, quando o sistema de produção brasileiro, herdado do período colonial, entrou em colapso com a extinção do tráfico negreiro, entre outros fatores” (DECCA, 1991, p.3).

As poucas indústrias instaladas no período colonial brasileiro foram fundições de ferro e algumas tecelagens para confecção de tecidos para as velas dos navios e de fabricação de armas. Apesar de o crescimento industrial paulista ter ocorrido atrelado à economia cafeeira, segundo Dean (1991), possivelmente a primeira fábrica instalada em São Paulo tenha sido a siderúrgica de Ipanema¹¹⁴ em 1810, com financiamento real; no ano seguinte, 1811, foi construída na capital a primeira fiação de algodão com energia hidráulica e mão-de-obra escrava. Também foram registrados: uma tecelagem de 1813, que possuía 10 teares e produzia diferentes tipos de tecidos de algodão; e uma fábrica de armas de 1818, com 10 mestres e 60 operários, quase todos negros e mulatos. Entretanto a duração dessas duas fábricas foi curta. Em 1836 passou a funcionar em Santos uma usina a vapor para refino de açúcar. Depois delas, São Paulo ficou muito tempo sem a instalação de novas fábricas, apenas oficinas artesanais ou pequenos estabelecimentos fabris, pois até 1844, não era possível implantar no Brasil qualquer manufatura competitiva em preço ou qualidade dos artigos com a indústria inglesa (MATTOS, 1958, p. 27; SIMONSEN, 1973, p. 09-14; PEREIRA, 1984, p. 28-29; DEAN, 1991, p.19).

No relatório oficial da Província de São Paulo em 1852 são mencionadas apenas cinco fábricas: uma fiação de algodão em Sorocaba, uma usina de potassa em Bananal, uma fundição, uma fábrica de vidros (em declínio) e, uma fábrica de velas; no ano seguinte foi aberta uma fábrica de chapéus. Foram registradas outras tentativas de implantar indústrias, como a fábrica de tecidos de Manuel Lopes de Oliveira, em Sorocaba, a partir de 1857, instalada em uma chácara, *'junto às senzalas de seus escravos'*. Os teares eram inicialmente manuais e posteriormente adaptados para funcionar a vapor e outras máquinas foram importadas da Inglaterra. Com mão-de-obra escrava, suas atividades foram encerradas em 1861. Em 1867, Maylasky publicou nos jornais de Sorocaba a ideia de se fundar uma nova fábrica de tecidos, porém, como outras iniciativas, essa fábrica não durou muito tempo, entrando em liquidação em 1870 (DEAN, 1991, p.19; RIBEIRO, 1988, p. 24-25 in: VICHNEWSKI, 2004, p. 44).

Até a década de 1860 as experiências para a consolidação de fábricas não resultaram bem. A região de Sorocaba se destacou no desenvolvimento industrial, tornando-se centro de expansão da lavoura do algodão. O motivo principal foi o advento da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, que provocou uma crise no abastecimento de algodão para as indústrias inglesas, causando a elevação dos preços do produto no mercado internacional e o estímulo ao seu plantio em outros locais possíveis. Em terras impróprias para o plantio do café, nas regiões de Sorocaba e Itapetininga, foi implantada a cultura do algodão. *“(...) na década de 1870 estavam assentadas as condições para o surgimento da indústria algodoeira; a abundância de matéria-prima (algodão) a preços aces-*

¹¹⁴ No interior do Estado de São Paulo, ainda no final do século XVI, foi encontrado minério de ferro em Iperó, próximo a Sorocaba, onde uma pequena fornalha movida a vapor foi construída, com produção limitada e frequentemente paralisada por longos períodos. Após a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura econômica no início do século XIX, a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema foi reconstituída, e com a República, renomeada como Fábrica Nacional de Ipanema, funcionando de 1811 a 1895 (Gunn & Correia, 2005, p. 34).

síveis, a facilidade no recrutamento de força de trabalho especializada e em importar maquinismos, a melhoria nos transportes, a disponibilidade de mão-de-obra e a presença de um crescente mercado consumidor” (RIBEIRO, 1988, p. 27 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p. 44-45; REIS FILHO, 1994, p. 65-66).

No território paulista, a primeira fábrica com as características de uma indústria moderna¹¹⁵ (maquinaria importada e operários livres) que atingiu resultados positivos, teria sido a São Luiz de Itu, fundada em 1869, segundo Ribeiro (1988). A fábrica São Luiz foi instalada no centro da cidade, na esquina da Rua Paula Souza com a Praça Dom Pedro I e possuía, inicialmente, 24 teares e 62 máquinas operadas a vapor. Para abastecer as caldeiras e as máquinas a vapor eram utilizadas duas bombas d'água que captavam água de um riacho vizinho à fábrica. Seu idealizador foi o Tenente Coronel Luiz Antônio Anhaia, farmacêutico daquela cidade, o qual importou todas as máquinas dos Estados Unidos por meio da Lidgerwood¹¹⁶, que tinha sua sede em Campinas (Ribeiro, 1988, p. 27-28). Campinas foi também a primeira cidade paulista provida de uma olaria com produção mecanizada de tijolos cerâmicos, a Sampaio Peixoto, fundada em 1867, conforme afirma Lemos (1989). Antes, a produção de tijolos era realizada com técnicas artesanais e processos de fabricação rudimentares (LEMOs, 1989, p. 41 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p. 45).

A produção de café no Rio de Janeiro, Vale do Paraíba e no Oeste Paulista se configurava como a base da economia nacional naquele período. Na região de Campinas, a economia cafeeira se reorganizou e adquiriu caráter capitalista, a partir de 1870 com: a inserção da mão-de-obra remunerada nas lavouras em gradativa substituição do regime escravista; mecanização parcial da lavoura, beneficiamento e conservação mais modernos e lucrativos; sistema de transporte mais eficiente por meio de estradas de ferro que faziam a ligação entre as fazendas e as cidades e portos; e um sistema bancário com agilidade de crédito para assegurar a produção, a comercialização e a exportação do café (DECCA, 1991, p. 4).

A tradicional agricultura de subsistência foi aos poucos cedendo lugar às plantações de café que se tornavam mais vantajosas financeiramente. O dinheiro passou a circular com o volume de negócios, estimulando a abertura de novas casas bancárias, em vista dos grandes lucros produzidos nas décadas de 1870 e 1880.

“Os lucros auferidos com a produção e a comercialização do café propiciaram em parte o capital para o desenvolvimento da indústria em nosso país. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os formidáveis lucros obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capital não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças” (DECCA, 1991, p. 5).

A industrialização de São Paulo dependeu desde o princípio das exportações de café. No final do século XIX o mercado cafeeiro entrou em expansão com a procura dos Estados Unidos e Europa

¹¹⁵ Com o avanço da cultura cafeeira, houve a quebra de uma tradição construtiva corrente até meados do século XIX, baseada na técnica de taipa de pilão ou de mão, com cobertura realizada em estruturas de madeira com telhas de barro do tipo capa e canal. A realização do madeiramento também sofreu avanços, passando de técnicas artesanais para bem equipados engenhos de serrar, estando também na região de Campinas, o maior número deste tipo de unidade industrial em meados de 1860 (Saia, 1989, p. 138).

¹¹⁶ O técnico que projetou o edifício da fábrica São Luiz foi William Putney Ralston, empregado de William Van Vlek Lidgerwood, empresário em Campinas. Ralston também foi aos Estados Unidos comprar as máquinas e contratar mão-de-obra especializada (Saia, 1989, p. 144, 151).

que crescia com o aumento da produtividade proporcionada pelo beneficiamento industrializado. Mesmo apresentando qualidade inferior, o café brasileiro era apropriado ao consumo das massas e ganhou mais mercado devido à devastação por pragas nos cafezais do Ceilão. Dean (1991) afirma que neste período, as possibilidades de exportação se expandiram, pois:

“o transporte tornou-se mais barato e mais seguro à proporção que os vapores de casco de ferro passaram a seguir as rotas marítimas do Atlântico Sul. O sistema comercial foi-se tornando mais eficiente e mais amplo à medida que se estendiam os cabos submarinos, se fundavam as casas importadoras e se iniciavam as operações bancárias submarinas. São Paulo passou a experimentar a mesma eufórica prosperidade que se registrava simultaneamente em outras partes da América latina” (DEAN, 1991, p.9).

Nas últimas décadas de século XIX, uma série de transformações econômicas e sociais no Brasil propiciaram condições necessárias para a industrialização e também para o desenvolvimento urbano. Decca (1991) descreve que *“pequenos núcleos urbanos e cidades se expandiram, enquanto novos centros urbanos se formavam; as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outro ritmo de atividades. Novas formas de vida surgiram ao lado das formas de viver do mundo agrário, existentes desde há muito tempo”* (DECCA, 1991, p. 3-4).

O comércio do café, além da procura pela produção industrial, também bancou grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais da manufatura nacional, como: construção de ferrovias custeadas pelos cafeicultores para escoar a produção ao Porto de Santos; este também necessário para a importação de trigo e juta (para produção de sacos de embalagem); companhias elétricas e hidrelétricas organizadas pelos empresários cafeicultores para o beneficiamento do café e posteriormente disponibilizadas para iluminar as ruas e casas das cidades do interior paulista. Essa tendência de negócios resultou na instalação de algumas fábricas de tecidos em solo paulista na década de 1870, que transformavam o algodão produzido localmente em material cru, vendido aos agricultores para fazer as vestimentas dos escravos. Depois da proibição do trabalho escravo em 1888, a mão-de-obra livre disseminou a circulação do dinheiro pela população (DEAN, 1991, p.14).

O Estado de São Paulo como principal produtor de café, teve sucesso em suas primeiras casas industriais, por meio da conjugação do café com a malha ferroviária e com a imigração. Naquele período, estava a se configurar um novo tipo de indústria, de caráter urbano, com tecnologia moderna, diferente daquela praticada no período colonial. A mecanização da produção de café coincidia com a procura pelas cidades, por parte dos imigrantes, criando um mercado de trabalho com oferta abundante para a produção do café e demais atividades urbanas que possibilitou a ampliação do mercado de bens de consumo leve, o qual propiciou novas oportunidades de investimentos (NEGRI, 1996, p. 41). Tais atividades urbanas incluíam algumas pequenas manufaturas, que foram beneficiadas pela mão-de-obra imigrante especializada, como artesãos com instrução técnica ou experiência no comércio ou na manufatura: sapateiros, seleiros, carpinteiros, serralheiros, ourives, oleiros, entre outros. Com o crescimento do capital e da economia do café, os acúmulos desse capital ultrapassavam os limites das plantações, possibilitando uma série de atividades tipicamente urbanas, como: a bancária, os escritórios, armazéns e oficinas de estrada de ferro, comércio ataca-

disto, comércio de exportação e importação e a atividade industrial. Conforme essas atividades cresciam, outras mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveram, como: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil e equipamentos urbanos (CANO, 1998, p. 80).

Durante o ciclo de expansão das exportações do café (1886-1894), ocorreu a formação do capital industrial¹¹⁷. O comércio do café promoveu parcialmente, as bases para o desenvolvimento industrial e também foi resultado de um processo de acumulação de capital do setor agrícola exportador marcando a emergência de um novo modo de produção capitalista. Os excedentes da produção do café eram empregados em atividades para seu crescimento e fortalecimento, as quais interagiram e formaram meios que sustentaram a nascente indústria paulista, como descreve Cano (1983):

"(...) foi o capital cafeeiro quem promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias (...). As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais (...)" (CANO, 1998, p. 143 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p. 43).

As atividades industriais adquiriram maior importância no final do século XIX, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. *"Em 1885, por ocasião de um inquérito parlamentar sobre direitos alfandegários, havia treze fiações de algodão e uma fiação de lã, pelo menos quatro fundições, uma fábrica de fósforos e um número desconhecido de serrarias. O primeiro cálculo, que se supunha completo, das firmas industriais, ou seja, um relatório oficial datado de 1895 e que incluía apenas a capital do Estado, fazia menção de 121 firmas que se utilizavam de energia mecânica. Delas, apenas cinquenta e duas eram realmente firmas industriais. Onze empregavam mais de cem operários: três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias"* (DEAN, 1991, p.19).

No início do regime republicano, a partir de 1889, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões eram criados nas cidades em crescimento:

"grandes fábricas e fabriquetas, oficinas, pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transporte e de serviços viários, etc. (...). A atividade industrial, sempre crescente, era conduzida fundamentalmente no interior de empresas de pequeno e médio porte, ainda que as grandes fábricas existentes concentrassem o maior número de operários e a maior quantidade de capital, sendo responsáveis também pela maior parte da produção industrial. Nossa indústria era bastante setorizada. Havia vários ramos industriais, mas a indústria têxtil e alimentícia eram os setores mais desenvolvidos e importantes. Produziam-se basicamente bens de consumo não duráveis" (DECCA, 1991, p. 5-6).

As tecelagens tiveram papel fundamental no desenvolvimento industrial de São Paulo, pois além da produção de tecidos para vestimenta, também produziam a sacaria para exportação de café, atrelando desta forma a produção agrícola, a fábrica e a ferrovia. Saes (2004) aponta que:

¹¹⁷ Outros fatores também relacionados à produção do café contribuíram para a implantação da indústria paulista, segundo Vichnewski (2004), como a baixa de preços internacionais do café, entre 1896 e 1897, que causou a diminuição da lucratividade das antigas plantações, enquanto que as novas plantações, com margem de lucro satisfatória, era aplicada parcialmente em capital industrial. O êxodo rural, entre 1898 a 1907, aumentou a mão-de obra nas cidades, trazendo uma maior oferta de força de trabalho para as futuras indústrias. Posteriormente, entre 1924 a 1926, o custo de bens de capital reduzido e a fácil importação auxiliaram a instalação de mais indústrias (Vichnewski, 2004, p. 43).

“como nó do sistema de transporte ferroviário, sede de administração pública, núcleo de atividades comerciais e financeiras, a Cidade de São Paulo ganhou uma vida econômica com múltiplas dimensões. Demandas por serviços urbanos exigiram sua modernização, o crescimento da população estimulou alguma atividade industrial, além de inúmeras oficinas voltadas principalmente para as necessidades da própria população urbana” (BLAY, 1985, p. 39; SAES, 2004, 219).

As fábricas de tecidos e as de vidro, entre as principais indústrias da época, *“(...) trabalhavam exclusivamente na base de encomendas, pois não se arriscavam a produzir para estocar. Além dessas diminuições de trabalho, que tanto prejudicavam os operários, havia as falências e os súbitos fechamentos de fábricas, que os lançavam ao desemprego, de um momento para o outro, sem, qualquer garantia”* (PENTEADO, 2003, p. 122).

Além da introdução de mão-de-obra mais eficiente e viável de imigrantes europeus, a instituição da República, possibilitou uma estrutura econômica e política descentralizada, permitindo ao Governo reter os lucros no Estado, assim contribuindo para o crescimento econômico de São Paulo e o desenvolvimento industrial¹¹⁸. O comércio do café industrializado tornou-se também a base do crescimento industrial nacional, viabilizando a economia monetária, sendo que até então, o dinheiro pouco circulava, ficando restrito às fazendas autossuficientes. No início do período republicano foram instalados muitos outros empreendimentos industriais¹¹⁹ na capital do Estado, quando o Brasil contava com mais de 636 estabelecimentos industriais e empregava 54.169 operários. Uma das indústrias pioneiras em produção de larga escala e que oferecia vilas residenciais e instalações sociais para seus operários, foi a fábrica de gelo e cerveja da Cia. Antártica Paulista (figura 492), construída ainda em 1888, na Água Branca. Posteriormente em 1904, a Antártica adquiriu a Cia. Bavária, uma pequena fábrica concorrente, e transferiu sua produção para a Mooca. A fábrica da Água Branca em seguida foi vendida para o imigrante italiano conde Matarazzo, que transferiu para o local, unidades anteriormente instaladas em São Caetano do Sul e na Mooca. O Grupo Matarazzo (figura 493) incorporou e fundou diversas indústrias que contavam com serraria, refinaria, mecânica e fundição e produziam sabão, velas, licor, óleo, pregos, bolacha e açúcar (SIMONSEN, 1973, p.16; DEAN, 1991, p.10; GUNN & CORREIA, 2005, p. 82).

Gunn e Correia (2005) destacam que os bairros do Brás, Mooca, Belenzinho, o leste do Ipiranga e o sudeste do antigo centro paulistano, através do vale do Tamanduateí, tornaram-se os principais endereços para as novas indústrias no final do século XIX. Na Mooca, a Fábrica Santana foi uma das têxteis pioneiras ao leste da cidade, fundada pelo conde Antônio Álvares Penteado em 1889, para produzir de sacos para embalar café e açúcar e posteriormente cobertores. Sua produção ini-

¹¹⁸ Somente no Estado de São Paulo, entre 1873 a 1894 foram registradas 12 indústrias têxteis, que ocupavam cerca de 4.000 operários (Lima, 1954, p. 56-58).

¹¹⁹ As primeiras fábricas foram bastante beneficiadas pela transformação social operada pelo comércio do café, não apenas pela presença de mão-de-obra nativa e imigrante, mas também pelo quadro de técnicos e contramestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou formados nos institutos de ensino superior de São Paulo. Antes da Primeira Guerra Mundial, cursos de Engenharia, Comércio, Medicina e Biologia foram criados em São Paulo, que contava com o curso de Direito desde 1830 (Dean, 1991, p.15).

cial contava com cerca de 600 operários, e dez anos após o número foi ampliado para 1.300¹²⁰ (GUNN & CORREIA, 2005, p. 30-31).

Figura 492 - Fábrica da Antártica em 1900
(Fonte: Campos, Gama e Sacchetta, 2004).

Figura 493 - Moinho Matarazzo
(Fonte: www.4shared.com/all-images/ay-3BF32/So_Paulo_antiga.html).

Próximo de estradas de ferro e do Rio Tietê¹²¹, ao norte do centro da cidade, a Grande Destilaria da Várzea foi construída ainda antes de 1889. Após a instalação desse empreendimento, o distrito da Água Branca passou a abrigar em 1897, uma fábrica de vidro com produção de larga escala: a Fábrica de Vidraria Santa Marina. Em Osasco, em 1890, uma pequena olaria de cerâmica e tijolos ao lado do Rio Tietê foi adquirida pelo imigrante italiano Antônio Agu e pelo Barão Sensaud D'Lavaud, que criaram e expandiram a Cia. Cerâmica Industrial de Osasco, onde instalações residenciais foram construídas para operários, além de funções essenciais para o estabelecimento. A companhia mais tarde foi adquirida pela firma Hervy S.A. Por volta de 1895, a companhia Sociedade de Importação e Exportação Enrico Dell'Acqua instalou uma tecelagem em Osasco¹²² (GUNN & CORREIA, 2005, p. 32).

Ao sul do centro de São Paulo, em 1893, foi iniciada a construção das instalações industriais da companhia de Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, no Ipiranga, também oferecendo sua própria vila operária. Também no distrito do Ipiranga, a escocesa J. B. Coats, nomeada inicialmente como 'Machine Cotton', construiu a Fábrica Corrente em 1907, com cerca de 50 casas para seus operários. Na mesma época, outra tecelagem construiu a Fábrica de Tecidos Labor, na Mooca,

¹²⁰ Em 1908, a empresa foi transformada em uma Companhia Limitada, com o nome de Companhia Nacional de Tecidos de Juta, e vendida para o médico e empresário industrial Jorge Street. Desde o início do século XX, a Fábrica Santana forneceu alojamentos para os operários, cujo aumento nos aluguéis causou um conflito em 1911. Em 1912, Street construiu a Fábrica Maria Zélia situada entre os trilhos da Estrada de Ferro da Central do Brasil e o Rio Tietê, em Belenzinho, e em 1916 inaugurou a Vila Maria Zélia, com cerca de 200 casas e instalações sociais. Depois de 1923, Street vendeu a companhia, e ela foi deixada nas mãos de Arnaldo Guinle e Numa de Oliveira, que estavam associados à companhia Docas de Santos (Gunn & Correia, 2005, p. 31).

¹²¹ No decorrer do século XX, outras vidrarias foram construídas próximas ao Rio Tietê, incluindo a fábrica Cisper e, na margem direita do rio, a Fábrica Nadir Figueiredo, desde os anos 1950, a qual construiu 189 casas, uma escola e campos de futebol, no distrito de Vila Maria. Em direção a Osasco, ao norte da cidade, uma fábrica de produção de fósforo de propriedade da Companhia Fiat Lux foi estabelecida em 1910 (Gunn & Correia, 2005, p. 32).

¹²² Em 1923, a fábrica foi comprada pelo imigrante italiano Fiorino Beltramo, que alterou o nome da fábrica para Cotoni-fício Beltramo. No ano seguinte, o empresário construiu uma área residencial onde ele próprio, alguns engenheiros e operários se instalaram (Gunn & Correia, 2005, p. 32).

com algumas unidades habitacionais destinadas aos operários e em 1897, um pequeno estabelecimento fabril têxtil, a Fábrica de Tecidos de Lã, Algodão e Meias, foi criado pela firma Regoli, Crespi & Cia., que foi reorganizada e transformada no Cotonifício Rodolfo Crespi em 1906 e se expandiu consideravelmente para se tornar um empreendimento industrial de produção em larga escala com sua própria vila operária; a fábrica de papel e embalagem São Simeão foi construída em 1900, com sua vila operária, conhecida como Vila Boyes; mais uma unidade têxtil, com uma fábrica de tingimento, foi criada pela Companhia Paulista de Aniagem; e a firma britânica de calçados, a Companhia de Calçados Clarck, também construiu em 1904 uma fábrica na Mooca com vila operária (GUNN & CORREIA, 2005, p. 31).

As indústrias instaladas no Estado de São Paulo a partir do início do século XX possuíam características diferentes daquelas primeiras da região de Campinas, localizadas próximas aos mananciais, geralmente distantes do centro urbano e que utilizavam a energia hidráulica como força-motriz.

“As novas indústrias, mais modernas pelo seu sistema construtivo mais avançado, suas máquinas maiores e ágeis, foram instaladas próximas aos centros urbanos, pela disponibilidade de mão-de-obra, de mercado consumidor e pela implantação da malha ferroviária. Não dependiam mais dos cursos d’águas para gerarem energia; muitas já utilizavam a energia a vapor e algumas iniciaram o uso da energia elétrica. A inserção dessas indústrias no espaço foi condicionada pela linha de trem, que contornava a cidade, e os terrenos, próximos à linha, eram mais baratos e de dimensões superiores” (VICHNEWSKI, 2004, p. 48).

Um levantamento preliminar e incompleto realizado em 1901 por A. F. Bandeira Jr., descobriu 170 fábricas, 50 das quais empregavam mais de 100 operários. À lista de 1895 foram acrescidas olarias, fábricas de cimento, açúcar, farinha de trigo, drogas, objetos de vidro, sapatos, roupas feitas e papel. Penteado (2003) situa diversas fábricas pioneiras na cidade de São Paulo:

“Em 1910, não se sabe bem a causa, as principais indústrias do bairro eram as fábricas de vidro. Além destas, havia a fábrica de tecidos Boyes (...), na Travessa Independência, fundada por ingleses; a Fábrica de Licores Trevisam, na Avenida Celso Garcia, perto da Rua Dr. Clementino; a Fábrica de meias Combacau, na Rua Conselheiro Cotegipe, e outras pequenas indústrias caseiras. Antes, houvera uma fábrica de licores, do alemão Rodolfo Bresser. Junto à igreja de São João Batista, achava-se a Serraria do Marco, do português Com. José Monteiro Pinheiro (...). No Tatuapé, depois, o italiano Lombardi instalou uma fábrica de sabão. As indústrias Matarazzo apareceram somente em 1911. As vidrarias eram denominadas, pomposamente de cristaleiras. A mais antiga foi a ‘Germânia’, do alemão Guilherme Klimburger, na Rua Martim Afonso. Nela aprenderam a arte quase todos os vidreiros do nosso tempo. Começara com oficiais estrangeiros, tal como aconteceria com a Vidraria Santa Marina, da Água Branca, fundada pelo Conselheiro Antônio Prado e Elias Fausto Jordão, em 1897, para o fabrico de vasilhame de vidro preto, para a Companhia Antártica e a Cervejaria Germânia, dos irmãos Reichert, na Rua dos Italianos, depois absorvida por aquela. A Santa Marina era uma verdadeira potência, com 200 vidreiros, vindos da Itália e da França, especializados nesse gênero de produção, a primeira no Brasil” (PENTEADO, 2003, p. 63).

Ao sul da capital paulista, havia uma grande variedade de outros estabelecimentos industriais que ofereciam vilas operárias, incluindo companhias chapeleiras como a Chapéus Ramenzoni, no Cambuci, e a Cooperativa das Fábricas de Chapéu, em Vila Prudente; além da Companhia Lacta e a firma de cigarros e charutos ‘Cigarros Sudan’, na Liberdade, todas contando com residências para

seus operários. A Cerâmica Falchi¹²³ iniciou suas atividades de produção em 1890, na Vila Prudente, oferecendo residências, escola e uma igreja para seus operários. No Ipiranga, a Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex iniciou sua produção em 1910 e gradualmente ergueu um grupo de cerca de 150 unidades habitacionais para parte de sua mão-de-obra operária. Em São Caetano, foi fundada em 1912 uma empresa originalmente conhecida como Cerâmica Privilegiada, que foi renomeada em 1919, para Cerâmica São Caetano, onde além da Vila dos Engenheiros, edificou escola e área para práticas esportivas¹²⁴. Após o arrendamento da E. F. Sorocaba para o empresário americano Percival Farquhar, algumas fábricas de carne enlatada abriram produção em São Paulo, como a Companhia de Produtos Continental¹²⁵, que iniciou suas atividades em 1915, ao lado da linha ferroviária em Osasco; assim como a Fábrica de Fósforos Granada, foi construída em 1924. As duas empresas ofereciam vilas operárias aos empregados (GUNN & CORREIA, 2005, p. 32).

Na década de 1920, segundo Bonduki (1983), foi iniciado um novo período de desenvolvimento da indústria paulista, que passou a procurar atuação mais agressiva no mercado internacional. Com respaldo no crescimento quantitativo propiciado pela Primeira Guerra Mundial, quando a indústria paulista cresceu para atender à demanda nacional (insatisfeita sobre as restrições procedentes da guerra), ocorreu a expansão do processo produtivo paulista. Desta forma, o mercado se flexibilizou com relação aos produtos tradicionais, principalmente os tecidos, além do cimento, aço e produtos químicos, por meio da conquista de mercados regionais. A nova estrutura da indústria paulista, durante esta década, iniciou sua formação com maiores inversões de capital, bases mais estáveis e seguras para o investimento. Tal processo, mesmo não se configurando como estável e contínuo, passou a contar com o desenvolvimento de uma política de industrialização, que procurava superar os obstáculos por meio de planejamento e maior intervenção do Estado (BONDUKI, 1983, p.144).

O crescimento industrial fica evidente no 'Boletim Estadual do Trabalho' de 1927 no qual foi publicado um 'Recenseamento operário da capital', realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social com os seguintes dados: 203.736 operários em 3.629 fábricas e estabelecimentos industriais que incluíam fiação e tecelagem; construções e materiais; padarias, hotéis, bares e chopes, cafés e botequins com garçons; massas alimentícias; frigoríficos (gêneros alimentícios); manufatura de ferro; estradas de ferro (Estrada de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Estrada de Ferro Central do Brasil); chapéus e bonés, eletricidade, roupa branca, brinquedos, fumos (manufatura), óleos; calçados e artefatos de couro; manufatura de madeiras; estabelecimentos gráficos; indústrias de vidro; automóveis e acessórios; produtos e preparados químicos; bebidas diversas (fábricas de cerveja, licores e xaropes); papel e papelão; manufaturas de metais, borracha e mármore; viação e transporte (The São Paulo Tramway, Light e Power Company Limited); Companhia Telefônica Brasileira;

¹²³ Em 1923, a cerâmica foi vendida para a Companhia Construtora de Santos, de Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira (Gunn & Correia, 2005, p. 32).

¹²⁴ Em 1920 um recenseamento contou 293 firmas remanescentes entre as fundadas entre 1850 e 1900. *"A partir desse início modesto, a economia regional de São Paulo foi-se tornando cada vez maior. Por volta de 1920, substituiu a área do Rio de Janeiro e da capital federal como o centro industrial mais importante do Brasil. No correr da década de 1940 possuía o Estado, indubitavelmente, a maior aglomeração de capacidade manufatureira em toda a América Latina"*. Com o crescimento industrial o café que forneceu o mercado inicial para os fabricantes paulistas tornou-se cada vez menos importante (Dean, 1991, p. 20).

¹²⁵ Em 1934, essa fábrica passou a ser de propriedade da companhia Frigorífico Wilson do Brasil (Gunn & Correia, 2005, p. 32).

Companhia de Gás (The São Paulo Gaz Company limited); serviços públicos (Secção de obras da Prefeitura Municipal, Águas e esgotos e Limpeza Pública); cemitérios públicos, etc. Segundo Decca (1983) o mundo do trabalho em São Paulo era imenso, com uma amostra significativa de pequenas e médias empresas, grandes fábricas e fabriquetas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transporte e serviços, entre outras (DECCA, 1983, p. 2).

Em São Paulo, do início do século até 1930, houve intensa modernização na área urbana,

“no sentido da adoção de novos produtos na esfera do consumo e de novas técnicas de produção industrial e na prestação de serviços. A introdução do bonde e da iluminação pública tendo como fonte de energia a eletricidade, na indústria, a progressiva substituição do vapor pela eletricidade, como força motriz; o automóvel como novo meio de transporte e também como símbolo de status; a bicicleta, o rádio, o cinema, o gramofone, a máquina de fotografar, ainda que timidamente foram introduzidos no cotidiano da cidade (...)” (SAES, 2004, p. 238 *apud* FREITAS, 2006, p. 74).

Neste período, o investimento industrial baseado no comércio do cafeeiro tomou um caminho descontinuado com a crise do café e também com a Grande Depressão de 1930. A dependência de importar maquinarias e equipamentos pelo setor exportador foi mantida e importação de insumos básicos entrou em declínio. Segundo Suzigan (2000) o crescimento da produção industrial foi estimulado, parcialmente, por um processo dinâmico de substituição de produtos importados nas indústrias de bens intermediários e de capital e, também pelo avanço da produção industrial de bens de consumo instalada anteriormente. Com isso, as importações se tornaram mais dispendiosas, a demanda interna foi transferida do mercado externo para os produtores domésticos, criando um processo de acumulação de capital, por meio do mercado interno. A utilização da capacidade ociosa no setor industrial foi a base inicial do crescimento da produção industrial (SUZIGAN, 2000, p. 365-366 *in*: VICHNEWSKI, 2004, p. 41).

Na segunda metade dos anos 1930, em São Miguel Paulista na zona leste, um consórcio de empresários norte-americanos e brasileiros, incluindo Horácio Lafer, com o Grupo Klabin de papel e celulose; José Ermírio de Moraes com o Grupo Votorantim e Numa de Oliveira, fundou a Companhia Nitro-Química. O empreendimento resultou da transferência das instalações fabris de propriedade da companhia *Tubize Chatillon Corp.*, dos Estados Unidos, para a produção de seda artificial e outros produtos químicos, com início em 1940. A instalação da fábrica induziu a criação de novos bairros residenciais nesse distrito: Vila Nitro-Química, Vila Americana, Cidade Nitro-Americana e Cidade Nitroperária (GUNN & CORREIA, 2005, p. 31).

Nas décadas de 1930 e 1940, outros empreendimentos têxteis se instalaram no leste de São Paulo, como a nova fábrica do Cotonifício Guilherme Giorgio¹²⁶, que construiu mais de 100 casas no distrito de Vila Carrão. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, a firma de engenharia metálica Cobrasma também fundou sua fábrica em Osasco, a qual deu origem à Vila Operária Cobrasma, em 1944 (GUNN & CORREIA, 2005, p. 32).

Apenas a partir das décadas de 1940 e 1950 as indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital alcançaram desenvolvimento significativo. Decca (1991) expõe que: *“a produção industrial*

¹²⁶ Atualmente, a fábrica encontra-se fechada, mas cerca de 10 casas da vila ainda permanecem no local, apesar de alteradas (Gunn & Correia, 2005, p. 32).

no Brasil foi levada a cabo, até os anos (19)30, com capital nacional, tendo o capital estrangeiro sido empregado principalmente no setor de serviços urbanos e transportes, no setor bancário, no comércio de exportação. O capital estrangeiro, inglês por excelência até o final dos anos (19)20, financiava também empreendimentos governamentais e investimentos públicos” (DECCA, 1991, p.5-6).

Imigração, expansão urbana e carência de moradia operária em São Paulo:

O núcleo urbano de São Paulo foi iniciado dentro de uma colina cercada por uma região de várzeas ribeirinhas entre os rios Tietê e Tamanduateí. A partir da década de 1870, com o processo de urbanização acelerado e a instalação de estradas de ferro, as regiões de várzea (figura 494) foram sendo incorporadas ao centro da cidade. Vinte anos após, já se configurava na cidade uma divisão que seria definida nas duas primeiras décadas do século XX: na parte elevada, na colina, os bairros de maior poder aquisitivo e na parte baixa, na várzea, os bairros operários pobres e insalubres (DECCA, 1983, p. 4).

Figura 494 - Várzea do Carmo (Autor: Arnaud Pallière).

A vida cotidiana também se transformou:

“À herança cultural dos antigos moradores soma-se a atuação dos imigrantes, donos de mentalidade diversa, mais acostumados à indústria. Os novos transportes urbanos, por sua vez, dão uma velocidade maior aos deslocamentos dentro da cidade, incorporando-lhe cada vez mais espaço. Surgem necessidades que impulsionam as transformações da cidade e suas habitações (...). Com necessidades e anseios mais amplos, são os alemães e, depois, os italianos os primeiros construtores a influir nessa transformação. (...) As plantas das casas modificam-se nesse período em consequência das transformações na maneira de se satisfazerem as funções da habitação: diminuem os pés-direitos, reduzem-se as alturas das janelas e das portas, economizando tijolos. É o início da transformação da casa paulista, da criação de uma habitação apropriada à nova sociedade industrial surgida em São Paulo, criada pelo café, pela estrada de ferro, pelos imigrantes, pela indústria, pelo transporte urbano e pelos novos meios de comunicação” (DIAS, 1989, p. 34).

Para Rolnik (2001) *“A grande transformação que ocorreu na cidade do café foi, sem dúvida, a configuração de uma segregação espacial mais clara: territórios específicos e separados para cada ati-*

vidade e cada grupo social. Isso se deu por meio da constituição de bairros proletários e dos loteamentos burgueses, da apropriação e reforma do centro urbano pelas novas elites dominantes e da ação discriminatória dos investimentos públicos e regulação urbanística” (ROLNIK, 2001). Dentro da cidade de São Paulo, o operariado industrial e urbano estava mesclado à população pobre nos ‘antigos bairros operários’ e nos bairros novos que se formavam com a expansão urbana (DECCA, 1987).

Figura 495 - Estação da Luz em São Paulo (Fonte: <http://amigosdacptm.blogspot.com.br/>).

Figura 496 - Imigrantes indo para São Paulo, iriam desembarcar na Estação da Luz (Fonte: www.skyscrapercity.com/).

A industrialização paulista contribuiu efetivamente para o crescimento da população urbana, pois muitos trabalhadores rurais passaram a deixar o campo em busca de empregos nas novas fábricas ou nas companhias ferroviárias (figuras 495 e 501) que se instalavam além da capital, pelo interior paulista, interessadas no escoamento da produção agroindustrial. A partir da aceleração do incremento populacional de São Paulo, estruturou-se um dinâmico mercado de trabalho que exigiu moradia de baixo custo. *“As mudanças ocorridas nas relações de produção das fazendas de café, com a adoção de mão-de-obra assalariada, ocorreram ao longo dos anos (18)80, intensificando-se a partir de 1886 com a chegada em massa de imigrantes”* (BONDUKI, 2004, p. 17). Segundo Decca (1983):

“do total de trabalhadores, mais de 55.000 seriam autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas, chauffers (motoristas), carroceiros e condutores de veículos de tração animal, e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, portanto: operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de ‘fundo de quintal’... As relações de trabalho na capital do estado de São Paulo já eram bastante complexas nessa época” (DECCA, 1991, p.5-6).

O surto de expansão econômica na capital paulista a partir da década de 1880, acompanhado de uma grande diferenciação das funções urbanas, foi insuficiente para acomodar permanentemente uma parcela significativa da população pobre desempregada, nas tarefas capitalistas. Borges Pinto (1994) afirma que o crescimento da capital paulista foi devido: a sua consolidação como o grande centro capitalista agenciador de atividades agrícolas; seu caráter como pólo de integração regional; a sua afirmação como mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços; e a absorção de imigrantes subsidiados ou não, que permaneceram na cidade. A cidade de São Paulo sofreu repercus-

sões diretas da política imigratória da burguesia rural do Oeste Paulista, uma vez que estava devidamente integrada às necessidades da economia cafeeira, com a criação de uma excessiva oferta de pagamento que procurava rebaixar o salário rural.

“A desproporção entre o aumento das oportunidades de emprego e o vertiginoso crescimento demográfico da cidade, com o afluxo de imensas levas de imigrantes e, conseqüentemente, a consolidação de uma sociedade cuja maioria de seus habitantes, trabalhadores pobres, sobrevivia miseravelmente dos poucos recursos provenientes do trabalho temporário e flutuante, deve ser entendida como uma determinação estrutural da política econômica de uma fração da classe dominante, entre outros fatores” (BORGES PINTO, 1994, p. 33-34).

As atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro ganharam maior dinamismo neste período, sendo que o comércio de produtos importados implantou-se de forma diversificada, enquanto que o sistema bancário foi consolidado com a Reforma Bancária aliada ao Encilhamento do início dos anos 1890. Bonduki (2004) afirma que na capital paulista, a indústria teve seu primeiro surto entre 1885 e 1890, e com a instalação em 1886 da Hospedaria dos Imigrantes no bairro do Brás, a cidade de São Paulo transformou-se em centro distribuidor de trabalhadores oriundos de outros países para o todo o Estado, sendo que aparentemente, muitos preferiram ficar na cidade onde as oportunidades de colocação eram maiores¹²⁷. Para Fausto (1977) *“é provável que o fluxo rural-urbano no estado tenha ocorrido já na última década do século (XIX), logo após o fim dos primeiros contratos de formação do café. Seja como for, a formação da capital como centro integrador regional se deu na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o conseqüente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários”* (FAUSTO, 1977 apud BONDUKI, 2004, p. 18).

349

A imagem de metrópole triunfante e enriquecida estava afinada às novidades europeias, segundo Marins (2004), não apenas pela arquitetura, moda, formas de lazer, mas frequentemente na discrepância social e na pobreza que também caracterizaram todas as grandes cidades ocidentais no século XIX.

“Aqueles trabalhadores que não se enquadravam nos estreitos limites da economia formal, ou se rebelavam contra ela, as autoridades montavam rapidamente um rol de instrumentos policiais, que eram sempre insuficientes diante dos problemas orgânicos da cidade. Mas, para além de uma simples ideia de espaço urbano pautado pela dominação, a cidade de São Paulo foi também o espaço das ações e resistências dos grupos sociais. A grande quantidade de associações, entidades filantrópicas, clubes, igrejas e jornais indica a capacidade de organização institucional num meio ainda difícil ou hostil aos estrangeiros. Tais iniciativas acabariam por consolidar o caráter múltiplo das identidades paulistanas, compondo com os grupos sociais já residentes o fascinante mosaico populacional e cultural que nascera com a conexão rápida ao exterior e aos interiores paulistas permitida pela chegada dos trens à velha cidade, cuja fisionomia começava a transformar-se bruscamente” (MARINS, 2004, p. 63).

¹²⁷ A cidade de São Paulo possuía 26.040 habitantes em 1872, sendo a nona capital brasileira, passando a condição de segunda em população em 1900. Entre 1892 e 1910, teve um aumento populacional de 764%, saltando de 31.385 para 239.820 habitantes, passando a 580.000 em 1920. Decca (1991) destaca que na cidade de São Paulo, por exemplo, em meados da década de 1920 as estatísticas apontavam que havia 203.736 operários trabalhando em 3.629 fábricas e estabelecimentos industriais (Decca, 1991, p.5-6).

No final do século XIX, São Paulo recebeu cerca de 900 mil imigrantes, na maioria, provenientes da Itália¹²⁸ dos quais mais de 100 mil eram operários nas recém-criadas fábricas paulistas, principalmente têxteis e alimentícias. *“O operário ou o industrial, assim como o ex-escravo subempregado são figuras novas na cidade; seus espaços de moradia e trabalho serão novos também. Nesses espaços se desenvolvem os campos relacionais dos grupos sociais em questão, com sua rede de relações políticas: os conflitos e disputas, as solidariedades e alianças, a dominação e submissão, a revolta e a violência”* (ROLNIK, 1983; 2001).

O crescimento da população, estimulado pela imigração maciça,

“não foi, como aliás, não seria ao longo do século XX, acompanhado de experiências eficazes de planejamento urbano, nem mesmo de instrumentos capazes de planejamento urbano, nem mesmo de instrumentos capazes de suavizar os grandes contrastes sociais vividos pela capital paulista. O formidável encontro de etnias e referências culturais que passou a marcar a cidade desde fins da década de 1860, uma experiência cosmopolita como poucas em todo o planeta, conviveria, portanto, com a violência urbana, as péssimas condições de moradia e de saúde pública, a exploração do trabalho, tudo mesclado com a implementação de instrumentos de exclusão espacial e de coerção pública” (MARINS, 2004, p. 62).

Cornejo & Gerodetti (1999) afirmam que não é difícil imaginar o quanto a presença dos imigrantes mudou a fisionomia de São Paulo com Línguas diferentes, novos hábitos, formas de sociabilidade inusitadas, organizações populares, movimentos políticos e culturais, influenciados pelas experiências europeias, espalhados pelas ruas da cidade e formavam um caráter cosmopolita ¹²⁹ (Cornejo & Gerodetti, 1999). Entre tantas etnias foi principalmente a influência italiana que marcou a vida dos paulistanos segundo Ernani Silva Bruno: *“Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. Não sei se a Itália o seria menos em São Paulo. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões”* (SILVA BRUNO, p. 1954 *apud* LEMOS, 2001, p. 9).

Os trabalhadores igualados e homogeneizados pela estatística do ‘Recenseamento operário da capital’ de 1927 por sua ‘condição operária’ eram na maioria imigrantes e filhos de imigrantes na capital paulista, vista por observadores como cidade ‘estrangeira’. Decca (1983) afirma que *“a classe trabalhadora seria ‘estrangeira’ mesmo nos anos trinta (1934) e a população dos bairros operários ‘branca’, apresentando pequena porcentagem de mulatos e negros (3%), de acordo com pesquisas feitas com 2.700 famílias de diferentes ‘camadas sociais’. Mulatos e negros integrariam um ‘grupo baixo, composto de indivíduos semidependentes’, ocupando neste, a porcentagem de 27%”* (DECCA, 1983, p. 3).

A inserção de sucessivas levas de uma população pobre contribuiu significativamente para ampliar os índices de miséria urbana de São Paulo, pois a imensa corrente imigratória favoreceu mais a pobreza que a prosperidade dos imigrantes, no princípio. Borges Pinto (1994) afirma que *“a grande*

¹²⁸ Depois, vieram os sírio-libaneses e, a partir de 1908, os japoneses (Rolnik, 1983; 2001).

¹²⁹ Decca (1983) destaca que *“apesar da excessiva preocupação com a constituição de uma nação realmente brasileira, que percorre, aliás, todas as pesquisas sobre a ‘população paulistana’ realizadas na década de 1930 pelo departamento de Cultura, a cidade de São Paulo nos fins dos anos vinte e inícios dos anos trinta, mostra-se como um centro industrial, operário e ‘estrangeiro’: os italianos, seus filhos e netos sendo majoritariamente trabalhadores industriais. A xenofobia, fato consumado nas primeiras décadas do século XX, principalmente em relação ao trabalhador no Estado de São Paulo, ainda percorre relatos da mais diferente natureza no decorrer da década de 1930”* (Decca, 1983, p. 3).

imigração, ao colocar em marcha imensas levas de imigrantes pobres para a cidade de São Paulo, mercado de contratação de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, sem levar em conta as profundas limitações de emprego na economia local, contribuiu para a acumulação repentina de uma grande população desprovida dos mínimos recursos de subsistência na área urbana” (BORGES PINTO, 1994, p. 37).

Em um primeiro momento, segundo Rolnik (1983), a quase totalidade da população paulistana ocupava, de forma densa, o sítio original de São Paulo, em áreas como Luz ou Santa Ifigênia, onde passaram a se concentrar habitações coletivas, ao lado das casas isoladas de pequenos proprietários urbanos. Os primeiros bairros além no núcleo original, como o Brás (figura 497), Bexiga (figura 498) ou Barra Funda misturavam grupos sociais em seu território, entretanto já se iniciava o esboço da formação de bairros mais homogêneos ou exclusivos, como Higienópolis, Campos Elísios e imediações da Avenida Paulista (ROLNIK, 1983, p. 114).

Figura 497 - Brás do início do séc. XX: fábricas e casas misturam-se, criando uma paisagem, paralelamente suburbana e industrial, da metrópole paulistana (Fonte: Divisão Iconográfica/PMSP - CUT).

Figura 498 - Bairro do Bexiga em 1900. Atual Av. 9 de julho (Fonte: <http://saudadesampa.nafoto.net/>).

Na capital Paulista, a ocupação de bairros com predominância operária ocorreu com a presença de imigrantes italianos e trabalhadores oriundos da zona rural, inclusive escravos libertos. A maioria dos moradores era constituída de operários das indústrias da cidade de São Paulo estabelecidos em loteamentos populares que se localizavam distantes do centro, em terrenos acidentados ou várzeas, sob a complacência das autoridades, as quais se preocupavam somente se os arruamentos eram em formato hipodâmico e com ruas de 16m de largura (LEMOS, 1975). Nesse período verificava-se uma grande quantidade de habitações coletivas de aluguel junto às habitações isoladas de pequenos proprietários, de fazendeiros ricos ou dos novos industriais, no sítio original de São Paulo, entre os vales do Anhangabaú e Tamanduateí e nas áreas da Luz e Santa Ifigênia (Piccini, 2004, p. 27).

A localização espacial da relação entre classes e trabalho possibilitou esse tipo de configuração segregacionista, que não é uma característica específica de São Paulo. Esses bairros ditos operários eram em geral mistos, com residências e indústrias, onde os industriais permutavam terrenos com a Prefeitura ou compravam terrenos baratos na várzea, pelo menos até 1915. Os terrenos eram lote-

ados para a construção de unidades habitacionais direcionadas aos operários, configurando um negócio altamente lucrativo. Decca (1983) considera que *“os industriais ou buscavam situar os operários próximos às indústrias ou, inversamente, colocaram as indústrias em locais densamente habitados pela população mais pobre em função dos preços mais baixos das habitações dos bairros de várzea ou de bairros altos, mas distantes, sem quaisquer melhoramentos (o bairro da Casa Verde é um dos exemplos)”* (DECCA, 1983, p. 5).

Figura 499 - População em meio às obras de instalação dos bondes em São Paulo (Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo).

Figura 500 - Trabalhadores em bondes no início do século XX em São Paulo (Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo).

352

Os bairros operários mais antigos se constituíram próximos às novas linhas de bonde (figuras 499 e 500) ou das estações ferroviárias e ao longo das antigas estradas rurais: Brás, Mooca, Belém, Belenzinho, Lapa, Água Branca, Barra Funda, Santana, Luz, Bom Retiro, Vila Mariana, Cambuci e Ipiranga; enquanto que os bairros centrais como Bexiga, Bela Vista e Liberdade ganharam cortiços. O Bairro da Bela Vista, mais conhecido como Bexiga, cresceu sem qualquer planejamento, com as plantas das casas riscadas no chão e a construção das paredes levantadas a partir deste desenho; já o Bairro do Brás foi ocupado por trabalhadores atraídos pelo trabalho oferecido pelas fábricas, e também pelas ofertas de terrenos baratos na várzea. Segundo Petta (1995) os dois casos citados apresentam elementos comuns a todos os bairros operários criados a partir do final do século XIX nas cidades que se industrializaram: localização em sítios com terrenos baratos; ocupação por grupos de operários com predominância de imigrantes recém-chegados, ex-escravos e imigrantes que deixavam a lavoura para trabalhar nas cidades; além da proximidade das fábricas. Dentre essa população, os trabalhadores com poder aquisitivo definido, mesmo que pequeno, tiveram oportunidade de morar com alguma dignidade em casas próprias ou alugadas (LEMOS, 1975; DECCA, 1983, p. 5; PETTA, 1995, p.16).

Esta população mal remunerada e trabalhadora de São Paulo não se compunha somente pela classe operária:

“Muitos destes podem ser pobres, porém, estão integrados a atividades regulares e às comunidades estabelecidas (como os bairros operários). Trata-se de uma população marginalizada, provavelmente vivendo em áreas deterioradas (como a Várzea do Carmo) ou distantes do núcleo central e que sobrevive de serviços eventuais, certamente mal remunerados. (...) Ou seja, são

trabalhadores manuais sem qualquer qualificação e que sobrevivem nas franjas da economia urbano-industrial em expansão” (SAES, 2004 apud FREITAS, 2005, p. 29).

Figura 501 - Várzea do Carmo, provavelmente do século XIX. Ladeira Porto Geral à esquerda ao fundo. A várzea propriamente é o que hoje ocupa a Rua 25 de Março (Fonte: <http://historia-e-estorias.blogspot.com.br/>).

Figura 502 - Várzea do Carmo em São Paulo (Autor: Rosenhain & Meier, São Paulo).

Na capital paulista, Dias (1989) reconhece um encantamento:

“causado pela máquina e os sonhos de riqueza e prosperidade criados pela indústria, assim como o ‘progresso material’, maravilham os pensamentos da época. A máquina e a indústria, com sua magia, pasmam os habitantes da cidade tanto quanto os entusiasmas as novidades europeias. É a época em que se buscam, na Europa e nos Estados Unidos, soluções mágicas para todos os problemas. A cidade procura se tornar o mais europeia possível; seus habitantes prestigiam e procuram imitar hábitos e costumes importados. A indústria que, na Europa, havia conduzido à busca de estilos históricos ou à negação da máquina prestigia no Brasil, a princípio, os hábitos estrangeiros (...)” (DIAS, 1989, p. 33).

353

Dias (1999) informa que mesmo a solução para os novos problemas habitacionais se via sob essa influência e cita como exemplo o texto da Lei nº 1098 de 8 de julho de 1908, que concedia favores para a construção de casas operárias, a qual diz em seu art. 30: *“A Câmara Municipal, em representação ao Congresso Federal, pedirá, além de outros favores, que ele julgar convenientes (...) a indivisibilidade dessas casas de acordo com as leis francesas de 21 de setembro de 1895 e 30 de novembro de 1904” (DIAS, 1989, p. 33).*

De maneira geral, segundo Reis Filho (1994), é possível reconhecer nos planos urbanísticos da época uma influência da reforma de Paris, conduzida pelo Barão de Haussmann:

“(...) nas chamadas vilas operárias, junto às fábricas ou implantadas como empreendimentos independentes, podemos reconhecer a influência de certas proposições de reforma social europeia, como dos utopistas franceses e ingleses. Mas por trás de seus discursos de reforma social e assistencialismo e por trás de alguns modestos equipamentos de uso coletivo, escondia-se uma intensa atividade comercial e imobiliária que, em sua época, assegurou aos investidores excelente retorno em suas aplicações” (REIS FILHO, 1994, p. 25).

No início do século XX, Dias (1989) destaca que as transformações se sucediam rapidamente:

“A cidade cresce rapidamente. As construções de taipa vão sendo derrubadas (figura 503) e outras novas vão surgindo (figura 504). Mas os problemas da cidade industrial também emergem, e muito mais rapidamente do que na Europa. Aparecem atividades novas: cinema, compras, indústrias nos novos bairros. Os códigos de pequena cidade provinciana vão sendo transformados, tentando o caminho à procura de um verdadeiro planejamento” (DIAS, 1989, p. 33-34).

Figura 503 - Demolições no centro de São Paulo em 1889 iniciaram o processo de rompimento no triângulo tradicional e expansão para o eixo do Viaduto do Chá (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 504 - Estatística de construções em São Paulo comparada ao Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX (Fonte: Segawa, 2004).

Ao longo da década de 1920 e início da década de 1930, os bairros proletários mantiveram muitas de suas características iniciais, a despeito da renovação urbana que se implantava nas áreas mais centrais (figuras 505 e 506) e do rápido crescimento. Decca (1983; 1991) comenta que as cidades e principalmente as capitais brasileiras que se expandiram com o desenvolvimento da indústria e do comércio, passaram a dispor de certa infraestrutura urbana em seus centros comerciais e administrativos e nos bairros residenciais mais ricos. No entanto,

“além dos bairros residenciais ricos e de classe média, havia os chamados bairros industriais e operários, bairros mistos de residências operárias e fábricas e indústrias; ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgotos, etc.(...) Congregado nestes bairros, o operariado industrial e urbano enfrentava problemas e situações cotidianas semelhantes. Vida promíscua e perniciosa, no entender de alguns. Vida difícil, de qualquer maneira” (DECCA, 1991, p. 6).

Figura 505 - Teatro Municipal e Viaduto do Chá em 1911 (Fonte: <http://daniellathompson.com/>).

Figura 506 - Avenida São João em São Paulo na década de 1920 (Fonte: <http://www.pictus.com.br/>).

Em São Paulo, uma comissão da Prefeitura da capital, foi encarregada em 1927 de estudar o problema da habitação, a qual recomendou a não-intervenção estatal, por considerar que a ação afastaria os investimentos da iniciativa privada. *“A comissão julga dever aconselhar a máxima circunspeção na ação direta do poder público na construção de casas populares, procurando incentivar por todos os meios ao seu alcance a iniciativa privada... O simples anúncio de que o poder público irá construir alguns milhares de casas a que serão oferecidas por preços e aluguéis fixos será o bas-*

tante para afastar automaticamente os capitais particulares que anualmente se empregam em construções” (A quanto monta a Deficiência do Alojamento em São Paulo *in*: Revista do Arquivo Municipal, nº 82, 1942 *apud* BONDUKI, 1983, p. 164).

Na década seguinte, segundo Bonduki (1983) começaram a aparecer apelos insistentes no sentido da criação de condições para que o trabalhador pudesse adquirir casa própria, em especial, nos discursos do Ministério do Trabalho. *“Aqui a preocupação não é só possibilitar um rebaixamento salarial pela diminuição ou eliminação do item habitação da cesta de consumo do trabalhador, mas também difundir a propriedade, base da estabilidade social, aliada do conservadorismo e símbolo de que o pacto social retribui as classes trabalhadoras”*. A primeira intervenção estatal¹³⁰ concreta na promoção de habitação popular foi a criação e regulamentação das carteiras prediais dos Institutos de previdência em 1937, embora, segundo Bonduki (1983), a distribuição de um número reduzido de unidades tenha obedecido a critérios de clientelismo político e boa parte das moradias tenha sido posteriormente alugada. *“Muito mais importante do que a presença e a participação de órgãos estatais na produção direta de moradias, no entanto, foi a tentativa de institucionalizar um novo padrão de habitação e de alterar o consenso de que o operário só pode morar em casas alugadas e de que não tem acesso à casa própria”*. Outras importantes ações governamentais, com o objetivo de reduzir as más condições de sobrevivências e habitabilidade operárias, foram a fixação do salário mínimo e a Lei do Inquilinato, que congelou os aluguéis em 1942, visando a princípio, rebaixar a porcentagem do gasto do operário com a habitação (BONDUKI, 1983, p. 145).

A participação de cada um dos elementos humanos na produção e no lucro se revela com bastante clareza no processo de crescimento de uma indústria. Segundo Blay (1985):

“Uma pequena fábrica vai passando de um proprietário para outro, enquanto que o trabalhador vai sendo transferido de umas mãos para outras, como qualquer uma das máquinas. De seu trabalho vai resultando o crescimento do empreendimento, o qual vai cada vez mais se desenvolvendo. Ele continua trabalhando, oferece mais trabalho em troca de uma casa próxima à fábrica e de aluguel relativamente mais baixo, para finalmente chegar ao fim da vida com a ínfima aposentadoria e sem nenhuma casa” (BLAY, 1985, p. 296).

Cotidiano operário de São Paulo

Ainda no final do século XIX, a maior parte dos trabalhadores em São Paulo era constituída por agricultores nas lavouras, que viviam nas colônias das fazendas ou em pequenos núcleos urbanizados na zona rural. A partir do processo de industrialização paulista, passou a ocorrer gradativamente o êxodo rural, aumentando a população urbana com o aparecimento de um novo tipo de trabalhador: o operário fabril. Os primeiros operários tinham basicamente duas origens: trabalhadores do campo que deixavam as fazendas, inclusive os escravos libertos; e os imigrantes europeus em busca de trabalho e melhores condições de vida, comparado às condições da Europa daquele período.

¹³⁰ Anteriormente, eram promovidas apenas intervenções estatais, como a Vila Hermes no Rio de Janeiro, na década de 1910 (Bonduki, 1983, p. 145).

Figura 507 - Funcionários da Maria Zélia
(Fonte: Blay, 1985).

Figura 508 - Fábrica de chapéus Monzini & Schiffini em 1900
(Fonte: Campos; Gama; Sacchetta, 2004).

Os operários industriais (figuras 507 e 508) no Brasil da Primeira República não eram considerados iguais aos demais 'cidadãos livres'. Apesar do alto crescimento relativo verificado entre 1889 e 1920, o operariado fabril ainda constituía uma parcela restrita da população brasileira e estava, em geral, excluído de uma participação civil ou política nas instituições da sociedade capitalista republicana, como também a grande maioria das massas populares. Formado, na maioria, por analfabetos e estrangeiros, o direito de votar e ser votado nas eleições oficiais praticamente inexistia para o proletariado. Os partidos políticos vinculados à classe operária estavam virtualmente condenados à ilegalidade e os sindicatos dos trabalhadores ainda não eram reconhecidos pelo Estado (reivindicação de vários congressos operários). Apesar disso, fora dos períodos de estado de sítio, a vida sindical e a imprensa operária eram toleradas pelo regime político, não havendo uma repressão direta a essas associações, a não ser em períodos de greves e outras manifestações (MORAES, 2003).

356

Figura 509 - Acendedores de lampião (Fonte: www.bargaspar.com.br/).

Figura 510 - Ensacadores de café no Porto de Santos
(Fonte: www.portogente.com.br/).

A grande massa de imigrantes da classe trabalhadora, geralmente ocupava-se também do setor terciário, considerado por Vêras (1994) um setor elástico, sujeito a flutuações cíclicas. Havia um número notável de pequenos assalariados, consumidores dos bens e serviços, dependendo das oscilações do poder da burguesia e seus orçamentos familiares. No período, constavam inúmeras ocupações, como: acendedores de lampião (figura 509), motorneiros de bonde, guardas de quartirão, coletores de lixo público e das casas, praças da força policial do Estado, desinfetadores de mictórios e logradouros públicos e das casas contaminadas, além dos ensacadores de café (figura

510), covoqueiros, serviços domésticos; e os autônomos e o trabalho informal ligados ao artesanato em geral (VÉRAS, 1994, p. 613).

No período da Primeira República as condições de trabalho, moradia e cotidiano dos proletários nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, eram de difícil situação, uma vez que havia muita miséria, baixos salários e ambientes pouco saneados. A fase de primeira formação da classe operária brasileira ocorreu nos últimos anos do século XIX a partir da expansão da economia cafeeira, conforme Fausto (1977). O avanço da economia capitalista de exportação gerou condições para constituição de um núcleo de trabalhadores de serviços e preencheu os requisitos para a constituição do proletariado fabril (FAUSTO, 1977, p. 13-14 *in*: CARVALHO, 2009, p. 207).

Figura 511 - Operários da Martins Ferreira & Cia., fábrica de ferraduras em São Paulo (Fonte: Nosso Século, 1985).

Figura 512 - Mulheres cumpriam jornadas cansativas com salários inferiores aos dos homens (Fonte: Nosso Século, 1985).

357

Apesar das conquistas de direitos dos operários europeus, nas primeiras décadas do século XX, as poucas leis brasileiras que regulavam as relações de trabalho não eram respeitadas e a jornada de trabalho podia variar entre 10 a 14 horas de trabalho diário. Era comum o trabalho aos sábados e manhãs de domingo, com salários excessivamente baixos e insuficientes para o sustento de uma família, obrigando mulheres e crianças a trabalhar. Não havia salário mínimo estabelecido, seguro para doença ou acidente de trabalho, nem licença médica ou aposentadoria. Em caso de afastamento por acidente de trabalho ou doença, mesmo decorrente das condições de trabalho, o salário era suspenso, obrigando muita gente a trabalhar doente ou em condições de invalidez (BOSI, 1985, *apud* PETTA, 1995, p. 22-23).

O ambiente fabril (figuras 511 e 512), como destaca Rolnik (1983), formado por *“longa fila de máquinas geometricamente ordenadas sob um olhar vigilante, tem, na organização racional de seu espaço, a lógica de produção: cada um no seu lugar, sozinho, repetindo gestos mecânicos; trabalho coletivo heterônomo, submetido ao capital”* (Rolnik, 1983, p. 114). Sobre o trabalho dentro das fábricas, a situação era difícil, já que as condições eram miseráveis, com turno de 10 horas ou mais, baixos salários, trabalho infantil e diversos tipos de abusos. Na fábrica do Ipiranguinha, em Santo André, um trabalhador descreve que havia um engenhoso sistema de exploração múltipla, *“com a casa, com a venda de gêneros e com a oficina - quase toda exploração burguesa reunida - iremos*

encontrá-la noutras penitenciárias industriais e agrícolas deste abençoado país!” Ao lado disso, juntemos as condições precárias de higiene ‘do presídio e o feroz autoritarismo ali reinante’ (PINHEIRO & HALL, 1994, p. 52 *apud* CARVALHO, 2009, p. 205-206).

Figura 513 - Operários do Cottonificio Crespi no Brás
(Fonte: <http://megacidades.blogspot.com.br/>).

Figura 514 - Saída de operários na Votorantim
(Fonte: Acervo AEL).

A vida nas fábricas não era fácil, como descreve o sr. Amadeu à Bosi (1985): *“Nesse tempo, às sete e meia da manhã era a entrada; às onze e meia o almoço; ao meio-dia e meia a volta e às cinco horas a saída. Quem não respeitava o horário tinha que enfrentar uma multa. Havia muito extraordinário, horas em que a gente trabalhava depois que tinha terminado as horas do dia. Trabalhávamos até meia noite. Eu fazia muito extraordinário; a gente trabalhava até às cinco horas e depois pegava empreitada até meia noite, trabalhando”* (BOSI, 1985, p. 86).

Além da precariedade de condições de trabalho, os operários (figuras 513, 514 e 515) em alguns casos, estavam sujeitos a abusos físicos, onde em uma fábrica de vidro (figura 516), que também utilizava trabalho infantil. Penteado (2003) viu:

“certa vez, um vidreiro, furioso porque a peça ficara inutilizada, despedaçá-la na cabeça do malaventurado aprendiz, que berrava feito louco, pois os pedaços de vidro, ainda quente, penetraram-lhe pela camiseta adentro. E o monstro ainda ria, ao ver sua vítima pulando de dor... (...) O ambiente era o pior possível. Calor intolerável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças descalças. A água não primava pela higiene nem pela salubridade. (...) Havia sempre uns infelizes, os menos, de 7 ou 8 anos, que ficavam por último, pois não podiam enfrentar os maiores, que empregavam a força, tomando-lhes a dianteira da bica. Era a lei do mais forte” (PENTEADO, 2003, 117-121).

Assim como na Europa, segundo Petta (1995), o sistema das fábricas no Brasil, foi criado para padronizar e disciplinar o trabalho proletário e desta forma, o controle da disciplina era rígido com aplicação de multas e até de castigos corporais sobre faltas, atrasos, desperdício de matérias-primas ou quebra de máquinas (mesmo que o defeito fosse da própria máquina). Bosi (1985) também apresenta no relato do Sr. Amadeu que: *“um dourador foi laminar uma peça de ouro e ficou inválido. Não tinha indenização, ele continuou trabalhando mesmo com as deficiências físicas”* (Bosi, 1985, p. 86). Este controle disciplinar era feito por uma hierarquia de cargos onde os chefes de

seção, setor, encarregados e gerentes controlavam e fiscalizavam o operário sem especialização. Petta (1995) afirma que os conflitos que resultavam das diferenças salariais eram amortecidos pelas chefias, situadas entre o operário e o patrão, numa distância que não permitia a negociação direta com os capitalistas (PETTA, 1995, p. 2).

Figura 515 - Operários da Fábrica de Móveis Antonio Caputo em São Bernardo do Campo em 1926
(Fonte: www.memoriasindical.com.br/).

Figura 516 - Vidraria Santa Marina
(Fonte: www.santamarina.com.br/).

Em depoimento a Alfredo Cusano na década de 1920, o empresário Jorge Street explica sua estratégia para elevar lucros, ao mesmo tempo impedindo a emergência de uma consciência de classe entre os operários. Street relata que ao saber da intenção de seus funcionários em aderir à greve que já ocorria em São Paulo, participou de um evento realizado por sua mulher, onde provavelmente um operário aproveitaria a oportunidade para discursar convidando os colegas a aderirem à luta social. No entanto, antes que alguém se pronunciasse, o empresário se ergueu e perguntou a todos, se havia algum trabalhador descontente em sua fábrica. Diante do silêncio, afirmou a existência da união entre os operários, dizendo:

“E ainda que houvesse alguma coisa que nos dividisse, aqui há um elo inatingível entre nós, um elo que fará sempre, em qualquer caso, desaparecer mal-entendidos e malquerenças entre nós - são os vossos filhos. Assim dizendo, tomei dos braços de uma operária que estava próxima a mim, o seu filho lactante - um daqueles que vinham sendo nutridos e educados em nossa creche - e mostrei a criança à multidão. Um longo aplauso ressoou pela sala e todos os olhos brilharam de comoção, muitos choravam”. No dia seguinte, segundo seu depoimento, a fábrica voltou a funcionar melhor ainda (MORAES FILHO, s/d apud RAGO, 1997, p. 179; 180).

Os poderes circulavam em todos os espaços de sociabilidade do trabalhador, além da fábrica, também na habitação, na escola, na creche (figuras 517 e 518), no armazém, na igreja ou no teatro. Rago (1997) relata que *“do trabalho ao lazer, nenhum intervalo é esquecido por esta penalização diária e difusa da existência. Além dos regimentos internos de fábrica, já analisados, os operários devem obedecer aos regulamentos externos que estipulam as normas de conduta de cada um, em cada espaço e em cada momento, complementando a empresa de constituição dos ‘soldados do trabalho’ para além dos muros da produção”* (Rago, 1997, p. 184). Dentro dos limites da fábrica (figura 519), os operários eram vigiados e penalizados por situações corriqueiras, segundo denunciava o periódico ‘A Terra Livre’: *“(...) Os operários que são encontrados conversando particularmen-*

te com uma moça, ou são despedidos, ou obrigados a casar. Quem rir dentro da fábrica é multado” (A TERRA LIVRE, 5/10/1907 *apud* RAGO, 1997, p. 185).

Figura 517 - Creche da Brasital em Salto
(Fonte: <http://leituraspossiveis.blogspot.com.br/>).

Figura 518 - Refeitório da Creche da Maria Zélia
(Fonte: Arquivo família Street).

Sobre as fábricas de tecido do interior do Estado, como a Santa Rosália em Sorocaba (figura 520), Penteado (2003) recorda que os operários:

“mal chegavam a ver o sol, pois iam para a fábrica às 5 horas da manhã e de lá voltavam somente às 20 horas. O magro salário que percebiam era consumido pelo ‘armazém’ da empresa, sendo-lhes proibido adquirir gêneros na cidade, ou em outra parte qualquer. (...) Nas fábricas de vidros, o regime não era muito melhor. Serviço insalubre, horários que variavam de acordo com as circunstâncias, dias perdidos, faltências, dispensas por motivos fúteis, ao sabor do temperamento dos patrões ou de seus prepostos. Se o operário reclamasse algo, ouvia logo esta frase: - Se não está satisfeito, passe pelo escritório e vá buscar a sua conta. Conta que, geralmente, era paga bem depois da data da despedida” (PENTEADO, 2003, p. 125-126).

Figura 519 - Fábrica da Cia. Antártica em Ribeirão Preto
(Fonte: www.revive.com.br/gerais/pioneirismo-cultural-610/).

Figura 520 - Fábrica Santa Rosália em Sorocaba (Fonte: www.sorocabaglobalizada.com.br/conteudo/historia).

Penteado (2003) continua suas recordações sobre o cotidiano fabril relatando as péssimas condições sanitárias e o comportamento arbitrário dos patrões:

“Não havia instalações sanitárias, apenas fossas ou... o mato. Onde houvesse latrinas, os meninos, à hora da saída, eram obrigados a limpá-las, isto é, fazer faxina, como nos quartéis. Para isso, os porteiros não os deixavam sair, antes de cumprida tal ‘obrigação’. Muitas vezes, os meninos atacavam o porteiro a pedradas e pulavam o muro, fugindo pelos capinzais que circundavam as fábricas. (...) Devido à falta de higiene e de métodos preventivos, as moléstias contagio-

sas, principalmente as brônquio-pulmonares, a sífilis, ceifavam vidas ainda jovens. (...) O analfabetismo e a ignorância campeavam entre as massas. Ler e escrever eram privilégios dos ricos. E desse estado de coisas tinham origem muitos outros males. Casos de patrões que seduziam operárias eram comuns nas fábricas e nos estabelecimentos comerciais. Muitas das vítimas, embora honestas, cediam, ante o fantasma do desemprego e, consequência deste, da fome” (PENTEADO, 2003, p. 126).

Figura 521 - Seção Limpa-fitas das Indústrias Matarazzo, c. 1920 (Fonte: Campos; Gama; Sacchetta, 2004).

Figura 522 - Seção e malharia das Indústrias Matarazzo, c. 1920 (Fonte: Campos; Gama; Sacchetta, 2004).

A rotina desgastante (figuras 521 e 522) e os infortúnios cotidianos levaram a classe operária a se mobilizar fazendo aparecer algumas manifestações que no decorrer dos anos notabilizaram o conjunto de trabalhadores. Segundo Rosa (2007):

“seus hábitos viriam caracterizar sua cultura, contribuindo desta forma para a tão esperada unidade operária. Pois, de um lado, o cotidiano os oprimia e colocava frente a frente atores sociais (no caso patrões e operários) com interesses conflitantes. Por outro, as iniciativas operárias para além de seus espaços profissionais mostraram sua eficácia e revelaram a capacidade de interação desses sujeitos sociais, criando força para se confrontar com as investidas patronais e o mecanismo capitalista que viam no trabalhador um instrumento de constante exploração” (ROSA, 2007, p. 2).

361

Nesta época apareceram em São Paulo os ‘agitadores’. Penteado (2003) recorda que:

“Muitos deles eram italianos, livres pensadores, anticlericais, socialistas ou anarquistas, que passaram logo a doutrinar os trabalhadores, procurando despertar nestes a consciência de classe, incutindo-lhes o espírito de reivindicação. Certos ou errados, bastante contribuíram na luta em favor dos oprimidos, amedrontando os patrões e alertando os governantes que, embora bem mais tarde, foram obrigados a decretar algumas leis, nem sempre cumpridas (...), mas que já constituíam um passo a frente. (...) Os agitadores estrangeiros eram expulsos do país. Quanto aos nacionais, tornava-se mais fácil: ficavam apodrecendo nas masmorras, percorrendo a via-sacra dos calabouços distritais do Cambuci e da Rua sete de Abril, apanhando a valer, ou metidos num trem qualquer, que os atirava a alguma região inóspita e insalubre de fim de linha (...).” (PENTEADO, 2003, p. 127-129).

Sobre as precárias condições de vida, a insatisfação do operariado contra tal situação foi agregada ao descontentamento geral, o que provocou inúmeras greves (figuras 523 e 524). As greves foram consequência de como as expectativas operárias por melhores condições de vida e trabalho eram muito pouco contempladas. A maior manifestação foi a greve geral de 1917, bandeira de luta dos operários aliada ao sentimento de solidariedade para com os companheiros, aparecia como a estratégia exemplar de ação direta, necessária para se garantir a conquista de melhorias para todos.

Antes desta greve geral, várias outras mobilizações ocorreram, quando os *“primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho”* (FAUSTO, 1977, p. 33). Carvalho (2009) afirma que nessa situação de contradição, os trabalhadores buscavam reivindicar seus direitos por mobilizações seja qual fossem suas orientações: socialistas, comunistas ou anarquistas (CARVALHO, 2009, p. 203).

Figura 523 - Protestos que tomaram conta de São Paulo em 1917 (Fonte: CPDOC/FGV apud Carvalho, 2009).

Figura 524 - Trabalhadores cruzam os braços em greve paulista (Fonte: CPDOC/FGV apud Carvalho, 2009).

A reação do operário diante da situação foi individual ou coletiva, segundo Carvalho (2009). No âmbito urbano, as greves se caracterizaram como um meio de ação direta dos trabalhadores visando melhorias nas condições do exercício de suas funções. As greves que congregavam muitas categorias atemorizavam as autoridades, que utilizavam a força policial, sempre atribuindo a agitação aos estrangeiros mensageiros de ideologias esquerdistas. *“No dia 12 de julho de 1917, padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light aderiam ao movimento grevista. A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada e o comércio fechou as portas. Os paulistanos jamais haviam presenciado um movimento de profunda convulsão social”*. A capital paulista entrou em caos (LOPREATO, 1997, p. 46 apud CARVALHO, 2009, p. 204).

Os movimentos operários (figura 525 e 526) contribuíram para expor as condições desumanas junto à sociedade. Carvalho (2009) destaca o regime de trabalho de uma tecelagem em São Paulo, na década de 1920, que ainda empregava meninas como aprendizes. Operários desta indústria escreveram um artigo no jornal ‘A Classe Operária’ que denunciava as condições às quais estavam submetidos:

“Estamos trabalhando 9 horas por dia. Desde 14 de fevereiro, quando principiou a crise de energia começaram a diminuir os dias de trabalho. Temos trabalhado só três dias semanais. Alguns companheiros trabalham noutras fábricas que possuem força em dias opostos. A miséria nos entra em casa. Passamos dias negros. (...) Trabalham conosco bastante meninas, como aprendizes. Com a saca na mão, para dar ao receber espulas, passam o dia numa roda-viva. Dentro dessa fábrica, como em todas as de São Paulo, existe uma verdadeira opressão, que nos humilha pesadamente” (A classe operária dentro da fábrica Maria Ângela In: A Classe Operária, 18 jun. 1925, p.1 apud PINHEIRO e HALL, 1994, p. 127-130).

Figura 525 - A primeira greve nacional, em 1º de Maio de 1907

(Fonte: Revista Ilustração Brasileira, SP).

Figura 526 - Grevistas no largo do Palácio em 1917

(Fonte: Campos; Gama; Sacchetta, 2004).

Os operários daquele período conviviam com situações comparadas ao regime da escravidão, que se dirigiam a embates e discussões e por isso organizaram um meio que proporcionava experiências coletivas e dava suporte para um segmento independente de amparo governamental e patronal. Na ausência de ambiente favorável para socialização e interação nos espaços profissionais, foram criadas associações de classe, sociedades beneficentes e Clubes Esportivos para a classe operária, onde os associados passaram a ter um *“universo propício para atenuarem seus problemas, suas agruras, bem como aproximar, consideravelmente, estes trabalhadores em torno de objetivos comuns”* (ROSA, 2007, p. 3).

Sociedades beneficentes foram um meio eficaz na criação de laços sociais em torno de um conjunto de trabalhadores que, frente às dificuldades, preconceitos e indiferenças, somadas ao descaso patronal em atender às necessidades de seus trabalhadores e o desinteresse do Estado em criar leis de amparo aos trabalhadores. Rosa (2007) afirma que:

“diante disto, as Sociedades Benéficas puderam dar voz e visibilidade àqueles que outrora eram apenas trabalhadores dispersos pela cidade e que com o advento de tais entidades o que era ‘dispersão’ passou a ser união e interação. A dificuldade individual passou a ser um problema coletivo, a reivindicação solitária ecoava e passava a ser uma solicitação da entidade. As ajudas entre alguns trabalhadores adquiriam corpo e eficácia, transformando a dificuldade de um em uma preocupação de todos. E este espírito de solidariedade e altruísmo fora essencial nestas entidades que, juntamente com seus membros, encontraram nas adversidades o seu acalanto” (ROSA, 2007, p. 8).

Nos ambientes coletivos os trabalhadores tinham oportunidade de expressão e manifestação e definiam como seus os espaços onde outros trabalhadores também compartilhavam suas experiências auxiliando diretamente na ‘construção’ da chamada classe operária. Para Thompson (1987):

“(...) uma classe existe (acontece) quando um grupo de homens que compartilham experiências comuns aprendem estas vivências em termos políticos e culturais - ou seja, são capazes de materializá-las em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. É no decorrer deste processo que se constrói uma identidade coletiva de interesses próprios a uma classe, distintos dos interesses de outras classes (...)” (THOMPSON, 1987 apud ROSA, 2007, p. 9).

As sociedades beneficentes se configuravam território exclusivo do operariado, onde os trabalhadores poderiam contar com auxílio material ou pecuniário, sendo uma prática comum a solidariedade e a fraternidade, parte integrante dos condicionantes do pertencer à classe, fazendo das ações co-

letivas sua marca cultural. O ambiente profissional gerou os trabalhadores e os espaços de sociabilidade e de solidariedade serviram para que os operários se reconhecessem como categoria.

“As Sociedades Benéficas, os Clubes Esportivos, os momentos de descontração, etc.; serviram de representações coletivas e definições de territórios que interferiu diretamente no cotidiano desses atores sociais, acentuando de maneira singular a importância do operariado. Sendo que era nestes espaços que percebíamos a identidade operária, pois mediante suas práticas e experiências comuns, os seus membros definiram (entender ‘definir’ como o processo de costumes e práticas compartilhadas frequentemente) aquilo que seria a cultura operária, auxiliando de maneira viva e intensa as manifestações dos trabalhadores” (ROSA, 2007, p. 16).

Ainda no início do século XX a vida operária era precária nas condições de trabalho e de habitação, uma vez que não havia legislação trabalhista, nem indenização por acidente de trabalho ou aposentadoria, e crianças faziam parte da força de trabalho, onde a maioria dos operários eram mulheres. Medidas intervencionistas foram tomadas pelo Governo Federal na década de 1930 para promover a regulamentação das condições de trabalho, por meio da qual se buscava a criação de uma base de cálculo econômico empresarial, livre de um mercado regido pela concorrência. No mesmo período, foi estudado o nível de fixação do salário mínimo, procurando encontrar na habitação um item de consumo que absorvia parte significativa dos salários dos operários, impedindo seu rebaixamento (NOSSO SÉCULO, 1985, p. 157; BONDUKI, 1983, p. 144).

A partir da década de 1930 o processo de sindicalização das sociedades beneficentes atrelou as entidades ao Estado, burocratizando manifestações que eventualmente os sindicatos realizassem. Esta imposição do governo Getúlio Vargas enfraqueceu a autonomia das entidades operárias, já que legalmente os anseios de uma categoria não poderiam sobrepor aos interesses do Estado, desta forma limitando as reivindicações classistas. Para Rosa (2007) *“esta iniciativa Varguista de colocar tais entidades sob a órbita do Estado evidenciava a ‘preocupação’ burguesa com o operariado, que visivelmente vinha adquirindo seu espaço e demonstrando sua força capaz de superar empecilhos que os impedia de triunfar na sociedade”* (ROSA, 2007, p. 17).

O governo criou mecanismos e se utilizou da burocracia estatal para limitar e delimitar os avanços do operariado. A criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio obrigou as entidades de amparo ao trabalhador a seguirem as imposições legais e os sindicatos deveriam ‘cooperar’ com o poder público, enquanto que o Estado fiscalizava, legislava, autuava, fechava e reprimia todas as manifestações ou ‘excessos’ que os sindicatos viessem a cometer. *“E mediante a esta intervenção estatal o operariado e suas entidades não desfrutavam da mesma autonomia que os caracterizou em momentos anteriores. No entanto, é inegável que o Estado só passou a atuar sobre o movimento operário quando o crescimento e fortalecimento dos trabalhadores eram inquestionáveis. E isto se deve a décadas de lutas e dedicação em prol de suas causas”* (ROSA, 2007, p. 17).

O cotidiano do operário paulista fora das fábricas:

Sobre a vida cotidiana dos trabalhadores das fábricas nas primeiras décadas do processo de industrialização no Brasil, Decca (1991) afirma que era penosa, e fora dos postos de trabalho não era mais fácil. O cotidiano da família operária no processo de industrialização paulista era marcado por

situações bastante adversas, principalmente para aquelas que não tinham acesso a unidades habitacionais dignas por conta principalmente, dos baixos salários, que variavam de acordo com a região, o setor industrial, gênero e faixa etária (DECCA, 1991, p. 43-44).

No início do século XX houve uma relação estreita entre a produção industrial nascente e o consumo da classe operária, com a fabricação de bens de consumo popular, assim como ocorrera anteriormente no processo de industrialização da Europa, decorrente das leis de divisão social do trabalho na origem do capital industrial. A produção de bens de consumo de massa (figuras 527 e 528) era capaz de garantir a reprodução da força de trabalho, por meio da absorção total do volume de salários pelo mercado desses manufaturados: *“alimentos (biscoitos, pão, massas, banha, óleos de cozinha, cerveja); vestuário (tecidos de algodão, chapéus de feltro, roupas, calçados); habitação (móveis, louça, materiais para construção como madeiras, vidros, cerâmica, olaria, cantaria); outros produtos (sabão, velas, vassouras, fósforos, cigarros, etc.)”*. Ou seja, os trabalhadores enquanto produtores eram convertidos em consumidores da mesma produção, permitindo o lucro capitalista no mercado e equilibrando o baixo nível dos salários com o custo de reprodução da força de trabalho (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 155).

Figura 527 - Bens de consumo fabricados no Brasil após a guerra
(Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/>).

Guaraná Espumante e Lacta
Os dois insuperáveis productos que honram a Industria Paulista
Figura 528 - Bebidas e chocolates fabricados no Brasil passaram a conquistar o mercado consumidor (Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/>).

No início do século XX e após a Primeira Guerra Mundial, o custo de vida subiu mais que o dobro em relação aos reajustes salariais, tornando as condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias geralmente numerosas, mais miseráveis, sendo que era impossível cobrir os custos com: alimentação, habitação, vestuário, calçados e outras necessidades, além de imprevistos - sem contar gastos com quaisquer divertimentos, bebidas, bonde, luz e educação para as crianças. A baixa remuneração e o desemprego criavam sérios problemas sociais como: o alcoolismo, facilitado pela presença de quiosques próximos às estações, onde se concentravam os desocupados e as prostitutas; e as doenças e epidemias com alto índice de mortalidade infantil, causadas pelas precárias condições de higiene e de alimentação (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 157).

Desde o final do século XIX a precariedade salarial já era observada em denúncias nos periódicos anarquistas que relatam a miséria dos operários: *“(...) Somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas parcas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, os nossos*

pais definhando de dia para dia por falta de alimentação suficiente e por termos de nos abrigar em míseros tugúrios, onde falta o conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo numa promiscuidade de-sumana” (A PLEBE, 14/05/1927 *apud* DECCA, 1983, p. 15). Com salários tão insuficientes, o poder aquisitivo não cobria os gastos com a alimentação: *“Os gêneros de primeira necessidade, arroz, feijão e todos os alimentos têm subido tanto de preço, que as classes operárias e pobres estão quase que privadas deles”* (PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1/12/1889 *apud* DECCA, 1991, p. 44). A autora ainda segue com um trecho de folheto operário publicado em Santos durante a Primeira Guerra Mundial:

“(...) Nas cidades o elemento operário sofre as mesmas consequências. Nos estados em que os gêneros não são demasiado caros, os salários não passam de 1\$000 ou 2\$000 réis por dia, e onde se faz alarde de grandes salários de 3 ou 4 mil réis não se pode viver, porque não chegam para atender a metade das despesas mais indispensáveis. E para prova basta dizer que o quilo da carne bovina é de 800 a 1\$000 réis e o de pão 400 réis e uma habitação de 6 ou 9 metros quadrados, um cubículo sem ar e sem luz, custa a brincadeira de 40 a 50 mil réis mensais de aluguel (...)” (Federação Operária de Santos. Folheto sem título. Jan. 1913, 4p. *apud* DECCA, 1991, p. 44, 45).

Assim como na Europa, no início da industrialização, em vista dos baixos salários e da defasagem crescente nas primeiras décadas do século XX, os pais se viam obrigados a empregarem os filhos para completar a renda familiar, a despeito dos salários que eram pagos às crianças, por vezes representar o equivalente a U\$1,00 ou U\$1,20 por dez horas de trabalho diárias impedindo inclusive a continuidade dos estudos. Decca (1991) destaca entre as publicações da imprensa operária no final da década de 1920 o relato de Carvalho (1928) sobre as condições dos operários em Cubatão, quando o salário cobria menos da metade do valor necessário para as despesas básicas:

“Devido a esse salário mesquinho, muitos operários e operárias na hora do almoço não comem. Outros comem farinha de mandioca com banana. (...) Devido ao elevado custo de vida e aos míseros salários que os trabalhadores urbanos do Brasil recebem, centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias estão obrigados a comer uma só vez por dia. Na manhã e na noite (...) se alimentam de café com pão. Ao meio-dia costumam comer o chamado ‘prato nacional’, mas a realidade é o prato nacional dos pobres, que consiste em feijão, arroz e carne-seca” (CARVALHO, 1928 *apud* DECCA, 1991, p. 46).

Com os salários comprometidos nos elevados aluguéis, sobrava pouco para alimentação, gerando graves incidências de desnutrição. O local das compras era escolhido em função da forma de pagamento. Os preços das feiras livres eram mais acessíveis, mas exigiam o pagamento à vista, enquanto que as vendas permitiam o pagamento a prazo, porém com preços mais elevados. Decca (1983) lembra que:

“o consumo de farinha de trigo, pão, arroz, macarrão e massas prevalecia fortemente sobre o consumo de carne, ovos, legumes e leite. Uma relação direta pode ser estabelecida entre rendimentos mensais e tipo e quantidade de alimentação consumida. As famílias operárias mais pobres consumiam mais pão e massas do que carne, leite, etc., sendo que as quantidades consumidas destes últimos alimentos era bastante pequena. Com um acréscimo de ‘renda’ aumentava-se o consumo de leite e carne ligeiramente enquanto decresciam as despesas com açúcar e massas. Os grupos operários que ganhavam menos consumiam bem mais pão e cereais que os grupos que ganhavam mais, portanto. O consumo de pão e cereais era considerado excessivo à luz das teorias sobre nutrição vigentes à época” (DECCA, 1983, p. 24).

Se os provimentos não eram suficientes para a alimentação, o vestuário era limitado ao estritamente necessário. Decca (1991) informa que documentos se referem aos trajes dos operários e seus filhos como andrajos destacando a ausência de calçados: *“(...) com ordenados mesquinhos e ridículos que nem chegam para a alimentação, aguenta o operário os mais duros trabalhos físicos. Nunca pode comprar um terno completo. Comprando um paletó, a calça já não presta; comprando um chapéu, os sapatos já não servem mais. Quantos operários andam sem a roupa de baixo, sem meias nem sapatos. A maioria anda de chinelos. É o cúmulo! (...)”* (O trabalhador Gráfico, 5/12/1928 *apud* Decca, 1991, p. 56). A autora continua a descrição sobre as condições de vestuário de crianças que Davis (1935) publicou em seu artigo *'Padrão de vida dos Operários na Cidade de São Paulo'* na Revista do Arquivo Municipal: *“(...) entre meninos de 2 a 13 anos era tal a falta de roupas de baixo e de roupas em geral que é difícil acreditar que o vestuário tenha sido completamente relatado, embora não haja motivos para dúvidas a esse respeito (...)”* (DAVIS, 1935 *apud* DECCA, 1991, p. 56).

Sobre a insuficiência de vestimenta dos operários, Decca (1991) destaca os dados do mesmo artigo sobre a modéstia e pobreza com as quais se apresentavam:

“De um total de 140 mulheres, 57 não tinham sequer um ‘vestido de passeio’, 45 não tinham casacos, 17 não tinham um par de sapatos ao menos, 81 não tinham chinelos; 82 tinham apenas um par de sapatos, 47 apenas dois pares de meia, 75 apenas um casaco e assim por diante. De um total de 133 operários homens, 21 não tinham sequer um par de meias, 99 não tinham casacos, 23 não tinham roupas de baixo, 12 não tinham um par de sapatos ao menos, 120 não tinham chinelos; a grande maioria tinha uma ou duas calças, um ou dois paletós, duas ou três camisas, um ou dois pares de sapatos, dois ou três pares de meia, duas ou três roupas de baixo, etc.” (DECCA, 1991, p.56-57).

367

Além da precariedade do vestuário e da alimentação, Decca (1991) afirma que a higiene e a saúde da classe operária foram insuficientes desde 1890 até 1940, com altos índices de mortalidade por tuberculose, doenças infectocontagiosas e elevada mortalidade infantil.

“Nos bairros operários e pobres das grandes cidades ou capitais brasileiras não havia saneamento básico, fiscalização, rede de esgotos, água encanada, sendo os poços construídos muito próximos das fossas; tudo isso e as habitações inadequadas faziam com que ali a contaminação fosse maior e a mortalidade infantil mais alta que nos outros bairros. Se adicionarmos o dado da alimentação insuficiente ou deficiente, não causa espécie que entre o operariado e seus filhos fossem mais elevados os índices de febre tifoide, disenteria, sarampo, lepra, meningite cérebro-espinhal, tuberculose” (DECCA, 1991, p.57).

O operariado imigrante teve pouco acesso à instrução pública, principalmente ao ensino elementar e primário entre o final do século XIX e início do XX, sendo que apenas nas décadas de 1910 e 1920 os filhos dos operários puderam frequentar os grupos escolares, mesmo que de forma irregular e intermitente, e poucos chegavam a concluir o curso primário. Americano (1924) afirma que:

“(...) É comum nas famílias proletárias o fato dos pais enviarem as crianças para a oficina logo que atingem a idade regulamentar, para com o auxílio trazido pelos filhos se tornar menos pesado o custeio da vida doméstica. Nos estabelecimentos industriais onde existe assistência médica organizada, são mesmo diariamente recusadas numerosas crianças que, com menos de 12 anos, se apresentam pra trabalhar (...)” (AMERICANO, 1924 *apud* Decca, 1991, p. 60).

O trabalho do menor nas fábricas era muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de afastá-los de hábitos malsãos e viciados (DECCA, 1983, p. 13).

No Brasil, nunca foi fácil para os filhos de operários a frequência nas escolas (figuras 529 e 530) por um longo período, especialmente os mais pobres que precisavam da contribuição financeira das crianças, acredita Petta (1995). A maioria cursava apenas as quatro primeiras séries nos Grupos Escolares, aprendendo apenas as primeiras noções de linguagem, aritmética, geografia e história do Brasil. A dificuldade para comprar material e livros, devido à pobreza, impedia muitas crianças de continuar os estudos e algumas professoras levavam os seus para as crianças lerem. Sobre o tema, Bosi (1985) traz o depoimento da professora primária Dona Brites:

“Os alunos vinham descalços para a aula, não tinham sapato nem roupa. As mães faziam aventais brancos com sacos de farinha”. (...) “Uma aluna de 11 anos trabalhava no turno da noite. Quando a fábrica apitava 4 horas ela saía da escola, ia para casa jantar. Entrava na fábrica às 6 horas e trabalhava até meia-noite. Outro menino trabalhava às 6 horas ao meio-dia, todo dia chegava atrasado porque saía da fábrica meio-dia e antes de 1 hora não podia estar na escola” (BOSI, 1985, p. 258).

Figura 529 - Escola para os filhos dos operários Sturlini Matarazzo em Osasco em 1908
(Fonte: www.memoriasindical.com.br/).

Figura 530 - Crianças do curso primário na Escola da Usina Monte Alegre em Piracicaba na década de 1930
(Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

De acordo com os periódicos das associações de classe, a escola era vista como instrumento de dominação ideológica e disciplinarização da criança *“onde não se aprende nada que interesse à realidade concreta de cada uma, mas onde se passam conteúdos altamente moralistas e comprometidos, onde o industrial, a igreja e o Estado são elevados à condição de personagens principais e sacralizados”* (RAGO, 1997, p. 187).

Algumas indústrias de grande porte com caráter paternalista mantiveram escolas nas vilas operárias para os filhos dos funcionários, como: a Vila Maria Zélia em São Paulo, a fábrica Votorantim em Sorocaba, a Carioba em Americana e a Usina Monte Alegre em Piracicaba; enquanto que instituições religiosas e o poder público também ofereciam escolas noturnas destinadas à classe proletária, onde os operários e seus filhos cursavam o nível elementar ou profissionalizante. A classe operária igualmente se mobilizou por meio de grupos anarquistas, anarcossindicalistas ou libertários na organização de cursos de instrução e educação dos trabalhadores com centros de estudo e centros de cultura social. Decca (1991) informa que a classe operária entre 1890 e 1930, apesar das condições de vida adversas não era de maioria analfabeta e procurava se esforçar para acessar a informação e a instrução (DECCA, 1991, p. 60-61).

Com uma jornada de trabalho em torno de dez horas diárias e cursando aulas noturnas, o escasso tempo livre era empregado nas sociedades recreativas dançantes, clubes de futebol, bares e casas de jogos e apostas. Segundo Decca (1991) o lazer operário se confundia com o lazer popular dos bairros pobres das cidades: *“Assim, os grupos de conversa nas calçadas, o lazer em torno das refeições coletivas, a música feita nas ruas por conjuntos musicais, pelas bandas operárias (figuras 531 e 532), as festas religiosas ou populares, variavam de acordo com elementos culturais específicos das várias regiões brasileiras”* (Decca, 1991, p. 65). Em seus raros momentos de folga, os operários se reuniam, desde o final do século XIX, por fábrica, bairro, categoria profissional, nacionalidade e depois por sindicato, para fazer música, dançar (figura 533), comemorar datas significativas, entre outros. Entre 1890-1930, sociedades anarquistas, socialistas e comunistas ofereciam formas alternativas de lazer expressivas e comuns no cotidiano de parte do operariado, como forma de uma ‘resistência organizada ao cotidiano’, buscando um ‘modo de vida’ que julgavam condizente com a condição operária (DECCA, 1991, p. 66-67).

Figura 531 - Banda União Operária de Salto
(Fonte: <http://leituraspossiveis.blogspot.com.br/>).

Figura 532 - Banda União Operária de Tatuí
(Fonte: <http://rasimagens.blogspot.com.br/>).

Os meios operários eram considerados nocivos para a ‘moral e disciplina do trabalho’, além de focos de agitação e revolta social no século XIX. Os hábitos operários desenvolvidos nos raros momentos de descanso eram considerados pelas instituições e empregadores como vícios, e o lazer e a recreação do operariado eram vistos como improdutivos (DECCA, 1983, p. 83).

O discurso operário, desde o princípio, criticava o controle total exercido pelos patrões sobre as horas livres do trabalhador, que impunham recreações moralizadoras e alienantes, impedindo que cada um dispusesse livremente do seu próprio tempo, interrompendo os fluxos que pudessem levar a encontros indesejáveis, conversas não controladas, agrupamentos espontâneos ou articulações conspiratórias, configurando uma paranoia relacionada à aglomeração dos dominados que assustava os patrões. Rago (1997) destaca um trecho do periódico ‘A Voz do Trabalhador’ protestando contra a ocupação do tempo livre do operário com atividade institucional: *“Está dando os bons frutos que eram de esperar a sociedade ‘progresso’, organizada pelo estado maior da fábrica de tecidos Vila Izabel a fim de arregimentar e escravizar ainda fora da fábrica seus operários. (...) (que) caíram no lago como carneiros, entrando para a dita sociedade, formando uma banda de música*

que serve para engrossamento dos que os exploram e para aproveitamento dos adultos” (A Voz do Trabalhador *apud* RAGO, 1997, p. 185-186).

Embasada no texto de Secchi, Barda (2009) afirma que:

“A fábrica foi, por pelo menos dois séculos, o principal lugar de socialização de grande parte da população urbana, de construção de estilos de vida e comportamentos comuns. A vida da classe operária (...) desenvolvia-se em espaços públicos e abertos; a festa, o jogo, a excursão, a colônia de férias, a reunião política, o ‘passeio’. Nesse clima não só se construíram fortes laços de solidariedade, mas cada desejo e aspiração permeava homogeneamente toda uma parte, bem vasta, da sociedade” (BARDA, 2009, p. 139 *apud* VICHNEWSKI, 2010).

Alguns grandes estabelecimentos industriais de São Paulo, na década de 1910, fundaram equipamentos destinados à recreação dos operários nas vilas operárias construídas para habitação de mestres e contramestres, mas em geral ao operariado industrial esse tipo de ação não se concretizou em maior escala. Instituições como a Igreja Católica ofereciam frequentemente à classe operária as festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros menores, pobres e operários, como alternativa de lazer. *“O rádio, a imprensa, o cinema, a escola, etc... também são armas que os nossos sanguessugas utilizam para melhor nos explorar e oprimir, dizendo que nos querem educar física e intelectualmente com seus clubes recreativos, esportivos e culturais, não tem outro objetivo senão entorpecer os nossos sentimentos de classes e auferir, à nossa custa, maiores lucros”* (Nossa Voz, 1/1/1935 *apud* DECCA, 1983, p. 114).

Penteado (2003), em suas memórias, relata o cotidiano das famílias dos operários da tecelagem Santa Rosália em Sorocaba:

“A vida, em Santa Rosália, não apresentava novidades. Os moradores da vila encontravam-se só aos domingos, pois, durante a semana, sábado inclusive, chegavam a casa esfalfados e cuidavam somente da cama, para se refazerem da pesada labuta diária. Eram quase todos italianos ou espanhóis, com raros caboclos da terra. Viviam em paz, talvez porque o sofrimento comum os imanesse. As distrações eram parcas: pescar, jogar cartas ou bochas e, vez por outra, assistir a um espetáculo de circo, que eram frequentes e organizados ali mesmo, na cidade, ou tomar parte de alguma festa de baile, que músicos não faltavam” (PENTEADO, 2003, p.19).

A música fazia parte do cotidiano das famílias operárias e, tocar instrumentos era uma forma de lazer, segundo Petta (1995). Bosi (1985) apresenta o relato de Dona Alice, moradora do Bom Retiro em São Paulo, antes da década de 1930: *“Quando tinha enchente no Bom Retiro as famílias saíam de barco à noite para passear com iluminação nas barcas, cantando e fazendo serestas. Para as moças era uma alegria quando o Tietê transbordava”* (BOSI, 1985, p. 62 *apud* PETTA, 1995, p. 27). Petta (1995) acrescenta que as serenatas acompanhadas por bandolins, flautas e clarinetas eram costumeiras na época, quando grupos de seresteiros saíam às ruas para homenagear algumas famílias. *“Paravam em frente a uma casa e cantavam, acompanhados por seus instrumentos musicais. A família escolhida se gostasse da serenata, convidava os seresteiros para entrar e oferecia café e bolinhos ou vinho acompanhado de queijo e azeitonas”* (PETTA, 1995, p. 26).

Os trabalhadores costumavam levar para as ruas o seu divertimento, suas festas, comemorações, músicas, futebol e as mais variadas tradições, tornando as atividades de lazer, uma parte da cultura urbana e do povo operário (figura 535). No carnaval, as famílias se reuniam nas ruas e saíam atrás dos corsos que percorriam os bairros, deixando as ruas repletas de confete e serpentina (figura

536). As festas juninas também eram realizadas nas ruas das vilas. Petta (1995) expõe o relato de Nádia Marzola (s/d) sobre as festas juninas do Bairro da Bela Vista em São Paulo: *“Nas noites festivas de Santo Antonio, São João e São Pedro, os moradores da vila Joaquim Antunes se reuniam e faziam grandes festas com fogueiras, quentão, batata-doce, pipoca, jogos e bailes que eram realizados nas ruas, estendendo-se até a madrugada. A vila era enfeitada com bandeirolas e lanternas, e a moral era mantida pelos velhos italianos que, das janelas, vigiavam a festa”* (MARZOLA, s/d apud PETTA, 1995, p. 27). A autora reforça que *“ao contrário de hoje, quando as pessoas se fecham cada vez mais em suas casas ou em ambientes reservados, as famílias dos primeiros trabalhadores urbanos do Brasil tinham uma vida social passada com frequência em lugares públicos. Por exemplo, era comum as pessoas se reunirem após o jantar para conversar nas calçadas. Levavam cadeiras para a rua para poderem conversar sentadas”* (PETTA, 1995, p. 26).

Figura 533 - Sociedade União Operária de Santa Bárbara D'Oeste nos anos 1940 (Fonte: <http://fundacaoromi.org.br/fundacao/>).

Figura 534 - Festa na Vila Maria Zélia na década de 1910 (Fonte: Arquivo da Família Steret).

Outra forma de lazer popular já era o futebol (figura 536), nas primeiras décadas do século XX. Muitos campos de várzea espalhados pelas cidades reuniam times que representavam fábricas, ruas e vilas, ou mesmo de categorias profissionais como vendedores de jornais e carroceiros. Petta (1995) salienta que os jogadores eram todos amadores, mas disputavam para valer defendendo a camisa do seu time (PETTA, 1995, p. 28).

Grupos de tendência anarquista ou comunista denunciavam, além da exploração do trabalhador nas fábricas e locais de trabalho e, condições de vida precárias, que havia uma insistência por parte dos empregadores em sujeitar o trabalhador à ordem burguesa no cotidiano, de acordo com suas visões e doutrina política. Como exemplo, Decca (1983) destaca o artigo do periódico 'A Plebe' de 1933:

“Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo, empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política. Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorgetados incitadores políticos. Nos campos de futebol os operários de ambos os sexos tornam-se aficionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre os seus companheiros os lances e proezas dos campeões. Nas igrejas os padres se encarregam de avivar as superstições e idolatrias fazendo deste modo e papel de amansadores

de burros xucros, isto é, enfreiam e encilham a pobre besta operária, dão os primeiros corcovos e depois entregam-na aos ricos (...). Os encarregados e agitadores políticos (patrioteiros de estômago e de bolso) se incumbem de alistar eleitores, de insuflar nos trouxas o partidarismo por esta ou por aquela facção, promovendo por essas habilidades camelóticas a completa irracionalidade da besta operária que fica com sentimento de pátria e como escada animada para os águias subirem e os palhaços da política rirem-se” (A PLEBE, 28/01/1933 apud DECCA, 1983, p. 115).

Figura 535 - Bloco Carnavalesco de operários da comunidade italiana da Água Branca. Rancho Folião Paulista do bairro do Bixiga do carnaval de 1932. (Fonte: <http://historiacontemporanea-mlopomo.blogspot.com.br/>).

Figura 536 - Partida de futebol em São Paulo em 1917 (Fonte: www.ibamendes.com/).

Em todas as atividades vivenciadas pelas famílias operárias no início do século XX é possível observar o esforço para ultrapassar as dificuldades sociais e econômicas. *“Tanto na greve e na passeata quanto na festa de rua e no futebol o que vemos são pessoas lutando pelo melhor, pela vitória; havia muito de inconformismo e muita paixão que se evidenciava no confronto com a polícia no dia 1º de maio, tanto quanto nas lágrimas do jogador que via seu time ser derrotado”* (PETTA, 1995, p. 30).

Cortiços e Vilas operárias: as primeiras Leis, Códigos e Posturas em São Paulo.

Moradias insalubres infestaram a capital paulista constituindo um péssimo aspecto da expansão econômica e física da cidade, sujeita a um processo de notável incremento populacional, por conta do sucesso da economia agroexportadora e pela política de incentivo à imigração adotada pelo governo provincial. Segundo Campos (2008):

“de fato, a falta de moradia já era sentida desde os últimos anos de 1850, no tempo em que ainda se sonhava com a construção da estrada de ferro inglesa, e só se agravou com o passar das décadas. Os aluguéis eram exorbitantes e as construções oferecidas, velhas e malsãs. Nos primórdios da industrialização paulistana, ao proletariado nascente não restava senão amontoar-se em pardieiros ou em sórdidos cubículos erguidos pelos especuladores. O lucro auferido pelos proprietários de cortiços era tão grande que a Câmara passou a cobrar um pesado imposto sobre este tipo de habitação subnormal desde ao menos 1877” (CAMPOS, 2008).

Os problemas causados pela rápida industrialização que seduziu trabalhadores rurais para deixarem o campo e buscar trabalho na cidade ocorreram praticamente da mesma forma em cidades europeias como Londres, Paris e Lisboa, onde o incremento populacional aconteceu sem que houvesse preparação por parte do poder público para criar condições de habitabilidade às classes operárias. O incremento da população operária determinou uma demanda por habitações de baixo aluguel

que foi atendida por proprietários especuladores procurando ganhar com a extensa ocupação de cômodos, terrenos e casas.

"Estas dificuldades, e a procura consequente de abrigo tolerável, conduziu à especulação; dividiram-se muitas casas as transformando em habitações coletivas; cortiços, sob uma feição infelizmente tolerada, tem sido levantados nos terrenos dos fundos de muitas habitações ou de 'armazéns' existentes; os terrenos foram subdivididos, (...) passou a ser bitola normal para grande número de proprietários, transformados, no seu próprio entendimento, em beneméritos construtores de edificações econômicas, ou de habitações operárias..." (BRITO, 1943, p. 224 apud FREITAS, 2005, p. 24).

Habitações do tipo cortiço¹³¹ já apareciam no século XVIII com o nome de 'casa de corredor' e os primeiros levavam o nome de um famoso cortiço no Rio de Janeiro, chamado 'Cabeça de porco', significando antro. Para Pasternak (1993) *"a tipologia mais comum de cortiço era e é a de uma habitação coletiva formada por uma série de cômodos distribuídos ao longo de um corredor ou em volta de um pátio"* (PASTERNAK, 1993 apud PICCINI, 2004, p. 22). Brito (1943) faz referência aos cortiços como 'habitações coletivas', 'edificações econômicas' ou 'habitações operárias', apresentados como fontes de lucro, mesmo em detrimento da saúde dos moradores, enquanto os proprietários se esquivavam dos entraves legais (BRITO, 1943 in: FREITAS, 2005, p. 29).

Figura 537 - Cortiço em Santa Ifigênia no início do século XX (Fonte: Arquivo fotográfico).

Figura 538 - Cortiço Abolição no início do século XX (Fonte: <http://saudadesampa.nafoto.net/>).

373

Por volta de 1870 apareceram os primeiros cortiços nos bairros centrais de São Paulo, como: Sé, Santa Ifigênia (figuras 537 e 538) e Bela Vista, além dos bairros operários como Brás e Mooca¹³². Piccini (2004) descreve que ao longo dos anos, dependendo do período histórico-político, a palavra 'cortiço' foi associada, devido à situação de precariedade, com outros termos como: 'casa de cômodo', 'casa de corredor', 'cabeça de porco' e 'quintal'. Os Cortiços¹³³ eram definidos como:

¹³¹ Como tipo de moradia popular, o cortiço, onde viviam trabalhadores de baixa remuneração dedicados ao comércio, serviços e indústria - constitui a modalidade mais antiga da cidade de São Paulo, paralelamente às vilas operárias, moradias em série e iguais, estas construídas pelas indústrias e relacionadas com o início da industrialização no final do século XIX (PICCINI, 2004, p. 21).

¹³² *"Nesse período a população de São Paulo passou de 15 mil habitantes em 1850, para 65 mil em 1890, e abrigar uma maior e sempre crescente massa de população trabalhadora mais pobre em São Paulo revelou-se uma oportunidade lucrativa. Em 1900 continuava o aparecimento de cortiços, ao mesmo tempo em que começavam a se delinear bairros mais homogêneos e exclusivos, bairros nobres da nova elite paulistana, como Campos Elíseos, Higienópolis e a região da Avenida Paulista"* (PICCINI, 2004, p. 27).

¹³³ Apesar da precariedade de condições de higiene e salubridade, muitos cortiços sobreviveram na capital paulista no decorrer do século XX e outros ainda permanecem no século XXI. Alguns dos mais emblemáticos e recentemente destituídos foram os que ocupavam imóveis que pertenceram à família Santos Dumont na Luz, atualmente sede do Museu da Energia; e a Vila Itooró, que foi recentemente desocupada para a implantação de um equipamento cultural.

“unidades concebidas como quartos, em alguns casos com instalações sanitárias de uso privado, pia, por exemplo, mas pela sua infraestrutura externa coletiva, como tanque, ducha e w.c., não perdiam as características de precariedade tanto do ponto de vista físico quanto pela rotatividade dos moradores” (PICCINI, 2004, p. 22).

Naquele período, em São Paulo ainda não havia favelas. Segundo Americano (1959) *“o que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pública por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então os porões habitados (...)”* (AMERICANO, 1959 *apud* VÉRAS, 1994).

Problemas sociais e de higiene pública decorrentes desse tipo de moradia coletiva levaram as autoridades a se preocupar mais seriamente com o assunto. Ainda na década de 1870, foi cogitada a criação de companhias prediais que construíssem casas de aluguel adequadas à habitação das classes desfavorecidas, mas estas iniciativas não tiveram êxito (CAMPOS, 2008).

O primeiro código de posturas da cidade de São Paulo foi aprovado pela Assembleia Provincial em 14 de maio de 1873. Segundo Campos (2008), o código foi considerado muito rigoroso e injusto, e sofreu enorme oposição por parte da população paulistana, até então desacostumada a respeitar as posturas municipais, por falta de uma fiscalização eficiente. Os vereadores paulistanos, sensíveis à opinião pública, solicitaram a imediata suspensão do código, mas a presidência da Província informou que tinha poder para aprovar provisoriamente as posturas municipais, mas não para revogá-las. A solução encontrada foi a manutenção do código em vigor e para substituí-lo o mais breve possível por um mais adequado, foi nomeada uma comissão revisora integrada pelo vereador Paulo Egídio de Oliveira Carvalho (autor do código de 1873), o conselheiro João Crispiniano Soares e o Dr. João Mendes de Almeida, responsáveis pela versão que substituiria em 31 de março de 1875 o código anterior rejeitado (CAMPOS, 2008).

Figura 539 - Pátio de um cortiço na Rua Ruy Barbosa em São Paulo, no início do século XX
(Fonte: Faculdade de saúde Pública *apud* Freitas, 2005).

Figura 540 - Cortiço na Rua Itambé em São Paulo
(Fonte: Faculdade de saúde Pública *apud* Freitas, 2005).

Apenas em 1881 os vereadores conseguiram formular uma clara definição de cortiço (figuras 539 e 540): quartos encarreirados cobertos de meia-água, com pé-direito variando de 10 a 12 palmos (2,20 m a 2,64 m) e cujas frentes não davam para a via pública (Atas da Câmara Municipal de São

Paulo, 1881, p.77 *apud* Campos, 2008). O autor destaca que em uma das sessões camarárias de 1881, o vereador Major Domingos Sertório (c.1824-1910) propôs normas para a regulamentação de cortiços, que foram aprovadas pela corporação municipal. Entretanto, houve grande demora na apreciação pelo Legislativo Provincial, levando a Municipalidade a representar posteriormente à Assembleia, a urgência da aprovação definitiva dos artigos de posturas datados de 1881 (CAMPOS, 2008).

O rápido desenvolvimento da capital paulista foi suficiente para fazer envelhecer, aos olhos dos vereadores paulistanos, o código de 1875, considerado uma simples compilação de normas municipais de redação confusa e simplória. O Dr. Estevão Augusto de Oliveira Junior foi comissionado pela Câmara para reorganizar as posturas vigentes. Quando realizado, o código de 1886 não foi considerado novo, mas uma recodificação do anterior vigente desde 1875, não tendo sido necessário cumprir todos os trâmites oficiais para a sua vigência. Assim, não foi solicitada aprovação provisória à presidência da Província, nem mesmo a aprovação definitiva foi submetida à Assembleia Provincial. Foi aceito pela Câmara Municipal em 6 de outubro de 1886 e entrou em vigor imediatamente. Segundo a edilidade, a nova redação do código em vigor desde 1875, apresentava posturas mais claras: foram incorporadas posturas aprovadas depois da entrada em vigência do código de 1875 e a padronização dos cortiços (figuras 541 e 542) proposta em 1881 (CAMPOS, 2008).

Em 1882, deu entrada na Câmara Municipal de São Paulo, o requerimento de um imigrante interessado em investir na construção de unidades habitacionais populares:

“O baixo assinado cidadão alemão residente no bairro da Consolação nesta capital, e ali proprietário de um lote de terreno dentro do qual pretende edificar algumas pequenas casas, sendo o sistema usado em seu país, e com todas as comodidades necessárias a pequenas famílias, de modo a aliviar-se dos pesados impostos prediais, o suplicante não deseja que seus prédios, por serem pequenos, venham a ser considerados cortiços, qualificação essa que até hoje tem estado à mercê dos procuradores dessa Ilma. Câmara, sem que haja coisa alguma de positiva sobre a forma ou divisão de tais prédios. Uma casa pode ser pequena e como tal deve guardar todas as proporções arquitetônicas sem que por isso, possa ser qualificada de Cortiço. Como V.S. sabem, a Câmara Municipal da Corte, qualifica seus prédios em: Casas, Casinhas, sendo que só são chamados cortiços as Habitações de um só compartimento havendo para cada uma destas qualificações um imposto anual respectivo. O suplicante deseja construir estas casas, com todas as condições higiênicas; forrados, assoalhados, com porta e janela de meio arco e respectiva bandeira de ferro, e todas construídas de tijolos e junta tomada, com encanamento para águas pluviais que vão dar a um pequenino quintal. O suplicante pretendendo dispender não pequena quantia nessa edificação, não deseja entretanto que venham logo a ser desacreditadas com a classificação de cortiços e por essas razão pede respeitosamente a V.S. hajam resolver qual a classificação devem ter edificações desta ordem. Por ser de Justiça, ERM W. Henrie Wotter” (DIAS, 1989, p. 46).

375

Quando a lei nº 13 de 27 de março de 1886¹³⁴ foi promulgada, segundo Campos (2008), suas determinações seriam incorporadas a seguir ao código de 1875, que estava em fase de reestruturação (art. 20 da recodificação de 1886).

¹³⁴ “Neste período, havia edificações insuficientes para moradia e, apesar do ritmo febril de construções, a carência das casas tornava-se mais aguda para abrigar toda a população, que crescia vertiginosamente. Em 1886, existiam em São Paulo 7.102 prédios, representando um prédio para cada 6,8 habitantes; 14 anos mais tarde, este número atingia 21.656 prédios, tendo o número médio de pessoas por prédio se elevado para 11,0744” (Véras, 1994).

“Os cortiços deveriam ser construídos em terrenos com mais de 15m de largura, observar um espaço mínimo de cinco metros entre cada linha de cortiços, e, em caso de ser constituída cada unidade por único cômodo, este deveria ter pelo menos cinco metros quadrados de área [sic]. A altura das construções do solo à cimalha deveria ser de 4,50 m e o piso elevado de 0,20 m do solo. As janelas deveriam ter ao menos de 0,90 m a um metro de largura e o duplo correspondente de altura” (CAMPOS, 2008).

Figura 541 - Cortiço na década de 1940. (Foto: B.J. Duarte. Fonte: Campos, Gama e Sacchetta, 2004).

Figura 542 - Cortiço na Rua Conselheiro Ramalho, 232, Bexiga em 1920 (Foto: Reprodução do Laboratório da FAUUSP).

Uma inovação até então inexistente nos artigos aprovados pelos vereadores em 1881 e introduzida cinco anos depois pela Assembleia Provincial (lei nº 13): o parágrafo 4º (do art. 20 da recodificação de 1886) exigia a presença de portas e janelas em todas as peças de cada unidade, determinação esta que dispunha sobre a parte interna das moradias para as classes desfavorecidas e que extrapolava os limites estabelecidos pelo art. 71 da lei de 27 de outubro de 1828 (Regimento das Câmaras Municipais), que reservava às Câmaras municipais a atribuição de se preocupar somente com a ‘elegância e regularidade externa dos edifícios’ (CAMPOS, 2008).

Esta exigência de portas e janelas em todos os cômodos teria sido inspirada no ‘*Projecto de novos alojamentos para a classe pobre da cidade do Rio de Janeiro, apresentado ao Governo Imperial pela extincta Junta Central de Hygiene*’, segundo Campos (2008), já que seu conteúdo havia sido publicado na ‘Revista dos Constructores’ em março de 1886. *“As exigências mínimas para as construções proletárias constantes do projeto de lei carioca eram muito ambiciosas e no artigo 5º vinham expressas as mesmas disposições que extrapolavam a lei de 27 de outubro de 1828: 5.º Serão construídas [as casas] de maneira que todos os aposentos, sem excepção, tenham janellas (...)”* (CAMPOS, 2008).

Como nos países europeus, o governo imperial brasileiro expediu decretos em dezembro de 1882 e outubro de 1887, os quais facultavam às empresas construtoras a concessão de empréstimos destinados à construção de habitação popular. Mas, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, o problema habitacional não se fazia presente nas discussões sobre as reformas urbanas, pois as autoridades tinham apenas a intenção de afastar do centro o cenário degradante dos cortiços (CARPINTÉRO, 1997, p. 61). A Câmara Municipal de São Paulo regulamentava, portanto, a permissão

para construir esse tipo de moradia, mas proibia a edificação das mesmas no chamado ‘perímetro do comércio’ (então conhecido pelo nome de Triângulo, formado pelas ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro), ou seja, no Centro da cidade (figura 543), onde o terreno era mais valorizado. Tal proibição revela a preocupação das autoridades municipais e dos proprietários de imóveis em geral, pertencentes às classes mais altas da sociedade paulistana, na promoção progressiva de valorização fundiária e elitização do centro urbano de São Paulo, segundo Campos (2008) um fenômeno que à época já havia sido manifestado em todas as cidades importantes da Europa burguesa. Essa ação oficial incentivou a discriminação social e o consequente desenvolvimento de áreas periféricas (figura 544) da capital em bairros predominantemente operários (CAMPOS, 2008).

Figura 543 - Moradias populares que restavam nos casarões de taipa do período colonial e imperial, na atual Rua do Ouvidor (Fonte: Alvim, 1998).

Figura 544 - Bairro do Bexiga em 1862 (Fonte: <http://sampasul.net/2/midia/sao-paulo-antiga-i/>).

Além do código de 1886, o novo padrão municipal¹³⁵ foi elaborado a partir da ordem emitida pela Câmara em 11 de agosto de 1886 e trata do calçamento de passeios, da abertura das ruas por particulares, de construções e reconstruções, de “cortiços, casas de operários e cubículos”. Com autoria do engenheiro Amaral Gama, datava de 18 de outubro de 1886, posterior à reorganização das posturas municipais, em 6 de outubro daquele ano. Um dos artigos determina que:

“não é permitida a construção de ‘edificações do tipo Chalet’ dentro do perímetro urbano. Janelas de folhas podem ser usadas quando ficarem 3m acima do passeio. (...) Nenhuma edificação poderá ser coberta com telhado de uma água, ainda mesmo dentro do terreno desde que possa ser vista da rua. Os cantos devem ser cortados em 45° ou arredondados e preenchidos por janela, porta ou outros motivos decorativos. São exigidos canos para as águas pluviais (embutidos em construções de um pavimento levando as águas pluviais até as sarjetas)” (DIAS, 1989, p. 47).

¹³⁵ Segundo Campos (2008), por motivos ignorados, esse padrão municipal, o último adotado pela Câmara Municipal de São Paulo no período imperial, acabou confundido com o art. 11 da recodificação aprovada em 6 de outubro de 1886. O autor afirma que este era muito sucinto e o outro, ao contrário, desenvolvia-se em seis capítulos e só entrou em vigor mais de dois anos depois, substituindo justamente o art. 11 da recodificação de 1886. Em leis posteriores, na Primeira República, ambos foram considerados de modo inexplicável um único padrão municipal: “*estatuído no art. 11, do Código de Posturas e no Cap. 5º do acto de 11 de Agosto de 1886*”, afirmava confusamente um dos diplomas legais municipais de 1912, erro depois reparado no Ato n. 849, de 27 de janeiro de 1916, que regulamentava disposições relativas a construções que constavam de várias leis, entre elas o “*Padrão Municipal, de 11 de agosto de 1886*”. Na reedição do código de posturas de 6 de outubro de 1886, realizada pelo Departamento de Cultura em 1940, perdurava a ambiguidade, dando a impressão de que o art. 11 da recodificação e o padrão mandado realizar em 11 de agosto desse ano e vigente a partir de 17 de fevereiro de 1889, estavam em vigor simultaneamente, “*o que é um absurdo porque esses dois padrões, além de terem um lapso de tempo de mais de dois anos entre as respectivas entradas em vigência, impunham regras um tanto diferentes*” (Campos, 2008).

Sobre as normas referentes às dimensões e áreas de 'Cortiços, casas de operários e cubículos', proibidas no 'perímetro do comércio' deveria ser pedida 'licença à Câmara que poderá dá-la ou negá-la segundo entender conveniente'.

Deveriam obedecer a prescrições estabelecidas para as construções em geral e também respeitar:

"área mínima - ao menos três cômodos, cada cômodo com área menor que 7,50m² e todos com abertura para o exterior; área da frente - na razão de 30m² por habitação; área calçada de serviço - interior com 12 m²; pé-direito mínimo - 2,75m x 1,10m; janelas de peitoril - um pavimento: 1,85m x 1,00m; dois pavimentos: 1,70m x 1,00m (as aberturas devem ter caixilhos envidraçados, salvo a porta de entrada); soalho - ao menos 0,50m do solo; os soalhos do primeiro pavimento devem ser ao menos ladrilhados com tijolos comuns, e os cômodos de habitação, soalhados de madeira; paredes - devem ser rebocadas e caiadas e o primeiro pavimento deve ser forrado; escadas - declividade máxima de 80% e largura mínima de 80cm; exigências sanitárias - um poço ou torneira com água e pequeno tanque de lavagem para cada seis habitações; uma latrina para cada duas habitações com água suficiente" (DIAS, 1989; 48-50).

Segundo Campos (2008), no 'Correio Paulistano' de 18 de agosto, o padrão de edificações foi divulgado na íntegra, vindo a constituir o art. 11 da recodificação de 1886. Na mesma ocasião, a Edilidade encarregou o engenheiro Luís César do Amaral Gama, de executar outro padrão, *"para a construção de casas, para trabalhadores a imitação das conhecidas no Rio de Janeiro com o nome de Villas, isto é, com entrada para um pátio comum, porém em melhores proporções que as dos actuaes cortiços"*. O autor considera que a *"passagem acima transcrita é de grande relevância documental, pois atesta a origem das vilas operárias e vilas de classe média que no século seguinte seriam construídas na cidade de São Paulo. Por ela ficamos sabendo que a denominação dessa tipologia residencial - vila - era de procedência carioca e que em sua disposição espacial a vila não passava de uma versão melhorada do cortiço"*. O padrão achava-se em tramitação pelas repartições provinciais em julho de 1887 e obteve despacho presidencial favorável em abril de 1888. Entretanto, permaneceu engavetado por vários meses, até ser finalmente mandado à publicação em 17 de janeiro de 1889, por ordem do presidente da Câmara¹³⁶ (CAMPOS, 2008).

No extenso padrão posto a vigorar em 16 de fevereiro de 1889, Campos (2008) afirma que de imediato desperta a atenção o fato de ser bastante minucioso e por vezes muito exigente, característica que deve ter provocado como de hábito, uma tendência à inobservância generalizada, pelo menos no início de sua vigência. Com relação aos cortiços, o autor considera que é praticamente uma certeza, principalmente à luz das descrições que viriam a ser feitas, posteriormente, sobre os cortiços vistoriados no bairro de Santa Ifigênia, no relatório sanitário de 1893 (CAMPOS, 2008).

A partir de 16 de fevereiro de 1889, quando o padrão passou a ter validade, este tipo de moradia coletiva deveria apresentar área comum em frente das habitações na razão de 30m² para cada habitação, poço ou torneira com água e pequeno tanque de lavagem para cada grupo de seis habitações no máximo, mais uma latrina para cada duas habitações, com água suficiente para o asseio

¹³⁶ O edital, que pôde ser lido pela população da Capital no Correio Paulistano do dia subsequente, iniciava-se da seguinte forma: *"A Camara Municipal desta imperial cidade, em vista da deliberação tomada em sessão de 21 de Abril do anno proximo passado, manda publicar o padrão para a edificação nesta capital organizado pelo dr. engenheiro da camara e aprovado provisoriamente pelo presidente da provincia, devendo vigorar depois de findo o praso de trinta dias, contados da presente data. Paço da Camara Municipal de S.Paulo, 17 de Janeiro de 1889. O presidente. Domingos Sertório. O Secretario interino. Joaquim Roberto de Azevedo Marques"* (Campos, 2008).

necessário. A área comum ou ruela de passagem deveria ser, a partir de então, arborizada. Cada habitação disporia de uma área calçada de serviço interna medindo 12 m²; o pé-direito das habitações térreas teria, no mínimo, 4m de altura¹³⁷; os pavimentos seriam atijolados e os cômodos, como sala e quartos, assoalhados em madeira. Cada habitação compreenderia no mínimo três compartimentos (sala, quarto e cozinha) com dimensão superior a 7,50 m² e todos deveriam ter aberturas para o exterior, de forma que propiciasse ar e luz em abundância. Entre outras exigências, o assoalho se afastaria do solo 0,50m no mínimo (CAMPOS, 2008).

A preocupação com a insalubridade das construções urbanas e das cidades não foi privilégio da República, segundo Campos (2008) esta já existia nas últimas décadas do Império, com os sanitaristas da Corte. Em 1886 havia sido criada a Inspetoria de Higiene Provincial, dependente da Inspetoria Geral de Higiene do Império, na Província de São Paulo. O autor avalia que a maneira de enfrentar os problemas e os meios de combatê-los propostos pelo inspetor de higiene da Província que constam em seu primeiro relatório em 1887, não diferia muito de como a República embrionária trataria a questão.

“A grande diferença era que no regime político abolido em 1889 tudo dependia do governo central. Como não havia uma organização administrativa competente, não havia uma firme orientação ideológica a nortear a prática política, não havia recursos financeiros suficientes e não se reconhecia o peso político da Província de São Paulo, o governo central não se interessava em liberar verbas para a tomada de medidas enérgicas em defesa dos interesses dos setores mais esclarecidos da sociedade paulista. Além disso, muitas vezes as próprias autoridades provinciais e municipais iam ao ponto de obstaculizar o cumprimento de providências emanadas da repartição provincial paulista” (CAMPOS, 2008).

379

É possível observar a limitação das atribuições das Câmaras Municipais referente à regulamentação das construções urbanas durante o Império, contra a qual os sanitaristas da Corte insurgiam-se, preocupados em promover regras de higiene para a parte interna das edificações, desde os anos de 1870. Campos (2008) destaca que:

“o Regimento das Câmaras vedava ao poder público aquilo que era considerado uma abusiva ingerência na esfera do privado, numa atitude de proteção à liberdade individual e à inviolabilidade da propriedade particular. Contudo, essa prática liberal vinha sendo superada na Europa por novas formas de intervenção pública, desde os primeiros assolamentos das grandes epidemias, ainda na primeira metade dos Oitocentos” (CAMPOS, 2008).

Durante a Primeira República¹³⁸, seriam implantadas ações de caráter pós-liberal, conforme relata Campos (2008). Entre elas, foi o estabelecimento, em 1893, da exigência de aprovação das plantas

¹³⁷ Em 1893, o relatório sobre os cortiços de Santa Ifigênia, do qual participou o engenheiro da Câmara, Amaral Gama, sugeriu como ideal a altura de 5 metros também para esse gênero de moradia, entretanto a proposta, por elevar o custo da construção da casa operária, nunca foi considerada (Campos, 2008).

¹³⁸ Na República, uma das preocupações dominantes seria com a modernização do Estado, a descentralização administrativa e a revalorização política dos municípios. Em São Paulo, a reorganização das estruturas burocráticas, tanto no nível municipal quanto no nível estadual, tinha como objetivo principalmente renovar-lhes a capacidade de ação. Segundo Adolfo Augusto Pinto em “História da viação pública de S. Paulo” de 1903, nada havia, de fato, mudado muito sob o novo regime, no que diz respeito à administração pública: “Assim, nenhuma reforma administrativa tornava-se necessária n'este ramo do serviço publico, em virtude da mudança, ainda que profunda, operada no regimen politico do paiz. Contudo, como ordinariamente acontece quando o edificio politico é transformado desde os seus alicerces, o espirito reformista, invadindo todos os departamentos da administração, não deixou de fazer sentir a sua acção sobre as repartições encarregadas dos varios serviços de obras publicas. A comparação d'esse quadro com o da repartição congenera no ultimo anno do regimen provincial, quando os serviços a seu cargo não eram de menor importancia, mostra quanto se

dos edifícios a construir (lei nº 38, de 24 de maio desse ano), tomada no âmbito da municipalidade paulistana. No ano seguinte, no plano estadual, foi criado o primeiro Código Sanitário, em que constava um capítulo dedicado especialmente à regulamentação higiênica das edificações em geral, incluindo as áreas internas. Entretanto, em relação às habitações operárias, a Primeira República não chegou a avançar significativamente, apenas estabeleceu padrões mínimos e concedeu facilidades a construtores, não tendo atuado de forma direta para resolver a carência de habitações populares que pudesse abrigar decentemente os trabalhadores pioneiros empregados nas indústrias por todo o país (CAMPOS, 2008).

Como exemplo, o Código Sanitário de 1894, quanto à ‘Habitação das Classes Pobres’ diz o que pretende:

“Deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes; não devem ser toleradas as grandes casas subdivididas, que servem de domicílio a grande número de indivíduos; as vilas operárias deverão ser estabelecidas fora da aglomeração urbana; as casas para habitação das classes pobres deverão ser construídas em grupos de 4 a 6, no máximo; fixa a área mínima - nos aposentos de dormir: mínimo de 14m³ por indivíduo; pensa no saneamento - não deve ser permitida lavagem de roupas no interior destas habitações e, para evitá-lo convém que as municipalidades cuidem do estabelecimento de lavanderias públicas” (DIAS, 1989, p. 56-57).

O código também estabelece como habitações insalubres que devem ser saneadas, as que:

“não obedecem as regras; estiverem sobre solo úmido ou alagadiço; possuírem compartimentos não arejados e iluminados; encontrarem-se com falta de asseio em seu interior; tiverem lixo nos pátios e quintais; tiverem pouco cuidado na conservação das latrinas e esgotos; quando ‘encanamentos das instalações higiênicas não forem separados da canalização geral dos esgotos’; quando o número de indivíduos for maior que a capacidade calculada por cubação; quando viverem homens e animais” (DIAS, 1989, p. 56-57).

Com relação ao controle sanitário, o regime republicano se beneficiou com os avanços científicos ocorridos durante o último quarto do século XIX: a teoria microbiana de contágio substituiu a antiga teoria dos miasmas, que até então prevalecera; uma atmosfera positivista, que envolvia a máquina do Estado, propiciava uma organização mais eficiente do serviço sanitário estadual, sem comparação com o anterior; os funcionários admitidos no serviço público tinham maior competência profissional; e a eficiência administrativa e o autoritarismo esclarecido que preponderou no início da época republicana permitiram o sucesso no combate às epidemias e garantiu a aprovação de leis sanitárias mais eficazes e atualizadas (CAMPOS, 2008).

As características do desenvolvimento urbano da capital paulista foram consideradas de formas diferentes e por distintos agentes sociais. Freitas (2005) destaca que:

“médicos, administradores públicos, engenheiros e arquitetos observaram o alojamento do pobre, ressaltando os problemas para a saúde de seus habitantes e as questões construtivas espaciais. A higiene seria um paradigma para essa crítica. Vista como suja, escura e insalubre, a habitação operária era analisada por estes observadores, contra uma postura de habitat limpo, iluminado, arejado e são. Eles construíram um conjunto de críticas, através de relatórios de Comissões de Saneamentos, conferências e palestras” (FREITAS, 2005, p. 27).

desenvolveu o espírito burocrático, e com ele o funcionalismo, em consequência do prurido de reformas que se manifestou logo após a transformação política por que passou o país em 1889” (Campos, 2008).

O próximo passo, como forma de controle social, foi a criação da Polícia Sanitária em São Paulo para combater problemas sanitários e epidemias. Com o crescimento dos cortiços, era necessário combater as epidemias e fiscalizar as possíveis áreas infectadas¹³⁹. Para desinfecção dos focos, invadia-se a privacidade dos moradores, algumas vezes até destruindo a habitação, obrigando os moradores a se afastarem para a periferia ou se distribuírem em outros cortiços no centro da cidade, o que provocava constantes protestos por parte dos moradores (PICCINI, 2004, p. 28).

Figura 545 - Desinfetador Sanitário de São Paulo em 1905 (Fonte: Wissenbach, 1998).

Figura 546 - Carro de remoção de doentes (Fonte: Wissenbach, 1998).

A ação da Polícia Sanitária, no que diz respeito às desinfecções das moradias, era considerada violenta e frequente nos 'tugúrios' e 'ninhos da tuberculose'. O procedimento se dava por meio de inquéritos sobre a vida cotidiana dos moradores, ao mesmo tempo em que se invadiam os domicílios à procura dos doentes (incluindo os perturbados mentais), com a pretensão de levá-los para asilos, hospitais de isolamento e, desta forma, desinfetar os eventuais focos epidêmicos. O fiscal sanitário era temido, conhecido como 'homem dos desinfetórios' (figuras 545 e 546), e passou a ser uma figura muito conhecida nos cortiços, nas 'casinhas' dos bairros populares e também na 'vilas operárias' (ROLNIK, 1983, p. 118).

Segundo (Véras, 1994) sua entrada nas moradias gerou incontáveis, protestos e reações dos moradores. Seguindo o princípio de 'afastar e desinfetar' a pobreza, apareceram as primeiras tentativas de urbanismo saneador, misturando propostas de embelezamento ('revitalização', 'combate à deterioração', 'renovação urbana') com a intenção de higienizar e limpar determinadas áreas do espaço urbano, além de apresentar um modelo de habitação 'individualizadora', no combate à promiscuidade.

¹³⁹ Os bairros mais atingidos sempre os operários, dos assalariados de baixíssima renda, como se percebe pelas notícias da imprensa em várias épocas, especialmente nos jornais do Brás. Sobre a epidemia de 1899: *"Entre os bairros que mais facilmente podem proporcionar o desenvolvimento do mal (peste bubônica) por infelicidade nossa, parece que o Brás ocupa o primeiro lugar pela falta de asseio em algumas ruas habitadas por grande número de indivíduos acumulados uns sobre os outros em cortiços e sem a mínima higiene"* (Folha do Brás, ano M, nº 86, 22 de outubro de 1899, apud BONDUKI, 1982, p. 163).

“Para as elites, a habitação coletiva favorecia, muitas vezes, qual o cadinho de muitos trabalhadores da mesma ou de diversas categorias, um intercâmbio de ideias ‘perigosas’. Além dos ‘vírus’ da varíola, tifo e até do bacilo da tuberculose, teme-se o ‘vírus’ do anarquismo, ou simplesmente a possibilidade de organização, mesmo em movimentos episódicos, greves, etc., que o ambiente comum, a língua e os costumes pudessem condicionar” (VÉRAS, 1994, p. 618).

Com o lema sanitarista, a Câmara paulistana passou, no final do século XIX, a legislar sobre as moradias operárias e cortiços - onde grande parcela de trabalhadores na capital vivia precariamente - inclusive ameaçando de demolição e desapropriação os edifícios considerados insalubres para serem disponibilizados à construção de vilas operárias com condições adequadas de higiene. Havia especificações técnicas sobre o tipo de construção que as casas deveriam obedecer com relação à altura de pé-direito, portas e janelas, como também os revestimentos, mas apesar de técnicas as regras eram sociais, pois tais especificações não se aplicavam às casas burguesas. Sendo assim, legalmente o projeto de casa operária poderia ser concebido para ter menor qualidade em relação ao burguês, desde que atendesse aos quesitos de salubridade determinados pelo poder público (ROLNIK, 1983, p. 118; BLAY, 1985, p. 72).

Figura 547 - Cortiço no Bexiga (Fonte: Alvim, 1998).

Figura 548 - Cortiço do Sr. Joaquim Antunes na Mooca (Fonte: Alvim, 1998).

O cortiço (figuras 547 e 548) era considerado prejudicial tanto pelos médicos como por arquitetos e engenheiros por não corresponderem a uma organização ideal para as cidades brasileiras industrializadas daquele momento. Freitas (2005) cita que o Relatório da ‘Comissão de Exames e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia’ publicado por Mota (1894) mencionava 60 edificações insalubres divididas em diferentes modalidades de cortiços: estalagens, casinhas, hotel-cortiço (para trabalhadores desacompanhados), casas de cômodos e cortiço-pátio (LE-MOS, 1999, p. 14-15; BONDUKI, 1998, p. 22-25 *apud* FREITAS, 2005, p. 29). *“A estalagem”*¹⁴⁰

¹⁴⁰ O cortiço, conhecido às vezes no Rio de Janeiro como ‘estalagem’ descendia das velhas albergarias coloniais e imperiais, conforme Reis Filho (1994). Situada fora ou na entrada das povoações, a estalagem era constituída por fileiras de cubículos abertos para um pátio comum. Nesses cubículos, providos de porta, mas geralmente sem janelas, ficavam hospedados os tropeiros e os viajantes, num tempo em que não existiam hotéis. No início do século XIX, havia em São Paulo, uma albergaria desse tipo, instalada entre a saída do caminho de Sorocaba (Piques) e o caminho de Santo Amaro (atual rua desse nome), pertencente a um homem chamado de Bexiga. Nesta albergaria pousou o importante botânico francês Saint-Hilaire em 1819. “Segundo Francisco de Assis Vieira Bueno (1816-1908), em seu ‘A cidade de São Paulo’, havia outra no Lavapés, na estrada que ia para Santos. Maria Pais de Barros (1851-1953), em ‘No tempo de dantes’ (1946), também relata que, em sua infância (c. 1860), quando acompanhava regularmente a família às fazendas paternas situadas no interior da Província, pernoitava numa estalagem semelhante à do Bexiga, localizada nas proximidades de Jundiaí, pertencente a um português cujo apelido era Barão da Ponte. Tanto o sórdido cortiço, como as primeiras vilas operárias

onde pulula a população operária, o cortiço que vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas de trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas que a higiene repele” (AMARAL, 1893, p. 43 *apud* FREITAS, 2005, p. 29).

A legislação sanitaria não impedia a proliferação de cortiços, ao mesmo tempo em que surtos epidêmicos explodiam pela cidade, sendo que três de seus focos se encontravam nos bairros onde predominavam tais precárias moradias coletivas.

“Parece que a tendência foi progressivamente a subdivisão e adaptação do estoque existente, incapaz por si de atender à demanda de habitações unifamiliares. Com as transformações urbanas e a criação de novos bairros residenciais, as casas desocupadas daqueles que saíram para regiões mais valorizadas passam a abrigar novos ocupantes. São as casas de cômodos, que se multiplicam daí por diante. Mas o cortiço mais característico da época é o cortiço-pátio, que aproveitava melhor os terrenos e permitia a seus ‘investidores’ maiores lucros, apesar de as condições de higiene serem nulas” (VÉRAS, 1994, p. 615).

As tipologias mais comuns de cortiços, classificadas em 1893, das quais ainda é possível encontrar remanescentes na cidade são:

“Cortiço de quintal: ocupava o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor. De face para a rua, ao lado do portão de entrada, havia quase sempre um prédio de uso comercial; Cortiço casinha: construção independente com frente para a rua, também chamada de pensão; Casa de cômodo: sobrado com várias subdivisões internas; Cortiços improvisados: ocupação precária de fundo de depósitos, fundo de bares, armazéns, coqueiras e estábulos, sempre no centro do quarteirão; Hotel-cortiço: tinha uso de restaurante, de dia, e no mesmo local, à noite, as pessoas se reuniam para dormir” (PICCINI, 2004, p. 21).

383

Para os higienistas e sanitaristas a vila era considerada ideal, mesmo com construções geminadas, pois eram edificadas com serviços higiênicos individuais e os núcleos familiares separados, sem promiscuidade, assim se diferenciando do cortiço. Nos projetos de vilas, o banheiro e a cozinha foram sendo progressivamente integrados à construção ou edificadas em anexos no quintal de cada unidade; já no cortiço, esses serviços higiênicos e sanitários eram e, continuam sendo externos e coletivos.

“A qualidade dos cortiços em geral é caracterizada por falta de manutenção do edifício, com infiltrações de água de chuva, de esgoto e entupimento das canalizações, curtos-circuitos na rede elétrica já velha e sem manutenção, falta de iluminação e ventilação naturais nos cômodos. Isso, do ponto de vista físico os tornam locais insalubres e perigosos e do ponto de vista social, verificamos a coabitação forçada, involuntária e sem privacidade” (PICCINI, 2004, p. 26).

Muitas vezes o cortiço¹⁴¹ era chamado de vila. Segundo Piccini (2004):

“esta era constituída por uma série de casinhas iguais geminadas, de dois ou três cômodos, voltados para estreitos corredores laterais ou pátio comum ou dando diretamente para a rua. Re-

(que nada mais eram do que cortiços melhorados) seguiam essa tipologia, alastrando-se pelos fundos dos quintais, ou seja, pelo interior desocupado das quadras” (Campos, 2008).

¹⁴¹ Mais recentemente a PMSP classificava nos anos 1980 os cortiços em duas categorias: imóveis adaptados ou construídos para uso residencial unifamiliar, multifamiliar ou misto: *“São edificações de 1 ou 2 pavimentos, Apresentam superlotação de até 7 pessoas por quarto, com serviços higiênicos e sanitários coletivos externos, alcançando uma média de 50 pessoas para cada 1 ou 2 banheiros e tanques; imóveis concebidos como cortiços e construídos especialmente para fins de locação. São lotes com edificações diferenciadas do tipo vilas de cômodos, horizontais, ou assobradados. São chamados mais comumente ‘quintal de periferia’ ou ‘avenidas’. São fileiras de quartos no fundo de lotes de uma residência unifamiliar autoconstruída. Frequentemente são espaços de uso misto, comercial e residencial”* eventualmente com porão e quintal, com divisão precária dos cômodos originais em cubículos entre 4m² e 10m² (Piccini, 2004, p. 24).

*presentava a subdivisão do antigo lote urbano em unidades menores gerando uma tipologia de maior densidade. Cada moradia tinha no máximo 3,00m de largura, 6,00m de profundidade e 3,50m de altura, onde deveriam morar em média 4 pessoas, mas na prática abrigava de 6 a 8 pessoas”*¹⁴² (PICCINI, 2004, p. 26).

A necessidade de construção de casas populares em quantidade suficiente para abrigar a classe trabalhadora e extinguir os cortiços, era reconhecida pelo pensamento liberal da época, mas tal encargo era deixado inteiramente à iniciativa privada, que deveria construí-las e explorá-las modicamente, mediante incentivos e favores propiciados pelo Estado, assim como ocorrido em Lisboa. Campos (2008) afirma que os empresários só se interessavam pela construção da moradia proletária, pelo critério imediatista da rentabilidade.

“Ao mesmo tempo, a mentalidade discriminatória da burguesia daquele tempo não admitia a presença do pobre dentro da área urbana da cidade. Ele deveria morar longe, na periferia, fora do alcance da vista dos cidadãos decentes, em terrenos insalubres e inundáveis, porque baratos, e próximos das fábricas em que trabalhava. Na opinião aguçada de algumas pessoas sensíveis à questão social, essa política de exclusão só estimulava a insatisfação da classe trabalhadora, e a segregação espacial em que ela era mantida apenas criava condições propícias para a disseminação da radicalização política, sempre temida pelas camadas superiores de então” (CAMPOS, 2008).

Na capital, a ‘comissão de exame das habitações operárias’ da Câmara Municipal propôs dois tipos de habitações operárias de caráter urbano:

“o primeiro tipo custaria no máximo 2.500\$000 (1893), fora o terreno, e o segundo custaria de 4 a 8 contos cada uma. Este pode ser construído em qualquer lugar, enquanto o primeiro seria usado na reconstrução dos cortiços centrais, quando necessário ou ‘nos bairros próximos’. Propõe-se ainda a construção de um tipo de vila quando se dispuser de ‘larga superfície de terreno fora da cidade’. Neste caso, as habitações terão no mínimo 54m² e pelo menos 27m² de área livre. Cada uma terá 6 cômodos, isto é, ‘sala, varanda, três quartos e cozinha... e poderá alojar folgadoamente 6 pessoas e não custará de aluguel mais de 40\$000 por mês” (BLAY, 1985, p. 73).

Da mesma forma, o poder público propôs que os operários habitassem determinados espaços urbanos para investimento do capital privado, com contrapartida prévia em bens de consumo coletivo, fazendo aparecer vilas operárias (figuras 549 e 550) nos bairros paulistanos de Santana, Pirituba, Água Branca, Pari, Mooca e Tatuapé, entre outros, além das atuais cidades de São Caetano e São Bernardo do Campo. A ‘planta do tipo de cortiço urbano’ como modelo de moradia operária, proposto pela Comissão de Exame e inspeção de Cortiços, é muito próxima da que foi utilizada em vilas operárias, sendo também a primeira proposta de conjunto habitacional de casas isoladas (BLAY, 1985, p. 75; BONDUKI, 2004, p. 59).

¹⁴² Já, na Lei Municipal nº 10.928 de 1991 (Lei Moura) o cortiço é definido como “(...) unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente as seguintes características: a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; c) várias funções exercidas no mesmo cômodo; d) acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; e) circulação e infraestrutura, no geral precárias; f) superlotação de pessoas” (Piccini, 2004, p. 24).

Figura 549 - Planta do tipo de cortiço urbano - Casinhas de tipo mínimo. Proposta de produção rentista com planta semelhante ao tipo comum utilizado em vilas operárias (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 550 - Proposta de casas isoladas dispostas de forma ordenada em quarteirão convencional, sem delimitação de lote e sem acesso à via pública. Primeira proposta de conjunto habitacional horizontal de casas isoladas (Fonte: Cordeiro, 2010).

Seguindo a política de incentivo à iniciativa privada para a edificação de habitações destinadas à classe proletária, a Lei Municipal nº 315, de 14 de agosto de 1897, autorizava o contrato com Guilherme Maxwell Rudge para a construção de 2.000 unidades habitacionais em quatro tipos, formando vilas operárias em São Paulo. O primeiro tipo residencial apresenta a comum repartição em três compartimentos: sala, quarto e cozinha, área cimentada e latrina, com área mínima de 30 m²; o segundo oferece: quatro cômodos, sendo sala, dois quartos e cozinha, área cimentada e latrina, dispondo de 37,50 m²; o terceiro tipo apresenta cinco cômodos, sendo sala, três quartos, cozinha, área cimentada e latrina em 45 m²; já o quarto tipo referido na lei, referia-se às casas comerciais, farmácias e consultórios, necessários para manter as condições de vida nas vilas (Dias, 1989, p. 59). Segundo Campos (2008), conforme a planta apresentada pelo concessionário depois da assinatura do contrato, os exíguos compartimentos das unidades eram todos intercomunicantes, não havia espaço para corredor, salvo do lado de fora, e a instalação sanitária era sempre externa. Os conjuntos habitacionais seriam construídos em locais distantes do centro da cidade e para resolver o problema da mobilidade, a Câmara tentaria obter passagens reduzidas para os futuros locatários, com as linhas de ferro e de bondes.

“Eram postos à disposição vários favores para o empresário realizar o empreendimento. Concedida uma área de 500.000 m² em terrenos municipais e concedida isenção de impostos e taxas. E ainda seriam construídas à custa do Município derivações necessárias dos encanamentos de águas e esgotos. O concessionário, por sua vez, obrigava-se a alugar as casas do 1º, 2º e 3º tipos, no máximo, respectivamente a 35\$000, 48\$000 e 58\$000 por mês não podendo, entretanto, cobrar mais de 12% (doze por cento) de aluguel sobre o custo real de cada casa. Aos inquilinos das casas operárias era permitido, se assim o quisessem, mediante uma taxa mensal, amortizar o valor do prédio alugado, tornando-se proprietários no fim de certo prazo. O preço da amortização para o resgate da propriedade não poderia exceder de três por cento em dez anos, sobre a avaliação e custo do prédio. Quando o concessionário ou empresa que organizasse, tivesse construído as duas mil casas, a que se referia o art. 1º poderia, se assim lhe conviesse e à Câmara, construir maior número mediante os mesmos favores e ônus” (CAMPOS, 2008).

A concessão da Lei Municipal nº 315 vigoraria por 25 anos, a partir da data da assinatura do contrato, celebrado em 3 de setembro de 1897 entre a Câmara de São Paulo e Guilherme M. Rudge (figura 551). Entretanto, o projeto jamais saiu do papel, pois um ano após a assinatura do contrato, os vereadores contrários à proposta do concessionário durante a votação da citada Lei na Câmara, conseguiram aprovar a Lei nº 589, de 1º de setembro de 1898, a qual declarava nula a parte da Lei nº 315, no que dizia respeito à concessão de terrenos municipais. Excluída a cessão gratuita de terrenos públicos para construção das casas, o negócio deixou de ser economicamente interessante para o empresário (CAMPOS, 2008).

Figura 551 - Projeto de casas operárias, apresentadas por Guilherme Maxwell Rudge à Câmara paulistana em 1898 (Fonte: Acervo AHMWL *apud* CAMPOS; GAMA; SACCHETTA, 2004).

Campos (2008) informa que no Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz (AHMWL) consta a planta assinada pelo concessionário Guilherme Rudge apresentando os diferentes tipos de habitação descritas na Lei nº 315. Segundo o autor, a exiguidade das habitações e a falta de privacidade e conforto seriam compensadas com uma aparência 'risonha' de chalet, que configurava 'uma maneira de contentar a estética dominante e, ao mesmo tempo, disfarçar para o futuro morador a dura realidade de sua moradia' (Campos, 2008). Como este projeto, no AHMWL há centenas de processos de aprovação de plantas de casas consideradas operárias a partir de 1875, sendo da úl-

tima década do século XIX a maior soma dos projetos considerados interessantes, na maioria projetos de italianos construindo casas próprias¹⁴³ (LEMOS, 1975).

Na época da aprovação da lei nº 315, em 1897, as discussões na Câmara dividiram a Câmara em duas facções, formadas por número proporcional de vereadores, que concordavam ou não com a proposta do empresário Rudge. Blay (1985) percebe interesses mais profundos por trás das discussões sobre a viabilidade da concessão de terrenos públicos, já que os vereadores eram provenientes da classe dominante, sendo proprietários ou empresários. O conflito de interesses se dividia entre: os que pretendiam a expansão do capitalismo concorrencial, que pudesse garantir participação ampla da burguesia nos favores de Estado; e os inclinados a uma implantação capitalista de tendência monopolista, que aspirava absorver privilégios fiscais e financeiros para iniciar a produção de habitações operárias em larga escala. Campos (2008) conclui que parte dos vereadores defendia o direito de empresários se beneficiarem das concessões oferecidas pela municipalidade (produção manufatureira, de pequeno ou médio porte); enquanto outros defendiam o monopólio (produção concentradora de capital, de grande porte). Na passagem do século XIX para o XX, o setor da construção civil ainda não tinha abandonado o processo de produção manufatureiro por causa de entraves tecnológicos e, a tendência histórica foi desenvolvida pela ampliação do modo de produção capitalista monopolista. Mesmo com atraso, o setor da construção civil seguiu a mesma tendência, sendo a captação dos investimentos estatais mediada pela casa operária, 'setor fundamental para a reprodução do próprio sistema' capitalista (BLAY, 1985, p. 84-85; CAMPOS, 2008).

A instalação de cortiços estava proibida em todos os perímetros da capital paulista pela legislação de 1896 sobre a moradia operária, além do código de posturas de 1886, do código sanitário de 1894, do decreto sanitário e do Decreto nº 84, mas tais normas não eram obedecidas. Vêras (1994) afirma que a burguesia não considerava o trabalhador como contrapartida econômica e o operariado urbano emergente era identificado como 'pobre' e não enquanto categoria econômica, alguém que se 'imiscuia' na cidade. *"Talvez porque os níveis salariais fossem baixos e incapazes de prover habitações e demais bens de consumo necessários à sobrevivência. Daí que 'ser pobre' significava morar em casa alugada e em cortiço, um destino inexorável no pensar das elites"* (VÉRAS, 1994, p. 618).

O aluguel de habitações familiares, 'higiênicas', correspondia, na melhor das hipóteses, *"a mais da metade do salário da classe trabalhadora que vivia em São Paulo (...). Casas desse preço há muitas, e quem mora nelas não são operários: são os pequenos empregados; os operários moram nos cortiços (...)"* (Kovarik & Ant, 1982, p. 60). Assim, a ideia de intervir no problema habitacional trazia a conotação de 'limpar' a cidade, especialmente por conta da promiscuidade com os bairros de residências burguesas, como o caso da epidemia da febre amarela no final do século XIX, que 'infectou' o bairro de Santa Ifigênia (figuras 552 e 553), vizinho dos então aristocráticos Campos Elíseos, onde a pesquisa realizada em 1893 revelava 65 cortiços, estalagens, hotéis ou casas de dormida

¹⁴³ Os capitalistas preferiam alugar as casinhas que mandavam construir em vez de vendê-las. Assim, nem todos conseguiam abrigo nas 'vilas operárias'. Muitos se apressavam em ter casa própria, que quase sempre eles mesmos construíam. Os imigrantes que prosperavam procuravam instalar-se em outros bairros residenciais melhores (VÉRAS, 1994).

(Relatório de exames e inspeções das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia apud VÉRAS, 1994, p. 619).

Figura 552 - Planta de localização do setor infectado por febre amarela no bairro Santa Ifigênia (Fonte: Bonduki, 1998).

Figura 553 - Largo de Santa Ifigênia em 1908 (Fonte: www.4shared.com/all-images/ay-3BF32/So_Paulo_antiga.html).

As vilas operárias incentivadas pela legislação sanitaria da última década do século XIX deveriam obedecer às regras sobre o tipo de construção que indicavam: a altura do pé-direito, dimensões das portas e janelas, além do tipo de revestimento. Blay (1985) considera que as especificações tidas como 'técnicas', eram na prática 'sociais', uma vez que seguiam padrões inferiores às exigências referentes às casas burguesas.

"Assim a altura do pé-direito, de 5 metros destas, fica reduzida a 4 metros para aquelas. As janelas podem ser mais estreitas e mais baixas, etc. É claro ainda que, se comparadas às exíguas construções de hoje, as antigas casas operárias eram verdadeiras mansões. No entanto, o que se destaca é a proposta de uma casa operária que, legalmente, possa ser de menor qualidade com relação aos padrões da época, estabelecidos no Código de Posturas. (...) Propõe-se ainda a construção de um tipo de vila quando se dispuser de 'larga superfície de terreno fora da cidade'. Neste caso, as habitações terão no mínimo 54 m² de área livre. Cada uma terá 6 cômodos, isto é, 'sala, varanda, três quartos e cozinha ... e poderá alojar folgadoamente 6 pessoas (...). O Governo propõe a construção de casas dotadas de higiene e conforto, claro que um 'conforto operário', dada a redução dos padrões de construção, e localizadas em terrenos mais distantes (...)" (BLAY, 1985, p. 72-74).

A legislação urbanística estabelecia normas especialmente para a habitação operária, disciplinando a construção de moradias propostas pela burguesia para serem alugadas aos operários. Vêras (2008) afirma que parte do governo pretendia controlar o investimento imobiliário burguês, cujo controle implicava na elevação de impostos. Parte da burguesia não aprovava tais controles e no lado oposto, outro segmento da burguesia preferia limitar a exploração habitacional, preocupada com problemas epidêmicos e com a redução da reprodução da força de trabalho.

“Nessas normas urbanísticas adota-se o modelo da casa isolada, com recuos laterais e/ou frontais, e a definição de áreas mínimas para cada função¹⁴⁴. Essa legislação, por si só, não eliminou o problema. Existe, como sempre, uma cidade real, de fato, que vive ao arpejo das posturas como pode, e a cidade ‘legal’, prevista nos códigos e leis, e há grande distância entre as duas. As ‘boas intenções’ dos técnicos do Estado, sanitaristas, etc., permanecem vazias diante das taxas de rentabilidade dos investimentos em moradias alugadas dentro das características fundamentais dessa etapa do capitalismo e ao nível de reprodução de força de trabalho que irá interessar” (VÉRAS, 1994, p. 619).

Em 1900, a Lei nº 498 estabelecia prescrições para construção de unidades de habitação operária:

“vistoria prévia, feita pela Seção de Obras, para verificar se o terreno se presta à habitação salubre; se a construção pode ser feita de acordo com as prescrições; se existe distribuição de água canalizada e rede de esgoto; se o nivelamento coincide com o da rua e se há facilidade para o escoamento de águas pluviais; número de compartimentos - três no mínimo, incluindo a cozinha; área mínima - cada compartimento deve ter 10m²; pelo menos uma porta ou janela - abrindo diretamente para o exterior ou para uma área livre com superfície mínima de 10m² e dimensão mínima de 2m de largura; muros de alicerce - com espessura mínima de 0,45m até o nível do pavimento e 0,30m daí para cima; pé-direito - no mínimo 3m (até o frechal); vão mínimo das portas e janelas - a quinta parte da superfície mínima do compartimento; pavimento - poderá ser de madeira, cimentado ou ladrilhado. Sendo de madeira ficará a 50cm do solo, que deverá ser cimentado ou ladrilhado, e o porão, ventilado; paredes - internas, rebocadas e caídas; as paredes externas poderão ser de juntas tomadas; compartimentos - poderão não ser forrados; pintura à óleo - portas, janelas e forros; beiral - deverá ser de 0,30m, se não houver platibanda; terreno em torno da casa - revestido com alvenaria na largura de 1m; alinhamento - ‘as casas a que se refere a presente lei não poderão ser construídas no alinhamento das ruas, mas afastadas delas pelo menos 5 metros’; casas geminadas - separadas por paredes de no mínimo 0,30m; poços - permitidos, revestidos de alvenaria, protegidos por muro de 1m de altura, cobertos ou munidos de bomba para extração de água, se não houver distribuição de água potável; uma latrina para cada casa” (DIAS, 1989, p.60-61).

Campos (2008) destaca que no caso das casas proletárias, era admitido não apresentar as respectivas plantas, mas apenas uma descrição do que haveria de ser construído, o que contrariava a legislação de 1893, que obrigava a apresentação de plantas para a obtenção de licença para construir. *“Agora bastava informar o número e as dimensões dos compartimentos e suas respectivas destinações! Sem dúvida, a ideia subjacente era simplificar a aprovação desse tipo de edificação altamente padronizada, visando o barateamento das construções e o aumento da margem de lucro do empreendedor. Dentro da visão elitista que vigorava então entre as autoridades, as casas proletárias não poderiam ser levantadas dentro do perímetro urbano, ampliado na mesma lei em função do rápido crescimento da cidade”*. Entretanto, a Lei nº 498, conforme destaca Campos (2008), só estava acatando uma determinação do Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, que exigia o estabelecimento de vilas operárias fora da aglomeração urbana. *“Partia-se de uma simples constatação: como as doenças eram endêmicas no ambiente da pobreza, esse ambiente deveria ser mantido afastado da área urbana da cidade para não causar problemas para o resto da população”* (CAMPOS, 2008).

¹⁴⁴ Lei municipal nº 2332, de 9 de novembro de 1920. Em 1900 foi aprovada a Lei nº 498, que estabelece prescrições sobre a construção de casas operárias. A Lei nº 1098, de 1908, isenta de impostos municipais durante 15 anos a construção de ‘casas higiênicas’ e isoladas, que se dirigissem à venda em prestação a quem não fosse proprietário e não pudesse pagar aluguel a valores correntes. O padrão de 1920 propunha como superfície mínima de uma unidade habitacional a área de 10 m²; nas habitações múltiplas, cada unidade deveria ter pelo menos um cômodo, uma cozinha e um banheiro; e ainda proibia a habitação nos porões (VÉRAS, 1994).

Naquele perímetro então estabelecido, já não era permitida a edificação de casas operárias (figuras 554 a 557) nas encostas do antigo morro da Tabatinguera¹⁴⁵, o que até então era comum. Campos (2008) informa que sobrevivem vilas centenárias naquela região deteriorada, parcialmente margeada pela Avenida Radial Leste (Travessa Ruggero, Vila Suíça, Vila Carolina Augusta, entre outras), em avançado processo de descaracterização e em péssimas condições de habitabilidade.

“Nas proximidades, havia também a Vila Conde de Sarzedas (figura 558), cujo nome fora dado em homenagem ao antigo governador da capitania de São Paulo D. José Bernardo de Lorena (1756-1818). Esse conjunto habitacional, porém, não preservado pela lei de zoneamento que instituiu a Z8-200 (Lei nº 8.328 de 2 de dezembro de 1975), foi simplesmente arrasado e transformado no atual estacionamento que serve o Fórum João Mendes, situado nas imediações” (CAMPOS, 2008).

Figura 554 - Casas populares nas imediações da Baixada do Glicério (1978). (Foto: Hugo Segawa. Acervo Sempla).

Figura 555 - Vila Suíça (Foto: Hugo Segawa. Acervo Sempla).

Figura 556 - Rua Carolina Augusta (Foto: Hugo Segawa. Acervo Sempla).

Figura 557 - Travessa Ruggero (Foto: Hugo Segawa. Acervo Sempla).

Com a aprovação da Lei nº 498 em 1900, até mesmo as propostas de ampliações de vilas operárias já existentes na área central paulistana, não foram mais oficialmente permitidas. Campos (2008) cita que no AHMWL consta um requerimento, acompanhado de planta, solicitando aprovação de extensão de uma vila operária existente no local, pertencente à Possidônio Inácio das Neves, erguida em 1898. As casas projetadas não puderam ser executadas em função da citada proibição

¹⁴⁵ As encostas da Tabatinguera, que desciam em direção ao Rio Tamanduateí, atual Baixada do Glicério, eram localizadas na antiga chácara de Luís Pereira Machado. A propriedade pertenceu antes ao seu cunhado Francisco de Assis Márcio de Lorena Silveira, filho do capitão-general Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, o 5º Conde de Sarzedas. Quando Assis Lorena faleceu, as terras da chácara da Tabatinguera passaram às mãos de Luís Machado, mais tarde herdadas por sua filha, Ana de Lorena Machado, e a seguir pela filha desta, Ana Maria de Almeida Lorena Machado, que mandou loteá-las no final do século XIX. No alto da encosta, foi erguido o castelo que atualmente sedia o Centro Cultural do Museu do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, construído por Luís de Lorena Rodrigues Ferreira, outro descendente do 5º Conde de Sarzedas. Na área geomorfologicamente mais desfavorável, foram erguidos (fig. 2 a 5) vários conjuntos residenciais populares (CAMPOS, 2008).

quando submetidas à aprovação em 1901. “A Lei n. 498 é ainda importante por determinar uma série de regras, com medidas precisas, que deveriam ser obedecidas ao serem construídas as moradias populares. O objetivo era garantir condições mínimas de higiene aos lares destinados às pessoas de poucas posses, sem deixar de favorecer os construtores. Ao serem admitidos pés-direitos de apenas 3m, mais baixos que os das outras edificações, barateavam-se a construção das casas pobres” (CAMPOS, 2008).

Figura 558 - Projeto de ampliação com construção de novas unidades à vila já existente no antigo Largo Conde de Sarzedas, atual Praça Mário Margarido, 1901 (Fonte: Acervo AHMWL in: Campos, 2008).

391

Em 1901, como incentivo à construção de vilas operárias, a lei nº 493 ‘fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1901’ e isenta de impostos municipais as vilas operárias que se construíram como tais, de acordo com o padrão estabelecido e que estivessem fora do perímetro central. Dias (1989) destaca a intenção de eliminar habitações insalubres, pois “*não serão permitidas as habitações coletivas em forma de cortiço, nas casas que para tal fim não forem construídas, nem nos cortiços que não estiverem de acordo com o padrão*” (DIAS, 1989, p. 61).

As mais antigas legislações municipais paulistanas, de 1897, 1900 e 1908, estimulavam a construção de vilas operárias pelo poder público ou iniciativa privada, que fossem ‘baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas’, ou seja, periféricas.

“A lei municipal nº 468, de 14/12/1900 isentava de impostos as casas operárias, permitia o abaixamento do pé-direito mínimo e o emprego de materiais ditos de segunda, exigindo, porém, a previsão de três compartimentos com área mínima de dez metros cada um deles. O custo dos trinta metros quadrados mínimos de construção somado ao preço do lote atingiria a um montante aproximado de 2:500\$000. (...) Eram necessárias 500 diárias completas de cinco mil réis para se obter uma casa de arrabalde, o que, evidentemente, tornava aquela aquisição quase impossível, pois a alimentação e o vestuário praticamente consumiam, e consomem todo o ganho do operário. Essa lei, como as outras, era dirigida aos capitalistas, tornando a construção em série de casas operárias um ótimo negócio, principalmente aquelas agrupadas em ‘vilas’ nos miolos baratos dos quarteirões de loteamentos antigos de difícil remanejamento do sistema viário. (...) tais vilas operárias deveriam render 24% de juros ao ano, o que era ótimo em termos de aluguéis” (LEMOS, 1975).

Os bairros industriais e operários paulistanos como o Brás, são caracterizados basicamente pelo padrão habitacional da moradia alugada, sendo que tal investimento era rentável para pequenos poupadores com origem no café e sem condições ainda de aplicar na indústria. Vêras (1994) afirma que havia uma correspondência entre o grau de acumulação do período e a casa alugada.

“Os ‘cortiços’, ‘vilas’ e ‘quintalões’ representavam variações de um mesmo padrão, o da construção de habitação coletiva. Geralmente, os lotes, retangulares, apresentavam variável dimensão (frente oscilando entre 5 e 15 m e de fundo com 20 a 50 m). Os de frente menor comportavam cortiços com uma entrada lateral, ao longo da qual se alinhavam quartos geminados perpendicularmente à entrada e com a presença de tanques, banheiros comuns. Os de frente mais larga apresentavam uma entrada central e duas filas de cômodos que a ladeavam; assumiam formas de ferradura, da letra U, alguns assobradados. Muitos problemas de salubridade, má insolação, ventilação e muitas famílias nos quartos-cozinhas. Alguma organização se estabelecia para funções comuns, entre elas a de limpar banheiros, varrer corredores de circulação, quase um embrião de sentimento comunitário” (VÉRAS, 1994, p. 611).

A Lei nº 553 de 14 de novembro de 1901 ‘autoriza o prefeito a contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais’, estabelecendo favores aos interessados. Em 1902 o governo municipal renovou a lei, com o objetivo de viabilizar a construção de grande quantidade de unidades habitacionais proletárias na cidade de São Paulo com a edição da Lei nº 604, que autorizava contratar com o Dr. Artur Pio Deschamps de Montmorency, empresa ou companhia que organizasse, por si ou por outrem, a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais em terrenos que adquirisse legalmente, dependente de prévia aprovação da Câmara, o local escolhido para tais edificações (Dias, 1989, p. 61; Campos, 2008). O empreendedor teria o prazo de um ano para iniciar as obras, sob a pena de caducidade, salvo caso de força maior e informa que duas leis posteriores prorrogariam o prazo de início das obras, que parecem nunca começadas, segundo Campos (2008). Além das casas operárias, o Montmorency pretendia construir na vila: mercado, lavanderias e banhos públicos, que seriam explorados comercialmente com o objetivo de aumentar sua renda, e propunha entregar os equipamentos à Prefeitura depois de 30 anos de concessão (a Lei nº 604 estipularia o prazo 20 anos para essa entrega).

“Os banhos públicos até constituíam uma bem-vinda novidade, pois na casa proletária tal como concebida naqueles anos, quando alguém queria proceder à higiene corporal, era necessário fazê-lo em tinas colocadas na cozinha ou em outro cômodo, porque simplesmente não existiam banheiros, somente latrinas. Além disso, supomos ter sido nessa lei a primeira vez que ocorreu a palavra embelezamento acrescida à já bem conhecida saneamento, referindo-se a locais que deveriam ser adequadamente preparados para receber a construção de casas proletárias. Na concepção da classe dominante, o pobre deveria morar em locais exíguos, por uma questão de custo das construções, e minimamente saudáveis, não apenas para não transmitir doenças às outras camadas sociais, como também para permitir a necessária reprodução da força de trabalho. Beleza era algo que só deveria ser considerado em termos urbanos, ou seja, as casas proletárias deveriam ter uma fachada decorosa para não prejudicar a paisagem urbana da cidade, e não para o deleite dos pobres. Afinal, a fruição estética era um luxo reservado aos ricos e poderosos, que só naquela altura, 1902, começavam a tomar as primeiras medidas concretas para o embelezamento da Área Central, que era a parte da cidade por eles próprios frequentada” (CAMPOS, 2008).

No Rio de Janeiro, então a capital brasileira, o relatório redigido pelo engenheiro Everardo Backheuser apresentado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. J.J. Seabra descreve alguns tipos de habitação econômica direcionadas para a classe operária:

“A casa terá pelo menos três compartimentos, inclusive cozinha, tendo a latrina fora da habitação; Disporá de uma área de 10m² pelo menos; As portas e janelas terão 1/5 da área a iluminar; o pé-direito será de quatro metros; As portas internas serão rebocadas e caiadas, podendo as externas ser rejuntadas; São dispensáveis os forros; Os soalhos estarão a 0,5m do solo, sendo este revestimento impermeável; A beirada de telhas, que é permitida, terá uma saliência de 0,3m; Haverá um passeio em torno da casa com 1m de largura; As casas serão afastadas 5m do alinhamento da rua” (BACKHEUSER, 1906 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 111).

Os tipos de unidades habitacionais populares recomendados pelo eng. Backheuser apresentam elementos que sofreram modificações no decorrer do tempo, segundo Carpintéro (1997), como: a latrina fora da unidade, o pé-direito de 4m e a disposição de esquadrias assumindo um quinto da área a ser iluminada. A autora lembra que no final da primeira década do século XX as plantas das casas econômicas já incluíam banheiros no interior das unidades habitacionais, conforme projetos apresentados pelo arquiteto Antonio Januzzi na capital federal (CARPINTÉRO, 1997, p.111).

Backheuser defende que os banheiros deveriam ser instalados fora da habitação por representarem possíveis focos de infecção: *“(...) a falta de um perfeito fechamento hidráulico pode ocasionar o escapamento dos gases da rede e, se a latrina estiver no ambiente onde se dorme, os resultados serão lastimáveis”* (BACKHEUSER, 1906 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.111). Sobre a circulação do ar, o engenheiro aponta a importância da altura dos cômodos: *“(...) o pé-direito é, como o mais, um dado de experiência, em que nem só as condições higiênicas prevalecem; as razões de estética influem também e, por isso, é rigorosamente estabelecido em 4m o pé-direito mínimo no Rio de Janeiro”* (BACKHEUSER, 1906 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.112). O eng. Backheuser assinala também as vantagens do processo de edificação de unidades habitacionais em série. *“Duas condições gerais favorecem a diminuição do preço: a primeira é a de que ensina que a construção de grande número de casas é relativamente mais barata do que o de uma casa isolada, dado que todas elas sejam iguais, a segunda é a que diz que, grupadas as casas, diminuindo, pois, o número de paredes, o preço total será menor”* (BACKHEUSER, 1906 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.124).

Em 1905, o vereador Afonso Celso Garcia, ligado aos interesses dos trabalhadores, advogado de vários sindicatos e associações proletárias, abordou o tema da casa operária na Câmara, com conotações políticas diversas das comumente adotadas naquela época. Segundo Campos (2006) apoiando-se no exemplo de alguns países europeus, Garcia concluiu que cabia ao poder público, solucionar o problema habitacional do trabalhador, referindo-se a soluções de natureza socialista impostas por ‘pressão de partidos radicais’, embora admitisse que não fosse o caso brasileiro, onde a massa proletária ainda não detinha peso político suficientemente significativo (Campos, 2008).

Dois anos mais tarde, a diminuição das greves levou o vereador Carlos Garcia a apresentar uma proposta para a construção de mais de 20 casas operárias a serem alugadas por preço inferior a 40\$000. Campos (2006) considera que a proposta era a de sempre:

“construção de casas a cargo de empresários que se beneficiariam com incentivos e favores do poder público. Celso Garcia opôs-se à idéia, por ele considerada acanhada. Afinal, inúmeros

cortiços se esparramavam pela cidade; em todos os bairros industriais havia quintais que eram verdadeiras povoações, no Brás, no Belenzinho, no Bom Retiro... Apresentou então uma contraposta inédita: que fosse aproveitado para a construção de vilas operárias o 'fundo de reserva' ou o 'saldo que se verificar nas associações de beneficência de São Paulo ou nas associações de auxílio mútuo'. Sugeriu então que as isenções fossem oferecidas às próprias associações de obreiros para que pudessem construir 'casas baratas e higiênicas para operários'" (CAMPOS, 2008).

Celso Garcia propunha assim, conforme Blay (1985) *"a captação daqueles recursos provenientes de fundos reunidos pelos operários, para o seu próprio uso, em momentos de necessidade, já que o País não dispunha de mecanismos institucionais de apoio aos trabalhadores. Estes fundos poderiam servir para construir casas operárias"*. Segundo a autora, *"como se vê, a ideia posta em prática pelo BNH¹⁴⁶, 50 anos mais tarde, teve seu precursor: Celso Garcia propunha que o Estado captasse fundos capitalizados pelos próprios operários"* (Blay, 1985, p. 95-96). Naquele mesmo ano de 1907, Celso Garcia reivindicou o emprego dos recursos provenientes de fundos reunidos pelos operários na construção de unidades habitacionais para eles próprios quando foi organizada a caixa de pensões vitalícias, a Economizadora Paulista, fundada em 20 de outubro. Essa mútua, com o capital acumulado, construiu a vila ainda existente no Bairro da Luz em São Paulo, formada por habitações originalmente alugadas a trabalhadores e a membros da classe média (CAMPOS, 2008).

Os poderes públicos passaram após a negativa a Guilherme Rudge em 1897, a conceder terrenos a companhias construtoras para a edificação de 'vilas operárias saudáveis', já no início do século XX. Segundo Decca (1983) *"as casas 'modernas, higiênicas e baratas para os operários' eram consideradas aquelas que possuísem de dois a três cômodos, com cozinhas e instalações sanitárias exteriores, colocadas no 'quintal', no fundo"* (DECCA, 1983, p. 48). A autora informa que nas duas primeiras décadas do século XX a construção de unidades habitacionais destinadas ao operariado industrial e urbano se configurava como um negócio lucrativo.

"Vilas operárias, habitações em série, de teto mais baixo, pequenas e modestas, muitas vezes afastadas das vistas da rua, passaram a ser construídas por especuladores individuais, companhias construtoras e imobiliárias ou pelos próprios industriais (no caso, primordialmente destinadas para habitação de trabalhadores mais qualificados e especializados), mas ao contrário do discurso público, nunca constituíram economia significativa ou solução para o problema que o operariado enfrentava com a habitação. Os poderes públicos, municipais e estaduais facilitaram durante todo o período um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e operária garantindo um retorno altamente lucrativo, limitando os juros para o capital investido na construção de 'casas populares'. Os 'investidores' faziam do aluguel um alto negócio" (DECCA, 1983, p. 48).

A aplicação de capital em casas de aluguel era considerada segura e isenta de riscos, segundo Sampaio (1994). Na época, a atividade agrícola, apesar de bastante lucrativa, era irregular e estava sujeita às oscilações do mercado mundial e às variações das taxas de câmbio e transformações meteorológicas. Os industriais também sofriam com a instabilidade da política cambial, monetária e

¹⁴⁶ O BNH, no começo de suas atividades, durante o regime militar em 1964-1985, *"pretendia cooptar política e ideologicamente a população de baixa renda, tornando-a proprietária e, portanto, avessa ao esquerdismo, acabou com o tempo deturpando a natureza de sua atuação: deixou de financiar a construção de casas para os trabalhadores, depois de construir cerca de quatro milhões de unidades, e foi financiar apartamentos para classe alta e para a classe média"* (CAMPOS, 2008).

fiscal, além da concorrência de produtos estrangeiros (SAMPAIO, 1994, p. 19). A possibilidade de diversificar aplicações de capital, com a lucratividade do setor imobiliário levou investidores provenientes de ramos diversos: construtoras, sociedades mutualistas e cooperativas, como também os empregadores se a se interessarem pelo filão ascendente. Dentre as iniciativas de construção de habitações econômicas uma das mais antigas de São Paulo esteve a cargo do Banco dos Operários já a partir de 1850, formado por um grupo de capitalistas que se dizia preocupado em promover moradias baratas ao operariado que se constituía progressivamente. Carpintéro (1997) reproduz o estatuto do banco que pretendia: *“edificar em grupos, em avenidas, ou isoladamente casas sob os tipos modernos e higiênicos, para arrendar às classes pobres, mediante os mais moderados aluguéis, ou vender-lhes a prazo longo, com amortização incluída nos mesmos aluguéis; Comprar terrenos, retalhá-los e vendê-los por conta própria a terceiro”* (CORREIO PAULISTANO, 12/07/1890 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 71). Outras iniciativas semelhantes tiveram o Banco Construtor e Agrícola da São Paulo, o Banco de Santos, o Banco Industrial Amparense e o Banco União de São Paulo, além de outras sociedades interessadas em investir na criação de bancos operários e serviços de infraestrutura para escolas e hospitais, como o ‘Colyseu Paulista Companhia Anônima e Companhia de Melhoramentos de São Paulo’ (SEGAWA, 1979 *in*: CARPINTÉRO, 1997). Carpintéro (1997) expõe que a Cooperativa Associação Predial de Santos entre 1904 e 1942, criou 123 grupos de associados e construiu 2.300 unidades habitacionais (FERNANDO, 1942 *in*: CARPINTÉRO, 1997, p. 71).

A Companhia Iniciadora Predial, representada pelo Dr. Pádua Salles, contratou em 1909, um dos arquitetos mais requisitados pela burguesia paulista, Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Campos (2008) destaca a documentação apresentada pelo profissional, um requerimento¹⁴⁷ endereça-

¹⁴⁷ “Exmo. Snr. Prefeito Municipal de São Paulo.

O abaixo assignado propõe-se a construir no terreno sito á Rua Livre, nos fundos da propriedade do Snr. Dr. Padua Salles, (com o n. 81 para a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio), um grupo de casas geminadas, segundo proporções economicas e constituindo um typo que denominará de HABITAÇÃO POPULAR. Este modelo faz parte de uma serie de construcções economicas em projecto, parte das quaes será construida pela Companhia Iniciadora Predial a cuja directoria o signatario tem a honra de pertencer. Vem, pois, submeter á approvaçao de V. Ex. os desenhos de plantas e fachadas, deste exemplar, os quaes, sendo projectados com dimensões inferiores ás do padrão Municipal, requerem de V. Ex. uma concessão especial, cujo deferimento o signatario pretende justificar nos seguintes termos: Considera uma necessidade urgente em nossa capital a construcção de typos economicos de casas de moradia que permittam albergar convenientemente a familia de operario, do pequeno funcçionario, ou de todos quantos necessitem da casa de diminuto custo e aluguel. Todavia, a base de preços de materiaes e mão de obra actualmente em vigor entre nós, não permittre realizar um volume de construcção correspondente a uma familia normal, por preço assaz modico, em conformidade com as dimensões estipuladas pelo regulamento municipal. Por isso, as tentativas neste sentido se teem limitado com poucas variantes á construcção de casas terreas, typo chamado entre nós de cortico, com dois commodos e cosinha, onde, não obstante a fiscalisação official, se accumulam em demasia os moradores. Julga o requerente que a solução estará, para o typo intermedio da casa economica, na disposição em dois pavimentos, aproveitando para uma dada superficie de terreno a mesma cobertura, com um dispendio minimo de alvenarias de elevação. O modelo estudado, e que tem a honra de submeter á approvaçao de V. Ex., realiza em parte esse desideratum, pela seguinte forma: O 1º pavimento será ao res-do-chão, sobre um embasamento de 30 centimetros, com o solo revestido de cimento ou ladrilhos, e abrangerá as camaras de vida commun: á frente a sala ou officina, junta á **[sic, por junta, a]** segunda sala para jantar, e ao fundo em corpo annexo a cosinha, o gabinete hygienico e lavadouro; estas peças serão ligadas por corredor independente; uma escada de facil acesso conduzirá ao pavimento alto, onde haverá tres camaras de dormitorio, sendo as duas da frente separadas por divisao de tabique em parte da altura, para dar ao conjunto maior volume de ar. A altura será de 3^m30 entre o 1º e 2º pavimentos; no andar será de 2^m40 na fachada e 3^m90 no ponto mais elevado, pois que o fôrro acompanhará internamente a forma do telhado, propositalmente construido para tal fim. Este pavimento terá uma altura media, superior a 3^m15. O volume destes dormitorios, a sua superficie, e sua relação para a area das aberturas de luz e ventilação, estão contidos no quadro seguinte. Admittir-se-á para comparação das condições hygienicas geraes destas camaras de habitação a tabella estabelecida no decreto do Governo francez de 28 de Julho de 1904, que pretende resumir e resolver o mesmo problema que agora nos occupa de forma a satisfazer todas as exigencias hygienicas, economicas e sociaes. Ahi se estabelece que a altura media entre o soalho e fôrro não deverá ser inferior a 2^m40, e que o cubo de ar attribuido a cada habitante deverá

do ao Prefeito Antônio Prado, no qual comunica que o Dr. Pádua Salles pretendia construir grupos de casas populares na Rua Livre (atual Álvares Machado), no fundo do terreno do palacete onde morava, na Avenida Luís Antônio, 81. Por esta razão, Ramos de Azevedo apresentava um projeto de pequenas casas geminadas (figuras 559 e 560), com dois pavimentos (um partido pouco usual até então em casas operárias paulistas), e solicitava concessão especial, admitindo que por economia, não haviam sido observadas todas as regras do Padrão Municipal, considerado demasiado rigoroso em algumas exigências relativas à habitação proletária (CAMPOS, 2008).

Figura 559 - Projeto de casas populares geminadas, concebidas segundo gosto pitoresco. Acima, fachada principal; abaixo, elevação lateral (Acervo AHMWL).

Figura 560 - Projeto de casas populares geminadas, concebidas segundo gosto pitoresco. Acima, fachada principal; abaixo, elevação lateral (Acervo AHMWL).

Campos (2008) considera instrutiva a leitura dos pareceres constantes desse processo, principalmente do eng. Sá Rocha:

396

ser de 14 metros cubicos, com redução para 12 m. c. nas camaras apenas occupadas durante a noite. Verificar-se-á que se respeitou a altura minima e que a altura media é em muito superior neste projecto. Egalemente, o cubo de ar dos dormitorios, corresponderá ao necessario para 6 habitantes. As medidas são superiores ás medias europeas, e tambem no que diz respeito a areas de pavimento e sua relação para aberturas de luz, que no caso menos favoravel é ainda inferior á relação 1/8 considerada como justa em varios regulamentos hygienicos. Portanto, tomando algumas destas vantagens para a consideração do nosso especial clima que o requerente não julga em excepcional contraste com os climas do meio-dia da Europa a capacidade das camaras de habitação contidas neste projecto satifaz as melhores condições hygienicas, accrescendo a disposição fundamental destas casas, em grupos de duas, isolado no meio do terreno, com tres fachadas sobre as quaes se abrem janellas e portas, em condições satisfactorias de exposição ao sol e ventilação. Pela inspecção do projecto V. Ex. verificará que não foi descuido o seu aspecto esthetico, e que a construcção está em condições perfeitas de estabilidade, empregando-se materiaes novos, de 1ª qualidade, com acabamento perfeito e com a solidéz e sobriedade que se requer nas edificações de modelo economico. A cobertura será feita com placas sobrepostas de asbestos, e entre este telhado e o fôrro haverá um intervallo que servirá para ventilação e como caixa de ar isoladora. As janellas das camaras de habitação terão persianas; as paredes internas serão completamente lisas sem angulo ou arestas, e em todos os demais detalhes de construcção serão observadas as disposições da mais simples e rigorosa hygiene. A situação da habitação popular deverá ser em terreno fora do perimetro central da cidade, em ruas secundarias ou bairros suburbanos, cuja ligação com os centros industriaes e comerciaes, não seja difficil ou dispendiosa. Com as proporções descriptas e justificadas, julga o signatario que se poderá construir a casa propria á família proletaria, com um certo conforto, e em termos economicos muito animadores. Algumas tentativas já entre nós levadas a effeito denunciavam a oportunidade do problema, o qual se impõe em uma cidade cuja progressão de desenvolvimento, para bem nosso, cada vez mais se eleva. E o caracter de nossa população uma maior parte immigrante, apresenta-nos essa razão maxima de bem-estar como meio de fixação da família, e condição basilar de desenvolvimento. Não só o caso das individualidades ou grupos operarios, mas o funcçionalismo menor de limitados proventos, deve ser incluso no problema da habitação economica e popular, com a capacidade para a família commum. Ahi está egalemente um dos aspectos moraes da questão, não menos importante que o seu ponto de vista de hygiene social; a casa economica e confortavel será um dos elementos para essa modesta felicidade, que se pretende collocar ao alcance de todo o vasto proletariado sobre o qual se fundamenta o progresso das grandes cidades. O requerente, vem, pois, perante V. Ex. expor estas considerações aos seus sentimentos de justiça e generoso patriotismo, aguardando a approvação da sua tentativa de Habitação popular, a qual poderá ser considerada a titulo de experiencia, dependente de ulterior exame para um definitivo regulamento municipal sobre este typo de construcções economicas.

São Paulo, 17 de Março de 1909.

F. Paula Ramos de Azevedo” (CAMPOS, 2008).

“Já de início, o técnico da Prefeitura louva a iniciativa do famoso requerente, sobretudo pela contribuição estética que seu projeto traria à cidade, e faz questão de demonstrar o seu conhecimento sobre os mais notáveis conjuntos de casas populares então construídos no Exterior, entre eles a famosa vila operária inglesa chamada Port Sunlight, próxima a Liverpool, até hoje existente, pertencente à companhia multinacional anglo-holandesa Unilever. Manifesta ainda plena solidariedade com o requerente acerca das exigências ‘draconianas’ do padrão vigente, que impediam os empresários de se interessar em construir casas adequadas às camadas desfavorecidas. Ao longo de suas considerações, Sá Rocha¹⁴⁸ reparou que as propostas de casas (figuras 561 e 562) apresentadas por Ramos de Azevedo se adaptavam melhor às necessidades dos fun-

¹⁴⁸ *“Eis um caso interessante e que vem supprimir a lacuna ha muito existente. Em tempos idos quando a sorte me era menos adversa pretendi construir uma casa no genero ‘cottage’ inglez ou de ‘chalet’ como se vê na Suissa e em outros paizes da Europa, mas tive de desistir do proposito em vista das exigencias do mesmo padrão pela execução do qual tenho hoje que zelar como engenheiro da Prefeitura!! Apezar, entretanto, do posto que hoje occupo nunca deixei de bater-me pelas ideias ora apresentadas pelo Sr. Dr. Ramos de Azevedo e sempre me tenho preocupado com o assumpto, que considero de grande valor quando por outros motivos não fosse, senão pela contribuição esthetica que vem trazer á cidade. Effetivamente comparando a construcção projectada com as que tem sido e são geralmente construidas desde logo o contraste se impõe e facilmente se verifica o quanto taes construcções visão concorrer p. o embelezamento da cidade em dados quarteirões. Nem é necessario citar o que se dá na Europa em cidades muito menos importantes que a no[ssa] pois seria isso fazer injuria aos meritos e á competencia tanto do illustre requerente, como do Sr. Prefeito, que ambos conhecem suficientemente a questão. Eis porque decididamente me ponho ao lado do Dr. Ramos de Azevedo no seu louvavel tentamen, exprimindo os meus sinceros desejos pelo feliz sucesso do mesmo. O insucesso de todas as tentativas feitas n’esse sentido e a que se refere o Dr. Ramos, tem sido devidas, em minha opinião, não só ás disposições draconianas do padrão como tambem ao systhema e modo de vida das pessoas a quem são destinadas taes habitações, em especial da classe operaria. A educação e os hábitos inveterados e rotineiros da grande massa tem sido em minha opinião o maior estorvo á consecução d’esse louvavel desideratum. Julgo, pois, acertada a designação de ‘Habitação Popular’ dada pelo Dr. Ramos ao seu projecto porque me parece que elle visa com mais propriedade e mais directamente beneficiar a classe muito numerosa de pequenos e medios funcionarios, ou [sic, por de] diferentes poderes do Estado, dos professores publicos etc. que dispondo de poucos recursos e sendo obrigados a despesas forçadas de representação, e ainda pela sua educação e instrucção mais elevada exigem certas condições de conforto e decencia que ora lhes faltam, do que propriamente ao operariado, o qual em sua grande generalidade aqui ainda não se capacitou da necessidade de certos beneficios relativos ao seu bem estar devido á sua ignorância e, como disse aos habitos inveterados. Com o conhecimento que tenho da causa (o meu serviço é quasi que exclusivamente no bairro mais industrial da cidade Braz, Mooca, Pary) posso afirmar o facto de que salvo raras excepções para allemães e suissos, que em suas respectivas patrias já estavam habituados á noção perfeita do que seja o seu proprio ‘home’ tudo o mais a esse respeito é simplesmente detestavel. E quanto ás condições estheticas da cidade em especial dos bairros citados é o que se pôde verificar! Estamos, e infelizmente, creio que ainda estaremos muito longe, dos magnificos bairros operarios que podem ser vistos p. e. em Zurich, em Bâle na Suissa em Mülhausen na Alsacia para não falar na cidade operaria de Krupp, em Essen, na Allemanha! Citarei ainda por exemplo, uma interessante cidade na Inglaterra ‘Port Sunlight’¹, fundação de um industrial que talvez pudesse ser tomada por modelo. Todas estas considerações me vem á memória ao examinar o projecto do Dr. Ramos. E com ellas não tenho em vista mostrar erudição nem mesmo acoroçoamento ao auctor, que d’elle não precisa, mas simplesmente manifestar o meu franco apoio á sua iniciativa. Passando a tratar dos projectos apresentados farei as seg.^{es} observações: O 1º projecto apresentado mostrava uma disposição c/ 3 commodos no pavimento alto. O Sr. Prefeito não concordou com tal disposição em vista da pequena area dos commodos. Em vista do que o Sr. Dr. Ramos apresenta em 2º projecto com 2 commodos apenas no pavimento superior sendo um d’elles bastante grande (area m² 18.85) e outro pequeno (area m² 9.57). Essa disposição exigiu igualmente um pequeno augmento nos commodos do pavimento baixo. Talvez assim ficasse sanada a duvida que nutria o Sr. Prefeito relativa ás dimensões dos quartos, porque me parece, que quanto ao mais - nada haverá que objectar pois o relatorio é detalhado e justifica as condições hygienicas e de commodidade da habitação - Não estou, porem, eu de accordo com a disposição adoptada, e peço a devida venia para expor os motivos que a isso me levam. Tomando-se como base de qualquer calculo, o typo de familia que chamarei de médio - entre nós - i. é. uma família composta de casal e 4 filhos (2 filhas e 2 filhos) [creio estar com a verdade e não ser exaggerada esta hypothese] teremos d’ahi a necessidade imperiosa e evidente de 3 dormitorios pelo menos. E, se attendermos ainda aos hábitos de vida das nossas famílias - e ao modo porque são geralmente mobiliadas as casas podemos concluir que cada um d’esses dormitórios não deverá ter uma superfície inferior a m² 12,0 (digamos uma area de 3,0 x 4,0) sufficiente para n’ella serem contidos os moveis indispensáveis a cada grupo de 2 pessoas que devem occupar os commodos. Igualmente e no meu entender sempre na supposição que as casas se destinam á classe de pessoas que citei noto a falta de um banheiro e W.C. no pavimento superior, mais ao alcance dos dormitórios do que um unico W. C. em baixo e fora da habitação. Não me parece, que seja difficil á alta competencia do auctor supperar taes difficuldades conseguindo a adaptação das commodidades apontadas. Devo, porém, observar que tratam-se como diz o Sr. Dr. Ramos apenas de uma experiencia apoz a qual se poderão melhor estudar os inconvenientes observados os typos apresentados satisfazem plenamente as condições de conforto, decencia e esthetica a que não estamos habituados em nossa cidade. Nesta condições é perfeitamente accetavel a idéia e com a modificação introduzida creio que o Sr. Prefeito poderá approvar as plantas conforme pede o Sr. Dr. Ramos de Azevedo, consedendo-lhe a respectiva licença mediante condições que serão opportunamente estabelecidas. Pela minha parte só posso fazer, como disse, os melhores votos para que o sucesso venha coroar os esforços que ora se fazem em beneficio das classes menos favorecidas e do embelezamento da cidade. E, ao terminar, peço que se relevem as longas considerações que me animei a fazer com o intuito, aliás, unico, de contribuir, com o meu fraco prestimo, para a realização de tão nobre fim.*

S. Paulo, 27.5.09

José de Sá Rocha” (Campos, 2008).

cionários medianos que às dos representantes da classe operária. Embora desprovidos de recursos, os funcionários eram mais exigentes em termos de conforto e 'decência'. Isso porque, podemos inferir, por motivos culturais e de educação, não toleravam as promíscuas casas proletárias, com poucos compartimentos e sem corredores internos que preservassem a intimidade dos moradores. Objetou, porém, que para esse tipo de clientela mais refinada seriam necessários banheiros e sanitários internos, no 1º pavimento, o que, logicamente, por encarecer as construções, não haviam sido previstos. As discrepâncias entre as propostas de Ramos de Azevedo e o Padrão Municipal acabaram, afinal, por ser facilmente superadas e o prefeito concordou em deferir o requerimento do eminente solicitante. Só que, por sugestão do diretor de Obras substituído, Eugênio Guilhem, as casas propostas foram aprovadas pela Prefeitura em caráter 'experimental', o que muito provavelmente resultou na falta de continuidade da iniciativa" (CAMPOS, 2008).

Figura 561 - Primeira versão do projeto com três quartos no piso superior. O conjunto de casas geminadas é apresentado aqui da seguinte forma: à esquerda, planta do térreo, e à direita, o pavimento superior com três quartos (Acervo AHMWL).

Figura 562 - Segunda versão do projeto com dois quartos no piso superior. O conjunto de casas geminadas é apresentado aqui da seguinte forma: à esquerda, planta do térreo, e à direita, o pavimento superior com dois quartos após a eliminação de uma única parede (Acervo AHMWL).

Assim, a Companhia Iniciadora Predial inaugurou suas atividades construindo habitações operárias nos anos de 1912 e 1913: *"A Companhia adquiriu por compra em boas condições de preço, terrenos em vários bairros da cidade, nos quais tem em construção grupos de um só pavimento, para operários, e de sobrados de tipo popular, também para pequeno aluguel. Estas operações representam um emprego lucrativo de capital"* (LLOYD, 1913, *apud* DECCA, 1983, p. 49). Companhias mutualistas que vendiam unidades habitacionais mediante prestações mensais investiram também neste rendoso negócio, como nos casos da União Mútua, Companhia Construtora e de Crédito Popular, Companhia Mútua de Crédito Predial, entre outras. Além das cooperativas, onde os cooperados pagavam mensalidades com o objetivo de receber pensões exploravam ou investiam em casas destinadas ao operariado industrial e urbano, cobrando aluguéis de alto valor. Uma das cooperativas, a Cooperativa Paulista, foi denunciada na imprensa por procedimentos não idôneos (A NAÇÃO, 5/4/1927 *in*: DECCA, 1983, p. 49).

As edificações propostas já deveriam seguir o decreto nº 2.141 de 14 de novembro de 1911, em que o estado reorganizava o serviço sanitário, com maior preocupação com o saneamento e as dimensões diminuíam:

“nas habitações em geral, saneamento - “A orientação dos prédios deve visar, sempre que possível, a sua proteção contra os ventos úmidos e será tal que assegure uma isolamento de 3 a 4 horas por dia, no mínimo”; ‘toda a habitação será isolada do solo por uma camada impermeável sobre leito de concreto de dez cm de espessura, pelo menos, devendo a superfície impermeabilizada se lisa, resistente e oferecer as necessárias condições de declividade para o fácil escoamento das águas’; em torno das habitações, deverá haver uma faixa impermeável de 60cm de largura; - iluminação e ventilação - ‘Haverá para toda a construção uma superfície livre afim de que o imóvel seja bem arejado e iluminado’; ‘A iluminação e arejamento dos porões deverão ser garantidos por aberturas munidas de placas metálicas de malhas estreitas e, sempre que possível, diametralmente opostas’; ‘Todos os compartimentos com portas ou janelas para o exterior, obrigatoriamente; sendo que os pátios internos devem ter uma área mínima de 8,00m² e uma dimensão mínima de 2,00m²’; - dimensões - todos os aposentos deverão ter 30m³ no mínimo (inclusive a cozinha) e pé-direito mínimo de 3,60m; espessura das paredes - 30 cm pelo menos; porões com 2,50m de pé-direito - podem servir como habitação durante o dia, mas não como oficinas; com 3m de pé-direito - podem servir como cozinhas; - soalho - acima do solo 50cm (o entrevão do soalho e forro deverá ser, quando o soalho não for desmontável, completamente cheio de coke ou substância equivalente); nas habitações coletivas (incluídas na parte reservada às habitações em geral): - Art. 293 - ‘São consideradas habitações coletivas as casas que abrigarem ou servirem de dormitório ainda que temporário, a várias famílias ou a muitas pessoas de famílias diferentes’; - Art. 295 - ‘1 latrina para 20 indivíduos’; - Art. 297 - ‘Nas casas de habitação coletiva para operários é obrigatória a construção de tanques de lavagem em número suficiente’; - Art. 298 - ‘As casas de aluguel que não estiverem em condições de salubridade deverão sofrer os necessários reparos ou desinfecções’; - Art. 374 - ‘As lavanderias públicas deverão ser afastadas das habitações, tendo a necessária declividade e possuindo camada impermeável até 2,00m²’ (DIAS, 1989, p. 66).

Dias (1989) observa que a legislação já definia tamanhos e dimensões e as regulamentava, enquanto que as anteriores apenas sugeriam. Assim, são poucas as exigências especiais com relação à habitação operária, que até então recebia diferenciação (Dias, 1989, p. 66).

No ano seguinte, em 1912, foi proibida a adaptação de prédios que estivessem em desacordo com as leis de 1886 (que trata prioritariamente de dimensões). A lei nº 1.580 determina: *“Art. 1º - ‘É proibida qualquer obra de acréscimo, ou de adaptação dos prédios urbanos, cuja construção se ache em desacordo com o padrão municipal, estatuído no art. 11 de agosto de 1886. Parágrafo único - Não se consideram como obras de acréscimo ou adaptação as obras necessárias ao uso do prédio e exigidas pela higiene’.* A lei também determina que nenhuma planta poderia receber aprovação com janelas fora dos padrões (DIAS, 1989, p. 67).

Na mesma linha, em 1914, um grupo de construtores pedia ao governo do Estado a concessão de terrenos para a construção de vilas operárias com grupos de vinte em três tipos: *“a) para pequena família, composta de sala, um quarto, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; b) para família maior, compostas de uma sala, dois quartos, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva, no quintal; c) casas apropriadas para armazéns, açougues, padarias, etc. (...)”* (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1914 *apud* DECCA, 1983, p. 02).

Na primeira década do século XX as técnicas construtivas das casas burguesas e operárias eram semelhantes, sendo que todos moravam em casas de alvenaria, com cerâmica e madeira, ‘sem as distinções que hoje identificam a construção no bairro de luxo da autoconstrução de periferia’ (Segawa, 2004). Como as famílias operárias não recebiam rendimentos suficientes, aliado à alta do

custo de vida gerada pela crise econômica do período de guerra, a diminuição do custo de uma edificação era limitada pela diminuição do número e da dimensão dos cômodos. Segawa (2004) destaca que a minimização espacial foi criada por meio das posturas legais que relacionaram uma classificação atribuída às habitações populares.

“O termo ‘casas operárias’ participava do corpo de definições do código de obras da cidade de São Paulo até os anos 1960, enquanto vigoravam as atualizações do Código de Obras Arthur Saboya, de 1929. Nele definia-se ‘casa operária’ como a edificação ‘que contiver, no máximo, três peças, entre aposentos e salas, além de cozinha e privada’¹⁴⁹. Enquadrava-se na categoria de habitações populares, caracterizada como ‘toda aquela que dispõe, no mínimo, de um aposento, de uma cozinha e de compartimento para latrina e banheiro e, no máximo, de duas salas, três aposentos, cozinha, copa, despensa e de compartimento para latrina e banheiro, sem contar a garagem e o quarto de criada’, em oposição à ‘habitação residencial, definida como ‘toda aquela que, dispondo de qualquer número de peças, as dimensões destas exceda aos limites máximos impostos para os das habitações ‘populares’. A caracterização de um tipo ‘operário’ para a habitação devia-se, na óptica do código, à dispensa de ‘alvará de construção’ na zona rural, obrigatório a quaisquer construções novas na zona urbana de São Paulo, além da isenção de taxas municipais” (SEGAWA, 2004 p, 160; 161).

O Código Saboya mantém reminiscências de antigas leis, como a Lei nº 498 de 1900 a qual ‘estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária’ que determinava o mínimo de três compartimentos, incluindo-se a cozinha, e determinava expressamente que as ditas construções seriam somente admitidas fora do perímetro marcado na lei, considerada por Segawa (2004) como uma periferização compulsória (SEGAWA, 2004 p, 160; 161).

A segregação espacial¹⁵⁰ incentivada pela legislação foi comentada em 1920 pelo acadêmico Me-deiros e Albuquerque:

“Uma ideia muito extravagante, que aparece sempre que se trata da crise de habitações, é a de fazer bairros operários, bairros militares, bairros proletários, bairros para empregados públicos... Há um erro social formidável. Criar, por exemplo, um bairro operário, segregando os operários do resto da cidade, e reunindo-os à parte, em um ponto, é criar um meio de cultura de ideias revolucionárias, um centro perigoso de agitações. Os que projetam essa criação, o fazem por um certo instinto aristocrático, não querendo que os operários vão manchar os bairros ‘chics’, as ruas fidalgas. Preparam, porém, assim, com esses preconceitos estúpidos, a sua própria perda, estabelecendo centros de agitação revolucionária. Aliás, essa ideia de dispor nas cidades as diversas classes em quarteirões e ruas à parte é uma sobrevivência da Idade Média (...)” (O Estado de S. Paulo, 4/06/1920 apud SEGAWA, 2004, p. 162).

Nesta época era comum a promoção de bairros específicos oferecidos a determinadas classes sociais, alguns edificados por industriais com casas de baixo custo oferecidas aos seus funcionários, incentivadas pela legislação federal (figura 563). Segawa (2004) destaca que as habitações operárias eram implantadas de forma aleatória e periférica com aval de uma legislação que possibilitava incentivos fiscais favoráveis aos capitalistas com a ilusão de eliminar cortiços (SEGAWA, 2004). Carpintéro (1997) expõe que por outro lado, no campo da legislação os decretos federais ao incentivar

¹⁴⁹ Geralmente as instalações sanitárias eram dispostas a parte, com entrada fora da casa, com porta para o quintal (Segawa, 2004).

¹⁵⁰ Tal segregação espacial já constava no Padrão Municipal de 1886, nas prescrições comuns a ‘cortiços, casas de operários e cubículos’, os quais seriam ‘proibidos no perímetro do Comércio’ e também no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, o qual determina que: ‘as vilas operárias deverão ser estabelecidas fora da aglomeração urbana’ (Dias, 1989, p. 56; SEGAWA, 2004, p. 161).

a construção de unidades habitacionais de baixo custo geraram atritos entre o poder municipal e as iniciativas particulares dificultando que os projetos se realizassem.

“A lei federal baseada nos decretos 2.407 e 4.029 de 18 de janeiro de 1911 e dezembro de 1920, e o decreto 14.813 de 20 de maio de 1921, procuravam favorecer as empresas de construção, estabelecendo uma série de requisitos, entre eles, a concessão de empréstimos destinados à construção de habitação popular. Esta legislação provocou alguns confrontos entre o poder municipal e o poder privado, pois nas cláusulas que compõem o decreto 4.029 estava presente a necessidade de aprovação do município para a obtenção dos empréstimos feitos pelas companhias construtoras. Ainda ficava a cargo das autoridades dos municípios cobrir todos os gastos necessários para a instalação dos serviços de infraestrutura das vilas, ou seja, a instalação da rede de água e esgoto, transporte, escolas, etc.” (JANUZZI, 1927 apud CARPINTÉRO, 1997, p. 69-70).

Figura 563 - Conjunto de casas econômicas construído pela construtora J.M. Malheiros & Cia. na Mooca (Fonte: Boletim do Instituto de Engenharia, 1931 apud Freitas, 2005).

As vilas operárias patronais representam uma importante expressão da conversão de São Paulo como cidade industrial, conforme Gunn & Correia (2005) não somente por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, mas também pelas características formais relacionadas a valores, materiais e símbolos do mundo fabril. A construção de vilas e núcleos no Brasil não foi um fenômeno específico ao início da industrialização. Segundo Correia (2010), antecedeu este período e continuou a ocorrer ao longo do século XX¹⁵¹: a edificação de habitações por iniciativa dos patrões para serem disponibilizadas para seus empregados e escravos é anterior à emergência da indústria moderna no Brasil, remontando ao período da colonização portuguesa, quando ocorria em fazendas, engenhos de açúcar e empreendimentos de mineração. A prática teve continuidade ao longo do século XIX, principalmente em engenhos e usinas de açúcar, empresas de mineração, fábricas têxteis, ferro e pólvora e também nas companhias ferroviárias. A partir da emergência e difusão da indústria moderna, a prática se intensificou por volta de 1880: cresceu em termos quantitativos; modificou sua configuração espacial; foi alterado o modelo de habitat; e a ação patronal se ampliou, incorporando com frequência igrejas, escolas, clubes, armazéns de consumo, cinemas, entre outros (CORREIA, 2010).

Assim como ocorreu em cidades da Europa em fase de industrialização no mesmo período como Lisboa, houve em São Paulo um amplo esforço de reorganização do trabalho, com ações patronais

¹⁵¹ Correia (2010) afirma que entre 1930 e 1950 vilas e núcleos foram edificados em números significativos em diferentes regiões brasileiras. A partir de 1950, este tipo de assentamento continuou a ser criado ou ampliado pelas indústrias. O momento de inflexão da tendência de criação de vilas e núcleos residenciais de empresas no Brasil parece localizado especialmente após 1985, quando algumas foram demolidas (CORREIA, 2010).

de controle sobre o cotidiano dos trabalhadores. Essas ações produziram a construção, por parte das empresas, de moradias para os operários, sendo muitos destes oriundos da zona rural. Carpintero (1997) afirma que vários fatores teriam levado empresários e capitalistas a investir em habitações operárias, sendo que alguns autores como Blay (1985) apontam que o principal motivo da edificação de vilas atreladas às fábricas condicionava-se à contratação e mão-de-obra; enquanto que outros, como Rolnik, enfatizam que este tipo de empreendimento tinha como objetivo localizar os operários mais próximos à fábrica, gerando um núcleo de urbanização capaz de atrair novas populações; já Rago defende que os interesses econômicos dos empresários estavam ligados a necessidades políticas (BLAY, 1985; CARPINTÉRO, 1997, p. 64; CORREIA, 1998; Rago, 1997). Para Bonduki (1983) *“(...) as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investidores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela não elasticidade do setor, viam na aplicação de capital um bom negócio complementado pela possibilidade de manter sob controle seus operários”* (BONDUKI, 1983, p.142).

Algumas vilas operárias de São Paulo¹⁵² foram edificadas junto às fábricas devido à localização afastada nos núcleos urbanos no início do século XX. As iniciativas advinham principalmente das indústrias de tecidos, cujos estabelecimentos eram sempre próximos às linhas férreas, naquele momento os únicos meios de transporte de passageiros e mercadorias. Desta forma as vilas operárias se construíram próximas às estações dos trens de subúrbio. Rago (1997) destaca que em torno da cidade de São Paulo, num raio de 10 a 15 quilômetros havia muitos lugares com facilidade de transporte e terrenos baratos. As vilas operárias eram construídas, de preferência nos subúrbios em terrenos escolhidos e saneados, que ofereciam ao operariado fácil acesso para a cidade ou ao local de trabalho (LE MOS, 1975; RAGO, 1997, p. 176-177).

As vilas, inseridas nas plantas fabris, concentraram-se principalmente nas localidades de Osasco (ainda bairro de São Paulo até 1959), Água Branca, Brás, Belenzinho, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente, e se estendiam ao longo dos trilhos da São Paulo Railway, da E. F. Sorocabana e E. F. Central do Brasil, implantadas no século XIX com participação ativa no escoamento da produção agrícola e industrial do Estado. *“Tangenciando a então malha urbana central da cidade, seus trilhos definiriam a localização das principais indústrias e da maioria das vilas operárias de fábricas surgidas na cidade durante a República Velha”* (DECCA, 1983, p. 50; GUNN & CORREIA, 2004, p. 82).

Os empreendimentos realizados pelos industriais da capital paulista foram menos frequentes do que se supõe, destacando que um dos mais antigos foi realizado pela Grande Destilaria da Várzea, fundada em 1889 com a finalidade de destilar álcool de milho, situada em torno da linha da SPR; também nas imediações da ferrovia, a Fábrica Santana, fundada em 1889 no Brás para produzir café e cereais, contava no início do século XX com casas para operários; a Cerâmica Falchi, que

¹⁵² Possivelmente um dos primeiros setores produtivos a construir vilas operárias tenha sido o das ferrovias, sendo inúmeros os casos, pelo Estado de São Paulo, de vilas ferroviárias próximas às estações. A instalação de ferrovias pelo Estado contribuiu para impulsionar o desenvolvimento industrial, sendo que muitas indústrias se instalaram próximas às estradas de ferro pelo fato de o transporte trazer matéria prima, máquinas, mão-de-obra e o consequente escoamento da produção. O sistema de transporte ferroviário, então formado por sociedades com capital privado estrangeiro ou nacional criou a infraestrutura de circulação de mercadorias antes do início do processo de industrialização paulista para atender aos agricultores e a partir disso atenderia aos centros fornecedores e os consumidores (BLAY, 1985).

ergueu na Vila Prudente, do outro lado da malha ferroviária uma vila operária; na Mooca a Cervejaria Bavária ergueu 25 moradias para empregados especializados em 1893, mantidas quando da aquisição pela Cia. Antártica Paulista; a Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet, construiu próximo à empresa no bairro do Ipiranga uma vila operária que existiu até a década de 1920; a mesma iniciativa teve a Linhas Corrente no mesmo bairro com 50 casas para seus funcionários; além de vila erguida por volta de 1900 com iniciativa de Antonio Prado no Brás, ao lado de seus edifícios fabris (DECCA, 1983, p. 50; GUNN & CORREIA, 2004, p. 82-83).

Figura 564 - Edifício da Fábrica de Calçados Clark, na Mooca. Projeto de Samuel das Neves (Fonte: Wright, 1913).

Figura 565 - Projeto de Samuel das Neves de unidades habitacionais geminadas para os mestres da Fábrica de Calçados Clark (Fonte: Arquivo de projetos da Biblioteca da FAU-USP *apud* Freitas, 2005).

Segundo Decca (1983), inicialmente não havia necessidade de fixar os trabalhadores que não fossem especializados junto às fábricas e geralmente as unidades habitacionais eram destinadas aos mestres e contramestres que os patrões pretendiam reter e controlar junto à produção. Alguns exemplos significativos deste tipo de iniciativa partiram de fábricas como: a Vidraria Santa Marina, fundada em 1897 na Água Branca; a Companhia Antártica (figura 569) que construiu uma série de casas na Rua da Mooca apenas para os cervejeiros; a Companhia de Calçados Clark (figura 564), situada na Mooca em 1904, contando com 500 operários em 1913, que oferecia unidades habitacionais (figura 565) apenas para os contramestres, ingleses ou italianos, e considerados 'habilíssimos em seus ofícios' - a Clark disponibilizava também na vizinhança, equipamentos recreativos e educativos com o intuito de preservá-los às suas funções; a Companhia Paulista de Aniagem na Rua da Mooca, que fornecia casas ocupadas principalmente pelos mestres e contramestres, estendidas na década seguinte para os demais funcionários; a Fábrica de Tecidos Labor, na mesma rua, que ergueu uma vila operária com cerca de 15 casas, próxima às suas instalações; a Cooperativa das Fábricas de Chapéus que mantinha em 1913 uma vila operária junto

à fábrica localizada em Vila Prudente, considerada na época um lugarejo próximo à capital, enquanto que a vila operária da Falchi deu origem ao bairro da Vila Guilherme; a Cia. Nacional de Juta com a Vila Maria Zélia entre 1916 e 1920 no Belenzinho; a Fábrica de Ferro Esmaltado Silex no Ipiranga que em 1919 ocupava área de 40.000m², onde trabalhavam cerca de 500 operários, mas dispunha de apenas 50 unidades habitacionais oferecidas aos funcionários mais antigos; a Fábrica São Simeão que construiu entre 1919 e 1924 a vila Boyes, com 97 casas destinadas aos operários especializados, com cooperativa de consumo e posto médico; o Grupo Matarazzo (Moinho Matarazzo, Tecelagem Mariangela, Oficina Central, Sol Levante e Metalúrgica Matarazzo), que mantinha unidades fabris inicialmente na Água Branca e depois na Mooca e São Caetano do Sul, possuiu em torno de 50 casas nos Bairros do Brás, Água Branca e Lapa; a Tecelagem Belenzinho, também do Grupo Matarazzo adquiriu a Vila Boyes e também construiu a Vila Cerealina, com 79 casas, que foram somadas à Vila Edna no mesmo bairro e outra Vila na Rua Cotegipe, no Belém; e o Cotonifício Beltramo fundado em 1895 e transferido para Osasco em 1923 disponibilizando habitações em sua vila operária (DECCA, 1983, p. 50; GUNN & CORREIA, 2004, p. 82-84).

Outras indústrias de grande porte investiram na construção de unidades habitacionais para seus operários com aluguéis relativamente altos, o Cotonifício Rodolfo Crespi, que fabricava tecidos de lã, algodão e meias, com 45 casas na Mooca, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni e a Cia. Lacta, cujo operariado se submetia aos altos valores atraídos pela facilidade de viver mais próximos aos local de trabalho (DECCA, 1983, p. 52).

404

Apesar de não ter configurado uma predominância em oferta de habitação operária em São Paulo, a vila operária de promoção patronal foi amplamente difundida pelo Brasil durante a República Velha, tendo deixado uma marca importante do universo fabril à cidade, como local de *“conflitos que atestariam o prolongamento das tensões da produção ao uso da cidade e da moradia; assinalaria a difusão de um modelo de habitat operário moderno solidário com a reorganização do espaço correlato à industrialização; e ampliaria o alcance de uma estética tipicamente fabril até a arquitetura residencial operária”* (GUNN & CORREIA, 2004, p. 84).

Em São Paulo as soluções em torno da construção de habitação popular no início do século XX foram fragmentadas. Segundo Vêras (1994) não foi comum na cidade em São Paulo a construção de vilas operárias ao lado e pertencentes à fábrica, no estilo *cottage* inglês, pois exigia o emprego de maior capital inicial, e também porque o operário especializado (que interessava ao proprietário industrial atrair com habitação operária) era minoria, diante de um excesso de mão-de-obra sem especialização (Vêras, 1994, p. 611). Para Bonduki (1983), efetivamente, o número de vilas patronais em São Paulo não foi muito significativo em quantidade de unidades habitacionais, pois até mesmo as fábricas que construíram moradias, o fizeram em porcentagem irrisória em comparação ao montante de operários, criando a suposição de uma atração aos escassos operários especializados.

“Embora realmente as vilas existentes tenham sido ocupadas sobretudo por trabalhadores qualificados, isso não significa que essa prática tivesse sido corrente e eficiente como forma de os atrair. Se assim fosse, numa fase de desenvolvimento industrial tipicamente competitivo, seria natural que uma boa parte das indústrias de um mesmo setor que necessitassem dos poucos

profissionais existentes no mercado construísssem vilas operárias, o que não ocorreu. Havendo na cidade um estoque dos mais variados tipos de habitações de aluguel, a oferta de maiores salários teria o mesmo efeito, na atração de qualificados, que as vilas das fábricas" (...). O fato de serem principalmente os trabalhadores qualificados quem morava nas vilas é coerente com o que acontecia no mercado formal de casas de aluguel, onde somente eles podiam escapar dos cortiços e morar em casas unifamiliares" (BONDUKI, 1989, p. 141-142).

Na cidade de São Paulo, Bonduki (1983) argumenta que a disponibilização de moradia para atrair mão-de-obra não parece ter sido justificativa para a prática, pois

"a economia cafeeira em expansão preferiu financiar a imigração estrangeira, promovendo a entrada no Estado de São Paulo de uma quantidade de trabalhadores suficiente não só para a lavoura do café, como também para suprir o mercado de trabalho urbano, além de criar um amplo exército industrial de reserva, como os próprios índices de crescimento do emprego industrial, demonstram. Não podemos, portanto, explicar a construção de vilas operárias em São Paulo pela ausência de mão-de-obra (...). Na verdade, se verificarmos que muitas das indústrias que possuíam vilas operárias na cidade de São Paulo cobravam aluguéis a preços correntes ou com pequenas reduções, com exceção de alguns específicos, percebemos que as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investidores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela não elasticidade do setor, viam na aplicação de capital em casas um bom negócio, complementando pela possibilidade de manter sob controle seus operários" (BONDUKI, 1983, p. 141).

As vilas operárias das indústrias eram mais frequentes nas cidades do interior do Estado, onde várias indústrias se instalaram distantes dos núcleos urbanizados, necessitando desta forma constituir unidades habitacionais para os operários. Para conseguir fixar o operariado proveniente das fazendas, os industriais ofereciam algumas facilidades aos operários (DECCA, 1983, p. 53; CARPINTÉRO, 1997, p. 71).

Já no final do século XIX, a cidade de Sorocaba era conhecida como a 'Manchester Paulista', pela variedade de indústrias que se encontravam na cidade e no seu entorno. As indústrias de produção em larga escala concentravam-se nas tecelagens, construídas juntamente com vilas operárias: a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Maria inaugurada em 1865, construiu sua fábrica, com cerca de 70 casas para seus operários (figura 566); a Fábrica de Fiação e Tecidos Nossa Senhora da Ponte foi construída em 1881, próxima ao centro da cidade, onde se edificaram também 22 casas e um clube social; a Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosália, formada em 1890 e expandida ao longo do século XX, onde foi instalada uma vila com cerca de 300 casas, igreja, pré-escola, loja da companhia, clube social, escolas, hospital, clínica de saúde e um cinema. Outras grandes indústrias têxteis sorocabanas montadas entre o final do século XIX e início do XX foram: a Fábrica Santo Antônio, que possuía cerca de 200 casas em 1913 e oferecia pré-escola e uma clínica médica; e a Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim a qual teve seu início em 1884 e construiu grandes áreas residenciais, incluindo a Vila Chaves e a Vila Barra Funda, com mais de 420 casas, escola, clube e uma seguradora, farmácia e posto de saúde. Em 1913 a Votorantim acomodava 3.000 operários e contava com jardins públicos, clubes, escolas, lojas e iluminação elétrica. Em 1936, a companhia têxtil Votorantim diversificou a produção, com cimento e produtos químicos, constituindo a Fábrica

de Cimento Votorantim¹⁵³, também com uma área residencial, a Vila Santa Helena (figura 567), que oferecia 250 casas e uma igreja aos operários (GUNN & CORREIA, 2005, p. 35).

Figura 566 - Casas da Cia. De Fiação Santa Maria
(Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

Figura 567 - Vila Santa Helena em demolição em 2003
(Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

Em Tatuí, que mais tarde foi contemplada com linha ferroviária da E. F. Sorocabana, foram instaladas duas tecelagens: a Fábrica São Martinho, fundada em 1881, oferecia mais de 50 casas para os operários, escola, farmácia e a loja da companhia; e a Fábrica Santa Adélia, fundada em 1908, com casas e escola para os funcionários. Na cidade de São Roque, a Fábrica Enrico Dell'Acqua & Companhia, foi fundada em 1891 com produção têxtil iniciada no ano seguinte. Em 1919, a fábrica foi comprada pela Companhia Brasital S.A. de Salto, que construiu para seus operários numa vila com 38 casas (figura 568), cooperativa de consumo e serviços de saúde (GUNN & CORREIA, 2005, p. 35).

No Vale do Paraíba, a Fábrica de Tecidos Santo Antônio ficava localizada nas terras da fazenda de café Santo Antônio, em 1860, ainda com trabalho escravo. Gunn & Correia (2005) informam que nos anos 1890, os registros da biblioteca Guildhall em Londres, apresentam projetos para um engenho central, próximo à cidade de Lorena. Perto de Pindamonhangaba, uma fábrica de papel ¹⁵⁴ foi criada pelo comerciante Cícero Prado, em 1911, na área rural, com casas para operários, trabalhadores auxiliares e para o proprietário, além de loja da companhia, igreja e instalações para recreação. Na cidade de Taubaté, que ao longo dos séculos XIX e XX teve destaque como uma das principais cidades do Vale do Rio Paraíba, entre Rio de Janeiro e São Paulo, foi inaugurada uma das primeiras tecelagens do início do período republicano do Brasil, a Companhia Taubateana Industrial¹⁵⁵, fundada pela família Guisard em 1891. No início de 1927, uma unidade da Companhia Fabril

¹⁵³ Após a Segunda Guerra Mundial, entre as fábricas têxteis e de cimento, uma nova companhia do grupo, a Votocell, inaugurou a fábrica de papel e celulose em 1951, com a Vila Votocell, área residencial incluindo 120 casas e outras instalações de uso coletivo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Votorantim decidiu diversificar seus interesses industriais e deu início a uma nova fábrica para a produção de alumínio, em área ocupada por uma fábrica de cimento desativada, que já possuía uma vila com cerca de 100 casas. Essa fábrica de cimento, próxima da E. F. Sorocabana, foi construída pelo coronel Rodovalho em 1897, e comprada por Antônio Pereira Ignácio em 1921, fundador do Grupo Votorantim. Viabilizada pela proximidade da usina de energia UHE Ipururanga, a produção de alumínio foi iniciada neste local em 1945. Alumínio possuiu mais de 500 casas, escola, igreja, clube com campos de futebol e um cinema, cooperativa de consumo e outras instalações urbanas (GUNN & CORREIA, 2005, p. 34).

¹⁵⁴ Essa fábrica de papel, no ano de 1950, era uma das maiores na América Latina (GUNN & CORREIA, 2005, p. 34).

¹⁵⁵ Na metade do século XX, a companhia modificou a paisagem da cidade, com sua implantação radiocêntrica e a monumentalidade do escritório central. Para os operários, foram construídos alojamentos residenciais, no início de 1940, com cerca de 200 casas, pré-escola, cooperativa de consumidores, escola, estação de rádio local, hospital, estádio de

de Juta foi construída em Taubaté, onde também se formaram vilas operárias: a Vila Fabril de Juta e a Vila São Geraldo, com cerca de 400 casas, teatro-cinema, estádio de esportes, pré-escola, posto médico, clube e a loja da cooperativa¹⁵⁶. Em São José dos Campos, a Tecelagem Parahyba foi fundada na década de 1920 pela família Gomes, que construiu casas e equipamentos coletivos voltados aos seus empregados, alguns dos quais em edifícios de considerável importância para a arquitetura e paisagismo moderno brasileiro (GUNN & CORREIA, 2005, p. 36).

Na região central do Estado, no século XIX, a região do quadrilátero do açúcar, que compreendia as cidades de Itu, Piracicaba, Mogi Mirim e Jundiaí, as plantações de café passaram a substituir as de cana-de-açúcar, aproveitando a fertilidade do solo, também usado para algodão e posteriormente, para plantação de laranjas. Em Itu, por conta dos recursos provenientes da produção de café, a cidade recebeu linhas ferroviárias após 1872. Em 1974, foi inaugurada a Companhia de Fiação e Tecelagem São Pedro, onde se construíram casas, escola e clube para seus operários no início do século XX. Em Salto de Itu, várias fábricas foram criadas aproveitando a energia hidráulica do rio Tietê. As primeiras têxteis foram: a Fábrica a vapor de Tecidos e Fiação Júpiter, em 1880, e a Fábrica Fortuna, em 1883, esta, com cerca de 30 casas construídas até 1900. Em 1919, essas propriedades foram adquiridas pelo grupo Brasital S.A., que edificou uma extensa área residencial e urbana junto das fábricas, com 300 casas, escola, pré-escola e açougue. A fábrica Papel de Salto¹⁵⁷ foi construída em 1889 com cerca de 20 casas entre 1924 e 1927, além de um clube para seus trabalhadores (GUNN & CORREIA, 2005, p. 36).

Figura 568 - Vista da Fábrica da Brasital em Salto
(Fonte: Vichnewski, 2010).

Figura 569 - Vista da Fábrica da Antártica em São Paulo
(Fonte: <http://www.ambev.com.br/>).

Em Piracicaba, na margem esquerda do Rio Piracicaba, o agrônomo, veterinário e empresário Luiz de Queiroz abriu a Fábrica de Tecidos Santa Francisca em 1872. Em 1918, a fábrica foi comprada

futebol e clube de esportes. Também criou um *country clube* e um iate clube, além de um *camping* de férias em Ubatuba (Gunn & Correia, 2005, p. 36).

¹⁵⁶ Próximo a Taubaté, a Fábrica Mecânica Pesada, possuía em 1950 cerca de 90 casas e um clube. Atualmente, a principal cidade no Vale do Rio Paraíba é São José dos Campos, onde se instalaram fábricas aeronáuticas, automotivas, químicas, de petróleo e fábricas que se originaram em virtude da base da Força Aérea situada junto à Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1952 (Gunn & Correia, 2005, p. 36).

¹⁵⁷ Depois da Segunda Guerra Mundial, a Eucatex implantou uma fábrica na cidade, com casas para os gerentes e empregados que se julgava importante manter junto à fábrica. No pós-guerra, várias firmas de cerâmica construíram casas para seus empregados junto às suas instalações, como a Cerâmica Ita Ltda., a Cerâmica Navarro e a Cerâmica Mandi (Gunn & Correia, 2005, p. 37).

pela firma Cia. Industrial e Agrícola Boyes, que empregava cerca de 420 operários. A fábrica original possuía alojamento residencial para 14 operários em posições-chave e, em 1899, mantinha uma cooperativa de consumo e uma escola. Nos anos 1930, a companhia construiu uma nova vila operária com 104 casas e uma escola, e mais 16 novas casas foram erguidas pela empresa na década seguinte (GUNN & CORREIA, 2005, p. 37). A cidade de Piracicaba teve seu desenvolvimento econômico ligado à agroindústria, com engenhos de cana e usinas que tiveram significativa produção ao longo do século XX, como o Engenho Central, fundado em 1881 pelo Barão de Rezende, e a Usina Monte Alegre, aberta pelo imigrante italiano Pedro Morganti.

Próxima à Piracicaba, na cidade de Americana, junto às margens do Rio Piracicaba, foi fundada a Fábrica de Tecidos Carioba em 1874, onde por volta de 1930, o núcleo fabril contava com cerca de 250 casas, escola, igreja, cinema, clínica médica e clube. Na cidade vizinha de Santa Bárbara D'Oeste a Cia. Industrial Santa Bárbara S.A. foi fundada em 1922, com cerca de 20 casas; e a companhia de engenharia metalúrgica Indústrias Romi S.A.¹⁵⁸ foi aberta por Américo Emílio Romi (1896-1959) que possuía uma oficina mecânica nos anos 1920 - a Garagem Santa Bárbara - e durante a Segunda Guerra Mundial, passou a produzir maquinaria agrícola substituta de importação. Nas mesmas imediações, em Limeira, a Fábrica de Chapéus Prada edificou em 1938, uma nova fábrica em amplas instalações com tendências *art déco*, oferecendo casas para gerentes, creche, escola, jardim de infância e cooperativa de consumo (GUNN & CORREIA, 2005, p. 38).

Perto de Campinas, a companhia suíça Rhone Poulac, conhecida no Brasil como Rhodia S.A., fundou seu complexo fabril químico e petroquímico em uma área rural em Paulínia, durante a segunda guerra mundial, entre 1940 a 1942. Ao lado da fábrica foi construída uma área residencial para engenheiros e trabalhadores auxiliares, além de escola, igreja e clube. Em Valinhos, a britânica Lever, cuja sede mundial fica situada em sua fábrica de sabonetes em Port Sunlight, perto de Liverpool, assumiu a fábrica de sabão inaugurada em 1897, pela firma José Milani & Cia. Em 1932, a fábrica pertencia à Cia. Gessy Industrial onde existia também um pequeno número de casas construídas para parte dos operários¹⁵⁹ (GUNN & CORREIA, 2005, p. 38).

Em Jundiaí a Companhia Jundiahiana de Fiação e Cultura foi fundada em 1874 por Antônio Queiroz Telles, conhecida posteriormente como Companhia de Fiação e Tecidos São Bento, empregando cerca de 150 operários em 1886. Em 1912, a fábrica foi adquirida por um grupo francês que adicionou uma área residencial, a Vila São Bento. Jundiaí também contou com: a Sociedade Industrial Judiaense (depois Argos Industrial), que possuía duas outras vilas operárias com 260 casas, além de escola, creche, clube, cinema, ambulatório e armazém cooperativo; e a Companhia Mecânica Importadora (depois "Sifco") com vila operária que oferecia 56 casas. No norte e nordeste do Estado pela região central, em direção ao Triângulo Mineiro e ao Estado de Goiás, em Ribeirão Pre-

¹⁵⁸ Em 1938 a 'Máquinas Agrícolas Romi' adicionou uma fundição e por volta de 1943, possuía mais de 500 operários. Em 1948 a companhia construiu o primeiro trator produzido inteiramente no país e na década seguinte, tornou-se conhecida pela fábrica de montagem de carros em São Caetano do Sul, onde em 1956, foi produzido o primeiro automóvel brasileiro, o Romi-iseta. Em Santa Bárbara D'Oeste, ergueu durante a década de 1940 um conjunto de casas para gerentes e operários-chave e uma área para prática de esportes (Gunn & Correia, 2008, p. 38).

¹⁵⁹ Com a expansão pós-guerra, a companhia construiu uma área residencial para os operários com 80 casas, pré-escola e parque. Na cidade de Itatiba, uma fábrica têxtil foi construída nos anos 1940, com uma área residencial e a residência dos proprietários.

to, o grupo IFRM de Francisco Matarazzo, mantinha na década de 1940, a Fábrica Cia. Têxtil Matarazzo, com moradias operárias. Na cidade de Franca, a Indústria de Calçados Sândalo construiu a Vila Sândalo em 1990, e a Artefatos de Borracha Amazonas edificou a Vila Santa Maria em 1996¹⁶⁰ (GUNN & CORREIA, 2005, p. 38).

O investimento gasto pelo empregador para a construção de algumas casas, eventualmente escolas e contratação de médico ou farmacêutico, era relativamente baixo em comparação ao preço do maquinário importado, terreno para implantação da fábrica e o restante da infraestrutura. E tal investimento era realizado esperando o retorno, nesse caso, a permanência da força de trabalho que era trazida e financiada pelo governo federal e destinada originalmente para a agricultura cafeeira. Desta forma, o industrial passou a participar da divisão social do trabalho, uma vez que desviou uma parcela da mão-de-obra que vinha sendo financiada pela economia hegemônica na época, a agrícola. Com a instalação de agroindústrias no interior do Estado¹⁶¹, os empresários se viram obrigados a implantar infraestrutura para o funcionamento das fábricas com a construção de vilas e usinas para produção de eletricidade (BLAY, 1985, p. 39).

Wright (1913) detalha uma vila operária com características comuns no período que corresponde ao início do século XX:

“(...) Na vizinhança da fábrica foi construída uma cidade operária com acomodações para 3.000 operários; possui também esta cidade operária jardins públicos, clubes, escolas, lojas, um cinema, uma banda operária, etc., etc., e tem iluminação elétrica. (...) Dá trabalho e estabelecimento a 520 operários, em sua grande maioria italianos, que habitam, quase todos, vilas de propriedade da fábrica, vilas essas constituídas por 142 casas confortáveis e edificadas com os requisitos da mais rigorosa higiene. As ruas dessas vilas operárias e grande parte das casas são também iluminadas a luz elétrica. Além disso, fez a firma proprietária do estabelecimento edificar um belo prédio, onde fica a escola da fábrica, que tem sido dirigida por professores competentes e cuja frequência se tem mantido muito regular, e um vasto salão para conferências ou bailes e outros divertimentos (...)” (WRIGHT, 1913).

Lemos (1975) afirma no Processo de Tombamento da Vila Economizadora em São Paulo que casas populares ou operárias, sempre foram esquecidas pelos pesquisadores e órgãos de preservação, e vinham naquele período, sendo seguidamente reformadas motivadas por desvirtuamentos de função e pela crescente valorização imobiliária. Na década de 1970 o autor afirmava que já eram raros os grupos de residências modestas, do fim do século XIX e início do XX, que ainda abrigavam famílias humildes de gente do interior ou de imigrantes na capital paulista (LEMONS, 1975).

Muitas vilas operárias desapareceram dos cenários urbanos das cidades paulistas, devido aos mais variados fatores, como falência ou mudança de ramos das empresas, compra das casas pelos moradores que as reformaram ou as demoliram para construir casas maiores. No entanto, outras se

¹⁶⁰ Próximo a Luís Antônio, ao sul de Ribeirão Preto, a Votorantim Celulose e Papel construiu duas vilas, uma erguida em 1990 junto à cidade e outra localizada no Horto Florestal. Mais adiante, em Araraquara, Orlândia e Barretos também há sítios industriais onde se encontram alojamentos residenciais. Em Araraquara, estação terminal da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e da Estrada de Ferro Araraquarense, as companhias construíram vilas operárias na cidade para seus funcionários e mecânicos. Também em Araraquara, a Fábrica de Meias Lupo forneceu residências para parte de seus operários (CORREIA, 2010).

¹⁶¹ Como exemplo, para a instalação de uma tecelagem à beira do salto do Rio Piracicaba, o empresário Luiz de Queiroz, construiu uma pequena usina hidroelétrica que acabou fornecendo energia elétrica também para a população de Piracicaba, tornando a cidade a pioneira a receber o recurso em 1893, muito antes da capital, a qual implantou o serviço em 1900.

tornaram referência como exemplares importantes deste tipo de habitação e, por força de tombamento ou esquecimento, ainda permanecem como testemunhos de uma época, e não só desta forma, pois ainda atendem à função de moradia para um grande número de famílias.

A Vida cotidiana nos Cortiços, Vilas e Bairros Operários: ordem, vigilância e disciplina.

Até a década de 1880, segundo Reis Filho (1994), era difícil reconhecer os locais habitados pelos mais pobres nas vilas e cidades brasileiras. Por conta de uma tradição que se disseminou até a erradicação oficial do trabalho escravo no Brasil, os prestadores de serviços manuais, escravos ou livres, moravam em seus locais de trabalho, na maioria dos casos.

“Eram como partes das unidades econômicas e das moradias mais ricas. A submissão social equivalia à submissão física. Como partes de estruturas mais complexas, os pobres e os escravos não chegavam a ter moradia própria. Não tinham uma definição de espaço, que permitisse identificá-los. Os escravos, porque sendo propriedade, não podiam ser proprietários. Os outros porque, em uma economia pouco monetarizada, com a renda altamente concentrada, viviam agrupados às economias domésticas alheias, recebendo em espécie (habitação, alimentação e roupas) a maior parte da remuneração por seu trabalho. Mesmo nas indústrias, apenas uma pequena parte dos salários era paga em moeda. Sem se revelar expressamente na arquitetura, a presença de escravos e prestadores de serviços manuais era importante na vida social. (...) parcelas ponderáveis da população mais pobre não chegavam a ter habitação própria” (REIS FILHO, 1994, p. 6-7).

Reis Filho (1994) indaga sobre a identificação das habitações populares nas plantas e nas fotografias antigas de São Paulo reconhecendo a dificuldade de estabelecer um conceito sobre habitação popular naquele período, pois apenas uma pequena parcela poderia ser identificada seguindo critérios atuais. *“Não poderíamos localizar com clareza os que habitavam nos locais de trabalho, mas não eram alojados em pavilhões destacados, o que só começou a ocorrer no final do século. Sobram portanto os que podiam residir em pequenas casas ou em cortiços: as lavadeiras, os prestadores de serviço, os artesãos, os vendedores e os pequenos comerciantes”* (REIS FILHO, 1994, p. 6-7). Até as décadas finais do século XIX, as habitações populares de São Paulo se agrupavam de maneira humilde nas saídas da cidade (figuras 570 e 571), no limite entre o urbano e o rural abrigando pequenos artífices que viviam de encomendas de moradores da roça e do centro da cidade. Segundo Lemos (1975):

“Tecelãs, bordadeiras, doceiras, latoeiras, seleiros, marceneiros e pequenos comerciantes que viviam de trocas, barganhando gêneros, que os pequenos sitiante traziam, com produtos manufaturados, sal, pólvora, etc... Moravam esses trabalhadores manuais responsáveis pelos variados ‘ofícios’ ditos indignos das classes elevadas em casinhas geminadas formando grupos, às vezes muito compridos, ao longo das ladeiras. Nem sempre eram casas próprias, ao contrário, muitas vezes elas pertenciam às irmandades religiosas, à Santa Casa ou a um ou outro capitalista. Casas estreitas, com sala de frente (ou oficina), uma ou duas alcovas centrais e a varanda-cozinha na parte posterior, dando para o quintal, onde ficava a latrina sobre um ‘sumidouro’. Tudo muito simples e pobre. Esses operários especializados, essa mão de obra qualificada originária de nossa economia colonial e ainda inalterada no quadro paulistano da época do café, na verdade, não teve problemas de habitação” (LEMONS, 1975).

A eliminação do regime escravocrata justificou a transferência indiscriminada de negros sem qualificação profissional, da zona cafeeira para a cidade atendendo a pouca demanda por trabalho bra-

çal, onde enfrentaram graves problemas de alojamento. Lemos (1975) naquele momento se definiram duas classes de operários separadas entre si: *“de um lado o ex-escravo biscateiro totalmente despreparado e, do outro, o ‘oficial mecânico’ o artesão e, principalmente, o operário europeu, às vezes egresso das parcerias mal sucedidas nas lavouras de café”*. Entre os ex-escravos destacava-se a empregada doméstica, principalmente das famílias urbanas, uma das principais ocupações dos alforriados pelas leis abolicionistas (LEMOS, 1975).

Figura 570 - Casa de imigrantes italianos em São Bernardo do Campo (Fonte: www.memoriasindical.com.br/).

Figura 571 - Imigrantes italianos em São Bernardo do Campo em 1926 (Fonte: www.memoriasindical.com.br/).

No decorrer do século XIX constituiu-se em São Paulo uma larga faixa de atividades para prestadores de serviços, como aguadeiros e também lavadeiras que retiravam as roupas nos domicílios e as lavavam junto aos rios e ribeirões.

411

“As pequeninas casas da periferia da cidade, habitadas por essas mulheres, eram como um exemplo do espaço ocupado pelos segmentos populares, não enquadrados na rígida estratificação social do país. Mas também ocupavam espaço os que transportavam alimentos para a cidade, os vendedores ambulantes, os responsáveis pelo transporte de objetos pesados e cargas, os que fabricavam embalagens como barris, potes de cerâmica e peças de madeira, os índios ou mestiços que caçavam e pescavam, os remadores, os carregadores e, sobretudo os que cuidavam das tropas de muars e asseguravam a circulação de mercadorias. Mas todos esses habitantes mal registravam sua presença da forma diferenciada na paisagem da cidade. As lavadeiras eram mais visíveis, por estenderem as roupas na relva, ao redor das cidades. (...) o restante da população trabalhadora desaparecia, sem marca especial, na paisagem urbana. Os escravos habitavam nos porões dos sobrados e nos fundos das casas térreas. Os empregados solteiros habitavam quase sempre nos locais de trabalho” (REIS FILHO, 1994, p. 9).

Segundo Lemos (1975):

“o final do século XIX encontrou toda essa classe pobre, quase indigente, vivendo em cortiços e favelas promíscuas, inesperados quilombos urbanos que eram, para todos, focos de maldraçagem masculina e manancial de criadas, cozinheiras e lavadeiras. A própria designação ‘favela’ é dessa época, trazida pelos soldados vindos da Guerra de Canudos. Toda essa classe negra, ou mulata, acostumada gerações e gerações ao paternalismo escravocrata, quando em liberdade ficou esperando resultados práticos de comissões de técnicos preocupados com os cortiços infectos, como aquelas de 1893, que ingenuamente recomendavam a ‘construção de vilas operárias baratas, espaçosas e higiênicas’” (LEMOS, 1975).

A população de trabalhadores nos centros urbanos não era muito numerosa naquele período, segundo Reis Filho (1994), sendo equivalente a de proprietários urbanos e funcionários públicos. O

total de habitantes era modesto, e consequentemente o volume de habitações populares era proporcional. *“Por outro lado, como o valor dos terrenos urbanos era insignificante, os homens livres podiam quase sempre obter um lote e construir suas habitações, simples e pequenas, com técnicas semelhantes às das casas rurais”* (REIS FILHO, 1994, p. 7).

O espaço de habitação popular, em suas variadas modalidades, reunia intensa vida social em espaços exíguos. Essa característica se evidenciava no cortiço, série de cômodos perfilados, grudados, com frente para um pátio ou corredor comum, com equipamentos coletivos, representados especialmente pela área de lavagem de roupas e a instalação sanitária, além da cozinha. A exiguidade do espaço misturava nas áreas privadas, pais e filhos homens e mulheres em atividades diversas como comer ou dormir, além de outras necessidades. A contiguidade das casas, segundo Rolnik (1983), misturava *“famílias, idades, etnias e destinos. Assim, compartilham um espaço comum, através de um contato intenso, grupos sociais diversos, que têm em comum o fato de serem os grupos mais miseráveis da cidade: imigrantes recém-ingressos no trabalho fabril, negros e mulatos que ocupam o famoso ‘setor degradado’ da produção, carregadores, lavadeiras, lixeiros, mascates, caixeiros, biscateiros, e, no limite, vadios, criminosos e prostitutas”*. O espaço do cortiço era considerado um foco de pestilência e de perigo, pois dali as epidemias se alastravam pela cidade; e onde não havia normas e limites claros, podendo levar às situações de violência (ROLNIK, 1983, p. 116).

Partiu dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos a preocupação primitiva a respeito das condições de habitabilidade do trabalhador urbano. Segundo Rago (1997) os higienistas:

412

“ocupam-se com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças. E alarmam-se com os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos; com a ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas; com a exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciosa da população pobre em cubículos estreitos” (RAGO, 1997, p. 163).

A política sanitaria de purificação da cidade pela ação dos higienistas sociais incidia diretamente na habitação dos pobres, na esfera privada, para *‘tornar a casa um espaço de felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares’*, com a intenção de demarcar precisamente os espaços de circulação dos diferentes grupos sociais. Os médicos higienistas impunham autoritariamente a execução de medidas higiênicas vistoriando minuciosamente a habitação e os bairros populares, para incentivar ou mesmo obrigar as práticas de asseio. *“O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a ‘casa imunda’, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz”* (RAGO, 1997, p.164).

Talvez a maior preocupação do poder público com as epidemias e consequente mortalidade, além da chamada *‘saúde pública’*, fosse em relação às consequências danosas para a força de trabalho, necessária para a impulsão da economia:

“as epidemias nos ameaçavam todos os anos dizimando a classe operária e roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifícios; epidemias que, não raro, nos forçam a gastar exage-

rada e precipitadamente... (...) A tuberculose ceifa suas vítimas: a insuficiência de ar e de luz (...) produz a clorose, anemia, etc. (...) essa gente reduzida a aglomerar-se em um ou dois cômodos porque os ganhos escassos e o crescimento dos aluguéis não permitem que tenham meios para alargar-se um pouco, (nos bairros pobres) aonde à noite se recolhe todo o exército de quem trabalha e produz, as moradias coletivas e os cortiços se transformam em verdadeiros pombais humanos, onde se vive numa promiscuidade de gente e sexos” (A FANFULLA, 1906 apud VÉRAS, 1994).

Para ilustrar a opinião dos envolvidos, Rago (1997) expõe um trecho do relatório do sanitarista Evaristo da Veiga, apresentado ao presidente do Estado de São Paulo, o médico Dr. Cesário Motta Jr. em 1894:

“São as casas imundas o berço do vício e do crime. O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para seu engrandecimento. Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma, meios de se alimentarem ou dormirem melhor” (MOTTA JR. apud RAGO, 1997, p.164-165).

Esta política sanitária definiu a produção do espaço urbano, paralelamente à invasão nas casas dos pobres para impor uma nova disciplina corporal: *“O poder público persegue a infecção no espaço privado do trabalhador, invade a sua casa, inspeciona seu quarto e prescreve normas de conduta anteriormente testadas nos espaços públicos. Cada um deve dormir na sua cama individual, assim como já se tinha defendido a necessidade higiênica de cada doente ter seu próprio leito ou de cada cadáver ter seu próprio caixão. As casas operárias federão menos e perderão a marca negativa de ameaça pestilencial (...)” (RAGO, 1997, p. 173).*

A precariedade das habitações improvisadas em cortiços era analisada por relatórios realizados pelo poder público. A ‘Comissão de Exame e inspeção das Habitações Operárias e Cortiços’ de São Paulo investigou as condições higiênicas das moradias operárias no distrito de Santa Ifigênia em 1893 por causa das constantes epidemias (especialmente de Febre Amarela) provocadas pelo crescimento acelerado e apresentou um relatório ao Intendente Municipal. Decca (1991) cita um trecho do relatório destacando que os representantes do poder público municipal consideravam a habitação operária uma ‘chaga oculta no coração da cidade’ e assim descreveram:

“(...) Estas habitações são, de ordinário, do tipo Cortiço, no geral, bem pouco confortáveis. O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão; quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 ou 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio, ou área livre, se abrem as portas e as janelas de pequenas casas enfileiradas. (...) Há ainda a casinha, como prédio independente, com frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga, não oferece garantia alguma pelo que respeita à higiene. O soalho sem ventilação e assentado sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e ferido o reboco que deixa perceber a má qualidade da alvenaria. No fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha, quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e então as condições de asseio são as mais precárias possíveis.(...)” (Relatório da Comissão de Exame e inspeção das Habitações Operárias e Cortiços apud DECCA, 1991, p.48-49).

Citado por Morse (1970), o mesmo relatório demonstra importantes aspectos do cotidiano dos habitantes dos cortiços:

“(o cortiço) ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé malfeita e malconservada não eliminava convenientemente (...). O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam” (MORSE, 1970, p. 264).

O relatório do inspetor sanitário Evaristo da Veiga, sobre a situação habitacional dos trabalhadores de São Paulo também discorre sobre a condição dos imigrantes que viviam em cortiços:

“a população italiana, calculada em 70.000 almas, só na Capital, composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários paupérrimos é um fato grave perante a higiene do estado. (...) Nos bairros do Bom Retiro, Bexiga e Brás, casas existem com acomodações para 6 ou 8 pessoas e que abrigam, em completa promiscuidade, 30 ou 40 indivíduos. No Largo da Memória, na Ladeira do Piques, na rua da Consolação e em várias ruas desta florescente Capital, são inúmeros os casarões abrigando durante a noite centenas de pessoas sem luz, sem ar e que fazem durante o dia a cozinha em alcovas escuras, por meio de fogareiros volantes envenenando ainda mais esta atmosfera, já deletéria e perniciosa” (VEIGA apud RAGO, 1997, p.166).

414

Em vista das condições precárias de moradia citadas no relatório de 1893, o código de posturas editado em 1886 estava sendo ignorado no que dizia respeito à limpeza, instalações de esgoto e ventilação das habitações coletivas populares apesar de possuir proibições bastante restritivas que afetavam diretamente o cotidiano dos moradores: *“vasos de flores não podiam ser deixados às janelas, cavalos não podiam galopar pelas ruas (exceto a cavalaria em casos urgentes), as mascaras públicas só podiam ser feitas durante o carnaval, as tavernas frequentadas por vagabundos deviam fechar-se às 10 horas no verão e às 9 horas no inverno, e nas touradas deviam tomar-se precauções contra acidentes”* (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 153).

Para os higienistas sociais, segundo Rago (1997):

“a vida miserável, o odor fétido do trabalhador mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa traduzem a incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida e pedem a intervenção redentora da ação dos especialistas civilizadores. Na habitação popular, os indivíduos se amontoam assim como o lixo; os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam. A aglomeração de gente, de cheiros fétidos, de detritos e de animais domésticos congestionaram o cortiço e o bairro operário, impedindo a livre circulação do ar e da água, a penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo. (...) A dimensão reduzidíssima da moradia operária, a escuridão e a umidade dos compartimentos nauseabundos, a exiguidade dos quartos de dormir, a utilização comunitária de tanques e latrinas, o fedor exalado pela merda acumulada nas fossas ou nos latões, o convívio promíscuo de pessoas e de animais nos mesmos espaços assustam as exigências dos sentidos refinados das classes privilegiadas” (RAGO, 1997, p.165-166).

No século XX, *“cada vez mais a preocupação com os odores fétidos da terra, da água estagnada, do lixo, refletida na literatura dos higienistas, cede terreno para os ‘odores da miséria’, para o fedor do pobre e sua habitação infecta. Deslizamento da vigilância olfativa da natureza para o social, do exterior para o interior, que induz uma estratégia disciplinar na qual desinfecção e submissão são assinalados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo”* (CORBIN, 1982 *apud* RAGO, 1997, p. 174).

Rago (1997) afirma que ainda nas primeiras décadas do século XX havia:

“denúncias de casas insalubres, fétidas, imundas, onde se juntam os indivíduos, de crianças abandonadas vagabundeando pelas ruas, descalças e maltrapilhas, de pessoas que urinam nos muros revelam a existência da recusa à aceitação de disciplina desodorizante das classes privilegiadas: recusa do arejamento, da espacialização dos corpos, da ‘desodorização da linguagem’ emergem como contrapoderes que se exercem no interior da vila, da casa e do bairro operário” (RAGO, 1997, p. 172).

Inquéritos sanitários e a imprensa burguesa manifestam a opinião corrente na época sobre os cortiços existentes na capital, destacados por Rolnik (1983). Para o Conselho Superior de Saúde Pública em 1898¹⁶², *“ninguém desconhece ou ignora o que são estes aquartelamentos infectos que, se pela aglomeração de gente mereciam aquela designação, pela qualidade heterogênea de sua população e de seus frequentadores, pela desordem habitual que ali reina ao lado da imundície a mais revoltante, são um protesto solene contra aquele ajuntamento do inativo com o trabalhador, exemplo de asseio, ordem e disciplina representado pelas abelhas”*. Em carta a ‘O Estado de S. Paulo’ em 1914¹⁶³: *“Moradores da Rua Veridiana e Canuto do Val pedem a V. Excia. que obtenha do Serviço Sanitário e do Sr. Secretário da Justiça providências no sentido de demolir um cortiço, que transformou essas ruas, especialmente a segunda, em um antro de sujeira e vagabundagem, atormentando as famílias durante quase todo o dia, com gritos atordoadores e atos imorais. Como testemunho, Sr. redator, estão as paredes das casas, que oferecem aos olhos dos transeuntes um horrível quadro de imoralidades”*. No Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de 1916¹⁶⁴ há referência sobre a situação de falta de higiene nas habitações precárias: *“Mudando-se para o cortiço, a família é obrigada a morar em um só ou em dois cômodos. Abandona a higiene e limita o espaço que ocupa. Só assim consegue resolver o problema da habitação: expondo-se ao contágio de um meio malsão e condenando os próprios filhos às imoralidades da vida promíscua”*. A autora reconhece no discurso uma mistura de denúncia da precariedade da vida material e insalubridade e de hábitos ‘selvagens’ de uma cultura ‘ainda não atingida pelas luzes da civilização’. *“Nele fica clara também a dificuldade do ‘mundo civilizado’ em descobrir claramente onde terminava o grupo social dos pobres trabalhadores e começava aquele das classes perigosas”* (Rolnik, 1983, p. 116; 118).

Em 1913, um jornalista do *Fanfulla* contava sobre a vida nos cortiços em trecho destacado por Vêras (1994):

¹⁶² Parecer apresentado pelo Conselho Superior de Saúde Pública sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres (RIO, 1898, p. 2 *apud* ROLNIK, 1983, p. 118).

¹⁶³ (O Estado de S. Paulo, 26 de maio de 1914, p. 6 *apud* ROLNIK, 1983, p. 118).

¹⁶⁴ Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, nº 19, 2º trimestre de 1916, pp. 374-75 *apud* ROLNIK, 1983, p. 118.

“(...) As rixas acontecidas nestes dias em vários cortiços, impeliram-nos a dar um pulo no Brás, onde estes existem em grande quantidade. Muitos, felizmente, foram extintos (...). A maior parte existe (...) e espera providências da administração municipal (...) regurgitam de habitantes, especialmente agora que a capital não tem casas suficientes para abrigar a população pobre e o proletariado. Antigamente o aluguel das pequenas habitações era baixo. Agora (...) os aluguéis aumentaram quase o dobro e os cortiços têm, como sempre, a mesma população heterogênea, sem a mais leve noção de respeito (...) operários de diversos ofícios, muitos sem profissão definida, chefes de família, alguns sem nenhum emprego, sempre gente pobre ou miserável que nos cortiços vive (...) constantemente em sobressalto. (...) uma multidão de crianças brancas, pretas e mulatas (...).

- (...) quantos são os cômodos neste cortiço?

- (...) neste são catorze e no outro, doze.

- Estão sempre alugados?

- Não há o bastante para satisfazer a todos os pedidos. Quando alguém se vai, o cômodo não fica vazio por mais de dois dias.

- Qual é o aluguel de cada cômodo?

- Setenta mil réis por mês. E não é caro (...). Uma casa bem minúscula vale mais do que cem mil réis. Aqui somente se paga isso, setenta e mais dez tostões pela água.

- (...) quantas pessoas habitam aqui?

- Mais de duzentas entre grandes e pequenos” (Il problema dell’abitazione: i’ cortiços. In: FANFULLA, abril de 1913, apud PINHEIRO e HALL, 1994).

Para os higienistas e industriais a classe operária e a população pobre eram representados no final do século XIX e início do XX como *“animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis, assimilada a cheiros fortes, a uma sexualidade instintiva, incapaz de elaborar ideias sofisticadas e de exprimir sentimentos delicados. Esta representação imaginária do pobre justifica a aplicação de uma pedagogia totalitária, que pretende ensinar-lhe hábitos ‘racionais’ de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-se”* (RAGO, 1997, p.175). Rago (1997) cita inclusive um trecho da obra ‘O Cortiço’ de Aluísio Azevedo, que retrata de forma literata e naturalista o pensamento do final do século XIX sobre as habitações insalubres onde viviam os pobres e trabalhadores: *“E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco”* (AZEVEDO, 1981 apud RAGO, 1997, p.175).

A ação dos higienistas em busca da desodorização das cidades e o combate às epidemias adentrou no século XX com as mesmas inquietações. Ferreira (1917) apresenta que: *“A questão das casas econômicas, dos alojamentos baratos e higiênicos para as classes proletárias continua preocupando a atenção dos Poderes Públicos, sem que se tenha por ora conseguido resolver satisfatoriamente tão angustioso problema sanitário. A crise de domicílio do operariado subsiste em todos os seus malefícios para a saúde coletiva, pois os esforços de algumas Cooperativas, de Sociedades Mútuas e de diversas empresas fabris, não são de molde a dar solução cabal a esta premente questão higiênica (...)”* (FERREIRA, 1917 apud RAGO, 1997, p. 172).

Segundo o higienista Dr. Horta Prata (1918): *“o ar viciado pela respiração pulmonar e cutânea veiculando matérias, muitas vezes, em vias de decomposição, alterado ainda por emanações provenientes das cozinhas ou de compartimentos de descuidado asseio, no fim de certo tempo, não será só insuficiente, mas também prejudicial e perigoso”* (HORTA PRATA, 1918 apud RAGO, 1997, p. 174). Desta forma, o Código Sanitário de abril de 1918 estipulava: *“art. 38 - Toda habitação será*

provida de banheiro, latrina e, sempre que possível, de reservatório de ferro galvanizado, hermeticamente fechado, com capacidade suficiente para o uso doméstico. (...) art. 364 - Todos os aposentos de dormir deverão ter as aberturas exteriores providas de venezianas ou de dispositivos próprios para assegurar a renovação do ar, provocando permanente tiragem” (RAGO, 1997, p.174).

O Dr. Francisco Figueira de Mello em relatório elaborado na década de 1920 descreve a precariedade dos cortiços e um porão que funcionava como habitação:

“Chamou-nos a atenção, o tipo clássico de cortiços que se nos deparou frequentemente: um agrupamento de quartos dando para uma área estreita, em comum, cheia de vasos, com roupas estendidas ao sol, que aliás, aí regateia os seus raios que raramente aí penetram. Ao lado de cada porta, há o clássico fogareiro de lata de querosene. (...) Há também os cortiços gênero - porão. Encontramos muitos deles, na maioria cimentados, outros atijolados e outros ainda tem simplesmente o piso de terra batida. A entrada de muitos deles é feita por uma respiradouro, sendo necessária uma ginástica para neles penetrar, ou como melhor o possa. É claro que não foram feitos para serem habitados, pois neles há tudo que se contrapõe à higiene, mas, a falta de habitação e ganância dos proprietários, faz destas covas, moradas” (MELLO, 1920 *apud* DECCA, 1983, p. 19).

Além dos porões e cortiços, os telheiros de zinco eram considerados os piores tipos de habitação coletiva, sendo que o aluguel do cortiço era menor que o do porão, pois oferecia maior número de cômodos. *“A média de moradores por cômodo era de três indivíduos (2,7 ‘habitação-pessoas’) o que indicaria péssimas condições de ‘superpopulação’. As condições de habitação variaram, evidentemente, em função dos diferentes tipos de moradia. Enquanto que a casa individual apresentava uma média de 3,53 cômodos e uma média de ‘habitação-pessoa’ por cômodo de 1,5, o cortiço e o porão apresentavam índices respectivos de 1,35 e 2,22 de número de cômodos e média de 2,0 e 2,25 ‘habitação pessoa’”* (DAVIS, 1935 *apud* DECCA, 1983, p. 20). Entre 221 famílias operárias pesquisadas em 1934 por Davis, 120 possuíam cozinhas individuais, 64 dividiam a cozinha com pelo menos mais uma família e as restantes possuíam como cozinha apenas uma lata de querosene fora da porta, com média de 5,42 moradores (DAVIS, 1935 *apud* DECCA, 1983, p. 20).

O grave problema habitacional, representado pelos cortiços e moradias insalubres, foi tema de inúmeros artigos de jornal e revistas especializadas, da parte de intelectuais sanitaristas, dirigentes sindicais ou militantes de partidos políticos, segundo Vêras (1994). É o caso de Antonio Evaristo de Moraes¹⁶⁵, que publicou na revista *Clarté*, em 1921, artigos sobre as condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente sobre a saúde. O autor argumenta com as classes dominantes e autoridades, chamando a atenção para a ‘divisão de trabalho’ e a força da solidariedade social, que incentiva a proximidade dos pobres no exercício de suas funções, com as elites e suas famílias e, sugere que ‘por egoísmo, sejam solidários’:

“(...) a estatística demográfica vem demonstrando, que é maior a mortalidade pela tuberculose nos bairros ou nas ruas em que há habitações menos confortáveis por falta de ar ou de luz, e por acúmulo de moradores (...). Há, entretanto, uma ponderação a fazer às classes dirigentes, aos abastados, aos insensíveis desfrutadores do capital, que tão pouco se interessam por estes assuntos, supondo que a tuberculose e outras moléstias infecciosas, por morarem com o pobre,

¹⁶⁵ Antônio Evaristo de Moraes, membro do partido operário e fundador do Partido Socialista na década de 1910 (Vêras, 1994).

não passeiam pela cidade (...). Reflitam sobre este aspecto da questão e procedam por egoísmo e bem da coletividade” (MORAES, 1921 *apud* VÉRAS, 1994).

A habitação das classes pobres não escapou ao desejo de disciplinamento do proletariado pelos dominantes. Rago (1997) assegura que:

“na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede das relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos” (RAGO, 1997, p.163).

A casa ‘imunda e insalubre’ sendo apresentada como foco de doença, degradação moral e ameaça política, justifica um discurso racionalizador de interferência planejada da burguesia nos mínimos detalhes do cotidiano do trabalhador para implantar uma disciplina que designava novos modos de vida e de higiene pessoal. Desta forma, a vila operária era considerada como solução ideal recomendada pela higiene pública para resolver a questão da habitação popular pelo poder público ou pelos capitalistas, nos bairros periféricos das cidades. Em 1894 o inspetor sanitário de São Paulo dizia: *“Para corrigir este mal o único meio que vemos e que nos parece fácil por oferecer igualmente moderado juro ao capital empregado são as Vilas Operárias, tão em uso na Europa toda e já introduzidas na Capital Federal”* (RAGO, 1997, p. 176).

418

Muitas unidades habitacionais direcionadas aos operários se estabeleceram em bairros periféricos como o Brás e o Bexiga, pela ação de empreiteiros e interessados no lucro com o ascendente filão das casas de aluguel ‘saneadas e higiênicas’ localizadas em vilas próximas às fábricas. Nas vilas de aluguel, segundo antigos moradores do Brás em São Paulo *“a rua era o centro de tudo. As pessoas promoviam festas, passeavam durante as noites de verão ou colocavam cadeiras na calçada para prolongadas conversas. O comércio também percorria os calçamentos de pedra. Vendedores iam de porta em porta anunciando as mercadorias: pizza em quantidade dentro dos latões, frango, verduras e doces”* (MEMÓRIA URBANA, 2001, p. 45).

A urbanização dos bairros operários periféricos que se formaram por meio da existência de diversas vilas foi mais demorada em comparação aos bairros mais próximos ao centro, onde a infraestrutura era implantada com prioridade. Em entrevista a Bosi (1985), o Sr. Amadeu que era morador de uma vila no Brás, informa que:

“nesse tempo não existia luz elétrica na rua, só lampiões de querosene. Em casa também, os lampiões eram pendurados na sala, no quintal e na cozinha. Só quando eu tinha dez anos é que veio a luz elétrica, por volta de uns sessenta anos atrás. A casa dava para a rua, mas tinha quintal; lembro da sala, dos dormitórios... Na frente da casa passavam os vendedores de castanha, cantarolando. E o pizzaiolo com latas enormes, que era muito engraçado e vendia o produto dele cantando. As crianças iam atrás. A rua não tinha calçada. Elas ficavam à vontade naquelas ruas antigas. Eram ruas de lazer, porque não tinham movimento, e crianças demais. Em São Paulo, nos terrenos baldios grandes, sempre faziam parques para a meninada (...). Perto de minha casa, vinham três vezes por semana, os ‘mata-mosquitos’, fardados de amarelo e com bonzinho. Vinham com bombas extintoras matar mosquitos nos quintais, poças de água, no mato, aquele bairro era quase todo mato” (BOSI, 1985, p. 78-79).

Na memória do Sr. Amadeu, entrevistado por Bosi (1985), ficou gravado a pobreza dos bairros operários, considerados abandonados pelo poder público:

“Por esse lado do Brás, Cambuci, Belenzinho, Mooca, Pari, aqui tudo era uma pobreza, ruas sem calçamento, casas antigas, bairros pobres, bem pobres. A iluminação era a lampião de que-rosene. Lembro quando em minha casa puseram um bico de luz, foi o primeiro bico que puse-ram naquela rua, não lembro exatamente o tempo, faz uns cinquenta anos. Era mocinho. Puse-ram um bico só porque a luz era muito cara, mais de duzentos réis por mês. Com o tempo pu-nha-se um bico na cozinha, no quarto, no quintal e assim por diante. Mas era usada como uma luz bem econômica porque não dava para pagar no fim do mês” (BOSI, 1987, p. 83).

Quando a luz elétrica chegou ao bairro do Brás, muito atrasada, na década de 1930, os moradores da Rua Caetano Pinto comemoraram: *“colocaram mesas na rua, a enfeitaram com flores, dança-ram e comeram até a madrugada”* (Memória Urbana, 2001, p. 37). No entanto, a Light concessio-nária da época, definia as regiões que deveriam ser beneficiadas ou desprovidas de infraestrutura. Com isso, foram estabelecidos padrões bastante desiguais de urbanização entre os bairros¹⁶⁶.

O embrião de uma organização comunitária dentro de cada unidade de habitação coletiva, segun-do Martin (1984), também era possível pela divisão mínima de trabalho interna, como a limpeza de áreas comuns e a utilização dos parques equipamentos existentes, como banheiros, tanques e pias, além de rotinas de lixo, entre outros. O autor reforça que o sentimento comunal era reforçado por apelidos dados à habitação coletiva, que quase individualizavam cada cortiço, com nomes sugestivos como, por exemplo: dos assobradados constavam o ‘Castelinho’, o ‘Bastimento de Roma’, o ‘Navio’; os ‘quintalões’, os cortiços de entrada larga com duas fileiras de quartos, eram os mais conhecidos o ‘Quintal dos Espanhóis’, ‘Quintal do Scopeta’, o da ‘Marinha’, do ‘Carvoeiro’ (MAR-TIN, 1984 *apud* VÉRAS, 1994).

A intensa ação dos higienistas parece ter conseguido disciplinar os moradores das habitações desti-nadas às classes operárias por meio do incentivo aos projetos que deveriam contemplar um pro-grama mínimo com condições de asseio. Maria de Lourdes Di Donato passou a morar na Vila Ito-ró no Bexiga, em torno dos vinte anos, e permaneceu residindo no mesmo local por mais de ses-senta anos. *“A vila foi maravilhosa. Muito bem organizada, nunca teve uma sujeira, tudo arruma-dinho. Era um espetáculo, a vila era linda”*, e tinha uma vizinhança considerada excelente pela mo-radora que também relata sobre o Clube Éden Liberdade que existia dentro da vila - ponto de en-contro entre os moradores - oferecia festas, esgrima e outros esportes. *“Cada baile que tinha, gen-te, com orquestra. Minha irmã foi diretora por muitos anos. Tinha muita festa ali, tinha festa de São João. A piscina era uma delícia, a gente fazia churrasco no sábado, passava os convites para os conhecidos. Era muito gostoso. Tudo acaba, né?”* (BENVENUTI, 2009).

Sobre a solidariedade da vida em cortiço, uma ex-moradora do Scopeta, na Rua Caetano Pinto no Brás em São Paulo, respondeu: *“Morar em cortiço? Era maravilhoso [...] Todo mundo se conhecia, havia amizade, uma ajudava a outra. Depois cada uma ponhava umas plantinhas na sua janela, cada uma queria ter uma panela mais limpa e brilhando que a vizinha”* (NOSSO SÉCULO, 1985, p. 87). Interessante notar neste depoimento a opinião contrastante de uma moradora em relação aos

¹⁶⁶ www.aprenda450anos.com.br/450anos/.

relatórios dos higienistas, os quais sempre consideravam os cortiços como locais sujos e totalmente descuidados.

Na literatura são comuns relatos de cortiços localizados no Brás, como na obra de Carneiro (1956):

“Rua Caetano Pinto, 128 (...) em quinze minutos vencia a Celso Garcia, a Rangel Pestana, o Largo da Concórdia, a porteira da ferrovia (...) pôde ver a chapinha 128, cravada entre dois arcos paralelos sustentados por um pesado portão de ferro (...). O portão conduzia a um cortiço longo e tortuoso que recuava labirinticamente até que seus extremos se perdessem na escuridão da noite (...). Durante algum tempo andaram ao longo de um corredor pavimentado de lajes desiguais, contido entre um paredão gasto e uma infinidade de casas imprensadas entre si. Por vezes o estreito caminho se amplificava inesperadamente obrigando a linha do casario a desviar-se para contornar o pátio improvisado. O corredor prometia findar-se defronte a uma espécie de garagem que funcionava como depósito de carvão; sucedia, porém, que aí se quebrava o ângulo reto e, serpeando por entre as paredes e escadarias surgidas de outras casas, descrevia novo trajeto, até que, concluída uma volta, retomasse a direção primitiva e alcançasse as habitações do quarteirão paralelo. A casa que se supunha a última nunca o era, porque sempre anunciava outras. E o novato que procurasse uma saída acabava sempre conduzido novamente ao portão de entrada. Em algumas casas havia luz fugindo pelas frestas e caixilhos das portas fechadas (...) uma das casas, que por ser mais larga na base do que no teto fazia jurar que as da vizinhança, ávidas de espaço exercessem pressão lateral para o disputarem (...)” (CARNEIRO, 1956, p. 10. apud VÉRAS, 2004).

Outra descrição do ambiente do cortiço, tão pouco privativo, onde residiam tantas pessoas heterogêneas é encontrada na obra de Gattai (1980), também sobre a Rua Caetano Pinto e o bairro do Bexiga:

“(...) Devido a seus cortiços famosos, a Rua Caetano Pinto, no Brás, afastava de suas calçadas moradores de outras ruas. Mal afamada pelas brigas e bafafás diários, tornara-se tabu, habitada sobretudo, por italianos do sul da Itália - calabreses principalmente - vindos à procura de fortuna no Brasil. Sobre ela contavam-se coisas do arco da velha, histórias mirabolantes. Talvez exagerassem, não sei, pois nunca tive a ventura de pisar naquelas calçadas proibidas. Passei a admirar seus moradores desde que soube tinham eles destruído uma carrocinha de cachorro, pondo os laçadores a correr debaixo de tabefes e pontapés. Nunca mais voltaram. Polícia não circulava na Caetano Pinto, os habitantes faziam as próprias leis. Não havia soldado que por ali se aventurasse. População extremamente religiosa, profundamente patriota, de sangue quente. Comprava barulho por um dá cá aquela palha mas, ao mesmo tempo, era terna e alegre. As mulheres tinham fama de valentes, discutiam de janela a janela, batiam nos filhos, à moda italiana: violentos tapas na cara. Havia curiosa emulação entre as vizinhas da Caetano Pinto: quem conseguiria fazer luzir mais suas panelas? Consumiam mãos e unhas na poderosa mistura de cinza e areia com que esfregavam as peças, mas sentiam-se recompensadas. Em torno dos caixilhos das janelas, permaneciam penduradas, em exposição, brilhando, ofuscando a vista dos passantes, panelas e frigideiras, caldeirões e caçarolas, de todos os tamanhos e formatos, motivo de elogios e glória para suas proprietárias, enchendo-as de orgulho e vaidade. Dos fogareiros a carvão, colocados nas calçadas, as panelas fumegantes desprendiam aroma dos molhos e de guisados, que entrava pelas narinas dos passantes, despertando apetite” (GATTAI, 1980, p. 110).

A vila operária seria então o contraponto, o outro extremo do cortiço, intrinsecamente em evidente contraste com o espaço fabril, rigorosamente disciplinado, conforme reforça Vêras (1994):

“O cortiço é, pois, um local de intensa vida social e em um espaço exíguo e desordenado, indisciplinado, em um ajuntamento irregular. Há ‘desordem’ nos espaços privados (em cada cômodo se realizam várias funções) e no espaço coletivo (pátios, corredores, tanques e equipamentos de lavagem de roupa, banheiro e cozinha). Misturam-se adultos, crianças, sexos, etnias (imigrantes recém-chegados, negros, mulatos), profissões e ocupações” (VÉRAS, 1994).

No cortiço há promiscuidade e ‘desorganização moral’ em contraste com *“o exemplo de asseio, ordem e disciplina representado pelas abelhas (...) é preciso cuidar da unidade urbana; a habitação, não já da habitação privada, mas daquelas onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço”* (Relatório de exames e inspeções das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia *apud* VÉRAS, 1994).

O espaço imediato em torno à casa individual ou parte de um conjunto, segundo Freyre (1979):

“completa, amplia, integra a residência num todo além de residencial. Todo que pode ser definido como supercasa. Que deixa de ser privado, para ser público. Solidário. Comunitário. E que, de imediato, se prolonga em espaços mais abrangentes, até a casa de uma família, tendo por vizinhos outras famílias, ser uma casa integrada primeiro num conjunto imediato - vizinhança - de casas, lojas, igrejas, clubes, parques, ruas, praças - depois num espaço regional capaz de formar, com outros espaços regionais, um mais ou menos vasto espaço multirregional ou já caracteristicamente nacional” (FREYRE, 1979, p. 17-18).

Figura 572 - Cortiço no Brás em São Paulo, na década de 1950 (Peter Scheier /n: www.colecaopirellimaspp.art.br/).

Figura 573 - Cortiço no Brás em São Paulo, na década de 1950 (Peter Scheier /n: www.colecaopirellimaspp.art.br/).

Se os cortiços (figuras 572 e 573) e demais habitações pobres ofereciam piores condições que as vilas operárias, ambos representavam áreas de concentração operária. Segundo Hardman & Leonard (1991):

“enquanto os primeiros facilitavam o fortalecimento dos laços de solidariedade de classe, as vilas eram realizações dos empresários industriais, nos terrenos da própria companhia, onde a possibilidade de controle social e ideológico da massa trabalhadora pelos patrões era bem maior. Além do mais, ao contrário dos cortiços, favelas, mocambos e barracos que normalmente se concentravam nos grandes centros urbano-industriais, as vilas operárias das empresas tendiam a se construir exatamente naqueles núcleos mais ou menos isolados no interior paulista e em outras regiões rurais afastadas, tornando-se a fábrica o centro nervoso de toda a vida local” (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 154).

A mão-de-obra operária qualificada, representada principalmente pelo imigrante europeu e por artífices oriundos de outras regiões, atraídos pelas oportunidades oferecidas numa cidade em crescimento, teve seu problema habitacional melhor resolvido. Segundo Lemos (1975):

“(...) o operário qualificado tinha a possibilidade de morar condignamente, fosse em casa de ‘vila’ alugada, fosse naquela encomendada ao mestre de obras italiano (...) era natural, alterações

no partido: agora é constante o corredor lateral descoberto para promover a insolação dos cômodos intermediários. Aboliu-se o beiral e surgiu a platibanda. E os ornatos renascentistas dos estucadores italianos. Nessas 'casas operárias' - essa era mesmo a designação empregada nos processos - havia ainda a intenção plástica de uma arquitetura estereotipada dentro do ecletismo vigente, havia ainda um controle de qualidade, havia vigilância (...) Até então, quem não morasse em cortiços, morava bem em casa policiada" (LEMOS, 1975).

A construção de 'habitações higiênicas e baratas' tornou-se um negócio lucrativo para os industriais/senhórios e para as companhias de saneamento, livrando as áreas centrais mais valorizadas da presença dos pobres e sua característica sujeira que tanto incomodava a burguesia dominante. Rago (1997) afirma que os higienistas, ao recomendarem a edificação de vilas operárias, abriram caminho para que os capitalistas burgueses conseguissem produzir uma classe trabalhadora desejada com a injeção de um estilo de vida.

"Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer. As vilas, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar exerça um controle fino e leve sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador. Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia-a-dia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância. Segregado nos bairros periféricos e distantes da cidade, o proletariado é ainda internado nos limites da minicidade que a vila pretende constituir, possibilitando uma gerência patronal absoluta sobre todos os seus comportamentos" (RAGO, 1997, p. 177).

422

Figura 574 - Vila operária da Vidraria Santa Marina em 1920 (www.santamarina.com.br/).

Figura 575 - Vila operária da Vidraria Santa Marina em 1930 (www.memoriasindical.com.br/).

As vilas operárias reproduziam a estrutura hierárquica e arbitrária da fábrica (figuras 574 e 575). Em muitos casos, a arquitetura da vigilância dos industriais brasileiros procurava seguir o modelo inglês com as unidades habitacionais que compunham as vilas dispostas em torno da fábrica ou circundadas pelas instalações fabris. Segundo Rago (1997):

"nos dois casos, uma disposição panóptica: maneira pela qual a arquitetura, a partir dos princípios de Bentham, pode resolver o problema de permitir a um só olhar vigiar e controlar o comportamento de muitos, fazendo com que a própria ideia de um olhar atento e vigilante ininterrupto fosse internalizada pelas pessoas sobre as quais recaísse de fato ou não (...). A vigilância panóptica que se exerce no âmbito da fábrica invade o interior da moradia operária: a noção de culpabilidade, introjetada pelos indivíduos, deve impedir que se desviem dos papéis familiares produzidos externamente para a mãe, para o filho, para o pai e dos lugares em que devem ser representados" (RAGO, 1997, p. 187;190).

Desta forma, por meio da organização do espaço urbano, a classe dominante obteve a possibilidade de vigiar e cercar o trabalhador em sua intimidade diária.

“Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam. As preocupações se deslocam para os aspectos mais corriqueiros do dia-a-dia e instala-se a concorrência mesquinha entre os moradores das casas vizinhas; quem tem o jardim mais transado, qual casa é a mais limpa, com quem conversam as esposas, quais os problemas dos casais, quem tem o filho mais bem comportado na escola, quem casa ou ‘se perde’ com quem...” (RAGO, 1997, p. 183).

Tanto industriais como higienistas, ao defenderem a construção de habitações confortáveis, higiênicas e baratas, tinham em mente a ideia de que desta forma o trabalhador se fixaria não apenas ao emprego, mas também ao lar nos momentos de folga, incentivando o casamento monogâmico e a organização da família operária, destacando o papel da esposa e dona-de-casa. A ideia de moldar trabalhadores obedientes e cumpridores de seus deveres necessitava fazer da casa *‘um ambiente aconchegante e perfumado, na guerra contra a sedução das ruas movimentadas e bares’*. Almeida (1915) defendia que o melhor espaço para a mulher realizar sua *‘vocaço sagrada e natural’* seria a vila operria, recolhendo o marido e os filhos dos perigos da rua e dos cabars (ALMEIDA, 1915 *in*: RAGO, 1997, p. 183).

A formao de um lar seria a tentativa de uma redefinio das relaes familiares, por meio da promoo de um novo modelo de mulher, dedicada ao lar, e de uma nova percepo da criana. Para tanto, seria necessria a transmisso dos sentimentos da laboriosidade e da vida regrada, o gosto pela privacidade, assim eliminando as prticas populares que pudessem eventualmente ameaar a estabilidade da ordem social (RAGO, 1985, p. 26-27).

Para garantir o bom comportamento e a disciplina do operrio no interior da vila, a igreja catlica foi uma aliada na organizao da vida social dos operrios dentro dos muros das vilas e fbricas.

“A rgorosa disciplina exercida no interior da vila, explicitada pelo prprio discurso do poder no dispensa o auxlio dos elementos da Igreja, nem mesmo dos diretores e policiais que a dirigem. A organizao deste espao modelar, celular e punitivo visa impedir as aglomeraes, evitar a emergncia de hbitos pouco sbrios ou de uma vida contagiada pelo trnsito confuso de desconhecidos, pelas festas espontneas e alegres de rua a que fazem referncia os habitantes dos cortios ou casares do Bexiga ou do Brs, em So Paulo. Afinal, cercada por muros, o acesso vila era totalmente controlado e restrito aos seus moradores, como fazem pensar as reclamaes dos operrios veiculadas em sua imprensa” (RAGO, 1997, p. 180-181).

O papel da religio catlica na constituio de um operrio trabalhador e cordato era enfatizado tambm na fbrica, em cujo projeto social tinha lugar central a educao, com a escola sendo tratada como um instrumento que alm de educar as crianas, liberava a mo-de-obra feminina para o trabalho fabril (GUNN & CORREIA, 2004, p. 88).

Uma das vilas patronais mais representativas do ponto de vista do controle disciplinar por meio da religio e da educao foi a Maria Zlia. As instalaes e o cotidiano desta vila foram descritas no lbum *‘Lembranas do Cotonfcio Scarpa’* publicado em 1926 por Nicolau Scarpa:

“(...) A creche um estabelecimento modelar onde as mes enquanto trabalham deixam os seus filhos entregues solicitude das ‘Irmzinhas da Imaculada Conceio’ (...). O servio religioso e a direo da creche, Jardim da infncia e Grupo Escolar, na parte educacional, est confiado ao Diretor da organizao Social, que o Reverendssimo Capelo. (...) Sobre todas as cri-

anças do grupo e do jardim da infância, a ação do capelão é direta. (...) Após o trabalho, é preciso recrear o espírito. Eis por que a Companhia organizou uma boa fanfarra, com trinta figuras, instrumental de primeira ordem, fardamento, etc. Esta música é obrigada, quinzenalmente, a dar uma retreta no pavilhão que enfeita o lindo jardim bem como tocar nas festas pela sociedade, que gratuitamente dá sede, zelador, água e luz, há uma sociedade de futebol, a qual faz parte da divisão municipal, tendo seu campo próprio. (...) Organizam-se festas atraentes sob a rigorosa fiscalização de seus criteriosos diretores (...). O Reverendíssimo Sr. Capelão fundou 'A Cruzada Eucarística' com ótimo resultado. É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente (...) Eis como a Sociedade, com 2.100 operários, observando as sábias lições da 'Rerum Novarum' do papa dos operários, Leão XIII, resolve admiravelmente os complexos problemas da Questão Social, e soluciona o conflito entre o capital e o trabalho que tanto vem preocupando a humanidade" (SCARPA, 1926 apud RAGO, 1997, p.180-181).

O controle social era exercido na Vila Maria Zélia em São Paulo, por meio de toque de recolher às nove da noite, proibição de ingestão de bebidas alcoólicas e guarita de vigilância da guarita os visitantes tinham que passar pela. Na vila operária da Votorantim em Sorocaba, os trabalhadores reclamavam no periódico 'A Terra Livre' de fiscalização sobre as visitas recebidas. *"(...) É certo que as casas dos operários estão num recinto cercado de arame, propriedade particular: mas nelas habitam homens livres? Inquilinos que pagam, e muito, e não servos de gleba (...)"* (A TERRA LIVRE, 16/05/1906 apud RAGO, 1997, p. 183).

A imprensa anarquista cumpriu um importante papel em denunciar as práticas de vigilância do industrial/senhorio e da igreja católica (figura 576) na vida cotidiana dos habitantes das vilas operárias, por exemplo:

"No feudo Maria Zélia, um escândalo em foco. Referimo-nos à fábrica Maria Zélia, a cujo redor a Companhia Nacional de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impetra discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres" (A PLEBE, 18/02/1920 apud RAGO, 1997, p. 184).

Para Rago (1997) o artigo anticlerical dos anarquistas percebe a vila operária nem como benefício, nem quanto espaço de segurança e conforto, mas sendo uma 'cidadela' segregada socialmente onde uma vigilância absoluta sobre a vida cotidiana do trabalhador e de sua família, era exercida por vontade patronal e pela dominação religiosa.

"Ao nível estritamente econômico, definindo onde, como e o que consumir, ao nível moral pela imposição de todo um código autoritário de condutas: frequentar assiduamente a igreja, onde as noções de tempo útil, trabalho, disciplina, produtividade/pecado/culpa/, condenação da ociosidade são veiculadas. A educação também cumpre a função de determinar os comportamentos racionais: o amoldamento das 'consciências infantis à submissão do domínio clérico-capitalista'" (RAGO, 1997, p. 184).

A vida nas vilas operárias pode ser considerada um prolongamento da disciplina rígida do regime de trabalho fabril, onde a liberdade formal que o trabalhador assalariado possui no capitalismo como vendedor de sua força de trabalho, era praticamente inexistente, afirmam Hardman & Leonardi (1991). Vivendo na habitação cedida pelo patrão do chefe da família, os demais membros da família operária também eram submetidos à mais-valia, existindo como 'colonos', agregados' ou moradores nas propriedades da empresa.

“Muitas vezes não recebiam salários, mas vales para serem trocados por mercadorias nos armazéns da empresa. Outras vezes essa massa proletária funcionava como clientela política dos patrões, num mecanismo análogo ao do ‘coronelismo’. Não se tratava de nenhum resquício colonial ou pré-capitalista; essa era uma das formas específicas pela qual se engendrava o capital industrial e o proletariado fabril na sociedade brasileira. Em vários casos, os terrenos desses grandes domínios agroindustriais (em sua maior parte do setor têxtil) eram cercados por muros e tinham suas entradas guardadas; havia estrito controle de pessoas, com horários fixos para ir e vir” (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 154).

Como exemplo do controle e vigilância exercidos nas vilas operárias, Rago (1997) destaca entre os ‘códigos de obrigação’ da fábrica de tecidos Cedro e Cachoeira em Sete Lagoas, Minas Gerais, várias proibições comuns: *“Art. 1 - consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo o mais que perturbar o sossego público. (...) Art. 8 - Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público - principalmente depois das nove horas da noite”* (RAGO, 1997, p. 185). Os regulamentos estipulavam multas, prisões e expulsões em casos de reincidência, visando padronizar a vida dos habitantes. O nível de invasão no cotidiano do lar operário aparece no periódico ‘A Terra Livre’ onde foi publicado que *“as casas devem ser lavadas cada 8 dias e cuidadas umas plantas que cada uma tem na frente sob pena de multa”* (A TERRA LIVRE, 5/10/1907 *apud* Rago, 1997, p. 185).

Se as vilas operárias eram uma boa fonte de lucro para os empresários, por outro lado representaram problemas para os operários devido à incapacidade de solucionar de forma completa a carência de unidades habitacionais para os trabalhadores. Carpintéro (1997) revela que:

“o fato de apenas alguns operários auferirem o privilégio do acesso às vilas, provocava uma desigualdade entre os trabalhadores no interior de uma mesma fábrica e, talvez como consequência dessa situação particular, aqueles que conseguiram ocupar as casas das vilas operárias acabaram por incorporar os hábitos e valores exigidos pelos patrões. Assim como existiam operários satisfeitos com a implantação e a organização das vilas operárias, defendendo e elogiando a atitude empresarial, encontramos operários descontentes e inconformados por se submeterem às normas impostas pelas empresas” (CARPINTÉRO, 1997, p. 68).

O descontentamento e o repúdio dos operários com relação à organização das vilas operárias e também com o alto valor dos aluguéis foram manifestados por meio da Liga dos Inquilinos, constituída por anarquistas em São Paulo (CARPINTÉRO, 1997, p. 69). Rago (1997) informa que a imprensa anarquista denunciava casos nos quais os trabalhadores eram forçados a alugar as casas dos proprietários/senhórios, cujos aluguéis eram descontados na folha de pagamento:

“Votorantim, mil e uma maneiras de explorar. (...) Desde este dia cessará o trem que conduz os operários de Sorocaba a Votorantim e vice-versa. Os operários serão obrigados a morar nas casas da Companhia proprietária da fábrica ou a perder o lugar (...). Forçados a alugar as casas da Companhia, os operários têm também de fazer as suas compras na cooperativa que reabriu há pouco, prometendo vender mais barato que em Sorocaba, mas fazendo precisamente o contrário. Ao mesmo tempo, foi proibida a entrada aos vendeiros e padeiros: não há remédio senão comprar no armazém da fábrica, chamado ironicamente ‘cooperativa’” (A TERRA LIVRE, 11/11/1906 *apud* RAGO, 1997, p.182).

Por outro lado, publicações oficiais patrocinadas pelos proprietários faziam uma propaganda bastante positiva e diferente das empresas denunciadas nos jornais operários, aqui tratando exatamente da Votorantim:

“A fábrica está situada em uma vila industrial com população de cerca de 6.000 almas e cerca de 500 casas operárias de propriedade da fábrica, além de cerca de 200 casas mais de propriedade de particulares (...); tem água encanada, esgoto, luz elétrica, cinema, clube, igreja (em construção), campo de esportes, futebol, lawn-tennis, enfim, todos os atrativos e passatempos necessários para amenizar a vida dos operários (...). A vida dos operários é muito facilitada com a redução das despesas de aluguéis de casa, que a fábrica facilita às famílias operárias de 9\$000, 10\$000 e 12\$000 por mês e por família, casas estas que na capital custariam 45\$000 a 60\$000. Os gêneros alimentícios também (...) nunca excedem os preços dos da capital e de Sorocaba, ao mesmo tempo que os salários são mais elevados que em qualquer outro lugar do Estado” (MANNING & LUSO, 1919).

A vila deveria estabelecer um espaço confortável, satisfatório e moral de onde o trabalhador não precisasse sair, nem ao menos para atividades de lazer, de compras ou religiosas.

“Vinculado ao aparato da produção através deste mecanismo sutil de dominação que é a própria habitação, espaço da intimidade e do diálogo interior, o discurso do poder promete ainda ao operário abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo. A vila-cidade projetada pela arquitetura da vigilância oferece aos seus moradores a proteção e o conforto de toda uma rede de equipamentos coletivos e comerciais, capazes de atender às suas mais simples necessidades (...). Nesse sentido, o poder disciplinar cria dispositivos estratégicos de estreitamento dos vínculos que unem os membros da família, mas também esta e o patrão, numa mescla de sentimentos que incluem gratidão e cumplicidade” (RAGO, 1997, p. 179).

Para os capitalistas, a estratégia em conseguir neutralizar os sentimentos de revolta contra os baixos salários e o regime de trabalho extenuante, era estabelecer vínculos emocionais de dependência paternalista usando como alvo o núcleo familiar onde a casa deveria se constituir como:

“um novo espaço normalizado de relações estáveis, naturalizadas e assépticas, onde podem se aprofundar os sentimentos familiares e estreitarem-se os vínculos entre os membros da família. (...) Os equipamentos coletivos que a vila possui, como creche, jardim da infância, escolas para meninos e meninas, armazém, farmácia, campo de futebol, banda de música, centro de escoteiros, etc., cercam o operário por todos os lados, satisfazendo suas necessidades elementares. Mas ao tempo criam outras, como participar das atividades religiosas, das festas de comemoração, ou, num nível mais invisível, indicando os espaços adequados para cada ato, confinando a sexualidade normalizada do casal ao quarto, condenando as relações perigosas interditando os encontros não institucionalizáveis” (RAGO, 1997, p.178-179).

A construção de vilas operárias permitia controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera de trabalho, delimitando o espaço que deveria circular estabelecendo no perímetro da vila e próximo à fábrica, os serviços básicos necessários para toda a família operária. Vários exemplos de bairros proletários podem ser citados seguindo essa metodologia empresarial protagonizada pela ação do Dr. Jorge Street na Vila Maria Zélia em São Paulo como: a indústria têxtil Votorantim que possuía cinema, igreja católica, e uma pequena praça com coreto, onde as famílias operárias podiam ter acesso ao lazer controlado e limitado aos domínios da empresa, além de controlar a estrada de ferro que ligava a vila ao centro de Sorocaba (Hardman & Leonardi, 1991, 204; Rago, 1997, p.177); também a Usina Monte Alegre de Piracicaba, que além dos equipamentos citados na Votorantim, disponibilizava escola, creche, armazém, clube e campo de futebol para as famílias proletárias em Piracicaba, configurando um núcleo urbanizado praticamente autossuficiente, que oferecia aos moradores os bens de consumo necessários para uma vida modesta. Reis Filho (1994) também expõe que em vilas operárias dos bairros do Brás e Mooca em São Paulo,

construídas pelas Fábricas Santana, Álvares Penteado, Francisco Matarazzo e Crespi, “*algumas vezes contavam com equipamentos complementares, como igrejas ou creches. Mas sistematicamente tinham um armazém, no qual os trabalhadores faziam suas compras, anotadas em cadernetas, exatamente como os colonos das fazendas*” (REIS FILHO, 1994, p. 96).

Os operários eram induzidos a gastarem seus baixos salários nos estabelecimentos da fábrica, aumentando os lucros dos capitalistas e salienta que havia outros objetivos ideológicos nesta prática, além da receita. Rago (1997) reforça que:

“(...) a própria limitação das lojas e das alternativas de comércio impede que se desenvolvam hábitos prazerosos de consumo, uma ‘dança do desejo em torno das coisas’, incentivando o operário a levar uma vida sóbria, regrada, de economia e poupança. A internação dentro dos muros da fábrica, no momento de trabalho, ou dentro dos muros da vila, nas horas de lazer, impede toda comunicação com o mundo exterior e as ‘aberturas de cabeças’ que, bem ou mal, possibilitam. Vida monástica, sem dúvida” (RAGO, 1997, p.182).

Figura 576 - Igreja Católica presente na inauguração da Vila Maria Zélia
(Fonte: www.saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/).

Figura 577 - Armazém da Vila Maria Zélia
(Fonte: www.saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/).

Para os trabalhadores provenientes da zona rural, o esquema não era muito diferente do campo, pois a relação ‘empregado x patrão’ também se estabeleceu de maneira paternalista como forma de garantir a disciplina social do empregado, dentro de um programa de moradia construído com casas geminadas onde os colegas de trabalho eram vizinhos e frequentavam as mesmas festas populares e a missa na capela construída também pelo patrão. “*A diferença essencial que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedades das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa*” (BLAY, 1985, p. 11).

Como não havia casas para todos os operários, geralmente era feita uma seleção para escolher os contemplados, sendo o comportamento do trabalhador, dentro e fora da fábrica, o principal critério de seleção. Petta (1995) afirma que:

“operários ligados a sindicatos, que faziam greve ou reivindicavam melhores condições de trabalho ou de salário, jamais eram escolhidos para ocupar uma casa nas vilas. Os selecionados eram aqueles cujo comportamento não entrava em conflito com os interesses do patrão. A vila, então, era usada com fator de disciplina da classe operária. Os operários se queixavam de que algumas fábricas cobravam aluguéis muito altos, que já vinham descontados de seus salários. Apesar do que pode parecer, nem sempre a vila operária era uma boa solução de habitação; muitos trabalhadores repudiavam o seu caráter disciplinador. A construção das vilas operárias possibilitava controlar os trabalhadores 24 horas por dia, o que prejudicava a união e o fortalecimento dos operários” (PETTA, 1995, p. 20).

Os critérios de seleção de moradores e distribuição de casas assinalam um aspecto importante de especificidade de tratamento, sendo que em alguns casos, algumas unidades habitacionais permaneciam vazias por algum tempo, mesmo havendo interessados em ocupá-las. *“Estes critérios implicavam desde questões de caráter íntimo e conjugal do candidato até questões como a cor, vícios, número de filhos, saúde e desempenho no trabalho”* (CARPINTÉRO, 1997, p. 66). A Vila Brasital em Salto se enquadrava nesses critérios rigorosos de seleção e, na Vila Matarazzo, segundo Rolnik (1981), as casas eram fornecidas apenas às famílias que tivessem pelo menos dois membros trabalhando na fábrica (ROLNIK, 1981 *in*: CARPINTÉRO, 1997, p. 66).

A seleção para contemplar determinado funcionário com o direito de residir em uma unidade habitacional da vila operária tinha também como critério a hierarquia na organização do processo produtivo, sendo que a maioria das vilas oferecia casas de tipos e tamanhos diferentes de acordo com a categoria profissional do inquilino, sendo vários os casos de vilas destinadas apenas a mestres e contramestres. Segundo Rago (1997) a forma de organização do espaço habitacional objetivava a garantia da permanência da força de trabalho especializada próximo à unidade produtiva e assegurada na fábrica (RAGO, 1997, p. 187-188).

Rago (1997) concorda com Petta (1995) que as vilas operárias funcionavam como uma importante arma contra a resistência dos trabalhadores, pressionando com ameaças de despejo e demissão, caso houvesse a emergência de movimentos grevistas, como foi sucedido na greve dos ferroviários de Jundiaí em 1906; ou na paralização da Vidraria Santa Marina, conforme denunciado do ‘La Battaglia’: *“o patrão declarou, então, demitidos os operários, para constrangê-los à rendição incondicional, dando ao mesmo tempo uma ordem de despejo para os que ocupam as casas da Companhia (...) também o armazém (figura 577) fornecedor de víveres, cúmplice da companhia, fechou a porta aos operários”* (LA BATTAGLIA, 19/09/1919 *apud* RAGO, 1997, p. 187).

No início do século XX, o advento da Primeira Guerra Mundial acabou por gerar uma diminuição gradativa na oferta da construção que impulsionou um mercado especulativo no arrendamento com a consequência de um violento aumento do valor dos aluguéis. Muitas famílias operárias se viram obrigadas a compartilhar a mesma residência para dividir as despesas, que também se elevaram por causa da alta dos preços de todos os gêneros durante a guerra e se deslocar para cortiços. Assim, a lei do inquilinato se fez urgente, mas só foi devidamente promulgada no Estado Novo (SEGAWA, 2004, p. 128-131).

Até a década de 1920, as vilas operárias, ao lado dos cortiços, representavam a opção de habitação para os trabalhadores urbanos. Segundo Petta (1995) e Carpintéro (1997) e a partir da década de 1920 houve um crescente desinteresse da parte dos patrões por esse tipo de investimento, os quais deixaram gradativamente de edificar vilas, pelo menos, na capital. Posteriormente, muitos empresários colocaram as unidades habitacionais à venda com prioridade para os moradores ou mesmo para quem pudesse pagar o valor exigido (PETTA, 1995, p. 21; CARPINTÉRO, 1997, p. 69).

Bonduki (1983) afirma que *“os anos 1920 marcam o início de um novo período de desenvolvimento da indústria paulista, que passa a atuar agressivamente no sentido de conquistar o mercado internacional. (...) A indústria paulista, que durante a década de 1920 inicia a sua formação, passa a*

requerer maiores inversões de capital, ao mesmo tempo em que se criam bases mais estáveis e seguras para o investimento” (BONDUKI, 1983 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 69).

O desinteresse pelas vilas operárias foi sintoma de mudanças ideológicas provenientes da atuação de outros profissionais, como os engenheiros e arquitetos, sociólogos e advogados, que passaram a dividir com os médicos higienistas, as preocupações em relação à habitação popular e principalmente o comportamento moral de seus moradores, apresentando soluções práticas para os problemas urbanos. Nas primeiras décadas do século XX, as vilas operárias foram características do período de formação do mercado de trabalho livre brasileiro, como instrumentos estratégicos de disciplinamento do trabalhador, das suas relações familiares e de lazer, por meio do seu internamento num espaço arquitetônico cercado e fechado. A partir de meados da década de 1920, a ameaça política das classes operárias passou a ser combatida pelos empregadores de maneira menos literal. A figura paternalista e benemérita cedeu lugar a um grupo de especialistas com poderes diluídos manifestados nos saberes específicos, com exercício invisível das técnicas disciplinares impostas, autorizados a solucionar os problemas da classe operária (RAGO, 1997, p. 188-189).

A preocupação demonstrada nos relatórios de 1893 e 1894 sobre a habitação coletiva e ‘promís-cua’ da classe pobre e operária incorporada pontualmente pelo poder público transformou-se ao longo da década de 1920 e 1930. A inquietação que percorreu a questão social com a ameaça que a ‘habitação insalubre e nojenta’ do proletariado representava no final do século XIX, se tornou mais explícita ao longo da década de 1920, especialmente após a movimentação operária de 1917-1920 (FAUSTO, 1977 *in*: DECCA, 1983, p. 53).

Este novo período da industrialização está diretamente relacionado às medidas tomadas pelo Estado na década de 1930, que regulamentaram as condições de trabalho, criando base para o cálculo econômico empresarial, liberando as empresas do mercado de trabalho conduzido pela concorrência. A habitação representava um item de consumo que absorvia grande parte do salário dos operários e o salário mínimo já vinha sendo estudado (CARPINTÉRO, 1997, p. 69).

Não seria preciso afirmar a relação positiva entre o salário e o tipo de habitação do trabalhador, mas, quando o número de membros da família operária aumentava, a pressão por mais alimentação e vestuário se tornava maior do que por uma melhor moradia - esta passava a receber uma parte menor do orçamento doméstico, resultando em um decréscimo ainda maior no ‘padrão’ da habitação. Decca (1983) destaca que pesquisas realizadas no período, além de anais, imprensa, imprensa operária afirmam que os aluguéis pagos pelos operários eram superiores quanto aos seus salários e padrão habitacional. O valor fundiário apresentava valor crescente com o desenvolvimento industrial e a expansão urbana, elevando os aluguéis e reduzindo as possibilidades de uma ‘melhor habitação operária’. Consequentemente, os protestos dos inquilinos eram constantes (DECCA, 1983, p. 53).

A esse respeito, Carpintéro (1997) apresenta uma série de artigos publicados no Boletim do Ministério do Trabalho, os quais discutiam a importância da definição de políticas social e habitacional, como o artigo de Figueiredo (1935), que destaca o problema da condição de vida do operário brasileiro e também justifica a importância da moradia operária:

“Uma das questões importantes da política social é a construção de casas para operários; nada justifica tanto o clamor dos que insurgem contra o desamor da sociedade para os humildes operários do que o exame da situação dos imóveis em que vivem. Afora as condições de péssima higiene que ocasionam elevado coeficiente de mortalidade infantil, a vida aglomerada em casebres, favelas, casas de cômodos, ‘vagos’, ou slums ingleses, é constante perigo para a moral social” (FIGUEIREDO, 1935 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 99).

O problema habitacional enfrentado pelo proletariado desde o final do século XX se agravou no decorrer das primeiras décadas do século XX.

“As vilas higiênicas e econômicas’ preconizadas na década de 1900 tendiam a se tornar realidades cada vez mais inatingíveis sendo projetadas para um futuro cada vez mais remoto. A ocupação de zonas cada vez mais periféricas pelo operariado, a partir principalmente dos meados da década de trinta e inícios da década de quarenta, não importou em melhoria da qualidade da habitação” (DECCA, 1983, p. 53).

Assim, uma parcela considerável de trabalhadores, principalmente na capital, não teve acesso às vilas operárias das fábricas e continuou a viver em cortiços ou mesmo em favelas, com aqueles problemas apontados pelos higienistas no final do século XIX. Na década de 1930, a questão da habitação passou a ser tematizada e construída pelos dominantes em maior medida como uma demanda moral do que como um problema material ou financeiro, quando uma operação conceitual vinculava pobreza-saúde-imoralidade. *“A preocupação que sustenta toda a discussão sobre o problema da moradia dos pobres está centrada muito mais na vontade de regenerar as classes populares decaídas, segundo a representação imaginária do poder, do que no sentido de responder funcionalmente ao problema habitacional”* (RAGO, 1997, p. 189).

430

A questão de como viabilizar projetos de construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda tornou-se tema de destaque em Encontros e Congressos de Higiene e Saúde Pública. No I Congresso de Habitação ocorrido no ano de 1931 em São Paulo, os congressistas defendiam e ressaltavam a importância da casa como agente eficaz para a formação da família e consolidação de um lar, inspirados no discurso positivista de Augusto Comte. Entretanto, a dimensão da casa idealizada por Comte se configurava incompatível com a necessidade dos técnicos em encontrar soluções para reduzir os padrões de unidades habitacionais da população pobre, preservando os modelos sanitaristas, segundo Carpintéro (1997). O engenheiro Julio Simões Magro defendia a unidade habitacional individual e isolada no artigo ‘Habitações Econômicas’ como solução para evitar a promiscuidade.

“Com os modernos processos de construir é fácil a superposição de andares podendo economizar-se muito em terreno e assim abrigar-se num só prédio uma verdadeira população. Mas, além dos perigos de ordem social que uma tal reunião representaria, convém não esquecer a falta de terreno para o cultivo de plantas úteis ou de ornamento e para a criação de aves, necessidade a que é necessário atender, dados os hábitos de nosso povo” (MAGRO, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.130).

Projetos desenvolvidos seguindo esta linha de pensamento demonstram uma especificidade brasileira na época, uma vez que nos EUA e vários países da Europa, edificavam habitações econômicas em edifícios de apartamentos. Para os congressistas de 1931, segundo Mendonça (1931):

“(…) as habitações coletivas exigem uma certa educação higiênica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e de uma conservação sistemática da casa, coisa que dificilmente se

obtem entre pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só se poderá conseguir depois de um certo grau de civilização. Em países onde os preceitos de higiene são postos em prática, onde a ordem e a disciplina são inatas, onde o povo é educado e respeitador das leis, e sobretudo, onde o analfabetismo é quase nulo, tem-se feito várias tentativas para os pequenos funcionários, para os empregados de uma certa categoria e nunca para o operário” (MENDONÇA, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 131).

Para pensar e planejar uma casa com o mínimo de gasto é necessária não apenas uma discussão técnica em torno do assunto, mas também um controle sobre a organização dos espaços internos. Para tanto, os técnicos recomendavam evitar a aglomeração de moradores garantindo a presença de uma única família no espaço da unidade habitacional e evitando também a possibilidade de sublocação para *“(...) evitar a intromissão de tal elemento (pensionista) no seio das famílias e dar-lhes abrigo barato em casas de número suficiente de compartimentos, cada um dos quais com a justa área para as necessidades da vida”* (MAGRO, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 131).

Procurando resolver o problema da habitação econômica, os técnicos enfatizavam sua responsabilidade como agentes formadores do ambiente moral, segundo Carpintéro (1997), indicando nos projetos inclusive como deveria ser a distribuição interna da casa. O engenheiro Backheuser em 1906 já defendia que *“em resumo, as partes componentes de uma casa podem ser subdivididas em dois grandes grupos: locais de permanência diurna (sala e cozinha) e locais de permanência noturna (quartos)”* (Backheuser *apud* Carpintéro, 1997, p. 132). Na interpretação de Carpintéro (1997) assim como nas residências burguesas, para os técnicos, a sala representaria a parte mais importante da casa, por ser espaço de reunião da família após o dia de trabalho; ao lado da sala, deveria ser localizada a cozinha, como forma de aproximar a mulher do controle da casa e dos cuidados com as crianças; os dormitórios, locais de permanência noturna, seriam os cômodos que mais mereceram atenção dos técnicos por serem locais fechados onde os habitantes passariam grande parte do tempo exigindo constante renovação de ar. Citando Rolnik, reforça que para os técnicos, o dormitório por tratar-se de espaço privado, deveria ser *“(...) o lugar do sexo dos pais em aposento e local próprio, do sono dos filhos separado do sono das filhas, da nudez dos velhos separada da nudez dos mais novos”* (ROLNIK, s.d. *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 134).

Carpintéro (1997) continua sua explanação, partindo do espaço privado dos quartos para os quintais, itens constantes em quase todos os projetos de habitações operárias e tratados com importância pelos técnicos. Neste espaço aberto se lavariam e estenderiam as roupas, e brincariam as crianças, as quais teriam alternativas a brincar na rua. O ambiente para cultivo de plantas e criação de aves era considerado pelos técnicos, necessário nos hábitos da população brasileira (CARPINTÉRO, 1997, p. 134).

Os técnicos, após desenvolverem o modelo de habitação econômica em todos os aspectos, também discutiram o mobiliário adequado para esse tipo de unidade habitacional, os quais deveriam seguir as mesmas diretrizes e detalhes racionais em sua fabricação. Para o eng. Magro *“tratando-se de casas econômicas mormente nas de reduzida área, é indispensável prever-se a colocação dos móveis essenciais, afim de prover a boa distribuição de janelas e portas e determinar o conveniente sentido de abertura destas. Precisam pois ser desenhadas as projeções dos móveis, mas com as*

dimensões reais para os tipos acessíveis à bolsa do inquilino” (MAGRO, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 134).

Naquela época havia manuais estrangeiros descritivos do processo de fabricação racional de mobílias designadas para as habitações populares. Carpintéro (1997) cita que o italiano Eurico Grifini analisa a fabricação e disposição de mobiliário em habitações populares da Itália, Rússia, e América do Norte: *“O mobiliário é projetado com os tipos de móvel de série unificados na simplicidade construtiva de acordo com o tamanho da madeira e formas exigidas pela função do mobiliário na própria casa. Devem-se apresentar as seguintes características de simplicidade da forma; unificação das dimensões em relação ao destino e ao sistema construtivo de cada peça de mobiliário, o uso de madeira variada e natural”* (GRIFINI, s.d. *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 161).

Carpintéro (1997) afirma que a disposição racional do mobiliário não se configurava apenas como questão estética, por tratar-se de unidades habitacionais com espaços reduzidos. Esta preocupação estende-se também para a distribuição de ar e luz e das pessoas no interior da unidade, desta forma, ganha importância a definição do tamanho e espaço das camas e dos armários nos dormitórios, além da definição dos utensílios das cozinhas e demais dependências. Indispensáveis também, a manutenção e limpeza da unidade e a disposição da mobília, decisivas para impedir cantos com poeira e bichos. Alguns técnicos discutiram no Congresso sobre as eventuais vantagens econômicas de mobiliário fixo, mas outros destacaram que haveria dificuldades de adaptação deste tipo de mobiliário ao povo brasileiro:

432

“a adoção de tipos semelhantes de origem estrangeira só com reservas poderá ser aceita, pois, exige trabalho de adaptação às condições de vida de nosso povo. É preciso também não esquecer a grande variedade de insetos que flagelam nosso ambiente domiciliar, praga cujo combate é facilitado pela ausência de cantos e arestas reentrantes”. De acordo com o eng. Magro, *“certos recantos da construção podem ser aproveitados para armários embutidos e outros móveis, indo o aproveitamento até os desvãos do telhado e espaço situados sob as escadas”* (MAGRO, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 134-137-161).

Apenas no final da década de 1930 e início da década de 1940, com a expansão e a diversificação da atividade industrial, foi possível perceber na capital paulista um operariado industrial diferenciado do operariado urbano em geral, com melhor situação social. Decca (1983) registra que estas famílias *“geralmente pagavam aluguel, morando em casas individuais de três ou quatro cômodos e não possuíam casa própria. As poucas famílias que tinham casa própria, também viviam em casas individuais de três ou quatro cômodos. O melhor tipo de moradia operária era considerado esse: a casa individual com três ou quatro quartos”* (DECCA, 1983, p. 21). No ‘Inquérito sobre Alimentação Popular em um Bairro de São Paulo’ os autores citam que: *“a maior parte das famílias estudadas, vive em casa de aluguel, isto é, 76% do total, sendo que as restantes tem casa própria ou cedida eventualmente; das casas, umas 40%, possuem apenas um dormitório, e outras, 40% não tem mais de dois dormitórios, sendo o número médio de moradores por casa de 5,2; em 22% das casas não há banheiro, nem mesmo chuveiro (...)”* (PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA E CARVALHO, 1935, *apud* DECCA, 1983, p. 21).

A problemática da habitação operária: conceitos e propostas técnicas.

Desde o início do processo de industrialização paulista, segundo Carpintéro (1997), os médicos e higienistas procuravam apontar os inúmeros problemas sanitários decorrentes nas cidades. A preocupação do saber médico com a população pobre produziu pesquisas e teses médicas que ressaltam a importância da penetração de fluidos como a água, o ar e a luz nas unidades habitacionais dos trabalhadores urbanos. Para os projetos serem efetivados, era necessária a participação técnica de outros especialistas como os engenheiros e arquitetos, conforme expõe Rolnik (1981): *“(...) a medicina vai indicando como devem ser seus desenhos. A engenharia sanitária imediatamente incorpora estes palpites, transformando-os em novos produtos a venda nos mercados, sistemas de drenagem, modelos de reguladores de água para latrinas, materiais higiênicos, modelos de portas e janelas apropriados, ventiladores”* (ROLNIK, 1981 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 73).

A problemática referente à habitação operária estabelecida inicialmente pelo conhecimento médico-higienista foi progressivamente incorporada pelos saberes técnicos da engenharia, da arquitetura e da sociologia e sofreu um deslocamento conceitual que criou uma dimensão simbólica da realidade, defende Rago (1997). A discussão sobre as péssimas condições de vida e habitação dos trabalhadores e pobres se voltou para a questão da saúde dos incivilizados, com o objetivo de diagnosticar doenças e combater a emergência de epidemias ou focos de contágio; e mais adiante se voltou para o problema moral: *“a degenerescência da raça, a degradação do espírito, a corrupção do trabalhador. Finalmente a ameaça política”* (RAGO, 1997, p. 190).

A associação pobreza-saúde-promiscuidade-subversão atendia a um objetivo econômico: recuperar o proletariado, corrompido e degenerado, para promover o progresso nacional. O trabalhador produtivo deveria ter hábitos regulares, obedecer servilmente às imposições do capitalismo, não ser influenciado por ideias ‘estranhas e estrangeiras’ que corroíam os valores basilares da sociedade, tanto na fábrica, como além de seus muros. Rago (1997) afirma que:

“Para este soldado disciplinado do trabalho, a solução ideal de residência visualizada pela burocracia é a ‘casa isolada’ ou as ‘cidades-jardins’. A imagem/natureza oposta à do botequim/sociedade (...) reforça a proposta burguesa de exclusão da classe operária para a periferia da cidade. Assim, a problemática da habitação popular é utilizada como pretexto para a aplicação de regimes disciplinares de espacialização dos corpos, desde o espaço urbano até o interior da casa, de modo a facilitar a gerência da vida dos dominados até mesmo sua intimidade” (RAGO, 1997, p. 190).

Propostas de um ‘espaço sanitário’ foram apresentadas em São Paulo pelos engenheiros Saturnino de Brito e Víctor da Silva Freire, os quais questionavam as leis urbanísticas, propondo modificações que pudessem facilitar a construção de unidades habitacionais populares: *“com a largura mínima de seis e meio pode-se construir casas com dois pavimentos, onde não haja outro meio de aproveitar o terreno de construção antiga, a reformar, cujo proprietário não disponha de mais terreno ao lado, edificado ou baldio. Pode-se também, tomando o quarteirão, nele projetar séries de habitações econômicas e salubres, em dois pavimentos (...)”* (BRITO, 1943 *apud* FREITAS, 2005, p. 48). Freitas (2005) cita trabalhos de Brito, os quais buscavam condições para uma casa sã, com iluminação solar, ventilação natural e princípios de higiene, entre eles: uma proposta para a cidade de San-

tos, onde apresentava uma alternativa para lotes de 4,5m de largura, com uma série de cômodos ao longo da profundidade do terreno; o projeto 'Habitações Populares Salubres e Econômicas', onde avaliou as condições específicas do meio, como as limitações, as potencialidades e as possibilidades; e o 'Quarteirões Salubres' (figuras 578 e 579), no qual apresenta outros elementos considerados essenciais para a formação do lar, por exemplo: o jardim, os quintais e parques (FREITAS, 2005, p. 48).

Figura 578 - Proposta de Saturnino de Brito para quarteirão salubre em Santos (Fonte: Freitas, 2005).

Figura 579 - Proposta de Saturnino de Brito para 'viela sanitária' em Santos (Fonte: Freitas, 2005).

O eng. Brito defendia a intervenção na casa insalubre com o intuito de sanear e reduzir problemas sociais (crimes, greves, agitações políticas), por meio da educação e da administração propondo um programa que apresentaria: *“os regulamentos de saneamento das casas existentes, as condições para a edificação e a utilização sanitária de novas casas econômicas e higiênicas (chamadas habitações populares ou operárias) tão essenciais para as classes pobres”* (BRITO, 1943 apud FREITAS, 2005, p. 48).

A importância da propriedade da unidade habitacional como indutora de supostos efeitos para a construção de um lar e de um comportamento social é defendida pelo eng. Freire: *“Quando um homem pode vir a ser dono do teto sob que se abriga, aos seus, fica a ação do melhor dos incentivos para tornar-se econômico e providente, para interessar-se pelos seus deveres de cidadão, para intervir beneficentemente no governo da terra em que fixou residência”* (FREIRE, 1918 apud FREITAS, 2005, p. 51). Freitas (2005) afirma que os engenheiros Saturnino de Brito e Victor da Silva Freire estavam sintonizados com os higienistas. Freire inclusive participou do Primeiro Congresso Médico Paulista, ao lado do eng. Alexandre Albuquerque. *“Se, por um lado, os médicos agiam sobre a insalubridade da casa do pobre e, desse modo, sobre seus moradores, por outro lado, os engenheiros agiam sobre a sua disposição espacial e construtiva ao saneá-la e adaptá-la ao meio ambiente - topografia, condições de ventilação e insolação”* (FREITAS, 2005, p. 51).

Os problemas sanitaristas e a crise habitacional gerada pela primeira guerra mundial agravaram a situação já precária de oferta de moradia. Segawa (2004) destaca que naquele período

“em São Paulo de há muito tempo que não há casas para alugar. Não se constrói mais. Os proprietários, que alguns anos antes estavam numa verdadeira febre de construção, empregando principalmente em casas para aluguel os seus capitais, com o encarecimento dos materiais e por outras razões, (...) guardam agora cuidadosamente o seu dinheiro e, quando abrem as suas bolsas, é para empregá-lo em coisas mais rendosas. Como a população aumenta, o resultado é que vai se tornando mais difícil alugar-se uma casa e os proprietários se vão tornando cada vez mais exigentes” (O Estado de S. Paulo, 25/11/1919 *apud* SEGAWA, 2004, p. 128).

Tal crise habitacional provocou uma forte especulação nos arrendamentos, sendo que não foram tomadas providências para coibir a prática durante a Primeira República. Somente no Estado Novo foi editada a Lei do Inquilinato, conforme expõe Segawa (2004):

“Famílias que até aqui alugavam casas a quarenta e cinco mil-réis por mês, vendo-se obrigadas a pagar quantia elevada ao dobro, justamente agora que os gêneros de primeira necessidade encarecem assustadoramente, não têm outro recurso senão procurar os cortiços ou repartir essa despesa, alugando casa em comum. Assim, casas onde mal se acomoda uma família, hoje abrigam duas, e às vezes mais, com grave prejuízo para a saúde dos seus habitantes e da população em geral. Tudo isso está a indicar a oportunidade, a urgência da lei de inquilinato, em que ora tanto e com tamanho interesse se fala” (O Estado de São Paulo, 27/11/1919 *apud* SEGAWA, 2004, p. 131).

Em plena guerra mundial e em meio à crise habitacional, em 1916, a administração da Prefeitura de Washington Luís em São Paulo, abriu edital para uma *“concorrência pública para apresentação de projetos de casas proletárias econômicas, destinadas à habitação de uma só família”*, seguindo o programa de habitação:

“sobre tipo de moradia, compreendendo dois pavimentos habitáveis, dos quais um servindo simultaneamente de cozinha, refeitório e permanência diurna, e dependências, destinadas a casal sem filhos. Deve a moradia projetada poder transformar-se facilmente por acréscimo, em outra de condições análogas, mas de três ou quatro compartimentos habitáveis, respectivamente, a casa com filhos de um sexo ou de dois sexos diferentes” (Relatório de 1916 *apud* SEGAWA, 2004, p. 134).

435

Os projetos deveriam satisfazer quatro condições: ‘higiene - comodidade - estética - economia’, serem apresentados em nível executivo de acordo com as posturas municipais de 1900 e 1916 e, apresentar orçamento que contemplasse o custo do terreno, os honorários do arquiteto e os emolumentos. A comissão julgadora formada por Adolfo Augusto Pinto, Ramos de Azevedo e Victor da Silva Freire divulgou o relatório na imprensa em janeiro de 1917, dividindo os 49 projetos de 35 autores da seguinte forma: *“1º - 2 projetos de edificações formando blocos de quatro moradias, contíguas entre si por duas faces normais; 2º - 14 projetos de edificações formando ‘série’, contíguas umas as outras por faces paralelas; 3º - 20 projetos de edificações geminadas onde cada moradia oferece uma só parede em comum com uma das vizinhas; 4º - 13 projetos de edificações completamente isoladas”* (Segawa, 2004, p. 134). Segundo Segawa (2004), não houve premiados no 1º grupo; e no 2º grupo foram destacados Jourdan & Ponchon, com Alberto Sironi em segundo lugar; no 3º grupo o projeto do arquiteto Dácio Aguiar de Moraes foi escolhido o melhor, tendo dividido o segundo lugar os arquitetos Guilherme Winter e Walter Brune; e no 4º grupo o primeiro prêmio *ex aequo* foi dado a Victor Dubugras, Ludwig Doetsch e Hippolito Pujol Jr. Os projetos sele-

cionados e os orçamentos foram disponibilizados aos interessados, mas não há comprovação se algum chegou a ser executado (SEGAWA, 2004, p. 134-135).

Figura 580 - Projeto de Jourdan & Ponchon, vencedor do 1º Prêmio do 2º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 581 - Projeto de Jourdan & Ponchon, vencedor do 1º Prêmio do 2º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 582 - Projeto de Jourdan & Ponchon, vencedor do 1º Prêmio do 2º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

O projeto de Jordan & Ponchon (figuras 580 a 582), premiado em primeiro lugar na categoria 'casas em série', apresentava um sobrado de planta-tipo em lote de ampla dimensão, com apenas um dormitório no pavimento superior e banheiro no térreo, o qual tem acesso direto à cozinha e refeitório. A escada se localiza ao longo da parede comum entre as unidades; propõe jardim e quintal, onde se dispõem tanque, galinheiro, horta e um amplo caramanchão. O eng. Alberto Sironi, segundo colocado nesta categoria, sugere uma casa térrea no alinhamento (figuras 583), ocupando menos de um terço do terreno e proporcionando um quintal de espaçosas dimensões assumindo destaque. A planta-tipo apresenta todos os cômodos voltados para a frente, exceto o banheiro que se localizava nos fundos (SEGAWA, 2004, p. 137-138).

Figura 583 - Projeto de Alberto Sironi, ganhador do 2º prêmio do 2º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 584 - Projeto de Dácio Aguiar de Moraes, vencedor do 1º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 585 - Projeto de Dácio Aguiar de Moraes, vencedor do 1º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 586 - Projeto de Dácio Aguiar de Moraes, vencedor do 1º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 587 - Projeto de Dácio Aguiar de Moraes, vencedor do 1º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 588 - Projeto de Dácio Aguiar de Moraes, vencedor do 1º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

O terceiro grupo, com projetos de 'casas geminadas' teve como primeiro premiado o eng. Dácio de Moraes, que propõe duas plantas-tipo: com acesso por vestíbulo à cozinha/copa que distribui para a sala e dois quartos, com instalação sanitária nos fundos; e com acesso por vestíbulo à cozinha/copa que distribui para um quarto, com instalação sanitária nos fundos (figuras 584 a 588). O lote é reduzido e racionalizado, com um pequeno quintal e um jardim de acanhadas dimensões recuando a unidade do alinhamento. Os engenheiros Walter Brune (figura 589) e Guilherme Winter (590 e 591), que dividiram o segundo prêmio na categoria, apresentaram projetos distintos. Winter não apresentou a implantação da unidade no lote, sendo possível o projeto ser construído no alinhamento ou recuado com quintal. Com planta-tipo longitudinal, o acesso à moradia se dá pela lateral diretamente na sala que se liga ao dormitório, na frente, e à cozinha na parte de trás, enquanto que a instalação sanitária tem acesso externo. Já a proposta do eng. Brune distribui, numa quadra com uma viela sanitária no meio, duas versões de plantas-tipo: a primeira com disposição no alinhamento e, outra com possibilidade de ampliação de novos cômodos ao longo do lote (SEGAWA, 2004, p. 140-151).

Figura 589 - Projeto de Walter Brune, que obteve o 2º prêmio do 3º Grupo (Segawa, 2004). (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 590 - Projeto de Guilherme Winter, que obteve o 2º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 591 - Projeto de Guilherme Winter, que obteve o 2º prêmio do 3º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 592 - Projeto de Ludwig Doetsch, que obteve o 1º prêmio do 4º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 593 - Projeto de Ludwig Doetsch, que obteve o 1º prêmio do 4º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

O quarto grupo que apresentou projetos de casas isoladas teve três premiados, cujos projetos não definiam o lote: Victor Dubugras, Hippolito Pujol Jr. e Ludwig Doetsch. O arquiteto Dubugras propõe uma pequena casa em estilo neocolonial com entrada através de alpendre, dividida em três partes (figura 596): o banheiro se situa na área frontal ao lado do alpendre; na área central, a cozinha é conjugada com a sala; e aos fundos, situam-se os dois dormitórios. Uma possível ampliação foi projetada com a construção de mais dois cômodos sobre os dormitórios, com acesso por uma escada na lateral da sala. O projeto de Pujol Jr. (figuras 594 e 595) traz dois tipos de *chalet*, com um ou três dormitórios distribuídos em torno da sala conjugada com a cozinha, sem

contemplar banheiro, nem mesmo anexo. Já, a proposta de Doetsch (figuras 592 e 593), se desenvolve com entrada por um alpendre que liga ao dormitório ou à sala, com a cozinha separada ao lado da instalação sanitária (sem banheiro); contempla a possibilidade de construção de mais dois cômodos aos fundos (SEGAWA, 2004, p. 152-156).

Figura 594 - Projeto de Hyppolito Pujol Junior, que obteve o 1º prêmio do 4º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 595 - Projeto de Hyppolito Pujol Junior, que obteve o 1º prêmio do 4º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Figura 596 - Projeto de Victor Dubugras, que obteve o 1º prêmio do 4º Grupo (Fonte: Segawa, 2004).

Uma das propostas não premiadas no concurso, mas destacada por Segawa (2004), foi o projeto do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, que pressupunha implantação urbana e uma ordenação derivada de um estudo de insolação. Prevvia 21 casas operárias em uma quadra com 40x62m visando ao rendimento máximo do terreno sem prejudicar a salubridade das unidades (figura 597).

“Outro problema será o do emprego de casas térreas ou de dois, ou mais, pavimentos. Ainda aqui a insolação será o guia que fará a escolha de um ou outro sistema. (...) Na rua A adotamos casas isoladas de pavimento único, separadas no ponto mais estreito apenas metro e meio e, conforme se vê, a insolação interior dos cômodos é perfeita. Se os prédios fossem de dois andares já a sombra projetada prejudicaria de tal modo aquela insolação que a separação de metro e meio seria insuficiente. Estaria agora em jogo o seguinte problema econômico: será conveniente aumentar a frente dos lotes para adaptá-los a casas de dois pavimentos...? (...) Imaginamos na rua A, esquina da Rua Particular um prédio de dois pavimentos porque a sua sombra só poderia diminuir a insolação de lei da rua Particular; geminado a ele projetamos uma casa térrea porque a sua sombra não elimina a insolação da sala do sobrado. Se adotássemos uma série de casas de dois pavimentos, idênticas, todas justapostas, o dormitório térreo e os dormitórios do andar alto estariam ainda em boas condições, porém a sala de jantar não seria insolada durante um espaço de tempo relativamente longo” (ALBUQUERQUE, 1916 apud SEGAWA, 2004, p. 159).

Figura 597 - Proposta de Alexandre Albuquerque considerada por Freire como uma "solução de 'rendimento máximo' para as premissas estabelecidas" (Fonte: Freire, 1918 *apud* Freitas, 2005).

O eng. Victor da Silva Freire, um dos jurados da concorrência pública, também considera a insolação como guia para todos os tipos de edificações, inclusive para edifícios de pavimentos, que deveria ser tratada como uma restrição normativa que influenciaria a paisagem urbana. Segundo Freire, o projeto do lote em função da quadra era importante, pois a:

"entrada ao sol, ao ar, dentro da habitação nascem de uma constituição particular do lote (...) a casa proletária, finalmente, requer lotes mais modestos e, por consequência, quadras ainda menos fundas, com 35 metros, digamos o comprimento destas pode ser elevado, em compensação, até 140 metros, sem inconveniente". Assim seria possível (...) o objetivo social talvez mais importante, e que já examinamos, de uma regulamentação de estar: estímulo à constituição do lar separado, o combate à promiscuidade, à dissolução da família. (...) em cada lote destinado a edifícios de habitação, não poderem ser construídos, além do prédio principal, nenhum outro, a não ser os das edículas - dependências usuais de casas de moradias" (FREIRE, 1918 *apud* FREITAS, 2004, p. 51-52).

A Prefeitura da capital paulista teria instituído a concorrência pública com a finalidade de dispor de projetos para pronta execução, como 'projetos padrão' realizados em conformidade com as posturas legais que tratavam do aspecto higiênico da unidade habitacional: código sanitário, leis e atos municipais. Segundo Segawa (2004): *"(...) construía-se mal à época, quer pela falta de orientação técnica adequada, quer pela ausência de uma legislação regulamentadora das atribuições e obrigações de um profissional do assunto, apesar da existência de duas escolas de engenharia em São Paulo - a Escola Politécnica e o curso do Mackenzie. A população pobre construía sua casa com os recursos possíveis, o que nunca lhe assegurou qualidade construtiva mínima que afastasse o perigo da insalubridade decorrente da má construção"* (SEGAWA, 2004, p. 157).

Alguns dos arquitetos premiados tornaram-se personalidades reconhecidas em São Paulo: Guilherme Winter foi político e secretário de Estado; Dácio Aguiar de Moraes, construtor de muitas obras significativas; Hippolito Pujol Jr. se destacou pelas pesquisas e realizações em concreto armado; e

Victor Dubugras tem obras destacadas em vários estilos e no pioneirismo do uso do concreto armado. Segawa (2004) entende que talvez esses profissionais tivessem boas intenções na tentativa de conseguir unidades habitacionais dignas, com as melhores técnicas construtivas da época, mas seriam irrealistas de acordo com as limitadas condições da população humilde. Também ressalta que o custo do terreno e o sítio da implantação das unidades habitacionais foram ostensivamente ignorados, num período onde o esquema de implantação de construções consagrava o lote e as unidades unifamiliares independentes. *“É fácil verificar-se que as habitações projetadas para o concurso não poderiam ser construídas no perímetro ‘nobre’, visto que a obediência à postura municipal de 1900 era condição obrigatória à concorrência”* (SEGAWA, 2004, p. 161-164).

Além dos projetos apresentados na concorrência pública realizada em 1916, vários estudos sobre a habitação popular se desenvolveram nas primeiras décadas do século XX, tendo sido constante a publicação de projetos populares, como no livro ‘Casas Populares’ do arquiteto Rudolf Kolde; na abordagem no ‘Plano de Avenidas’ do eng. Prestes Maia; e também no periódico ‘A Construção em São Paulo’ (figuras 598 a 601). Freitas (2005) destaca que entre cinco periódicos publicados entre 1916 e 1932 este foi o mais enfático na defesa da ‘estandardização’ ou padronização da construção civil com artigos que sugeriam a normalização de esquadrias, medidas e preços para atender à grande demanda, inclusive de unidades habitacionais operárias: *“com a standartização pode-se conseguir muita economia de tempo, pois o fato de se encontrar todos os tipos de materiais prontos, muitos deles já preparados de tal forma que só precisam ser assentados na obra, seria ideal. Poder-se-ia chegar ao ponto de fazer uma simples montagem no local”* (A Construção em S. Paulo, 01/1924 *apud* FREITAS, 2005, p. 63).

Figura 598 - Na seção ‘Casas Econômicas’ da Revista ‘A Construção em São Paulo’ a logomarca contém símbolos que representam uma casa isolada com um amplo jardim (Freitas, 2005).

Figura 599 - Projeto de ‘4 casas em 10 metros de terreno’ (Fonte: ‘A Construção de São Paulo’, n. 11, 1925 *apud* Freitas, 2005).

Figura 600 - Proposta de ‘Casa de Rendimento’ geminada em terreno de 15 m de largura (Fonte: ‘A Construção de São Paulo’, n. 15, 1925 *apud* Freitas, 2005).

Figura 601 - Projeto de uma pequena casa (Fonte: ‘A Construção de São Paulo’, n. 3, 1924 *apud* Freitas, 2005).

Para viabilizar a obra padronizada, o periódico 'A Construção em São Paulo' propõe o uso de materiais compatíveis com a economia, como: o concreto na fundação; tijolos de tipos iguais na alvenaria; placas de madeira uniforme com comprimentos sem variação, serradas em grandes quantidades; tipos recorrentes e repetidos para os revestimentos e racionalização de execução nos ornatos: *"o emprego de ornatos e molduras fundidos em oficinas permite uma rapidez muito grande na sua execução. Evita-se o trabalho do construtor na concepção do detalhe, no desenho, na explicação dos detalhes e na vigilância durante a execução"* (A Construção em S. Paulo, 01/1924 *apud* Freitas, 2005, p. 63). Para a execução de esquadrias, o periódico propõe a padronização de medidas com o fim de possibilitar a fabricação seriada de modelos distintos, facilitando o estoque de peças e o tempo de obra: *"Assim, poderá o construtor achar muitos trabalhos que podem ser repetidos de um modo sempre igual, com grande vantagem de preços. Seria ideal, se todos os construtores chegassem a um acordo e adotassem especificações e tipos uniformes para todos os trabalhos de construção, como as fábricas americanas adotaram para os produtos (...)"* (A Construção em S. Paulo, 01/1924 *apud* FREITAS, 2005, p. 63).

442

Figura 602 - Proposta de casas em série na Rua Domingos de Moraes. Kolde criou uma rua particular de acesso (Fonte: Freitas, 2005).

Uma seção intitulada como 'construções econômicas', posteriormente renomeada para 'casas econômicas', apresentava possibilidades de economia nas obras por meio de simplificação de fachadas, retirada de elementos compositivos, adensamento do terreno e soluções construtivas menos caras. Entre as sugestões apresentadas, há casas isoladas no terreno chamadas de *'bungalows'*, 'pequenas casas destinadas para casal modesto' e uma proposta para 'villa operária' (figuras 603 e 604): *"entendemos por casa operária uma pequena habitação de relativo conforto excluindo completamente tudo que seja tocado a luxo afim de que possa ser alugado por preço ao alcance do operário e ao mesmo tempo dar uma renda razoável ao capitalista. (...) Como se vê esta construção não tem espaço algum perdido, é de construção simples, e não depende de tesouras para armação dos telhados, pois os terços repousam diretamente sobre os oitões laterais"* (A Construção em S. Paulo, 08/1925 *apud* FREITAS, 2005, p. 59).

Figura 603 - Proposta de um 'Pequeno Bungalow' da revista 'A Construção em São Paulo' (Fonte: Freitas, 2005).

Figura 604 - Proposta de 'Bungalowette' da revista 'A Casa' (Fonte: Freitas, 2005).

No 'Estudo de um Plano de Avenidas para São Paulo' o arquiteto Francisco Prestes Maia abordou o tema da habitação popular por meio de algumas observações superficiais, sobre o preço da unidade habitacional popular considerando que seu valor real também compreendia os valores da construção, do terreno e do transporte. Sobre a construção, Prestes Maia ponderava sobre o cuidado com a padronização: *"A edificação pode baratear um pouco pela admissão de um padrão modesto e pela construção em série. Não é natural, diz Le Corbusier, que a habitação escape a uma lei que rege os automóveis, o mobiliário, a vestimenta, etc. Serviços standartizados nos Estados Unidos, Bélgica, Frankfurt, Viena, etc. são interessantíssimos. Cautela é necessária em relação às construções ligeiras, causa de inúmeras desilusões"* (MAIA, 1930 *apud* FREITAS, 2005, p. 60).

443

Figura 605 - Conjunto de casas populares construídas pelo eng. Kolde em São Paulo (Fonte: Kolde, 1929 *apud* Freitas, 2005).

O arquiteto Rudolf Kolde em seu livro 'Casas Populares' (figuras 602 e 605) discutia o impasse entre as exigências legais e a necessidade de construção de unidades habitacionais baratas e higiêni-

cas, e também ironizava a aplicação de estilos historicistas nas unidades habitacionais, comparando a casa ao automóvel: *“Raramente se vêem pessoas que, ao contemplar uma casa, descobrem o que há de ridículo, bombástico, mentiroso e superficial na sua ‘arquitetura’. No entanto, essas mesmas pessoas se sentiriam chocadas, se mandassem construir um auto em estilo rococó, ou se fosse ainda costume, como outrora, enfeitar as locomotivas com capitéis coríntios”* (KOLDE, 1929 *apud* FREITAS, 2005, p. 59-60).

Desde o final do século XIX, médicos sanitaristas, engenheiros e arquitetos tiveram participação na administração de São Paulo com profissionais formados na Escola Politécnica (1893), no Instituto Mackenzie (1896) e no Instituto de Engenharia (1917). Este último, fundado por engenheiros diplomados na Escola Politécnica, como: Antonio Francisco de Paula Souza, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Francisco Paes Leme de Monlevade, Alexandre Albuquerque, Francisco de Salles Vicente de Azevedo, Luís de Anhaia Melo e Francisco Fonseca Telles, cumpriu importante papel na história da construção do Brasil. Foi o órgão responsável pela regulamentação da profissão do engenheiro e apresentava em seus quadros, profissionais que ocuparam importantes cargos políticos na Prefeitura de São Paulo e no Governo do Estado e também participaram ativamente da revolução de 1932. Boletins e Revistas publicados por este órgão, como a ‘Revista de Engenharia’, eram formadores de opinião entre os técnicos de todo o país, decorrente da variedade de temas tratados nas publicações: discussão em torno dos códigos de construção; assuntos relacionados à fabricação de materiais para construção; divulgação de obras que apresentavam experiências que poderiam ser aplicadas em outras cidades, conquistando assim adeptos por todo o Brasil (CARPINTÉRO, 1997, p. 72-73).

Carpintéro (1997) afirma que as iniciativas empresariais de edificação de vilas operárias demonstram a presença de diversos interesses em torno da construção popular: para os construtores, representava mais uma opção de investimento e fonte de lucro; e para os políticos, uma possível solução frente às manifestações populares por meio de greves e reivindicações de moradia. Entretanto, para os engenheiros e arquitetos a partir dos anos 1920, se configurava como uma maneira de resolver os problemas habitacionais viabilizando um projeto político de urbanização e controle da cidade industrial (CARPINTÉRO, 1997, p. 72).

Apesar das discussões técnicas sobre a habitação popular, segundo Segawa (2004), a população pobre construía suas casas com os recursos possíveis, sem que fosse assegurada qualidade construtiva mínima que garantisse segurança frente ao perigo da insalubridade decorrente da má construção. O autor ressalta que em se comparando o detalhamento construtivo de um dos projetos vencedores da concorrência pública ao manual de Edmundo Krug - ‘Como se Orça uma Construção’, editado em 1928, é possível verificar que as soluções construtivas apresentadas eram as usuais segundo a ‘boa técnica’, utilizadas para obras de habitações simples e para as elites. Segundo o manual citado, o uso do concreto armado, por exemplo, era considerado ‘matéria de especialista e de muita responsabilidade’ (KRUG, 1928 *in*: SEGAWA, 2004, p. 157).

A ocupação da periferia pelo proletariado urbano a partir da década de 1930, em consequência da valorização crescente das áreas centrais, não ocorreu de acordo com os planos racionais dos técni-

cos. Era comum e em quantidade a presença de casebres e casinhas insalubres em terrenos alagáveis ao invés das sugeridas ‘cidades-jardins’, ‘bairros-jardins’ e ‘habitações econômicas’ na periferia, onde os operários eram confinados em locais cada vez mais distantes com baixa qualidade de habitação popular, cujos aluguéis não eram alterados em relação às áreas mais centrais. Segundo Decca (1983), comissões integradas por engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos e juristas, sem qualquer participação do operariado, se propunham a racionalizar as iniciativas em relação à habitação popular e constituir políticas públicas mais ambiciosas para a capital e todo o Estado de São Paulo com propostas de resolução técnica e racional:

“mas, em sentido geral, e em relação ao surto crescente de progresso das nossas indústrias, esse aspecto da nossa questão social que é o lar pobre, o operário não mereceu ainda o esforço para uma solução racional e capaz de aliviar as condições da vida precária do nosso humilde trabalhador (...). A minha contribuição para a solução econômica e higiênica representa o fruto de continuados esforços de onze anos, durante os quais consegui obter um tipo padrão que resolve, segundo creio, não só o lado econômico como aspecto técnico do problema (...)” (QUEIROZ, 1931 *apud* DECCA, 1983, p. 61).

Profissionais da construção civil preocupados com o problema habitacional dos grandes centros urbanos como São Paulo também falavam ‘a bem da moral, a bem do aperfeiçoamento do físico e da raça’, diferente da postura dos arquitetos e engenheiros que deram enfoque nas questões estéticas quando participaram em 1916 da ‘Concorrência Pública’. Em 1931 profissionais da engenharia e da arquitetura se reuniram no I Congresso de Habitação, realizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo (Divisão de Arquitetura), pela Secretaria da Viação e Prefeitura de São Paulo, onde discutiram pragmaticamente os problemas habitacionais da capital, enfocados na questão da habitação operária e popular, objetivando subsidiar a iniciativa privada e o poder público com a solução racional e técnica da ‘*Social Engineering*’ (DECCA, 1983, p. 57). A ideia da realização do evento foi encaminhada pelo III Congresso Panamericano de Arquitetos ocorrido em Buenos Aires no ano de 1927, com o objetivo de reunir os engenheiros brasileiros ao redor do tema Engenharia. O diretor da Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia, o engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque tomou a iniciativa da proposta do evento de caráter nacional, com enfoque na questão da habitação (FREITAS, 2005, p. 75).

O regulamento do congresso estruturou duas etapas: na primeira, foram realizadas as apresentações e o julgamento das teses divididas em seis grupos temáticos: *“I. Habitações Econômicas, Programas, Loteamento do terreno, Distritos; II. Habitações coletivas, Casas de apartamentos, Inquilinos e proprietários; III. Racionalização dos materiais de construção; Padronização; Condições de conforto; IV. Codificação, Códigos estaduais e municipais. Exames de resistência e recepção de materiais; V. Financiamento das construções, problemas de capital nas construções; VI. Livre: Assuntos não contemplados nas teses anteriores”* (Regulamento do I Congresso de Habitação, 1931 *apud* FREITAS, 2005, p. 75).

Alguns títulos apresentados no I Congresso de Habitação ilustram a tônica das comunicações de engenheiros como Henrique Dória, Bruno Simões Magro e Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça: ‘Sugestões para a Solução do Problema das Casas Operárias’, ‘Comunicação sobre casas econômi-

cas', 'Habitações Econômicas', 'Casas Rurais adaptadas às Casas Operárias', Casas Populares-Cidades Jardins' e 'Sobre um Tipo Racional da Habitação'. Na abertura do congresso discursava o eng. Alexandre Albuquerque: *"A casa econômica não resolve só o caso particular de seus habitantes. A questão deve ser encarada do ponto de vista social. Dela depende também o desenvolvimento da raça. Da vida promíscua em cortiços, sai um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejados por moléstias terríveis. A casa individual, rodeada de ar e luz, simpática e convidativa ao repouso, é a célula-mater das raças fortes"* (ALBUQUERQUE, 1931 *apud* DECCA, 1983, p. 57).

Os anais do I Congresso de Habitação consideram que:

"'A moradia mínima' ou casa de tipo operário está a exigir uma atenção muito especial dos poderes públicos, atendendo-se a que em São Paulo habitam a casinhas anti-higiênicas, sem ar, sem luz, sem conforto, numerosa população operária. E isso é tanto mais estranho quando se trata de um dos principais centros industriais do país. Tal fato, entretanto, não quer dizer que, até hoje, não se tenham realizados, da iniciativa privada, belos ensaios para a solução do problema da casa operária. Mas, em sentido geral, e em relação ao surto crescente de progresso das nossas indústrias, esse aspecto não mereceu ainda o esforço para uma solução racional e capaz de avaliar as condições da vida precária do nosso humilde trabalhador" (Anais do I Congresso de Habitação, 1931 *apud* FREITAS, 2005, p. 74).

Por meio dos anais do primeiro congresso, é possível constatar que o reconhecimento político dos trabalhos apresentados estava relacionado à forma como os técnicos defendiam suas opiniões sobre a questão da habitação popular. As soluções apresentadas para os problemas habitacionais tinham como referência algumas experiências realizadas na Inglaterra, França e Estados Unidos, a partir de um conjunto de conhecimentos técnicos apoiados em preceitos morais e higiênicos. Persistiam as discussões sobre a 'influência do meio' na determinação do comportamento dos indivíduos entre médicos, engenheiros e arquitetos desde o século XIX, tanto no Brasil como na Europa. Na tese apresentada pelo engenheiro Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça *"lutar contra as favelas e os 'cabeças de porcos', é batalhar pela elevação da moral e pela melhoria física da raça"*, que seriam as causas diretas da desorganização operária e um empecilho absoluto ao reerguimento físico e moral da classe operária. Médicos, engenheiros e arquitetos partiam do pressuposto que o meio ambiente era responsável pela vida e saúde da população de baixa-renda, defendendo a *"necessidade de interferência nos costumes e hábitos da população a partir da organização do espaço da casa"* (CARPINTÉRO, 1997, p. 107-108).

Entre as vinte e uma teses apresentadas, Carpintéro (1997) compreende que muitas continham propostas de moradia com conjunto de planos para a cidade. Outras propostas apresentavam preocupação relacionada ao custo mínimo da unidade habitacional, cujo grande desafio aos setores interessados na construção civil seria a edificação de moradias para a população operária, conciliando as melhores condições de salubridade com o mínimo de gastos, com projetos 'econômicos', sem prejudicar a boa construção. Questões como a altura do pé-direito ou a presença de banheiros no interior das unidades ou fora delas, eram discutidas com relação às necessidades de higiene ou corte de custos. Na opinião dos técnicos, a instalação dos banheiros no interior da unidade habitacional possibilitava modificar determinados hábitos considerados prejudiciais para o bom funcionamento da casa. Quanto ao pé-direito, a exigência de 4 metros, conforme legislação do Rio de

Janeiro era polêmica entre os congressistas de 1931, pois tal medida representava um significativo aumento nos custos da construção. Assim o engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque dizia que *“(...) os pés-direitos, em São Paulo eram de 4m e mesmo de 4,5m. Assim se legislou em nome da higiene: em país tropical, há necessidade de grande volume de ar para não se morrer ‘abafado’. Hoje; o pé-direito foi reduzido a 3m, e cremos a experiência é de molde a permitir alturas livres de 2,50m”* (ALBUQUERQUE, 1930, p. 229 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 112).

Segundo Albuquerque, os pés-direitos poderiam atingir apenas 2,20m, desde que a ventilação fosse assegurada pelos proprietários e arquitetos. Carpintéro (1997) destaca que nas argumentações sobre a medida ideal de pé-direito apareceram diferenças conceituais entre corrente de ar (ventilação) e volume de ar.

“Foram realizados vários estudos com o intuito de encontrar uma fórmula capaz de assegurar o volume necessário de ar para cada aposento. Pensou-se inclusive em introduzir outros recursos, tais como a colocação de mais uma janela, a dispensa do teto, a introdução da telha e, por fim, a introdução de aparelhos elétricos. Todos esses artifícios foram experimentados, como forma de captar a corrente de ar necessária para cada compartimento da casa. A altura exagerada dos pés-direitos, no entender dos engenheiros presentes no Congresso de Habitação, servia para encarecer o custo das alvenarias e dos revestimentos das paredes, além de exigirem maior desenvolvimento das escadas” (CARPINTÉRO, 1997, p. 112-113-114).

A distribuição das portas e janelas também se constituiu um fator determinante da medida de pé-direito, pois são responsáveis pela entrada de luz e arejamento dos cômodos. No I Congresso de Habitação o eng. Alexandre Albuquerque recomendava que as portas devessem medir 2m e as janelas de 1m a 1,20m, para pés-direitos de 2,20m a 2,30m e defendia que *“(...) os pés-direitos de 3m deixam por cima das portas e janelas, cubo de ar com cerca de 1m de altura, difícil de ser renovado. Hoje, em nome da higiene, este ar viciado existe em quase todas as habitações, porque não é obrigatório encostar a padieira das aberturas ao teto da respectiva peça. No tempo dos pés-direitos de 4m, este defeito era maior ainda, as janelas com mais de 3 m de altura eram munidas de ‘bandeiras’ e a quantidade de ar viciado tinha mais de 1,5m de altura”* (ALBUQUERQUE, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 114).

Era premente a necessidade de alterar padrões técnicos de construção, para tornar viável e dinamizar a construção de moradias no país. Além de redução de pé-direito e esquadrias, os integrantes do I Congresso de Habitação também discutiram a espessura das paredes externas e área mínima de dormitórios para redução do custo da construção. Especificações sobre a espessura das paredes constantes no Código de Obras de 1929 já traziam no art. 286 *“Condições Especialmente Aplicáveis às Casas Populares: §2º - As paredes de meiação dos prédios formando a espessura mínima de um tijolo, se essa for a alvenaria empregada. Terão espessura igual à das paredes externas no caso de tratar-se de material diferente”* (Código de Obras ‘Arthur Saboya’, 1947 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 116).

Alexandre Albuquerque criticou o artigo acima citado no I Congresso de Habitação defendendo a redução de espessuras das paredes para meio tijolo, justificando a medida pelos recursos técnicos modernos disponíveis e a possível economia no custo geral da obra; e teceu críticas também à dimensão de área mínima de dormitórios que considerava absurda: a Lei nº 3.427 de 19 de novem-

bro de 1929 fixava a área mínima em 12m² para unidades habitacionais populares com apenas um dormitório e, entre 8 e 10m² para as unidades com mais de um dormitório, sendo que um quarto de 10m² poderia abrigar três pessoas e era proibido aprovar plantas com quartos de 7 a 9m² para apenas uma pessoa. *“Quer dizer isto que a nossa lei proíbe 18m³ para uma pessoa isolada e permite 30m³ para três juntos, ou 10m³ para cada uma”* (ALBUQUERQUE, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.116).

Outros participantes do congresso concordaram com Albuquerque: *“nota-se bem que o homem precisa para respirar, de 6 a 7m³ de ar por hora; assegurando-se uma boa ventilação, isto é, a renovação constante do ar viciado, pode-se agrupar diversas pessoas, desde que essa renovação seja proporcional ao número de pessoas”* (FUGULIN, 1942 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p.117). Assim, houve concordância entre os técnicos que a área de 7m² era suficiente para dormitórios, cuja redução seria decorrente da necessidade de incorporar mais um dormitório nas chamadas ‘plantas de casas econômicas’, para famílias com filhos com o fim de coibir a promiscuidade. Segundo Carpintéro (1997) *“sem dúvida, a redução das dimensões do dormitório tem muito mais a ver com os padrões morais do que com a questão técnica da área total de uma casa econômica. De acordo com Alexandre Albuquerque, as alterações propostas no Congresso de Habitação para a diminuição do pé-direito e a redução da espessura das paredes externas correspondiam ao total de 10% de economia sobre o antigo valor estipulado”* (CARPINTÉRO, 1997, p. 117).

Outro assunto polêmico foi tratado no I Congresso pelo engenheiro Bruno Simões Magro. Autor da tese ‘Habitações Econômicas’, o engenheiro Magro defendia que apesar do desconforto resultante do afastamento das instalações sanitárias para o quintal *“a supressão das instalações sanitárias internas poderia diminuir um pouco o custo da construção (...)”* (MAGRO, 1931 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 111). Outros técnicos consideravam que a instalação dos banheiros no interior da casa possibilitava modificar determinados hábitos prejudiciais para o ‘bom funcionamento’ da casa: *“um mictório colocado nas proximidades permite que se esvaziem os urinóis sem que o cheiro picante de urina rançosa se espalhe pelo apartamento”* (CORBIN, 1987 *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 112). As questões ali discutidas refletiam o pensamento higienista e de controle moral do operariado. A unidade habitacional operária ou econômica era tratada pelos técnicos como um possível instrumento de controle disciplinar de hábitos que deveriam se refletir no comportamento profissional e social do operário. As alternativas apresentadas para barateamento dos custos da obra tinham como objetivo beneficiar os empreendedores que poderiam construir mais e obter melhores lucros, gastando menos nos materiais de construção.

O tipo-padrão de unidade habitacional onde economia e higiene se reuniram implicava em diminuição da qualidade de material e de construção, espaços internos acanhados e acabamentos rústicos. Decca (1983) afirma que as soluções consideradas ideais pelos congressistas a partir de aspectos técnico-econômicos e humanitários seriam:

“casas de 28 a 48m² no máximo, compostas de três cômodos (aposento, cozinha e quarto de banho), (...) sendo que os aluguéis cresciam (...) quando mais um cômodo era planejado. Algumas vezes casas sem paredes internas e com espaço mais exíguo eram sugeridas, sempre, no entanto, ressaltando-se o fato de que teriam luz e ventilação suficientes, o que deveria ser raro

nas moradias dos operários. Aos operários que não pudessem dispor de uma determinada quantia (...) para aluguel, aconselhava-se a morar com parentes ou em habitações coletivas 'a serem estudadas' (DECCA, 1983, p. 17).

Durante o I Congresso de Habitação, os técnicos reafirmaram ser importante construir unidades habitacionais econômicas em série concordando com a tese do engenheiro Backheuser divulgada em 1906. Carpintéro (1997) destaca que alguns engenheiros, entretanto, como Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça, defendiam que mesmo construídas em série, as unidades deveriam ser diferenciadas, para quebrar a monotonia de uma possível uniformidade. Mendonça justifica a crítica à igualdade das unidades, em 'casas populares - cidades-jardim', afirmando que a individualidade e a ambição são características vitais para qualquer ser humano: *"tanto o arquiteto quanto o engenheiro que forem incumbidos do plano de construção de uma cidade jardim deverão estudar os meios de variá-la, fazendo agrupamentos originais de casas que quebrem a monotonia de conjunto. Poderão fazer casas isoladas e casas agrupadas, sendo estas no máximo de 2, 4 e 8"* (MENDONÇA *apud* CARPINTÉRO, 1997, p. 124). A construção em série era considerada pelos técnicos uma maneira de diminuir os gastos de construção e economia de tempo e material, facilitando a contratação e a fiscalização da mão-de-obra (CARPINTÉRO, 1997, p. 124).

A ideia de uma moradia coletiva era rejeitada entre a maioria dos congressistas que desqualificavam os apartamentos pela ausência de áreas não edificadas, como quintais e varandas onde fosse possível cultivar *"plantas úteis ou de ornamento e para a criação de aves"* (MAGRO, 1931 *apud* Freitas, 2005, p. 80). Freitas (2005) expõe que muitos palestrantes do I Congresso defenderam a modalidade de unidade habitacional com jardim, inspirada na *cottage* inglesa ou no *bungalow* americano. A justificativa estava em uma tendência advinda do século XIX que considerava a vida doméstica, cercada pelo jardim, garantia a privacidade e permitia um cenário ideal para a vida em família, aos moldes burgueses. A autora lembra que esse tipo de modalidade já aparecia na concorrência pública de 1916, na seção "Construções Econômicas" da revista 'A construção em São Paulo' entre os anos de 1924 e 1926 e, também no I Congresso. Para o eng. Marcello Taylor Carvalho de Mendonça: *"satisfeito em seu lar, tendo que cuidar de seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo (...). A cidade jardim é uma obra essencialmente social, que favorece não somente as condições financeiras e econômicas, como também as morais"* (MENDONÇA, 1931, p. 142 *apud* FREITAS, 2005, p. 80).

Freitas (2005) considera que entre os temas abordados no I Congresso de Habitação, quando se tratava de uma casa isolada em um bairro projetado segundo os princípios da cidade-jardim, estava sendo imaginado um ideal impossível e inacessível ao trabalhador, naquele período (Freitas, 2005, p. 82). A teoria de Ebenezer Howard com ocupação urbana de baixa densidade para solucionar os problemas habitacionais foi desenvolvida em numerosas cidades europeias e norte-americanas. A proposta da cidade-jardim pretendia unir as vantagens da cidade e do campo em um novo tipo de ocupação baseado em disposições de ordem espacial para resolver problemas de congestionamento e outras demandas da maior metrópole da época. A periferização induzida por legislação urbanística das habitações populares em São Paulo, já seria um meio de viabilização da proposta, entre-

tanto, a rentabilização para os empreendedores seria prejudicada pelo tamanho maior do lote, enquanto que os operários teriam dificuldades de acesso aos aluguéis elevados.

Desta forma, outros engenheiros não concordavam com a proposta de cidade-jardim, como o eng. Prestes Maia, que no 'Estudo de um plano de Avenidas para São Paulo' defendia que:

"São inúteis os projetos de belas e espaçosas residências. Salvo manutenção duma situação superficial, cairão em mãos exclusivas dos operários de alta categoria, funcionários e pequenos burgueses, sem vantagem para o verdadeiro proletário. Não aprovamos por isso incondicionalmente a orientação inglesa, embora reconheçamos que ela elevará na mente do povo a concepção de casa residencial. O 'cottage', mesmo nos dias prósperos anteriores à guerra, não era uma proposição atraente, nem era fácil de conseguir uma planta econômica" (PRESTES MAIA, 1930, p. 306 *apud* FREITAS, 2005, p. 80).

Além das sugestões apresentadas pelos técnicos no I Congresso e do decorrer dos anos 1930 com o objetivo de reduzir o custo da 'habitação econômica' com relação ao dimensionamento e salubridade, também foram realizados estudos sobre a técnica e a utilização de materiais para construção. Vários estudos técnicos em madeiras procuravam alternativas para substituir o pinho-de-riça por espécies nativas, e também em material industrializado como o compensado para a produção de portas e janelas, procurando baratear a obra. Carpintéro (1997) revela que outros materiais de construção como cimento, ferro (naquele momento importados), areia e pedra foram pesquisados no laboratório de ensaio da Escola Politécnica. O uso do concreto armado era defendido por técnicos como uma solução para a construção de casas operárias em série, pelas suas qualidades técnicas para a proteção dos alicerces contra a chuva, umidade e erosão, além de revestimento dos pisos do banheiro e do porão. Entretanto o custo de importação na época inviabilizava a proposta, além de ser ainda um material pouco estudado no Brasil, o que receava os engenheiros sobre a especificação dos cimentos. Além das matérias primas, desde o Congresso de 1931, outros materiais de construção industrializados foram pesquisados em laboratórios de ensaio, como as telhas e tijolos, com a pretensão de simplificar e padronizar as diferentes dimensões dos produtos. *"No Congresso de Habitação se fez presente também a defesa da necessidade de conhecer melhor os recursos dos materiais de construção, de controlar a sua utilização e calcular os gastos dos materiais e da obra em todo seu conjunto. Insistia-se, ainda, na simplificação e na padronização do processo de industrialização desses materiais"* (CARPINTÉRO, 1997, p. 117-119-121-123-125).

Também no I Congresso de Habitação, houve propostas, como a do eng. Henrique Doria, para regularizar as construções a partir da especificação dos materiais que seriam empregados, como: a madeira, o tijolo e o concreto.

"Complexa como é, dependendo de uma legislação própria, tanto municipal como estadual e federal, de financiamento, da fixação da habitação mínima de acordo com as nossas condições mesológicas, da escolha dos materiais e de processos construtivos mais eficientes econômicos, do desenvolvimento do nosso incipiente espírito de mútuo, demanda a sua solução, de tempo e também, da dedicação e trabalho de pessoas competentes (...)" (DORIA, 1931 *apud* FREITAS, 2005, p. 60).

O engenheiro Francisco Ignácio de Araújo Silva, funcionário da Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo apresentou conferência no I Congresso de Habitação, sobre os problemas decorrentes do recebimento de materiais de construção sem padrão, recomendando a colaboração de produtores,

consumidores, intermediários, associações e repartições públicas de caráter técnico. Sugeria também uma colaboração entre a Secretaria de Viação e Obras Públicas de São Paulo e o Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica para que fossem estudadas especificações dos materiais de construção mais utilizados em São Paulo. Freire (2005) afirma que a padronização dos materiais de construção, e consequentemente da arquitetura era considerada uma forma de tornar acessível à habitação à classe trabalhadora (FREIRE, 2005 *in*: FREITAS, 2005, p. 64).

As discussões levantadas no I Congresso de Habitação trataram de diversos assuntos relacionados à moradia popular ou operária. Entretanto, o principal foco se concentrava na questão da 'moradia mínima' ou '*standard* mínimo de habitação' que deveria considerar os aspectos: econômicos, técnicos, construtivos, espaciais, sociológicos e mesológicos. O mínimo, segundo Aymonino (1973) consiste não apenas com relação às medidas ou dimensões, mas às questões 'cívicas' ou indispensáveis para a sobrevivência social, seria, portanto a relação espacial entre um móvel e sua função *entre a unidade habitacional e os 'serviços comunitários familiares, até o meio urbano*. "*O processo articula-se assim por 'acumulação': várias camas formam uma habitação, várias habitações formam uma unidade tipológica (edifício); várias unidades tipológicas formam um assentamento urbano, e vários assentamentos urbanos 'são' a cidade*" (AYMONINO, 1973, p. 91 *apud* FREITAS, 2005, p. 82).

O eng. Bruno Simões Magro estava ciente das propostas de 'habitação para o mínimo de existência' apresentadas no II CIAM de Frankfurt, ao apresentar no I Congresso sua tese intitulada 'Habitações Econômicas' em que ponderava serem aceitáveis as habitações geminadas duas a duas (figura 606): "*Em princípio, só há uma solução boa, qual seja a da casa isolada. Razões de ordem econômica exigem, porém, o agrupamento, tão compacto quanto maior o preço do terreno*". (MAGRO, 1931, p. 59 *apud* Freitas, 2005, p. 82). Para Magro, a habitação econômica deveria reunir os aspectos técnicos e sanitários com a viabilidade econômica. Assim, o *standard* mínimo poderia ser conseguido ao "*construir casas que com aluguéis suportáveis sejam feitas de modo - a corresponder às necessidades de corpo e espírito do morador*" (MAGRO, 1931, p. 64 *apud* FREITAS, 2005, p. 82).

O engenheiro arquiteto Amador Cintra do Prado propôs outro modelo de *standard* mínimo a partir da adaptação de alguns elementos da construção rural para as 'casas proletárias urbanas', contrapondo os custos de uma casa operária construída seguindo os códigos vigentes, às casas rurais ou 'casas de colonos' informais. Prado pretendia demonstrar que na casa rural era possível encontrar todos os requisitos de saúde e salubridade (PRADO, 1931, p. 81 *in*: FREITAS, 2005, p. 83). Ao analisar cada um dos elementos, desde a escavação, alvenaria, assoalho ao porão, além, dos materiais como ladrilhos, forro, passeio, cimentado, piso atijolado, revestimento, rejunte, esquadrias, encaimento e pintura, Prado concluiu que era possível adaptar o padrão construtivo da zona rural no meio urbano para: "*dar ao operário uma casa pequena e cômoda, com salubridade ao alcance de suas posses. Deixemos aos mais favorecidos da sorte que se aproximem dos detalhes da perfeição. Na casa rural que foi descrita haverá condições muito boas a baixo preço*" (PRADO, 1931, p. 86 *apud* FREITAS, 2005, p. 83). A proposta de Prado, em construir unidades habitacionais seguindo modelos tradicionais rurais com todos os requisitos de higiene nas cidades, tem como referência a experiência europeia no início da Revolução Industrial. Por um lado, as *cottages* levadas ao meio

urbano pelos oriundos da zona rural eram relacionadas como disseminadores de insalubridade e doenças; por outro, eram recomendados como modelo tipológico ideal para a edificação de vilas operárias, por sua identificação como moradia proletária, assim como os *chalets* e *bungalows*, por se constituírem, em geral, como unidades de pequeno porte. Neste caso, pesa e muito, o estilo de vida da família moradora, com relação aos hábitos higiênicos e sociais.

Figura 606 - Projeto de Bruno Simões Magro para ferroviários da E.F. Sorocabana. In: Annaes do Primeiro Congresso de Habitação. São Paulo. Publicação Oficial. 1931 (Fonte: Carpintéro, 1997).

452

Dez anos após o I Congresso, o Idort promoveu uma Jornada de Habitação Econômica, onde os arquitetos Flávio Baptista da Costa e Eduardo Mendes Gonçalves propuseram sugestões para rever e determinar novas dimensões para os pés-direitos, que deveriam constar no Código Estadual e Municipal de Obras. Para os dormitórios, os arquitetos propuseram a medida de 2,60m com uso de dispositivos de ventilação permanente no forro, para possibilitar o movimento de ar no cômodo, a fim de dispersar o ar viciado (CARPINTÉRO, 1997, p. 113-114). Com relação ao dimensionamento do dormitório o engenheiro Atílio Fugullin propunha: “uma sala de 13,30m², os dormitórios de 7 m², um chuveiro de 2m² e a cozinha com 4m². O pé-direito de 3m seria reduzido para 2,60m tendo a cozinha e chuveiro o pé-direito de 2,20m. Área de construção 56.225m²” (FUGULLIN, 1942 apud CARPINTÉRO, 1997, p. 117).

Outro tema importante em discussão era a presença dos porões nas unidades habitacionais, os quais recomendados por legislação urbanística desde o final do século XIX, para isolar o imóvel da terra, evitando inclusive o apodrecimento dos assoalhos de madeira. Entretanto, dependendo da variação topográfica, muitos porões passaram a se constituir espaço de habitação, formando cortiços, considerados inadequados pelos sanitaristas, engenheiros e arquitetos por não apresentarem elementos necessários para moradia, como ventilação e insolação. Os arquitetos Costa e Gonçalves entendem que os porões deveriam servir para adegas, despensas e depósitos se tivessem a altura mínima de 2,10m (COSTA E GONÇALVES in: CARPINTÉRO, 1997, p. 114).

Para Carpintéro (1997), toda a discussão em torno de critérios técnicos acompanhada de justificativas morais e higiênicas foram decisivas para a elaboração de uma política habitacional no Brasil. O

sucesso de alguns modelos habitacionais e o fracasso de outros obedecem a uma série de fatores determinados pelas condições socioeconômicas e políticas ocorridas ao longo do século XX, ainda com uma séria tendência à periferização da moradia popular, além de uma incipiente ação no que diz respeito à erradicação de favelas.

Bonduki (2004) afirma que apesar de uma produção desigual, com projetos de grande qualidade ao lado de empreendimentos vulgares e tradicionais, a prova evidente da capacidade do país de enfrentar o problema habitacional em meados do século XX, foram os conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões e pelo Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do então Distrito Federal. Os conjuntos mais destacados são os edificadas em Pedregulho e na Gávea, no Rio de Janeiro, projetados pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy para abrigar servidores municipais, entretanto o autor destaca que estes conjuntos não se tratam de obras isoladas ou pioneiras, mas parte de uma série de projetos e obras anteriores elaborados entre os anos 1937-50. *“No contexto desse ‘ciclo de projetos habitacionais’, as obras de Reidy deixam de ser exceção, intervenções isoladas de um arquiteto com visão social, e passam a ser o resultado de um processo de reflexão e produção coletiva sobre o tema que tivera início na década de 1930, influenciando pelo debate internacional e pelas realizações da socialdemocracia europeia no período entre guerras, cujos pressupostos foram explicitados nos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (Ciam), no final dos anos 1920”* (BONDUKI, 2004, p. 134)

Assim, segundo Bonduki (2004), parte significativa dos arquitetos envolvidos na produção social adotou a prática de projeto concebida pelo movimento moderno, procurando compatibilizar ‘economia, prática, técnica e estética’ (Ferreira, 1940, p. 79 *apud* Bonduki, 2004, p. 134), com o objetivo de viabilizar o atendimento aos trabalhadores de menor renda, garantindo maior dignidade e qualidade arquitetônica. *“No Brasil, porém os equívocos da ação habitacional implementada pelo governo reduziram o impacto e a abrangência da proposta. Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais, onde o resultado econômico não deveria se desligar da busca de qualidade arquitetônica e urbanística, e da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público”* (BONDUKI, 2004, p. 134).

Em 1930 foram criadas as Carteiras Imobiliárias das Caixas de Aposentadoria e Pensões possibilitando a aplicação de seus fundos na construção de casas para operários e funcionários da União (FINEP-GAP, 1985, p. 41-2). Em 1933 foram fundados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), organizações de esfera nacional, que substituíram em parte as Caixas e que poderiam aplicar parte de suas receitas na construção de casas para seus associados. Os IAPs se organizavam conforme as categorias profissionais. Até 1938 haviam sido criados seis destes Institutos: IAPI (industriários), IAPC (comerciários), IAPB (bancários), IAPM (marítimos), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e IAPE (estivadores) (BONDUKI, 2004, p. 102).

Incentivados pelo governo Vargas, que propunha a utilização dos fundos dos institutos para a construção de ‘cidades-modelo junto às aglomerações industriais’, por motivos políticos e financeiros, a produção habitacional no período populista não chegou a merecer destaque enquanto ação social

(VARGAS, 1945, p. 288-9 *apud* BONDUKI, 2004, p. 136). Bonduki (2004) afirma que as ações brasileiras nem de longe se comparam às iniciativas socialdemocratas europeias ou mesmo às realizadas pelo peronismo na Argentina, mas ainda assim, a produção de habitação foi significativa, além da importante renovação da cultura arquitetônica, urbanística e habitacional, participando da consolidação, não apenas em relação aos seus objetivos sociais, como também nas soluções técnicas e formais.

“A referência ao movimento moderno é, portanto, inevitável. Uma das preocupações dos arquitetos modernos na década de 1920, numa conjuntura marcada pela devastação da primeira guerra e pela expectativa de transformações políticas que levassem ao socialismo, era com a produção em larga escala de moradias para os trabalhadores. A busca e a investigação de desenhos e projetos capazes de simplificar os processos construtivos - com a incorporação de tecnologias inovadoras, a eliminação de ornamentos, a racionalização do traçado urbanístico e a uniformização de unidades e blocos - não visavam tanto resultados formais e sim a produção em massa de moradias para atender a imensa demanda nas cidades industriais e responder aos anseios dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida (...)” (BONDUKI, 2004, p. 137).

A ausência de uma política consistente de habitação, segundo Bonduki (2004), teria sido um fator que restringiu o impacto da produção de moradias no projeto desenvolvimentista. Alguns arquitetos expoentes na arquitetura moderna brasileira, com exceção de Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, consideravam a habitação social *“o caminho para modificar as condições da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos e um modo de vida ‘moderno’ que romperiam com o atraso do país, expresso no subdesenvolvimento, na ignorância, na injustiça social e nas práticas de produção atrasadas e de baixa produtividade”* (BONDUKI, 2004, p. 138). O autor considera que nunca houve um consenso entre os arquitetos sobre a questão da moradia social. Ainda na década de 1960, o ‘Inquérito Nacional de Arquitetura’ identifica três posições diferentes de como deveria ser enfrentado o problema da habitação:

“os que defendiam que apenas a transformação das relações de produção seria capaz de possibilitar uma solução para o problema; os que acreditavam que os arquitetos podiam contribuir tecnicamente, através de medidas como a industrialização da construção, pré-fabricação, produção em série, planos diretores, etc. e, finalmente, os que consideravam fundamental a formulação de uma política nacional de habitação, capaz de centralizar as ações do setor público e da iniciativa privada” (ANTUNES, 1997 *in*: BONDUKI, 2004, p. 138).

A relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade aparece no conjunto habitacional de Pedregulho, no projeto de Carmem Portinho e Affonso Reidy, e em projetos do IAPI de Atílio Corrêa Lima com significativa referência no Espírito Novo e na *Unité d’Habitation* de Le Corbusier. O conjunto possuía alguns serviços que lhe permitia alguma autonomia, como a escola que representa uma proposta de reeducação no habitar, semelhante à da Unidade de Vizinhança de Perry. Bonduki (2004) destaca que o discurso dos técnicos responsáveis encarregados de implantar os conjuntos habitacionais insistia na educação das classes populares por meio da arquitetura. Para a engenheira Carmem Portinho, que defendia a propriedade estatal e o aluguel aos trabalhadores como forma de controlar o edifício e o uso que dele faziam os moradores: *“A mais importante tarefa [das assistentes sociais] era ensinar aos mais pobres novos hábitos*

de higiene, saúde e, principalmente ‘usar’ as construções modernas” (CAVALCANTI, 1987 *apud* BONDUKI, 2004, p. 139).

No período da realização do I Congresso Brasileiro de Arquitetos em 1945 a concepção de habitação como serviço público estava presente no discurso de muitos profissionais atuantes. Bonduki (2004) afirma que a postura representa um dos indicadores da relação entre os projetos de habitação social e a perspectiva de transformação social, baseada na estatização dos meios de produção e dos equipamentos coletivos. Portinho acreditava que a habitação deveria ser *“um serviço social de utilidade pública, com a principal função de reeducação completa do operariado brasileiro, que [...] deveria estar incluída entre os serviços obrigatórios que o governo deve oferecer, como água, luz, gás, esgoto, etc.”* (CAVALCANTI, 1987, p. 69 *apud* BONDUKI, 2004, p. 140).

No debate entre arquitetos progressistas e influenciados pelo PCB, que defendia o controle estatal e o aluguel e, os conservadores que defendiam a casa própria, os primeiros acabaram vencendo, com a adoção da locação pelos IAPs como principal forma de acesso à moradia. Bonduki (2004) entende que a postura influenciou positivamente os projetos e a qualidade da execução, com blocos de edifícios coletivos, reunindo equipamentos sociais e comunitários, em contraste à casa própria isolada, com quintal, horta e criação de animais.

“Os arquitetos modernos procuravam, com algum êxito, vender suas propostas como aspecto importante da fase de progresso, industrialização e urbanização por que passava o país. Desse modo, conseguiram influenciar os encarregados dos projetos estratégicos de desenvolvimento, articulando a noção de uma moradia moderna com a da modernização e industrialização da sociedade, mesmo que essa visão estivesse numa perspectiva politicamente mais conservadora” (BONDUKI, 2004, p. 140).

455

Bonduki (2004) concorda com Cavalcanti (1987) que a visão desses profissionais era certamente marcada pelo euro centrismo e pelo desprezo do modo de vida do ‘povo’. *“É minha hipótese estar a arquitetura moderna inserida em um movimento mais amplo dos intelectuais brasileiros que assumem postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares. (...) Os arquitetos tendem a pensar as formas existentes de moradia como anacrônicas, almejando propor soluções que interpretem ‘correta’ e modernamente a questão”* (CAVALCANTI, 1987, p. 63 *apud* BONDUKI, 2004, p. 142). O autor reforça que um dos pressupostos da arquitetura moderna é a introdução da abordagem da questão da moradia em termos formais, produtivos, sociais e culturais. Para os modernistas, não haveria, portanto, a necessidade de profissionais especializados, se fosse para repetir o que o povo vinha fazendo. A intenção era construir uma nova sociedade, a qual requeria um novo modo de habitar, inspirado no movimento *‘Neue Wohnkultur’* e nos pressupostos dos CIAM (BONDUKI, 2004, p. 142).

A valorização da unidade mínima de habitação defendida por Ernst May no CIAM de Frankfurt, como uma unidade básica da cidade, estabelecia para os arquitetos modernos, relações entre habitação, cidade e sociedade, propondo que as funções domésticas fossem transferidas do espaço privado para os equipamentos sociais e comunitários, modificando inclusive o papel da mulher na sociedade. Os elementos e propostas espaciais de Le Corbusier para as *Unités d’Habitation*, como teto-jardim, pilotis e ruas internas, foram vinculados à implantação de equipamentos comunitários,

modificando a relação entre o público e o privado e rompendo as fronteiras, criando a noção de que não se habita apenas a casa, mas um conjunto de equipamentos e serviços coletivos, tornando a arquitetura e o urbanismo indissociáveis. *“Isto porque muitos imaginavam que os equipamentos coletivos como creches, escolas, posto de saúde, cinemas, etc., nos conjuntos habitacionais, exerceriam o papel de instituições de controle e reprodução ideológica, tornando ‘seguro’ o espaço público”* (BONDUKI, 2004, p. 148-9).

Os arquitetos modernos propunham, segundo Bonduki (2004), superar o modelo de casa operária como uma reprodução simplificada da habitação burguesa, esta, mal adaptada a uma unidade habitacional de área bastante reduzida.

“Para isso, não apenas a concepção e a construção deveriam ser racionalizadas, mas também o comportamento dos habitantes no interior das residências. Dois elementos são básicos nesse sentido: a simplificação do trabalho doméstico, por meio da racionalização da cozinha e de outras áreas de serviço, que também se tornariam coletivas, e a renovação do mobiliário, de modo a que deixasse de imitar o equipamento burguês, adequando-se à unidade habitacional de tamanho mínimo, fosse de fácil manutenção e, sobretudo, capaz de ser produzido industrialmente a baixo custo. A racionalização da cozinha e a simplificação das atividades domésticas estavam vinculadas ao projeto de emancipação da mulher, de sua introdução no mercado de trabalho e da renovação do modo de morar. (...) a nova arquitetura aparece como instrumento de libertação social, favorecendo um modo de vida menos individual e centrado na família” (BONDUKI, 2004, p. 149).

Entretanto, no Brasil, muitas dessas propostas se chocaram com posturas que predominavam nos debates sobre habitação na década de 1940, embora muitas tenham servido de referência aos idealizadores de projetos dos IAPs. Segundo Bonduki (2004), bastante influenciadas pela igreja católica, as propostas relacionavam a moradia com a família, que deveria estar preservada da promiscuidade e do contato perigoso com a rua - o espaço público ou coletivo.

“Para estes, a moradia modelar continuaria a ser a casa unifamiliar e isolada, com horta e jardim, tolerando-se a habitação coletiva apenas por motivos econômicos ou urbanísticos. Esta solução estava, como modo de vida, muito próxima do padrão baseado na ocupação da periferia com casas próprias autoconstruídas, distanciando-se sob vários pontos de vista, das propostas do movimento moderno” (BONDUKI, 2004, p. 149).

Os conjuntos dos IAPs devem-se à existência de concepções e diretrizes formuladas por uma burocracia estatal emergente a partir da análise das necessidades e possibilidades de produção habitacional. Bonduki (2004) destaca que um dos técnicos responsáveis por formular o processo foi o arquiteto Rubens Porto, enquanto assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho que deveria normatizar, fiscalizar e aprovar os procedimentos dos IAPs. Porto (1937) defende uma arquitetura funcional e moderna, com solução racional de planta, standardização dos elementos da construção, o emprego racional dos materiais, a eliminação de qualquer ornamentação supérflua e *‘uma arquitetura lógica e sincera que procura soluções internas perfeitas’* (PORTO, 1937 *apud* BONDUKI, 2004, p. 150).

No livro ‘O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões’, publicado em 1938, o arquiteto Porto, conservador e ligado à Igreja Católica, enfatiza as estreitas relações entre a casa e a família, mas revela uma inclinação por soluções modernas, propondo um modelo de conjunto residencial influenciado por Le Corbusier, com: a edificação de conjuntos habitacionais isolados do

traçado urbano existente; a construção de blocos; a limitação da altura dos blocos (em quatro pavimentos); o uso de pilotis; a adoção de apartamentos duplex; os processos de construção racionalizados e a edificação de conjuntos autônomos; a articulação dos conjuntos habitacionais com planos urbanísticos e; a entrega da casa mobiliada de forma racional (PORTO, 1938 *apud* BONDUKI, 2004, p. 150-154).

Entre os IAPs, o IAPI foi o Instituto que mais realizou a produção de habitação social, embora o IAPC também tenha criado um departamento técnico de engenharia e desenvolvido políticas próprias, baseadas em três tipologias: blocos de apartamentos, residências coletivas para comerciários solteiros e vilas comerciais suburbanas. Bonduki (2004) apresenta que nas iniciativas do IAPC predominaram projetos de casas isoladas implantadas em lotes tradicionais, como os inúmeros conjuntos realizados em Araraquara, Barretos, Bauru, São José do Rio Preto, entre outras, geralmente em áreas centrais e próximas ao emprego. O autor salienta que, no entanto, foi o IAPB o Instituto que priorizou seus empreendimentos em áreas centrais com edifícios residenciais verticais, para famílias mais bem remuneradas (IAPC, 1941, p. 35 *apud* BONDUKI, 2004, p. 160-61).

Na década de 1940 o volume de obras construídas ou financiadas pelo IAPI, provavelmente tenha sido maior que outras iniciativas até então. Bonduki (2004) informa que até 1950, foram realizadas 17.725 unidades habitacionais de interesse social em conjuntos do Instituto, além de escolas e equipamentos comunitários; 7.940 unidades financiadas para associados; 4.942 unidades para a classe média em 663 edifícios de apartamentos; mais o financiamento da construção de 1.161 unidades em conjuntos residenciais de empregadores, 20 hospitais, 15 sedes de sindicatos, 26 edifícios comerciais e 10 instituições educativas. As obras eram executadas com procedimentos voltados para a racionalização e a redução de custos e materiais alternativos, como blocos de concreto para substituição de tijolos cerâmicos e, placas compensadas e revestidas para as divisões internas (BONDUKI, 2004, p. 156).

Além da capacidade técnica, as diretrizes do IAPI seguiam rigorosamente a ideia de que habitação não se configura apenas como moradia: *“Construir habitações econômicas é fazer, ao mesmo tempo e necessariamente, urbanismo”*. Junto às unidades habitacionais eram previstas escolas, creches, serviços de assistência médica, centros comerciais, espaços livres, campos esportivos, reforço nas redes de abastecimento de água e estações de tratamento de esgoto, entre outros (IAPB, 1940; 1950 *apud* Bonduki, 2004, p. 157). O antigo chefe do Setor de Arquitetura e Desenho do IAPI, Carlos Frederico Ferreira (1994) em depoimento a Bonduki (2004) afirma que *“não queria fazer só habitações. Habitação, na época, para eles, era fazer uma casa, aquela casa ‘dois quartos e sala’ e está acabado. Pronto, o resto vem depois! Mas eu não, queria fazer habitação mesmo, habitação como eu achava, com escola, edifício de apartamento com comércio, equipamentos. Eu previ até um circo”* (FERREIRA, 1994 *apud* BONDUKI, 2004, p. 157).

Também como forma de economia e para atender o maior número de associados, a opção do IAPI era centralizada na moradia em edifícios coletivos. A solução baseada na moradia individual era evitada por ser mais onerosa:

“Os gigantescos núcleos, constituídos por filas intermináveis de casas, obrigam à criação de oneroso e complexo sistema de transporte e comunicações, exigindo encargos vultosos no estabelecimento e manutenção dos serviços de utilidade pública em geral (água, luz, calçamento, esgotos). (...) A substituição dos quintais, nem sempre convenientemente tratados, por áreas coletivas destinadas a recreio e edificação dos moradores, torna-se de maneira geral, medida de grande alcance (...). Os conjuntos residenciais constituídos de edifícios coletivos elevados, convenientemente dispostos no interior de amplas áreas de utilização comum, representam, pois, a melhor solução do problema” (IAP, 1950, p. 251; 292 apud BONDUKI, 2004, p. 157-8).

Os vários institutos buscaram inovar no ‘modo de morar’ e nos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Os IAPs, apesar de não terem sido órgãos habitacionais, tiveram atuação mais expressiva que a própria Fundação da Casa Popular, que tinha tal função como específica, e administrava seus conjuntos habitacionais de forma tradicional e paternalista, com projetos conservadores e preferencialmente de unidades unifamiliares isoladas oferecidas para venda (AZEVEDO & ANDRADE, 1982 apud BONDUKI, 2004, 161).

O ideário da arquitetura moderna não foi empregado nos projetos dos IAPs apenas por opção estética ou formal, a obra deveria reunir preocupações com a economia, racionalidade, produtividade, produção em massa e padronização. *“Os projetos devem ser padronizados, tanto quanto o permitirem as condições do meio, objetivando sempre economia em todos os pontos não essenciais ao dimensionamento da habitação, de modo a tornar o valor construtivo compatível com os salários médios locais. As instalações devem ser simples, padronizadas e duráveis e as estruturas permanentes, evitando-se soluções provisórias que possam comprometer a preservação da garantia durante o período de recuperação do capital empregado”* (IAP, 1950, p. 292 apud BONDUKI, 2004, p. 158).

Portanto, as obras deveriam ser baratas, sem perder as condições mínimas de habitabilidade, ao alcance dos associados de salários modestos, oferecendo as condições indispensáveis de higiene e conforto (BONDUKI, 2004, p. 159).

A introdução de uma nova forma de procurar resolver o problema da habitação no Brasil é considerada rápida por Bonduki (2004) uma vez que até meados dos anos 1930, eram predominantes as unidades habitacionais típicas da produção rentista, representadas pelas vilas em carreira de casas geminadas, térreas ou assobradadas, formando vielas no centro do quarteirão ou casas isoladas no centro do terreno.

“Obedecia-se a uma implantação urbana tradicional, com ruas, quarteirões lotes e casas. Inexistia a própria ideia de conjunto habitacional. Pela lógica rentista, não havia interesse em edificar outros equipamentos além da moradia, com exceção daquelas vilas operárias em que a preocupação do empregador com o controle do trabalhador, moral e político, fosse tão forte que justificasse o investimento. (...) A revisão deste modelo, com a difusão das propostas modernas, mostra a importância da intervenção do Estado. Somente um decisivo apoio do Estado, no caso através dos Institutos, poderia ter sido capaz de, em tão pouco tempo, revisar de modo tão radical o modelo de habitação adequada para o trabalhador. Nesse sentido, o novo modelo era, simbólica e concretamente, a expressão desse momento em que o Estado se fortalecia na condição de protetor dos trabalhadores e de responsável pelo atendimento de todas as suas necessidades” (BONDUKI, 2004, p. 163-64).

Os objetivos de ordem, controle, subordinação, reeducação, massificação, entre outros, característicos da visão política do Estado Novo, segundo Bonduki (2004) encontraram nos núcleos habitaci-

onais de inspiração modernista o espaço propício para difusão. *“As soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas não podem, portanto, ser consideradas neutras: eram parte integrante de um projeto político-ideológico, no qual as novas concepções formais e espaciais se adequavam à estratégia mais ampla do nacional-desenvolvimentismo”* (BONDUKI, 2004, p. 163-64).

Após o Golpe Militar em 1964, o governo federal decidiu pela fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. O BNH tinha por função a realização de operações de crédito imobiliário, como também a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O Banco operava por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as empresas de distribuição de água e esgoto. Foi extinto em 1986, e repassado à Caixa Econômica Federal.

Tipologia de Cortiços em São Paulo

O operário de menor renda, o trabalhador informal e o desempregado encontravam no cortiço e na casa de cômodos um alojamento compatível com seus rendimentos, insuficientes para pagar o aluguel de uma casa unifamiliar e isolada (Bonduki, 2004, p. 53). O cortiço brasileiro, que se alude a várias formas de habitação precária, tem referência direta com os ‘pátios’ de Lisboa e as ‘ilhas’ do Porto em Portugal, além dos ‘pátios’ de Londres, ‘liberties’ de Dublin e os ‘wynds’ de Edimburgo. Algumas tipologias comuns de cortiços são apresentadas por Reis Filho (1994), como: os ‘cortiços em casarões’, os ‘cortiços em meia-água’, ‘cortiços em vielas ou avenidas’ e ‘pavilhões para cortiços’. O primeiro tipo se instalava em sobrados ou casarões deteriorados adaptados para habitações coletivas, comum nas áreas centrais de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

“Tornaram-se comuns, quando o aumento da população e as pressões de uma vida precária expulsaram para as chácaras de periferia as famílias mais abastadas que retirando-se das áreas centrais, não chegavam a dar uma destinação comercial às antigas habitações. Depois de 1888, uma parte dessas residências foi transformada em colégios e hotéis; a outra parte, em grandes cortiços. (...). Os casarões transformados em cortiço, isto é, em habitações precárias, tinham também uma forma intermediária: os hotéis ou pensões precárias, chamados na época de ‘estalagens’” (REIS FILHO, 1994, p. 29).

Os cortiços em meia-água eram formados nos fundos dos terrenos das casas comerciais ou casarões encortiçados das áreas centrais. As construções são precárias, encostadas nos muros, cobertas de maneira simples com telhados de meia-água. *“Sob esses telhados, dezenas de cubículos abriam para um corredor ou pátio central, cada um dos cubículos abrigando uma família. Em alguns pontos ficavam um banheiro e um tanque para lavar roupas, de uso coletivo”* (REIS FILHO, 1994, p. 29-31).

Outro tipo de habitação popular era conhecido como cortiços em vielas, ironicamente chamados de ‘avenidas’ no Rio de Janeiro.

“Aproveitavam no exterior uma fachada de residência comum. No interior, eram conjuntos de pequenas habitações, que abriam para uma rua particular ou viela, tendo ao fundo um espaço maior, de uso coletivo. Nos modelos mais modestos, as vielas nem sequer eram calçadas e as unidades não eram providas de instalações sanitárias. Estas eram construídas para uso coletivo nos fundos, onde ficavam os tanques de lavar roupas e uma ou mais latrinas destinada a todos os habitantes. As formas mais completas permitiam que cada unidade tivesse as suas instalações sanitárias e cozinhas. Nesses casos, as passagens de uso comum eram melhor elaboradas, tendo

até mesmo portões de entrada vistosos e espaço para acesso a veículos. (...) Em São Paulo, eram comuns também no bairro de Pinheiros” (REIS FILHO, 1994, p. 33).

Figura 607 - Cortiço-corredor na Rua Carneiro Leão, no Brás
(Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 608 - Cortiço no Brás, década de 1940
(Fonte: www.limacoelho.jor.br/).

Pavilhões construídos com o objetivo de serem cortiços, como o Navio Parado, no Bexiga em São Paulo, entre outros edificadas no mesmo bairro, também são destacados por Reis Filho (1994).

“Tinham em geral vários andares e aproveitavam os desníveis dos terrenos como no Vale do Saraçura, onde os porões eram aproveitados para as moradias mais pobres” (REIS FILHO, 1994, p. 33).

O tipo de cortiço mais comum em São Paulo era o ‘cortiços em viela’ ou ‘cortiços corredor’ (figuras 607 e 608) dispostos ao longo de um corredor ou pátio onde ficavam as áreas de lavagem e secagem de roupas, além da instalação sanitária coletiva. Bonduki (2004) afirma que:

“entre a vila e o cortiço-corredor, os limites são imprecisos. Na posição relativa ao quarteirão, os dois se assemelhavam, uma vez que ambos perfuravam o quarteirão perpendicularmente à rua, ocupando seus meandros e interiores. Em termos de dimensões, os limites também são vagos, pois entre a menor moradia da vila (cômodo, sala e cozinha) e a maior unidade do que se considerava cortiço, a diferença era pequena. A maior diferença estava na situação dos equipamentos hidráulicos (banheiro e tanque): na vila, eles eram individuais e ficavam no fundo da casa; no cortiço, eram coletivos e localizados na área comum. Muitas vezes, entretanto, essa disposição desaparecia com o tempo: quando havia uma área livre no fundo da unidade do cortiço de dois cômodos (muito comum no Brás e no Bexiga), o proprietário construía um banheiro individual e dava um novo status à moradia. O cortiço também transformava-se em vila e o aluguel podia ser aumentado” (BONDUKI, 2004, p. 53).

Abaixo de certo nível de qualidade, expõe Bonduki (2004), o empreendimento destinado à habitação para famílias de baixa renda, deixava de seguir os padrões municipais e tornava-se clandestino, deixando de ser a incentivada e elogiada vila para ser cortiço, condenado e estigmatizado. O objetivo dos investidores na construção de cortiços era o mesmo com relação às vilas - obter lucros por meio de aluguel de habitações populares. Neste caso, a obra exigia menos recursos, podiam ser construídas em terrenos menores e com material de baixa qualidade, sendo que a instalação sanitária comunitária também significava expressivo corte nos custos. O barateamento da obra atraiu interessados, não apenas em construir, mas também em explorar os cortiços, incluindo pessoas com recursos limitados e imigrantes enriquecidos, além de grandes proprietários como Francisco de Barros, herdeiro de grande fortuna e membro de uma família de fazendeiros, que viu no negócio

uma forma de maior rendimento sobre o capital empregado (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1916 *in*: BONDUKI, 2004, p. 54).

O complexo de cortiços Vila Barros (figuras 609 a 612) é destacado por Bonduki (2004) como um exemplo emblemático da cidade de São Paulo. Construído por Francisco Barros, foi constituído entre as ruas Japurá, Santo Amaro e Jacareí, no Bexiga, e se configurava num labirinto de quatro cortiços, em torno de um pátio irregular com espaços semipúblicos, sendo todos circundados por varandas: 'Navio Parado', 'Vaticano', 'Geladeira' e 'Pombal', cada qual com características próprias (BONDUKI, 2004, p. 55; 68).

Figura 609 - Vista da Vila Barros, com os cortiços 'Navio Parado', 'Vaticano', 'Geladeira' e 'Pombal' (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 610 - Ao fundo o 'Vaticano', casarão transformado em cortiço e no primeiro plano, o 'Geladeira' (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 611 - Complexo de cortiços formado pelo 'Navio Parado', 'Vaticano', 'Geladeira' e 'Pombal' (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 612 - Cortiço 'Pombal' em primeiro plano, junto à escadaria de acesso ao complexo (Fonte: Bonduki, 2004).

Construída praticamente toda na primeira metade da década de 1920, a Vila Barros¹⁶⁷ apresentava desenho único, com acessos controlados, formando um tipo de cidadela que caracterizou um novo modo de morar coletivamente, segundo Bonduki (2004). Condenados pelos higienistas, pela elite e

¹⁶⁷ Segundo Bonduki (2004) o conjunto foi um forte símbolo da produção rentista em São Paulo, em um período que ficou caracterizado por empreendimentos privados destinados a produção de unidades habitacionais para trabalhadores. *"Sua estigmatização e posterior demolição em 1948, para dar lugar a um conjunto residencial do instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (...) - uma verdadeira Unité d'Habitation - assinalou a mudança nas formas de provisão de moradias que ocorreu no país e em São Paulo durante a década de 1940"* (Bonduki, 2004, p. 56).

pela imprensa como território de promiscuidade e falta de higiene, nem mesmo a polícia conseguia entrar no local, por conta da forte coesão interna, desenvolvida pelos moradores. O autor afirma que o conjunto abrigava distintos tipos de cortiços: o 'Vaticano' foi formado em uma antiga residência de alto padrão do século XIX com três pisos, configurando um 'cortiço-casa de cômodos', onde no fundo do casarão foi edificado um anexo avarandado, na década de 1920. Do tipo 'pavilhão', o 'Navio Parado' era o principal edifício do conjunto e ocupava o antigo vale do rio Bexiga.

"De grandes dimensões, tinha dois pavimentos e era ladeado por varandas que serviam simultaneamente de área de circulação, de sociabilidade e cozinha. Cada unidade do cortiço, segundo relatos de antigos moradores, era constituída de dois cômodos com dimensões razoáveis. Isolado no terreno, o 'Navio Parado' foi de certo modo o primeiro bloco habitacional da cidade, rompendo com a lógica do lote" (BONDUKI, 2004, p. 55; 56).

O 'Pombal' se constituía num grupo de edifícios com fachada para a Rua Japurá, separados por passagens que davam acesso ao fundo do vale e ao 'Navio Parado' (figura 613). As varandas dos vários blocos (figura 614) eram unidas por um tipo de ponte, criando uma circulação labiríntica.

"Apresentando o aspecto de um sobrado para quem passasse pela rua Japurá, os blocos acompanhavam o declive do terreno e no fundo tinham três pavimentos, todos com varandas, as quais eram utilizadas para circulação, cozinha e atividades de socialização" (BONDUKI, 2004, p. 56). O 'Geladeira' era formado no interior do conjunto, por construções improvisadas e outro pequeno bloco, e era assim denominado por causa da intensa umidade. Os quatro cortiços chegaram a representar a maior taxa de densidade ocupacional da cidade de São Paulo (BONDUKI, 2004, p. 55; 56).

462

Figura 613 - Vista do 'Navio Parado' e do pátio comum aos cortiços (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 614 - Varandas caracterizavam os cortiços da Vila Barros (Fonte: Bonduki, 2004).

Os espaços de transição entre o público e o privado, nestes cortiços, desempenhavam várias funções, entre elas: circulação, área para preparo de alimentação com fogareiros de carvão, lavagem e secagem de roupas, e também local de socialização coletiva. Bonduki (2004) conta que a abertura de uma viela de acesso para aproveitar o miolo dos quarteirões foi comum em empreendimentos rentistas, de cortiços às vilas, destinados à classe média. *"Criava-se, assim, um espaço de circulação semipúblico envolvido por fileiras de casas 'porta-e-janela', onde se desenvolviam atividades 'coletivas': brincadeiras de crianças, áreas de lavar e secar roupas, rodas de cantorias e bate-papo, festas de São João. As reduzidas dimensões das moradias e a identidade étnica reforçavam a socialidade e*

o uso deste espaço público. Já nas vilas de empresas, este espaço semipúblico é mais controlado pelas regras definidas pelo patrão” (Bonduki, 2004, p. 69).

Em uma análise sobre o cotidiano em um ‘cortiço corredor’ ou ‘cortiço em viela’, Rolnik (1983) expõe graficamente as áreas ‘públicas’, íntimas e dotadas de privacidade individual nas unidades, onde os quartos figuram como zonas íntimas, os corredores como zonas públicas e, os banheiros coletivos como zonas de privacidade individual absoluta. A autora também representa de forma gráfica um quarto durante o dia, com poucos móveis e praticamente nenhuma circulação de pessoas, enquanto que a representação noturna exhibe várias pessoas dormindo em uma cama e no chão, com roupas e objetos espalhados pelo cômodo. No corredor, crianças brincam de amarelinha, roda e corda, em meio aos varais de roupas e os fogareiros.

Figura 615 - Esquema de cortiço ilustrando as áreas públicas e íntimas (Fonte: Rolnik, 1983).

Figura 616 - Esquema de cortiço ilustrando os usos das áreas públicas e íntimas no decorrer do dia (Fonte: Rolnik, 1983).

463

Continuando a análise sobre os espaços públicos e privativos, Rolnik (1983) compara um cortiço corredor (figuras 615 e 616) com uma vila operária, em relação ao programa de necessidades e os espaços públicos e privativos. Utilizando como exemplo a Vila Operária edificada em 1900, localizada na Rua Teodoro Sampaio, 40, em Cerqueira César (figura 617), a autora expõe a sala de visita ou negócio como zona pública; os dois dormitórios com passagem como zona íntima, apesar da situação incômoda de circulação; a cozinha como zona semi-íntima e a latrina como zona de privacidade individual absoluta. Na figura 618 está demonstrada a diferença entre o cortiço, com a zona de serviços coletiva (instalação sanitária e tanque), sendo uma unidade para todas as habitações; e a vila operária, com a zona de serviços privativa, contando com uma unidade para cada habitação.

Figura 617 - Planta de vila operária em Cerqueira César em 1900 (Fonte: Rolnik, 1983).

Figura 618 - Comparação entre as áreas de serviços de cortiços e vilas operárias (Fonte: Rolnik, 1983).

Tipologias de Vilas Operárias edificadas em São Paulo

É possível reconhecer duas tipologias de arquitetura industrial no Brasil, as quais serviram de modelo para a implantação de diversos núcleos fabris em São Paulo. Segundo Fausto (1977), a primeira desenvolvida foi a colonial brasileira (geralmente, para fábricas fundadas no Império), em que a fachada se configura de forma similar à de uma casa grande de fazenda para produção de açúcar ou café. Nesses casos era comum o trabalho escravo e, a fábrica têxtil tinha em seu próprio terreno a cultura de algodão. A manufatura têxtil se configurava como uma espécie de prolongamento da atividade agrícola com capital industrial originário de fazendeiros, como: a Fábrica São Luís em Itu (1869) e a Fábrica São Bento em Jundiaí (no período entre 1874 e 1908, anterior às reformas e ampliação que correspondem ao controle da empresa por banqueiros franceses) e a Fábrica Votorantim. Outra tipologia industrial encontrada no território brasileiro é a britânica manchesteriana (fábricas criadas no início do século XX): neste padrão era comum a fachada típica de alvenaria aparente, estrutura sóbria e pesada e simetria de planos; com sistema moderno de fábricas plenamente implantado, manifestando a separação do capital agrário e a subordinação ao capital internacional, como: a *Società Per l'Expostazione e Per l'Industria Ítalo-Americana* de Salto (a partir da ampliação e transferência da razão social para esta firma em 1904); a Fábrica São Bento (após associação com capitais financeiros internacionais em 1908); e as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca em São Paulo, entre outras (FAUSTO, 1977).

A partir das décadas finais do século XIX identifica-se no território brasileiro, por meio da arquitetura produzida por fábricas, a constituição de uma paisagem cultural típica do mundo industrial. Nesse período, as vilas operárias e núcleos fabris converteram-se em importantes expressões da transformação do Brasil em uma sociedade industrial *“não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também pelas características formais que muitos destes lugares assumiram ao remeterem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril. Na arquitetura de algumas destas vilas e núcleos fabris emergiu uma estética tipicamente industrial, fundamentada em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade”* (CORREIA, 2010).

A estética industrial se expressava nas unidades das vilas, por meio da simplificação ou ausência de ornamentos, ou no uso de adornos com temas alusivos ao universo das máquinas, no emprego de materiais como: o tijolo aparente e o ferro, produzidos industrialmente e difundidos a partir da arquitetura de fábricas, em larga medida. A prática reflete uma intenção de simplificar a composição, em consequência da difusão de uma estética fabril, em que *‘determinantes econômicos conduzem à crescente redução das fachadas aos seus componentes essenciais, eliminando elementos como ornatos e platibandas’*. Correia (2010) cita três exemplos desse tipo de arranjo na cidade de São Paulo, como elucidativos: as Vilas Cerealina, Maria Zélia e a Boyes (Matarazzo).

A arquitetura empregada nas vilas operárias, segundo Gunn & Correia (2004), reflete o espírito fabril ao adotar na construção, princípios utilitaristas expressos no uso repetitivo de tipologias construtivas e na economia de espaços, elementos construtivos e ornamentos.

“Testemunhos da exploração do trabalho e da economia de meios que reagem o mundo da produção fabril, as modestas casas das vilas que abrigavam os operários de fábricas foram o contraponto dos marcos da opulência industrial e da concentração de renda expressos nos bu-

cólicos subúrbios burgueses que surgiam na mesma época. De um lado, a cidade operária do trabalho e da produção, de outro, a cidade burguesa do consumo e da ostentação. Entre ambas, contrastes, tensões, imensas variações na paisagem” (GUNN & CORREIA, 2004, p. 88).

Segundo Blay (1985) *“as vilas operárias não são um capítulo encerrado do passado na criação do meio urbano brasileiro (...) perduram na paisagem, marcam a moradia, têm papel na lógica da urbanização e um sentido nos processos de reajustamento das relações de produção (...) há vilas de todos os tamanhos e de variada estruturação interna, comportando desde uma rua até várias ruas, jardim, praça de esportes e outros bens de uso coletivo”* (BLAY, 1985, p. 7). As formas tipológicas assumidas pelos conjuntos de unidades habitacionais operárias ou populares apresentam semelhanças em todo o território brasileiro, com pequenas variações em suas características, escalas e distribuição espacial (REIS FILHO, 1994, p. 25).

A implantação urbana das vilas operárias edificadas em São Paulo também seguiu determinados padrões tipológicos, muito semelhantes aos encontrados em Lisboa. Apesar de diferenças de disposição de cômodos, as edificações paulistas também adotaram um padrão tipológico urbanístico muito semelhante ao desenvolvido e reconhecido na capital portuguesa, como: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas formando ruas e vilas de escala urbana (geralmente patronais), de acordo com a classificação adotada por Pereira (1994) para a capital portuguesa, alguns dos quais se enquadram na classificação do edital da *“concorrência pública para apresentação de projetos de casas proletárias econômicas, destinadas à habitação de uma só família”* lançada pela prefeitura da capital paulista em 1916. Dentre as tipologias comuns em Lisboa, não foram identificadas no decorrer da pesquisa em território paulista as vilas integradas nas fábricas. Os bairros sociais lisboenses, promovidos por iniciativa governamental, por conta do arranjo urbanístico e verticalização das unidades habitacionais, foram relacionados com os conjuntos habitacionais incentivados pelo governo federal.

465

1. Casas isoladas ou geminadas:

Na historiografia paulista referente ao século XIX há referências sobre ‘casinhas’ como habitações populares.

“Eram as habitações mais humildes, nas bordas das cidades, construídas com materiais muito simples, quase sempre com madeira e barro e cobertas com palha. As casas das lavadeiras ou dos ex-escravos, vivendo de modestos serviços urbanos, construídas pelos próprios moradores ou seus companheiros, repetiam nas cidades os padrões de uma arquitetura rural mais simples” (REIS FILHO, 1994, p. 25).

Assim como em Lisboa, unidades habitacionais geminadas também configuram um tipo bastante comum de casas populares ou operárias no Brasil e, especialmente em São Paulo. Trata-se, de uma tipologia tradicional dotada de um programa mínimo, de construção simples e custo reduzido, que se adequava bem às possibilidades de famílias de poucos rendimentos. Como era fácil de ser reproduzida para um maior número de habitações, além das unidades geminadas, foram construídas também unidades assobradadas ou isoladas, estas geralmente dispostas enfileiradas com aproveitamento máximo do lote, principalmente no caso das moradias de aluguel.

Os esforços da Câmara paulistana para eliminar os cortiços insalubres e incentivar a construção de casas e vilas operárias por meio de leis e códigos, além de isenção de impostos, tiveram como consequência a promoção de inúmeras casas de aluguel edificadas por empreiteiros. Dias (1989) classificou entre as plantas pesquisadas nos arquivos da capital paulista, entre 1870 e 1914, os seguintes grupos de unidades habitacionais:

“habitação isolada - que crescerá ou será aos poucos aperfeiçoada interiormente, tendendo a uma casa de classe média; habitação construída em grupos por empresários - de diversos tamanhos, desde pequenas habitações com o tamanho mínimo permitido até habitações maiores e mais ricas; habitação com comércio - bastante comuns em toda a cidade; habitações insalubres - os cubículos e os cortiços que existem são um problema durante todo o período em estudo. A preocupação de eliminá-los é constante, bem como a de construir vilas operárias” (DIAS, 1989, p. 73).

Para Dias (1989) *“essas habitações representam a interação entre as expectativas dos moradores; suas possibilidades culturais, tecnológicas e econômicas; a ação de empresários segundo as condições do mercado; a ação do governo e a institucionalização de controles; a cidade com suas densidades, preços de terreno, oferta de transporte, meios de comunicação; oferta de empregos e características locais”* (DIAS, 1989, p. 73-74).

466

Figura 619 - Casa operária de proprietário italiano e empreiteiro espanhol na Estrada dos Pinheiros, construída em 1893 (Fonte: Dias, 1989).

Figura 620 - Pequena casa para operários de proprietário e construtor portugueses, construída em 1895, na Travessa Mons. Andrade (Fonte: Dias, 1989).

As unidades isoladas eram denominadas nas plantas como: casa própria, pequena casa, chalezinho, pequena casa de operário, casinha de operário e casa de operário. Segundo Dias (1989) a nomenclatura decorre das exigências menos rigorosas sobre dimensionamento e economia para as edificações destinadas às classes operárias. *“As casas eram construídas com cozinha, sala e um, dois ou três quartos. Embora sejam encontradas varanda e alcova, há também as novidades: a sala de visitas, a sala de jantar e o gabinete demonstram talvez um início de maior zoneamento interno da*

casa, devido a ideias europeias, novos equipamentos, novos móveis e novos objetos” (DIAS, 1989, p. 74).

Figura 621 - Pequena casa de operário edificada em 1896 na Rua Maria Domitila (Fonte: Dias, 1989).

Figura 622 - Casa de proprietário italiano erguida pelo empreiteiro e construtor Archimedes Galli na Rua Carneiro Leão em 1902 (Fonte: Dias, 1989).

Figura 623 - Casa edificada por imigrante italiano em 1893 na Rua dos Imigrantes (Fonte: Dias, 1989).

Figura 624 - Casa construída por proprietário espanhol na Rua do Glicério em 1893 (Fonte: Dias, 1989).

A distribuição é quase sempre a mesma, com: sala no alinhamento; quartos com janelas abertas para um corredor lateral; cozinha nos fundos, com acesso através dos dormitórios; instalação sanitária, quando há, nos fundos. As aberturas são elevadas em relação ao passeio, com dimensão ampla e alta. *“As janelas da sala eram voltadas para a rua, tendo as casas praticamente o mesmo pé-*

direito. Algumas vezes havia um recuo lateral no qual existia um portão de ferro. A platibanda tornava-se obrigatória no perímetro urbano. (...) Variavam os desenhos de caixilhos - muitas vezes com vidro colorido -, os desenhos das portas, os desenhos dos gradis e os desenhos ornamentais que existiam nas fachadas emoldurando platibandas, janelas e portas” (DIAS, 1989, p. 74).

Figura 625 - Casa de proprietário e construtor italianos edificada em 1895 na Rua Mazini no Cambuci (Fonte: Dias, 1989).

Figura 626 - Casa projetada pelos arquitetos C. Milanese e M. Marzo em 1896 na Rua Maria José (Fonte: Dias, 1989).

Nas plantas das unidades habitacionais destacadas por Dias (1989) é possível identificar pequenas variações de arranjo. Entre as casas de três cômodos, nas figuras 619, 621 e 622 o corredor é externo, enquanto que na figura 620 o corredor está localizado no interior da unidade. A cozinha também possui variação significativa entre as unidades apresentadas. Já nas casas com quatro cômodos, além da mesma variação de corredor dos exemplos anteriores, em que as figuras 623, 625 e 626 possuem corredores externos e a figura 624 circulação interna, o arranjo varia com a presença de dois dormitórios ou um dormitório e sala de jantar (varanda). Nas unidades habitacionais com mais de quatro cômodos, o arranjo não muda significativamente: na figura 627, além da presença e dois dormitórios, a planta se desenvolve com entrada através de um vestíbulo, ligada à sala de visitas. Dias (1989) destaca a planta da figura 628 construída em 1905 já com banheiro anexado à residência: *“Observando as plantas podemos ver cortes onde o soalho está elevado em relação ao nível do solo, com porões com grades e telhados com calhas. Existem ainda fachadas cuidadosamente desenhadas, mesmo para as plantas de casas pequenas, com desenhos ao redor de plati-*

bandas, portas e janelas, desenhos de grades demonstrando o carinho com que eram encomendadas por seus moradores” (DIAS, 1989, p. 75).

Figura 627 - Casa de entrada com vestibulo ligado à sala de visitas construída na Rua da Graça em 1892 (Fonte: Dias, 1989).

Figura 628 - Casa com seis cômodos, construída na Rua dos Estudantes em 1905 (Fonte: Dias, 1989).

As plantas das mais antigas unidades habitacionais geminadas localizadas por Dias (1989) datam de 1885, edificadas antes da legislação específica sobre grupos de habitação. A autora afirma que esse tipo de construção agrupada exigia um mercado consumidor (inquilinos ou compradores), uma disposição por parte de empresários e uma definição por parte do governo a respeito das condições de construção, taxação, aluguel ou compra, além de uma mentalidade social sobre o conceito das construções. *“A Câmara, já no ano de 1886, chega a algumas definições sobre o problema: no Código de 1894, esses grupos - sob a forma de vilas operárias - são vistos como solução para o problema da habitação, e, em 1898, a lei restringe as condições mínimas da casa de operário. Finalmente, embora as ‘vilas operárias’ nunca tenham sido um fator significativo na solução dos problemas, muitos foram os grupos de casas construídos na época”* (DIAS, 1989, p. 121). Segundo a autora, as casas eram construídas nos períodos favoráveis para o construtor, por conta de incentivos criados pelo governo ou pela crença de que a construção seria um meio seguro de aplicação de capital, principalmente após a crise financeira de 1897-1900 (DIAS, 1989, p. 121-122).

As características construtivas e a disposição das plantas geminadas não eram diferentes das utilizadas nas casas isoladas, mantendo as mesmas qualidades e limitações. Geralmente apresentam dois cômodos (sala e dormitório), cozinha e instalação sanitária, ou são desenvolvidas com mais cômodos, semelhantes às edificações direcionadas para a classe média. Dias (1989) identificou as seguintes implantações: *“colocadas nos fundos de quintal (...); colocadas em rua particular interna; situadas em rua pública - são casas que permitem aumento posterior, até mesmo com característi-*

cas de casa de classe média” (DIAS, 1989, p. 121). A autora informa que as fachadas das unidades maiores recebiam desenho cuidadoso para agradar ao mercado (DIAS, 1989, p. 122).

Entre as iniciativas empresariais, as companhias ferroviárias edificaram inúmeras vilas para o alojamento das famílias de seus funcionários, geralmente com as unidades habitacionais em carreira para ocupar o mínimo de espaço possível. Outra característica comum na implantação das carreiras de habitações era a proximidade com as vias públicas, com a intenção de integrar a vila à malha urbana.

470

Figura 629 - Vila ferroviária da Cia. Paulista de Piracicaba em 1936 (Fonte: Neme, 1936).

Figura 630 - Planta de um dos tipos da Vila ferroviária da Cia. Paulista de Piracicaba. Desenho M. Cachioni (Fonte: DPH IPPLAP).

Um exemplo desse tipo de vila foi edificado em Piracicaba, onde a Cia. Paulista de Estradas de Ferro construiu uma vila com 22 unidades habitacionais (figura 629) empreitadas por Felício Bertoldi, com cinco tipos de plantas, isoladas ou geminadas¹⁶⁸. Das unidades habitacionais, 16 delas foram projetadas geminadas em três tamanhos com pequenas variações com: sala, dois dormitórios, copa/cozinha e a instalação sanitária no quintal, junto à lavanderia (figura 630). Quatro delas eram destinadas aos solteiros, em menor dimensão, apresentando: sala, dormitório, cozinha e a instalação sanitária no quintal. As outras duas, destinadas ao chefe da estação e outro cargo de chefia, foram concebidas isoladas, compreendendo a área de duas unidades, contendo: sala, três dormitórios, copa/cozinha e banheiro. A Cia. Paulista construiu inúmeras vilas para seus funcionários seguindo a mesma tipologia, com variações.

¹⁶⁸ Após o arrancamento do ramal, poucos ferroviários permanecem residindo nas habitações da vila. A maioria das casas está invadida por famílias que sistematicamente promovem reformas descaracterizadoras, mesmo sem autorização do órgão proprietário, apesar de tombada em nível municipal.

Figura 631 - Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro (Fonte: Ferreira, 2002).

Figura 632 - Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro (Fonte: Ferreira, 2002).

Também no interior do Estado na cidade de Rio Claro, Ferreira (2002) encontrou plantas de casas isoladas ou geminadas destinadas para o segmento popular, semelhantes às da capital, desenvolvidas até meados do século XX. A figura 631 traz o projeto de unidades habitacionais geminadas

com entrada lateral contendo: sala, dormitório, sala de jantar (varanda), cozinha e banheiro anexado nos fundos, além do tanque para lavagem de roupas. Não há corredor interno e a circulação se dá entre os cômodos. Na figura 632 as casas geminadas apresentam sala (varanda), dois dormitórios e cozinha, com a instalação sanitária e de serviços no quintal em um 'rancho'.

Figura 633 - Sobrados geminados com entrada lateral em Rio Claro (Fonte: Ferreira, 2002).

Em Rio Claro também há exemplos de sobrados geminados como o apresentado na figura 633, o qual apresenta: sala, sala de jantar, cozinha e banheiro, com a instalação de serviços anexada no pavimento identificado como porão habitável; e dois dormitórios no pavimento superior. Na planta, detalhes de acabamento são especificados como: venezianas nas janelas dos quartos dos fundos e também o revestimento da cozinha 'mosaicado' e com 'barra a óleo' - mesmo revestimento indicado para o cômodo onde se destina o 'banheiro e w.c.' (FERREIRA, 2002).

2. Vilas em carreira e em bloco:

Comuns em São Paulo, assim como em Lisboa, vilas em carreira e em bloco normalmente acompanham o alinhamento da via pública e apresentam o programa típico de habitação para trabalhador: sala, um ou mais quartos, cozinha e instalação sanitária. Em São Paulo as vilas operárias em carreira foram edificadas térreas ou assobradadas, enquanto que na capital portuguesa apresentavam preferencialmente dois ou até três pavimentos.

No interior do Estado, em Rio Claro, foram edificadas casas de aluguel em carreira até meados do século XX. A figura 634 ilustra um conjunto de unidades habitacionais com entrada por um vestíbulo contendo: sala de jantar, dois dormitórios, cozinha e banheiro, além da área de serviço. Na unidade de esquina a planta conta com os mesmos cômodos, e inclui um salão comercial, o qual

confirma a intenção do proprietário em investir capital para obtenção de lucro em forma de aluguel.

Figura 634 - Carreira de casas em Rio Claro
(Fonte: Ferreira, 2002).

Na capital paulista, as casas geminadas sobre porão utilizável edificadas na atual Avenida do Estado em 1912, citadas por Lemos (1999), apresentam plantas muito semelhantes às das casas isoladas exemplificadas por Dias (1989). As unidades habitacionais (figuras 635 e 636) com entrada lateral apresentam: sala, dormitório, cozinha e a instalação sanitária nos fundos, com o tanque de lavar roupas anexo. No quintal amplo havia espaço para horta e galinheiro. As janelas da sala abrem diretamente para a rua, enquanto que a do único dormitório se abre para o quintal.

473

Figura 635 - Casas geminadas na atual Avenida do Estado construídas em 1912 na capital (Fonte: Lemos, 1999).

Figura 636 - Plantas das Casas geminadas na atual Avenida do Estado
(Fonte: Lemos, 1999).

Um importante exemplo de conjunto de 20 casas operárias em carreira (figuras 637 e 638) na cidade de São Paulo foi edificado na Rua Barão de Jaguará, entre as ruas Xingú e Odorico Mendes, na Mooca. O projeto de unidades habitacionais destinadas para aluguel coube ao arquiteto Gregori Warchavchik, contratado pela família Klabin em 1927, mesmo período no qual projetou a casa modernista da Rua Santa Cruz¹⁶⁹. Atendendo às necessidades de construção econômica e funcional, segundo Benclowicz (1989), a planta deste conjunto ficou conhecida como V-8 e serviu de padrão a inúmeras soluções derivadas, tendo sido inspirada nas experiências europeias contemporâneas da Bauhaus e do Grupo *De Stijl*¹⁷⁰ (BENCLOWICZ, 1989, p. 443).

Figura 637 - Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca em São Paulo (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 638 - Sobrados da Rua Barão de Jaguará em 1929 (Fonte: www.saopauloantiga.com.br/).

474

Figura 639 - Planta do Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca (Fonte: www.saopauloantiga.com.br/).

Figura 640 - Planta da unidade habitacional do Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca em São Paulo. Desenho M. Cachioni (Fonte: Benclowicz, 1989).

As unidades habitacionais são geminadas e assobradadas, usando uma solução construtiva bastante inovadora - vigamento e laje de concreto armado. A planta das unidades (figuras 639 e 640) foi

¹⁶⁹ A Casa Modernista da Rua Santa Cruz é considerada precursora da arquitetura modernista em São Paulo, projetada pelo arquiteto Gregori Warchavchik em 1928. A casa despojada da ornamentação corrente da época foi alvo de críticas por parte de arquitetos tradicionais em jornais como o *Correio Paulistano*, no qual Warchavchik teve a oportunidade de defender os ideais modernistas (SEGAWA, 1997, p. 44-45).

¹⁷⁰ *De Stijl* (O estilo) foi criado oficialmente na Holanda em 1917, quando Piet Mondrian, Theo Van Doesburg e os arquitetos Bart van der Leek e J.J.P. Oud lançaram a revista que deu nome ao movimento. Tendo Van Doesburg como editor, a revista, apesar da pequena tiragem, se caracterizou como foi o eixo de coesão dos artistas, apresentando ideias e teorias sobre a nova concepção artística moderna.

desenvolvida com: sala de jantar, cozinha, despensa e banheiro, no térreo e; dois dormitórios, no superior; além da lavanderia no quintal. Nas esquinas, as unidades são maiores, contendo: sala de vista, sala de jantar, cozinha e banheiro no térreo e, três dormitórios (em um deles, um closet), além da lavanderia no quintal.

A austeridade da arquitetura moderna emergente, segundo Bonduki (2004) combinava bem com a busca de economia da produção rentista. As fachadas do conjunto da Rua Barão de Jaguará são muito semelhantes ao arranjo de vilas operárias inspiradas nos modelos ingleses, como as Vilas Boyes e Nadir Figueiredo, no entanto, a platibanda que substitui os tradicionais beirais apresenta uma intenção plástica geométrica, com despojamento de ornamentação, preconizando o modernismo característico da obra do arquiteto Warchavchik (BONDUKI, 2004, p. 62). O conjunto permanece em bom estado de conservação, exceto pelas janelas que foram substituídas por peças de alumínio.

3. Vilas formando pátio.

De maneira semelhante à desenvolvida na capital portuguesa, em São Paulo foram edificadas vilas com fins lucrativos, e para tanto, o aproveitamento máximo da área disponível no terreno conduzia o projeto. Desta forma, o espaço livre considerado inútil ou pouco lucrativo era concentrado para possibilitar a construção do maior número possível de unidades habitacionais, proporcionando uma organização espacial em que as habitações ficam agrupadas à volta do terreno com acesso através de um espaço central (PEREIRA, 1994, p. 513-514).

Várias vilas patronais também seguiram a tipologia de assentamento das unidades habitacionais com distribuição formando pátio. A variação entre a disposição das casas se desenvolve de duas maneiras: acesso pelo alinhamento, com os pátios proporcionando áreas comunitárias em forma de terreiro ou quintal, ou com os acessos através dos pátios, com as fachadas voltadas para a área comum, em forma de praça interna.

Uma das vilas mais emblemáticas de São Paulo, a Vila Itororó, foi erguida a década de 1920, formada por um conjunto de 16 unidades construídas em várias etapas, com anexos posteriores (figuras 641 e 642). O imigrante português Francisco de Castro foi o criador e executor da Vila Itororó, o qual deixou o cargo de gerente industrial de uma tecelagem em Americana, para se ocupar como mestre de obras do empreendimento (GARCIA, 1995).

Situada na quadra formada pelas ruas Martiniano de Carvalho, Mons. Passalacqua, Maestro Cardim e Pedroso, na encosta do vale do córrego Itororó (canalizado sob a Avenida 23 de Maio), a topografia acidentada do terreno foi incorporada na concepção da implantação, ao contrário dos traçados regulares convencionais dos loteamentos da época, contando com 37 unidades habitacionais para aluguel, além do Clube Éden Liberdade (GARCIA, 1995).

A área da vila apresentava conformação irregular, com topografia própria dos vales de São Paulo e sua implantação foi relacionada à paisagem local sem submissão aos traçados convencionais dos projetos de vilas operárias daquele período. O mestre de obras construiu arrimos formando planos sucessivos, onde as unidades habitacionais foram implantadas com acessos através de escadas ou

passarelas. Esses espaços continham equipamentos comunitários onde havia acesso aos outros moradores. A organização espacial das edificações em torno de um eixo central sinuoso proporcionou a valorização para o espaço central da vila e constituiu-se por uma volumetria singela e movimentada, lembrando a implantação típica de vilas e aldeias mediterrâneas (GARCIA, 1995; MUZETTI, 2003, p. 94).

Figura 641 - Francisco de Castro e a Vila Itororó: Ornamentação Art-nouveau e piscina coberta (Fonte: <http://futuro9.blogspot.com.br/>).

Figura 642 - Implantação da Vila Itororó (Fonte: <http://rafaelvaesi.wordpress.com/2010/10/04/mais-vila-itororo/>).

Outras características interessantes, segundo Muzetti (2003), são os patamares laterais entre as casas, e acessos nas encostas por meio de arrimos que formam planos sucessivos de jardins, desde a entrada na Rua Martiniano de Carvalho ao pátio comunitário no interior da vila. Uma nascente foi aproveitada para a construção da primeira piscina particular da cidade, posteriormente utilizada como equipamento de lazer da vizinhança (MUZETTI, 2003, p. 94).

Castro construiu a Vila Itororó com material coletado em demolições, utilizando na obra alguns ornamentos, esculturas e colunas extraídas do antigo Teatro São José (localizado onde se encontra o Shopping Light, próximo ao Viaduto do Chá). Garcia (1995) destaca duas residências em especial: a chamada Casa das Carrancas e a residência de quatro pavimentos e 50 cômodos em 1.200m² de Francisco de Castro, conhecida como 'Palácio', as quais receberam tratamento distinto em relação às casas de aluguel, com colunas monumentais, elementos de material nobre e ferragens *art-nouveau*, além de uma piscina abastecida por uma nascente, que posteriormente tornou-se compartilhada pela vizinhança. Após a morte de Castro em 1930, seu patrimônio foi arrematado por credores e posteriormente a maioria das unidades da vila foi doada à mantenedora da Santa Casa de Indaiatuba, fato que acabou preservando, mas não conservando o local, que por conta de várias sublocações e abandono pelo proprietário, tornou-se um cortiço.

Também significativa neste modelo constituído por circulação em forma de pátio, a Vila dos Ingleses ou Vila Inglesa (ou mesmo Vila Marquesa de Itu) no bairro da Luz em São Paulo, foi edificada entre 1915 e 1920 em diversas fases. O projeto coube ao engenheiro Germano Bresser e a construção ao engenheiro chileno Eduardo de Aguiar D'Andrada, filho dos Barões Aguiar Andrada e diretor técnico da São Paulo Railway. A Marquesa de Itu cedeu o terreno desmembrado dos jardins

de seu palacete para sua sobrinha-neta, esposa do engenheiro D'Andrada e também financiou as obras das unidades habitacionais que deveriam ser destinadas para os engenheiros ingleses que vieram trabalhar na Estação da Luz e nas obras da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (CONDEPHAAT, v.d.).

Figura 643 - Planta do Térreo da Vila Inglesa. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

O projeto original da Vila Inglesa previa a construção de 41 unidades habitacionais, das quais somente 28 foram edificadas (figura 643). Geminadas em seis blocos com acesso único pela Rua Mauá, as unidades apresentam dois pavimentos e água furtada, dispostos em 'L', sendo sete unidades na testada, uma isolada, seis voltadas para o caminho de acesso e mais 14 geminadas no centro, em área de 5.468m² com 75,61m de frente, tendo a área construída de 5.714m² e área total de 5.700,80m². A vila (figuras 644 a 647) trazia em seu projeto algumas novidades como: jardins, lavanderia coletiva, quadras esportivas, coqueiras e serviços de recados, expressando a vontade do construtor em dar ao conjunto 'aspecto de um verdadeiro jardim no centro da cidade' ocupando apenas 38% da área com as edificações e o restante destinado aos espaços de circulação e áreas de insolação e arejamento (CONDEPHAAT, v.d.).

477

Figura 644 - Conjunto da Vila Inglesa (Fonte: www.arquiamigos.org.br).

Figura 645 - Pátio da Vila Inglesa (Fonte: www.arquiamigos.org.br).

As unidades habitacionais foram construídas com materiais e características de acordo com os modelos europeus da época para um público-alvo determinado, no caso, as famílias dos engenheiros ingleses acostumadas com este tipo de moradia em seu país de origem, pioneiro na edificação de vilas destinadas a trabalhadores. Segundo o processo de tombamento no CONDEPHAAT (v.d.): *“Desde o século XIX os manuais e periódicos de arquitetura sugeriam estilos e padrões estéticos a arquitetos e clientes e soluções de plantas que se adaptassem à forma de habitar da população à qual se destinava, nesse caso, às famílias de classe média que iriam alugar tais casas”* (CONDEPHAAT, v.d.).

Posteriormente à ocupação pelas famílias inglesas, a partir de 1924, a vila recebeu moradores que tiveram suas casas destruídas durante a Revolução de 1924. Com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, as casas foram procuradas pela classe média, até um pouco depois da segunda guerra mundial e depois entrou em decadência, acompanhando o processo de degradação do bairro.

O sistema construtivo empregado na vila apresenta alvenaria de tijolos, alicerces em pedra, piso cimentado nos quintais, ladrilhos cerâmicos e pintura a óleo na altura de 1,50m nas cozinhas e banheiros, assoalho e vigamento em madeira, abobadilhas de tijolos nas cozinhas e cobertura estruturada em madeira com telhas romanas ou paulistas. Com três pavimentos, as unidades foram construídas com a seguinte distribuição: vestibulo, sala de estar, terraço coberto (variável), sala de jantar, cozinha e, no quintal um sanitário, tanque e dormitório de empregada no térreo; três dormitórios e banheiro no primeiro pavimento; e dois ou quatro cômodos não especificados na água furtada. Os sótãos possuíam uma porta de comunicação entre as unidades, para o caso de um inquilino alugar mais de um imóvel. Com o tempo, as portas foram fechadas. Todas as unidades possuíam quintal com quatro ou cinco metros de profundidade, para abrigo de serviços e equipamentos.

Figura 646 - Unidade habitacional da Vila Inglesa
(Fonte: www.arquiamigos.org.br/).

Figura 647 - Meninas brincam no pátio da Vila Inglesa
(Fonte: saudadesampa.nafoto.net/).

No primeiro terço do século XX, vilas de classe média também foram edificadas seguindo esse tipo de configuração com a presença de pátio de convívio e circulação. *“Uma passagem comum permitia o acesso da rua ao pátio interno, rodeado de pequenas habitações unifamiliares, erguidas evidentemente com padrão melhor que o dos cubículos dos cortiços ou que o das moradias operárias de fins do XIX. Dispondo a área comum de mais espaço, e às vezes de arborização, as casas das vilas de classe média seriam decoradas de acordo com fantasiosos estilos arquitetônicos, inspiradas no Pitoresco e no Ecletismo para mais atrair a clientela”*. Um exemplo desse tipo é o extravagante Parque Residencial Savóia (1939), erguido pela construtora do engenheiro Arnaldo Maia Lelo, nos Campos Elísios (CAMPOS, 2008).

A estética do pitoresco, que compareceu nos subúrbios burgueses brasileiros entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, também foi utilizada em muitas vilas operárias e núcleos fabris, onde *chalets*, *bungalows* e *cottages* foram edificadas, geralmente em meio a jardins, praças e alamedas, segundo Correia (2010).

“Às vezes tais construções voltavam-se apenas às famílias dos técnicos especializados, gerentes e proprietários das empresas. Símbolo de conforto e bem-estar, estas casas introduziram nestes lugares um padrão de moradia que estabelecia contrastes com as pequenas moradias operárias - muitas vezes, dispostas em renque e desprovidas de jardins - demarcando o lugar dos segmentos superiores da hierarquia da empresa. Em outros casos, entretanto, os chalés e bangalôs assumiam formas mais simples e dimensões mais reduzidas e eram estendidos - em grupos de casas semelhantes - também aos operários” (CORREIA, 2010).

Figura 648 - Casa da Vila Manoel Dias em Campinas
(Foto: Luís Aquino - MIS Campinas).

Figura 649 - Arco de entrada da Vila Manoel Freire em Campinas traz referência de congêneres lisboenses
(Foto: Ana Paula Farah).

Na cidade de Campinas, a iniciativa de dois empreiteiros portugueses construiu duas vilas bastante significativas, as quais seguiram o modelo configurado pela presença do pátio de distribuição às unidades habitacionais. Os empreiteiros Manoel Dias e Manoel Freire decidiram construir casas para alugar aos funcionários da Cia. Mogiana numa área ainda periférica da cidade, próxima à ferrovia, onde se configurou na Vila Industrial, sendo esses os primeiros empreendimentos habitacionais populares da iniciativa privada de Campinas. Segundo Velasco (2005) em Campinas, a instalação das ferrovias Mogiana e Paulista trouxe imigrantes para trabalhar nas suas oficinas, como também outras fábricas de equipamentos agrícolas e curtumes que também se instalaram na região (Velas-

co, 2005). A Vila Manoel Dias (figura 648 e 651), com 44 imóveis ainda é habitada e composta de casas com elementos da arquitetura Eclética, com características neoclássicas e neorrenascentistas. As casas possuem elementos decorativos nas fachadas, alguns exóticos, como um menino nu na fachada da casa número 18, além de carrancas, rostos clássicos de mulheres e florais (COSTA, 2003). As unidades habitacionais da Vila Manoel Dias variam em número de cômodos, sendo que a representada na figura 650 apresenta: sala, quarto, cozinha e instalação sanitária no quintal.

Figura 650 - Unidade da Vila Manoel Dias. Desenho M. Cachioni. (Fonte: Processo de Tombamento do CONDEPACC).

Figura 651 - Vila Manoel Dias em Campinas (Foto: Luís Aquino - MIS Campinas).

A Vila Manoel Freire (figura 649), localizada na esquina das ruas Alferes Raimundo e Sales de Oliveira, foi construída entre 1915 e 1940. Era constituída por 33 unidades residenciais e uma área comum de aproximadamente 100 m². Sua forma de ordenamento do espaço urbano já era comum na cidade de São Paulo, desde o final do século XIX, o qual visava maximizar o uso dos terrenos, para a construção de casas para locação. As vilas seguiam o padrão das congêneres paulistanas sendo compostas por casas geminadas, algumas de frente para a via pública, e as demais construídas no interior do terreno, com uma via interna particular de acesso. Diferentes dos cortiços, as casas tinham o seu próprio quintal com instalações sanitárias e espaço para lavagem de roupa. Algumas casas tinham espaço para pequenas hortas¹⁷¹.

Manoel Freire, que morava na melhor casa da vila, conhecida como 'Castelo', obrigava as moradoras de sua vila a frequentar diariamente a missa na capelinha de Nossa Senhora da Estrela, santa de devoção de sua esposa. Freire costumava também 'vigiar' os seus inquilinos por meio de uma abertura feita no telhado de sua casa. As unidades habitacionais da Vila Manoel Freire também variam em número de cômodos, sendo que a representada na figura 652 apresenta: sala, dois dormitórios, cozinha e instalação sanitária anexa; enquanto que a unidade da figura 653 possui o mesmo programa com disposição diferente dos cômodos.

Apesar de tombado pelo CONDEPACC, órgão municipal de preservação de Campinas, o conjunto da Vila Manoel Freire encontra-se invadido por famílias sem teto e praticamente em ruínas. Uma decisão polêmica deste órgão, inclusive permitiu a demolição da antiga casa de Manoel Freire, o 'Castelo', para ser reconstruída num projeto de recuperação da vila com financiamento da Caixa

¹⁷¹ www.educulturanhil.org.br/projetoeocrmc/index.htm.

Econômica Federal, o qual há alguns anos aguarda acordo entre os herdeiros de Freire e a instituição bancária. Enquanto isso, mais um testemunho importante da ocupação territorial paulista - em forma de vila operária - virá a desaparecer.

Figura 652 - Unidade habitacional da Vila Manoel Freire Desenho M. Cachioni (Fonte: Processo de Tombamento do CONDEPACC).

Figura 653 - Unidade habitacional da Vila Manoel Freire Desenho M. Cachioni (Fonte: Processo de Tombamento do CONDEPACC).

Um importante exemplo de vila operária patronal edificada em quadra formando pátio é a vila operária da antiga Fábrica Têxtil Brasital, na cidade de Salto. Anteriormente à Brasital, Salto já contava com significativos investimentos fabris, em consequência da posição geográfica privilegiada junto às quedas d'água do rio Tietê, como também, da implantação da ferrovia por meio da Estrada de Ferro Ituana. O complexo da Brasital é produto da fusão das antigas fábricas têxteis Júpiter (1895-97) e Fortuna (1898), e da Fábrica de Papel (localizada à margem esquerda do rio Tietê) adquiridas em 1904 pela empresa italiana 'Società Ítalo-Americana per Importazione e Exportazione'. Suas usinas¹⁷² também impulsionaram definitivamente o processo fabril e o perfil industrial na cidade, ocupando uma grande extensão de terras que margeiam o rio Tietê, esta localizada defronte ao largo da Igreja Matriz, o local de fundação da cidade. A partir de 1919 a Fábrica Ítalo-Americana passou a se denominar Brasital, pela junção dos nomes Brasil e Itália (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

Diferentemente de outros empreendimentos fabris, segundo Valderrama e Oliveira (2008), a Brasital não precisou construir a cidade operária em seu entorno, pois já estava constituída, restando à empresa oferecer suporte ao crescimento industrial e às famílias operárias com a construção de armazéns, creches e escolas, entre outros equipamentos urbanos. As primeiras habitações operárias da empresa foram construídas por volta de 1900, quando do controle acionário de José Weissshon & Cia, defronte à capela e à área da fábrica. *"Tratava-se de casas térreas em fileira, tipo 'porta e*

¹⁷² Com o objetivo de expandir os negócios a fábrica construiu a hidroelétrica Porto Góes na queda d'água do Itu-Guaçu no rio Tietê, possibilitando a geração de energia elétrica e a ampliação da tecelagem. O complexo também contava com a construção de um edifício de três pavimentos para a fiação de algodão, além de um teleférico interligando o conjunto fabril à Fábrica de Papel, cuja função era o transporte de pequenas mercadorias (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

janela', e telhados tradicionais de duas águas, com uma delas voltada para a rua, construídas sobre o limite do lote e com pequenos quintais. Neste conjunto, observa-se que havia duas residências em forma de chalé (...)". A tipologia de *chalet* foi empregada em dois momentos nas casas geminadas destinadas aos gerentes e chefes de seção entre o final do século XIX e início do XX (BALLEIRAS, 2003, p. 246; VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

Figura 654 - Casas da Vila da Barra do Jundiá, edificadas em 1912. Foto de 1934 (Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Salto).

Figura 655 - Planta da unidade habitacional da Vila da Barra. Desenho M. Cachioni (Fonte: Balleiras, 2003).

Entre as vilas da Brasital, a Vila da Barra do Jundiá é formada por 30 unidades habitacionais em carreira, localizadas na Avenida Marginal com frente para o Rio Jundiá, construídas pela antecessora da Brasital, a *Società per l'Esportazione e per l'Industria Italo-Americana*, entre os anos de 1911 e 1912. Segundo Zanoni (2009) este é o mais antigo dos conjuntos de casas para operários construídos em Salto ao longo da primeira metade do século XX e, destinava-se a contramestres e operários qualificados (ZANONI, 2009; MONFRÉ, 2009, p. 38; BALLEIRAS, 2003, p. 250).

As unidades habitacionais da Vila da Barra do Jundiá (figura 654) foram implantadas em carreiras de seis e distribuídas em duas pequenas quadras em cujo centro há um quintal coletivo, acessível por uma viela estreita, sugerindo unidade. Correia (2011) informa que as unidades foram implantadas segundo a tradição colonial brasileira:

"sem recuo, com uma porta e uma janela na frente. Em algumas dessas casas a fachada de tijolo aparente de cada habitação é demarcada por pilastras, frisos e cimalhas rebocados. Elevando-se além da platibanda, as pilastras repetem o mesmo tratamento utilizado no prédio da fábrica Fortuna. Em outras dessas casas, a composição da fachada é simplificada eliminando a platibanda e elementos em reboco, com o tijolo aparente compondo pilastras, friso e cimalha" (CORREIA, 2011).

As casas da Vila da Barra do Jundiá (figura 655) contam com: sala, quarto, cozinha e instalação sanitária, além de um pequeno quintal. Segundo Balleiras (2003), as unidades atestam preocupações sanitárias da época, como a circulação do ar, evidenciadas pela presença de pé-direito amplo, aberturas para entrada de iluminação e ventilação nos cômodos e, elevação do nível do solo (BALLEIRAS, 2003, p. 250).

Entre 1920 e 1925, sob o comando do empresário italiano Enrico Dell'Acqua, a Brasital construiu um conjunto constituído por 244 unidades habitacionais em quatro quadras no meio urbano, próximo do edifício fabril da Brasital em Salto, onde se repetiu o modelo básico da unidade habitacional da vila operária da Barra do Jundiá. Entretanto, foram estabelecidos tamanhos e um esquema diferente de implantação e organização das moradias. Segundo Monfré (2009), a implantação específica e diferenciada determinou a denominação 'Quintalões' desta vila operária, *"ao definir uma área comum nos fundos das casas, formando um pátio interno e central nas quadras, como a reunião de quintais, tornando o espaço e o uso de tanques e fornos coletivos do grupo de casas de cada uma das quatro quadras que formam a Vila Operária"* (BALLEIRAS, 2003, p. 254; MONFRÉ, 2009).

Figura 656 - Quadras da antiga vila operária Brasital (Fonte: Merlin, 1974 *apud* Valderrama e Oliveira, 2008).

Figura 657 - Vista de uma das quadras da Vila Brasital (Fonte: foto aérea 1940 ENFA. Acervo IGC *apud* Valderrama e Oliveira, 2008).

Para a construção das unidades habitacionais, a empresa solicitou isenção de impostos à Câmara Municipal de Salto por 20 anos, 'para construção de um burgo ou villa operária', com *"grupos de casas operárias modelo, de diversos tipos, maiores e menores, para alugar e vender a pequenas prestações aos seus operários. No meio dessas construções serão construídas áreas bem cuidadas e arborizadas, para que os filhos dos operários possam brincar em terreno apropriado, salubre e largo"* (Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara de Salto, 1920 *apud* MONFRÉ, 2009, p. 29). Após quatro meses, a Câmara Municipal de Salto aprovou a solicitação: *"o prazo de dez anos de concessão de isenção de impostos e taxas começarão a correr da apresentação das plantas relativas a cada quadra ou quarteirão e aprovação das mesmas pela Câmara, devendo a concessionária até o ano de (1925) mil novecentos e vinte e cinco fazer a apresentação para aprovação da última quadra a*

ser construída” (Ata da 12ª Sessão Ordinária da Câmara de Salto, 1921 *apud* MONFRÉ, 2009, p. 29).

O projeto original da vila operária da Brasital foi perdido provavelmente em um incêndio ocorrido em prédio da Prefeitura de Salto na década de 1980, segundo Monfré (2009). A vila ocupa quatro quadras inseridas no arruamento oficial de Salto, sendo duas quadras com 83m x 86m e as outras duas quadras com 92m x 86m (figuras 656 e 657). Sua implantação adota um pátio central interno, com as unidades habitacionais térreas inseridas no alinhamento. A tipologia das unidades da Vila Brasital é semelhante à empregada na vila da Barra do Jundiá, exceto pelos elementos decorativos, como platibandas e cimalkas de arremate dos telhados. O agrupamento das casas em carreira revela a preocupação patronal com a economia, assim como a padronização presente nos edifícios fabris e nas construções anexas à fábrica, principalmente representada pela alvenaria aparente, sistema que estabelece uma linguagem comum aos edifícios construídos pela Brasital em Salto, ‘assemelhando as edificações realizadas pela indústria ao edifício fabril que domina a paisagem urbana’ (MONFRÉ, 2009, p. 29; 35, BALLEIRAS, 2003, p. 254; 258).

Apesar da padronização e da construção seriada em carreira, as unidades habitacionais da Vila Brasital foram desenvolvidas com três tipos de dimensões distintas. A unidade tipo 1 (figura 658), com menor área, é composta por: sala, dormitório e cozinha, mais a instalação sanitária externa equipada com bacia turca e chuveiro de água fria. Monfré (2009) avalia que a área do dormitório é prejudicada pela passagem interna para a cozinha.

484

“Apesar de uma área de 52m² total, a dimensão de frente de 4,00 m implica em solução com ambientes enfileirados ao longo da profundidade do lote e a existência de corredores de distribuição com perdas de áreas úteis internas. A área livre denominada quintal, com 31,40m² é de uso privado e cercada por muros baixos de aproximadamente 1,00 metro de altura, com um portão de acesso para o pátio central aos fundos das casas. O total de área privativa, portanto, é de 83,40 m²” (MONFRÉ, 2009, p. 31).

A casa tipo 2 (figura 659) possui 14 m² a mais do que a do tipo 1, sendo composta por: sala, dois dormitórios e cozinha, com a instalação sanitária externa. Monfré (2009) considera que assim como na casa tipo 1, o acesso para a cozinha através de um dos dormitórios, causa redução de área e restrição de uso do cômodo.

“A dimensão de frente do lote e da casa é de 4,20 m (o mesmo que a casa t1) tendo a t2 acréscimo de um quarto correspondente a 4,00 m, na profundidade do lote. Da mesma forma, uma área denominada quintal, com 36,07 m² nos fundos, é de uso privativo e parte do lote; tem profundidade do lote maior acomodada nos mesmos recuos de fundos de 5,00m que determina o quintal privativo. O total de área construída é de 65,70 m² e incluindo a área livre privada, o total é de 126,53 m²” (MONFRÉ, 2009, p.32).

A casa tipo 3 (figura 660) possui o dobro de área da tipo 1, e é composta por: sala, quatro dormitórios, cozinha e banheiro externo. *“A dimensão de frente é de 7,20 m, tendo duas janelas na fachada diferenciando das casas t1 e t2. O quintal privativo, com 74,51 m², e o mesmo recuo de fundos de 5,00 m compõem o lote. A área construída é de 105,13 m² e 191,36 m² incluindo a área livre privada. O mesmo padrão de fechamentos de fundos, com muros baixos de aproximadamente 1,00 m de altura e portão para acesso ao quintalão central”* (MONFRÉ, 2009, p.33).

Quanto ao sistema construtivo, Monfré (2009) informa que as estruturas de madeira dos telhados com cobertura de telhas de capa e canal, são comuns aos três tipos de moradias da vila Brasital, com a cumeeira paralela à fachada e contínua na carreira de casas geminadas. As paredes das unidades foram erguidas em alvenaria de tijolos aparentes nas fachadas de frente e fundos. Vidraças em sistema de guilhotina foram acopladas à frente das folhas de madeira das janelas, numa solução comum em diversas habitações do mesmo período, para atender ao código sanitário (vedar e iluminar simultaneamente, como também ventilar e escurecer, determinando o uso simultâneo de vidros e venezianas). Nos fundos, o recorte da planta garante a abertura de janelas e a iluminação natural para os ambientes (MONFRÉ, 2009, p.34-35).

Figura 658 - Planta da casa tipo 1 da Vila Operária Brasital. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Monfré, 2009).

Figura 659 - Planta da casa tipo 2 da Vila Operária Brasital. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Monfré, 2009).

Figura 660 - Planta da casa tipo 3 da Vila Operária Brasital. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Monfré, 2009).

Os lotes de cada unidade habitacional da vila Brasital (figuras 661 e 662) variam entre 4,20m (t1 e t2) e 7,50m (t3) de frente e aproximadamente 15,00 (t1) e 18,00m (t2 e t3) de fundos (Monfré, 2009). As dimensões das unidades habitacionais evidenciam a preocupação com o perfil quantitati-

vo das famílias. Valderrama e Oliveira (2008) defendem que, entretanto, efetivaram indiretamente uma divisão social pautada pela extensão da fachada da casa, pois as casas menores têm fachada composta por porta-janela, enquanto que as casas maiores apresentam na fachada o esquema janela-porta-janela. *“Essa variação de planta também demonstra que a concepção projetual de habitação proletária e os parâmetros sociais das formas de morar se alteraram ao longo do tempo. Na atualidade, a habitação popular apresenta em torno de 65 m² de área construída. E as habitações de 100 m² atualmente são consideradas padrão de moradia de classe média”* (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

A presença do quintalão, espaço central coletivo, onde atividades comunitárias se desenvolvem, segundo Monfré (2009) pode ser identificada com:

“modelos cunhados por propostas socialistas por promover e enfatizar relações comunitárias e espaços comuns em detrimento aos de propriedade e uso privados. Sob outra visão, a redução de custos de construção de cada habitação através de equipamentos coletivos que são em menor quantidade exprime o aspecto de especulação e menosprezo ao direito por equipamentos e habitação de mesma privacidade e eficiência dos mestres e operários” (MONFRÉ, 2009, p. 42).

Figura 661 - Casas de Vila Operária Brasital em 1940
(Fonte: <http://leituraspossiveis.blogspot.com.br/>).

Figura 662 - Unidades da Vila da Brasital em Salto em 1974 (Foto: José Roberto Merlim *apud* Monfré, 2009).

Os quintalões, segundo Valderrama e Oliveira (2008), são o grande diferencial dessa vila se comparados a outros projetos da mesma época, por apresentarem uma área comunitária interna para onde também se voltam todas as moradias.

“Por um lado, esse espaço permitiu relações sócio espaciais mais intensas dentro das atividades cotidianas. Mas, por outro, significou um controle mais intenso da fábrica sobre o operário e seu modo de vida. Pode-se fazer um paralelo desse tipo de implantação com o conjunto de praças particulares Circus, Royal Crescent e Queen Square, na cidade de Bath, projetadas pelos Wood¹⁷³, cujo conceito básico era a criação de espaços verdes coletivos, circundados por residências, implantando uma nova forma de morar. Esses espaços eram fechados por serem reservados aos moradores do entorno, caracterizando um espaço particular que demonstrava uma preocupação com a temática higiênico-recreativa e social dentro da trama urbana. No planejamento inicial da Vila Operária Brasital o quintalão foi concebido como área de lazer, especialmente para os filhos dos funcionários. No entanto, o uso efetivo dos quintalões foi mais amplo abrigando, além do uso recreativo, diferentes usos coletivos cotidianos proporcionados pela implementação de equipamentos comunitários, como fornos para assar pão, tanques para lavar

¹⁷³ Os arquitetos ingleses John Wood (1704-1754), the elder, e John Wood (1728-1782), the younger, eram pai e filho. São conhecidos por suas obras na cidade de Bath na Inglaterra. John Wood, o pai, é especialmente conhecido pelos projetos de *Queen Square* e *Circus*, enquanto que seu filho projetou *The Royal Crescent* (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

roupas (denominado de vascões), tornando-se de fato um espaço de apropriação social” (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

A configuração do quintalão colaborou para que as mulheres, maioria da mão-de-obra empregada na Brasital, pudessem deixar os filhos sozinhos em casa, sob a vigilância de alguns vizinhos, para passar boa parte do dia e da noite no trabalho. Segundo Balleiras (2003) havia nas áreas comuns da vila a presença de um fiscal permanente, pago pela empresa, para controlar eventuais desavenças causadas pelo uso coletivo de fornos e tanques, além do acesso de estranhos quando da realização de festas no local. *“O quintalão funcionou como uma extensão da disciplina e organização da vida operária, de dentro da fábrica para a vila operária”* (BALLEIRAS, 2003, p. 261).

Além da referência percebida por Valderrama e Oliveira (2008) quanto às praças particulares da cidade de Bath projetadas pelos arquitetos Wood, Balleiras (2003) também destaca possíveis referências e semelhanças com os *‘allotments’* de vilas operárias britânicas como Port Sunlight, e os quadrângulos utilizados em *New Earswick*, além do conceito de *‘neighbour unit’* (unidade de vizinhança) desenvolvido nos EUA por Clarence Perry.

“Entretanto, os quintalões tiveram um sentido um pouco diverso. Os ‘allotments’ do núcleo fabril de Port Sunlight foram pensados como locais destinados exclusivamente à agricultura - flores e verduras -, estimulando o operário a consagrar parte de suas horas livres a uma atividade vista como solidária à saúde e à economia familiar. Já o ‘quintalão’ prestava-se a um uso mais diversificado e menos ‘agrícola’ (...). O quintal comunitário apresentava-se também como parte integrante da estratégia de esvaziamento das ruas por absorver as brincadeiras infantis, compensava as dimensões reduzidas da moradia e otimizava o tempo das donas de casa operárias ao permitir um controle coletivo das mães sobre os filhos. Contribuiu enfim para o fortalecimento das relações de vizinhança e da ideia de comunidade operária” (BALLEIRAS, 2003, p. 261-262).

487

Tal relação de vizinhança viabilizada pela espacialidade da organização comunitária e das unidades habitacionais, segundo Balleiras (2003), guarda semelhanças com a experiência da *‘neighbour unit’*, cuja experiência ocorreu na mesma época nos EUA. Os estudos desenvolvidos por Clarence Perry foram aplicados em projetos de Clarence Stein e Henry Wright, como *Sunnyside Gardens* em 1924, em que uma das preocupações centrais era a proteção das áreas de permanência das crianças do tráfego das vias públicas, com a criação de espaços de recreação e vida comunitária no miolo das quadras (BALLEIRAS, 2003, p. 264).

A Brasital também construiu na década de 1920 a vila Porto Góes, contando com 22 unidades habitacionais organizadas em torno de uma área central comum, para os funcionários da Usina Hidrelétrica de Porto Góes (figura 663). Segundo Balleiras (2012) nesta vila não se encontram os elementos mais representativos do *‘quintalão’*, como os tanques (*‘vascões’*) e os fornos comunitários. A área central comum, como local de realização de atividades domésticas, brincadeiras infantis e tarefas comunitárias, tem referência nos *‘terreiros’* comuns na zona rural do período colonial. Citando Lemos (1978), a autora afirma que o quintal e o terreiro foram considerados e utilizados como uma extensão das moradias operárias, significando um *“local importante de distribuição das circulações e até mesmo local de estar, de trabalhar e, também, de confraternizar”* (LEMOS, 1978 apud BALLEIRAS, 2003, p. 261).

Figura 663 - Implantação da Vila Porto Góes da Brasital em Salto (Fonte: Balleiras, 2003).

Figura 664 - Planta da Vila Porto Góes. Desenho M. Cachioni (Fonte: Balleiras, 2003).

As unidades eram dispostas em conjuntos de quatro a cinco, afastadas do alinhamento, com o acesso de entrada demarcado.

“Utilizava assim, como as demais vilas construídas pela fábrica, a alvenaria aparente com o acréscimo de elementos em pedra. O programa da habitação organizava-se diferentemente das demais casas construídas (figura 664), até então, pela empresa, pois todos os cômodos foram dispostos em relação a um corredor central e os ambientes, como a sala e os quartos, não ficavam pré-definidos pela diferenciação das aberturas ou de espaços de circulação. O banheiro foi colocado dentro da habitação e criou-se um recuo-parcial na parte frontal da habitação” (BALLEIRAS, 2003, p. 264).

4. Vilas construídas atrás de prédios:

Com a proibição para edificação de vilas nos bairros centrais da cidade de São Paulo, as moradias destinadas à população de menor poder aquisitivo passaram a ser construídas em bairros periféricos e de caráter industrial, como Brás, Mooca e Belenzinho. Entretanto, uma solução comum em Lisboa, e menos ordinária em São Paulo, também foi promovida no bairro Santa Cecília (figuras 665 e 666) na capital paulista, onde em um mesmo lote foram construídas duas tipologias distintas: no alinhamento, um prédio destinado para a classe média; e no interior do quarteirão, uma vila destinada às famílias proletárias, configurando uma hierarquia social diretamente no próprio lote. O acesso aos fundos, onde se localiza a vila propriamente dita, é realizado através de pórtico na lateral do prédio que conduz à rua tortuosa interna para a qual se voltam as fachadas das unidades habitacionais integrantes da vila (PEREIRA, 1994, p. 516; BONDUKI, 2004, p. 61).

Figura 665 - Edifício residencial de classe média em Santa Cecília, com comércio no térreo, com vila construída atrás, cuja entrada se dá pelo arco à direita (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 666 - Vila construída atrás de prédio no bairro de Santa Cecília em São Paulo (Fonte: Bonduki, 2004).

5. Vilas formando ruas e em quadras:

Vilas operárias foram implantadas em carreira ocupando quarteirões em locais de terreno mais planejado e desimpedido. Assim, tais unidades habitacionais não se distinguem das outras tipologias exceto pelo fato de as ruas pertencerem à própria vila com caráter particular (PEREIRA, 1994, p. 517).

Este tipo de arranjo urbanístico de vila era promovido por investidores e empreiteiros interessados na lucratividade do ramo de casas populares de aluguel, da mesma forma que em cidades industrializadas europeias, como Lisboa. Uma das iniciativas mais representativas é a Vila da Economizadora Paulista, construída pela Sociedade Mútua 'Economizadora Paulista', criada em 1907, pelo médico e escritor Cláudio de Souza, juntamente com o Senador Luiz Piza, Dr. Gabriel Dias da Silva e Com. Leôncio Gurgel, como forma de garantir e rentabilizar fundos de pensão. As sociedades mútuas, segundo Bonduki (2004), embora de iniciativa privada, precederam os institutos de aposentadoria e pensão (IAPs), os quais a partir do Governo Getúlio Vargas, passaram a estatizar e centralizar os recursos previdenciários de assalariados que promoveram os primeiros conjuntos residenciais estatais do Brasil (BONDUKI, 2004, p. 66).

As Vilas da Economizadora foram investimentos rentistas de grandes proporções para a época, pois ofereciam nove tipos de casas com projetos diferenciados, por conta do significativo capital disponível na sociedade. A primeira das vilas, construída no bairro da Luz em São Paulo, é a única remanescente (foram demolidas as vilas da Pompeia e do Cambuci), das três vilas edificadas pelo construtor italiano Antonio Bocchini a partir do projeto do arquiteto Giuseppe Sachetti (BONDUKI, 2004, p. 67).

Figura 667 - Plano da Vila Economizadora em São Paulo (Fonte: Campos, Gama e Sacchetta, 2004).

Figura 668 - Desenhos da Vila Economizadora em São Paulo (Fonte: Bonduki, 2004).

Nas unidades habitacionais da 'Economizadora Um' (figura 667), viviam originalmente funcionários da ferrovia e do Liceu de Artes e Ofícios, operários e trabalhadores do Mercado Municipal. As fachadas das casas (figura 668) apresentam molduras envolvendo as janelas e platibandas típicas das casas burguesas da época, tendo sido executadas de forma simplificada para não onerar as despesas com a obra. As feições originais da vila se conservam, com algumas modificações clandestinas em certas unidades, especialmente nos caixilhos. A Vila foi projetada com 117 unidades habitacionais contendo um, dois ou três dormitórios, além de sala, cozinha e banheiro, chegando a medir até 160m². O conjunto conta também com 17 armazéns.

490

No processo de tombamento da Vila Economizadora pelo CONDEPHAAT, Lemos (1975) destaca que na época da sua construção, o folheto de propaganda qualificava o conjunto residencial como a *'mais monumental e a mais completa das construções coletivas de São Paulo, cidade que está indubitavelmente colocada entre as mais belas e as mais adiantadas da América do Sul'* (LEMOS, 1975).

As unidades habitacionais de meio de quadra (figura 669) foram desenvolvidas no alinhamento, com um acesso lateral que se liga ao único dormitório e a uma sala, a qual dá entrada para a cozinha, esta ligada ao banheiro, nos fundos. Um pequeno quintal para estender roupas, apesar da ausência de lavanderia, tem acesso através da cozinha.

O bairro da luz ficou caracterizado como popular em consequência da instalação das ferrovias e de indústrias operadas por mão-de-obra imigrante. A arquitetura do bairro foi bastante influenciada pela prática dos mestres-de-obras italianos. Na Vila Economizadora, o partido foi definido dentro do enquadramento à legislação sobre moradia popular (figura 670), e também apresenta influência da prática dos imigrantes europeus nas fachadas quanto aos ornatos, situação comum às construções populares do período. Desta forma, não apenas a vila, mas também os imóveis da circunvizinhança formavam um conjunto arquitetônico importante para a leitura urbana da cidade (FERRAZ, 1978 *in*: CAPELLO & GARCIA, 1981, p. 48).

Também na capital paulista, no bairro de Santa Ifigênia, estigmatizado pela concentração e cortiços, um exemplo importante de vila particular foi construído em 1911 pelo engenheiro Regino de Aragão, um empreendedor de caráter privado. A vila (figura 671) era composta por 33 unidades

habitacionais de médio padrão, sendo seis delas com frente para a Rua São João, entre as Alamedas Nothmann e Glette.

“As vilas particulares, por sua vez, constituíam a grande maioria dessas habitações no período. Era um tipo de empreendimento realizado tanto por pequenos investidores como por grandes empresas construtoras e sociedade mutuárias, abrangendo desde pequenos conjuntos de casas até grandes núcleos que ocupavam vários quarteirões. O máximo aproveitamento dos terrenos, muitas vezes no centro do quarteirão, e a racionalização dos projetos tendo em vista a economia de materiais - com o uso de paredes comuns, áreas livres mínimas e ausência de recuos - faziam com que os investimentos fossem extremamente rentáveis em relação ao capital investido, que se beneficiava também de isenções fiscais” (BONDUKI, 2004, p. 50).

Figura 669 - Planta da Vila Economizadora Um (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 670 - Planta Geral da primeira Vila da Economizadora Paulista, c. 1910 (Fonte: Campos, Gama e Sacchetta, 2004).

As unidades habitacionais foram projetadas geminadas com: sala, dois dormitórios (sendo um com a entrada independente) e cozinha, além da instalação sanitária e a lavanderia localizadas no quintal. As unidades melhores foram situadas no alinhamento da Rua São João, com o intuito de cobrar aluguéis mais elevados, sendo que nas demais a ausência de recuos laterais e frontais aumentava o aproveitamento do terreno. Os lotes medem 40m² com taxa de ocupação de 75%, que corresponde a 30m² de construção realizada com paredes hidráulicas e laterais comuns a duas casas para reduzir o custo da construção. O corredor lateral para iluminação do segundo dormitório e da sala obedecia à legislação municipal, configurado perpendicular à rua, para garantir o aproveitamento do miolo do quarteirão (BONDUKI, 2004, p. 51).

Por meio da análise da planta da vila do eng. Aragão é possível notar, segundo Bonduki (2004), a racionalização da organização espacial, que pretendia reduzir ao máximo o preço da construção e obter o maior aproveitamento do terreno seguindo os padrões municipais, de maneira a usufruir de isenção fiscal.

“Essa otimização abrangente encontra-se em todas as vilas e cortiços construídos na época, revelando uma racionalidade capitalista na produção das habitações de aluguel. Tal característica assinala uma clara diferença em relação à produção da habitação pelos trabalhadores na periferia, onde a inexistência de racionalidade no projeto ou construção eleva substancialmente os custos da produção. A vila (...) é similar a muitos outros empreendimentos, de maior ou menor porte, realizados por investidores privados. Na maioria das vezes, as construções aproveitavam os terrenos profundos, dando origem à variada gama de tipos de habitação - todas baseadas numa viela central, casas ou cômodos geminados em um ou em ambos os lados da viela, e ca-

sas ou espaços comerciais diferenciados que davam para a rua. No caso de cômodos ou de pequenas casas desprovidas de água encanada, as privadas e os tanques localizavam-se no fundo do lote. Dependendo do tamanho e formato do terreno, a fileira de casas poderia ser erguida junto ao alinhamento da rua, mas esta era uma solução mais onerosa” (BONDUKI, 2004, p. 50).

Uma villa operaria
pelo sr. eng.
Regino Aragão
(Rua S. João - S. Paulo)

Figura 671 - Vila Operária projetada e construída pelo eng. Regino Aragão na Rua São João em São Paulo (Fonte: Bonduki, 2004).

Outro exemplo de vila formando rua e em quadra, construída pelos investidores Pedro Augusto Vieira e Antonio Almeida Collaço para aluguel das unidades à população operária da zona leste de São Paulo, foi a Vila Judith (Vila Moderna), localizada no Belenzinho entre a Rua Bresser, Rua Major Marcelino e Itapiraçaba. Segundo Benclowicz (1989) o projeto da vila executada em 1912, com 72 unidades habitacionais, seria de autoria provável do engenheiro José de Sá Rocha, técnico da prefeitura paulistana, citado por Campos (2008) sobre o processo referente aos grupos de casas populares na Rua Livre (atual Álvares Machado), projetados por Ramos de Azevedo, que tramitou no poder público municipal. O engenheiro Sá Rocha inclusive revela conhecimento sobre habitações populares em seu parecer quando cita a vila Port Sunlight da Unilever na Inglaterra (BENCLOWICZ, 1989, p. 315; CAMPOS, 2008).

A tipologia urbana da Vila Judith¹⁷⁴ (figuras 672 e 673) se configurava com unidades habitacionais geminadas e térreas sobre porão de altura variável, edificadas no alinhamento dos lotes, com a ocupação intensiva da quadra facilitada pela rua interna, sendo as unidades de esquina destinadas à atividade comercial. As unidades de meio de quadra medem 44 m² em lotes de 60 m² contendo: sala (varanda), quarto e cozinha, com a instalação sanitária e tanque externos, sem áreas verdes, e

¹⁷⁴ A Vila Judith passou por um processo sistemático de reformas e demolições, estando praticamente irreconhecível, com a presença de diversas casas comerciais.

acesso por uma escadaria ligada a um vestíbulo; enquanto que as duas unidades de esquina ocupam 90 m² em lotes de 106 m² com: salão comercial, sala, quarto e cozinha, com a instalação sanitária e tanque externos, também sem áreas verdes. Benclowicz (1989) expõe que as habitações foram erguidas em alvenaria de tijolos revestidos; porão para ventilação e isolamento da umidade; assoalho e forro de madeira; janelas de madeira com bandeira, folhas envidraçadas externamente e cegas internamente; portas de madeira com bandeira para iluminação da escada de acesso; pé-direito provável de 4,00 metros; platibanda; ornamentação de inspiração neoclássica considerada pela autora, obra comum de *capomastri* italianos do início do século (BENCLOWICZ, 1989, p. 316).

Figura 672 - Planta da unidade habitacional da Vila Judith. Desenho M. Cachioni (Fonte: Arq. Alexandre Rocha *apud* Benclowicz, 1989).

Figura 673 - Projeto das unidades da Vila Judith nas Ruas Bresser, Itapiraçaba e Sampson (Fonte: Benclowicz, 1989).

Também na cidade de São Paulo, a Vila Cerealina foi construída entre 1923 e 1924, pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) para alojar as famílias dos operários da tecelagem localizada na Av. Celso Garcia (10 minutos a pé a partir da vila), e se insere na tipologia de vila formando quadra. Segundo Blay (1985) a empresa tinha a prática de construir habitações para seus funcionários aproveitando técnicos, engenheiros e pessoal ligado à indústria, em terrenos próprios e próximos às fábricas. A IRFM possuía um departamento imobiliário para cuidar dos aspectos administrativos de suas vilas, com aluguéis relativamente baixos, descontados nos salários. Muitas vezes, o contato direto com o patrão facilitava a obtenção de moradia.

“As casas eram cedidas indistintamente à mão-de-obra qualificada, técnica, engenheiros e administradores, dependendo essencialmente da necessidade manifestada pelo indivíduo e pelo interesse da indústria em tê-lo como empregado. Se a empresa necessitava de um empregado e este tinha dificuldades em arranjar moradia, a empresa facilitava a casa: por exemplo, para o pessoal vindo do exterior, de outros estados, de outras cidades ou da própria São Paulo. Os mecanismos utilizados pela empresa para cessão de moradias aos empregados variavam para cada caso em particular, e a cobrança do imóvel era irrisória, até gratuita. (...) Também funcionava como critério a boa folha de serviços, os anos de casa, a necessidade e a disponibilidade de determinada categoria de mão-de-obra” (BLAY, 1985, p. 246-247).

As vilas da IRFM eram predominantemente residenciais, não havendo escolas, ambulatórios, igrejas ou outros equipamentos sociais, como muitas outras vilas patronais de escala urbana erguidas em território paulista. A única exceção foi uma creche junto à Vila Mariângela, também do mesmo grupo. Blay (1985) destaca que a Matarazzo apenas construiu postos de abastecimento, onde eram vendidos gêneros alimentícios e demais produtos domésticos, geralmente de fabricação própria, destinados somente aos funcionários, também com desconto em folha de pagamento (BLAY, 1985, p. 247).

As unidades da Vila Cerealina (figura 674) voltadas para a Avenida Álvaro Ramos foram projetadas por Giuseppe Chiappori, e as demais, possivelmente pelo engenheiro José Melloni, segundo Benclowicz (1989). A vila foi edificada com 79 unidades habitacionais, sendo 30 delas térreas com a entrada voltada para a área interna do quarteirão (figura 675) e; 49 unidades assobradadas com fachadas para o alinhamento da Rua Herval, da Rua Júlio de Castilhos, da Rua Fernandes Vieira e da Avenida Álvaro Ramos. As unidades de meio de quadra foram projetadas com: sala de visitas, sala de jantar e cozinha no térreo e; dois dormitórios e banheiro no superior, além da pequena lavanderia no quintal, junto à cozinha. Algumas unidades de esquina foram projetadas com sala de estar, sala de visitas, sala de jantar e cozinha, no térreo e; sala/dormitório, dois dormitórios e banheiro, no superior, além da lavanderia no quintal. Já, as casas do interior do quarteirão foram construídas em 40 m², com: sala, dormitório, cozinha, banheiro e um pequeno quintal (BLAY, 1985, p. 249, 250; BENCLOWICZ, 1989, p. 405).

494

Figura 674 - Plantas da Vila Cerealina (Fonte: Benclowicz, 1989).

Figura 675 - Casa térrea da Vila Cerealina (Fonte: Blay, 1985).

As unidades habitacionais da área externa da quadra seguem um modelo de influência inglesa e alemã do período, e as internas seguem o conjunto de maneira simplificada. Segundo Benclowicz (1989), *“a alternância de utilização do tijolo à vista e de partes revestidas com acabamento de argamassa, os detalhes construtivos bem marcantes, conferem um aspecto sóbrio, mas interessante ao conjunto”* (Benclowicz, 1989, p. 406). A redução de ornamentação em arquitetura com exterior em alvenaria aparente pode ser observada na Vila Cerealina, segundo Correia (2011), *“confirmando a primazia de tijolo aparente na arquitetura industrial da época, o material surge nas fachadas de todas as casas. A sobriedade da estética fabril é reafirmada em fachadas cujos ornatos são limitados a faixas com acabamento de argamassa”* (CORREIA, 2011).

Figura 676 - Vista da Vila Cerealina (Fonte: Blay, 1985).

Figura 677 - Unidades da Vila Cerealina, construída pelas Indústrias Reunidas F. Matarazzo em São Paulo (Fonte: Gunn, 2001 *apud* Correia, 2011).

Durante a década de 1960, a IRFM, por conta de problemas financeiros teve que se desfazer de propriedades e a partir de 1968, passou a vender as casas da Vila Cerealina (figuras 676 e 677), além de unidades de outras vilas, como a Vila Matarazzo (antiga Boyes). *“O mecanismo de vender propriedades para os operários certamente contribuiu para este reerguimento. Embora a empresa não dividisse seus lucros, pode-se dizer que os prejuízos foram divididos com os empregados...”* (BLAY, 1985, p. 250). Por conta da venda, as unidades passaram a ser reformadas e modificadas, com instalação de casas comerciais, sendo que há quase nenhuma unidade que preserva suas características originais de fachada, tornando a Vila Cerealina praticamente irreconhecível.

Próximo à Vila Cerealina, ‘Fábrica São Simeão’ de papel e embalagem foi construída em 1900, por Simeon Boyes com sua vila operária, conhecida como Vila Boyes. O conjunto era composto por 97 unidades destinadas principalmente a operários especializados, além de uma cooperativa de consumo e um posto médico. Na década de 1910, a Matarazzo instalou a Belenzinho Têxteis e, para alojar seus operários, comprou a área residencial da Vila Boyes e também construiu entre os anos de 1919 e 1924, mais outras três vilas, tornando o conjunto conhecido com a nova denominação de Vila Matarazzo¹⁷⁵.

495

Figura 678 - Vila Matarazzo em 1947 (Foto: Dmitri Kessel. Acervo: Revista Life).

Figura 679 - Vila Matarazzo em meados do século XX (Foto: Benedito Duarte).

¹⁷⁵ <http://saudadesampa.nafoto.net>.

A Vila Matarazzo (figuras 678 e 679) fica localizada de frente para a Av. Celso Garcia, onde se encontram três edificações destinadas a gerentes (figuras 681 e 682), enquanto que as demais unidades habitacionais fazem frente para as ruas Intendência, Caruapanã e Curimã, configurando uma vila formando ruas entre as quadras ocupadas pelos lotes. Todas as unidades da vila são semelhantes, exceto as destinadas a gerentes, cujos projetos são diferenciados, sendo que duas destas adotam a forma de *chalets*, mas “*preservam o compromisso com o despojamento de ornatos, testemunhado inclusive pelo desenho simples em vitrais, guarda-corpos e portão em madeira*” (CORREIA, 2011).

Figura 680 - Plantas da unidade habitacional da Vila Matarazzo. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Benclowicz, 1989).

A simplicidade das fachadas corresponde à organização dos espaços internos de 65m² contendo: sala, cozinha e banheiro no térreo e, dois dormitórios no superior. As unidades destinadas aos operários são assobradadas e dispostas em carreira, construídas em alvenaria aparente sem recuo frontal, contando apenas com um pequeno quintal (figura 680). Apresentavam originalmente: pé-direito de três metros; assoalho e forro de madeira; portas de madeira com bandeiras de vidro; janelas com caixilhos envidraçados na parte externa e folhas cegas na parte interna, além de venezianas no superior e; peitoril da janela com acabamento de tijolo com detalhe de pingadeira (BENCLOWICZ, 1989, p. 390).

Correia (2011) afirma que “*tais casas revelam-se inovadoras, deduzidas a partir de necessidades de higiene, conforto e de economia. Têm janelas em todos os cômodos, sanitário incorporado ao corpo da casa - solução rara na época em moradias para trabalhadores - e janela da cozinha na fachada principal - outra solução rara*”, com a chaminé do fogão a lenha próxima da fachada. A autora defende também que:

“a repetição da tipologia permitiu a padronização de componentes, enquanto o projeto (no esquema two-up, two-down) possibilitou alinhar as paredes do térreo e as do primeiro pavimento. A economia também preside a composição das fachadas de tijolo aparente desprovidas de detalhes ornamentais, dotadas de janelas estreitas dispostas de forma assimétrica, e tendo aparentes as calhas e a tubulação de águas pluviais. As telhas - do tipo Marselha - também são visíveis, prolongando-se em beirais. Sua arquitetura reflete um momento em que a composição se simplifica, o que testemunha a difusão de uma estética fabril onde princípios utilitaristas conduzem

à crescente redução das fachadas a seus componentes essenciais, eliminando resquícios de composições clássicas ou de cunho beaux-arts, tais como simetria e ornatos” (CORREIA, 2011).

Figura 681 - Unidades da Vila Matarazzo destinadas aos gerentes da Belenzinho Têxteis (Foto: Daniel Souza Lima).

Figura 682 - Unidades destinadas aos operários da Belenzinho Têxteis na Vila Matarazzo (Foto: P. Gunn, 2001 *apud* Correia, 2011).

Do mesmo modo conforme ocorrido com a Vila Cerealina, as unidades da Vila Matarazzo que foram vendidas a partir de 1968, passaram a ser sistematicamente reformadas e modificadas, ficando irreconhecíveis se comparadas às fotos de meados do século XX. Os antigos operários da tecelagem foram gradativamente se mudando, fazendo com que a vila perdesse seu caráter comunitário. Apenas as edificações que fazem frente para a Av. Celso Garcia se mantêm em suas características originais, apesar do mau estado de conservação.

497

Figura 683 - Projeto de grupo de casas para operários e Vila Maria Matarazzo, das IRFM, no Brás em São Paulo (Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila, 2001 *apud* Correia, 2008).

Figura 684 - Planta da Vila Maria Matarazzo. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Correia, 2008).

Também destinada aos operários das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) a Vila Maria Matarazzo (figuras 683 e 684), foi edificada ao final da Rua Júlio Ribeiro no Bairro do Brás em São

Paulo, próxima a uma das fábricas do grupo. As unidades geminadas foram construídas com sala, quarto e cozinha, além da instalação sanitária e o tanque no quintal (CORREIA, 2008, p. 92).

No interior do Estado, na cidade de Piracicaba também houve a promoção de vilas patronais formando quadra. A Fábrica de Tecidos Santa Francisca foi a segunda grande casa industrial da cidade, fundada em 1873 e movida pela força hidráulica do Rio Piracicaba. O local onde foi instalada era conhecido como Fazenda Engenho d'Água. Adquirida pelo Barão de Limeira, após sua morte, foi passada por herança ao seu filho, Luiz de Queiroz, que decidiu aproveitar a força hidráulica do rio Piracicaba para construir a tecelagem a partir de 1873 (GUERRINI, 1970 *in*: CACHIONI, 2002, p. 117).

A primeira iniciativa para a instalação da fábrica foi o pedido de concessão para montar uma usina de força¹⁷⁶ no Rio Piracicaba. Na falta de máquinas, o empresário importou o maquinário da Inglaterra. Luiz de Queiroz trouxe para a cidade, técnicos especializados da Bélgica, pois não os encontrou no Brasil¹⁷⁷. Como não havia cultura de algodão disponível, passou a plantar e comprar de outros pequenos produtores, os quais ele incentivou a produzir. Em 1º de julho de 1874 começaram as obras com o lançamento da pedra fundamental. O engenheiro responsável foi o inglês Arthur Drysdem Sterry (Guerrini, 1970; 1985). Em 1876 eram inaugurados os trabalhos de fiação com cinquenta teares de serviço para setenta operários, produzindo 2.400 metros de tecido por dia, o que rendeu fortuna a Luiz de Queiroz (KIEHL, 1976).

Descrições de escrituras dos bens da fábrica Santa Francisca, segundo Balleiras (2003), atestam que Queiroz, enquanto construía a fábrica, também edificou moradias para seus operários em quadra vizinha ao núcleo fabril (figuras 685 e 686). Este conjunto há muito descaracterizado, infelizmente não guardou imagens do início do século XX. A autora afirma que:

“têm-se indícios de construções térreas em filas, dotadas de porão, onde foram empregadas duas técnicas construtivas: a alvenaria de tijolos, nas paredes externas, e internamente, divisórias de pau-a-pique. (...) Em relação à implantação das residências operárias construídas pela fábrica entre 1875 e 1906, sabe-se que ocupavam duas quadras localizadas ao lado da fábrica. A distribuição se dava a partir das margens do rio Piracicaba. Contava com o Palacete e suas construções anexas envolvidas por um grande jardim; logo acima, o conjunto de moradias operárias que se encontravam distribuídas nas quadras formadas pelas ruas Luiz de Queiroz, 13 de Maio, Prudente de Moraes, Rua do Vergueiro” e Rua Antonio Corrêa Barbosa (BALLEIRAS, 2003, p. 220-221).

Das edificações encontradas nas quadras citadas, há duas edificações que provavelmente sejam remanescentes ainda não descaracterizados da vila edificada por Queiroz (figura 685).

Após a decisão de fundar a escola agrícola na fazenda São João da Montanha, Luiz de Queiroz resolveu vender a Fábrica e a residência patronal, concentrando seus esforços em torno da montagem da escola. Em 7 de outubro de 1897, a Santa Francisca foi vendida para o Banco da República

¹⁷⁶ Nesse ano, 1873, Constituição passava a contar com sistema de iluminação pública a querosene, com postes nas principais esquinas do centro. A usina de Luiz de Queiroz foi posteriormente pioneira no abastecimento de energia elétrica em Piracicaba (CACHIONI, 2002, p. 138).

¹⁷⁷ Com aguçada visão empresarial Queiroz instalou uma linha telefônica entre a tecelagem e sua Fazenda Santa Genebra e adquiriu barcos para o transporte fluvial da produção da fábrica. A partir de 1877 por meio dos trilhos da Cia. Itua-na Piracicaba passou a se comunicar com Capivari, Indaiatuba, Jundiá, São Paulo e Santos. No entanto, era a navegação fluvial nos rios Piracicaba e Tietê que a ligava a São Pedro, Dois Córregos e Jaú, na margem direita e Botucatu e Lençóis, à esquerda (KIEHL, 1976).

do Brasil. Em 1902, os bens foram comprados por Rodolpho Miranda e passou a se denominar Fábrica de Tecidos Arethusina. Em 1912, a Fábrica foi novamente vendida, desta vez, para a Sociedade Anônima Manufactora Piracicabana e em 18 de março de 1918 passou a pertencer à Boyes e Cia, sociedade composta pelos irmãos Herbert James Singleton Boyes e Alfred Simeon Boyes, os proprietários da 'Fábrica São Simeão' de papel e embalagem em São Paulo e, da vila conhecida como Vila Boyes e posteriormente, Vila Matarazzo (GUERRINI, 1970).

Figura 685 - Casa na Rua Luiz de Queiroz, 729, provável remanescente da vila operária da Fábrica Santa Francisca (Fonte: DPH IPPLAP).

Figura 686 - Planta da unidade habitacional (reformada) remanescente da vila operária da Fábrica Santa Francisca. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Balleiras, 2003).

Na década de 1930 a então Sociedade Anonyma Boyes promoveu uma nova iniciativa na construção de moradias para os operários da fábrica de tecidos, porém, ao contrário da implantação paulistana, contígua ao núcleo industrial, a Vila Boyes de Piracicaba foi assentada em local distante da área da fábrica. A Vila Boyes de Piracicaba, assim com a vila da capital paulista foi realizada formando quadras, inserida na malha urbana e no alinhamento. Foram erguidas 104 unidades habitacionais (figuras 687 e 688) com medidas em torno de 60m² de área construída em lotes de 80m² distribuídas em oito conjuntos de 13 moradias assentadas em cinco quadras, sendo três delas exclusivas das unidades da vila, voltadas para as travessas com nomes de membros da família Boyes: Alfredo, Alberto e Arthur. O programa das habitações é composto por: sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro interno, além da instalação sanitária no quintal individual.

"Seguiu-se na Vila Boyes, uma tipologia básica, tanto no programa da habitação quanto nas características formais de suas fachadas, proporcionando ao conjunto grande uniformidade. Suas características formais revelam influência Art Déco, estilo que, nas décadas de 1930 e 1940, teve grande prestígio entre os industriais brasileiros e foi utilizado por estes em vários projetos ou reformas de fábricas, em projetos de moradias operárias e de equipamentos coletivos como clubes, cinemas, igrejas, etc." (BALLEIRAS, 2003, p. 229).

A partir da década de 1970, a Cia. Boyes passou a vender as unidades da Vila Boyes, iniciando um processo de descaracterização das casas, com a substituição de esquadrias, abertura de garagens e construção de pavimento superior. Apesar da tentativa em 2011 de preservação dos remanescentes em nível municipal, o processo foi arquivado sem ao menos serem realizados estudos na área.

Figura 687 - Unidade habitacional da Vila Boyes
(Fonte: Correia, 2006).

Figura 688 - Planta da unidade habitacional da Vila Boyes. Desenho: M. Cachioni (Fonte: Balleiras, 2003).

6. Vilas de escala urbana:

Pelo volume da unidade habitacional ou pela complexidade da sua estrutura viária, as vilas de escala urbana se impõem ao nível do espaço da cidade que, sem perder o caráter segregador e desta forma, adquire uma dimensão urbana. Geralmente as vilas patronais eram organizadas em escala urbana, em função de um espaço comum, de caráter privado, fora do alinhamento do bairro (PEREIRA, 1994, p. 521).

A dimensão e o planejamento dos empreendimentos de caráter autônomo traziam frequentemente equipamentos coletivos como: estabelecimentos comerciais, escolas, espaços de convívio e lazer, e igrejas. Esse tipo de vila teve difusão em São Paulo e em várias cidades paulistas como Sorocaba, Salto e Americana, sendo que as instituições construtoras eram na maioria das vezes, as próprias indústrias empregadoras que investiam, alegando a promoção do bem-estar dos seus empregados. Entretanto, os operários pagavam aluguel já descontado na folha de pagamento, configurando um negócio bastante rentável para os patrões paternalistas nas primeiras décadas do século XX. *“Em alguns casos, este sentido paternalista é tão forte que levava os proprietários a construírem no mesmo terreno, embora com a necessária separação, a sua própria residência”*; em outros casos, as vilas eram erguidas por empreiteiros que permaneciam como proprietários (PEREIRA, 1994, p. 521). Em São Paulo, segundo Blay (1985), não se pode tratar de vilas operárias sem fazer referência à Vila Maria Zélia, por se constituir num documento fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano, apesar deste modelo não ter se reproduzido em larga medida. A autora salienta que a Maria Zélia apresenta grande interesse urbanístico, pois concretizou uma das formas possíveis da habitação operária edificadas na capital, num bairro tradicionalmente operário, o Belenzinho. Erguida entre 1916 e 1920, pelo industrial carioca e de origem inglesa Jorge Street¹⁷⁸,

¹⁷⁸ Jorge Street (1863-1938), proprietário da tecelagem e idealizador da vila Maria Zélia foi um dos industriais pioneiros no Brasil, ainda no período de predomínio da economia agrícola. Defendia a implantação da tecelagem considerando que a expansão desta prática criaria mercado para o desenvolvimento da fiação. Produzia juta na Companhia São João e em

proprietário de tecelagens de juta de São Paulo e Rio de Janeiro, a vila centralizava os interesses do empresário. Street construiu o complexo fabril com, além da fábrica: 176 unidades habitacionais, duas escolas, creche, jardim de infância, parque, salão de festas, sede de associação de operários e escoteiros, campo de futebol, igreja, armazém de consumo, restaurante, alojamento para solteiros, gabinete médico e farmácia.

“Confinada no interior de espaço murado, na periferia da cidade, esta vila surgia como um protótipo do cotidiano operário protegido e controlado, postulado por industriais da época. Na vila moravam operários e, em casas maiores, funcionários mais graduados como, por exemplo, um dos médicos contratados pela fábrica para atender no posto de saúde existente. Junto ao prédio que abrigava a administração da fábrica, foi construída ainda uma ampla residência de dois pavimentos destinada ao seu gerente” (CORREIA, 2011).

Paternalista e preocupado com o bem-estar dos funcionários, Street acreditava que seus investimentos retornariam na forma de produção. Na opinião do industrial, *“(...) não há trabalho realmente fecundo sem pelo menos alguma alegria de viver (...)”* (Street, 1937). Eram reprimidas na vila todas as formas espontâneas de diversão, incluindo as brincadeiras infantis, os namoros nas ruas, o consumo de álcool, festas em casa sem permissão e até mesmo a frequência de moças em bailes desacompanhadas das mães (GUNN & CORREIA, 2004, p. 88).

Após a instalação da Vila Maria Zélia (figura 689), Jorge Street demonstra satisfação no depoimento dado a Alfredo Cusano, destacado por Rago (1997), que segue:

“Em redor da fábrica, mandei construir casas para trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual (...) depois de um grande parque com coreto para concertos, são para representações e baile; escola de canto coral e música, um campo de football; uma grande igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida, (...) uma sala de cirurgia modelo e uma grande farmácia (...) uma escola para os filhos de operários e creches para lactantes (...). Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida (...). Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que frequentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo” (CUSANO, 1912 apud RAGO, 1997, p. 178).

501

A vila Maria Zélia foi descrita por Cusano (1912), enfatizando a higiene, o asseio, a ordem e a comodidade das unidades habitacionais e também das escolas e creche: *“(...) são verdadeiros chalés, com seus jardimzinhos floridos e quintalzinhas, água filtrada, luz elétrica e chuveiros. Casinhas que não seriam desprezadas, já não digo pelos operários de outras fábricas, mas por pequenos burgueses, que pagam o quádruplo ou o quántuplo de aluguel, sem ter a graciosa moradia que possuem os afortunados operários da fábrica Maria Zélia”* (CUSANO, 1912 apud GUNN & CORREIA, 2004, p. 87). O cuidado com a conservação das casas era incentivado pela fábrica, por meio de um concurso anual que premiava o jardim mais bonito (GUNN & CORREIA, 2004, p. 88).

1904 comprou a Fábrica Santana, também produtora de juta. Em 1912 fez um grande empréstimo junto a bancos ingleses e comprou a área no Belenzinho, suficientemente grande, em um bairro operário, com abundância de mão-de-obra e água em quantidade necessária a todas as etapas da produção têxtil. Iniciou a construção de sua indústria, mas não chegou a concluir tudo, uma vez que os investimentos foram suspensos com a guerra em 1914. Embora tivesse que enfrentar várias dificuldades de ordem financeira e de produção, o projeto da vila operária é que centralizava os interesses do industrial (Vianna, 2004, p. 18).

Figura 689 - Vista aérea da Vila Maria Zélia no início do século XX (Fonte: www.cultura.sp.gov.br/).

O paternalismo representado pelo Dr. Jorge Street tinha, como um de seus objetivos capitalistas, neutralizar possíveis sentimentos de revolta e estabelecer laços emocionais de dependência. Para tanto, era fundamental atingir uma construção imaginária da sociedade moderna baseada na família nuclear. A casa do operário deveria se constituir como um espaço normalizado de relações estáveis, naturalizadas e assépticas, onde os sentimentos familiares deveriam estreitar os vínculos entre os membros da família. *“A Família! Eis o meio de tornar o operário honesto, laborioso e de afeiçoá-lo à indústria em que coopera. (...) Quer ver como é simples tocar o coração do operário, vencendo com pouco aquele seu instinto de revolta contra a riqueza do patrão”* (MORAES FILHO, 1980 apud RAGO, 1997, p. 179; GUNN & CORREIA, 2004, p. 88).

A Vila Maria Zélia em 1926, foi apontada como exemplo a ser imitado:

“A sociedade de Medicina poderia fazer um apelo aos industriais, no sentido de lhes oferecer vida melhor, como para estabilizá-los, no que lucrará a própria indústria. Seria uma preciosa colaboração que pela sua extensão, necessita da cooperação de todos. Apelo, aliás, perfeitamente justo e realizável, pois a fábrica Maria Zélia oferece aos seus operários, além de outros benefícios, casas perfeitamente higiênicas e confortáveis” (MELLO, s/d apud DECCA, 1983, p. 52).

Jorge Street não conseguiu concluir o projeto completo da fábrica por conta de uma cláusula contratual relacionada com a primeira guerra mundial, a qual suspendia os investimentos de credores ingleses e, também por causa da concorrência desleal do empresário Antonio Penteado, que havia lhe vendido a fábrica original. Com o agravamento de sua situação financeira, parte da vila ficou incompleta. Jorge Street acabou perdendo o complexo industrial para Nicolau Scarpa, o qual após seis anos passou ao Grupo Guinle. Posteriormente, a vila foi transferida ao IAPI e depois ao INPS¹⁷⁹ (BLAY, 1985, p. 241-242).

¹⁷⁹ IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

Os projetos da fábrica (construída em 1913) e de parte da vila Maria Zélia (construída entre 1913 e 1919, exceto os *chalets* de 1920) são atribuídos ao arquiteto francês Paul Pédarieux, conforme Correia (2011). Embora também aponte o arquiteto francês como provável autor do projeto da Vila Maria Zélia, Benclowicz (1989), expõe que o projeto da Fábrica Maria Zélia foi elaborado em Bradford na Inglaterra, em 1912, pela Chas. Hahlo & Sons e, ainda sugere que a vila operária teria se inspirado no núcleo operário de Saltaire¹⁸⁰, erguido pelo industrial têxtil Titus Salt em 1851, abordado na primeira parte desta obra.

Figura 690 - Praça com coreto na Cia. Nacional de Tecidos de Juta (Fonte: Arquivo família Street).

Figura 691 - Cia. Nacional de Tecidos de Juta (Fonte: Arquivo família Street).

Entre a Vila Maria Zélia (figuras 690 e 691) e Saltaire, podem ser localizadas semelhanças no traçado ortogonal das vias e também na concentração espacial dos edifícios de caráter coletivo, observa Correia (2011).

“Há, entretanto, grandes diferenças, tanto em termos da dimensão do conjunto e de seu programa, quanto no que diz respeito à arquitetura. Em Saltaire, a fachada da maioria das construções - inclusive as moradias, a fábrica, a igreja metodista e o hospital - concilia uma sóbria arquitetura de pedra com detalhes do vocabulário românico, usados, sobretudo, no desenho de janelas e portas. Na Maria Zélia, elementos desse vocabulário são identificados apenas na igreja, e com um resultado bem diferente” (CORREIA, 2011).

No Processo de Tombamento da Vila Maria Zélia pelo CONDEPHAAT, Danon (1990) a considera um exemplo único de vila operária do início do século XX, e registro vivo de concepção ideal em expressão arquitetônica e urbanística.

“Do ponto de vista arquitetônico consta de um traçado em malha ortogonal, de inspiração europeia para cidades planejadas e vilas operárias que já existiam desde o fim do século XIX na Europa e que seu idealizador Jorge Street já conhecia. Este traçado é organizado de uma maneira em que cada unidade é o quarteirão tendo um movimento próprio e muita harmonia. Existem quarteirões com casas para famílias maiores ou menores, (...) um quarteirão com casa para solteiros. Existem seis tipos diferentes de projeto de casas criando o repertório necessário para as diferentes necessidades dos operários, adaptando o programa da vila ao próprio programa da indústria, os operários mais graduados tinham outro tipo de casas. Apresentando na prática soluções totalmente maleáveis atendendo a todo o contingente de mão de obra” (DANON, 1990).

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, atual INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

¹⁸⁰ Projetado pelos arquitetos Henry Lockwood e William Mawson, Saltaire foi um núcleo fabril modelo na Inglaterra do século XIX, seja pela amplitude das dimensões e dos serviços oferecidos, seja pela qualidade dos espaços livres e construídos, e pelo requinte da arquitetura produzida (Correia, 2011).

Figura 692 - Edifícios de uso público de frente para uma praça linear na Vila Maria Zélia em São Paulo (Fonte: Arquivo família Street).

Figura 693 - Vista da Vila Maria Zélia em São Paulo (Fonte: Arquivo família Street).

Danon (1990), ao defender a preservação oficial da vila edificada no Belenzinho, a avalia como uma cidade em miniatura, planejada com uma linha de pensamento única resultando num traçado de conjunto urbano formal edificado simultaneamente. *“É uma unidade urbana de características singulares e inovadoras na cidade de São Paulo pela sua concepção de espaço totalmente planejado e com excelentes soluções de inter-relacionamento, interação entre suas unidades residenciais com as de caráter coletivo e uso comunitário”* (DANON, 1990).

Figura 694 - Vista geral da Vila Maria Zélia em 1918 (Fonte: <http://vilamariazelia.wordpress.com/voce-quer-vistar-a-vila/>).

Figura 695 - Vista da Vila Maria Zélia em 1918 (Fonte: Arquivo família Street).

O arranjo espacial da vila foi desenvolvido com uma extensa praça linear na entrada (figuras 692 e 693), para a qual faz frente uma capela católica, acompanhada pelo armazém, loja de tecidos, barbearia, farmácia, clube e restaurante. As escolas e as unidades habitacionais foram dispostas em ruas retas com calçadas, em malha ortogonal, dotada de infraestrutura urbana e canteiros floridos. Correia (2011) considera que os blocos de moradias que configuravam os quarteirões receberam um tratamento formal que integrava as pequenas unidades habitacionais em um elemento construtivo singular, conferindo unidade ao bloco e certa monumentalidade ao conjunto. Os alojamentos para solteiros receberam tratamento formal semelhante (CORREIA, 2011).

Nas unidades habitacionais construídas entre 1913 e 1919 (figuras 694 e 694), há claras evidências de uma elaboração formal de inspiração industrial, afirma Correia (2011). Articuladas nos quarteirões em formato hipodâmico, as unidades habitacionais geminadas da Vila Maria Zélia são dispostas em blocos de duas, três, quatro, seis ou oito casas. Havia unidades em seis diferentes plantas-

tipo (figuras 696 a 701) As casas menores continham: sala, quarto e cozinha, com instalação sanitária no quintal; e as maiores com: sala, dois quartos e cozinha, mais a instalação sanitária no quintal; ou jardim, sala, três quartos e cozinha, com instalação sanitária no quintal; e ainda: jardim, varanda, sala, dois quartos, cozinha e despensa, com instalação sanitária no quintal.

“Nos chalés havia, ainda, uma despensa. Todas dispunham de um pequeno quintal e, em algumas, havia também um jardim muito pequeno. Uma das tipologias implantava, de forma inovadora, a cozinha ao lado da sala, com janela abrindo para a fachada principal da casa. As casas maiores destinavam-se a trabalhadores mais qualificados, com mais tempo de serviço na fábrica ou com famílias maiores. Para solteiros, havia alojamentos: prédio térreo, com 26 apartamentos, salas de estar e jantar, sala de costura, cozinha, sanitários, sala de banho e tanques” (CORREIA, 2011).

Figura 696 - Planta da unidade habitacional tipo A da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

Figura 697 - Planta da unidade habitacional tipo A1 da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

Figura 698 - Planta da unidade habitacional tipo B da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

Figura 699 - Planta da unidade habitacional tipo B1 da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

Figura 700 - Planta da unidade habitacional tipo C da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

Figura 701 - Planta da unidade habitacional tipo D, correspondente ao *chalet* da Vila Maria Zélia. Desenho: M. Cachioni (Fonte: CONDEPHAAT).

A composição das fachadas das unidades habitacionais da Vila Maria Zélia (figura 702) pode ser interpretada como um exemplo de utilização de elementos clássicos reelaborados com motivos ornamentais inspirados no mundo industrial, segundo Correia (2011). *“Nos blocos de casas, há um entablamento onde a cornija desenvolve desenhos geométricos, movimentando as fachadas e delimitando as quinas das quadras, enquanto uma arquitrave estreita delimita um friso onde elementos de decoração reproduzem formas simples. Em alguns momentos, a cornija eleva-se sobre as portas desenhando uma espécie de frontão”*. A autora enfatiza que desenhos sóbrios no revestimento em reboco seguem formas geométricas possivelmente associadas a instrumentos e produtos da indústria moderna:

“quadriláteros sugerem chapas de metal; prismas insinuam a forma de parafusos e suas respectivas porcas; formas circulares sugerem manivelas fixadas por meio de parafusos; linhas paralelas em baixo-relevo junto a estas ‘manivelas’ sugerem as correias que articulam as engrenagens. Em alguns momentos, esses ‘parafusos’ e ‘manivelas’ ocupam, nos pequenos frontões, a posição dos óculos, com lugar central na composição das fachadas. As molduras dos arcos dos alojamentos, ornamentadas com prismas que sugerem grandes parafusos dotados de porcas, parecem tratadas como chapas de metal parafusadas. As chaves dos arcos são representadas por formas que insinuam ‘parafusos’ maiores e suas respectivas porcas, assumindo disposição e formato diferenciados daqueles dos outros quatro ‘parafusos’ que ‘prendem’ a moldura” (Correia, 2011).

Além das tipologias acima citadas, foram construídas a partir de 1920 (figura 673), segundo Correia (2011), unidades seguindo duas outras tipologias¹⁸¹.

¹⁸¹ Os prédios da Vila Maria Zélia foram edificados com alvenaria de tijolo revestido com cimento e pó de pedra. Na maioria das casas, utilizaram-se telhas planas de cimento amianto, importadas da Inglaterra, com aparência semelhante a telhas de ardósia. No Memorial descritivo dos chalés, de 1920, informa-se que serão usadas telhas de barro do tipo Marselha, que todos os cômodos - exceto cozinha e despensa - terão forro de madeira, e que o piso será de madeira ou - nas áreas ‘molhadas’ - de ladrilho de cimento (Correia, 2011).

“Uma delas compõe-se de casas geminadas em blocos, com porta e janela na fachada. Dotadas de platibanda, cornija, molduras em torno dos vãos e com rusticação estilizada da alvenaria obtida por meio de linhas paralelas em baixo-relevo, a composição dessas casas aproxima-se da empregada nos prédios das escolas, do armazém e do restaurante. Outra tipologia presente diz respeito a um grupo de pequenos chalés, dotados de alpendre, sala, dois quartos, cozinha e sanitário. Suas fachadas, destituídas de ornatos, deslocam a busca de efeitos estéticos para a composição volumétrica, obtida pela junção de um pórtico ao corpo principal da casa” (Correia, 2011).

Figura 702 - Casa 43 da Vila Maria Zélia. (Fonte: <http://diretodoquarto.blogspot.com.br/>).

Figura 703 - *Chalet* da Vila Maria Zélia edificado a partir de 1920 (Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/fotos>).

No decorrer do século XX, as unidades (figuras 704 e 705) foram vendidas aos antigos operários, os quais passaram a reformar e demolir sistematicamente as casas, desconfigurando de maneira irreversível o conjunto edificado. Apesar do tombamento, a ausência de consciência do valor histórico, aliada à falta de fiscalização efetiva, a preservação legal não significou, para a Vila Maria Zélia, uma ação concreta de conservação.

Figura 704 - Rua da Vila Maria Zélia (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 705 - Rua 6 da Vila Maria Zélia no Belenzinho em São Paulo (Fonte: Arquivo família Street).

Também na zona leste de São Paulo e próxima à Vila Maria Zélia, do lado oposto do leito do Rio Tietê, a Fábrica de Vidros Nadir Figueiredo instalou-se na Vila Guilherme em área de 30 mil m². A fábrica construiu uma vila operária com 189 unidades habitacionais para parte de seus mais de

2.000 funcionários em quadra anexa ao núcleo fabril, entre as Ruas João Veloso Filho e Eugenio de Freitas. Construída no início dos anos 1950 com financiamento do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), era composta por 16 blocos em tamanhos variados, com casas tipo apartamento no térreo e no superior, alugadas aos funcionários. As unidades se constituem de: sala; um, dois ou três dormitórios; cozinha e banheiro. No espaço posterior aos blocos fica situada a área de serviço e um tipo de quintal comum. Originalmente, além das casas, o conjunto contava com uma escola primária, um campo de futebol e também um lago, este já desaparecido (BLAY, 1985, p. 282).

Quanto à localização da Vila Nadir Figueiredo (figuras 706 e 707), Blay (1985) destaca que por conta da proximidade com o Rio Tietê, sua área era alagável em períodos de chuvas. Quando de sua construção, a fábrica e sua vila eram consideradas extremamente distantes do centro de São Paulo, e seus moradores contavam, como os da Vila Maria Zélia, com serviços precários de transportes coletivos. Trabalhadores da fábrica que não residiam na vila tinham que andar a pé durante uma hora, para chegar ao local de trabalho. *“Devido a esses entraves, certamente, os terrenos tinham preço muito baixo, compensador para a compra de uma área de 30.000 m². O ‘sacrifício’ para chegar até a fábrica ficava por conta do trabalhador. Para o empreendedor, havia esta margem extra de lucro”* (BLAY, 1985, p. 296).

508

Figura 706 - Vila Nadir Figueiredo (Fonte: Blay, 1985).

Figura 707 - Vila Nadir Figueiredo em 2010
(Fonte: <https://maps.google.com.br/>).

Com a construção da ponte na Vila Maria e da marginal do Tietê, as terras da Fábrica se valorizaram. Parte da vila foi demolida e seu terreno vendido para a construção de dois hipermercados. Os blocos remanescentes encontram-se habitados e em razoável estado de conservação e originalidade.

A iniciativa de promoção de habitação operária por parte do empresário Nadir Dias de Figueiredo é considerada por Blay (1985) bastante diversa de empresários paternalistas, como Jorge Street. Figueiredo, um empresário brasileiro, fundou uma empresa familiar na qual trabalhou até seu falecimento com 92 anos. Atuou na Federação das Indústrias de São Paulo e teve destacado seu talento para enfrentar crises, com uma estratégia de ‘sobrevivência e crescimento’, que consistia na compra de terrenos, quando os negócios iam bem, e de empresas em dificuldades financeiras. Construí-

iu um forte grupo financeiro deixando de lado a questão da força de trabalho usada para a acumulação (BLAY, 1985, p. 283).

Outro empreendimento destacado em São Paulo na promoção de unidades habitacionais em escala urbana destinadas aos operários partiu da Indústria Guilherme Giorgi¹⁸². O cotonifício da empresa transferiu-se na década de 1940, do Belém para a gleba de 14km² que ficou conhecida como Jardim Têxtil (também denominado como Vila Carrão), no distrito de Vila Formosa. Segundo Blay (1985), na época de sua implantação a área era desprovida de serviços urbanos essenciais como, água, luz, esgotos e vias públicas, e era servida por meios precários de transporte que obrigavam os operários a caminhar cerca de 1km pelo mato para chegar à fábrica (BLAY, 1985, p. 297).

Uma gleba de terra que equivalia à da indústria foi destinada para a construção de moradias aos operários, em sete ruas com cinco quadras (figuras 708 e 709). Blay (1985) informa que foram edificadas 104 unidades habitacionais com tamanhos, modelos e padrões muito diferentes: *“as localizadas na Av. Guilherme Giorgi são amplas, cerca de 100m², com jardim, quintal, e foram alugadas para funcionários de nível mais alto. (...) Nas ruas transversais, as casas têm um padrão inferior, são menores, não dispõem de água encanada e o banheiro é externo”* (BLAY, 1985, p. 298).

Além das habitações, foi construída na área da vila uma escola estadual onde também estudavam crianças e adolescentes do bairro. Uma das casas foi alugada ao governo estadual para a instalação de um posto de saúde. A empresa também oferecia em seu próprio terreno um parque infantil e uma sede social onde eram promovidos bailes mediante pagamento de ingresso. Havia também um time de futebol, já extinto (BLAY, 1985, p. 299; 300).

509

Figura 708 - Vila Guilherme Giorgi
(Foto: Antonio Carlos D'Ávila *apud* Blay, 1985).

Figura 709 - Casas da Vila Guilherme Giorgi
(Foto: Antonio Carlos D'Ávila *apud* Blay, 1985).

A vila operária da Guilherme Giorgi, segundo Blay (1985), *“não tem nada a ver com as antigas vilas operárias do início do século (XX), se analisada do ponto de vista arquitetônico. Neste sentido é quase um loteamento de casas populares. Mas do ponto de vista sociológico, face à interferência que a casa provoca nas relações de produção, ela se assemelha às antigas vilas operárias. Seus muros são reais, embora não sejam concretos”* (BLAY, 1985, p. 303).

¹⁸² O imigrante italiano Guilherme Giorgi imigrou para o Brasil em 1879, acompanhado de um irmão que era construtor. Instalou em São Paulo uma pequena tecelagem que produzia tecidos finos como gobelinas e damascos, que não eram fabricados no país, até então. A empresa se desenvolveu e suas propriedades se ampliaram. Posteriormente formou-se em Engenharia. Após sua morte em 1936. Seus herdeiros expandiram e diversificaram os negócios com produção de açúcar, embalagem agropecuária e materiais de construção (Blay, 1985, p. 297).

Atualmente a vila encontra-se irreconhecível, pois a maioria das unidades originais foi demolida no decorrer dos anos. Na quadra de frente para a Av. Guilherme Giorgi, onde se encontravam as casas destinadas às chefias, atualmente há um condomínio vertical e casas comerciais.

Figura 710 - Casas da vila operária da Cia. de Fiação e Tecelagem São Martinho em Tatuí
(Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila, 2001).

Figura 711 - Casas da vila operária da Cia. de Fiação e Tecelagem São Martinho em Tatuí
(Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila, 2001).

No interior do Estado, na cidade de Tatuí, destaca-se a iniciativa de promoção de unidades habitacionais por parte da Cia. de Fiação e Tecelagem São Martinho, fundada em 1881. Correia (2008) apresenta que uma matéria de 1885 em 'O Auxiliador da Indústria Nacional' informava que a fábrica contava com 124 operários (O Auxiliador da Indústria Nacional, jan. 1885. p. 5). Em 1901 Bandeira Júnior referia-se à existência de uma farmácia e de médico mantidos pela fábrica São Martinho, para seus operários (BANDEIRA JÚNIOR, 1901 *apud* CORREIA, 2008).

A São Martinho construiu unidades habitacionais (figuras 710 e 711) para operários e dirigentes em volta das instalações industriais, como também farmácia, armazém de mantimentos e escola. O conjunto em escala urbana (figura 712) congrega cerca de 60 casas geminadas e três casas maiores destinadas às chefias, denotando a posição hierárquica dos moradores. Além das habitações dos funcionários, a imensa residência do industrial, de dois pavimentos sobre porão e cercada de jardins, ocupa um terreno elevado em frente à fábrica, adotando uma posição panóptica em relação às instalações industriais e à vila operária, segundo Correia (2008).

As unidades habitacionais destinadas aos operários são térreas e dispostas em carreira, sem recuo frontal ou lateral, numa implantação que remete à arquitetura colonial, avalia Correia (2008). As fachadas foram desenvolvidas com uma ou duas janelas, revestidas de argamassa e, quase totalmente destituídas de ornamentação, contrastando com as casas dos chefes e com a farta decoração da casa do proprietário. As plantas apresentam duas diferentes conformações (figuras 713 e 714), com: sala, alcova, cozinha, instalação sanitária nos fundos e quintal; ou mais amplas, com: sala, dormitório, duas alcovas, copa, cozinha, banheiro interno, lavanderia e quintal (Balleiras, 2003, p. 237). *"Nelas o vocabulário é radicalmente simplificado, a ponto de ser difícil reconhecer um viés clássico nas cimalthas modestas e nas pilastras reduzidas a um elemento em alto relevo que delimitam a fachada de cada moradia do conjunto"* (CORREIA, 2008).

Figura 712 - Implantação da Fábrica São Martinho, sua vila operária e casas de proprietário e gerentes em Tatuí (Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila - desenho feito com base em imagem publicada em Balleiras, 2003).

0 1 2 5 m
Planta

Figura 713 - Casas da vila operária da Cia. de Fiação e Tecelagem São Martinho em Tatuí. Desenho: M. Cachi-
oni (Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila - desenho - Ballei-
ras, 2003).

0 1 2 5 m
Planta

Figura 714 - Casas da vila operária da Cia. de Fiação e Tecelagem São Martinho em Tatuí. (Fonte: Acervo da pesquisa Nuvila - desenho feito com base em imagens publicadas em Balleiras, 2003).

Também no interior do Estado, em Sorocaba, duas fábricas de tecidos foram abertas em 1890, ambas distantes do centro urbano: a Votorantim e a Santa Rosália. Segundo Massari e Medrano (2007) apesar de distintas, as indústrias têxteis de Sorocaba apresentavam grandes estruturas fabris com fachadas em alvenaria aparente inspiradas na arquitetura industrial inglesa. Também ofereciam vilas operárias, consideradas 'verdadeiras cidades em ponto reduzido' as quais proporcionavam alguns benefícios aos operários (FRIOLI, 2003 *in*: MASSARI E MEDRANO, 2007).

A Fábrica Santa Rosália (figura 715) foi uma das primeiras instalações fabris de Sorocaba, constituída pela sociedade entre George Oetterer e seu genro Frank Speers, com capitais do conselheiro Francisco de Paula Mayrinky e de um grupo proveniente do Rio de Janeiro. Massari e Medrano

(2007) consideram a administração de Oetterer e Speers notável, já que em 1914 a Santa Rosália contava com:

“um ramal da E.F. Sorocabana, 30.168 fusos, 625 teares e 60 cardas, um capital de 3.200.000\$000, 840 operários de ambos os sexos e uma produção mensal de 100.000 metros de algodãozinho, o que consumia 80.000 kg de algodão (quase todo cultivado no próprio município)”. Segundo Bonadio (2004): “A empresa (...) esbarrou numa dificuldade inesperada. O empresário inglês tivera quatro filhos homens, aos quais preparou para sucedê-lo. De modo surpreendente, todos morreram antes de alcançar quarenta anos de idade. Assim, na velhice, ele se viu na contingência de retomar a atividade à frente das fábricas e cuidar das noras e dos netos. Seus descendentes negociaram a CNE com Severino Pereira da Silva” (BONADIO, 2004 apud MASSARI e MEDRANO, 2007).

Em 1940 a Fábrica de Tecidos Santa Rosália e a CNE - Companhia Nacional de Estamparia, que havia conquistado o controle acionário da empresa, passaram o domínio para Severino Pereira da Silva, empresário de origem pernambucana que já havia desenvolvido iniciativas empresariais no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (WERNECK, 1950 *in*: MASSARI e MEDRANO, 2007).

Figura 715 - Fábrica de Tecidos Santa Rosália em 1924 (Foto: Pedro Neves dos Santos *apud* Frioli, 2003).

Figura 716 - Vista da Rua São Francisco na Vila original da Santa Rosália (Fonte: Fiorotto Filho, 2009 *apud* Massari, 2011).

A primeira vila operária da Santa Rosália (figura 716) foi construída em 1895, pouco depois da fundação da fábrica, com 270 unidades habitacionais, já contando com a Praça Pio XII e a Igreja da Congregação Mariana. O ‘Almanach Illustrado de Sorocaba’ de 1914 traz uma breve descrição do conjunto, já demolido:

*“(...) á esquerda do Rio Sorocaba, a Villa Santa Rosalia, com a pitoresca casaria uniforme, alinhada em ruas direitas e bem conservadas, ostentando no plano principal a sua grande fabrica de tecidos. De construção moderna e hygienica, a Villa Santa Rosália, que representa em si a eloquencia do progresso, progride dia a dia, afim de abrigar as centenas de operarios que impulsionam a industria com o seu trabalho valioso; aquelles grupos de habitações, modestas ruas que agradam á vista, resumem, juntamente com o edificio da maquinaria, a garantia de uma vida sem grandes preocupações a muitas familias, ás quaes a lucta pela existencia se tornou menos pezada, graças á iniciativa do capitalista benemerito. (...) A villa, annexa a esta, é organizada de 270 casas, escolas publicas, consultorio medico, armazem, casa de diversões, etc., sendo magnifica a sua illuminação electrica e perfeito o serviço encanamento de agua. A energia electrica para a illuminação da villa, bem como para a movimentação da fabrica, que possui 11 motores com um total de 1230 H. P. é fornecida pela São Paulo Electric Company” (Almanach Illustrado de Sorocaba de 1914, p. 52 *apud* CARMO, s.d.).*

Outro aspecto revelado pela imprensa local é que, na época, *“qualquer capitalista adquiria uma área de terreno, junto ou afastado do perímetro da cidade e nela levantava, a seu bel-prazer, não só um estabelecimento de indústria, como também um agrupamento de casas que aluga aos seus operários”*, não tendo esses estabelecimentos nenhum controle por parte do governo para a fiscalização, mas tendo como uma referência o progresso da cidade (‘O Operário’ 09/01/1910 *apud* CARMO, s.d.).

Apesar da informação do ‘Almanach Ilustrado’ sobre o abastecimento de água encanada, Massari (2011) afirma que nem todas as unidades habitacionais possuíam o benefício e cita que as casas da Rua São Francisco contavam com um tanque no canteiro central da via para abastecimento. As unidades habitacionais também não contavam com energia elétrica. As instalações sanitárias eram situadas no quintal, e por falta de coleta de esgoto, os moradores tinham que construir fossa. As ruas da vila também não eram pavimentadas (MASSARI, 2011, p. 56).

Quando da compra da Fábrica pelo grupo CNE foram construídos na Vila Santa Rosália: grupo escolar, creche vizinha à fábrica (para possibilitar que as mães amamentassem os filhos a cada quatro horas), grupo musical (banda da Companhia), refeitório, consultório médico e armazéns (loja de armarinhos e açougue). A partir da aquisição da fábrica por Severino Pereira da Silva em 1940, foram realizadas diversas transformações na vila, como: implantação da rede de esgoto, construção de 399 novas casas, escola maternal, ginásio, Fortaleza Clube e estádio, em 1942; Hospital São Severino e Escola SENAI, em 1943, além da remodelação da Praça Pio XII. Na década de 1950, Pereira da Silva decidiu por um ambicioso projeto imobiliário¹⁸³ para os arredores da Fábrica Santa Rosália e de sua vila operária - o Jardim Santa Rosália (figura 718), um bairro com mais de 300 casas de três dormitórios, em ruas asfaltadas, destinadas a famílias de classe média. Com este empreendimento, a primeira vila operária foi demolida (figura 717). No decorrer dos anos, as unidades habitacionais da segunda vila foram demolidas ou completamente descaracterizadas, sendo que poucas ainda conservam algum vestígio original (MASSARI e MEDRANO, 2007).

Os registros da primeira vila operária da Santa Rosália são infelizmente insuficientes para análises mais profundas, tendo em vista o seu desaparecimento na primeira metade do século XX. No entanto, a influência da formação das vilas operárias desta empresa como definidoras de um bairro na cidade de Sorocaba merece destaque, não apenas por terem originado o bairro, mas também pela transformação do perfil socioeconômico desencadeado neste território, que passou a ser procurado para a edificação de residência de padrão mais elevado.

Também sediado na região de Sorocaba, o Grupo Votorantim se destaca pelo volume de unidades habitacionais que construiu para seus operários e também pelo porte de vários dos núcleos fabris que edificou. Segundo Correia (2010) a Votorantim ergueu núcleos fabris e vilas operárias em vá-

¹⁸³ Segundo Bonadio (2004) a presença constante em atividades alheias à produção e venda de tecidos tornou-se um dos obstáculos que a empresa enfrentaria depois de 1964, quando o governo federal passou a considerar um contrassenso que um grupo dotado de tão grande patrimônio possuisse pouca liquidez. Assim, as casas e os terrenos disponíveis foram postos à venda. Posteriormente, a crise ocasionada pela abertura do mercado brasileiro às importações, no governo Collor, truncou o projeto da empresa, que após a aquisição de várias antigas tecelagens no interior paulista, tinha a pretensão de modernizá-las, para tomar a dianteira do mercado têxtil brasileiro. Em 2007 apenas a Fábrica São Paulo continuava operando, atendendo serviços de terceiros (Bonadio, 2004 *apud* Massari e Medrano, 2007).

rios estados do Brasil, como: Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além de São Paulo. Em solo paulista, o grupo edificou mais de 1.800 unidades habitacionais e diversos equipamentos sociais, sobretudo, entre a última década do século XIX e meados do século XX (CORREIA, 2010, p. 5).

O núcleo fabril da Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim (figuras 721, 722, 725 e 726), em Votorantim (originalmente Sorocaba), incluiu além das cerca de 600 unidades habitacionais, teatro, clubes, hospital, escolas, creche, igreja e armazém de consumo. Fundada em 1892, já em 1895, a fábrica estava instalada em amplos galpões construídos em alvenaria aparente e, nas primeiras décadas do século XX foram sendo construídos sucessivamente novos edifícios. Em 1914, a empresa contava com mais de 1200 operários, e seu núcleo fabril¹⁸⁴ incluía:

“casas para operarios, em numero de 420, servidas por agua encanada e exgottos; 4 prédios nos quaes funcçionam escolas publicas mixtas; um theatro, pequeno e elegante edificio, de gosto moderno; um coreto; casa de residencia do gerente; 3 grandes edificios tendo varias galerias e salas, nas quaes estão installadas as machinas e dynamos; escriptorio da administração, almo-xarifado, depositos de tintas, sães, drogas; dois grandes armazens particulares, destinados ao abastecimento da população operaria; agencia do correio; posto policial; matadouro, estação da via férrea, etc” (WERNECK, 1914 *apud* CORREIA, 2011).

Entre o final do século XIX e a década de 1940, a empresa criou e ampliou um núcleo fabril junto às suas instalações, na área rural no então distrito de Votorantim do município de Sorocaba, onde foram construídas outras duas vilas operárias: a Vila Santa Helena (figuras 719 e 720), da Fábrica de Cimento Votorantim (Votoran) em 1936, com cerca de 250 casas, igreja, escola, cinema e clube (demolidas na década de 1990, restando apenas a igreja); e também a Vila Votocel, da fábrica Votocel inaugurada em 1948, contendo cerca de 120 unidades habitacionais, duas escolas, armazém de abastecimento, clube e igreja (CORREIA, 2010, p. 5; CORREIA, 2011).

514

Figura 717 - Antigo perímetro da Fábrica Santa Rosália (Planta da cidade de Sorocaba de 1962. Acervo Gilberto Tenor *apud* Massari, 2011).

Figura 718 - Jardim Santa Rosália com as casas recém construídas na Avenida Pereira da Silva na década de 1950 (Fonte: IHGG5 *apud* Massari, 2011).

¹⁸⁴ O conjunto de construções erguido pela fábrica, desde o final do século XIX até a década de 1920, tem como elemento unificador o uso da alvenaria aparente. Recobrimdo quase a totalidade das construções durante este período, com pequenas exceções como a igreja de São João, o material integra e demarca os domínios da empresa. As instalações industriais ocupavam galpões térreos de grandes proporções, dotados de platibanda e amplas vidraças, decorados com ornamentos em *brickwork*, junto aos quais eram elevadas chaminés e uma torre (Correia, 2011).

Figura 719 - Casas para técnicos especializados da Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim, em Votorantim (Foto: Philip Gunn, 2002).

Figura 720 - Vila Santa Helena em Votorantim (Fonte: Acervo fotográfico da família de Janete Aparecida Santos).

Nas unidades habitacionais em Votorantim, a presença de ornamentação demonstra a posição do morador na hierarquia fabril. Segundo Correia (2011), a residência patronal é:

“um prédio de dois pavimentos, cercado de jardins, que, mantendo o tijolo aparente que na época recobria as construções do conjunto, tem forma e tratamento decorativo assinalando sutilmente sua primazia sobre as demais moradias. (...) As casas destinadas aos chefes - térreas e cercadas por jardim - também são dotadas de pilastras e adornadas com frisos em brickwork, embora nelas a decoração apareça em menor profusão do que na moradia do industrial” (CORREIA, 2011).

Figura 721 - Casas para operários erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim, em Votorantim (Fonte: Arquivo Paulo Roberto Carbone).

Figura 722 - Casas para operários erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim, em Votorantim (Foto: Philip Gunn, 2002).

Ainda no Estado de São Paulo e próximo à Sorocaba, a Votorantim criou um núcleo fabril junto à Companhia Brasileira de Alumínio, na década de 1940, com cerca de 440 casas (figura 724), igreja, escolas, clube, posto de saúde e armazém de consumo, o qual deu origem ao município de Alumínio. Em Jacareí, a empresa criou um núcleo fabril com cerca de 40 casas, escola, praça de esportes, cooperativa de abastecimento e clube junto à Indústria de Papel Simão. Recentemente, em 1990, o grupo empresarial construiu a vila operária com 250 casas e um clube para a Celpav Votorantim Celulose e Papel em Luis Antônio.

Figura 723 - Vila Nitro Química em São Miguel Paulista (Fonte: <http://felipegodoy.wordpress.com/sao-miguel-paulista/>)

Figura 724 - Vila da Cia. Brasileira de Alumínio em 2001 (Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

Figura 725 - Vila da Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim em 2001 (Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

Figura 726 - Vila da Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim em 2001 (Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

516

A ação do Grupo Votorantim demonstra uma tendência geral de implantação de vilas residenciais para seus empregados fora de grandes cidades, segundo Correia (2010). A exceção ocorre na cidade de São Paulo, onde a Votorantim construiu duas vilas para os funcionários da Companhia Nitro-Química Brasileira, fundada em 1935, em São Miguel Paulista. Na Vila Americana (destinada a técnicos da Tubize Chatillon) e na Vila Nitro Química (destinada a gerentes, técnicos e operários qualificados), também se disponibilizava um conjunto de serviços e equipamentos coletivos que incluía hospital, berçário, grupo escolar, cooperativa de consumo, farmácia, clube e uma escola Senai (Correia, 2010, p. 5-6). As unidades habitacionais da Vila Nitro Química (figura 723) foram edificadas geminadas e enfileiradas com: sala, três dormitórios, cozinha, banheiro, área de serviço com lavanderia, quintal e garagem.

Na cidade de Americana há outro importante exemplo de um bairro constituído por vilas operárias dentro de um complexo fabril formando uma cidadela conhecida como Vila Carioba (figuras 727 e 728). Havia neste local uma tecelagem instalada em 1875 por Antonio e Augusto de Souza Queiroz e William Putney Ralston com a finalidade de fabricar tecidos para vestir escravos, e também sacas para embalar café e cereais produzidos pela fazenda onde se instalara a fábrica. Após a venda aos irmãos Jorge e Clement Wilmot, a propriedade passou para o Banco do Brasil em razão das dívidas dos proprietários, até que em 1901 foi adquirida em leilão pelo Comendador Franz Müller, seu irmão Hermann Müller e o inglês Rawlinson. Foi reativada a indústria no ano seguinte, chegando em pouco tempo, a empregar 1.200 operários (BERTALIA, 1999, p.31).

Figura 727 - Vista aérea de Carioba em Americana
(Fonte: <http://clubesamadoresdofutebolpaulista.blogspot.com.br/>).

Figura 728 - Vista da Carioba em Americana
(Fonte: Arquivo Liberal *apud* <http://americanahistorica.blogspot.com.br/>).

A organização espacial do núcleo fabril de Carioba foi determinada pelas condições topográficas do local, intensificada no início do século XX. Balleiras (2003) acredita que a ocupação de Carioba guarda semelhanças com um tipo de assentamento alemão conhecido como Strassendorf, comum na região da Vestfália, vizinha de Brunswick, de onde partiu a família Müller. *“Trata-se de uma forma de ocupação organizada em torno de uma rua principal, na qual as casas, com pequenos ‘sítios’ ou ‘weller’, compostos por pequenas hortas e pomares, se distribuíram de ambos os lados. Embora se possa considerar que a ocupação de Carioba tenha se dado através de uma rua principal, como no ‘strassendorf’, as características topográficas do sítio eram bastante favoráveis para a forma de ocupação que se configurou ao longo do tempo”* (BALLEIRAS, 204-205). A autora reconhece, entretanto, que no período colonial brasileiro eram comuns os assentamentos estruturados no decorrer de uma rua principal. No caso de Carioba, a rua principal media cerca de 1.200 metros de extensão, e nela estavam localizados os edifícios de uso coletivo e quase todas as unidades habitacionais. Uma hierarquia formal distinguia o espaço do trabalho e as residências patronais das demais moradias operárias.

“Na década de 1940, sob a administração Abdalla, a expansão do núcleo de Carioba se deu um pouco diferente da forma linear predominante do período anterior. Trata-se da área onde foi construída a capela pelos operários de origem italiana, na qual se formou um assentamento de casas operárias, organizadas em torno do largo da igreja. Paralelamente a este espaço formou-se uma rua secundária (Rua das Cabras) cercada de casas de ambos os lados que desembocava na rua principal” (BALLEIRAS, 204-205; 213).

A ocupação da área partiu provavelmente dos edifícios fabris, localizados na várzea em direção à estrada que ligava o núcleo fabril à Americana, como também às colônias de cultivo de algodão nas proximidades. Clement Wilmot construiu em cota superior em relação à planta fabril a residência patronal com algumas unidades habitacionais destinadas aos operários em seu entorno.

“Logo acima desta área se configurou a rua principal, acompanhando o desenho curvilíneo formado pelo ribeirão Quilombo, onde foram sendo construídas, de forma intercalada, as habitações para os funcionários graduados e para os operários. A tipologia destas casas e suas diferentes formas de implantação apresentaram-se como forma de distinção e estratificação social e de trabalho no núcleo. Desta forma as casas destinadas aos funcionários graduados eram sempre de maiores dimensões, quase sempre isoladas no lote e, às vezes, se organizaram em dois pavimentos” (BALLEIRAS, 2003, p. 205).

O bairro (figuras 729 e 730), segundo Bertalia (1999), além das casas e benfeitorias possuía um hotel para visitantes e comerciantes que mantinham relações comerciais com as indústrias. Contava também com um armazém de secos e molhados e um bar e mercearia.

“Havia ainda duas barbearias, padaria, farmácia, açougue, alfaiataria, loja de tecidos de fabricação própria, loja e consertos de calçados, coreto para banda musical, conjunto musical ‘jazz band’, capela do padroeiro São João Batista, presépio, grupo escolar de ótima qualidade, com serviços dentários, o Clube Recreativo Esportivo Carioba, (com uma riquíssima biblioteca), Clube de regatas e natação parque São Francisco (poça), campo de futebol, sala de cinema para aproximadamente 400 pessoas, quitanda, bar, banca de revista e a Fazenda Salto Grande” (BERTALIA, 1999, p. 66).

Figura 729 - Carioba entre 1910 e 1920. À esquerda vê-se a fábrica, ao centro, a entrada desta e, à direita, a vila operária (Fonte: O.R. Quaas Phot. Coleção Carioba / Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp).

Figura 730 - Casas da Vila Carioba em 1910 (Fonte: O.R. Quaas Phot. Coleção Carioba / Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp).

518

Uma descrição de Caldeira (1930) relata a existência, na época, de 250 prédios *“notando-se em todos elles o maior esmero de construção”* (Caldeira, 1930). Foram edificadas na vila Carioba em torno de 400 unidades habitacionais em diferentes períodos e diversas tipologias com variado dimensionamento, entre outras edificações de serviços, das quais apenas duas edificações permaneceram. Segundo Balleiras (2003) *“as primeiras casas eram isoladas, depois vieram os pequenos conjuntos de casas em fileira, cuja tipologia remete à tradição de construção colonial brasileira - ‘porta e janela’.* As casas em fileira tinham estreitos e profundos lotes, os telhados eram em duas águas, com inclinação para frente e para os fundos” (BALLEIRAS, 2003, p. 204). A autora identificou três períodos construtivos em Carioba analisando a implantação do conjunto e a configuração de algumas construções de acordo com as diferentes etapas administrativas da empresa: entre 1875 e 1901, referente às construções realizadas por Clemente Wilmont; entre 1901 e 1944, as edificações promovidas pela família Müller; e entre 1944 e 1977, as demais construídas pela família Abdalla (BALLEIRAS, 2003, p. 205).

As unidades habitacionais da Vila Carioba eram cedidas aos operários e contavam com energia elétrica, água encanada e esgoto, sem cobrança de aluguel e as taxas de consumo. As ruas eram asfaltadas, e as calçadas tinham ladrilhos desenhados e eram arborizadas e iluminadas; os jardins das casas tinham cercas de madeira (BERTALIA, 1999, p. 65).

Figura 731 - Vila Carioba em Americana (Fonte: Bertalia, 1999).

Figura 732 - Vila Carioba em Americana (Fonte: Bertalia, 1999).

A maioria das unidades era térrea e disposta em carreira (figuras 731 e 732), apresentando um recuo frontal que proporcionava um jardim. Balleiras (2003) afirma que as unidades possuíam grandes quintais onde os moradores podiam cultivar horta, pomar e criar porcos e galinhas. A autora observa que de acordo com imagens registradas na década de 1910, as unidades habitacionais apresentavam alvenaria aparente, com as aberturas de portas e janelas arrematadas em tijolos formando arcos, semelhantes às moradias de pedreiros italianos da região de Americana. *“Assim, pode-se dizer que as primeiras casas construídas pelo inglês Wilmot, até 1896, acompanhavam a tipologia do edifício fabril ‘inglês’ de alvenaria aparente aliado ao saber fazer dos ‘colonos italianos locais’”*. A exceção ocorre nas edificações promovidas pelos Müller, a partir de 1903, com paredes de alvenaria revestida, *“cujas construção também esteve aliada ao saber-fazer dos ‘colonos italianos locais’”* que apresentam elementos construtivos da cultura alemã (BALLEIRAS, 2003, p. 209).

Quanto ao programa desenvolvido nas unidades habitacionais, Balleiras (2003) afirma que variava de acordo com a posição do funcionário na fábrica e também com o número de membros da família (figura 733). As casas mais simples foram construídas na rua da Represa com: sala, dois a três dormitórios, copa e cozinha, além de uma varanda denominada como ‘rancho’ e das instalações sanitárias e de serviços no quintal. As unidades localizadas na rua das Cabras eram construídas com maiores dimensões contendo: sala, dois dormitórios e cozinha, além do ‘rancho’ onde se localizava o fogão a lenha e, das instalações sanitárias e de serviços no quintal (BALLEIRAS, 2003, p. 213).

Os projetos das unidades habitacionais, conforme relata Balleiras (2003), seguiam provavelmente uma planta básica de caráter modulado, podendo receber acréscimos para atender às necessidades das famílias maiores.

“(...) quando um operário treinado se casava, o comendador Müller lhe oferecia uma casa pequena, embora com os ‘alicerces’ preparados para a ampliação, assim que tivessem filhos e, se o número de filhos crescesse, ‘eram ampliados os cômodos de dormir, principalmente se fossem de sexo diferente’. Esta atitude do empresário revela uma ideia de separação dos corpos que esteve presente nos discursos ‘moralistas’ e de técnicos e higienistas, desde o final do século XIX” (BALLEIRAS, 2003, p. 213).

Na década de 1940, segundo Balleiras (2003):

“a administração Abdalla construiu novas casas que mantinham o padrão praticado, até então, nas casas térreas, em fileira, com o acréscimo de alguns outros elementos, como a varanda coberta fazendo a ligação ente o jardim frontal e a sala. Identificou-se que os operários chamavam

de 'modelo americano', se referindo às casas com varanda coberta por laje plana, em concreto, e os telhados de várias águas. A partir da década de 1950, os novos proprietários construíram algumas residências patronais que se encontram localizadas na área periférica do núcleo, ou seja, isoladas da vila operária" (BALLEIRAS, 2003, p. 216).

520

Figura 733: Reconstituição de plantas de unidades habitacionais da Vila Carioba com base em depoimento dos ex-moradores Odival e Sonia Bergandini (Fonte: Balleiras, 2003).

Quando da tentativa não configurada de tombamento da Carioba pelo CONDEPHAAT, no início dos anos 1980, seus proprietários demoliram praticamente o bairro por completo, destruindo parte importante do testemunho da formação das vilas operárias paulistas.

Em São José dos Campos, a Tecelagem Parahyba construiu unidades habitacionais para diretores, técnicos, operários e trabalhadores rurais, desde sua fundação em 1925, com projeto e responsabilidade técnica de O. de Carvalho. Além da 'Vila Velha' (figuras 734, 735 e 736) construída em 1925 com 26 unidades, a empresa também construiu, nas décadas de 1930 e 1940, novos conjuntos que formaram a 'Vila Nova' (figura 737), e nas imediações da fábrica, também se dispunham casas isoladas. A empresa, segundo Santos (2006), usava como estratégia, a satisfação das necessidades ampliadas de reprodução da força de trabalho, oferecendo serviços de assistência social para todos os membros da família do operário, além da disponibilização da moradia. Entre os benefícios, aos funcionários contavam com cooperativa de consumo; farmácia; escola primária; clube com piscinas,

quadras e estádio de futebol; banda musical; barbeiro e assistência médica e odontológica. Os funcionários também recebiam patrocínio de festas religiosas e atividades esportivas. O programa era formado por:

“dois quartos acessados por um corredor, formando um bloco construído nos dois limites laterais do lote. Esse bloco era coberto com um telhado de duas águas, que se estendia paralelamente à divisa do lote. Acoplou-se ortogonalmente a esse telhado um ‘rabo de pato’ (telhado em três águas), formando um bloco anexo, onde se encontravam a cozinha e uma despensa, com recuos laterais para permitir iluminação e ventilação. O banheiro era isolado no fundo do lote, usando uma fossa. Na porta da frente estendia-se um beiral insinuando uma varanda apoiada em mãos francesas. Apesar de as janelas indicarem certa preocupação com o acabamento das casas, elas não eram rebocadas, estendendo-se, para a habitação, a mesma linguagem dos tijolos à vista que predominava no ambiente de trabalho” (SANTOS, 2006, p. 94; 95).

Figura 734 - Vila Velha. Entre as árvores e a carreira de casas geminadas configurou-se uma área de uso comunitário, misto de rua e quintal, aproveitado especialmente pelas crianças (Fonte: Acervo Clemente Gomes *apud* Santos, 2006).

Figura 735 - Fachada da Vila Velha (Fonte: Arquivo Prefeitura de São José dos Campos *apud* Santos, 2006).

Figura 736 - Planta de duas unidades geminadas da 'Vila Velha' (Fonte: Arquivo Prefeitura de São José dos Campos *apud* Santos, 2006).

Figura 737 - Rua interna da 'Vila Nova'. Parte da vila foi demolida em 2001, eram 16 casas de 52 (Fonte: Acervo Clemente Gomes. H. Becherini. *apud* Santos, 2006).

7. Conjuntos habitacionais:

Assim como ocorrido em Lisboa e Paris, entre outras cidades industrializadas na Europa, houve uma série de manifestações para que o Estado contribuísse efetivamente para a solução do problema em vista do aumento demográfico desencadeado em São Paulo; além da falta absoluta de condições para alojar a mão-de-obra que vinha para trabalhar nas numerosas indústrias que se fundavam no território paulista. Desde o princípio do processo de industrialização, ainda no século XIX, a resposta partia da iniciativa privada: das próprias indústrias ou de empreiteiros, que ganhavam bons

rendimentos com aluguéis de unidades nas vilas. Porém, as iniciativas estatais somente vieram a ocorrer no Estado Novo por intermédio de órgãos governamentais e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Os conjuntos habitacionais mais expressivos construídos em São Paulo e em outros Estados brasileiros foram edificados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões - os IAPS, com incentivo do Governo Federal. Segundo Bonduki (2004) o grande número de soluções para tipologias e implantação demonstra a capacidade destes órgãos em combinar uma política de caráter nacional com uma diversidade de projetos que variavam entre: casas isoladas e geminadas, térreas ou assobradadas e, blocos de edifícios de apartamentos. Os projetos traziam uma significativa valorização do espaço público como umas das principais marcas da produção habitacional dos IAPs (figuras 738 e 739), em um período em que ainda se acreditava na capacidade do Estado em gerir adequadamente uma cidade. O autor salienta que a manutenção da propriedade dos conjuntos por meio dos institutos, com o aluguel dos associados, possibilitava o predomínio da ideia da habitação como um serviço público (BONDUKI, 2004, p. 205).

Figura 738 - Conjunto residencial do IAPI composto por casas em Osasco (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 739 - Edifício dos Bancários do IAPB em Marília (Fonte: Bonduki, 2004).

O maior volume de projetos inovadores foi construído na década de 1940, com concepção moderna. Bonduki (2004) considera que é possível notar a influência das *Siedlungen* alemãs do período entre guerras, dos *Hoff* de Viena, das *Unités d'Habitation* de Le Corbusier e também dos grandes projetos racionalistas de habitação social posteriores à segunda guerra, além do modelo das cidades-jardim de Howard. Muitos dos conjuntos foram concebidos em grandes dimensões, com mais de 500 unidades habitacionais, para cerca de três mil moradores, sendo que vários não foram concluídos integralmente. Geralmente localizados em cidades de maior porte, eram planejados como núcleos urbanos, com a presença de equipamentos comunitários (BONDUKI, 2004, p. 164).

A influência da arquitetura alemã e das *Siedlungen* do período entre guerras pode ser observada na produção habitacional dos IAPs, nos projetos e no conteúdo programático, com referência às obras de Mies van der Rohe, Walter Gropius, Ernst May e Bruno Taut, especialmente nos blocos laminares de três ou quatro pavimentos, com pouca ou nenhuma ornamentação. Bonduki (2004) destaca que

especialmente os conjuntos habitacionais atestam a influência com relação à economia e a racionalização, além da padronização, industrialização da construção, habitação mínima e funcionalidade. A racionalização da construção era possibilitada pelo uso pioneiro do concreto e a criação de amplos espaços públicos, que deveriam compensar a exiguidade do espaço privado. O setor de arquitetura e desenho do IAPI buscava soluções para viabilizar a 'habitação mínima', desenhando esquemas de salas e quartos mobiliados (figuras 740 e 741) para melhor rendimento dos espaços (BONDUKI, 2004, p. 179; 183).

Figura 740 - Esquema de sala desenvolvido pelo Setor de Arquitetura e urbanismo do IAPI (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 741 - Esquema de quarto desenvolvido pelo Setor de Arquitetura e urbanismo do IAPI, onde o beliche aparece de forma pioneira (Fonte: Bonduki, 2004).

O Conjunto Residencial da Vila Guiomar em São André (figuras 742 a 745) foi projetado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira para 3.000 unidades habitacionais, das quais 1.411 unidades foram construídas, sendo 978 apartamentos e 433 casas distribuídas em 61 blocos de quatro pavimentos, em diferentes tipologias e dimensões. No projeto de 1940, segundo Bonduki (2004), combinam-se propostas do movimento moderno racionalista com influência da cidade-jardim de Howard. Na implantação do conjunto, é possível perceber as casas unifamiliares, geminadas e isoladas, concentradas no centro pelas vias mais sinuosas, e os blocos de apartamentos distribuídos regularmente nas áreas externas. Os blocos laminares sobre pilotis se misturam com o traçado de ruas curvas, respeitando o terreno (BONDUKI, 2004, p. 166; 190).

Os blocos residenciais foram construídos com estrutura de concreto armado independente, fachada livre com pano horizontal contínuo de aberturas e, são elevados do solo por meio de pilotis recuados. As caixas de escada com elementos vazados são destacadas dos blocos, criando uma saliência no lado posterior, a qual evita que o bloco se configure como um paralelepípedo simples. Bonduki (2004) destaca que a presença de telhado demonstra a não aceitação do teto-jardim, o qual foi adotado em poucos projetos, provavelmente por conta do alto custo da impermeabilização. Os pavimentos são articulados pelas caixas de escada que servem a cada duas unidades, sequencialmente, evitando corredores (BONDUKI, 2004, p. 167).

Os apartamentos (figuras 746 e 747) são compostos por um, dois ou três dormitórios (áreas de 27,85 m²; 41,44 m² e 51,29 m², respectivamente) além da sala, cozinha, banheiro e área de servi-

ço. Há também blocos de apartamentos de três dormitórios com 62,90 m² de área útil. Já, as casas térreas geminadas possuem: sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro, varanda e área de serviço, totalizando 49,42 m²; enquanto que as casas térreas isoladas no lote diferenciam-se das geminadas por apresentarem três dormitórios com áreas de 47,72 m² e 55,00 m² (Folz, 2004).

Figura 742 - Implantação do Conjunto Residencial da Vila Guiomar em São André (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 743 - Bloco do Conjunto Residencial da Vila Guiomar em São André (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 744 - Blocos distribuídos de forma regular nas áreas externas do Conjunto da Vila Guiomar (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 745 - Casas unifamiliares do Conjunto da Vila Guiomar (Fonte: Bonduki, 2004).

O IAPI utilizou em seus projetos de blocos laminares uma gama diferenciada de soluções arquitetônicas a partir da mesma tipologia, graças à competência técnica dos profissionais que trabalharam para o órgão. Para o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo (figuras 748 a 751), localizado a menos de dois quilômetros do centro de São Paulo, o arquiteto Atílio Corrêa Lima projetou 4.038 unidades habitacionais, das quais apenas 480 foram executadas a partir de 1942. Bonduki (2004) considera que:

“trata-se de um projeto marcado pela austeridade na ornamentação, pureza das formas, racionalidade da implantação e, por outro lado, riqueza dos espaços públicos. Lamentavelmente, apenas os blocos de quatro andares foram edificadas”¹⁸⁵. (...) Trata-se de um dos mais significativos conjuntos projetados no período, onde se expressam alguns dos conceitos mais importantes do movimento moderno, articulando de forma integrada a arquitetura e o urbanismo” (BONDUKI, 2004, p. 168; 184-5).

¹⁸⁵ A não construção dos edifícios de 12 andares, que deveriam unir as fileiras de blocos médios, formando amplos espaços livres, resultou num vazio posteriormente utilizado para a construção improvisada de serviços da previdência, estragando a composição originalmente pretendida (BONDUKI, 2004, p. 169).

Figura 746: Planta tipo de um dos blocos do Conjunto da Vila Guiomar (Fonte: Bruna, 2010).

Figura 747: Planta tipo de um dos blocos do Conjunto da Vila Guiomar (Fonte: Bruna, 2010).

Com referência nas propostas de Hilberseimer¹⁸⁶ e esquemas e diagramas apresentados por Gropius no III CIAM, Corrêa Lima e sua equipe, composta por Hélio Uchôa Cavalcanti, José Theodulo da Silva e pelo engenheiro Alberto de Mello Flôres, buscaram obter o máximo de aproveitamento do terreno e da infraestrutura da área, além da economia e adensamento para atender industriários de baixa renda. Citando Lima (1942), Bonduki (2004) acredita que não é por acaso que os blocos dão a sensação de concisão, resultado da opção por *“reduzir o mais possível o custo da construção em todas as verbas cuja diminuição não afetasse a higiene, o conforto da habitação, isto é, disposição, orientação e dimensionamento dos compartimentos...”* (LIMA, 1942, p. 325 *apud* BONDUKI, 2004, p. 168).

No projeto original os arquitetos optaram por várias tipologias, para garantir o máximo aproveitamento da gleba, dentre as quais predominam os prédios de 11 pavimentos, dispostos no centro da área, mais os blocos de quatro pavimentos, todos concebidos como lâminas e voltados para a melhor orientação. O conjunto foi projetado para uma área total de 185.000m², considerando duas fases de implantação, num total de 48 edifícios com 2.880 unidades habitacionais na primeira fase, e mais 59 edifícios com 4.038 unidades habitacionais na segunda fase, alcançando uma densidade de 1.250 habitantes por hectare (MENEGHELLO, 2009, p. 10).

¹⁸⁶ Segundo Hilberseimer: *“Os pressupostos e os fundamentos da nova arquitetura são de natureza diversa. As exigências utilitárias definem o caráter funcional do edifício. Os materiais e a estática são os meios de sua construção. Por meio da técnica de construção, os caracteres de distribuição, os fatos científicos e sociológicos exercem uma influência considerável. Acima de tudo, entretanto, domina a vontade criadora do arquiteto. Ele define o peso recíproco dos elementos singulares e realiza, através de sua justaposição, a unidade formal do edifício. O procedimento pelo qual a forma é realizada determina o caráter da nova arquitetura. Esta não se resolve em um decorativismo exterior, mas é expressão a compenetração vital de todos os elementos. O fator estético, assim, não é mais dominante, um fim em si mesmo, como a arquitetura das fachadas que ignora o organismo arquitetônico, mas é como os outros elementos, ordenado unitariamente dentro do todo e conserva, em relação a essa totalidade, seu valor e sua importância. A superestimação de um elemento sempre produz perturbações. Por isso a nova arquitetura pesquisa o equilíbrio de todos os elementos, a harmonia. Esta, contudo, não é uma coisa externa, esquemática; pelo contrário, é diversa para cada nova tarefa. Não comporta nenhum esquema estilístico predeterminado, mas é a expressão da compenetração mútua de todos os elementos, sob o domínio de uma vontade formadora. A nova arquitetura, por conseguinte, não coloca problemas estilísticos, mas problemas de construção assim, torna-se compreensível até mesmo a surpreendente concordância da aparência formal na nova arquitetura internacional. De fato, não se trata de uma aspiração formal que está em moda, como frequentemente se diz, mas da expressão elementar de uma nova concepção arquitetônica. Ainda que frequentemente diferenciada de acordo com as particularidades locais e nacionais e com a personalidade dos projetistas, em seu conjunto é, todavia, o produto de pressupostos constantes; daí a unidade dos resultados formais. Essa concordância ideal ultrapassa todos os confins”* (HILBERSEIMER, 1927, p. 325 *apud* BENEVOLO, 1989, p. 466).

Figura 748 - Implantação original do Conjunto da Várzea do Carmo (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 749 - Planta de conjunto - implantação segunda fase (Fonte: Revista Municipal de Engenharia, PDF, nº 6, nov. 1942).

Figura 750 - Implantação do conjunto realizada (Bonduki, 2004).

Figura 751 - Vista do Conjunto em 2009 (Foto: Isabela Meneghello).

Na implantação do conjunto, os blocos foram dispostos seguindo a orientação longitudinal Norte-Sul, estabelecendo os cômodos de longa permanência para poente e nascente. Segundo Meneghello (2009), a disposição dos edifícios, intercalados e soltos dentro de um parque *“permítia a formação de praças nos interstícios, garantia de melhores condições de iluminação e ventilação assim como de animação urbana e desfrute da natureza. A circulação de pedestres pelo conjunto era estruturada pelo arruamento limítrofe existente e por caminhos ziguezagueantes que percorriam o conjunto e davam acesso às edificações”* (MENEGHELLO, 2009, p. 10).

As unidades habitacionais do Conjunto da Várzea do Carmo foram dimensionadas de acordo com estatísticas sobre a típica família do industrial, ‘composta de 5 pessoas em média’ podendo oscilar entre 2 e 10 pessoas. A solução adotada foi uma unidade média com dois dormitórios, em áreas variáveis entre 45 a 60 m², esta composta por, no mínimo: sala, dormitório, cozinha e banheiro. Para famílias mais numerosas as unidades poderiam contar com mais três dormitórios (LIMA, 1943 *in*: MENEGHELLO, 2009, p. 11).

EDIFÍCIO "A" APARTAMENTOS

Figura 752 - Edifício A da Várzea do Carmo - unidades tipo 1 e 2 (Fonte: Revista Municipal de Engenharia, PDF, nº4, out. 1943, p. 243).

O projeto previa seis tipos de blocos habitacionais: os Edifícios A, B, C e D, J e K. O Edifício tipo A (figura 752) previa 198 unidades, sendo sete edifícios na 1ª fase e 12 edifícios na 2ª fase, em 11 pavimentos. Além do térreo sobre pilotis. Os quatro tipos de unidades habitacionais seriam divididos entre: unidades tipo 1 com 50,96m², compostas por sala, quarto, cozinha, banheiro e terraço de serviço; as unidades tipo 2 com 67,34 m² seriam compostas por sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço; as unidades tipo 3 com 41,16m² seriam compostas por sala, dormitório, cozinha, banheiro e terraço de serviço; e as unidades tipo 4 com 54,39m² teriam sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço (MENEGHELLO, 2009, p. 11).

527

EDIFÍCIO "B"

Figura 753 - Edifício B da Várzea do Carmo - planta com unidades tipo 5, 6 e 7 (Fonte: Revista Municipal de Engenharia, PDF, nº4, out. 1943. p.245).

O Edifício tipo B (figura 753) previa 24 unidades, sendo 19 edifícios na 1ª fase e 22 edifícios na 2ª fase. Os blocos possuem quatro pavimentos com seis apartamentos assentados diretamente no solo. *"A célula tipo destes edifícios possui três quartos, havendo a possibilidade de um quarto ficar incorporado a um apartamento ou ao vizinho, pelo deslocamento de uma pequena parede"* (Corrêa Lima, 1943 *apud* Meneghello, 2009, p. 13). Meneghello (2009) destaca que este artifício permitiria posteriores ajustes à demanda real das famílias. O projeto previa oito unidades de cada tipo,

sendo que nas extremidades da lâmina ficavam dispostas as unidades com três dormitórios, enquanto que no centro, as unidades de dois e quatro dormitórios. As unidades habitacionais do edifício B eram compostas por três tipos: a unidade tipo 5 com 75,04m², apresenta sala, três dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço; a unidade tipo 6 com 85,04m², possui: sala, quatro dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço; a unidade tipo 7, com 60,04m² apresenta sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço (MENEGHELLO, 2009, p. 13).

Figura 754 - Edifício C da Várzea do Carmo - planta com unidades tipo 8 (Fonte: Revista Municipal de Engenharia, PDF, nº4, out. 1943, p. 246).

Para o Edifício C (figura 754) foram previstas 32 unidades, com 18 edifícios na 1ª fase e 21 edifícios na 2ª fase. Com quatro pavimentos, cada um com oito apartamentos, possui unidades do mesmo tipo, intituladas de tipo 8, com 54,03m² apresentando: sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e terraço de serviço. Meneghello (2009) destaca que segundo os autores do projeto esta unidade correspondia às necessidades mais frequentes das famílias dos industriários. O Edifício tipo D previa 132 unidades em dois edifícios na primeira fase, com 11 pavimentos, sendo o pavimento térreo sobre pilotis. Este edifício se assemelha ao edifício A no partido estrutural, circulação, orientação e tipos de apartamentos. Cada edifício compreende 48 unidades tipo 1, 24 unidades tipo 2, 36 unidades tipo 3 e 24 unidades tipo 4. Dois destes edifícios conformam um bloco único com o Edifício K (MENEGHELLO, 2009, p. 14).

O Edifício J é apenas descrito pelos arquitetos do conjunto que não apresentam material gráfico referente ao projeto, segundo Meneghello (2009). Seria um edifício de uso misto, com 11 pavimentos, além do térreo em pilotis com três lojas. Todas as unidades de habitação correspondem ao mesmo programa, sendo todos do mesmo Tipo 9 com: sala, vestíbulo, dois dormitórios, cozinha, banheiro e pequeno terraço, totalizando 66,15m². Cada pavimento abrange oito apartamentos, totalizando 88 unidades do tipo 9. Já, o Edifício K (figura 755) previa 110 unidades formando um bloco único com os dois edifícios D na quadra mais valorizada do conjunto próxima à Avenida do Estado. O edifício de uso misto compreenderia 11 pavimentos de apartamentos e um pavimento para lojas e circulação. As unidades habitacionais são de dois tipos, 9 e 10, e ambas possuem o mesmo programa com sala, vestíbulo, dois dormitórios, cozinha, banheiro e terraço, contando com a mesma área de 66,15m² (MENEGHELLO, 2009, p. 16).

Figura 755 - Unidade habitacional K da Várzea do Carmo (Fonte: Revista Municipal de Engenharia, PDF, nº4, out. 1943.p.248).

A diversidade de módulos habitacionais, conforme Meneghello (2009) garantia a flexibilidade necessária para o sucesso do empreendimento, o qual necessitava prover fundos de previdência social, além de obter *“um mínimo de percentagem sobre o capital aplicado, sem o qual não é possível ao Instituto o pagamento dos benefícios”* (Corrêa Lima, nov. 1942 *apud* Meneghello, 2009, p. 17). Nas áreas mais valorizadas do terreno, próxima ao Parque Dom Pedro II e da Avenida do Estado, também foi proposta *“a implantação do hotel, o que se justificava enquanto investimento por serem cobrados os aluguéis a preços mais elevados”* (BRUNA, 1998, p.126 *apud* MENEGHELLO, 2009, p. 17).

Os prédios mais altos deveriam possibilitar a criação de um parque público e diversos equipamentos coletivos como: escola, creche, clube, restaurante, cinema, posto de gasolina, edifício de escritório e hotel, entre outros, todos dispostos ao longo de um eixo de princípio corbusiano. Os blocos foram dispostos em pares, formando um pátio ladeado pelas fachadas dos blocos, estas marcadas pelos beirais da entrada e pelo elemento vazado que circunda as caixas de escada. O uso misto também foi um recurso de projeto nos edifícios J e K. Além da diversidade de programa estavam previstos serviços de abastecimento de água potável, rede de esgoto e energia elétrica, que proveriam autonomia do conjunto em relação ao entorno (BONDUKI, 2004, p. 169; MENEGHELLO, 2009, p. 19).

A implantação do conjunto com os edifícios soltos no parque (figuras 756 e 757) estabeleceria algumas poucas conexões espaciais do conjunto em relação ao entorno imediato, se comparada com edificações implantadas à maneira tradicional, em que as conexões entre o espaço público e privado são diretas, apenas intermediadas por portões, jardim ou mesmo pela fachada da edificação. No caso dos edifícios soltos no parque, a passagem entre o espaço público e o privado, costuma ocorrer gradualmente e sequenciada por caminhos, jardins e passagens até a entrada da edificação.

A preocupação em qualificar os espaços do parque como um local de estar, convívio e lazer fica evidente nas perspectivas que ilustram a vida entre blocos e sob os pilotis. É evidente que a qualificação do espaço que se pretendia contava com a boa manutenção do conjunto e com o apoio do Estado para garantir segurança assim como um bom nível de vida para seus habitantes, mas o que se configurou ao longo do tempo difere da espacialidade almejada (MENEGHELLO, 2009, p. 19).

Figura 756 - Desenhos originais do Conjunto da Várzea do Carmo mostram a valorização do espaço público (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 757 - Detalhes das áreas públicas do Conjunto da Várzea do Carmo (Fonte: Bonduki, 2004).

Para o Conjunto Residencial da Mooca (figuras 758 e 759), o arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, projetou 576 unidades habitacionais. Neste projeto de 1946, é possível perceber uma das diretrizes principais do IAPI: a implantação moderna, com blocos de quatro a cinco pavimentos dispostos numa grande área pública verde, segregada da malha urbana tradicional do seu entorno. O acesso aos blocos se dá por uma espécie de colonata, que lhe confere peculiaridade entre os projetos desenvolvidos pelos IAPs. Formado por 17 blocos, com a mesma orientação, mas não totalmente paralelos, o projeto adota uma solução considerada original por Bonduki (2004): no pavimento térreo, pilotis dispostos apenas na fachada frontal, configuram uma galeria coberta ao longo do comprimento do edifício, garantindo proteção contra sol e chuva, além de criar um espaço linear de convívio. A regularidade dos blocos é rompida por uma pequena saliência decorrente do volume formado pelas varandas e áreas de serviço (BONDUKI, 2004, p. 167; 168; 187).

530

Figura 758 - Vista do Conjunto Residencial da Mooca (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 759 - Área pública do Conjunto Residencial da Mooca (Fonte: Bonduki, 2004).

O conjunto apresenta variedade de tipos de apartamentos, para atender a famílias de tamanhos diferentes (figura 760). Devido à presença da galeria, os apartamentos do primeiro pavimento, que constituem em torno de 25% das 576 unidades, tem dimensão reduzida e se distribuem em: sala, quarto, cozinha e banheiro. A maioria das demais unidades possui: sala com varanda, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Neste conjunto, se destaca a presença de unidade duplex, no quarto pavimento dos blocos de cinco andares. *“De área excessiva para habitação social, essas unidades possuem quatro dormitórios, sala, duas varandas, banheiro e cozinha com serviço. Embora*

não seja a primeira utilização de duplex no Brasil, é uma proposta original em conjuntos residenciais no país, antecedendo a utilização do mesmo recurso em Pedregulho e no Japurá” (BONDUKI, 2004, p. 168).

Figura 760 - Planta tipo do Conjunto Residencial da Mooca (Fonte: Folz, 2004).

Construído na área anteriormente ocupada pelo cortiço 'Navio Parado' o Conjunto Residencial 'Armando de Arruda Pereira' (Japurá) foi projetado pelo arquiteto Eduardo Kneese de Melo, o qual incorporou os princípios da *Unité d'habitation*, com o teto-jardim, pilotis, apartamentos duplex e equipamentos coletivos, tendo sido o primeiro edifício concebido neste raciocínio de projeto em São Paulo. Bonduki (2004) destaca que a influência de Le Corbusier é notável na produção habitacional do período, mas tem maior destaque nos projetos de conjuntos formados por longos blocos serpenteantes, concebidos como unidade de habitação. Suas concepções, puras, adaptadas ou deturpadas, foram recorrentes no cenário habitacional brasileiro das décadas de 1940 e 50. Além do Japurá, a influência é visível em outros projetos dos IAPs, como: a Cidade dos Motores da Fábrica Nacional dos Motores, dos arquitetos J. Sert e p. Wiener, a partir de um estudo de Atílio Corrêa Lima; e os Conjuntos Residenciais de Deodoro, Pedregulho, Santa Isabel e Marquês de São Vicente (Gávea), no Rio de Janeiro (BONDUKI, 2004, p. 193).

531

Figura 761 - maquete do projeto original do Conjunto Residencial Japurá (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 762 - Pavimento-tipo da área comum e do bloco comercial com esquemas de utilização de espaço no Conjunto Japurá (Fonte: Bonduki, 2004).

O Edifício Japurá fica localizado na baixada do Bexiga, entre as Ruas Japurá e Santo Amaro, na Bela Vista, em São Paulo (figuras 761 e 762). Bonduki (2004) sugere que o arquiteto Kneese de Mello

pode ter se inspirado na implantação do cortiço Navio Parado para definir o projeto do edifício, o qual ocupa a mesma posição no fundo do vale, recuado em relação à rua e acompanhando as curvas de nível. Por estar num nível abaixo da Rua Japurá, tem acesso através de pontes com galerias envidraçadas (BONDUKI, 2004, p. 171).

Para aproveitar o desnível, a lâmina se eleva do solo por meio de pilotis. Seu programa traz diversos equipamentos coletivos para atender os moradores do edifício, como um restaurante, cujo espaço é dividido entre cozinha, o salão de refeições e os banheiros.

“O acesso ao restaurante é realizado de duas maneiras: pelo subsolo, onde se desenhava um pequeno estacionamento para veículos e, também, por meio da escada circular que ligava o segundo pavimento de quitinetes do bloco menor à passagem coberta para a lâmina. Ainda no subsolo, em meio ao jardim, projeto de Burle Marx, estavam localizados os jogos e brinquedos para as crianças e a pequena piscina” (REGINO e PERRONE, 2009, p. 83).

Na época em que o edifício foi projetado, a legislação vigente era o Código de Obras Arthur Saboya. O arquiteto Kneese de Mello elaborou um estudo detalhado do código, procurando tirar partido de suas limitações: aproveitou o recuo do edifício para nele inserir um bloco menor, no alinhamento, com seis pavimentos, dos quais somente dois foram construídos, completando o conjunto. No nível térreo do bloco há um centro comercial para servir aos moradores do prédio e da vizinhança; e no superior, 22 apartamentos do tipo quitinete (figura 764), com dormitório, cozinha e banheiro, direcionado aos operários solteiros (BONDUKI, 2004, p. 171; REGINO e PERRONE, 2009, p. 70).

532

Com a proposta de 288 unidades habitacionais em um único edifício de 14 pavimentos, o arquiteto Kneese de Mello priorizou a economia utilizando diversos elementos do repertório moderno, principalmente a concepção corbusiana:

“isolou o edifício do piso por meio de pilotis, criou na cobertura um teto-jardim para a instalação de equipamentos coletivos em meio a uma marquise recortada, instalou uma área de recreação infantil junto ao 1º pavimento e optou por unidades duplex, para reduzir o número de paradas do elevador, a área de circulação e o pé direito dos andares ímpares (a legislação permitia altura mínima de 2,5 m para a sala e cozinha e 3,0 m para os dormitórios) e, ainda, para racionalizar as plantas dos apartamentos. O corredor central, que a cada dois andares, dá acesso aos apartamentos que se abrem dos dois lados, torna-se, por suas dimensões, uma espécie de rua interna” (BONDUKI, 2004, p. 172).

Kneese de Mello reduziu os custos da obra ao projetar apartamentos em dois níveis com corredor central nos andares inferiores, procurando aliar qualidade à economia.

“O corredor central acompanhava o desenho da lâmina por quase toda a sua extensão, exceto pela face sul onde era ocupado por um apartamento. Em sua face norte, possuía uma abertura em tijolos de vidro; e, a leste, janelas voltadas para o poço de iluminação e ventilação natural. Essas qualidades, somadas à leve curvatura do edifício, conferiam qualidade a esse espaço de circulação” (REGINO e PERRONE, 2009, p. 77).

O projeto traz o apartamento duplex com o objetivo de minimizar a área de circulação a cada dois pavimentos, diminuindo pela metade o número de paradas dos elevadores. Regino e Perrone (2009) destacam as vantagens da escolha apontadas no memorial descritivo:

“1. Aumento de dois andares no edifício dentro do gabarito determinado pelo Código de Obras; 2. Redução de 50 cm de altura em cada dois pavimentos; 3. Supressão do corredor co-

...mum aos andares destinados a dormitórios; 4. Estando todos os banheiros localizados sobre o corredor central, cada poço de ventilação pode servir a quatro banheiros por andar. Além disso, suas dimensões podem ser reduzidas, visto que há só banheiros em cada segundo andar; 5. Separação entre os cômodos que tem contato com o exterior (sala e cozinha) e os dormitórios, tornando estes mais privativos e confortáveis; 6. Não havendo corredor comum nos andares destinados a dormitórios o número de paradas dos elevadores fica reduzido à metade tornando-os mais econômicos e eficientes; 7. Economia de mais de 12 mil metros cúbicos de construção em comparação com um edifício que fosse projetado com 16 andares de 3 metros de pé-direito e com corredor em todos os pavimentos” (KNEESE DE MELLO, 1948, p. 284).

Figura 763 - Apartamentos tipo do Conjunto Residencial Japurá. Desenho M. Cachioni (Fonte: Acrópole, 1948, n° 119, p. 284. Redesenho Evie Cristine Meyer).

Figura 764 - Apartamento tipo - quintete do Conjunto Residencial Japurá. Desenho M. Cachioni (Fonte: Acrópole, 1948, n° 119, p. 284. Redesenho Evie Cristine Meyer).

A divisão interna das unidades habitacionais não foi mencionada no memorial descritivo, segundo Regino e Perrone (2009). Entretanto, os espaços foram racionalmente divididos e aproveitados em sua concepção: os poços de iluminação e ventilação, ao longo do edifício, cunharam apartamentos com dimensões variadas dos dois lados do corredor central (figura 763). Por exemplo: por conta dos poços estarem localizados na face leste do corredor, os apartamentos deste lado, são cerca de quatro m² menores dos que os voltados para a face oeste. Mesmo assim, a divisão interna não se diferencia e apresenta-se da seguinte maneira: no pavimento inferior, com acesso pelo elevador, localiza-se a área de convívio social com sala, cozinha, despensa (sob a escada), vestíbulo da escada e porta-chapéus; no andar superior, a área íntima com dois dormitórios dotados de armários embutidos, banheiro e o vestíbulo. Ainda no pavimento superior, sobre o patamar da escada, foi implantado um segundo patamar para guardar malas ou como espaço para costura, na forma de um pe-

queno mezanino. A área de serviço das unidades foi suprimida, restando apenas um tanque em espaço pequeno no interior dos banheiros. *“Ao contrário destas soluções exíguas, as aberturas dos espaços, independente de suas funções, eram as maiores possíveis, sendo que sempre a parede externa do edifício era aberta na totalidade de sua extensão, com janelas de três metros de largura por um metro e vinte centímetros de altura”* (REGINO E PERRONE, 2009, p. 80).

Figura 765 - Estudos realizados para o do Conjunto Residencial Japurá de acordo com o Código Arthur Saboia (Fonte: www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.).

Figura 766 - Planta do Conjunto Residencial Japurá (Fonte: www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.).

534

O terraço-jardim, um dos cinco pontos da nova arquitetura, faz outra referência à obra de Le Corbusier na cobertura do edifício (figuras 765 e 766). Com projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, o espaço criado apenas para o lazer dos moradores, se configura com uma marquise de desenho curvilíneo, recortada para manter a iluminação dos poços. *“Assim, projetado em 1945, o conjunto residencial da Rua Japurá instalou no Brasil os conceitos modernos da Unidade de Habitação, conceito este que começou a ser defendido por Le Corbusier nos anos de 1920, mas que somente foi concretizado em obra com a construção da Unidade de Habitação de Marselha (1945-1952)”* (REGINO e PERRONE, 2009, p. 85).

Figura 767 - Espaço público entre os Blocos do Conjunto Residencial Santa Cruz (Fonte: Bonduki, 2004).

Figura 768 - Bloco Residencial do Conjunto Santa Cruz (Fonte: Bonduki, 2004).

O arquiteto Marcial Fleury de Oliveira projetou para o IAPB, na década de 1950, o Conjunto Residencial Santa Cruz em São Paulo (figuras 767 e 768). No projeto com 282 unidades destaca-se

como elemento importante, o uso intenso da vegetação, inclusive com cerca viva junto aos blocos, configurando ao conjunto uma atmosfera de parque. Nos edifícios de três pavimentos a composição da fachada destaca a entrada, a circulação vertical e o uso de elementos vazados. Os elementos modernos ainda são usados com as tradicionais janelas de madeira e o telhado de duas águas (BONDUKI, 2004, p. 186).

Figura 769 - Planta dos apartamentos tipo A do Conjunto Residencial Santa Cruz (Fonte: Bruna, 2010).

Figura 770 - Planta dos apartamentos tipo B do Conjunto Residencial Santa Cruz (Fonte: Bruna, 2010).

As unidades habitacionais dos apartamentos tipo A (figura 769) contemplam: sala, três dormitórios, cozinha, banheiro e lavanderia; enquanto que as unidades habitacionais dos apartamentos tipo B (figura 769) contemplam: sala, três dormitórios, cozinha, banheiro, dormitório de empregada e lavanderia.

535

Programa e Dimensionamento das Vilas Operárias paulistas

Segundo Corona e Lemos (1998) o programa de arquitetura corresponde ao *“conjunto das necessidades funcionais e sociais que caracterizam um tema arquitetônico. É do programa que o arquiteto parte para a criação artística. Rol de dependências”* (Corona & Lemos, 1998, p. 389). O programa de arquitetura deve atender às necessidades e aspirações criadas pelos hábitos individuais e sociais das pessoas. É a relação dos espaços que devem ser criados quando da realização do edifício, segundo Graeff (1978).

O programa varia de acordo com a função que deverá ocupar o edifício. No caso de uma habitação, o arquiteto ao projetar, precisa conhecer as particularidades que devem caracterizar os ambientes e suas relações com os demais compartimentos. Os hábitos da vida familiar e as aspirações dos moradores devem ser contemplados pelas características e relações dos espaços arquitetônicos. *“O programa, portanto, é tanto mais eficiente quanto melhor explicita a finalidade do edifício, definindo a capacidade ou o dimensionamento aproximado de cada compartimento, as circulações entre eles, as condições desejáveis de iluminação, ventilação, temperatura, o equipamento previsível, etc.”* (GRAEFF, 1978, p. 19).

O objetivo principal da realização do edifício se constitui no atendimento das necessidades e aspirações expressas no programa, sendo este o fator interno do processo de criação do mesmo, o qual

determina as qualidades da obra e seus valores funcionais. Desta forma, o programa define as finalidades do espaço arquitetônico. Segundo Graeff (1978):

“o programa de necessidades determina a realização de um espaço arquitetônico para abrigar e favorecer o exercício de certas atividades humanas. (...) a atividade exercida por seres humanos não se resume apenas aos aspectos mecânicos, como respiração, gestos e ritmo, pois também implica aspectos psicológicos. No programa de necessidades pode-se reconhecer a presença de exigências de natureza prática ou física ou de natureza psicológica identificadas pela origem comum” (GRAEFF, 1978, p. 23).

O **Quadro 8** classifica as tipologias de habitação operária de acordo com a iniciativa de construção das mesmas, como forma de ordenar, esquematicamente, alguns exemplos representativos:

QUADRO 8: ESQUEMA EVOLUTIVO DAS TIPOLOGIAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS OPERÁRIAS EM SÃO PAULO.			
Habitação de Iniciativa Privada.			Habitação de iniciativa com apoio estatal.
Habitação de iniciativa de empreiteiros.	Habitação de iniciativa de empreiteiros rentistas.	Habitação de iniciativa Empresarial Paternalista.	
Casa operária Estrada dos Pinheiros Casa para operários na Trav. Mons. Andrade. Casa de operário na Rua Maria Domitila. Casa na Rua Carneiro Leão. Casa na Rua dos Imigrantes. Casa na Rua do Glicério. Casa na Rua Mazini no Cambuci. Casa na Rua Maria José. Casa na Rua da Graça. Casa na Rua dos Estudantes.	Casas geminadas na atual Avenida do Estado. Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca. Vila Inglesa. Vila Manoel Dias. Vila Manoel Freire.	Vila Inglesa. Vilas operárias da Brasital. Vila Cerealina. Vila Matarazzo. Vila Maria Matarazzo. Vila operária da Fábrica Santa Francisca. Vila Boyes. Vila Maria Zélia. Vila operária da Tecelagem São Martinho. Vila Carioba. Vilas da Tecelagem Paraíba.	Conjunto Residencial da Vila Guiomar em São André. Conjunto da Várzea do Carmo. Conjunto Residencial da Mooca. Conjunto Residencial Japurá. Conjunto Residencial Santa Cruz.

Geralmente, o programa desenvolvido para as vilas operárias e conjuntos habitacionais paulistas, assim como em Lisboa, previa funções definidas coletivas e privativas. Nas diferentes tipologias das vilas e conjuntos estudados, também há um elemento que proporciona o estar coletivo - o pátio (ou mesmo a rua entre as unidades). Este espaço, independente de seu dimensionamento (com caráter intencional de projeto ou não) possibilita o convívio social entre os vizinhos: espaço para brincadeira de crianças, secagem de roupas lavadas, conversa entre as vizinhas, enfim, onde se estabelecem as relações coletivas. No caso brasileiro, o pátio tem referência nos ‘terreiros’ comuns na zona rural do período colonial, considerado e utilizado como uma extensão das moradias operárias, significando um local de distribuição das circulações e até mesmo local de estar, de trabalhar e, também, de confraternizar. No território paulista, muitos pátios, como os ‘quintalões’ da Brasital em Salto eram utilizados como espaços disciplinares dos empregadores, usados para manter a vida social do operário e sua família restrita ao perímetro da vila. Como verificado na capital portuguesa, os pátios e ruas entre as unidades receberam com o tempo, a função de estacionamento dos carros dos moradores, o que não era previsto inicialmente para os primeiros moradores, os quais nem pensavam na possibilidade de aquisição de veículo, por conta dos baixos salários.

Dentro da privacidade das unidades habitacionais, há também os espaços de convívio familiar representados pela cozinha, onde as donas de casa preparam a alimentação e onde a família se reúne para as refeições quando não há copa ou sala de jantar; e também a sala, onde antigamente os familiares se sentavam para conversar ou descansar, hábito que foi substituído ou incrementado com o aparecimento do rádio e posteriormente da televisão. Os espaços privativos se configuram nos dormitórios, e existe uma variedade neste sentido, nas vilas paulistas, assim como nas unidades rurais e nas lisbonenses. O número de dormitórios varia entre único (Vila da Barra do Jundiá da Brasital e Vila Economizadora Paulista), dois (Vila Boyes) ou três (São Martinho), sendo que em alguns casos, a vila oferecia de três (Vilas Manoel Freire e Manoel Dias) até seis tipos de unidades (Vila Maria Zélia), levando-se em conta que no período de construção das vilas, as famílias eram mais numerosas. Ao contrário das vilas lisbonenses, em alguns casos verifica-se a presença da copa (Vila Inglesa) e de espaços como ranchos e lavanderias (Vila Carioba), além de unidades assobradadas, incomuns em Lisboa (Vila Cerealina, Vila Matarazzo). Portanto, dependendo da unidade habitacional, os filhos dormiam em seus dormitórios, que tinham apenas função de dormir, uma vez que os estudos eram realizados nas escolas; ou nas unidades menores, os filhos (especialmente os mais novos) dormiam no quarto dos pais. Com respeito às instalações sanitárias, na maioria dos casos estudados há um cômodo de mínimas dimensões geralmente instalado no quintal ou com entrada externa à cozinha e ao tanque. Nas unidades maiores, destinadas aos funcionários de maior extrato social, há a presença de banheiro (Conjuntos do IAPI). Em alguns casos, não havia originalmente a instalação sanitária, e assim os moradores, conforme verificado em Lisboa, construíram banheiros nos fundos das unidades para atender às necessidades contemporâneas (Vila Ferroviária da Cia Paulista em Piracicaba). Também se verifica que as unidades habitacionais rentistas (Vila Judith, Vila Regino Aragão), em geral, apresentam em média dimensionamento inferior ao das vilas patronais (Vila Maria Zélia) com o objetivo de conseguir mais unidades no mesmo terreno.

Com relação ao dimensionamento dos cômodos, segundo a análise das plantas das 58 unidades habitacionais selecionadas, não foi identificado um padrão único de projeto, havendo significativa diversidade de projetos e dimensionamento entre as unidades, verificada no **Quadro 9** onde se mostram unidades habitacionais com: um, dois ou três dormitórios, ou mesmo sem dormitórios; e em alguns casos sem instalação sanitária configurada. Ocasionalmente verifica-se a presença de copa, sala de jantar e 'varanda' e também área de serviço, lavanderia, alpendre, rancho e vestibulo. Invariavelmente, há presença dos espaços comuns: sala e cozinha, com dimensionamento diverso, como ilustra o **Quadro 10**.

QUADRO 9: COMPARATIVO DE PROGRAMA E ATIVIDADES DAS UNIDADES HABITACIONAIS OPERÁRIAS DE SÃO PAULO.			
Tipos de Vila e C.H.:	Programa:	Período:	Atividades:
Casas isoladas ou geminadas:			
Casa operária Estrada dos Pinheiros	Sala, quarto e cozinha.	1893	Moradia.
Casa para operários na Trav. Mons. Andrade.	Sala de jantar, quarto e cozinha.	1895	Moradia.
Casa de operário na Rua Maria Domitila.	Sala, quarto e cozinha.	1896	Moradia.
Casa na Rua Carneiro Leão.	Sala, quarto e cozinha.	1902	Moradia.
Casa na Rua dos Imigrantes.	Sala, 2 quartos e cozinha.	1893	Moradia.
Casa na Rua do Glicério.	Sala, quarto, sala de jantar e cozinha.	1893	Moradia.

Casa na Rua Mazini no Cambuci.	Sala, quarto, varanda e cozinha e banheiro.	1895	Moradia.
Casa na Rua Maria José.	Sala, quarto, sala de jantar, cozinha e banheiro.	1896	Moradia.
Casa na Rua da Graça.	Sala de visitas, 2 quartos, sala de jantar e cozinha.	1892	Moradia.
Casa na Rua dos Estudantes.	Sala, 2 quartos, varanda, cozinha e banheiro.	1905	Moradia.
Vila ferroviária da Cia. Paulista de Piracicaba.	Sala, 2 quartos, copa, cozinha, banheiro e tanque.	1922	Moradia.
Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro.	Sala, quarto, varanda, cozinha, instalação sanitária e tanque.	s.d.	Moradia.
Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro.	2 quartos, varanda, cozinha, instalação sanitária, rancho e tanque.	1948	Moradia.
Sobrados geminados com entrada lateral em Rio Claro.	Térreo: Sala, sala de jantar, cozinha, banheiro e tanque. Superior: 2 quartos.	s.d.	Moradia.
Vilas em carreira e em bloco.			
Carreira de casas em Rio Claro.	Sala, 2 quartos, cozinha, banheiro e tanque.		Moradia e comércio.
Casas geminadas na atual Avenida do Estado.	Sala, quarto, cozinha, instalação sanitária e tanque.	1912	Moradia.
Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca.	Térreo: sala de jantar, cozinha, banheiro e tanque. Superior: 2 quartos e <i>hall</i> .	1927	Moradia.
Vilas formando pátio.			
Vila Inglesa.	Térreo: terraço coberto, vestibulo, sala, sala de jantar, cozinha, instalação sanitária e tanque. Superior: 3 quartos e banheiro. Água furtada: 2 ou 4 cômodos.	1915 a 1920.	Moradia.
Vila Manoel Dias.	Sala, quarto, cozinha e instalação sanitária.		Moradia.
Vila Manoel Freire.	Sala, 2 quartos, cozinha e banheiro.	1915 a 1940.	Moradia.
Vila da Barra do Jundiá da Brasital.	Sala, quarto, cozinha, instalação sanitária e tanque.	1911 a 1912.	Moradia.
Vila operária Brasital.	Sala, 1, 2 ou 3 quartos, (varanda), cozinha, instalação sanitária e tanque.	1920 a 1925.	Moradia.
Vila Porto Góes da Brasital.	Sala, 2 quartos, cozinha, banheiro, tanque e garagem.	Déc. 1920.	Moradia.
Vilas construídas atrás de prédios.			
Vila no bairro de Santa Cecília.	Não identificado.		Moradia e comércio.
Vilas formando ruas.			
Vila Economizadora Paulista.	Sala, quarto, cozinha e instalação sanitária.	1908 - 1910.	Moradia e comércio.
Vila Operária Regino Aragão.	Sala, quarto, varanda, cozinha, instalação sanitária e tanque.	1911	Moradia.
Vila Judith.	Sala, quarto, varanda, cozinha, instalação sanitária e tanque.	1912.	Moradia e comércio.
Vila Cerealina.	Térreo: Sala, Sala de jantar, cozinha, área de serviço. Superior: 2 quartos e banheiro.	1923-1924.	Moradia.
Vila Matarazzo.	Térreo: sala, cozinha, banheiro. Superior: 2 quartos.	1919-1924.	Moradia.
Vila Maria Matarazzo.	Sala, quarto, cozinha, instalação sanitária e tanque.		Moradia.
Vila operária da Fábrica Santa Francisca.	Sala, sala de jantar, 2 quartos, copa, cozinha e banheiro.	1875-1906.	Moradia.
Vila Boyes.	Sala, 2 quartos, cozinha, instalação sanitária e tanque.	Déc. 1930.	Moradia.
Vilas de escala urbana.			
Vila Maria Zélia.	Sala, 1, 2 ou 3 quartos, cozinha e instalação sanitária.	1912 - 1916.	Moradia e serviços.
Vila operária da Tecelagem São Martinho.	Sala, 3 quartos, copa, cozinha, banheiro e tanque.		Moradia.
Vila Carioba.	Sala, 2 ou 3 quartos, copa, cozinha, banheiro, (rancho), tanque e jardim.	1875 - 1901; 1901 - 1944.	Moradia e serviços.
Vila Velha da Tecelagem Paraíba.	Sala, quarto, cozinha, despensa, instalação sanitária e tanque.	1925	Moradia.
Conjuntos Habitacionais			
Conjunto Residencial da Vila Guiomar em São André.	Sala, 1, 2 ou 3 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço.	1940.	Moradia.
Conjunto da Várzea do Carmo.	Sala, 2 e 3 quartos, cozinha, banheiro e serviço.	1942.	Moradia e serviços.
Conjunto Residencial da Mooca.	Sala com varanda, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço.	1946.	Moradia.
Conjunto Residencial Japurá.	Térreo: Sala, cozinha, despensa, vestibulo da escada e porta-chapéus; Superior: 2 quartos, banheiro e vestibulo.	Déc. 1940	Moradia e serviços.
Conjunto Residencial Santa Cruz.	Tipo A: Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Tipo B: Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço com suíte para empregada.	1950	Moradia.

No Quadro 10, deve-se considerar copa, sala de jantar e varanda como sendo o mesmo tipo de cômodo, classificados pelo tipo de função. O item 'outros', considera área de serviço, lavanderia,

alpendre, rancho e vestíbulo. É possível verificar na classificação uma variação significativa entre os cômodos presentes nas unidades habitacionais paulistas estudadas em comparação. O dimensionamento médio das plantas das 58 unidades habitacionais selecionadas é de: 69,67 m², sendo: 13,74 m² para a sala; 11,75 m² para o 1º quarto; 10,21 m² para o 2º quarto; e 10,02 m² para o eventual 3º quarto; além de 7,64 m² para a cozinha e 6,24 m² para a instalação sanitária/banheiro. O item nomeado como copa possui em média 14,04 m² e os outros cômodos, 4,48 m². Como espaço de caráter coletivo, a sala aparece como o cômodo de maior dimensão, seguido pelo dormitório dos pais (onde geralmente dormiam os filhos menores), e os demais dormitórios - espaços de caráter privado. A cozinha, na média apresenta a metade da média da sala e o banheiro, ou instalação sanitária apresenta a maior variação de tamanho, bastante superior à identificada em Lisboa. Comparativamente, a média das unidades habitacionais dos núcleos coloniais e colônias rurais paulistas, é superior em relação às vilas operárias urbanas (74,21 m²). Entretanto, o dimensionamento médio das unidades surpreendeu perante o encontrado em Lisboa (36,37 m²), sendo o paulista, praticamente o dobro do português no período estudado.

QUADRO 10: ÁREAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS OPERÁRIAS DE SÃO PAULO EM M² (MEDIDAS APROXIMADAS).

Vila ou C.H.:	Área U. H.:	Sala:	Quarto 1:	Quarto 2:	Quarto 3:	Cozinha:	Copa:	WC:	Outros:
Casa operária Estrada dos Pinheiros	23,99	10,31	10,31	-	-	3,37	-	-	-
Casa para operários na Trav. Mons. Andrade.	43,95	11,04	21,97	-	-	11,04	-	-	-
Casa de operário na Rua Maria Domitila.	33,07	13,33	7,89	-	-	11,85	-	-	-
Casa na Rua Carneiro Leão.	36,57	13,80	13,80	-	-	8,97	-	-	-
Casa na Rua dos Imigrantes.	19,04	7,97	7,97	7,97	-	3,10	-	-	-
Casa na Rua do Glicério.	80,01	25,05	20,76	-	-	4,98	29,22	-	-
Casa na Rua Mazini no Cambuci.	43,11	11,52	11,20	-	-	4,14	15,07	1,18	-
Casa na Rua Maria José.	47,12	13,72	13,72	-	-	3,72	13,72	2,24	-
Casa na Rua da Graça.	57,20	13,65	10,01	10,01	-	6,64	13,39	-	3,50
Casa na Rua dos Estudantes.	42,69	10,56	5,73	5,73	-	4,14	14,53	2,00	-
Vila ferroviária da Cia. Paulista de Piracicaba.	70,1	18,02	18,07	9,43	-	9,97	7,52	2,86	4,23
Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro.	47,42	12,25	12,25	-	-	9,00	12,25	1,67	-
Casas geminadas com entrada lateral em Rio Claro.	58,93	13,08	13,08	10,08	-	11,44	-	1,35	9,90
Sobrados geminados com entrada lateral em Rio Claro.	55,64	9,57	9,80	9,80	-	7,25	13,34	2,85	3,03
Carreira de casas em Rio Claro.	63,37	11,70	11,70	10,5	-	10,25	-	4,5	4,68
Casas geminadas na atual Avenida do Estado.	27,87	9,95	7,50	-	-	8,28	-	2,14	-
Conjunto da Rua Barão de Jaguará na Mooca.	23,15	6,82	6,82	4,92	-	2,61	-	1,98	-
Vila Inglesa.	119,39	15,75	15,75	15,75	13,95	10,38	15,75	8,06	24,00
Vila Manoel Freire.	33,44	7,85	7,95	7,07	-	8,83	-	1,74	-
Vila Manoel Freire.	34,68	9,16	9,19	7,76	-	6,37	-	2,20	-
Vila Manoel Dias.	25,13	8,01	7,37	-	-	8,17	-	1,58	-
Vila da Barra do Jundiá da Brasital.	41,29	16,11	12,36	-	-	11,03	-	1,79	-
Vila operária Brasital 1	46,20	15,95	15,91	-	-	11,73	-	1,84	0,77

Vila operária Brasital 2.	52,53	15,91	11,72	11,41	-	10,80	-	1,86	0,83
Vila operária Brasital 3.	83,68	16,72	11,16	11,02	11,45	14,21	16,17	1,95	1,00
Vila Porto Góes da Brasital.	53,65	16,14	13,01	10,13	-	11,17	-	3,2	-
Vila Economizadora Paulista	46,25	18,81	14,37	-	-	7,67	-	5,4	-
Vila Operária Regino Aragão.	34,32	9,60	7,84	-	-	5,20	1,26	1,49	8,93
Vila Judith.	20,31	9,33	4,90	-	-	4,22	-	1,86	-
Vila Cerealina.	62,56	13,82	13,82	11,38	-	7,40	11,38	4,76	-
Vila Matarazzo.	38,85	12,22	12,22	6,38	-	6,38	-	1,65	-
Vila Maria Matarazzo.	25,10	10,63	7,26	-	-	5,41	-	0,91	0,89
Vila operária da Fábrica Santa Francisca.	73,67	16,31	10,77	8,66	-	10,81	9,99	4,74	12,39
Vila Boyes.	44,91	10,49	10,85	10,52	-	10,82	-	1,01	1,22
Vila Maria Zélia A.	34,24	15,39	10,56	-	-	6,98	-	1,31	-
Vila Maria Zélia A1.	36,79	10,33	9,24	9,24	-	6,70	-	1,28	-
Vila Maria Zélia D.	40,83	11,35	10,71	9,99	-	7,72	-	2,60	1,06
Vila Maria Zélia B	51,97	15,04	11,01	9,62	7,34	7,55	-	1,41	-
Vila Maria Zélia B1	60,39	15,86	13,67	12,24	9,63	7,58	-	1,41	-
Vila Maria Zélia C	52,19	14,72	12,51	8,63	7,53	7,37	-	1,43	-
Vila operária da Tece-lagem São Martinho.	42,74	13,43	9,35	-	-	16,30	-	3,66	-
Vila operária da Tece-lagem São Martinho.	55,71	13,46	11,36	6,22	6,00	6,35	6,97	3,77	1,58
Vila Carioba.	79,67	10,95	11,15	11,14	10,98	8,37	10,92	5,38	10,78
Vila Carioba.	48,21	12,37	9,57	9,42	-	6,30	6,32	4,23	-
Vila Carioba.	112,06	25,34	20,38	16,8	-	16,99	23,79	8,76	-
Vila Carioba.	104,62	22,17	16,49	16,42	15,81	15,95	22,27	2,74	9,19
Vila Velha da Tecela-gem Paraíba.	47,69	16,92	12,96	-	-	15,05	-	-	2,76
Conjunto Residencial da Vila Guiomar.	46,72	11,27	11,32	8,69	-	4,18	-	3,63	7,63
Conjunto Residencial da Vila Guiomar.	47,69	9,74	11,70	9,84	9,74	2,90	-	2,27	1,50
Conjunto da Várzea do Carmo - A.	77,39	21,90	21,36	16,67	-	6,73	-	6,91	3,82
Conjunto da Várzea do Carmo - B.	37,76	10,07	7,52	6,60	6,60	3,65	-	2,11	1,21
Conjunto da Várzea do Carmo - C.	80,69	22,36	18,42	18,42	-	9,70	-	5,85	5,94
Conjunto da Várzea do Carmo - K.	48,34	15,30	11,40	11,40	-	4,24	-	4,00	2,00
Conjunto Residencial da Mooca.	50,85	12,97	9,51	9,21	-	7,77	-	4,04	7,35
Conjunto Residencial Japurá - quitinete.	19,4	-	13,32	-	-	1,98	-	4,10	-
Conjunto Residencial Japurá.	52,52	15,09	15,09	7,98	-	8,85	-	5,51	-
Conjunto Residencial Santa Cruz.	68,75	19,96	11,29	11,02	11,99	7,19	-	4,99	2,31
Conjunto Residencial Santa Cruz.	74,55	20,36	11,82	10,20	10,88	7,82	-	5,41	8,06
Média	69,67	13,74	11,75	10,21	10,02	7,64	14,04	6,24	4,48

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O processo da Revolução Industrial, desencadeado a partir do final do século XVIII, primeiramente em países europeus como Inglaterra, Bélgica, França e Alemanha, caracterizou-se também como uma revolução urbana e habitacional não apenas com relação à unidade habitacional como abrigo, mas também no que diz respeito aos hábitos cotidianos realizados no lar. Esses países que até então baseavam sua economia na agricultura, tendo a maior parte da população residente na zona rural, passaram a diversificar a base econômica na indústria, atraindo uma imensa parcela de trabalhadores rurais para as cidades, a procura de novas oportunidades de sobrevivência. Em outras nações europeias como Portugal, que tinha como base econômica a exploração de recursos advindos de suas colônias (como o Brasil) até o início do século XIX, a industrialização tomou forma na década de 1870, principalmente com a instalação de fábricas e indústrias do ramo têxtil e cerâmico.

As cidades europeias não estavam preparadas para o incremento populacional, pois apresentavam infraestrutura urbana e quantidade de habitações insuficientes para tantos novos moradores nos centros consolidados. Vislumbrando as possibilidades de lucro, proprietários de velhas construções passaram a subdividir os espaços para caber mais pessoas, criando ambientes relacionados à promiscuidade devido às condições precárias de salubridade. Nos espaços entre as construções foram sendo erguidas novas habitações improvisadas, adensando as quadras, sem que houvesse planejamento prévio, agravando assim as condições de habitabilidade.

As cidades industrializadas se expandiram e cresceram nas zonas periféricas, ultrapassando os limites geográficos até então estabelecidos. As moradias improvisadas nas cidades seguiam os padrões construtivos oriundos do campo, como as *cottages*, em aglomerações insalubres que formaram bairros de concentração operária. Desta forma, a casa operária das cidades industrializadas europeias não diferia, a princípio, da casa rural, e os hábitos de seus moradores se mantiveram quando da transferência da população campestre para o meio urbano e industrial. Com a inserção do trabalhador rural no meio urbano, evidencia-se que as condições de habitabilidade nas cidades não eram muito diversas das rurais, onde os camponeses estavam acostumados a viver em habitações precárias e pouco higiênicas. Os hábitos tradicionais rurais foram levados para as cidades, como também a forma de habitar, que dispensava os quesitos mínimos de higiene, em edificações de poucos cômodos, onde os membros da família dividiam o espaço com animais e jogavam os detritos nas águas correntes.

Problemas decorrentes da falta de higiene causaram transtornos nas cidades europeias, muitos deles relacionados à superpopulação acelerada e não planejada, quando os moradores se viam obrigados a viver em condições sub-humanas. Se no campo, o impacto dos detritos nas águas era pouco significativo devido à distância entre as casas, a concentração habitacional aliada aos hábitos rurais causou uma seríssima contaminação dos mananciais, propagando epidemias de doenças respiratórias e gastrointestinais.

As ações governamentais relacionadas aos problemas da moradia operária somente se deram por conta das epidemias. Provavelmente, se a precariedade da situação habitacional dos pobres não apresentasse como consequência os surtos epidêmicos, não teriam chamado a atenção para quais-

quer providências. O incômodo se dava mais pela possibilidade de contágio das classes dominantes do que por piedade com os pobres que não tinham melhores oportunidades de moradia. A situação somente piorava devido à ausência de ações efetivas por parte dos governos, até que foram realizadas pesquisas sociais para identificar o real estado de degradação social das camadas trabalhadoras. As condições relatadas não poderiam ser mais lamentáveis. A insalubridade e a falta de higiene, moralmente intoleráveis, constituíam uma ameaça social que deveria ser neutralizada em seus fatores de contaminação. Assim, a construção insalubre passou a ser considerada da mesma forma que um indivíduo doente.

A missão ética do Estado, além de favorecer o tratamento de cura, deveria ser assegurar sua prevenção. As primeiras intervenções físicas promovidas pelo poder público sobre a questão habitacional eram concentradas, principalmente, na erradicação dos cortiços e de outros territórios considerados indesejáveis. Desta forma, quadras insalubres passaram a ser demolidas e substituídas por edificações com unidades saudáveis e confortáveis, com boas condições físicas e morais, objetivando a substituição das curas ambulatoriais.

Se o espaço de sobrevivência operário era considerado um problema, a principal causa da precariedade estava longe de ser resolvida. Os baixos salários pagos aos homens levaram as mulheres e as crianças a também se empregarem nas fábricas. Com o objetivo de obter máxima lucratividade, os patrões expunham os operários a condições de trabalho desumanas, com duro regime de trabalho e longas jornadas, levando homens, mulheres e crianças à exaustão física. Além da insalubridade do ambiente fabril, os operários eram vigiados e disciplinados para renderem mais, produzindo excedentes que seriam aproveitados exclusivamente pelos empregadores.

A vigilância das ações do proletariado, dentro e fora das fábricas, era realizada por meio do controle empresarial e governamental com o objetivo de manter os corpos e as casas saneadas, além de manter os operários ocupados com programação de lazer oficial, evitando assim que o escasso tempo ocioso fosse preenchido com reuniões sindicais e bares. As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos eram analisadas pelos sanitaristas que consideravam os custos das medidas preventivas (melhoria nas condições de moradia, abastecimento de água e rede de esgotos), menores que as despesas com tratamento de doenças, que significavam interrupção no trabalho e perda de salário, além dos altos encargos públicos para contenção de sucessivas epidemias.

As condições de sobrevivência do operariado se tornaram uma preocupação de críticos e pensadores da época, como Marx e Engels, enquanto que a constituição da classe operária é tema de estudos importantes como os de Thompson e Hobsbawn, os quais destacam seu início obscuro, sufocada com a opressão e a miséria, até que a solidariedade entre os pares e a conscientização de suas péssimas condições, levasse os operários à união por meio de associações e sindicatos para lutar pelos direitos e melhores salários e condições de trabalho, utilizando a imprensa e outros mecanismos como as greves.

Motor de um sistema econômico que se criava, a classe operária sofria com más condições de salário, trabalho, educação e moradia. A família operária não possuía poder de compra, uma vez que

uma parcela significativa de seus poucos proventos era destinada ao pagamento de aluguéis. A vestimenta era reduzida a padrões de baixo custo, caracterizadas praticamente como uniformes, e por vezes, os trabalhadores andavam descalços por falta de sapatos. A alimentação escassa era reduzida às sobras de feiras e a educação era praticamente inacessível às camadas populares.

A classe operária se constituiu não apenas para lutar por melhores condições de sobrevivência, mas se descobriu como uma parcela representativa da população, com hábitos sociais e culturais que seriam consolidados no decorrer do tempo. A partir da consolidação da classe operária, as condições de sobrevivência se tornaram menos duras. A industrialização também criou um mercado de massas, destinado às classes trabalhadoras, as quais puderam ter acesso a bens de consumo, ainda que inferiores. A educação passou a ser mais acessível aos filhos dos trabalhadores e as atividades de lazer se diversificaram, com as partidas entre times de futebol operários, passeios à praia e bailes dançantes, que se tornaram parte do cotidiano proletário, com a redução da jornada de trabalho. Entretanto, a segregação espacial da classe operária permanecia nas cidades industrializadas, imposta pelas classes dominantes.

A situação de aparente improviso perdurou por um longo período até que iniciativas paternalistas da parte dos industriais, movidas não apenas por caridade, mas vislumbrando melhores lucros, passaram a construir habitações operárias para seus funcionários, criando assim as primeiras vilas e bairros operários, como as vilas das companhias mineiras da França, próximos ao núcleo fabril e segregados da cidade tradicional. Se até então, ricos e pobres conviviam nos mesmos espaços urbanos, até mesmo nos próprios edifícios em pavimentos diferenciados por padrão de acabamento, o desequilíbrio entre classes sociais levou à separação territorial, quando interessava à burguesia, que os operários fossem viver na periferia das cidades, próximos às fábricas, obrigando a extensão de infraestrutura urbana e meios de transportes para as áreas periféricas, rapidamente integradas à malha urbana tradicional. Grandes empresários paternalistas construíram junto às suas fábricas, vilas operárias (*Company Towns*), como Saltaire, Bournville, Port Sunlight e Noisiel. Em geral, as vilas eram concebidas como unidades econômico-sociais que ofereciam: trabalho, saúde, educação, instruções de moral, para atividades de lazer e habitações consideradas de bom padrão. As unidades habitacionais das vilas eram disponibilizadas às famílias operárias com o objetivo de oposição aos problemas decorrentes da industrialização, como: conflitos políticos, poluição industrial, epidemias, falta de saneamento e alcoolismo.

Um modelo de moradia originalmente rural e transferido para as cidades industrializadas na Inglaterra - a *cottage*, construída em série, passou a formar, adaptada ao sistema construtivo e tradicionalismo dos países onde se construíram, diversas tipologias urbanas de vilas operárias unifamiliares. A ideia da construção de vilas foi assimilada na Europa por intermédio do paternalismo social como meio de controle de conflitos. Associações filantrópicas, cooperativas prediais e empresários paternalistas promoveram a construção de unidades habitacionais, paralelamente aos mecanismos de mercado, onde os casais operários deveriam viver em família, consagrados à manutenção da casa e dentro dos princípios de ordem e limpeza.

Os avanços tecnológicos e as divisões geradas pela industrialização tornaram possível o incremento de infraestruturas como a instalação de água encanada e energia elétrica nas habitações, além da canalização dos esgotos. Se no campo, o escoamento de detritos era natural, na cidade foi obrigatória a instalação de água encanada e coleta de esgotos para dotar os lares de condições higiênicas. Higiene e salubridade são princípios recentes nas habitações e se devem às ações de sanitaristas preocupados com epidemias que dizimavam populações inteiras, muitas delas relacionadas com a sujeira e os hábitos que excluía banhos diários e a limpeza do lar.

A obrigatoriedade de se manter a casa e as pessoas higienizadas para conter epidemias revolucionou o programa de necessidades do lar. Técnicos sanitaristas, entre médicos e engenheiros, além de outros profissionais correlatos, determinaram uma série de leis que influenciaram de forma significativa os projetos das unidades habitacionais populares. A planta da unidade habitacional do trabalhador evoluiu desde as mais improvisadas habitações rurais, incorporando as necessidades básicas cotidianas. Propostas e protótipos eram apresentados em feiras internacionais com o objetivo de definir um tipo padronizado de unidade habitacional para a família do trabalhador, inspirados, porém, no estereótipo da *cottage* como habitação operária.

Na evolução do programa de necessidades da unidade habitacional, a maior de todas refere-se à higiene pessoal, já que dormir e estar (descansar), apenas se dividiram em cômodos distintos, além do aparelhamento da cocção, que também exigiu, com o tempo, um cômodo específico. As instalações sanitárias inexistentes no campo permaneceram, por um longo período, excluídas do corpo principal das habitações urbanas, segregadas aos quintais ou anexos nos fundos das edificações. Muitas vezes, contemplavam apenas as latrinas, pois os banhos eram raros e tomados com o apoio de jarras, bacias e tinas, dispensando um cômodo destinado a esse tipo de função. Até o século XX, o banheiro fazia parte apenas das habitações burguesas, tendo sido incorporado às moradias humildes conforme os hábitos de higiene foram impostos e se democratizaram, passando a ser considerados corriqueiros no decorrer do século XX. A posição da instalação sanitária é um dos fatores determinantes das diferentes tipologias urbanas utilizadas nas configurações das vilas europeias, incluindo as desenvolvidas em Lisboa, cuja população não tinha o hábito do banho diário.

Reformistas sociais e urbanistas utópicos, dentre ativistas políticos, sociais ou religiosos, envolvidos em projetos de cunho coletivo, se ocuparam em pensar os problemas da urbanística moderna. Partindo de um modelo global, procurava-se realizar experimentalmente, na defesa da necessidade de contraposição à cidade existente e de seus esquemas urbanísticos. O objetivo de recomeço com novas formas de convivência envolvia a organização social e territorial em outra morfologia urbana e construtiva. Teóricos como Owen, Fourier, Cabet e Godin criticavam a grande cidade industrial e o indivíduo alienado, propondo novas filosofias e políticas sociais. Na maioria, os teóricos, exceto Fourier, não esperavam uma reforma geral na sociedade daquela época, e suas ideias eram apresentadas como modelos e descrições de cidades do futuro.

As utopias urbanas do século XIX apresentavam caráter pragmático, sendo que diversas foram testadas na prática, mesmo que parcialmente. Os projetos de moradia para comunidades de trabalhadores propunham não apenas a resolução dos problemas sanitários (os quais também afetavam a

burguesia que tinha acesso ao asseio), mas também o ordenamento de uma população que deveria estar a serviço da classe dominante e, por sua vez, cumprir seu papel com disciplina, agradecida pela oportunidade de um posto de trabalho, ainda que muito mal remunerado. Boa parte das teorias utópicas trazia propostas de reforma e controle social como os falanstérios e familistérios, que se tornaram referência para inúmeras iniciativas de promoção de habitação operária em diversos países, além das propostas calcadas na vigilância, como o panóptico.

Entre as primeiras iniciativas em promoção de vilas operárias, como as de Le Creusot, da Krupp, Bournville e Port Sunlight, apresentam-se alguns pontos de contato com os grandes projetos utópicos de Fourier, Owen e Considerant, que pretendiam cidades autossuficientes e incontaminadas pelo capitalismo. Os empresários paternalistas se propunham a conciliar os modos da intervenção pública com os da experiência utópica, procurando o resguardo de respectivos inconvenientes. Por um lado, os empresários mantêm o princípio do controle (empresarial e com mediação do Estado); e no outro, a autossuficiência (a casa individual, como horta e jardim). Assim, evitam a aglomeração e a concentração excessivas, em áreas menos valorizadas com tipologias esparsas, tornando quase inexistente o contraste cidade/campo.

Se as propostas utópicas tinham a pretensão de transformar as cidades por meio da mudança das relações familiares, a partir da segunda metade do século XIX, foram pensadas propostas de diferentes organizações e formas urbanas alternativas à cidade burguesa e industrial, baseadas nas potencialidades do desenvolvimento tecnológico e nas necessidades conduzidas pelos novos modos de vida. Teóricos urbanistas como Howard, Soria y Mata, Garnier e Perry propuseram ideias de novos arranjos urbanísticos como a cidade-jardim, a cidade linear, cidade industrial e as unidades de vizinhança, os quais pretendiam romper com o esquema da cidade tradicional, considerada ineficiente para a vida moderna e maquinizada, oferecendo alternativas para a construção de bairros e cidades periféricas, objetivando o bem-estar da população, com a proximidade dos equipamentos e serviços básicos, além de áreas verdes e de convívio social.

Propostas urbanísticas como a cidade-jardim e a unidade de vizinhança repercutiram na Europa e na América, servindo de modelo para inúmeros projetos de bairros e cidades periféricas até meados do século XX, com adaptações regionais e algumas distorções, reforçando a presença da casa unifamiliar como espaço privado, além de grandes áreas verdes e os equipamentos de serviços como espaços coletivos e de convivência social entre os pares.

Os partidários de casas individuais e habitações coletivas ressaltavam as vantagens de cada uma das modalidades. Enquanto que os defensores do princípio de casas individuais destacavam que o sistema tinha o duplo mérito de melhor responder às aspirações da população e de dispensar a custosa vigilância, dificultada devido à reunião de diversas famílias; os partidários da habitação coletiva defendiam a economia dos equipamentos e do espaço, uma vez que o sistema oferecia a possibilidade de distribuir mais serviços a um custo inferior ao referente a moradias separadas, ocupando menos espaço no terreno.

O período entre guerras no século XX determinou na Europa novas demandas por habitação, já que muitas cidades bombardeadas precisavam de reconstrução rápida para realojar a população.

Conjuntos habitacionais experimentais, como os *siedlungen* e os *hoff*, foram construídos em países como Alemanha e Áustria, com o fim de cortar custos e atingir uma maior parcela da população carente de moradia, por arquitetos como Ernst May, um dos expoentes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e teórico do *existenz-minimun* (o mínimo para a existência). Assim, no decorrer do século XX, as propostas para resolver os problemas habitacionais na Europa receberam novas contribuições de caráter técnico e especializado, na área da arquitetura e do urbanismo.

Nos CIAMs, arquitetos como Gropius e Le Corbusier, propuseram importantes soluções para as cidades industrializadas e o alojamento de seus habitantes, as quais se tornaram referências fundamentais para a promoção de alojamento das classes trabalhadoras no decorrer do século XX. Gropius defendia a standardização das unidades habitacionais e da mobília como forma de utilização dos recursos e potenciais decorrentes da industrialização, objetivando atender uma maior parcela populacional.

Entre o projeto de *chalets* geminados implantados em situação urbanística inspirada na cidade-jardim e a unidade de habitação, Le Corbusier evoluiu drasticamente sua proposta de projeto para a unidade habitacional coletiva. A novidade trazida por Le Corbusier como solução urbanística para a habitação das massas era a verticalização das unidades, entretanto a proposta trazia também uma espécie de releitura de conceitos de outros teóricos como Howard e Perry, pela relevância da presença de áreas verdes e a proximidade de serviços e comércio junto às habitações.

546

Tanto Gropius, quanto Le Corbusier combatiam a ideia da unidade habitacional unifamiliar e defendiam o rompimento com o arranjo tradicional das quadras e a verticalização das unidades em edifícios com certa autonomia em relação à cidade, liberando (assim como na cidade-jardim), as áreas não edificadas para a formação de parques arborizados e espaços coletivos. Os arquitetos, ao abordarem o desenho da cidade a partir do alojamento, se depararam com questões relacionadas à higiene, salubridade e funcionalidade. A proposta visava ao rompimento com o alinhamento e a morfologia da quadra tradicional, considerada indutora de formas e perímetros edificados (os quais nem sempre se configuravam como os mais adequados para os agrupamentos de alojamentos), para resolver os inconvenientes de trânsito (ruídos, poeira, gases) e a necessidade de insolação das unidades.

Os problemas decorrentes do processo não planejado de industrialização das cidades europeias ainda precisavam de soluções. Muitos autores afirmam que as propostas utópicas não trouxeram mudanças significativas ou um grande impacto no planejamento urbano das cidades, mas cumpriram importante papel no desenvolvimento de propostas de melhorias das condições de sobrevivência. Por outro lado, as teorias urbanísticas, mesmo que algumas não tenham alcançado êxito em aplicações práticas, contribuíram para a formação de uma ciência urbana e a discussão sobre a gestão da cidade industrial em seus aspectos cotidianos, de moradia e trabalho.

Entretanto, em muitos casos, as propostas para melhorar as condições urbanas e habitacionais da população, utópicas ou factíveis, foram ignoradas ou não consultadas. Soluções baratas visando ao lucro certo e imediato foram disseminadas pelas cidades industriais, inserindo os trabalhadores e

suas famílias em moradias e bairros insalubres, piorando suas condições de vida cotidiana; enquanto que outras soluções mais bem elaboradas de acordo com as necessidades do morador se tornaram referência para várias gerações de projetos. Na esfera privada, iniciativas patronais como as de Salt e Menier inspiraram inúmeros empresários em outros países a realizarem empreendimentos semelhantes, como Francisco Grandella em Portugal e Jorge Street no Brasil, os quais, por sua vez, também se tornaram modelo para outros empreendedores em suas localidades.

Da *cottage* à *Unité d'Habitation*, é possível perceber a evolução da unidade habitacional das classes trabalhadoras na Europa em um processo acompanhado pela necessidade de sanear as moradias e os hábitos de seus moradores, o qual decorreu do abrigo informal, passando por diversas transformações projetuais de cunho sanitarista até a máquina de morar, nos espaços de sobrevivência operária.

O processo de industrialização em Portugal ocorreu após a independência brasileira que impôs enormes perdas econômicas comerciais para o país que dependia dos recursos advindos de suas colônias, sendo o Brasil uma importante fonte de recursos a explorar, até então. Apesar de ter sido iniciado com um século de atraso em relação à Inglaterra, Lisboa enfrentou problemas semelhantes com relação ao incremento populacional e a carência de moradia. No século XIX, com a maioria da população vivendo na zona rural, as cidades portuguesas, incluindo a capital Lisboa, não estavam preparadas para receber uma quantidade maior de novos moradores, atraídos pelas novas oportunidades de emprego na nova indústria.

547

No campo, parte da população portuguesa vivia em situação precária. As casas dos camponeses pobres eram geralmente muito antigas, e as mais recentes, raramente respeitavam a legislação sobre construções que regulava a zona urbana. Em contraponto com a falta de privacidade no lar rural, principalmente nas maiores cidades portuguesas, desde meados do século XVIII e durante o século XIX, foi desenvolvida uma tendência, no sentido da delimitação e apropriação dos espaços, que culminou em uma separação entre a vida privada e a esfera pública.

A nova população com escassos recursos se alojou na cidade de forma precária, até que a iniciativa privada e os empregadores resolvessem investir em moradia para a classe operária portuguesa. Assim como em outras cidades industrializadas europeias, a maioria da população urbana do século XIX em Lisboa pertencia às classes populares, cujas condições de vida não eram as mais favoráveis. Para sobreviver, trabalhavam desde crianças em atividades duras e mal remuneradas. As precárias condições de trabalho e os baixos salários não permitiam às classes populares viver com conforto: a alimentação era pobre; o vestuário adaptava-se à sua profissão; o tempo para lazer era escasso, restando frequentar as tabernas ou apenas as conversas na rua. Por conta disso, cansados das condições de vida indigentes os operários começaram a organizar as primeiras associações e a fazer as primeiras greves.

As obras do porto de Lisboa e a implantação das estradas de ferro foram condicionantes do processo de urbanização e industrialização da cidade. A vertente segregacionista daquele período determinou a existência de áreas às quais foram atribuídas funções específicas em Lisboa. Desta forma,

se constituíram os primeiros bairros industriais, significativamente associados ao assentamento da habitação operária. Assim como diversas cidades brasileiras e europeias, a Lisboa industrializada cresceu sobre suas áreas mais antigas, num processo de adensamento, e se estendeu para a periferia de solo pouco valorizado e próximo das áreas industriais.

Nas duas maiores cidades portuguesas havia zonas com más condições de habitação, de maneira muito semelhante às registradas na Inglaterra, Irlanda e Escócia, onde se desenvolveram habitações precárias conhecidas como *pátios*, *wyndes* e *liberties*. Os proprietários perceberam a possibilidade de explorar o alojamento de forma mais lucrativa, construindo casas abarracadas nos quintais de suas próprias moradias, com o objetivo de alugá-las a trabalhadores como artesãos e operários.

Na cidade do Porto, as 'ilhas' aumentaram significativamente na metade do século XIX, situadas atrás das habitações de classe média, sem acesso direto a partir da rua, com a entrada através de corredores estreitos que atravessavam no térreo as casas no alinhamento. Por norma, as 'ilhas' eram casas térreas, com áreas reduzidas, sem as mínimas condições de conforto ou higiene, onde se aglomeravam famílias inteiras, de origem humilde.

Em Lisboa a situação habitacional, no final do século XIX, também deixava a desejar, à medida que a industrialização avançava e a população crescia progressivamente. Boa parte das classes trabalhadoras instalava-se em espaços precários, procurando sobreviver e contribuindo para a urbanização desorganizada da cidade. Como na Inglaterra, eram também aproveitados porões insalubres para o mesmo fim, sempre com acesso por trás; os conventos de recém-extintas ordens religiosas, que foram adquiridos em hasta pública, ou solares e palacetes degradados eram alugados quarto a quarto, sendo na maioria das vezes apenas um cômodo exíguo, configurando os 'pátios', além dos pátios construídos por empreendedores que adquiriram terrenos para este fim.

A origem dos Pátios em Lisboa remonta ao período de ocupação muçulmana no século VII, de acordo com a valorização de comportamentos propugnados pelo Corão, como o intimismo. Com o incremento populacional desordenado, configurou-se um novo tipo de pátio, resultante das reformas promovidas nos palácios rurais abandonados, os quais passaram a ser ocupados gradativamente por uma população desfavorecida. No entanto, sem o antigo conceito urbanístico de origem árabe, mas enquanto elemento urbano de repetição, ou seja, uma solução urbanística e arquitetônica próxima ao conjunto habitacional, onde as questões sociais se ressaltavam.

As vilas eram outra forma de habitação popular, que por vezes, adotavam a configuração dos pátios com aproveitamento total do espaço disponível. Algumas serviam também como alojamento a segmentos mais humildes da pequena burguesia lisboeta. O termo 'vila' generalizou-se no século XIX, depois da criação das vilas operárias, tendo sido adotado também para vários pátios.

Em Lisboa, a intervenção governamental com relação à promoção da construção oficial de vilas ou bairros operários tardou a acontecer, porém a administração municipal não deixou de estar atenta, promovendo investigação por meio de visitas técnicas que culminaram em relatórios e edição de leis específicas com regras para a construção de unidades habitacionais, sempre com o objetivo de evitar problemas sanitários e epidêmicos, em consonância com as iniciativas realizadas na Inglaterra

e França, em décadas anteriores, na edição de posturas sanitárias que estabeleciam regras para edificação de vilas e combate às ocupações insalubres.

Inquéritos sobre as condições habitacionais eram dirigidos mais atentamente aos casebres do pobre, camponês ou operário. Geralmente as descrições apontam as mesmas deficiências, como: superlotação do espaço, a falta de ar e luz natural, acúmulo de detritos e sujeira (por escassez de água e falta de coleta de lixo domésticos), habitação degradada (devido aos fatores anteriores e por causa da utilização de materiais de má qualidade). No final do século XIX, poucas casas em Lisboa estavam equipadas com vasos sanitários, e quando havia, não deveriam ser instalados próximos aos dormitórios, para impedir a propagação de emanações desagradáveis. As privadas deveriam ser instaladas em locais bem arejados, iluminados e orientados, preferencialmente fora da casa, de acordo com as regras impostas pela legislação municipal sobre as canalizações internas e no sistema, as quais frequentemente não eram seguidas.

As vilas deveriam ser práticas e higiênicas, com aproveitamento máximo do terreno (e desta forma mais lucrativas), de construção razoavelmente rápida e, portanto, simplificadas. Na maioria dos casos foram construídas sem preocupações estéticas, mas seguindo um padrão entre o vernacular e o erudito dentro de critérios estabelecidos na arquitetura portuguesa, com atenção especial para a circulação de escadas e vias de acesso e espaços comuns. Por conta da diversidade tipológica, não houve um padrão único de projeto para as habitações. O programa define os espaços coletivos e privados, sendo evidente a variação do número de dormitórios, mas mostra a constante existência dos espaços comuns: sala e cozinha, e também varia o dimensionamento dos cômodos de uma vila para a outra, as quais em geral ainda são habitadas, com adaptações invariáveis para a vida contemporânea.

Os modelos edificados na capital portuguesa também receberam influência das experiências realizadas em países pioneiros no processo de industrialização como Inglaterra e França. A habitação operária lisboense, edificada entre o final do século XIX e início do XX, se configurou de diversas formas: desde os pátios, que evoluíram a partir da Idade Média, adaptados em antigos palácios e conventos, ou mesmo edificados para o fim; passando por diferentes tipologias projetadas de vilas operárias (casas geminadas; vilas em carreira e em bloco, formando pátio, construídas atrás de prédios, formando ruas, vilas em escala urbana ou integradas nas fábricas); até a concepção urbanística dos bairros sociais, com referências aos falanstérios e propostas modernistas. Todos promovidos, em geral pela iniciativa privada, com a participação tardia do poder público.

A instabilidade sócio-política portuguesa do período adiou uma possível intervenção governamental nesta questão, apesar dos inúmeros projetos lei ainda no regime imperial, e posteriormente no início do século XX com o advento da República. Desta forma, a classe operária não foi alvo de qualquer política por parte da administração central ou municipal neste período e, o problema da habitação para as classes mais desfavorecidas se resolveu pela ação de construtores privados, os quais vislumbraram a possibilidade de rentabilidade de terrenos pouco valorizados, por meio do investimento de pequenos capitais em construção de habitações precárias - e em menor escala pelos próprios industriais, as sociedades filantrópicas e as cooperativas prediais.

A construção de vilas foi proibida na cidade de Lisboa em 1930 por meio de um regulamento camarário, consideradas espaços à margem dos arruamentos, muitas vezes no interior dos quarteirões. Desta forma, surgiu o programa das casas econômicas que levou à construção, pelo poder público, de vários bairros sociais em Lisboa até os anos 1970, de forma sucessivamente diversificada.

O aparecimento e o desenvolvimento das vilas operárias em Lisboa e São Paulo são semelhantes em vários aspectos: no período compreendido entre 1870 e 1930 houve nas duas cidades, a intensificação do processo de industrialização que expandiu suas populações gerando uma defasagem considerável de unidades habitacionais; alguns setores industriais (ferrovias, têxtil, entre outros) promoveram a construção de vilas institucionais de maneira paternalista para seus funcionários (também com o intuito de controle social dos empregados); e os trabalhadores dos demais setores se alojavam em habitações precárias adaptadas em antigos palacetes abandonados pela burguesia que sempre busca empreendimentos imobiliários mais recentes.

O Brasil colonizado pela civilização europeia repetiu, via-de-regra, os mesmos procedimentos consolidados no que diz respeito ao estabelecimento de habitações rurais e urbanas, principalmente as destinadas aos trabalhadores, escravizados ou livres. Entre as mais antigas unidades habitacionais erguidas para alojar trabalhadores no Brasil, tem destaque principal a habitação do escravo. A senzala tem designação de origem africana conhecida desde a segunda metade século XVI e significa: morada, habitação, ambundo. Existiram senzalas durante toda a fase de escravidão brasileira entre os séculos XVI e XIX as quais eram construídas dentro da unidade de produção: engenhos, fazendas de café ou minas de ouro.

Havia dois grupos de senzalas: a doméstica e a de oito. A doméstica, ou de dentro, servia de abrigo para escravos responsáveis pelas tarefas da casa senhorial. Poderia estar localizada no rés-do-chão da casa-grande, uma espécie de porão, porém dotada de alguns apetrechos e certa liberdade de circulação para seus integrantes. Já a senzala de oito ou de trabalho se configurava externamente, voltada para o terreiro e abrigava a mão-de-obra capaz de suportar as dificuldades da agricultura sob o sol tropical.

No início da presente pesquisa, muitas considerações baseadas em estereótipos e por fontes bibliográficas defasadas induziam crer que as unidades habitacionais dos escravos, as senzalas, seguiam um padrão destituído das relações familiares, já que os escravos eram tratados como mercadorias. Entretanto, no decorrer da pesquisa, apresentou-se a um rico universo de relações familiares que se dava por volta das senzalas, as quais não seguiam um padrão específico. Conforme relatos de viajantes estrangeiros que descreveram ou retrataram senzalas após visitarem fazendas e engenhos brasileiros, são citados quatro tipos comuns representados por: cabanas isoladas, pavilhões, barracões ou em formato de quadra.

Sobre o programa das diferentes tipologias, a senzala cabana se caracterizava em apenas um cômodo, destinado a abrigar os escravos casados e seus filhos menores para dormir, e onde se poderia instalar um fogo, sendo que em alguns casos, essa habitação poderia ter dois cômodos: um

destinado à função de dormir, onde estariam os tabiques, e outro ao fogo, onde os moradores preparavam comida, comiam e recebiam visitas; já a senzala pavilhão reunia compartimentos de mesmas dimensões para solteiros ou para famílias, sendo que o fogo era aceso em cada cubículo familiar e para os solteiros, o fogo era comunitário em espaços comuns, como as varandas; enquanto que a senzala tipo barracão destinava espaços diferenciados para solteiros e casados em termos de dimensão, vivendo os solteiros em espaços sem maiores divisões, separados por sexo e, as famílias em seus cubículos, onde teriam seus fogos. A senzala em quadra era configurada por edifícios retangulares contínuos, subdivididos em compartimentos ou cubículos, estes voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro.

De acordo com os estudos de Saia, Slenes, Lemos e Marquese, as diferentes tipologias de senzalas: cabana, pavilhão, barracão e em quadra, refletem diversos tipos de habitação oriundas dos povos indígenas nativos, da África, América Central (influenciadas pela Europa) e Portugal. Num primeiro momento, os escravos puderam construir suas próprias moradias de acordo com suas preferências e posteriormente, por conta da necessidade de vigilância contra fugas e agenciamento da unidade de produção, as senzalas passaram a atender às preferências dos proprietários das fazendas, inclusive com características militares de segurança. As dimensões dos cômodos das senzalas brasileiras e frequentemente seus materiais, técnicas de construção e programa não seriam totalmente estranhos aos escravos, em vista das coincidências entre as imposições restritivas de seus senhores e sua herança africana, considerando-se também que eles mesmos frequentemente podiam decidir sobre alguns aspectos de suas habitações.

551

Quanto às origens e principais influências das senzalas, a senzala cabana apresenta aspectos semelhantes com as habitações africanas comuns conhecidas como cubatas, normalmente baixas, com o telhado coberto de colmo (palha ou sapé) e sem janelas. Tais semelhanças entre as senzalas e as cubatas africanas podem ter refletido a imposição dos senhores, que não teriam levado em conta a opinião dos cativos e usuários dessas habitações, como a ausência de janelas para impedir as fugas. Nesse caso, essa imposição teria coincidido com as precedências dos escravos. O programa da habitação não teria desta forma, mudado muito na passagem da África para o Brasil. Se as senzalas, apertadas e trancadas, confirmavam para seus habitantes sua condição de escravos, as cabanas africanas não teriam sido lembradas como ideais, também porque o tráfico de escravos havia piorado as condições de vida e moradia da maioria dos africanos trazidos para a América, antes mesmo de terem sido capturados e desterrados.

Se a princípio, os fazendeiros deixavam a construção das senzalas a critério dos escravos, não só no Brasil, como também em outros países de colonização na América, a partir do final do século XVIII, foram advertidos quanto ao estado sanitário das habitações. A prática dos holandeses na construção das senzalas no Suriname era diferente daquelas dos portugueses, espanhóis e franceses, e seguia o modelo das casernas, em edifício único com total simetria, modelo que enfrentava resistência dos escravos, os quais preferiam as palhoças ou cabanas isoladas. Para o reforço de segurança nas senzalas, foi tomado de empréstimo o modelo arquitetônico dos destacamentos militares.

A senzala em quadra reunia características que remetem a duas possíveis origens: as habitações escravas do cinturão açucareiro da colônia espanhola, como os *barracones* dos engenhos de açúcar mecanizados e semimecanizados cubanos. Este modelo, difundido nas áreas litorâneas da África, rompeu com a autonomia escrava na construção das unidades habitacionais em um contexto de aceleração da produção de café e açúcar, aumento do tráfico negreiro transatlântico ilegal e acirramento das tensões em torno da escravidão; a outra possível influência tipológica das senzalas em quadra viria da arquitetura rural do norte de Portugal onde o terreiro articula os cômodos de serviço à volta, servindo não só para distribuição, como local de manipulação dos gêneros agrícolas. Neste espaço definido e acessível por um só portão, a família portuguesa trabalha com os empregados. Nesse caso, o arranjo corresponde principalmente à necessidade de controle sobre as atividades do que a formas de confinamento da mão-de-obra escrava.

Nas senzalas, apesar da lida dura de seus habitantes havia uma vida social. Nos cubículos destinados às famílias, os indivíduos descansavam e dormiam após uma intensa jornada de trabalho, preparavam comida e se alimentavam da maneira como melhor preferiam (dentro de diversas limitações), no entorno das mesmas faziam sua higiene (mesmo que precária), e podiam naqueles cubículos mal arejados e iluminados conversar em seus dialetos, conviver em família, ou seja, ter uma 'vida privada', por alguns momentos do dia, sem que os feitores e senhores os fizessem lembrar sua condição de mercadoria (não esquecendo que nas senzalas eram colocados no tronco e castigados). Inclusive, em certos casos, havia a possibilidade de desenvolvimento de uma economia doméstica quando era possível uma atividade paralela remunerada. Em termos de vida privada, não sobressai uma diferença significativa entre o programa das senzalas barracão ou pavilhão, uma vez que os solteiros habitavam compartimentos coletivos da mesma maneira, assim como os casados habitavam seus cubículos com membros da família, separados da coletividade, mas vivendo no mesmo edifício. Já as senzalas cabanas poderiam conferir maior privacidade, pois eram construções isoladas onde a vida familiar era mais bem proporcionada, até mesmo propiciando uma atividade econômica paralela.

A vida privada, de escravos solteiros e casados era bastante distinta, sendo que os casados adquiriam certa privacidade (não liberdade) dentro do conjunto das necessidades funcionais e sociais que caracterizam a senzala como habitação - uma casa brasileira. O casamento, mesmo que informal significava ter fogo separado. O preparo da própria comida também poderia garantir ao escravo um ritual de comer que não fosse identificado com a condição de cativo ou mesmo de semoventes. Geralmente os senhores os alimentavam em cuias ou em gamelas coletivas para seis pessoas, mas há casos registrados de fazendas que alimentavam os moleques escravos em coxos, como se fossem animais. Os escravos em geral almoçavam num refeitório conhecido como curro, sentados no chão e dividindo a comida da mesma gamela entre seis pessoas. O controle familiar sobre o preparo do jantar teria significado a possibilidade de escapar da comida do curro, provavelmente feita sem capricho e variedade; e também a oportunidade de conferir um sentido cultural próprio a uma das refeições do dia.

Após a proibição da exploração do trabalho escravo no país, as senzalas entraram em obsolescência, tendo sido demolidas, reformadas, destinadas a outras funções, ou mesmo abandonadas, tornando os raros exemplares remanescentes importantes documentos para o entendimento de seu espaço edificado relacionado aos hábitos, costumes e atividades humanas ali exercidas.

O programa da moradia do trabalhador rural passou a ser desempenhado nas colônias rurais, a partir da nova ordem socioeconômica no final do século XIX, com o fim do regime escravista e a implantação da República. O imigrante europeu não se sujeitou às condições precárias as quais eram submetidos os escravos negros. A diferença é muito simples, os africanos vieram cativos enquanto que os europeus vinham à América em busca de melhores condições de sobrevivência das que tinham em seu continente de origem. Isso implicava em uma unidade habitacional com garantia de uma vida privada digna e também de privacidade dentro de um programa definido pelas funções de dormir, cozinhar, comer e satisfazer necessidades básicas, atividades que não seriam coletivas. O colono europeu assalariado não se sujeitaria viver separado de sua família em um alojamento onde os homens dormiam separados das mulheres e crianças, nem com suas famílias dentro de um cômodo sem janelas, onde se cozinava numa trempe.

A política imigratória brasileira oscilou desde o governo de D. João VI até o fim do regime escravista entre: a Liberal que consistia em trazer pequenos proprietários para povoar o sul do país, a fim de combater a cobiça dos hispânicos; ou grandes quantidades de mão-de-obra, primeiramente escrava e depois formada por imigrantes pobres, para trabalhar na grande propriedade e na agricultura de exportação. A ausência de uma política única para introdução de imigrantes, que poderia ser realizada por meio do governo federal, provincial ou de maneira particular, dificultou a inserção de colonos no Brasil. Os fazendeiros das grandes propriedades e comerciantes da exportação não se interessavam pela admissão de pequenos proprietários, e sim de imigrantes em larga escala para diminuir a escassez de escravos a partir da proibição do tráfico negreiro.

A primeira iniciativa realizada para trazer imigrantes de maneira dirigida para o trabalho no campo partiu do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, com o objetivo de ampliar seus cafezais. Vergueiro decidiu arregimentar imigrantes na Europa, especialmente suíços e alemães. Houve uma deliberada preferência em São Paulo pelo imigrante europeu, em detrimento do trabalhador livre nacional, que atendendo ao aumento da demanda de produção, poderia ter se deslocado de outras regiões para a lavoura cafeeira e posteriormente para a indústria. Entretanto, para os padrões dos fazendeiros paulistas, o trabalhador livre nacional não possuía qualificação maior que os escravos, sendo estes vistos com desconfiança, na maioria dos casos, por terem sido escravos ou descendentes dos mesmos, considerados indolentes e inconstantes.

O sistema de mão-de-obra rural passou a ser baseado no imigrante europeu, invariavelmente de origem camponesa, contratado por salários pagos em dinheiro, como arrendatário e com contratos anuais. A inserção de nova mão-de-obra nas abastadas fazendas de café paulistas para substituir a antiga escrava determinou extensas mudanças nas relações de trabalho entre patrões e empregados. Os patrões, antes acostumados a manter seus empregados/escravos no serviço na base de

castigos e certificados de propriedade, a partir da proibição oficial da escravidão em solo brasileiro passaram a contar com profissionais livres portando contratos; enquanto que os escravos eram obrigados a trabalhar a força, os imigrantes europeus só tinham como obrigação seguir o contrato, o qual deveria ser interessante para ambos.

A preferência dos fazendeiros era por contratar famílias devido à organização da produção, sendo que o grupo familiar trabalhava na lavoura de 10 a 14 horas. As tarefas eram divididas com: as mulheres cuidando dos animais e da horta, e na época da colheita, além da casa e dos filhos; enquanto que as crianças ajudavam no beneficiamento do café. Se para os fazendeiros interessava manter grande quantidade de mão-de-obra trabalhando nos cafezais, para os imigrantes mais numerosos em São Paulo como os italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, a motivação principal foi o desejo de possuir um pedaço de terra e manter a autonomia camponesa. Os imigrantes tinham a esperança de conseguir adquirir as terras que os cafeeiros ocasionalmente dividiam quando começavam a perder fertilidade.

As dificuldades nas fazendas e o crescente desenvolvimento urbano motivaram a transferência dos imigrantes que se dispersaram espontaneamente para distintos tipos de frentes produtivas e econômicas nas cidades e em outras áreas rurais. Para o imigrante, a retomada dos seus hábitos de vida não foi fácil, vivendo em uma sociedade tão diversa, uma vez que toda a família cumpria tarefas de acordo com suas habilidades e força física.

Os primeiros imigrantes trabalharam em conjunto com os escravos, sofrendo maus-tratos e pressões semelhantes. Em alguns casos, a senzala e dependências de serviços da fazenda foram reformadas e oferecidas aos trabalhadores europeus. Com a insistência dos colonos, algumas antigas estruturas das moradias dos escravos foram remodeladas ou eram edificadas novas unidades mais afastadas da sede, quase sempre rústicas e construídas em taipa ou pau-a-pique, sem instalação sanitária e com chão de terra batida. No entanto, devido à situação precária das antigas habitações, a adaptação era impossível, e fileiras de casas geralmente geminadas passaram paulatinamente a mudar o tradicional cenário rural com a constituição da vila de colonos, considerada um sucedâneo da senzala, mas edificada com propósitos distintos em relação às necessidades funcionais e sociais de seus habitantes.

Na transição entre a unidade habitacional disponibilizada aos escravos e a moradia destinada aos colonos imigrantes, fazendeiros improvisaram um tipo de edifício em forma de barracão ou galpão, com apenas um cômodo como dormitório, o qual se tornou regra nas fazendas. Reproduzindo o esquema de algumas senzalas ou dos falanstérios, os edifícios serviram de abrigo aos europeus recém-chegados com a inserção de famílias inteiras em ambiente coletivo. Na construção das moradias dos imigrantes, eram os negros que auxiliavam na escolha das madeiras por eles desconhecidas, para não correr o risco de usar peças impróprias ou verdes.

No território paulista, a necessidade de trazer mais imigrantes não se justificava como em outros Estados do Brasil para fins de povoamento, desta forma, a colonização se fazia necessária para garantir outros interesses, como: a inserção de mão-de-obra para a lavoura cafeeira; o incentivo à produção de outras culturas, além do café; e também a ocupação de terras devolutas. Assim, o

governo paulista incentivou o assentamento de famílias imigrantes em núcleos coloniais com o objetivo de agenciar o assentamento em glebas de terras loteadas, com um projeto que designava onde deveriam se instalar, implantar uma cultura e construir a própria moradia. O governo tinha interesse em instalar os colonos nos lotes para fossem produzidos gêneros alimentícios que abasteceriam a cidade de São Paulo, em conjunto com os colonos que também poderiam trabalhar nas fazendas de café e acumular o capital que poderia ser empregado na futura aquisição de um pequeno pedaço de terra.

O planejamento dos empreendimentos e a implantação dos núcleos foram estratégicos e obedeciam a normas, como a proximidade de centro urbano ou povoação, estação ferroviária, engenho central ou navegação fluvial. A distribuição dos núcleos coloniais foi definida detalhadamente de acordo com os mapas e estruturaram a cidade de São Paulo e o Estado, conforme a eleição de cidades e regiões. O planejamento em rede por meio das ferrovias e navegação fluvial propiciou o projeto paulista do final do século XIX, ainda no Império, e se manteve quando da instalação do regime republicano. As redes ferroviárias e de navegação determinaram o projeto que ultrapassaria a economia cafeeira, muito além do que se pretendia com a produção das fazendas de café. Tal plano decidia onde ocorreria o desenvolvimento das cidades e dos negócios agrícolas e industriais.

Nos núcleos coloniais que receberam famílias italianas, as edificações foram construídas seguindo o repertório popular tradicional italiano, com referência no *cassinòt* ou *casinòtt* (ou ainda *casòt*, *cabanòt* ou *gabanòt*, também *casutèll*). Já, as casas construídas pelas famílias de origem suíça tinham como referência os *chalets*, com paredes em alvenaria e detalhes em madeira.

555

A maneira de construir as casas também se refletiu nos anexos de acordo com as funções. A casa provisória era edificada geralmente de barrote com cobertura de sapê, ou de telhas de edifícios demolidos. Apresentava quatro cômodos sem revestimento no piso, com a cozinha situada fora. Inúmeros fatores influenciavam a construção da casa definitiva, inclusive preditos em contrato.

Os núcleos coloniais, com suas particularidades, induziam a realização da própria casa, proporcionando condições psicossociais para que os estrangeiros pudessem se transformar e recriar outras maneiras de habitar em solo brasileiro. As primeiras edificações dos núcleos coloniais foram executadas com os materiais imediatos disponíveis no ambiente da ocupação: madeiras roliças, madeiras cortadas artesanalmente, taipa de mão com sobras de materiais e bambus, rústicas e sem acabamentos de acordo com a emergência. As unidades apresentam soluções diversas e vocabulário complexo com paredes de pedras e cobertura de telhas ou de palha. Nas zonas argilosas onde a pedra dificilmente pode ser encontrada, a alvenaria era construída com tijolos.

No espaço interno das unidades, viviam famílias numerosas, com até quatro ou cinco filhos. A cozinha se constituía como um importante espaço da casa, onde além do preparo da alimentação, era reunida a família, quando edificada no perímetro da construção principal. As unidades habitacionais rurais não possuíam banheiros, sendo que o banho era tomado nos rios, ou nos quartos, com o auxílio de tinas e bacias de folha de flandres, usadas para a lavagem dos pés antes de dormir.

Enquanto as unidades dos núcleos coloniais foram influenciadas predominantemente pelas técnicas construtivas e pela tipologia das habitações rurais europeias, principalmente de origem italiana ou

germânica, as unidades habitacionais das colônias rurais se constituíram por influências diversas. As colônias rurais se configuravam em um conjunto de unidades habitacionais iguais, ou com pequenas variações, de propriedade dos fazendeiros, que serviam como moradia para os imigrantes conhecidos como colonos, enquanto os mesmos trabalhavam nas plantações de café ou de cana. As senzalas ou colônias não devem ser confundidas com núcleos coloniais planejados, nem tampouco desta forma, denominadas.

Na maioria dos casos, as colônias rurais seguiam dois tipos com programa mínimo: construções isoladas, geralmente com unidades geminadas; ou com unidades em carreira, cobertas em duas águas. Isoladas ou em carreira, eram enfileiradas em linha ou dispostas ao redor de um pátio, onde também poderiam estar também edificações, como: escolas, capelas ou vendas. Outra organização de colônias se dava por meio da distribuição das unidades espalhadas forma espontânea pelos talhões de café, em função da quantidade de pés sob a responsabilidade da família colona, possibilitando criações, hortas e roças de subsistência, incluindo cômodos anexos de serviços, cozinhas, cercado para animais, celeiros, galinheiros e paiol.

Preferencialmente, as colônias eram situadas em fundo de vales, localização climática tropical conflitante com o modo de vida dos colonos provenientes de climas temperados, resultando em problemas higiênicos. A ausência de água encanada e esgoto na maioria das unidades habitacionais de colônia criava um ambiente favorável à propagação de doenças. Se aos imigrantes era dificultado espaço de habitação característico de seus países de origem, entre as paredes da casa da colônia, tentavam manter seus hábitos alimentares, com cereais em forma de trigo e milho; além de feijão, arroz, batata e verdura fresca, plantados na pequena horta que cultivavam.

As colônias compostas com unidades isoladas são comuns em todo o território paulista, com exceção das construídas no século XX, quando assumiram um programa mais completo. Em geral, a planta das unidades habitacionais rurais, geminadas para reduzir custos na obra, segue o padrão pioneiro implantado na Fazenda Ibicaba com: sala, dois dormitórios e cozinha, quase sempre sem banheiros internos (instalação sanitária isolada nos fundos). Eventualmente há um cômodo posterior ocupado pelas funções domésticas e um alpendre fronteiro.

As características construtivas das colônias rurais foram comuns no período imigratório paulista, sendo que as unidades habitacionais apresentam semelhante disposição de cômodos, dimensionamento de espaços e as mesmas deficiências com relação à higiene. As técnicas construtivas mais comumente empregadas na edificação de colônias, com exceção do embasamento de pedras, traziam: casas de madeira; com estrutura de madeira e revestimento em taipa de mão; ou em alvenaria de tijolos, mais comuns para imigrantes italianos. A cobertura não apresentava grandes variações, com predominância das telhas do tipo capa e canal, em telhados de duas águas com queda para frente e os fundos da edificação.

Esta paisagem rural estava prestes a sofrer enormes mudanças com o início do processo de industrialização paulista. Processo que teve seu início a partir de meados do século XX com a instalação de pequenas casas industriais na capital e no interior do Estado, prioritariamente em Sorocaba, Piracicaba, Itu e Campinas, cidades com tradição agricultora de café e cana de açúcar, cuja econo-

mia estava baseada nesse sistema. O processo de industrialização se deu atrelado à economia da agricultura, com as tecelagens e engenhos centrais que dependiam das plantações de algodão e de cana. Algumas instalações industriais se estabeleceram nos espaços de antigas fazendas, próximas ou não dos núcleos urbanos, mas quase sempre bem próximas dos rios.

Entre a agricultura e a indústria, as usinas de açúcar e álcool se constituíram em áreas rurais e desenvolveram núcleos urbanos formados pelas instalações fabris e também pelas colônias com unidades habitacionais para os trabalhadores, além de outros edifícios de uso coletivo como: igrejas, escolas, casas comerciais e espaços de lazer. Na maioria dos casos, as iniciativas foram concretizadas com forte caráter paternalista por parte de seus proprietários, que ao isolar seus trabalhadores do convívio urbano, podiam controlar o cotidiano familiar e garantir funcionários mais agradecidos e empenhados no trabalho. Em alguns casos, os arranjos tiveram referência de conceitos como a unidade de vizinhança, ainda que os objetivos difiram.

A presente pesquisa confirmou as hipóteses relativas ao estabelecimento dos espaços de sobrevivência rural no território paulista: as senzalas não se configuravam como espaços aleatoriamente construídos, mas obedeciam a esquemas habitacionais tradicionalmente encontrados na África e Europa; núcleos coloniais rurais deram origem a bairros e cidades paulistas, por não se constituírem exclusivamente de unidades residenciais, devido à presença de diversos equipamentos sociais como igrejas, escolas, quitandas e clubes, entre outros; as unidades habitacionais rurais oferecidas pelos proprietários das fazendas seguiam um programa análogo ao das vilas operárias urbanas, enquanto que as unidades erigidas pelos trabalhadores imigrantes, especialmente italianos e germânicos, seguiam o padrão das vilas de seus países de origem, também com programa semelhante. No entanto, a hipótese de que as unidades habitacionais inseridas nas vilas e colônias teriam influenciado um novo *'modus vivendi'* das famílias, considerando que as mesmas possuíam hábitos oriundos de habitações de características diversas, não se confirma, já que nos casos nos núcleos coloniais, as habitações eram edificadas pelos colonos, seguindo suas tradições de origem. Ao contrário, os imigrantes introduziram a cozinha no corpo principal da unidade habitacional, uma vez que a tradição caipira oriunda das raízes indígenas trazia a cozinha separada na forma de rancho ou mesmo aberta. Nas colônias rurais, o programa não se distingue das habitações dos núcleos coloniais com relação ao programa, apenas variando o número de dormitórios e a presença de instalação sanitária.

O modelo de unidade habitacional evoluído a partir das *cottages* inglesas foi implantado no Brasil, em larga medida no Estado de São Paulo em colônias rurais e nas vilas operárias urbanas. Foram implantadas em território paulista unidades habitacionais desenvolvidas em tipologias comuns às encontradas em Lisboa, adaptadas à legislação aqui vigente, e também aos hábitos brasileiros, como também aos terrenos disponíveis e às oportunidades de lucro dos patrões paternalistas e dos empreiteiros. A implantação urbana das vilas operárias edificadas em São Paulo também seguiu determinados padrões tipológicos, muito semelhantes aos encontrados em Lisboa, confirmando uma das hipóteses da presente pesquisa. Apesar de diferenças de disposição de cômodos, as edificações paulistas também adotaram um padrão tipológico urbanístico muito semelhante ao desen-

volvido e reconhecido na capital portuguesa, como: casas geminadas, vilas em carreira e em bloco, vilas formando pátio, vilas formando ruas e vilas de escala urbana (geralmente patronais), de acordo com a classificação adotada por Pereira para a capital portuguesa, além dos conjuntos habitacionais modernistas.

A partir das décadas finais do século XIX é possível identificar no território brasileiro, por meio da arquitetura produzida por fábricas, a constituição de uma paisagem cultural típica do mundo industrial. Nesse período, as vilas operárias e núcleos fabris converteram-se em importantes expressões da transformação do Brasil em uma sociedade industrial. São identificadas duas tipologias de arquitetura industrial no Brasil, as quais serviram de modelo para a implantação de diversos núcleos fabris em São Paulo: a primeira foi a colonial brasileira (geralmente, fábricas fundadas no Império), com fachada semelhante à de uma casa grande de fazenda para produção de açúcar ou café; enquanto que a outra tipologia industrial tem referência na britânica manchesteriana (fábricas do século XX): com a fachada típica em alvenaria aparente, com estrutura sóbria e simetria de planos, e sistema moderno implantado.

A estética industrial se expressava nas unidades habitacionais das vilas, no emprego de materiais como o tijolo aparente e o ferro, produzidos industrialmente e difundidos a partir da arquitetura de fábricas, refletindo o espírito fabril com princípios utilitaristas expressos no uso repetitivo de tipologias construtivas, na economia de espaços e elementos construtivos. Estudiosos como Correia defendem que as formas tipológicas assumidas pelos conjuntos de unidades habitacionais operárias ou populares, apresentam semelhanças em todo o território brasileiro, com pequenas variações em suas características, escalas e distribuição espacial.

A industrialização de São Paulo dependeu desde o princípio das exportações de café. No final do século XIX o mercado cafeeiro entrou em expansão com o beneficiamento industrializado e a procura dos Estados Unidos e Europa. Nas últimas décadas do século XIX, uma série de transformações econômicas e sociais no Brasil propiciaram condições necessárias para a industrialização e também para o desenvolvimento urbano de São Paulo. Além da introdução de mão-de-obra de imigrantes europeus, a instituição da República possibilitou uma estrutura econômica e política descentralizada, permitindo ao Governo reter os lucros no Estado para serem reinvestidos. O comércio do café industrializado tornou-se também a base do crescimento industrial nacional, viabilizando a economia monetária, sendo que até então, o dinheiro pouco circulava, ficando restrito às fazendas autossuficientes.

O comércio do café, além da procura pela produção industrial, também custeou parte das despesas gerais, econômicas e sociais da manufatura nacional, como: construção de ferrovias, por intermédio dos cafeeiros, para escoar a produção ao Porto de Santos; companhias elétricas e hidrelétricas organizadas pelos empresários cafeeiros para o beneficiamento do café e posteriormente disponibilizadas para iluminar as ruas e casas das cidades do interior paulista.

As atividades industriais adquiriram maior importância no final do século XIX, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. As tecelagens tiveram destaque fundamental no desenvolvimento

industrial de São Paulo, pois além da produção de tecidos para vestimenta, também produziam a sacaria para exportação de café, atrelando desta forma a produção agrícola, a fábrica e a ferrovia. A industrialização paulista contribuiu efetivamente para o crescimento da população urbana, pois muitos trabalhadores rurais passaram a deixar o campo em busca de empregos nas novas fábricas ou nas companhias ferroviárias que se instalavam além da capital, pelo interior paulista. A partir da aceleração do incremento populacional de São Paulo, estruturou-se um dinâmico mercado de trabalho e bens de consumo que exigiu moradia de baixo custo.

A inserção de sucessivas levas de uma população pobre contribuiu para ampliar os índices de miséria urbana de São Paulo, pois a imensa corrente imigratória favoreceu mais a pobreza que a prosperidade dos imigrantes, no princípio. Na capital Paulista, a ocupação de bairros com predominância operária ocorreu com a presença de imigrantes italianos e trabalhadores oriundos da zona rural, inclusive escravos libertos. A maioria dos moradores era constituída de operários das indústrias da cidade de São Paulo estabelecidos em loteamentos populares distantes do centro, em terrenos acidentados ou várzeas. Nesse período, verificava-se grande quantidade de habitações coletivas de aluguel junto às habitações isoladas de pequenos proprietários, de fazendeiros ricos ou dos novos industriais, no sítio original de São Paulo, entre os vales do Anhangabaú e Tamanduateí e nas áreas da Luz e Santa Ifigênia. Na capital paulista, os bairros do Brás, Mooca, Belenzinho, o leste do Ipiranga e o sudeste do antigo centro paulistano, através do vale do Tamanduateí, tornaram-se os principais endereços para as novas indústrias no final do século XIX.

Até a década de 1880, era difícil reconhecer os locais habitados pelos mais pobres nas vilas e cidades brasileiras. Por conta de uma tradição que se disseminou até a erradicação oficial do trabalho escravo no Brasil, os prestadores de serviços manuais, escravos ou livres, costumavam morar em seus locais de trabalho. As habitações populares de São Paulo se agrupavam timidamente nas saídas da cidade, no limite entre o urbano e o rural abrigando pequenos artífices que viviam de encomendas de moradores da roça e do centro da cidade. A eliminação do regime escravista provocou a transferência indiscriminada de ex-escravos sem qualificação profissional, da zona cafeeira para a cidade, atendendo a pouca demanda por trabalho braçal, onde enfrentaram dificuldades para conseguir alojamento.

A localização espacial da relação entre classes e trabalho possibilitou uma configuração segregacionista, que não é uma característica específica de São Paulo. Os bairros considerados operários eram em geral mistos, com residências e indústrias, onde os industriais permutavam terrenos com a Prefeitura ou compravam terrenos baratos na várzea. Os terrenos eram loteados para a construção de unidades habitacionais direcionadas aos operários, configurando um negócio altamente lucrativo.

As cidades e, principalmente as capitais brasileiras que se expandiram com o desenvolvimento da indústria e do comércio, passaram a dispor de certa infraestrutura urbana em seus centros comerciais e administrativos e nos bairros residenciais mais ricos. Ao longo da década de 1920 e início da década de 1930, os chamados bairros industriais e operários mantiveram muitas de suas características iniciais, a despeito da renovação urbana que se implantava nas áreas mais centrais e do rápido crescimento. Nestes bairros mistos de residências operárias e fábricas, havia ruas inteiras de casas

em série, habitações pobres e coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas e um pequeno comércio com sistema deficiente de água e esgotos, onde o operariado industrial e urbano enfrentava problemas e situações cotidianas semelhantes.

Assim como na Europa, a vida nas fábricas brasileiras era difícil, em um sistema criado para padronizar e disciplinar o trabalho proletário e desta forma, o controle da disciplina era rígido com aplicação de multas e até de castigos corporais sobre faltas, atrasos, desperdício de matérias-primas ou quebra de máquinas. A vigilância incidia em todos os espaços de sociabilidade do trabalhador, além da fábrica, também na habitação, na escola, no armazém, na igreja ou no teatro.

Grupos de tendência anarquista ou comunista denunciavam a exploração do trabalhador nas fábricas e locais de trabalho, as condições de vida precárias, e que havia uma insistência por parte dos empregadores em sujeitar o trabalhador à ordem burguesa no cotidiano, de acordo com suas visões e doutrina política.

Os operários industriais no Brasil na Primeira República constituíam uma parcela restrita da população, em geral, excluída da participação civil ou política nas instituições da sociedade capitalista, como também a grande maioria das massas populares. Formado, na maioria, por analfabetos e estrangeiros, o direito de votar e ser votado nas eleições oficiais praticamente inexistia para o proletariado, pois os partidos políticos vinculados à classe operária estavam virtualmente condenados à ilegalidade, além de os sindicatos dos trabalhadores ainda não serem reconhecidos pelo Estado.

Sobre as precárias condições de vida, a insatisfação do operariado contra tal situação foi agregada ao descontentamento geral, o que provocou inúmeras greves. As greves foram consequência de como as expectativas operárias por melhores condições de vida e trabalho eram muito pouco contempladas. Nos ambientes coletivos, os trabalhadores tinham oportunidade de expressão e manifestação, e definiam como seus, os espaços onde outros trabalhadores também compartilhavam suas experiências auxiliando diretamente na constituição da chamada classe operária.

As sociedades beneficentes se configuravam território exclusivo do operariado, onde os trabalhadores poderiam contar com auxílio mútuo, fazendo das ações coletivas sua marca cultural. O ambiente profissional gerou os trabalhadores, enquanto que os espaços de sociabilidade e de solidariedade serviram para que os operários se reconhecessem como categoria. Enquanto isso, o governo do Estado Novo criava mecanismos e se utilizava da burocracia estatal para limitar e delimitar os avanços do operariado. A criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio obrigou as entidades de amparo ao trabalhador a seguirem imposições legais enquanto que os sindicatos deveriam cooperar com o poder público, que reprimia todas as manifestações que viessem a realizar.

Assim como na Europa, no início da industrialização, em vista dos baixos salários e da defasagem crescente nas primeiras décadas do século XX, os pais se viam obrigados a empregarem os filhos para completar a renda familiar, a despeito dos baixíssimos salários que eram pagos às crianças e o impedimento da continuidade dos estudos.

O operariado imigrante teve pouco acesso à instrução pública, principalmente ao ensino elementar e primário entre o final do século XIX e início do XX, sendo que apenas nas décadas de 1910 e 1920 os filhos dos operários puderam frequentar as escolas públicas, mesmo que de forma irregu-

lar, sendo que poucos chegavam a concluir o curso primário. Algumas indústrias de grande porte com caráter paternalista mantiveram escolas nas vilas operárias para os filhos dos funcionários; enquanto que instituições religiosas e o poder público também ofereciam escolas noturnas destinadas à classe proletária, onde os operários e seus filhos cursavam o nível elementar ou profissionalizante.

Com a elevação do custo de vida, era impossível cobrir os custos com alimentação, habitação, vestuário, calçados e de imprevistos, excluindo-se os gastos com quaisquer divertimentos, bebidas, transporte, luz e educação para as crianças. No início do século XX houve uma relação estreita entre a produção industrial nascente e o consumo da classe operária, com a fabricação de bens de consumo popular, assim como ocorrera anteriormente no processo de industrialização da Europa, decorrente das leis de divisão social do trabalho. A produção de bens de consumo de massa era capaz de garantir a reprodução da força de trabalho, por meio da absorção total do volume de salários pelo mercado desses manufaturados. Se os provimentos não eram suficientes para a alimentação, o vestuário era limitado ao estritamente necessário. Além da precariedade do vestuário e da alimentação, a higiene e a saúde da classe operária eram insuficientes, com altos índices de mortalidade por tuberculose, doenças infectocontagiosas e elevada mortalidade infantil.

Os meios operários eram considerados nocivos para a disciplina do trabalho, além de focos de agitação e revolta social no século XIX. Os hábitos operários desenvolvidos nos raros momentos de descanso eram considerados como vícios, e o lazer e a recreação do operariado eram tidos como improdutivos. Com uma jornada de trabalho em torno de dez horas diárias e cursando aulas noturnas, o escasso tempo livre era empregado nas sociedades recreativas dançantes, clubes de futebol, bares e casas de jogos e apostas. Como reação, os trabalhadores costumavam levar para as ruas o seu divertimento, suas festas, comemorações, músicas, futebol e as mais variadas tradições, tornando as atividades de lazer, uma parte da cultura urbana e do povo operário. Em todas as atividades vivenciadas pelas famílias operárias no início do século XX é possível observar o esforço para ultrapassar as dificuldades sociais e econômicas.

O discurso operário, desde o princípio, criticava o controle total exercido pelos patrões sobre as horas livres do trabalhador, que impunham recreações moralizadoras e alienantes, impedindo que cada um dispusesse livremente do seu próprio tempo, para evitar uma aglomeração dos dominados que assustava os patrões. Alguns grandes estabelecimentos industriais de São Paulo criaram equipamentos destinados à recreação dos operários nas vilas operárias, mas ao operariado industrial esse tipo de ação não se concretizou em maior escala.

Instituições como a igreja católica ofereciam frequentemente à classe operária as festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros operários, como alternativa de lazer, para garantir o bom comportamento e a disciplina do operário no interior da vila, e na organização da vida social dos operários dentro dos muros das vilas e fábricas. A vida nas vilas operárias pode ser considerada um prolongamento da disciplina rígida do regime de trabalho fabril, onde a liberdade formal que o trabalhador assalariado possui no capitalismo como vendedor de sua força de trabalho, era praticamente inexistente.

O cotidiano da família operária no processo de industrialização paulista era marcado por situações adversas, principalmente para aquelas que não tinham acesso a unidades habitacionais dignas por conta dos baixos salários. Assim, moradias insalubres infestaram a capital paulista constituindo um péssimo aspecto da expansão econômica e física da cidade, sujeita a um processo de incremento populacional.

Os problemas causados pela rápida industrialização que seduziu trabalhadores rurais para deixarem o campo e buscar trabalho na cidade ocorreram praticamente da mesma forma em cidades europeias como Londres, Paris e Lisboa, onde o incremento populacional aconteceu sem que houvesse preparação por parte do poder público para criar condições de habitabilidade às classes operárias. A demanda crescente por habitações de baixo aluguel foi atendida por proprietários especuladores procurando ganhar com a extensa ocupação de cômodos, terrenos e casas.

Habitações do tipo cortiço já apareciam no século XVIII com o nome de 'casa de corredor' no Rio de Janeiro. Por volta de 1870 apareceram os primeiros cortiços nos bairros centrais de São Paulo, como: Sé, Santa Ifigênia e Bela Vista, além dos bairros operários como Brás e Mooca. Ao longo dos anos, dependendo do período histórico-político, a palavra 'cortiço' foi associada, devido à situação de precariedade associada com outros termos como: 'casa de cômodo', 'casa de corredor', 'cabeça de porco' e 'quintal'.

O espaço de habitação popular, em suas variadas modalidades, reunia intensa vida social em espaços exíguos. Essa característica se evidenciava no cortiço, série de cômodos perfilados, grudados, com frente para um pátio ou corredor comum, com equipamentos coletivos, representados especialmente pela área de lavagem de roupas e a instalação sanitária, além da cozinha. A exiguidade do espaço misturava nas áreas privadas, pais e filhos, homens e mulheres em atividades diversas como comer ou dormir, além de outras necessidades.

Problemas sociais e de higiene pública decorrentes desse tipo de moradia coletiva levaram as autoridades a se preocupar mais seriamente com o assunto. A Câmara paulistana passou, no final do século XIX, a legislar sobre as moradias operárias e cortiços, onde grande parcela de trabalhadores na capital vivia precariamente, inclusive ameaçando de demolição e desapropriação os edifícios considerados insalubres para serem disponibilizados à construção de vilas operárias com condições adequadas de higiene. Havia especificações técnicas sobre o tipo de construção que as casas deveriam obedecer com relação à altura de pé-direito, portas e janelas, como também os revestimentos, mas apesar de técnicas, as regras eram sociais, pois tais especificações não se aplicavam às casas burguesas. Sendo assim, legalmente o projeto de casa operária poderia ser concebido para ter menor qualidade em relação ao burguês, desde que atendesse aos quesitos de salubridade determinados pelo poder público.

A Câmara paulistana proibiu a construção de unidades habitacionais populares no perímetro central, impedindo desta forma, o acesso do operariado às áreas mais valorizadas e dotadas de infraestrutura. As mais antigas legislações municipais paulistanas, de 1897, 1900 e 1908, estimulavam a construção de vilas operárias pelo poder público ou iniciativa privada, que fossem 'baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas', ou seja, periféricas. Entretanto, a legislação sanitarista não impedia

a proliferação de cortiços, ao mesmo tempo em que surtos epidêmicos explodiam pela cidade, sendo que três de seus focos se encontravam nos bairros onde predominavam as tais precárias moradias coletivas.

As características do desenvolvimento urbano da capital paulista foram consideradas de formas diferentes e por distintos agentes sociais. Médicos, administradores públicos, engenheiros e arquitetos observaram o alojamento do pobre, ressaltando os problemas para a saúde de seus habitantes e as questões construtivas espaciais. Considerada suja, escura e insalubre, a habitação operária era analisada por estes observadores, contra uma postura de habitat limpo, iluminado, arejado e são. Eles construíram um conjunto de críticas, por meio de relatórios de comissões de saneamento, conferências e palestras.

Com relação ao controle sanitário, o regime republicano se beneficiou com os avanços científicos ocorridos durante o último quarto do século XIX. Como forma de controle social, foi criada a Polícia Sanitária para combater problemas sanitários e epidemias, pois com o crescimento dos cortiços, era necessário combater as epidemias e fiscalizar as possíveis áreas infectadas, invadindo-se a privacidade dos moradores, até destruindo a habitação, obrigando os moradores a se afastarem para a periferia ou se distribuírem em outros cortiços no centro da cidade.

O cortiço era considerado prejudicial tanto pelos médicos como por arquitetos e engenheiros por não corresponderem a uma organização ideal para as cidades brasileiras industrializadas daquele momento. Para os higienistas e sanitaristas a vila era considerada ideal, mesmo com construções geminadas, pois eram edificadas com instalações higiênicas individuais e os núcleos familiares separados, sem a promiscuidade característica do cortiço. Nos projetos de vilas, o banheiro e a cozinha foram sendo progressivamente integrados à construção, ou edificadas em anexos no quintal de cada unidade; já no cortiço, esses serviços higiênicos e sanitários eram e, continuam sendo externos e coletivos.

A necessidade de construção de casas populares em quantidade suficiente para abrigar a classe trabalhadora e extinguir os cortiços, era reconhecida pelo pensamento liberal da época, mas tal encargo era deixado inteiramente à iniciativa privada, que deveria construí-las e explorá-las com baixo custo, mediante incentivos e favores oferecidos pelo Estado, assim como ocorrido em Lisboa. Ainda no final do século XIX, foi cogitada a criação de companhias prediais que construíssem casas de aluguel adequadas à habitação das classes desfavorecidas, mas estas iniciativas não tiveram êxito, pois os empresários só se interessavam pela construção da moradia proletária, pelo critério imediato da rentabilidade. Os bairros industriais e operários paulistanos como o Brás, são caracterizados basicamente pelo padrão habitacional da moradia alugada, sendo que tal investimento era rentável para pequenos poupadores. Os poderes públicos passaram a conceder terrenos a companhias construtoras para a edificação de vilas operárias saudáveis, já no início do século XX. As casas modernas, higiênicas e baratas para os operários eram aquelas que possuíam de dois a três cômodos, com cozinhas e instalações sanitárias exteriores. A partir do incentivo, companhias prediais passaram a construir unidades habitacionais para os operários, nas áreas periféricas, próximas às fábricas.

Assim como ocorreu em cidades da Europa em fase de industrialização no mesmo período, como Lisboa, houve em São Paulo um amplo esforço de reorganização do trabalho, com ações patronais de controle sobre o cotidiano dos trabalhadores. Essas ações produziram a construção, por parte das empresas, de moradias para os operários, sendo muitos destes oriundos da zona rural. Vários fatores teriam levado empresários e capitalistas a investir em habitações operárias, sendo que alguns autores como Blay apontam que o principal motivo da edificação de vilas atreladas às fábricas condicionava-se à contratação e mão-de-obra; enquanto que outros, como Rolnik, enfatizam que este tipo de empreendimento tinha como objetivo localizar os operários mais próximos à fábrica, gerando um núcleo de urbanização capaz de atrair novas populações; já Rago defende que os interesses econômicos dos empresários estavam ligados a necessidades políticas. Para Bonduki, as indústrias construíam vilas da mesma forma que os investidores, pois viam na aplicação de capital um bom negócio complementado pela possibilidade de manter seus operários sob seu controle.

As vilas operárias reproduziam a estrutura hierárquica e arbitrária da fábrica. Em muitos casos, a arquitetura da vigilância dos industriais brasileiros procurava seguir o modelo inglês com as unidades habitacionais que compunham as vilas dispostas em torno da fábrica ou circundadas pelas instalações fabris. Tanto industriais como higienistas, ao defenderem a construção de habitações confortáveis, higiênicas e baratas, entendiam que desta forma o trabalhador se fixaria não apenas ao emprego, mas também ao lar nos momentos de folga, incentivando o casamento monogâmico e a organização da família operária, moldando trabalhadores obedientes e cumpridores de seus deveres num ambiente aconchegante, contrário à sedução das ruas movimentadas e bares.

564

A formação de um lar revela a tentativa de redefinição das relações familiares, por meio da promoção de um novo modelo de mulher dedicada ao lar e, de uma nova percepção da criança. Para tanto, seria necessária a transmissão dos sentimentos da laboriosidade e da vida regrada, o gosto pela privacidade, assim eliminando as práticas populares que pudessem eventualmente ameaçar a estabilidade da ordem social. A vila deveria estabelecer um espaço confortável, satisfatório e moral de onde o trabalhador não precisasse sair, permitindo o controle da economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera de trabalho, delimitando o espaço que deveria circular, estabelecendo no perímetro da vila e próximo à fábrica, os serviços básicos necessários para toda a família operária. Os operários eram induzidos a gastarem seus baixos salários nos estabelecimentos da fábrica, aumentando os lucros dos capitalistas. Na maioria das vezes, para conseguir fixar o operariado proveniente das fazendas, os industriais ofereciam aos operários: igreja, escola, pré-escola, armazéns, clube social, clínica de saúde e até mesmo cinema.

Para os trabalhadores provenientes da zona rural, o esquema não era muito diferente do campo, pois a relação 'empregado x patrão' também se estabeleceu de maneira paternalista como forma de garantir a disciplina social do empregado, dentro de um programa de moradia construído com casas geminadas onde os colegas de trabalho eram vizinhos e frequentavam as mesmas festas populares e a missa na capela construída também pelo patrão.

Como não havia casas para todos os operários, geralmente era feita uma seleção para escolher os contemplados, sendo o comportamento do trabalhador, dentro e fora da fábrica, o principal crité-

rio de seleção, que representam um aspecto importante de especificidade de tratamento, sendo que em alguns casos, algumas unidades habitacionais permaneciam vazias por algum tempo, mesmo havendo interessados em ocupá-las.

Se os cortiços e demais habitações pobres ofereciam piores condições que as vilas operárias, ambos representavam importantes áreas de concentração operária. Enquanto os primeiros facilitavam a solidariedade de classe, as vilas se caracterizavam como realizações patronais, nos terrenos da própria empresa, onde a possibilidade de controle social e ideológico era maior. Assim como na França, muitos operários refutavam a ideia de viver nos domínios da empresa empregadora. Ao contrário dos cortiços, favelas, mocambos e barracos que se concentravam em grandes centros urbanos e industriais, as vilas operárias das fábricas tendiam a se construir exatamente em núcleos mais ou menos isolados no interior paulista e em outras regiões rurais afastadas, tornando-se a fábrica o centro nervoso de toda a vida local.

A partir da década de 1920 houve um crescente desinteresse da parte dos empregadores por esse tipo de investimento, os quais deixaram gradativamente de edificar vilas, pelo menos, na capital. A ameaça política das classes operárias passou a ser combatida pelos empregadores de maneira menos literal. A figura paternalista e benemérita cedeu lugar a um grupo de especialistas, sendo o desinteresse pelas vilas operárias um sintoma das mudanças ideológicas provenientes da atuação de outros profissionais, como os engenheiros e arquitetos, sociólogos e advogados, que passaram a dividir com os médicos higienistas, as preocupações em relação à habitação popular e principalmente o comportamento moral de seus moradores, apresentando soluções práticas para os problemas urbanos. Posteriormente, muitos empresários colocaram as unidades habitacionais à venda com prioridade para os moradores ou mesmo para quem pudesse pagar o valor exigido.

Por outro lado, o problema habitacional enfrentado pelo proletariado desde o final do século XIX se agravou no decorrer das primeiras décadas do século XX. As vilas higiênicas e econômicas preconizadas no início do século tornavam-se cada vez mais inatingíveis. Assim como na Europa, a primeira guerra mundial gerou uma crise habitacional no Brasil com forte especulação nos arrendamentos, sendo que não foram tomadas providências para coibir a prática durante a Primeira República, e somente no Estado Novo foi editada a Lei do Inquilinato.

A experiência internacional na promoção de habitação direcionada às classes trabalhadoras influenciou algumas importantes iniciativas para o debate sobre as condições ideais. Em 1916, a Prefeitura de São Paulo lançou um concurso de projetos para unidades habitacionais unifamiliares com a finalidade de dispor de projetos para pronta execução, como 'projetos padrão' em conformidade com as posturas legais que tratavam do aspecto higiênico da unidade habitacional: código sanitário, leis e atos municipais, além de satisfazer quatro condições: higiene, comodidade, estética e economia em unidades habitacionais isoladas ou geminadas. Apesar do bom nível dos profissionais premiados, as unidades não foram oficialmente construídas, mas serviram como referência para projetos desenvolvidos a partir de então, assim como diversos projetos publicados em revistas especializadas. Apesar das discussões técnicas sobre a habitação popular, a população pobre construía suas

casas com os recursos possíveis, sem que fosse assegurada qualidade construtiva mínima que garantisse segurança frente ao perigo da insalubridade decorrente da má construção.

Na década de 1930, a questão da habitação passou a ser tematizada e construída pelos dominantes em maior medida como uma demanda moral do que como um problema material ou financeiro. A questão da viabilização de projetos de construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda ganhou destaque em encontros e congressos de higiene e saúde pública. No I Congresso de Habitação ocorrido no ano de 1931 em São Paulo, os congressistas defendiam e ressaltavam a importância da casa como agente eficaz para a formação da família e consolidação de um lar. Em consonância com os temas discutidos nos CIAMs, os principais temas apresentados diziam respeito à unidade habitacional mínima, racionalidade da obra, standardização ou padronização das construções e mobiliário, ventilação e insolação, materiais alternativos econômicos e tecnicamente avançados (como o concreto) e erradicação de cortiços. Uma das principais discussões se refere à presença da instalação sanitária anexada à casa ou isolada no quintal; além do debate sobre a conveniência de casas isoladas (inspiradas nos *chalets*, *cottages* e *bungalows*), geminadas ou em carreira; e a viabilidade de promoção de bairros populares com arranjo urbanístico inspirado no conceito de cidade-jardim como ideal. A verticalização da unidade habitacional, defendida na Europa por arquitetos expoentes como Gropius e Le Corbusier esteve à margem da problematização. A discussão em torno de critérios técnicos acompanhada de justificativas morais e higiênicas foram decisivas para a elaboração de uma política habitacional no Brasil. O sucesso de alguns modelos habitacionais e o fracasso de outros, obedecem a uma série de fatores determinados pelas condições socioeconômicas e políticas ocorridas ao longo do século XX. A ocupação de zonas cada vez mais periféricas pelo operariado em desacordo com os planos racionais dos técnicos, entre meados da década de 1930 e 1940, não resultou em melhoria de qualidade da habitação. Assim, uma parcela considerável de trabalhadores, principalmente na capital, não teve acesso às vilas operárias das fábricas e continuou a viver em cortiços ou mesmo em favelas, convivendo com os mesmos problemas apontados pelos higienistas no final do século XIX. Era comum e em quantidade a presença de casebres e casinhas insalubres em terrenos alagáveis (ao invés das sugeridas cidades-jardins na periferia), onde os operários eram localizados cada vez mais distantes com baixa qualidade de habitação popular, cujos aluguéis não eram alterados em relação às áreas mais centrais.

Apesar de uma produção desigual, com projetos de qualidade ao lado de empreendimentos vulgares e tradicionais, a prova evidente da capacidade do país de enfrentar o problema habitacional em meados do século XX, foram os conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Parte significativa dos arquitetos envolvidos na produção social adotou a prática de projeto concebida pelo movimento moderno, procurando compatibilizar economia, prática, técnica e estética, com o objetivo de viabilizar o atendimento aos trabalhadores de menor renda, garantindo maior dignidade e qualidade arquitetônica.

Os objetivos de ordem, controle, subordinação, reeducação, massificação, entre outros, característicos da visão política do Estado Novo, encontraram espaço propício para difusão nos núcleos habitacionais de inspiração modernista. Incentivados pelo governo Vargas, que propunha a utilização

dos fundos dos institutos para a construção de 'cidades-modelo junto às aglomerações industriais', por motivos políticos e financeiros, a produção habitacional no período populista não chegou a merecer destaque enquanto ação social. As ações brasileiras não se comparam às iniciativas europeias, mas foram significativas para a renovação da cultura arquitetônica, urbanística e habitacional, como também nas soluções técnicas e formais.

A valorização da unidade mínima de habitação defendida por Ernst May no CIAM de Frankfurt, como uma unidade básica da cidade, estabelecia para os arquitetos modernos, relações entre habitação, cidade e sociedade, propondo que as funções domésticas fossem transferidas do espaço privado para os equipamentos sociais e comunitários, modificando inclusive o papel da mulher na sociedade. Os elementos e propostas espaciais de Le Corbusier para as *Unités d'Habitation*, como teto-jardim, pilotis e ruas internas, foram vinculados à implantação de equipamentos comunitários, modificando a relação entre o público e o privado e rompendo as fronteiras, criando a noção de que não se habita apenas a casa, mas um conjunto de equipamentos e serviços coletivos, tornando a arquitetura e o urbanismo indissociáveis. Os arquitetos modernos propunham superar o modelo de casa operária como uma reprodução simplificada da habitação burguesa, esta, mal adaptada a uma unidade habitacional de área bastante reduzida. Assim, os blocos de edifícios coletivos, reunindo equipamentos sociais e comunitários, tiveram preferência à casa própria isolada, com quintal, horta e criação de animais.

Muitas vilas operárias desapareceram dos cenários urbanos das cidades paulistas, devido aos mais variados fatores, como falência ou mudança de ramos das empresas, compra das casas pelos moradores que as reformaram ou as demoliram para construir casas maiores. No entanto, outras se tornaram referência como exemplares importantes deste tipo de habitação e, por força de tombamento ou esquecimento, ainda permanecem como testemunhos de uma época, e não só desta forma, pois ainda atendem à função de moradia para um grande número de famílias.

As hipóteses referentes à pesquisa realizada sobre a unidade habitacional e os espaços de sobrevivência operários em São Paulo se confirmaram na medida em que foi identificada no programa de necessidades paulista, a influência de suas congêneres europeias edificadas por empreiteiros ou empresários paternalistas, determinado pela legislação sanitarista de São Paulo, então vigente, com enfoque na higienização, disciplina e controle social; as teorias sociais utópicas e as propostas de reformas urbanísticas desenvolvidas na Europa e Estados Unidos também influenciaram os variados projetos de unidades habitacionais e vilas operárias paulistas, principalmente no século XX; e em geral, os projetos das unidades habitacionais variavam entre duas tipologias: várias unidades em carreira, ou geminados com entradas laterais, até a opção de verticalização a partir da década de 1940. No entanto, a hipótese de que as unidades habitacionais brasileiras seriam, em média, de menor dimensionamento por cômodo se comparadas às portuguesas, não se configurou, uma vez que em São Paulo a média verificada nas unidades estudadas apresentou quase o dobro das congêneres lisboenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO. **O Nosso programa**. Ano II. Nº 11. São Paulo, 1925.

ABEGÃO, João; AMORIM, José; BAÇÃO, José; & PINTO, Maria Helena. **A Habitação das Classes Trabalhadoras nos finais do Século XIX. Graça. Pátios e Vilas**. Lisboa: FAUTL, 2004.

AIKIN, John. **A description of the country from thirty to forty miles round Manchester**. (Descrição da região compreendida entre trinta e quarenta milhas ao redor de Manchester). Londres, 1795.

AITKEN, David. **Plans and Estimates of Houses for Composing the Fishing Establishment at Ullapool**. Escócia: National Archives of Scotland, 1787.

ALBUM Ilustrado da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

ALBUQUERQUE, Alexandre. Congresso de Habitação. *In*: **Revista Polyécnica**. Março/Abril. Nº 97-98. São Paulo: 1930, p. 229.

ALBUQUERQUE, Alexandre. Palestra de abertura do I congresso de Habitação de São Paulo. *In*: **Anais do Primeiro Congresso da habitação**. São Paulo: 1931, p. 22.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida doméstica. *In*: MELLO e SOUZA, Laura. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

ALMEIDA, J. Monteiro. **A Higiene das Habitações na Bahia**. Salvador, 1915.

ALSTON, G. Relato sobre as condições da Paróquia de St. Philip em Betnal Green. *In*: **Northern Star**. Nº 338. Londres, 4 de maio de 1844.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. *In*: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

AMERICANO, Jayme Cardoso. **Da proteção ao lactante em nosso meio operário**. São Paulo: Tip. Martini, 1924.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo Nesse Tempo**. São Paulo: Saraiva, 1959.

ANTUNES, Carlos. **A Arquitetura Moderna Brasileira e o Projeto de Habitação Popular**. 1940 - 1950. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 1987.

ANTUNES, Filipa A. G. S. Oliveira. **Habitação Operária - Pátios e Vilas de Lisboa. A experiência da cidade operária Industrial**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUTL, 2002.

ATIQUE, Fernando. Arquitetura e cotidiano no empreendimento agroindustrial: a formação do espaço na Usina Esther. *In*: **Anais do VII SHCU**. Salvador, 2002.

AYMONINO, C. **La vivienda racional: ponencias de los congresos. CIAM 1929-1930**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luiz Aureliano. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BABELON, Jean-Pierre. Les Cités ouvrières de Paris. *In*: **Monuments Historiques**. Nº 3. Paris, 1977.

BALDINI, Kelly. **Núcleo Colonial Campos Salles/Campinas: Um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural - cidades**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH UNICAMP, 2010.

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Indústria e Habitação. Arquitetura fabril no interior de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos: EESC-USP, 2003.

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Usina Monte Alegre - um breve histórico do lugar**. Manuscrito. 2003a.

BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901.

BAPTISTA, L. **Cidade e Habitação Social: O Estado Novo e o problema das Casas Econômicas em Lisboa**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BARDA, Marisa. **Espaço (meta)vernacular na cidade contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARDI, Pietro Maria. **Itália-Brasil. Relação entre os séculos XVI e XX**. São Paulo: Raízes, 1980.

BARROS, José D'Asumpção. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *In*: **Mediações**. Vol. 16. Nº 1. Londrina: Jan./Jun. 2011.

BASTO, E. A. Lima & BARROS, Henrique de. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro). *In: Inquérito à Habitação Rural*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943.

BÉDARIDA, François. La vie em quartier Angleterre. Enquêtes empiriques et approches théoriques. *In: Le mouvement social*. N° 118. Paris, 1982.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *In: Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano XI. N° 34. São Paulo: NERU, 1991.

BENCLOWICZ, Carla Milano. **Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 1989.

BENEVOLO, Leonardo. **As Origens da Urbanística Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural no Ciclo Cafeeiro**. Tese de Doutorado. São Carlos: EESC USP, 2007.

_____. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830 - 1930**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BERTALIA, Antônio. **Recordações de Carioba. Álbum de Memórias**. Americana: Caminho Editorial, 1999.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BLANQUI, Adolphe. Tableau des populations de la France en 1850. *In: Journal des Economistes*. Paris, janeiro de 1851.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho. N°s. 8 e 9. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado; Tip. Bras. de Rothschild e Cia., 1914.

BON, Henri. **Recherches hygiéniques sur les habitants de la campagne de la commune de Lacaune**. Partis, 1837.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: a cidade Industrial (espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)**. Sorocaba, 2004.

BONDUKI, Nabil. Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. *In: Repensando a Habitação no Brasil*. Revista Debates Urbanos 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil. Origens do problema da habitação popular em São Paulo. *In: Revista Espaço e Debates*. Ano 2. N° 5. São Paulo: Cortez, maio/junho de 1982.

BORGES PINTO, Maria Inez M. **Cotidiano e Sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. 1890-1914**. São Paulo: Edusp, 1994.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz & Edusp, 1979.

BOUGAUD, M. **Communication à la Société d'Encouragement à l'Industrie Nationale**. Paris, 26/03/1886.

BRASSEY, Annie. **Voyage d'une famille autours du monde a bord de son yacht 'le sunbeam', raconté par la mère**. Tradução de J. Butler. Paris: Maurice Dreyfous, 1878.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRITO, F. Saturnino de. Saneamento de Santos: Projetos e Relatórios. *In: Obras completas de Saturnino de Brito*. Ministério da Educação e Saúde (org.). Vol. VII e VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRUNA, Paulo J. V. **Os primeiros arquitetos modernos**. São Paulo: Edusp, 2010.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Martins, 1952.

CACHIONI, Marcelo. **Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba**. Dissertação de Mestrado. Campinas: PPG FAU PUC Campinas, 2002.

CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu: questões, instrumentos, casos exemplares**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALSANI, Rodrigo de Andrade. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914)**. Dissertação de Mestrado em História. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Universidade Estadual Paulista, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Agenda Cultural**. Lisboa: CML, Outubro de 1994.

CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes. In: SETUBAL, Maria Alice *et al.* **Terra Paulista: história, arte, costumes. Modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. São Paulo: CENPEC e Imprensa Oficial, 2008.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar da região de Piracicaba**. Dissertação de Mestrado. EESC USP, 2003.

_____. **Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar**. São Carlos: Rima, 2004.

_____. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. Tese de Doutorado. São Carlos: EESC USP, 2008.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia H; SACCHETTA, Vladimir. **São Paulo: Metrópole em trânsito. Percursos urbanos e culturais**. São Paulo: SENAC, 2004.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

CAPELLO, Denise A. & GARCIA, Marília F. Vila Economizadora: A Memória Urbana Preservada. *In: Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais Urbanos*. Ano 1. Nº 4. São Paulo: NERU, 1981.

CARADEC, Louis. **Topographie médico-hygiénique du département du Finistère ou Guide sanitaire de l'habitant**. França, 1860.

CARITA, H. **Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna 1495-1521**. Col. Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARNEIRO, Cecílio J. **Brás**. São Paulo: Bartyra, 1956, p. 10.

CARONE, Edgar. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC, 2001.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CARVALHO, Benedito de. Brasil. La situación económica del proletariado. In: **El Trabajador Latino Americano**. Nº 1. Montevideu, 1928.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. 2 volumes. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.

CAVALCANTI, Lauro. **Casas para o povo**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987.

CAVALCANTI, Maria Lécia M. **O negro açúcar**. Recife: Bagaço, 2008.

CHADWICK, Edwin. **Report to her Majesty's principal secretary of state for the home department from the poor law commissioners on an inquiry into the sanitary condition of the laboring population of G.B.** (Relatório apresentado ao secretário do Interior de Sua Majestade pelos delegados da lei da mendicância a respeito de uma investigação sobre as condições sanitárias da população trabalhadora da Grã-Bretanha. Londres, 1842.

_____. **First Report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts**. (Primeiro relatório dos comissários que investigaram a situação de grandes cidades e distritos populares). Londres, 1844.

_____. **Second Report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts**. (Segundo relatório dos comissários que investigaram a situação de grandes cidades e distritos populares). Londres, 1845.

CHAMBERLIN, E. R. **Cotidiano Europeu no século XIX**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1994.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COLBACCHINI, P. L'emigrazione italiana negli emigranti stati uniti Del Brasile. Itália: Rassegna Nazionale. *In: SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

- COLETTI, Silvio. Lo Stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana. In: **Bollettino dell'Emigrazione**. N° 14. Roma: Tip. Manuzio, 1914.
- COLIN e ROSE BELL. **City fathers (Os pais da cidade)**. Londres, 1972.
- COMTE, Auguste. **Système de politique positive**. Vol. 4. França, 1854.
- COOKE TAYLOR, W. **Notes of a tour in the manufacturing districts of Lancashire** (Notas sobre uma viagem aos distritos industriais de Lancashire). Londres, 1842.
- CORAZZI, David. **Higiene da Habitação**. Lisboa, 1883.
- CORBIN, Alain. **Le Miasme et la Jonquille**. Paris: Montaigne, 1982.
- _____. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CORDEIRO, Simone Lucena (org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitismo e urbanização (1893)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado e Imprensa Oficial, 2010.
- CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário de arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1998.
- CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus Editora, 1998.
- _____. O modernismo e o núcleo fabril: o plano de Atílio Correa Lima para Volta Redonda. In: **IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro**. Anais do IX Encontro nacional da ANPUR, 2001. v. II. p. 774-784.
- _____. A indústria moderna no cenário clássico. In: **RISCO. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. N.º 8. São Carlos: Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - EESC-USP, 2008.
- _____. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In: **Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial**. São Carlos, 19-22 de outubro de 2010.
- CORREIA, Telma B.; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. Brasil, Suas fábricas e Vilas Operárias. In: **Revista Pós**. N° 20. São Paulo: PPG FAU USP, dezembro 2006.
- COSENZA, Luigi. **Storia dell'habitazione**. Milão: Vangelista, 1974.
- COSTA, Flávio B. e GONÇALVES, Eduardo M. Os códigos estadual e municipal de Obras em face da casa econômica. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Ano VII. Vol. LXXXII. São Paulo: Prefeitura do Município. Departamento de Cultura, 1942.
- COSTA, Maria Elisa (org.). **Com a palavra, Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- COULON, Olga Maria A. Fonseca & PEDRO, Fábio Costa. Os Movimentos Operários e o Socialismo. In: **Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial**. Apostila. Belo Horizonte: CP1-UFGM, 1995.
- CUSANO, Alfredo. Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Uma organização social ideal. In: **Il Brasile gl'italiani e la guerra**. Roma/Buenos Aires/São Paulo: Sudamerica Imprensa de Propaganda e Pubblicità, 1912.
- DAL CO, Francesco. From Parks to the Region: Progressive Ideology and the Reform of the American City. In: CIUCCI, Giorgio *et al.* **The American City: From the Civil War to the New Deal**. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 1979.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil. 1850**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- DAVIS, Horace. Padrão de vida dos operários na Cidade de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal**. N° 13. São Paulo: Dep. de Cultura e Recreação, 1935.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo. 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1991.
- DEBATES**. Ano 2. N° 5. São Paulo: Cortez, maio/junho de 1982.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. 3 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de História do IFCH, 1983.
- _____. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Indústria, Trabalho e cotidiano. Brasil - 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

- DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. **Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914**. São Paulo: Nobel, 1989.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Global, 1980.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2009.
- EGAS, Eugênio. **Galeria dos Presidentes de São Paulo: 1822-1889**. Vol. 1. São Paulo: OESP, 1926.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX**. Campinas: UNICAMP, 1989.
- ENCICLOPÉDIA Nosso Século: 1910/1930. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- EVANS, E. J. **The forging of the modern state - early industrial Britain 1783-1870**. New York: Longman, 1986.
- EVENSON, Norma (1979). **Paris: Les hétériers d'Hausmann**. Paris/Grenoble: Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts/Presse Universitaires de Grenoble, 1983.
- FANFULLA. *A casa dos pobres*. Ano XIV. Nº 3. São Paulo, 23 de março de 1906 *apud* KOWARICK, L. e ANT, Clara. Cortiços: cem anos de promiscuidade. *In: Revista Novos Estudos*. Vol. 1. Nº 2. São Paulo: CEBRAP, abril de 1982.
- FAUSTO, Boris. A Formação da Classe Operária: determinações estruturais. *In: Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da 'raça branca'**. Volume I. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDO, Armando. A Associação Predial de Santos como pioneira da casa própria e o muito que ela poderá fazer neste sentido. *In: Revista do Arquivo Municipal*. Ano VII. Vol. LXXXII. São Paulo, 1942.
- FERRÃO, André M. de Argollo. **Arquitetura do Café**. Campinas: Unicamp, 2004.
- FERRAZ, Vera Maria de Barros. **Vila Economizadora - Projeto de conservação e revitalização**. São Paulo: CON-DEPHAAT, 1978.
- FERREIRA, Carlos F. Conjunto Residencial Operário em Realengo - Instituto dos Industriários. *In: Revista Municipal de Engenharia 2*. Vol II. Rio de Janeiro, março de 1940.
- FERREIRA, Clemente. A Tuberculose em São Paulo e o estado atual da luta antituberculose entre nós. *In: Anais do I Congresso Médico Paulista*. Vol. III. São Paulo: 1917.
- FERREIRA, Mônica C. B. Frandi. **A edificação residencial urbana paulista: estudo de caso - Rio claro, 1930-1960**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2002.
- FIGUEIREDO, Paulo Poppe de. Casas para operários. *In: Boletim do Ministério do trabalho*. Ano II. Nº 14. Rio de Janeiro, 1935.
- FINEP-GAP. **Habitação Popular: inventário da ação governamental**. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.
- FIOROTTO FILHO, Antonio. **A Aprazível Vila de Santa Rosália 1890-2009**. Sorocaba: do autor, 2009.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A Paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOLGADO, Deolinda & CUSTÓDIO, Jorge. **Caminho do Oriente: Guia do Patrimônio industrial**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FOURIER, C. **Nouveau monde industriel et sociétaire**. Paris, 1829.
- _____. **Traité de l'association domestique-agricole**. Paris, 1822.
- FRAGA, Alexandre Barbosa. De substantivo plural a singular: a transformação das classes trabalhadoras em classe operária. *In: Revista Espaço Acadêmico*. Nº 82. Maringá, Março de 2008.
- FRANCISCA NETO, Ana. **Habitação Operária em Lisboa**. Apresentado à Disciplina: Problemática da Habitação Social. Lisboa: FAUTL, 2004.
- FRANCISCO, Luís Roberto de. A gente paulista e a vida caipira. *In: SETUBAL, Maria Alice et al. Terra Paulista: história, arte, costumes. Modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC e Imprensa Oficial, 2008.

- FRASSON, Alexandra de Souza. **Habitação social e arquitetura moderna: a apropriação dos Conjuntos Residenciais dos IAPs (1940-200)**. São Carlos: EESCUSP, 2000.
- FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Tradução de A. Löfgren. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1982.
- FREITAS, Maria Luiza. **O Lar Conveniente: os Engenheiros e Arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916 - 1931)**. São Carlos: EESC USP, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Oh de Casa!** Recife: Artenova, 1979.
- _____. **Casa-Grande e Senzala em quadrinhos**. São Paulo: Global Editora, 2005.
- _____. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. (51ª edição). São Paulo: Global Editora, 2006.
- FRIOLI, Adolfo. **Sorocaba: Registros Históricos e Iconográficos**. São Paulo: Editora Laserprint, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- FURTADO, Mário. **Do Antigo Sítio de Xabregas**. Lisboa: Vega, 1997.
- GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982.
- GANDY, Joseph Michael. **Designs for Cottages**. Londres: Elibron, 2005.
- _____. **The rural Architect**. Londres: Gregg Publishing, 1971.
- GARDINER, A. G. **Life of George Cadbury**. London: Cassel and Company Ltda., 1923.
- GARNER, J. S. (Org.). **The Company Town: architecture and society in the industrial age**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GASKELL, M. S. **Model Housing - from the great exhibition to the festival of Berlin**. London: Mansell Publishing, 1987.
- GATTAI, Zélia. **Anarquistas Graças a Deus**. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 110.
- GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999. p. 63.
- GIGLIOLI, Enrico Hillyer. **Viaggio Intorno al Globo della Pirocorvetta Italiana Magenta negli Anni 1865-66-67-68 Sotto il Comando del Capitano de Fregata V.F. Arminjon. Relazione Descritiva e Scientifica (...)**. Milano: V. Maisner e Compagnia, 1875.
- GLÜCK, Julius F. African Architecture. *In*: FRASER, Douglas. **The Many faces of Primitive Art: a Critical Anthology**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.
- GRAÇA, Luís. **Enquadramento histórico da produção legislativa no domínio da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SH&ST)**. Grupo de Disciplinas de Ciências Sociais em Saúde. Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- _____. **História da Saúde no Trabalho: 1.3. Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910**. Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- GRAEFF, Edgar A. **Edifício**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Nº 7. São Paulo: Projeto, 1978.
- GRAHAM, Douglas H. & Buarque de Hollanda Filho, Sérgio. **Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1971.
- GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- GROPIUS, Walter. **Ein versuchshaus des Bauhaus**. Munique, 1925.
- GROSSELLI, Renzo M. **Vincere o morire - contadini trentini nelle foreste brasiliane**. Trento: Provincia Autônoma di Trento, 1986.
- GROSSI, Vincenzo. *Gl'italiani a São Paulo*. *In*: **Nuova Antologia**. Roma, 1896, p. 231-260.
- GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos**. 2 volumes. Piracicaba: IHGP, 1970.

GUNN, Philip & CORREIA, Telma de B. A Industrialização Brasileira e a Dimensão Geográfica dos Estabelecimentos Industriais. *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol. 7. Nº 1. São Paulo: ANPUR, 2005.

GUNN, Philip & CORREIA, Telma de B. Vilas operárias: o mundo fabril penetra na cidade. *In: São Paulo: Metrópole em trânsito. Percursos urbanos e culturais*. São Paulo: SENAC, 2004.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1991.

HILBERSEIMER, Ludwig K. Internationale neue Baukunst. *In: Moderne Bauformen*. Stuttgart: J. Hoffman, 1927.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOGGART, Richard. *The Uses of Literacy*. Harmondsworth, 1957.

HORTA PRATA, F. *Higiene da habitação*. Tese de Doutorado. Bahia: 1918.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Ed. Cosacnaif, 2009.

IANNI, Constantino. Homens sem paz. *Os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

IAPC. *Discurso do Sr. Fausto Alvim*. *In: IAPC - Órgão Oficial do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes*. Março/abril, 1941.

IAPC. *O seguro social. A indústria brasileira. O Instituto dos Industriários. Relatório do Presidente Alim Pedro*. Rio de Janeiro: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, 1950.

IAPC. *Relatório e Balanço Geral de 31 de dezembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1940.

INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Nº 1. Rio de Janeiro, janeiro de 1885.

JOINHAS, Luzia A. *A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições: Entre a memória e o esquecimento*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2008.

KAY, James Ph. *The Moral and Physical Conditions of the Working Classes Employed in the Cotton Manufacture in Manchester*. Londres, 1832.

KIEHL, Edmar José. Vida e Obra de Luiz de Queiroz. *In: ESALQ 75. 1901 - 1976: 75 anos a serviço da Pátria*. Piracicaba: Editora Franciscana, 1976.

KOLDE, Rudolf. *Arquitetura Moderna II: Casas populares*. São Paulo: Livraria Edanée, 1929.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.

KOSSOY, Boris. *São Paulo 1900 - Imagens de Guilherme Gaensly*. São Paulo: Kosmos, 1988.

KUBLER, G. *A Arquitetura Portuguesa Chã - entre as Especiarias e os diamantes 1521-1706*. Col. Artes/História. Lisboa: Editora Vega, 1972.

LA REGINA, Francesco. *Architettura rurale - problemi di storia e conservazione della civiltà edilizia contadina in Itália*. Milão: Calderini, 1980.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LAW, R. Barracoons. *In: FINKLEMAN, P.; MILLER, J. C. (Eds.). Macmillan Encyclopedia of World Slavery*. New York: Simon & Schuster Macmillan, 1998, 2v.

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Páginas Olisiponenses* (Introdução e notas de F. Castelo-Branco). Lisboa, 1959.

LEITE, Ana Cristina & VILHENA, João Francisco. *Pátios de Lisboa. Aldeias entre Muros*. Lisboa: Gradiva, 1991.

LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Alvenaria Burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

- _____. *As 'Vilas' Operárias. In: Processo de Tombamento da Vila Economizadora.* São Paulo: CONDEPHAAT, 1975.
- _____. *Casa Paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.* São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *O Álbum de Afonso: a Reforma de São Paulo.* São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001.
- LIMA, Attilio C. Lima. Conjunto residencial Várzea do Carmo IAPI São Paulo. *In: Revista Municipal de Engenharia PDF.* Nº. 6. Vol. IX. Rio de Janeiro, nov. 1942. p. 3-12.
- LIMA, Attilio C. Lima *et al.* Conjunto residencial Várzea do Carmo IAPI São Paulo. *In: Revista Municipal de Engenharia PDF.* Nº 4. Vol. X. Rio de Janeiro, out. 1943. p. 238-249.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Evolução industrial de São Paulo.* São Paulo: Martins, 1954.
- LLOYD, Reginald (org.). *Impressões do Brasil no Século XX - Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e recursos.* Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Co. Ltd., 1913, p. 669.
- LOMONACO, Alfonso. *Al Brasile.* Milão: Leonardo Vallardi, 1889.
- LOPREATO, Christina S. R. *A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917.* São Paulo: Museu da Imigração, 1997.
- LUCA, Tania Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001.
- MAGRO, Bruno Simões. *Habitações econômicas. In: Anais do Congresso de Habitação.* São Paulo: Imprensa Oficial, 1931.
- MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para São Paulo.* São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- MANNHEIM, K. *Idéologie et utopie.* Tradução Marcel Rivière. Paris, 1956.
- MANNING, Edgar; LUSO, João. *Os Estados Unidos do Brasil: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos.* Londres, Buenos Aires, Rio e São Paulo: South American Intelligence Co., 1919.
- MARCONDES, Neide. *Entre Ville e Fazendas.* São Paulo: Arte & Cultura, 1995.
- MARINS, Paulo C. Garcez. *Tensões sociais na gestão da Metrópole. In: São Paulo: Metrópole em trânsito. Percursos urbanos e culturais.* São Paulo: SENAC, 2004.
- _____. *A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Terra Paulista: história, arte, costumes. Modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos.* São Paulo: CENPEC e Imprensa Oficial, 2008.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba no século XIX. In: Anais do Museu Paulista: história e cultura material.* São Paulo: Museu Paulista, Nova Série v. 13, n. 2, jul.-dez. 2005.
- MARTIN, André Roberto. *O Bairro do Brás e a Deterioração Urbana.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 1984.
- MARZOLA, Nádia. *Bela Vista.* São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, s/d.
- MASSARI, Marco Antonio. *Arquitetura Industrial em Sorocaba. O caso das Indústrias têxteis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2011.
- MATTOSO, José. *História da Vida Privada em Portugal. Época Contemporânea.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes.* Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.
- MAZIEIRO, Maria das Dores e SOARES, Meire Terezinha Muller. *Paulínia: dos trilhos da Carril às chamadas do progresso 1770-1970.* Paulínia: Unigráfica, 1999.
- MEMÓRIA URBANA: A Grande São Paulo até a década de 1940.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2001. P. 37.
- MENDES, Chico *et al.* *Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI.* Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENDES, Luís Antonio de O. **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravidão entre a Costa d'África e o Brasil**. Lisboa: Escorpião, 1977.

MENEGHELLO, Cristina. A cidade industrial e seu reverso... *In*: **História: Questões & Debates**. Nº. 35. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 179-210

MERLIN, José Roberto. **Salto, um exercício de apresentação do espaço urbano**. Monografia (conclusão do curso de Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 1974.

MESQUITA, Jorge Carvalho. **Habitação Social na Cidade de Lisboa. 1959 - 1966**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1967.

MONBEIG, Pierre. Os Problemas da divisão Regional de São Paulo. *In*: **Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

MONFRÉ, Maria Alzira Marzagão. **Elementos de Urbanização: Quintalões de Salto e Modelos de Urbanização**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU USP, 2009.

MONTEIRO, António Paulo de Sá Duhau Laborde. **Pátios e Vilas. Graça, Santa Engrácia e Penha de França**. Apresentado à Disciplina: História da Arquitetura Portuguesa. Lisboa: FAUTL, 2004.

MONTENEGRO, Augusto P. M. **Inquérito aos Pateos de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

MORAES FILHO, Evaristo. **Ideias sociais de Jorge Street**. Rio de Janeiro: Senado Federal, Casa de Rui Barbosa e MEC, s/d.

MORAES, Evaristo. O problema da tuberculose e o problema da habitação das classes pobres. *In*: **Clarté**. Vol. I. nº 6. São Paulo, dezembro de 1921.

MORAES, José G. V. de. Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano. *In*: REGO, José M. e MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOREIRA, V. **Problemas da Habitação** (Ensaio Social). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

MORI, G. (org.). **Revista Agrícola do Estado de São Paulo: Catanduva**. São Paulo: Governo do Estado, 1925.

MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, P. 355.

MOSCOM, Maria Amélia. **Turismo e Educação como Agentes de desenvolvimento sócio-comunitário: a experiência do Sobrado Velho/SP**. Manuscrito. Americana, 2008.

MURPHY, J. **New Earswick: a pictorial history**. New York: Ebor Press, 1992.

MUZETTI, Fabio de Almeida. **Reurbanização da Vila Itooró**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, PPG FAU PUC Campinas, 2003.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo, 1880-1990**. Campinas: Unicamp, 1996.

NEME, Mario. **Piracicaba - Documentário**. Piracicaba: João Fonseca, 1936.

OWEN, Robert. **Report to the Committee for the Relief of the Manufacturing Poor**. Londres, 1817.

_____. Report to the Conty of Lanark (1820). *In*: **A New view of Society and other Writings**. Londres, 1927.

PAGANO, G. & GUARNIERO, D. **Architettura Rurale Italiana. Quaderni della triennale**. Milão: Ulrico Hoepli, 1936.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean e DEPAULE, Jean-Charles. **Formes urbaines: de l'ilot à la barre**. Marselha: Ed. Parenthèses, 1997.

PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro e Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa e Senado Federal, 1985.

PAULA SOUZA; ULHOA CINTRA; CARVALHO. Inquérito sobre alimentação popular em um Bairro de São Paulo. *In*: **Revista do Arquivo Municipal**. Nº 17. São Paulo: Departamento de Cultura e Recreação, 1935.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910. Retrato de uma época**. São Paulo: Carrenho Editorial & Editora Um, 2003.

PEPONIS, J. (1989) Espaço, cultura e desenho urbano no modernismoPETTA, Luiza Nicolina de. **A fábrica e a Cidade até 1930**. São Paulo: Atual, 1995.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Núcleos Coloniais e construções rurais**. São Paulo: Atrativa, 2006.

- PEREIRA, Nuno Teotônio. Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *In: Análise Social*. Vol. XXIX (127). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.
- PEREIRA, Nuno Teotônio e BUARQUE, Irene. **Prédios e Vilas de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PERRY, Clarence Arthur. Neighborhood and community planning. *In: Regional Plan of New York and its Environs. Regional Survey*. Volume VII. Nova York, 1929.
- PICCINI, Andrea. **Cortiços na Cidade. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- PINHEIRO, Maria Cristina de Souza Araújo. **A Gestão da Cor na Habitação Social - Lisboa Séc. XXI**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUTL, 2005.
- PINHEIRO, P. Sérgio & HALL, Michael. **A Classe Operária no Brasil**. São Paulo: Alfa e Omega, 1994.
- PODOSSETNIK, Spirkin V. **Fundamentos da dialética da História**. 1975.
- PORTO, Rubens. O Problema da habitação operária. *In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* 30. Fevereiro de 1937.
- _____. **O Problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões**. Rio de Janeiro, 1938.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- PRADO, Amador Cintra do. Casas rurais adaptadas a casas operárias. *In: Anais do Congresso de Habitação*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1931.
- PROST, Antoine (org.). **História da Vida Privada. Da Primeira Guerra aos nossos dias**. Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- QUEIROZ, Adhemar de Souza. **Entrevista sobre o Problema da Casa Operária - Diário de São Paulo**. São Paulo, 30/05/1931.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil: 1890-1930**. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras Cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 95.
- RELATÓRIO DE 1916 Apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Souza**. São Paulo, Vanorden, 1918.
- REYNOLDS, Jack. **Saltaire. An Introduction to the Village of Sir Titus Salt**. Londres: Bradford Art Galleries and Museums, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz & PECHMAN, Robert M. **O que é Questão de Moradia**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988.
- RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. 2º Volume. Belo Horizonte: Editora Itatiaia e EDUSP, 1980.
- RODRIGUES, Maria João. Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista. *In: Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Nº 84. Lisboa: 1978.
- RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. **Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830-1900**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2010.
- ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização: geografia do poder**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU USP, 1981.
- _____. De como São Paulo virou a Capital do Capital. *In: Repensando a Habitação no Brasil*. Debates Urbanos 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- ROSA, André Luís. O Cotidiano Operário - A Vida Fora do Trabalho: Uma Breve Análise a Respeito das Manifestações dos Trabalhadores na Cidade de Itajaí (SC) fora de seus Espaços Profissionais, do Início do Século XX até 1930. *In: Revista Agora*. Nº. 6. Vitória: 2007, p. 119.

ROSENAU, Helen. **A Cidade Ideal. Evolução Arquitetônica na Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1998. p. 176.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1949.

SAES, Flavio. São Paulo republicana: vida econômica. *In*: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**. Vol. III, a cidade na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 215-257.

SAIA, Helena. **Arquitetura e indústria: fábricas de tecido de algodão em São Paulo, 1869-1930**. 1989. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 1989.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SAIBENE, Cesare. **La Casa Rurale nella Pianura e nella Collina Lombarda**. Firenze: Leo S. Olschki, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo e Belo Horizonte: Edusp e Itatiaia, 1976.

SAMPAIO, Albino Forjaz. **Lisboa Trágica**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940.

SAMPAIO, Maria Ruth. A. O papel da Iniciativa Privada na formação da periferia paulistana. *In*: **Espaço e Debates. Cidade Brasileira. Século XX**. Ano XIV. Nº 37. São Paulo: NERU, 1994.

SCARPA, Nicolau. **Lembranças da Vila Scarpa**. São Paulo: s.e., 1926.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Alguns aspectos da Arquitetura e do Urbanismo em São Paulo na passagem do século**. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: FAU USP, 1979.

_____. **Arquiteturas no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Prelúdio da Metrópole. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SETUBAL, Maria Alice *et al.* **Terra Paulista: história, arte, costumes. Modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. São Paulo: CENPEC e Imprensa Oficial, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SHAW, W. M. **An Affectionate pleading for England's oppressed female worker** (Uma defesa calorosa da operária oprimida inglesa). Londres, 1850.

SILVA BRUNO, Ernani. **História e tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

SILVA PINTO, Antonio. **Noites de Vigília. Apontamentos pela noite afora**. Lisboa: Libanio da Silva, Imprensa Rua do Norte 91, 1896.

SILVA TELLES, Augusto C. da. **O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

SILVA, Áurea Pereira. Engenheiros e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). *In*: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Vol. 14. nº 1. São Paulo: Janeiro/Junho de 2006.

SILVA, Helga Santos. **Arquitetura moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 2006.

SIMÕES, J. O. (org.) Inquérito à situação do operariado. *In*: **Boletim do Trabalho Industrial**. Lisboa: 1910.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Mayara Dias. **Método de Análise de Peças Gráficas de Apartamentos de Interesse Social**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2004.

STEIN, Clarence. **Toward new towns for America**. Introdução de Lewis Mumford. Chicago: The University Press of Liverpool; Agents for the western hemisphere; Public administration service, 1951.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: Um município brasileiro do Café. 1850 - 1900**. Tradução de Vera B. Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STREET, Jorge. Inquérito sobre as relações Industriais no Brasil. *In*: **Legislação do Trabalho**. São Paulo, 1937.

STYLES, John. **Titus Salt and Saltire: Industry and Virtue**. Saltire: Salts Estates, 1990.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco. **Architecture contemporaine**. Paris: Gallimard/Electra, 1991.

TAUT, Bruno. **Modern Architecture**. Nova York: A. & C. Boni, 1929.

TEDESCHI, U. Le condizione sanitarie degli emigranti nello stato di San Paolo. Bollettino dell'Emigrazione, 1907. n.º. 02. *In*: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p.

TEIXEIRA, Paula Alexandra & MATOS, Rui Manoel. Teorias e Modelos de Habitação Operária. O Caso de Lisboa (1880 - 1920). *In*: **Atas das Sessões do I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana. Séculos XVI-XX**. Lisboa, 8 a 11 de Março de 1995.

TETLOW, John; GOSS, Anthony. **Homes, Tows and Traffic**. Londres: Faber and Faber, 1968.

THE BUILDER, dwelling for the working classes (O constructor, moradia para as classes trabalhadoras. Londres, dez/1842.

THOMAS, William Isaac & ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade**. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa. A maldição de Adão**. vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa. A força dos trabalhadores**. vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMÁS, Ana Leonor. Cidade Oculta - A Vila Operária. *In*: **Vazios Úteis - Seminário de Estudos Urbanos**. Lisboa: ISCTE, Julho de 2007.

TOMÉ, (Capitão) Manuel Antônio. **Angola: vida e costumes dos nativos**. Beja: Sociedade Editora Ala Esquerda, 1961.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: Tempos de crise? *In*: **Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XI. Nº 34. São Paulo: NERU, 1991.

TORRÓ, Josep. Arqueologia, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito del II Congrès d'Arqueologia Industrial del País Valencià. *In*: **Sociologia del Trabajo**. s/l.: Nova Época, n. 22, p.47-62, outono, 1994.

TORRÓ, Lluís. Protoindustrialización. *In*: BERROCAL, Paloma (coord.). **Enciclopèdia Valenciana de Arqueologia Industrial**. Associació Valenciana d'Arqueologia Industrial. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim e Institució Valenciana d'estudis i investigació, 1995.

TOUSSANT-SAMSON, Adèle. **Une Parisienne au Brésil**. Paris: Paul Ollendorff, 1883.

TSCHUDI, J.J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Tradução de Eduardo de Lima e Castro. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1980.

VELASCO, Larissa. **Além do túnel, uma vila - Histórias e personagens do primeiro bairro operário de Campinas**. Campinas: PUC Campinas, 2005.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial. *In*: **Análise Social**. Vol. XXIX (127). São Paulo, 1994. p, 599-629

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. Monografia. São Carlos: EESC, 2004.

_____. **Núcleos Residenciais da CESP. O processo de desmonte**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: EESC USP, 2006.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH UNICAMP, 2004.

_____. **Indústrias Matarazzo em Ribeirão Preto**. Coleção Identidades Culturais. Nº 2. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.

VIEIRA, José Augusto. **O Minho Pitoresco**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1886-1887.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

VLACH, Jonh. **The Afro-American Tradition in Decorative Arts**. Cleveland: The Cleveland Museum of Art, 1978.

WAGNER, R.; BANDEIRA, J. **Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818**. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Trad: Regina Régis Junqueira. 2 volumes. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1985.

WERNECK, Bráulio (Org.). **Almanach ilustrado de Sorocaba**. Sorocaba: Typographia Werneck, 1914.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WOOD, John. **A series of plans for Cottages, Habitations of the Labourer, Adapted as Well to towns as to the Country**. Londres, 1806.

WRIGHT, Arnold. (org.). **Impressões do Brasil no século XX (Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos)**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Co. Ltd., 1913.

ZEVI, Bruno. **Controtopia Dell'Architettura in Italia**. Roma: Tascabili Economici Newton, 1996.

REFERÊNCIAS NA INTERNET:

ALMADA, Mario. Desenho urbano e segurança. **Revista Vivercidades**. Disponível em: <> http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1082&sid=21. Acesso em: 19 nov. 2011.

ARQUITETONICO. **Unidade de vizinhança. A experiência de Brasília**. Disponível em: <> <http://www.arquitetonico.ufsc.br/unidade-de-vizinhanca>. Acesso em 29 jan. 2013.

ARNALDO Redondo Adães Bermudes. Disponível em: <> http://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaldo_Redondo_Ad%C3%A3es_Bermudes. Acesso em 11 fev. 2012.

BAIRRO Estrela de Ouro. Disponível em: <> <http://www.flickr.com/photos/13385504@N05/sets/72157618409078802/>. Acesso em 11 fev. 2012.

FACULDADE ON-LINE UVB. AULA 14. Urbanização e Novas Forças Sociais. Disponível em: <> http://arquivos.unama.br/need/gol/gol_adm_1mod/form_economica_brasileira/pdf/feb_impresso_aula14.pdf. Acesso em 30 nov. 2012.

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Unidade de Vizinhança: Notas Sobre Sua Origem, Desenvolvimento e Introdução no Brasil**. Disponível em: <> www.inb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.html. Acesso em 20/12/2004.

BENVENUTI, Cristiano e BENVENUTI, Patrícia. **Prefeitura descumpre acordo e leva tensão para Vila Itororó**. Disponível em: <> <http://futuro9.blogspot.com/2010/04/prefeitura-descumpre-acordo-e-leva.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRUNO, Christophe. **Jeremy Bentham**. Disponível em: <> <http://www.christophebruno.com/2006/10/31/the-web-before-the-web>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. In: **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, 4 (19): jul/ago.2008. Disponível em: <> <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br> Acesso em 31 dez. 2012.

CARMO, Jefferson Carriello. **A gênese da indústria têxtil em Sorocaba: Imprensa operária e educação no início do século XX**. Disponível em: <> www.faced.ufu.br/colubhe06/.../265JeffersonCarrielloCarmo.pdf. Acesso em 04 out. 2012.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. Trabalho e vida operária no final século XIX no Brasil. In: **Ágora. Revista Eletrônica**. Ano 05. Nº 09. Dezembro de 2009. Disponível em: <> www.agora.ceedo.com.br. Acesso em 05 ago. 2012.

COTTAGE. Disponível em: <><http://en.wikipedia.org/wiki/Cottage>. Acesso em: 19 nov. 2011.

CORREIA, Telma de Barros. Ornato e despojamento no mundo fabril. In: **Anais do Museu Paulista**. vol. 19. Nº.1. São Paulo. Jan./Jun. 2011. Disponível em: <> http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142011000100002&script=sci_arttext. Acesso em 25 set. 2011.

DA SILVA, Luís Octávio. Primórdios da habitação social: as experiências do entreguerras na Europa e Estados Unidos. **Arquitextos**, São Paulo, 09.097, Vitruvius, jun 2008. Disponível em: <> <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/136>>. Acesso em 25 set. 2011.

ENGELS, Frederick. **The Condition of the Working Class in England**. Disponível em: <> <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/condition-working-class/index.htm>. Acesso em 19 nov. 2011.

EXTINÇÃO das ordens religiosas masculinas. Disponível em: <> http://pt.wikipedia.org/wiki/Extin%C3%A7%C3%A3o_das_ordens_religiosas_masculinas. Acesso em 11 fev. 2012.

FALANSTÉRIO. Disponível em: <> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Falanst%C3%A9rio>. Acesso em 11 fev. 2012.

FOLHA DE PARIQUERA. Disponível em: <> <http://folhadepariquera.blogspot.com.br/p/conheca-cidade.html>. Acesso em 29 jan. 2013.

FOLZ, Rosana Rita. **Habitações econômicas paulistas: análise dos projetos das unidades dos atuais programas habitacionais.** Monografia apresentada à disciplina 'Habitação, metrópoles e modos de vida'. São Carlos: EESC USP, 2004. Disponível em: <> http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Folz.pdf. Acesso em 31 dez. 2012.

HISTORICO DO MUNICIPIO. Disponível em: <> <http://www.corumbatai.sp.gov.br/master2.php?post=historia>. Acesso em 29 jan. 2013.

MASSARI, Marco Antonio e MEDRANO, Ricardo. Arquitetura industrial e inserção urbana: o caso da fábrica Santa Rosália em Sorocaba. *In: III Fórum de Pesquisa FAU.Mackenzie I 2007.* Disponível em: <> www.mackenzie.br/.../MACK_III_FORUM_MARCO_MASSARI.pdf. Acesso em 04 out. 2012.

MATT, L. **A 'Grande Depressão' e a II Revolução Industrial.** Disponível em: <> <http://www.via6.com/topico/254224/a-grande-depressao-e-a-ii-revolucao-industrial>. Acesso em 20 jul. 2012.

MAZINI DO CARMO, Maria Isabel. **As condições da classe operária à época da Revolução Industrial.** Disponível em: <> <http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/condi%C3%A7%C3%B5es-da-classe-oper%C3%A1ria-%C3%A0-%C3%A9poca-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial>. Acesso em 04 fev. 2013.

MENEGHELLO, Isabela Belém. Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real. *In: Anais do 8º Seminário DOCOMOMO Brasil.* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <> <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/082.pdf>. Acesso em 03 jan. 2013.

NET SABER Biografias. **Marquês de Pombal.** Disponível em: <> http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_891.html. Acesso em 11 fev. 2012.

NEW LANARK. Disponível em: <> <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0a/NewlanarkNL05.jpg>. Acesso em 19 nov. 2011.

581

O MOVIMENTO OPERÁRIO. Disponível em: <> <http://www.portugal-tchat.com/forum/do-liberalismo-ao-da-monarquia-1820-1910/3627-movimento-operario.html>. Acesso em 29 jan. 2013.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. *In: Revista Espaço Acadêmico.* Nº 45. Ano IV. 2005. Disponível em: <> <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm>. Acesso em 20 jul. 2012.

PEREIRA DA SILVA, Aurea. Engenheiros e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). *In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.* Disponível em: <> http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142006000100004&script=sci_arttext. Acesso em 11 fev. 2012.

PINA, Angelina; SOARES, Bernardo & RODRIGUES, Mayco. **Os miseráveis do século XIX: cotidiano e condições de trabalho da classe operária na Revolução Industrial.** Disponível em: <> <http://historianovest.blogspot.com.br/2010/08/os-miseraveis-do-seculo-xix-cotidiano-e.html>. Acesso em 21 jul. 2012.

RECCO, Claudio. *História: A Revolução Industrial na Inglaterra.* Disponível em: <> <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u10188.shtml>. Acesso em 23 jul. 2012.

REGINO, Aline Nassaralla; PERRONE, Rafael Antonio Cunha. Eduardo Augusto Kneese de Mello: sua contribuição para habitação coletiva em São Paulo. **Risco, Rev. Pesqui. Arquit. Urban. (Online),** São Carlos, n. 9, 2009. Disponível em: <> http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-45062009000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 31 dez. 2012.

REVOLUÇÃO dos Cravos. Disponível em: <> http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Cravos. Acesso em 11 fev. 2012.

RUIZ, Glacy Weber. **Nova Europa.** Disponível em: <> http://www.weber-ruiz.com/nova_europa.html. Acesso em 10 agosto 2012.

TRINCA, Tatiane P. **O proletariado e seu permanente 'fazer-se' enquanto classe: reflexões em torno da cultura material operária face às vicissitudes da luta capital-trabalho.** Disponível em: <> <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/tatianepacanaro.pdf>. Acesso em 10 maio 2012.

Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária.

WINTER, Maria Cecília. **Os usos do patrimônio três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX**. Disponível em: <> <http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas3.htm>. Acesso em 10 out. 2012.

ZANONI, Elton Frias. **A vila da Barra**. Disponível em: <> <http://leituraspossiveis.blogspot.com.br/p/historia-de-salto.html>. Acesso em 10 out. 2012.

CONSULTA A ARQUIVO:

Levantamento preliminar das Fazendas de Café. (Areias, Campinas, Itupeva, Paraibuna, Taubaté). Várias datas. Arquivo do CONDEPHAAT.

Gabinete de Estudos Olissiponenses;

Biblioteca Museu 'República e Resistência' de Lisboa;